

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Carolina Niedermeier Barreiro

**Desestabilizando gêneros: a construção fluida da identidade de gênero por mulheres da  
família Paston no século XV (Inglaterra)**

DEFESA DE DOUTORADO

**Orientador: Prof. Dr. Igor Salomão Teixeira**

Porto Alegre

2023

**CAROLINA NIEDERMEIER BARREIRO**

**Desestabilizando gêneros: a construção fluida da identidade de gênero por mulheres da família Paston no século XV (Inglaterra)**

Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como parte das exigências para a obtenção do título de doutorado em História.  
Orientador: Prof. Dr. Igor Salomão Teixeira

Porto Alegre,  
2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**REITOR**

**Rui Vicente Oppermann**

**VICE-REITORA**

**Jane Tutikian**

**DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**Hélio Ricardo do Couto Alves**

**VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**Alex Niche Teixeira**

**CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES**

**Vladimir Luciano Pinto**

**CIP - Catalogação na Publicação**

Niedermeier Barreiro, Carolina

Desestabilizando gêneros: a construção fluida da identidade de gênero por mulheres da família Paston no século XV (Inglaterra) / Carolina Niedermeier Barreiro. -- 2023.

312 f.

Orientador: Igor Salomão Teixeira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Idade Média. 2. Gênero. 3. Mulheres escritoras. 4. Mulheres medievais. I. Salomão Teixeira, Igor, orient. II. Título.

Carolina Niedermeier Barreiro

DESESTABILIZANDO GÊNEROS: A CONSTRUÇÃO FLUIDA DA IDENTIDADE DE GÊNERO POR MULHERES DA FAMÍLIA PASTON NO SÉCULO XV (INGLATERRA)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História

Porto Alegre, 24 de julho de 2023

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

---

Carolina Coelho Fortes  
Departamento de História  
Universidade Federal Fluminense

---

Andreia Cristina Lopes Frazão da Silva  
Departamento de História  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Daniele Gallindo Gonçalves Silva  
Departamento de História  
Universidade Federal de Pelotas

## **Agradecimentos**

Como começar a agradecer todas as pessoas que fizeram parte dessa trajetória é uma tarefa particularmente difícil. Em primeiro lugar, vem o medo de esquecer alguém. Depois, o medo de esquecer alguma palavra de afeto, escapar uma lembrança importante ou simplesmente não ser capaz de transferir às palavras o tanto de gratidão que carrego comigo. Espero, com isso, que os leitores saibam como nenhuma palavra seria capaz de traduzir o quanto devo a essas pessoas.

Começo agradecendo ao CNPq e ao investimento em pesquisa e ciência no Brasil, sem a qual essa tese não teria sido feita. Não há melhoria em qualidade de vida da população sem que se invista na ciência nacional.

Agradeço ao meu orientador, Igor Salomão Teixeira, que me acompanha (oficialmente) desde o segundo semestre de 2013 e que, mesmo dez anos depois, segue me auxiliando nessa trajetória. Igor Teixeira não foi somente um professor excelente, mas também um orientador muitíssimo presente e que em diversos momentos precisou acolher não apenas as minhas dúvidas de pesquisa, mas as angústias de quando tudo parecia colapsar (mesmo que o colapso fosse mais uma projeção minha, do que real). Eu não poderia ter pedido por um orientador melhor, porque ninguém seria capaz de me preparar com a mesma rigidez e “fofura”, com o mesmo cuidado e dedicação do que Igor. Obrigada por tanto!

Foi graças a ele, também, que pude fazer parte de um grupo de pesquisa do qual me orgulho muito e ao qual tenho muito a agradecer. Desde os primeiros debates em conjunto sobre historiografia em 2014 até o apoio incondicional que sempre me deram, e dão ainda hoje, eu agradeço. Se não fosse por vocês (se eu não tivesse crescido ao lado de vocês), eu certamente não teria chegado aqui. Cada consolo e angústia compartilhada me reergueram e cada conversa que tivemos me ensinou muito. Obrigada a Gustavo Gonçalves, Lucas Nunes, Odir Fontoura, Luiz Otávio Fleck, Vitor Cunha, Dionathas Boenavides e aos membros honorários das gerações seguintes que foram se somando ao grupo, Kauê Neckel, Gabrielle Marques, Alexandre Fernandes e Wendell Veloso.

Agradeço, ainda, às professoras da banca – Andréia Frazão, Carolina Fortes e Daniele Gallindo – que não apenas aceitaram gentilmente fazer parte desse momento como foram grandes inspirações para o trabalho. São pesquisadoras renomadas e que abrem um espaço cada vez maior para que mulheres também produzam história. Em especial, agradeço à professora Carolina Coelho Fortes que acompanha o meu trabalho desde 2016 quando apresentei meu Trabalho de Conclusão de Curso pela UFRGS. Todas as correções e conselhos foram

fundamentais para essa trajetória e certamente contam como certa orientação também. Agradeço a generosidade de compartilhar comigo tanto conhecimento.

Obrigada, ainda, a todas/os as/os professoras/es do Departamento de História da UFRGS que fizeram parte dessa trajetória, sobretudo aquelas/es que lutam tanto por uma universidade mais plural, crítica e de qualidade. Vivemos em um país avesso à docência e é lindo vê-la/os combatendo nessa frente tão importante. Um obrigada especial a Natalia Pietra, Arthur Ávila, Benito Schmidt, José Rivair Macedo e Enrique Padrós (sempre presente).

Gostaria de agradecer aos meus alunos. Cada momento em que falamos sobre gênero, mulheres e sobretudo mulheres na Idade Média contribuíram para essa trajetória. Além disso, foram vocês que me fizeram sobreviver pelos meses tão difíceis de 2020 e 2021. Se não fossem as risadas que compartilhamos, eu certamente não teria conseguido. Obrigada a cada um/a.

Agradeço às minhas amigas e amigos que fizeram parte dessa longa (*longa*) trajetória e que tiveram tanta paciência com os meus sumiços. Para todos os dias em que demorei para responder uma mensagem ou que não pude estar presente, vocês me responderam com amor e compreensão. Foi com vocês que aprendi a ter empatia, a olhar para o mundo de forma crítica e a dar o meu melhor em tudo o que me propusesse a fazer. Vocês são minha inspiração e meu mundo inteiro. Obrigada por tanto: Marina Damasceno, Marianna Cunha, Nathalia Kusther, Felipe Mendes, Lucas Mendes, Arthur Mesquita, Lucas T. Costa. Agradeço, em especial, ao Lucas La Bella que em nenhum momento se cansou de dizer que eu seria capaz de concluir a tese, que nunca perdeu a oportunidade de elogiar meu trabalho e reafirmar o quanto acredita em mim. Obrigada por me amar mais do que jamais imaginei que alguém seria capaz. Foi um privilégio escrever essa tese ao teu lado.

Agradeço imensamente à minha família. Nenhuma palavra seria capaz de descrever o quanto vocês me ajudaram ao longo desses dez anos. Quantas lágrimas precisaram secar e o quanto estiveram ao meu lado para qualquer decisão descabida que eu tomasse. Obrigada por terem feito tanto, *tanto*, por mim em toda a minha vida. Agradeço em especial minha mãe, Karen Niedermeier, por ser um modelo incomparável de mulher – de força, de dedicação. Ninguém segurou tantas vezes a minha mão quanto ela e sou infinitamente grata por isso. Agradeço à minha vó, Agnes Niedermeier, que me acolheu tantas e tantas vezes quando precisei. Foi um privilégio trabalhar com Agnes Paston, cujo nome tomou de empréstimo (e aqui peço licença para inverter a ordem cronológica das coisas) da melhor pessoa que já conheci na minha vida. Agradeço aos meus irmãos, Felipe e Rodrigo. Vocês ainda não sabem disso, mas os dois salvaram a minha vida.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao meu pai, um dos meus maiores apoiadores – quem, na minha defesa de Mestrado, deixou escapar algumas lágrimas de felicidade na frente de todos. Obrigada por ter estado ao meu lado, por ter me feito rir quando eu só conseguia chorar e por ter tanto orgulho de mim. Meu maior arrependimento sempre será não ter concluído essa tese a tempo de te mostrar e de compartilhar contigo o final de uma trajetória que é nossa, da nossa família; uma trajetória que comemoramos a cada passo e que agora chega ao final. Obrigada por tanto.

***EPÍGRAFE:***

“Histórias são um modo de se preservar. De ser lembrada. E de esquecer. (...) Os livros são uma maneira de se viver milhares de vidas diferentes – ou de encontrar forças para viver uma muito longa”

V. E. Schwab

“Em todos os momentos da minha vida há uma mulher que me leva pela mão nas trevas (...). Isso acabou por se transformar num sentimento que é quase uma superstição: sinto que nada de ruim pode me acontecer quando estou entre mulheres”

Gabriel García Márquez



## Resumo

Essa tese tem por objetivo discutir as elaborações discursivas em torno do gênero na Inglaterra do século XV entre a família Paston. A análise pretende compreender como gênero, enquanto um campo de disputas de significados e elemento performático, foi elaborado e instrumentalizado por mulheres da *gentry* inglesa. O objetivo é questionar a ideia de binarismo rígido para gênero no medievo. Para isso, analisamos cartas trocadas entre a família Paston, destacando-se aquelas produzidas por Agnes Paston e Margaret Paston, em relação a diversos temas como uso das categorias “homem/mulher”, noções de maternidade/paternidade e as dinâmicas de propriedade e de negociação. A tese traz como defesa a construção de um espectro fluido e múltiplo de gênero que respondia às necessidades da *gentry* no século XV e das mulheres Paston mais especificamente. Dessa forma, pontuamos que a noção binária ou rigidamente fronteira de gênero não havia sido hegemônica no contexto estudado.

Palavras-chave: Idade Média; Gênero; Mulheres escritoras; Mulheres medievais;

## **Resume**

This thesis aims to discuss gender and its discursive elaborations in 15th century England among the Paston family. The analysis seeks to understand how gender, as a field of contested meanings and as a performative element, was developed and utilized by women of the English gentry. Our main goal is to question the idea of a rigid gender binarism in the medieval period. In order to achieve this, we have examined the letters exchanged among the Paston family, particularly those produced by Agnes Paston and Margaret Paston, regarding multiple topics such as the use of the categories 'man/woman,' notions of motherhood/fatherhood, and the dynamics of property and negotiation. The thesis argues for the construction of a fluid and plural spectrum of gender that responded to the needs of the 15th century gentry and, more specifically, the Paston women. Thus, we emphasize that the binary or rigidly bounded notion of gender had not been hegemonic in that period.

Key-words: Middle Ages; Gender; Women writers; Medieval women;

## Sumário

|  |            |
|--|------------|
| <b>Agradecimentos</b> .....  | <b>5</b>   |
| <b>Resumo</b> .....  | <b>9</b>   |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>13</b>  |
| Gênero como um problema historiográfico .....  | 14         |
| Como pensar em gênero no medievo? Reflexões teórico-metodológicas.....   | 16         |
| Guerras, peste, conflitos religiosos; ascensão social, aquisição de terras e flexibilidade social: a Inglaterra dos séculos XIV e XV .....                         | 25         |
| Documentação.....  | 31         |
| A família Paston.....  | 34         |
| As mulheres Pastons .....  | 36         |
| Ascensão da família .....  | 39         |
| Análise das cartas:.....   | 42         |
| <b>CAPÍTULO 1: Gênero: o espectro do ser e do estar no medievo inglês (século XV)</b> .....  | <b>47</b>  |
| ‘As bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras’: emergência da História das Mulheres e dos estudos de gênero ..... | 50         |
| Medievalística e a História das Mulheres .....   | 59         |
| Gênero: uma categoria útil de análise das multiplicidades .....  | 65         |
| ‘Sche seyð sche was but a woman’: o que significou ser mulher no medievo?.....   | 75         |
| Guerra e gênero: quantos gêneros, sexos e carnes existiram no campo inglês do século XV? .....   | 100        |
| Sexo uno? A dimensão do sexo, da carne e do gênero na Inglaterra do século XIV .....   | 108        |
| Afim, <i>o que era</i> gênero para as mulheres e <i>por que</i> o era?.....  | 121        |
| <b>CAPÍTULO 2: Maternidade e gênero</b> .....  | <b>128</b> |
| Historiografia e maternidade.....  | 133        |
| O corpo como espaço produtor de identidades .....  | 141        |
| Maternidade: a reprodução e o cuidado materno no medievo .....   | 147        |
| Mulheres Pastons e a performance materna.....  | 162        |
| Quais as formas possíveis de cuidado? Maternidade e paternidade entre os Pastons .....   | 180        |
| Dinâmicas familiares e a fama pública .....  | 191        |
| Mulher-pai, homem-mãe? Conclusão.....  | 199        |
| <b>CAPÍTULO 3: Propriedade e mediação entre mulheres da família Paston</b> .....   | <b>205</b> |
| Direito na Inglaterra: pulverização normativa .....  | 206        |
| ‘Sche seyð sche was but a woman’: mulheres Pastons e as disputas sobre suas propriedades .....   | 217        |
| Viúvas e a posse sobre a terra: .....  | 220        |

|  |            |
|--|------------|
| Fama e infâmia como ferramentas de atuação entre a <i>gentry</i> .....                                   | 230        |
| Mulheres viúvas e a posse sobre a terra .....  | 235        |
| A mulher casada e o acesso à propriedade:.....   | 239        |
| Domínio de ferramentas jurídicas entre mulheres Paston para proteção e manutenção das propriedades ..... | 252        |
| Intervenção e negociação: o papel das mulheres Paston como mediadoras políticas .....                    | 259        |
| Feminilidades, estatutos matrimoniais e propriedade: conclusão .....                                     | 268        |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....   | <b>278</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | <b>294</b> |
| <b>Apêndice</b> .....  | <b>307</b> |
| <b>Anexos</b> .....  | <b>311</b> |
| <b>Biografias</b> .....  | <b>315</b> |

## INTRODUÇÃO

Começar a escrita de um novo texto nunca é fácil. Sobretudo quando esse texto será avaliado, corrigido e reportado ao final. Trata-se de um exercício laborioso de tentativa e erro, substituição de palavras e ajuste de ideias que nos desgasta e, com um pouco de sorte, nos reconforta ao acabar. O texto será intercalado por reflexões minhas, da pesquisadora, cujo trabalho cansativo de sequenciar palavras não se distancia da própria pesquisa. O que tento dizer é que trago para o texto uma consequência não apenas literária, mas teórica de que o que produzo aqui é fruto de um processo difícil, penoso, que exige a subjetividade de quem produz - pelas leituras selecionadas, as conversas tidas com outros pesquisadores, pelo olhar próprio de quem escreve enquanto mulher, branca, pertencente ao sul global. Trarei à pesquisa o processo do pesquisar, porque o produto final não se desvincilha de sua elaboração contínua ao longo dos anos. Trarei ao texto angústias, desencontros e reflexões que se perderam ao longo da escrita, porque também eles foram parte dessa trajetória. Ao se deparar com esta tese, espero que o leitor ou a leitora possa acompanhar cada passo do doutoramento junto comigo e que possamos, ao final, perceber a ciência como uma produção séria, rígida, e também humana.

Por isso, importa saber que escrevo em um contexto bastante particular. Trata-se de um momento de pandemia, de isolamento social e de políticas para dismantelar e desacreditar a produção científica nacional. Se escrevo com dificuldade intercalada por dores de luto e inquietações, é porque fora dessas páginas o mundo segue de modo brutal. Nós, pesquisadores e pesquisadoras, fazemos o possível para dar continuidade à produção do conhecimento mesmo quando poucos esforços parecem ainda fazer sentido. Esforçamo-nos para demonstrar a validade da ciência e a urgência em rejeitar negacionismos e todo tipo de falsidade produzida como revelação. É por isso que vocês perceberão, em meio às páginas, pequenas pausas que foram inseridas para que eu pudesse respirar fundo; pausas em que uma xícara de café foi necessária antes que o cansaço vencesse a escrita.

Àqueles que decidirem pular o intimismo existencialista dessa produção podem fazê-lo ignorando os curtos parágrafos entre seções. Eu, por minha vez, me obrigo a escrevê-los para manter a honestidade do trabalho e, quem sabe, para aliviar em palavras o peso do mundo e dessa produção.

## Gênero como um problema historiográfico

“O que significa ser mulher?”.

Esta pergunta, com a qual abrimos o capítulo, é fruto de uma inquietação importante a respeito dos estudos de gênero. Muitos estudos abordaram a violência e a desigualdade entre homens e mulheres, inclusive para o período medieval, fazendo uso dessas categorias identitárias como referências de estudo. Em geral, pesquisas que abordam relações de gênero como aspecto central de suas preocupações também reconhecem o caráter contingente e histórico do gênero, suscetível, portanto, a mudanças nos seus significados e nas suas relações ao longo do tempo. No entanto, poucas pesquisas se dedicaram a entender o que significa “ser mulher” (ou homem, feminino, masculino, ...) antes de avaliar as diferentes relações de poder entre os sujeitos. Nesse sentido, muitas obras partiram de uma noção pré-estabelecida – e naturalizada – sobre feminino e masculino para que pudessem se dedicar imediatamente às relações de poder entre eles.

O que nos propomos neste trabalho é responder de que forma e quais os significados foram atribuídos ao gênero na Inglaterra medieval. Como essa lógica identitária foi entendida e instrumentalizada por diferentes sujeitos e de que maneira significaram feminino/masculino para que pudessem agir no mundo. Sobretudo, nos dedicamos a pensar em como as *mulheres* significaram gênero. Essa pergunta envolveu questões fundamentais, como: estaria o binarismo identitário, marcante do gênero na modernidade, também presente no medievo? As fronteiras entre os gêneros eram rígidas e intransponíveis como as produções acreditavam ser? E se, enfim, poderíamos verificar até mesmo um número maior de “gêneros” como em outras sociedades?<sup>1</sup>.

Para isso, nos concentraremos sobretudo nas produções escritas realizadas pela família Paston, destacando suas personagens femininas, em especial Agnes Paston (c. 1405-1479) e Margaret Paston (c. 1420-1484)<sup>2</sup>. Ambas desempenharam papéis importantes nas dinâmicas familiares, mobilizando gênero de diferentes maneiras para isso. Estamos circunscritos, também, à região de Norfolk (por vezes Suffolk) na Inglaterra durante o século XV, período

---

<sup>1</sup> Como em outras sociedades humanas - a exemplo dos muxes entre os zapotecas. Ver: BOTTON, Viviane Bagiotto. “Muxes: gênero e subjetivação, entre a tradição e as novidades”. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/34563/23689>>. Esse aspecto é pensado sobretudo pelos estudos decoloniais voltando-se, por exemplo, para as comunidades indígenas na América. Raewyll Connell faz um levantamento desses estudos e mostra como outras línguas (como chinês, japonês e iorubá) sequer fazem distinção de gênero gramatical. RAEWYLL, Connell; PEARSE, Rebecca. *Gênero, uma perspectiva global: compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo*. São Paulo: nVersos, 2015, p. 46.

<sup>2</sup> DAVIS, Norman (Ed.). *The Paston Letters: a selection in modern spelling*. Oxford: Oxford University Press, 1983. WATT, Diane (Ed.). *The Paston Letters: selected letters*. Cambridge: D.S. Brewer, 2004.

marcado por eventos importantes como a Guerra dos Cem Anos, a Guerra das Duas Rosas, perseguições contra heresias e ondas de peste bubônica que não havia sido erradicada.

Apresentaremos a família Paston com maior maior detalhamento à frente, mas devemos apontar desde já seu pertencimento à *gentry* inglesa. Como proprietários de terras em ascensão, os Pastons precisaram dedicar muito esforço para consolidar seu senhorio local e manter as propriedades que adquiriam – sob o olhar interessado de outros agentes sociais como os duques de Suffolk e de Norfolk. A origem da família foi constantemente questionada por seus rivais, promovendo desavenças a respeito das quais Agnes e Margaret Paston precisaram intervir e mediar para garantir seus interesses. Ao mesmo tempo, o fato de que os homens da família foram grandes estudiosos do direito forneceu a eles ferramentas jurídicas para as disputas territoriais, introduzindo as mulheres nesse universo legal e beligerante.

A reflexão a que nos propomos sobre a família foi provocada também pelas diferentes formas com que a documentação apresentava determinados tópicos. O tema da maternidade, colocado como um aspecto importante para a construção da mulher no medievo, aparecia de formas profundamente distintas em documentações cronologicamente próximas. A maternidade foi constantemente pensada como um elemento importante para os estudos de gênero, tornada um tópico de estudo sem justificativas mais aprofundadas a seu respeito. Por esse motivo, a ausência de um *por que* estudá-lo, o tema da maternidade pareceu ganhar um caráter natural na sua relação com o feminino – uma pré-determinação que nem sempre correspondeu às documentações. Quando contrastamos a compreensão de maternidade para Agnes e Margaret Paston com outras contemporâneas a elas e que também produziram documentos escritos, como Julian de Norwich (1342-1416) e para Margery Kempe (1373-1438), percebemos uma diferença considerável - inclusive no espaço dado por cada uma à maternidade em suas obras. Tanto o silenciamento quanto o papel de cuidado e proteção foram mobilizados por essas diferentes mulheres, de modo que a própria maternidade deve ser historicizada em relação ao seu papel para as identidades de gênero.

Outro tópico importante sobre o qual pretendemos nos debruçar é a relação estabelecida pelas mulheres Pastons com questões vinculadas à propriedade e às ações jurídicas. Nesse sentido, questionamos de que maneira feminilidade e masculinidade atuaram para possibilitar, ou impedir, a autoridade sobre a terra e a legitimidade de governá-la. Como parte de uma família em ascensão no campo inglês, tanto Agnes quanto Margaret enfrentaram dificuldades e ameaças em relação às posses familiares e precisaram contorná-las de diferentes maneiras.

### Como pensar em gênero no medievo? Reflexões teórico-metodológicas<sup>3</sup>

O primeiro aspecto importante a esse respeito gira em torno do tipo de documentação que utilizamos aqui. Os textos escritos pela família Paston se referem, mais especificamente, a um amplo conjunto de cartas que foram preservadas inicialmente pela própria família. Diferente de outros tipos de escrita, as cartas têm uma função e uma forma bastante específicas e que devemos considerar para analisá-las, sobretudo em relação às particularidades da epistolografia medieval. Dessa forma, quando lemos cartas é preciso atentar para as relações sociais que as permeiam, a linguagem, as normas e até mesmo os papéis que cada remetente e destinatário ocupam socialmente<sup>4</sup>.

Trabalhar com cartas no medievo, contudo, exige ainda outros cuidados. Muitos dos manuscritos que sobreviveram nas coleções são cópias e rascunhos da carta que havia sido realmente enviado e/ou recebido. Isso significa que na maior parte das vezes não podemos acessar o texto que foi *lido* (ou ouvido) pelo destinatário, mas intenções do que teria sido enviado. Além disso, em muitas ocasiões acessamos apenas uma parte do diálogo – no caso da família Paston, é possível identificar diversas cartas enviadas por Margaret a seu esposo John I, mas são raras as cartas de John I endereçadas à esposa Margaret Paston. Raras vezes teremos acesso ao contexto completo de determinadas questões debatidas entre a família.

O pesquisador Walter Ysebaert identificou três eixos de pesquisa em relação às cartas. Em primeiro lugar, a historiografia que se ocupa com a classificação das cartas em relação a conteúdo, forma e uso do documento. Distinguem, portanto, registros, epístolas, cartas ficcionais e cartas autênticas. Outro eixo da historiografia tem abordado o papel comunicativo dos textos, distinguindo aquelas destinadas a um público amplo ou a um público privado, se possui marcas de oralidade e quais as intervenções dos escribas na composição do manuscrito. Destaca que, nesse eixo, também aparecem as preocupações com o contexto histórico de produção, sobretudo se existem tensões ou aproximações do conteúdo da carta com os eventos contemporâneos a sua escrita. Por fim, o terceiro eixo estaria voltado à elaboração das coleções

---

<sup>3</sup> Existe uma longa tradição historiográfica de análise sobre escrita epistolar na Idade Média, tema que aprofundaremos ao longo da tese. Como referências iniciais, ver: FERRANTE, Joan M. “What really matters in medieval women’s correspondence”. In: BARTOLI, Elisabetta e HOGEL, Christian (Orgs). *Medieval Letters – Between Fiction and Document*. Turnhout: Brepols, 2015, p. 179-199. FORTES, Carolina C. “A muito amada irmã Diana de Santa Inês de Bolonha: a amizade entre homem e mulher no século XIII a partir de uma perspectiva de gênero”. In: CARLONI, K. e FORTES, C. C. (Orgs). *Mulheres Tecendo o Tempo: Experiências e experimentos femininos no medievo e na contemporaneidade*. Curitiba: CRV, 2020. p.177-193. CHEREWATUK, Karen, & WIETHAUS, Ulrike. *Dear Sister: Medieval Women and the Epistolary Genre*. University of Pennsylvania Press, 1993.

<sup>4</sup> YSEBAERT, Walter. “Medieval Letters and Letter Collections as Historical Sources: methodological questions, reflections, and research perspectives (sixth-fifteenth centuries)”. *Studi Medievali*, v. 50 (1), jun. 2009, pp. 41-73.



de cartas – quem fez a compilação, quais seus critérios de seleção e de manutenção<sup>5</sup>. A partir dessas diferenciações, apontamos que a preocupação dessa tese não gira em torno do caráter classificatório das cartas, nem mesmo das coleções. Utilizaremos as cartas para pensar na composição de conceitos e categorias de gênero pelos sujeitos que as escreveram, entendendo esses sujeitos como inseridos em um processo de transformação da vida social inglesa a partir de conflitos políticos e religiosos.

Portanto, precisamos sobretudo avaliar quem foi responsável pela composição do documento, quais jogos de poder estavam relacionados à preservação das cartas pela família e a sua própria escrita. Precisamos avaliar quais os destinatários da carta e os impactos disso para aquilo que é informado no texto – omissões, ênfases, construção argumentativa.

Em primeiro lugar, a carta (ou epístola) pode ser pensada como uma escrita cuja intenção é tornar presente quem está ausente, fixando por escrito suas ideias e propostas. Como um documento elaborado de forma intencional, no medievo carregava também um caráter quase público – e, por vezes, eram lidas em voz alta para o receptor da carta<sup>6</sup>. Promovendo um diálogo entre diferentes partes, esse registro era uma forma de comunicação, intervenção e até mesmo ensino (da retórica, por exemplo) que pressupunha uma conexão entre o emissor e o destinatário. Essa ponte poderia ser uma ferramenta importante para o apaziguamento de contendas ou estabelecimento de alianças sociais, importantes para a organização social no medievo<sup>7</sup>. Poderiam servir para mostrar a boa vontade em relação ao receptor do documento e fortalecer esses laços.

Ao mesmo tempo, não se reduziam a um caráter meramente informativo, mas pressupunham também uma lógica performática por adotar formatos e estilos específicos de acordo com o objetivo da mensagem e o destinatário dela<sup>8</sup>. O aspecto mais formal das epístolas

---

<sup>5</sup> YSEBAERT, op. cit., 2009. É importante destacar que em diversos casos a organização das coleções foi feita de forma muito tardia pelas edições modernas. A ordem das cartas, sua datação e o que foi incluído na coleção em raras ocasiões foi estabelecida pelo próprio autor. No caso das cartas da família Paston, a organização dos manuscritos começou a ser elaborada em fins do século XVIII, marcando uma distância profunda entre o momento de produção e de sua organização.

<sup>6</sup> Segundo Giles Constable, as cartas quase-públicas eram escritas por vezes visando a uma coleção futura e posterior publicação. Tinham como objetivo ser lidas por mais de uma pessoa, daí precisavam ser corretas e elegantes, mais do que originais e espontâneas. Isso significa que estavam submetidas a diversas regras de forma e organização que as padronizavam em certo grau, ainda que, devemos pontuar, isso não apagasse por completo a particularidade e a subjetividade de quem as compôs. Ver: CONSTABLE, G. *Letters and Letter-Collections*. Bélgica: Éditions Brepols, 1976.

<sup>7</sup> BOVO, C. R. “No âmago da epistolografia medieval: tipologia epistolar e política na correspondência de Pedro Damiano (1040-1072)”. *História (São Paulo)*, v. 34, n. 2, pp. 263-285, jul./dez. 2015.

<sup>8</sup> “A essência do gênero epistolário não era se uma carta realmente foi enviada, mas se performatizou uma função representativa”. Tradução livre de: “the essence of the epistolar genre, both in Antiquity and the Middle Ages,

estivera relacionado à *ars dictaminis* desenvolvida a partir dos séculos XI e XII quando a produção epistolar ganhou uma ampla produção, sobretudo graças aos espaços de ensino (como as universidades) que propagaram esse modelo de escrita. Nesse período, embora a produção fosse particularmente forte nas universidades e nos ambientes ascéticos, podemos apreender também a escrita de cartas com um caráter mais pessoal e por vezes autobiográficas<sup>9</sup> – mais próximas do que encontramos entre as produções da família Paston.

No final do século XI, mais e mais coletâneas foram produzidas a respeito das regras e orientações para a produção epistolar, a *ars dictaminis*<sup>10</sup>. Essa emergência foi uma resposta às demandas de instrução e comunicação na Europa a partir da intensificação das práticas comerciais e das maiores produções intelectuais. Sobretudo, foi também uma resposta às diferenciações políticas de jurisdição e de autoridade com a criação de chancelarias legais e eclesiásticas. A *ars dictaminis* foi um ponto decisivo na elaboração de epístolas no medievo, pois determinava a estrutura formal do texto, os pronomes de tratamento e quais conteúdos eram cabíveis ou não àquele tipo de escrito. As cartas poderiam ser de *stilus altus*, *stilus medius* ou de *stilus humilis* a depender da posição social daquele que compôs a carta e daquele que a recebeu. Nesse sentido, os cuidados de escrita e de retórica eram fundamentais e é preciso diferenciar as regras da *ars dictaminis* do que era de fato um desvio às normas gerais de composição.

---

was not whether a letter was actually sent but whether it performed a representative function” (CONSTABLE, op. cit., p. 13).

<sup>9</sup> Claudia Bovo (op. cit.) pontua que, nos ambientes escolares, as produções giravam em torno da vida dos estudantes e suas atribuições; nos espaços ascéticos reformados, por sua vez, abordavam temas como recrutamento e propaganda sobre a vida monástica. Em relação às cartas pessoais, afirma que havia uma tendência em examinar e publicizar as experiências pessoais, retomando o aspecto público dessas produções. Menciona, também, as cartas de caráter íntimo, como sobre amor – que também apareciam, devemos observar, entre as cartas da família Paston como à exemplo de Margery Brews e John Paston III a respeito do qual falaremos adiante. Em relação às classificações das cartas, a historiografia da segunda metade do século XX definiu como distinção os registros (cartas com fins arquivais), cartas para fins literários e “exemplários”, estes vinculados a *ars dictaminis* – ou a arte da composição de cartas. Determinar a categoria desses manuscritos é uma tarefa difícil, embora alguns indícios possam auxiliar na distinção entre o texto enviado originalmente e cópias ou rascunhos. O autor Ysebaert apontou, por exemplo, casos de manuscritos em que estruturas comuns das cartas não aparecem – como as saudações iniciais ao destinatário. O pesquisador observa também que muitas vezes os rascunhos das cartas eram feitos em tabletes de cera, de modo que muitas das cartas a que temos acesso podem ter sido revisadas. Ibid.

<sup>10</sup> Segundo Ronald Witt, o número de novos manuais decaíram a partir de 1290 - para o autor, essa queda seria consequência não de um menor interesse pelas regras retóricas, mas pelo sucesso da obra de Bonandrea *Brevis introductio ad dictamen*. Contudo, seu argumento é que isso teria retardado o desenvolvimento da oratória humanista - aspecto problemático na medida em que o autor parece buscar uma origem para o humanismo onde ainda não existia. Ver: WITT, Ronald. “Medieval ‘Ars Dictaminis’ and the Beginnings of Humanism: a new construction of the problem”. *Renaissance Quarterly*, v. 35, n. 1, (primavera 1982), pp. 1-35.

A arte desse modelo de escrita determinava, ainda, que as epístolas deveriam conter elementos básicos e muitas vezes obrigatórios. Por exemplo, a saudação, o exórdio, a narração, a petição e a subscrição. Desses, a *salutatio* (saudação, que se destinava a recomendar ou elogiar o receptor da carta) e a subscrição (que tinha em sua estrutura a assinatura e a garantia de autenticidade) eram intransponíveis<sup>11</sup>. A partir do regimento formal, poderíamos também identificar as cartas de acordo com o tema que apresentavam: cartas de súplica, didáticas, de ameaça, exortativa, de aconselhamento, de advertência, de deliberação, acusatória ou absoluta (enquadrada quando o tipo não competia a nenhuma das anteriores)<sup>12</sup>.

Um aspecto importante nas regras de composição das cartas que precisamos reforçar é o papel social ocupado pelo emissor e pelo destinatário. As epístolas precisavam ser organizadas contendo uma *salutatio* (saudação àquele que recebe a carta), um *exordium*, *narratio*, *argumentatio* e *conclusio*<sup>13</sup>. Essa estrutura formal não sofria alterações para as cartas privadas e portanto elas também deveriam se aproximar dessas regras de composição. A exigência de uma saudação ao receptor da carta é importante, pois ela seria determinada precisamente pela hierarquia social dos envolvidos. Ao lermos as cartas escritas por mulheres da família Paston destinadas aos seus maridos, a estrutura inicial dos textos é muito similar: começam exaltando o esposo e desejando-lhes bem. Esse início diz respeito à posição social dessas mulheres enquanto esposas e estão contidas nas cartas para que estivessem em conformidade às regras da *ars dictaminis*.

Agnes Paston, por exemplo, dirigiu-se ao marido em 1440 da seguinte maneira: “Ao meu adorável marido W. Paston essa carta seja entregue. Querido marido, eu recomendo-me a você, etc. Abençoado seja Deus, mando a você boas notícias sobre o que está por vir”, repetindo o padrão de *salutatio*. Ao final, concluiu a carta com “Que a Santa Trindade tenha você em sob seu senhorio. Escrito em Paston com pressa, quarta-feira após *Deus qui errantibus*, na falta de um bom escriba, etc. Sua, Agnes Paston”<sup>14</sup>, em que a assinatura vem acompanhada de nova exortação. Margaret Paston usava uma estrutura similar nas cartas enviadas ao marido,

---

<sup>11</sup> CONSTANCE, op. cit.

<sup>12</sup> BOVO, op. cit.

<sup>13</sup> Segundo Witt, o provável fundador dos manuais de *ars dictaminis* foi Alberico Montecassino, quem defendeu a divisão das cartas entre as estruturas mencionadas acima. Essa organização poderia mudar conforme o autor, caso do século XIII em que um autor chamado William teria proposto seis partes: *salutatio*, *captatio*, *proverbium*, *narrativo*, *petitio*, *conclusio*. Ibid., p. 10.

<sup>14</sup> Tradução livre de “To my worshepefull housbond W. Paston be þis lettere takyn. Dere housbond, I recomaunde me to yow, &c. Blyssyd be God, I sende yow gode tydynggys of þe comyng (...) The Holy Trinité have yow in gouernaunce. Wretyn at Paston in hast þe Wednesday next after Deus qui errantibus, for defaute of a good secretarye, &c. Yowres, Agnes Paston”. (Carta escrita provavelmente em 20 de abril de 1440 Agnes Paston para William Paston I. Disponível em < <https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.1?rgn=div2;view=fulltext> >. Acesso em 29 de maio de 2023.

John I: “Ao meu venerável marido, John Paston, vivendo em Peterhouse em Cambridge. Adorável e reverente marido, recomendo-me a você com todo meu simplório coração” – nesse caso, o elemento amoroso aparece junto à *salutatio*. Ao concluir a carta, fez constar: “Não mais escrevo a você nesse momento, mas que a Santa Trindade o tenha consigo. Escrito em Norwich no domingo da Trindade. Sua, Margaret Paston”<sup>15</sup>. Por fim, poderíamos ainda observar o exemplo de Margery Brews Paston (que se casaria com o segundo filho de Margaret, John Paston III). Sua carta apresentava ainda mais elementos amorosos por se tratar de um período anterior ao casamento com John III, ainda assim mantendo uma estrutura padrão de *salutatio*:

“Para o meu bem amado namorado John Paston, escudeiro, que esse documento seja entregue, etc. Adorável e reverente e meu bem amado namorado, recomendo-me a você de pleno coração, desejo ouvir sobre seu bem-estar, que peço ao Todo-Poderoso Deus que o preserve em sua boa vontade e em no desejo de seu coração”<sup>16</sup>.

A expressão “voluntyne” (*valentine*, no inglês moderno) é uma característica marcante das cartas de Margery Paston e marcam um prolongamento da *salutatio* em relação às demais. Ainda assim, a estrutura básica repetida por Margaret e Agnes Paston está contida no início da epístola. Ao final, Margery concluiu:

“Sem mais nesse momento, mas que a Santa Trindade o tenha consigo. E peço a você que esse documento não seja visto por nenhuma outra criatura terrena, exceto você mesmo, etc. E essa carta foi escrita em Topcroft de todo pleno coração, etc. Por sua própria M.B.”<sup>17</sup>.

Mesmo que estivessem apenas envolvidos nas negociações de casamento, o padrão de escrita das cartas seguiu-se muito similar às anteriores – como ao pedir que a Trindade o tivesse consigo, de maneira similar à carta de Margaret Paston. O esforço em mostrar-se agradável estaria ligado também a outra função da epístola, o *exordium*.

Para Ronald Witt, a função do *exordium* seria mostrar-se ao destinatário de forma “atenciosa, gentilmente disposta e dócil”<sup>18</sup> – uma forma de garantir que as informações

---

<sup>15</sup> “To my worshepful husbon, John Paston, abidyng at Petyrhous in Cambrigg. Ryth reuerent and worsepful husbon, I recomawnde me to 3ow wyth alle myn sympyl herte (...) No more I wryte to 3ow atte þis tyme, but þe Holy Trenyté hawe 3ow in kepyng. Wretyn at Norweche on Trenyté Sunne-day. 3owr [deleted in MS] Markaryte Paston” (Carta escrita provavelmente em 1441. Margaret Paston para John Paston I. Disponível em < <https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.1?rgn=div2;view=fulltext> >. Acesso em 29 de maio de 2023).

<sup>16</sup> “Vn-to my ryght welbelouyd Voluntyne John Paston, squyer, be þis bill + delyuered, &c. Ryght reuerent and wurschypfull and my ryght welebelouyd Voluntyne, I recommande me vn-to yowe full hertely, desyryng to here of yowr weelfare, whch I beseche Almyghty God long for to preserve vn-to hys plesure and 3owr hertys desyre.”. Carta de fevereiro de 1477, Margery Brews Paston para John Paston III. Disponível em < <https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:14.1?rgn=div2;view=fulltext> >. Acesso em 29 de maio de 2023.

<sup>17</sup> “No more to yowe at this tyme, but the Holy Trinité hafē 3owe in kepyng. And I besech 3owe þat this bill be not seyn of non erthely creature safe only 3our-selfe, &c. And thys lettur was jndyte at Topcroft wyth full heuy herte, &c. Be 3our own M. B.”. Ibid.

<sup>18</sup> Segundo ele, “attentive, kindly disposed and docile”, *ibid.*, p. 9.

subsequentes seriam bem recebidas pelo leitor e que o texto teria a eficiência desejada. O *exordium* e a *salutatio* tinham um papel importante também para amenizar as diferenças hierárquicas entre os envolvidos na carta, assegurando benevolência quando vindo de um superior e mostrando respeito quando vindo de um inferior. Já a parte da narrativa em si da carta ganhava pouco espaço nos manuais, precisando ser o mais breve e objetiva possível<sup>19</sup>.

Essas definições, contudo, estavam mais relacionadas às cartas de petição do que aquelas usadas para a comunicação entre familiares e com a qual lidaremos mais diretamente com a família Paston. Com o desenvolvimento da *ars dictaminis* e a expansão desse modelo de escrita, as cartas passaram a apresentar temas cada vez mais rotineiros de modo que a forma ou o estilo de sua produção estiveram mais relacionadas ao propósito da carta, flexibilizando sua estrutura. Essa flexibilização teria permitido a emergência de escritas vernaculares nas cartas, mais íntimas e privadas do que suas antecessoras<sup>20</sup>. As cartas produzidas pela família Paston estiveram entre os dois campos mencionados: enquanto algumas tinham um caráter claramente pessoal (incluindo pedidos para que fossem queimadas depois de lidas), outras pareciam se destinar a uma percepção pública sobre os adversários da família – aspecto que abordaremos mais à frente.

As epístolas, enfim, são definidas por Janet Altman como “o uso de propriedades formais da carta para criar significado”<sup>21</sup>. As cartas teriam, nesse sentido, uma multivalência enquanto fenômeno linguístico e social cujo significado se submeteria, por vezes, à função da forma. Essas reflexões dialogam com um debate teórico na historiografia sobre conteúdo e forma: qual dos dois aspectos seria mais ou menos determinante para o significado do documento. No caso epistolar, os dois aspectos são interconectados e interferem diretamente um no outro. Enquanto o conteúdo nos direciona para um tema específico e uma perspectiva específica de mundo, a forma determina de antemão as possibilidades de abordagem<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> Para alguns críticos, a demanda por objetividade na parte narrativa teria sido responsável por impedir um desenvolvimento reflexivo, intelectual, nas cartas limitando-as a demandas específicas. Não concordamos com essa perspectiva para o caso das cartas elaboradas pela família Paston. Ainda que os motivos de sua composição sejam objetivos, observamos brechas na suposta rigidez de escrita - como uma lista de afazeres organizada por John Paston I para Margaret Paston e escrita em versos (carta enviada em 20 de setembro de 1465. Ver: DAVIS, op. cit., p. 132). Além disso, parece estipular que as cartas objetivas possuem pouca contribuição em relação à demanda em si, quando ela pode sim oferecer informações importantes. Por exemplo, o que aqueles autores entendiam como objetividade e, sobretudo, o que entendiam como tema secundário ou fundamental.

<sup>20</sup> CONSTANCE, op. cit.

<sup>21</sup> “[T]he use of the letter’s formal properties to create meaning” ALTMAN, Janet G. *Epistolarity: approaches to a form*. Columbus: Ohio State University Press, 1982, p. 4.

<sup>22</sup> Em relação à historiografia, Altman destaca que a forma não é mais pensada apenas como o que recobre o conteúdo, “that the medium chosen by an artist may in fact dictate, rather than be dictated by, his message” (ibid., p. 8). Nesse sentido, escolher a epístola como meio de produção é, de início, delimitar as possibilidades de construção narrativa - ou seja, a forma importa tanto quanto o conteúdo.

Nesta pesquisa trabalharemos com uma análise qualitativa das cartas produzidas pelas mulheres da família Paston. Nesse sentido, não faremos análises sequenciais, banco de dados ou demais métodos quantitativos para trabalhar com cartas. Uma das razões para essa escolha metodológica diz respeito ao tipo de abordagem que consideramos mais adequada para tratar de gênero no medievo: uma análise discursiva sobre as relações de poder e constituições de categorias, aproximando-nos dos métodos de arqueologia e genealogia de Michel Foucault<sup>23</sup>.

Importante retomarmos que temos como objetivo verificar as elaborações discursivas das categorias de feminino e masculino (ou outras) a partir de textos escritos por mulheres na Inglaterra entre o século XIV e o XV. Nesse sentido, entendemos o discurso como aspecto central de nossa análise, permeado por disputas de poder que dialogam permanentemente com as relações de gênero. Isso significa dizer que existem três eixos conceituais que servem como base fundamental dessa análise: os conceitos de discurso, de poder e de gênero. Junto deles, conceitos como poder-saber, metodologia arqueológica e genealógica, além das próprias noções de carta e de epístola próprias ao medievo.

Discurso, gênero e poder se articulam mutuamente na medida em que o discurso é em si mesmo um espaço de atuação do poder, distinguindo-se entre formas de discursos admitidos e excluídos - aqueles que se alinham a um regime de verdade e aqueles que são rejeitados, silenciados. O discurso não é uma mera *representação* da realidade - como uma janela pela qual é possível observar o passado em suas distintas formações - mas um organizador dessas relações. Não trataremos o discurso, portanto, como um reflexo do passado e sim como um instrumento e objeto de disputa no passado. Instrumento este que não é estável, mas marcado pela multiplicidade de estratégias, dispositivos e agentes que os disputam. Pensamos no discurso entendendo as distinções “segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra”<sup>24</sup>. Portanto, os agentes que mobilizam determinados discursos, as construções que elaboram, os enunciados de que dispõem, os espaços sociais que ocupam e as relações de poder nas quais estão inseridos são fundamentais para a análise.

O discurso deverá ser pensado, também, tanto em seu aspecto negativo de repressão do que pode ser dito quanto no aspecto positivo do que se incita a falar - portanto, silêncios e recorrências são fundamentais para entendermos as estratégias de enunciação. É preciso incluir

---

<sup>23</sup> Dialogando com as perspectivas desconstrucionistas, Michel Foucault apontou a arqueologia como um processo de inquietação diante de determinados recortes (que são, em si, *atos de discurso* e também normativos). “Trata-se de arrancá-las de sua quase-evidência” (FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 29) enquanto a geologia ocupa-se com as relações de poder que permeiam os discursos.

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 110.

na análise as contradições, as incoerências e as ausências para que possamos perceber a construção discursiva sobre gênero. Nessa tarefa, partimos da perspectiva foucaultiana de que é preciso observar os efeitos gerados pelas relações de poder-saber e quais relações de força tornam necessárias o uso de um ou outro enunciado. Observar não apenas as normatividades, mas possíveis rupturas e distorções. Entendendo discurso como campo de disputa, é nele que podemos observar as insurgências ou os usos da norma como ferramenta de autoridade e proteção. Seus usos nos permitem pensar nos limites da fala disruptiva, uma vez que muitas mulheres precisaram reforçar em seus textos a submissão à Igreja como proteção às perseguições heréticas. Esses aspectos são fundamentais para avaliarmos não o discurso em si, enquanto uma entidade autônoma, mas como fruto de construções de agentes históricos.

Para isso, é importante entendermos também o que é pensado aqui como poder. Não trataremos do poder como uma relação vertical ou unidirecional reduzido às dominações determinantes que inviabilizam a resistência ou a reordenação da normativa. Pensamos poder como relações, estas que acontecem em múltiplas esferas em distintas direções. São relações desiguais, cujos regimes de verdade concedem a alguns sujeitos a autoridade do enunciado legítimo e a outros não, mas ainda assim múltiplas e instáveis. Sua força, como propunha Foucault, está no elemento repetitivo e autorreprodutor que reitera as normas de forma constante através de diferentes dispositivos e aparelhos de dominação. Ainda assim, é por ser um jogo de disputas que permite rupturas, distensões. Devemos ressaltar que isso não significa entender que existem *apenas* repetições, mas que muitas vezes os discursos são repetidos e, em outras, distendidos. Em partes, o afastamento se dá pela existência de múltiplos discursos disponíveis em jogo e a tentativa de instrumentalizá-los de formas diferentes para ocupar determinados espaços sociais e exercer certos papéis.

As lógicas de poder não são, também, externas às relações sociais - e destacamos aqui sobretudo as relações de gênero. Ao invés de pensar poder e gênero como aspectos distintos e separados da vida social, precisamos pensar que o poder é parte intrínseca das relações de gênero no sentido de que, embora possa ser disputado, está *necessariamente* presente quando tratamos de gênero. A construção de masculinidade e de feminilidade partem precisamente dos jogos de poder em relação àqueles que podem ocupar certos espaços e tomar para si a fala autorizada, legítima.

Gênero, por sua vez, é entendido aqui tanto em um aspecto performativo. Significa dizer que o gênero é também elaborado constantemente através de discursos, atos de fala, movimentos do corpo. É normatizado como instrumento de sujeição e ao mesmo tempo depende das técnicas de si e da subjetivação das normas - que podem ser reinterpretadas,

adaptadas ou reforçadas pelos sujeitos. Raewyn Connell reivindica esse lugar de construção de si mesmo enquanto masculina e feminina: “Reivindicamos um lugar na ordem de gênero - ou respondemos ao lugar que nos é dado”<sup>25</sup>, o que é importante para pensarmos não apenas na sujeição e disciplinamento, como também nas atualizações do que é elaborado como masculino ou feminino.

Connell chama a atenção também para o fato de que o gênero nem sempre é o aspecto determinante para a constituição identitária. Significa dizer que embora esteja presente, pode ser um aspecto secundário no momento de se inserir e de ser reconhecido socialmente. Connell aponta o exemplo de uma pesquisa do século XX com crianças e como elas se relacionam ativamente com o gênero, sem se limitarem a quadros fixos de masculinidade ou feminilidade. Embora exista uma distância fundamental entre a nossa pesquisa e esse caso, o exemplo nos exige pensar que gênero está submetido a outras dimensões da identidade e que, portanto, está sujeito também não só a outras matrizes de dominação mas também a graus distintos de relevância. Permite-nos pensar também em como categorias que são dadas na historiografia como fundamentais para o feminino - como a maternidade - não são basilares *em si mesmas*, mas na medida em que (e apenas *se*) forem articulados como tais.

Desse modo, seguimos a definição de Judith Butler de que gênero são “atos performativos discursivamente compelidos, (...) a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida”<sup>26</sup>, reproduzindo uma essencialização apenas aparente. Portanto, gênero não é uma categoria essencialista, biológica e imutável, mas atos corporais e discursivos que se reforçam na repetição e que, nos próprios atos, abrem brechas para as rupturas<sup>27</sup>. Abordaremos mais adiante as problemáticas sobre o conceito de repetição de Butler, mas pontuamos desde já a necessidade de entender que os

---

<sup>25</sup> A contribuição de Raewyn Connell e de Rebecca Pearse nesse sentido é importante para pensarmos também nas identidades de gênero transsexuais e *queers*, que escapam a determinações de gênero ao reivindicar outra identidade para si. Distinguimos nosso olhar ao de Connell, contudo, no sentido de que não vemos gênero através do estruturalismo que aparece em sua definição. Ver CONNELL, op. cit., 2015, p. 39 e 48.

<sup>26</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 9 e p. 59

<sup>27</sup> Tanto Michel Foucault quanto Judith Butler foram criticados pelo pouco espaço dado por eles, em suas respectivas análises, à ruptura. Destacamos então que, apesar de Foucault concentrar sua análise na normatividade e Butler na performatividade, ambos admitem a possibilidade de rompimento e mudança. Os filósofos pensam sobretudo no poder repetitivo e que, no instante da repetição, abrem espaço para as distensões. Entendemos que é por existir elaborações constantes sobre o que é o gênero - nunca consolidadas nem estáveis - que as rupturas acontecem. Ao produzir diariamente o gênero na performance do corpo ou do discurso, os sujeitos adaptam, ressignificam e selecionam aspectos que constituirão então o feminino e o masculino em suas identidades. É por isso também que as compreensões de masculinidade e feminilidade podem mudar, contradizer-se e tensionar-se uma contra a outra, porque são construídas a todo momento através de relações, de gestos, de falas.



desvios não são exceções raras do processo de formação e performance de gênero, mas parte constituinte deles.

Os estudos sobre História das Mulheres e Gênero foram por diversas vezes relegados a um campo “das mulheres” - algo como um nicho particular dado às pesquisadoras para que elas pudessem se distrair enquanto os homens faziam História de verdade, com H maiúsculo. Importa destacar, portanto, que não somente a história sobre mulheres constitui parte substancial dos eventos passados, como a análise de gênero não é um mero anexo à História. Mais do que a simples adição de um tema, observar o passado pelo viés do gênero é também afetar nossa própria concepção epistemológica sobre a História - como marcada por sujeitos múltiplos, fragmentários, de feitos cotidianos e repetitivos. É como Eleni Varikas observou: “não é somente um *princípio de ordem* (...); é, igualmente, uma *grade de leitura*, uma *maneira de pensar o mundo*”<sup>28</sup>. Uma perspectiva que colocou em suspenso as noções estáveis de verdade, de ciência e de humanidade, introduzindo nelas as concepções de outridade, alteridade, construções de autoridade.

Varikas faz uma distinção importante também entre as diferentes perspectivas de análise de gênero, sobretudo em relação às leituras da diferença. Por vezes, o estudo da diferença naturalizou o binarismo de gênero e retirou a “historicidade das práticas de diferenciação”<sup>29</sup>. É por isso que se torna necessário avaliar o gênero em seu momento de construção, não como categorias previamente estabelecidas. Trata-se de colocar em suspenso nossos conceitos, tensioná-los ao invés de tomá-los como categorias universalizantes e estáveis - exercício proposto inclusive por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber*<sup>30</sup>. Varikas nos incita a lembrar que os fatos não encerram lógica predestinada para além do que é concedido a eles, em outras palavras, não há estabilidade sobre gênero no passado para além do que os pesquisadores atribuíram a ele. É no inquietamento sobre o passado e na suspensão do que foi dado que se faz a *historicidade* do gênero.

### **Guerras, peste, conflitos religiosos; ascensão social, aquisição de terras e flexibilidade social: a Inglaterra dos séculos XIV e XV**

O fim do século XIV foi um período de profunda instabilidade - mesmo que não fosse apenas caracterizado por uma crise. As guerras e a peste bubônica levaram a um processo de recessão econômica na Inglaterra, sobretudo na produção agrícola. As fazendas passavam por dificuldades de produção e até mesmo faltavam arrendatários para ocupar as terras -

---

<sup>28</sup> VARIKAS, op. cit. 2016, p. 22.

<sup>29</sup> VARIKAS, op. cit., 2016, p. 57.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

importantes uma vez que, através deles, vinham também boa parte das rendas da nobreza. Em contrapartida, revoltas camponesas aconteciam contra taxações e o início do cercamento de terras em algumas regiões, como as sublevações camponesas de 1381<sup>31</sup>.

Por outro lado, o comércio ganhava maior destaque, em especial ligado à produção têxtil. Ainda que enfrentassem a concorrência da Liga Hanseática, os mercadores ingleses encontravam espaço no comércio internacional para os seus produtos. Nesse momento, algumas famílias de mercadores progrediram e ascenderam graças ao comércio marítimo<sup>32</sup>. A nobreza, por sua vez, estava imersa em diversas contendas que foram iniciadas por diversos motivos – a maior parte por disputas sobre propriedade. Essas disputas podem ser pensadas através de todos os conflitos envolvendo a família Paston ao longo do século XV, como a tentativa de cerco e tomada de suas propriedades em Caister ou Helleston. Essas disputas envolveram não só outros membros da *gentry* que buscavam ascensão senhorial, mas também parte da nobreza como os duques de Suffolk e de Norfolk. Para Bernie Wilkinson<sup>33</sup>, esses setores médios ingleses (como a *gentry*, os mercadores, os *yeomen* e os artesãos) teriam consolidado sua posição nas cidades a partir do século XIV de modo que, o final do século, foi marcado pela emergência dos proprietários de terras medianos à alta nobreza - como o caso de Thomas Chaucer, filho do poeta Geoffrey Chaucer e cuja propriedade em Gresham foi adquirida por William Paston I<sup>34</sup>.

A ascensão dessas famílias também esteve vinculada a um maior acesso ao letramento. Aos poucos, o acesso à leitura das línguas vernaculares e de uma escrita instrumental para o comércio tornava-se disponível. Surgiam escolas de gramática e outros centros de estudo que permitiam o letramento fora dos espaços reclusos do clero, o que incluía a alfabetização de mulheres. Alguns pesquisadores defendem, ainda, um conceito de letramento que não se limita ao domínio do latim - como o caso de Franz Bäuml<sup>35</sup>. Nesse sentido, ao reconhecer o domínio da leitura ou da escrita em línguas vernaculares, abre-se a possibilidade de pensar em níveis de letramento e conseqüentemente um acesso possível das mulheres à escrita e à leitura. Enquanto o domínio do latim ainda era restrito - vinculado sobretudo ao clero masculino - uma

---

<sup>31</sup> PARKER, Kate. "Lynn and the Making of a Mystic". In: ARNOLD, John H.; LEWIS, Katherine J. (Ed.). *A Companion to The Book of Margery Kempe*. Cambridge: D. S. Brewer, 2004, p. 56.

<sup>32</sup> GOODMAN, Anthony. *Margery Kempe and her world*. Harlow: Pearson Education, 2002.

<sup>33</sup> WILKINSON, B. *The Later Middle Ages in England, 1216-1485*. London: Routledge, 1969.

<sup>34</sup> DAVIS, Norman. "Introduction". In: DAVIS, N. *The Paston Letters: a selection in modern spelling*. Oxford University Press: Oxford, 1963. A introdução foi adicionada à edição original no ano de 1983.

<sup>35</sup> BÄUML, Franz. "Varieties and Consequences of Medieval Literacy and Illiteracy". *Speculum*, v. 55, n. 2 (abril, 1980), pp. 237-265.

alfabetização mínima era possível também às mulheres. Elas foram muitas vezes parte de redes de escrita e leitura através da troca de obras e de livros passados em testamento<sup>36</sup>.

A posse de livros tornava-se menos incomum entre os setores mais abastados, o que pode ser percebido inclusive entre os Pastons segundo cartas que indicam a compra de livros pela família. Em 1468, por exemplo, John Paston II recebeu a carta de um William Ebsham referente a um livro que ele havia solicitado: “Recomendo-me sob sua maestria, suplicando-o ternamente para que me veja de algum modo recompensado pelo meu trabalho no grande livro que tenho escrito sob a sua dita maestria”<sup>37</sup>. Ebsham foi também escrita da família, responsável por algumas das cartas escritas. Em outros momentos a aquisição de livros é mencionada também por membros da família, indicando o estabelecimento dessa rede. No entanto, essa menção se dá em especial quanto a John Paston II, havendo poucos indícios de leitura das mulheres. Como um momento pontual em que Agnes Paston faz uma citação de Geoffrey Chaucer em sua carta de 1465 para o filho mais velho. A citação viria da obra *Knight's Tale*: “This world is but a thoroughfare, and full of woe”<sup>38</sup>. Na carta de 1465, aconselhava o primogênito John Paston I em um tom de reconciliação entre ambos após anos desavenças pelo testamento de William I. O filho morreria um ano depois dessa carta, na qual Agnes Paston escreveu:

“prepare-se o melhor que puder de modo que possa ter o mínimo a fazer no mundo. Seu pai disse, ‘em pouco trabalho reside muito descanso’. [início da citação de Chaucer:] Esse mundo é apenas uma passagem e é cheio de aflição [fim da citação de Chaucer]; e quando partimos dele, não levamos nada conosco exceto nossas ações boas e ruins”<sup>39</sup>.

Por intermédio de Clement, irmão de John I, Agnes Paston pôde se reconciliar com o primogênito, desejando-o todas as bênçãos divinas antes que ele viesse a falecer em 1466.

Esses indícios apontam para mudanças na relação com o mundo. Por um lado, as tensões advindas das guerras e das disputas por terras; de outro lado, o crescimento comercial, a expansão pequena mas presente do letramento, a proximidade da devoção religiosa aos leigos

---

<sup>36</sup> WATT, Diane. *The Paston Women: selected letters*. D.S. Brewer: Cambridge, 2004. Ver também GARÍ, Blanca (Ed.). *Redes femeninas de promoción espiritual en nos Reinos Peninsulares (s. XIII-XVI)*. Viella Livreria Editrice: Barcelona, 2013. Em 1447 o número de escolas teria sido destacada pelos comuns na Inglaterra, um indício dessas mudanças. A esse respeito ver WILKINSON, op. cit.

<sup>37</sup> Tradução livre de “I recommend [me] unto your good mastership (...) beseeching you most tenderly to see me somewhat rewarded for my labour in the great book which I write unto your said good mastership” (DAVIS, op. cit., 1963, p. 168).

<sup>38</sup> Carta de 29 de outubro, possivelmente 1465. Ibid., p. 151.

<sup>39</sup> “Be my counseyle, dyspose youre-selfe as myche as ye may to haue lesse to do in þe worlde, youre fadyr sayde, 'In lityl bysynes lyeth myche reste.' þis worlde is but a þorough-fare and ful of woo, and whan we departe þer-fro, riȝth nouȝht bere wyth vs but oure good dedys and ylle.”. Carta de 29 de outubro de 1465, Agnes Paston para John Paston I. Disponível em < <https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.18?rgn=div2;view=fulltext> >. Acesso em 03 de junho de 2023.

e os riscos de recair em heresia. Esses aspectos influenciaram a vida cotidiana de Norfolk, na Inglaterra, onde a família Paston estabeleceu grande parte de suas propriedades senhoriais.

Além das questões já apontadas a respeito da economia inglesa, o fim do século XIV e o início do século XV foram marcados por uma constante instabilidade política e social – não necessariamente contínua, mas recorrente. Em 1381 houve uma das maiores revoltas na região, a chamada Revolta Camponesa contra algumas medidas tarifárias e o contexto de peste bubônica que ainda impactava a economia inglesa. Entre 1382 e 1383 as tensões estenderam-se também diante dos conflitos papais - a disputa entre Urbano VI e Clemente VII pela liderança do papado. A França, promovendo o reconhecimento de Clemente VII como papa legítimo, teria invadido Flandres - uma região de contato próximo com a Inglaterra e que impactaria em sua política. O rei inglês, Ricardo II (1367-1400) tentou uma trégua com a França através do casamento com Isabel de Valois, mas passou a sofrer oposição interna na Inglaterra de nobres como o senhor de Warwick (Thomas de Beauchamp) e Thomas Arundel (conde e irmão do arcebispo de Canterbury)<sup>40</sup>.

As tensões não diminuíram. Em 1399 a dinastia Plantageneta chegou ao fim com a deposição do rei Ricardo II (1367-1400) e a ascensão do Lancaster, Henrique IV (1367-1413). O herdeiro e rei Henrique V governou por pouco tempo, sendo sucedido por Henrique VI (que governou efetivamente de 1430 a 1461) que reivindicava também seu direito ao trono francês graças ao Tratado de Troyes de 1420<sup>41</sup>, embora a França não o reconhecesse como herdeiro legítimo. Diante de suas intenções políticas, Henrique VI casou-se com Margaret de Anjou ligada ao reino de Nápoles, para fortalecer sua posição política. Os conflitos com a França foram encerrados em 1453, mas nesse mesmo ano o rei precisou se afastar do trono, deixando como regente Ricardo, duque de York. No entanto, e com a influência adquirida, o duque de York ganhou apoio de Ricardo Neville, conde de Warwick, em suas próprias pretensões ao trono inglês. O conflito teve seu estopim inicial quando Henrique VI, de volta ao trono, removeu o cargo de Protetor do Reino de Richard, duque de York. Nesse mesmo ano teve início a primeira batalha da Guerra das Duas Rosas, conhecida como Batalha de St. Albans (1455)<sup>42</sup>,

---

<sup>40</sup> WAGNER, J. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. Londres: Greenwood Press, 2006.

<sup>41</sup> O tratado havia sido assinado durante o governo de Henrique V por Carlos VI da França quando as tropas inglesas conseguiram avançar e impôr suas medidas. Previa que Henrique V ou seus descendentes seriam considerados herdeiros do trono francês. Na prática, o tratado não foi visto de modo legítimo - indicado até mesmo pela continuidade dos conflitos por mais de vinte anos após a assinatura.

<sup>42</sup> Sobre o conflito, ver: KENDALL, P. M. *The Yorkist Age: daily life during the Wars of the Roses*. Nova York: Anchor Books, 1962. MCCULLOCH, D.; JONES, E. D. "Lancastrian Politics, the French War, and the Rise of the Popular Element". *Speculum*, v. 58, n. 1, 1983.

e que seria bastante influente na vida da família Paston. A guerra colocaria em oposição os aliados da família York contra aqueles associados aos Lancasters durante algumas décadas<sup>43</sup>.

Em meio aos conflitos, o rei Henrique VI foi preso e quem assumiu a liderança das tropas a seu favor foi a rainha Margaret e seu filho, Eduardo. No entanto, em 1461 Eduardo, membro da família York, foi proclamado rei enquanto Henrique VI e Margaret de Anjou precisaram fugir para o exílio. Os homens da família Paston chegaram a lutar ao lado de Henrique VI, como mencionado anteriormente, mas precisaram pedir perdão ao novo rei diante das mudanças políticas<sup>44</sup>. Em 1469, os conflitos ganharam nova intensidade quando o rei Eduardo perdeu apoio de antigos aliados, incluindo Ricardo Neville, conde de Warwick e até então liderança importante das tropas pró-York. Nesse ano, conseguiram restabelecer Henrique VI como rei da Inglaterra; ainda assim dois anos depois foram novamente derrotados. Henrique VI morreu em 1471 e Margaret de Anjou foi mantida presa até 1475 quando conseguiu sua liberdade por intermédio do pai diante do rei francês Luís XI – que viria a negociar, por sua vez, com o rei Eduardo na Inglaterra<sup>45</sup>.

Quando Eduardo IV morreu, seu irmão Ricardo de Gloucester tomou o governo do sobrinho (alegando ser um filho bastardo e, portanto, ilegítimo) assumindo como Ricardo III em 1483<sup>46</sup>. Os antigos aliados de Eduardo não reconheceram o novo rei, dando início a novos conflitos e rebeliões na Inglaterra. Foi apenas em 1485 com a morte em batalha de Ricardo III, que houve um período de maior continuidade política com Henrique VII, da família Tudor, assumindo o poder na Inglaterra e dando fim à Guerra das Duas Rosas em 1487.

Tanto a Guerra dos Cem Anos quanto a Guerra das Duas Rosas tiveram impacto profundo nas relações políticas e sociais da Inglaterra, além da própria estrutura econômica.

---

<sup>43</sup> A respeito dos impactos políticos do período, ver: ELLIS, S. “Crown, Community and Government in the English Territories, 1450-1575”. In: *Third Conference on the Formation of the English State, abril de 1984, St Peter’s College*. Comunicação. Oxford, 1984.

<sup>44</sup> Em 18 de abril de 1471, John Paston II enviou uma carta à mãe em que a tranquilizava a respeito de sua saúde e do irmão, acrescentando: “my lorde Arche-bysshop is in the Towre. Neuer the lesse I trust to God þat he schall do well j-noghe. He hathe a saffe-garde for hym and me bothe. Neuerthelesse we haue ben troblyd syns, but nowe I vndrestande þat he hathe a pardon, and so we hope well”. Na carta, menciona um salvo-conduto (“saffe-garde”) para o arcebispo e para si mesmo e que, embora tivessem sido atormentados, entende que então o arcebispo teria conseguido um perdão (“pardon”) real. Carta disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:9.31?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 03 de junho de 2023.

<sup>45</sup> DRYDEN, D. D. *Margaret of Anjou and her Relation to the War of the Roses*. Tese de Mestrado. Mestrado em História da Arte, Universidade de Illinois, 1916.

<sup>46</sup> “In the course of the fifteenth century this hardy race (...) seized weapons to uncrown a king, Henry VI, and set a new dynasty, the Yorkist, upon the throne. A decade later, they again took arms to decide that the line of York should keep what it had won. On the death of Edward IV, his brother Richard, Duke of Gloucester, usurped the throne and doomed Edward’s sons, only to be overthrown two years later by an almost unknown Welshman named Henry Tudor” (KENDALL, op. cit., p. 7).

Os gastos de guerra, os deslocamentos de tropas e os riscos de locomoção por causa das batalhas afetavam a vida da população na Inglaterra, sobretudo aqueles que se envolveram nas batalhas como o caso dos Pastons. É o que denunciou por Agnes Paston em 1450, por exemplo, em relação à costa:

[Drawal] foi atacado por seus inimigos quando caminhava pelo lado [da costa] e o levaram consigo; e eles atacaram dois peregrinos, um homem e uma mulher, e roubaram a mulher deixando-a ir e levaram o homem ao mar (...). Deus tenha graça para que o mar seja melhor protegido do que é agora ou então será perigoso viver na costa.<sup>47</sup>

A inquietação de Agnes Paston foi também um alerta ao filho dos perigos que enfrentavam naquele momento. No entanto, havia outras mudanças e influências acontecendo nos séculos XIV e XV que impactaram a vida na região de Norfolk para além das guerras, como no campo religioso e a perseguição às heresias.

À época em que a família Paston tentava exercer sua ascensão social, a religiosidade inglesa se fortalecia cada vez por meio de ritos da população leiga. Tanto nobres quanto “comuns” reivindicavam maior participação e autonomia nas questões religiosas, havendo um aumento do misticismo e da atuação de reformadores como John Wycliffe (c. 1328-1384), considerado fundador do movimento herético lolardo<sup>48</sup>. Além disso, cresciam os ataques e acusações contra o papado por causa do Cisma e diante das críticas ao abuso papal, sobretudo pelos privilégios reservados à Cúria a partir de Clemente IV (papa de 1265 a 1268). Por outro lado, uma parte da nobreza era bastante próxima das estruturas da Igreja. Segundo Wilkinson, houve no século XIV uma diminuição dos bispos ingleses com trajetória escolástica e um aumento de lideranças aristocráticas - um exemplo seria o nobre Thomas Arundel (1353-1414) que havia se tornado bispo aos vinte anos<sup>49</sup>. Arundel se tornaria ainda arcebispo de Canterbury e teve uma atuação de destaque em relação aos lolardos.

O movimento reformador de John Wycliffe foi adquirindo profunda influência na Inglaterra especialmente na região da Ânglia Oriental onde viveram os Pastons – e mulheres contemporâneas a eles que teriam também produzido obras escritas como Julian de Norwich (c. 1342-1416) e Margery Kempe (c. 1373-1438). Wycliffe foi um teólogo e acadêmico da

---

<sup>47</sup> Tradução livre de “[Drawal] was takyn wyth enemyis walkyn be the se syde and haue hym forthe wyth hem; and they tokyn ij pylgremys, a man and a woman, and they robbyd the woman and lete hyr gon and ledde the man to the see (...). God yeue grace that the see may be bettere kepte than it is now, or ellys it chall ben a perlyous dwellyng be the se cost” (carta de 11 de março de 1450 endereçada a John Paston I, disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.8?rgn=div2;view=fulltext>>).

<sup>48</sup> Ver: DICKENS, A. J. *The Female Mystic: great women thinkers of the Middle Ages*. London: I.B. Tauris, 2009. WAGNER, J. *Documents of the Reformation*. California: ABC-CLIO, 2019. VAUCHEZ, A. *Esperienze religiose nel Medioevo*. Rome: Viella, 2003.

<sup>49</sup> WILKINSON, B. *The Later Middle Ages in England, 1216-1485*. London: Routledge, 1969.

universidade de Oxford, crítico do papel intermediário do clero em relação ao divino (reforçando a importância do contato imediato com Deus). Nesse sentido, foi um defensor da tradução da Bíblia para as línguas vernaculares, o que entrava em conflito com as pretensões clericais de mediar o acesso ao texto sagrado. Não somente, foi também crítico ao pagamento de tributos ao papa. Em 1371, tornou-se funcionário do rei sob o título de *clericus regis specularis* e ganhou um importante aliado, John de Gaunt - filho do rei Eduardo III e nobre influente da Inglaterra<sup>50</sup>.

As notícias sobre o movimento reformador e potencialmente perigoso ganharam destaque em 1377, quando Wyclif foi convocado a aparecer diante dos bispos de Londres para responder sobre suas ideias. No mesmo ano, o papa Gregório XI (1370 a 1378) promoveu diversas bulas contra os “erros” de Wycliffe, incitando a própria universidade de Oxford e o rei a prenderem o reformador<sup>51</sup>. Até esse momento, Wycliffe contava com o apoio fundamental de John de Gaunt<sup>52</sup> e da rainha Joan de Kent. Em 1382, contudo, suas ideias foram consideradas heréticas pelos dominicanos e começaram a ser intensivamente perseguidas.

Uma convocação de 1395 pedia a intervenção do papa junto a Ricardo II para a prisão e pena de morte aos lolardos. Em 1401, a lei *De Haeretico Comburendo* intensificou a perseguição, sendo aprovada pelo Parlamento inglês no governo de Henrique IV para combater as heresias. Não ao acaso, nesse mesmo ano houve a primeira condenação de um apoiador do movimento, William Smith. O movimento anti-lolardo foi encabeçado sobretudo pelo então arcebispo Thomas Arundel, cujo pai era um dos homens mais poderosos da Inglaterra, Richard Fitzalan e a mãe, Eleanor, pertencia à família de Lancaster.

## Documentação

As cartas da família Paston estão atualmente reunidas em um conjunto documental chamado *The Paston Letters* na British Library em diferentes volumes. São eles os MS 43488, MS 43489, MS 43490 e MS 43491 com documentos adicionais nos MS 27443 a 27446. A trajetória desses documentos, contudo, foi bastante dispersa até 1933 quando a biblioteca inglesa adquiriu os últimos volumes da coleção.

---

<sup>50</sup> Ibid.

<sup>51</sup> A universidade de Fordham disponibilizou o conteúdo das cinco bulas emitidas em 1377 a respeito de John Wycliff que podem ser encontradas em <<https://sourcebooks.fordham.edu/source/1382wycliffe.asp#bull>>. Acesso em 03 de junho de 2023. A referência utilizada pela universidade consta como: THATCHER, O. J. (Ed.). *The Library of Original Sources* (Milwaukee: University Research Extension Co., 1907), Vol. V: The Early Medieval World, pp. 378-382.

<sup>52</sup> John de Gaunt era filho do rei Eduardo III e um dos mais influentes nobres da Inglaterra naquele período; ainda assim, sofreu diversas acusações por aliar-se a um reformador. Ver: WILKINSON, op. cit.

Em 1735 o antiquário Francis Blomenfield adquiriu boa parte da coleção através dos executores do testamento do último Paston, William Paston, segundo *earl* de Yarmouth (1654-1732). Esses documentos seguiram sendo transferidos através de testamentos ou leilões até que os manuscritos chegaram às mãos de Sir John Fenn em 1774, o primeiro editor dos manuscritos. Eles foram inicialmente publicados em 1787 com parte das cartas encontradas, sendo depois re-publicados em 1789 incluindo documentos do reinado de Eduardo IV em outros dois volumes. Um quinto volume foi publicado pelo sobrinho de Fenn em 1823<sup>53</sup>.

Após a publicação, os documentos foram divididos e perdidos por longas décadas. Os originais dos três primeiros volumes teriam sido enviados à *Royal Library* por Fenn e desapareceram em meados de 1860. Parte dos manuscritos foi reunido novamente por um familiar de Fenn, Philip Frere, que os vendeu para o Museu Britânico. Em 1890, os primeiros volumes foram encontrados na região de Suffolk e posteriormente reintegrados à coleção<sup>54</sup>. Os textos que permaneceram em Oxnead - propriedade da família - formam a parte central da coleção, segundo Norman Davis<sup>55</sup>.

Boa parte da existência desses manuscritos se deve, portanto, aos antiquários que adquiriram e preservaram os originais até a sua compra pelo Museu Britânico e pela Biblioteca Britânica. O conjunto inclui não apenas cartas pessoais trocadas entre membros da família e conexões próximas, mas também testamentos, perdões, garantias e documentações vinculadas às propriedades dos Pastons.

As cartas foram escritas no inglês médio, baseando-se nas convenções epistolares do século XIV, ainda que variassem entre cartas com uma presença mais marcante da oralidade e outras com aspectos mais formais<sup>56</sup>. Muitas foram escritas através de escribas - funcionários da família. Não se sabe exatamente quais os critérios de seleção dessas cartas preservadas inicialmente por John Paston I (1421-1466), embora alguns indícios da documentação mostrem a importância dessa manutenção para a família, como um resguardo. Em 1466, por exemplo, Margaret Paston aconselhou seu filho mais velho a preservar documentos:

Aconselho-o a ser cuidadoso em guardar seus documentos importantes de maneira sábia, de modo que não caiam nas mãos daqueles que querem feri-lo

---

<sup>53</sup> FENN, John. *Original Letters written during the reigns of Henry VI, Edward IV, and Richard III by various persons of rank or consequence, containing many curious anecdotes relative to that turbulent and bloody, but hitherto dark period of our history*. Londres, 1823. Vols. 1-5.

<sup>54</sup> Essas informações foram fornecidas por James Gairdner e reforçadas por Norman Davis em suas respectivas edições. GAIRDNER, James. *The Paston letters, 1422-1509 A.D.*, (1872-75). Westminster: 1895-1912. DAVIS, op. cit., 1963.

<sup>55</sup> Ibid.

<sup>56</sup> Watt, op. cit., 2004.



futuramente. Seu pai (...) em sua temporada turbulenta, deu mais valor a seus documentos e comprovações do que a qualquer um de seus bens móveis.<sup>57</sup>

Conselho, portanto, que não só se estendia a John II como vinha das medidas adotadas por John I. Sabemos, contudo, que uma parte significativa das cartas envolve John Paston I (sendo cartas enviadas ou recebidas por ele) e que mais de uma centena delas foi composta por sua esposa, Margaret Paston (1420-1484). Isso indica que a preservação estava centralizada nesse núcleo específico da família, contendo um número expressivamente menor de cartas dos irmãos de John Paston I<sup>58</sup>. Além disso, é importante destacar que uma parcela dos documentos resguardados são cópias ou rascunhos<sup>59</sup> e não necessariamente seus originais.

Esse é um aspecto importante para pensarmos no tipo específico de documentação que é trazida aqui, uma vez que não há garantia da entrega efetiva dessas cartas. Ainda assim, o intuito de preservação das cópias e rascunhos são indícios importantes das relações estabelecidas entre os Pastons e de seus objetos em relação a conflitos locais. Se por um lado não podemos ter certeza sobre a receptividade do documento, por outro podemos pensar no tipo de seleção estabelecida pela família dos textos preservados - muitos relacionados a questões de propriedade e disputas territoriais sobre as quais apontaremos mais adiante.

Existem diferentes edições modernas que compilaram esses documentos para além da edição inicial de John Fenn. Em 1872, James Gairdner publicou uma nova edição com cartas que ainda não haviam sido publicadas na versão de Fenn - documentos encontrados apenas posteriormente e que incluem o reinado de Henrique VI. Em 1875 novas cartas foram descobertas em Roydon levando à publicação de um novo volume e que resultou na edição completa de Gairdner publicada em 1904 com seis volumes ao todo<sup>60</sup>.

Em 1971, Norman Davis revisitou a documentação publicando uma nova edição das cartas<sup>61</sup> - esta que foi revisada e expandida em 2004 com auxílio de Richard Beadle e Colin Richmond<sup>62</sup>. A edição de Davis tem sido utilizada como referência pelos pesquisadores que utilizam os documentos da família Paston ainda hoje<sup>63</sup>. Em 2004, contudo, a pesquisadora

---

<sup>57</sup> Tradução livre de “in all wise I advise you for to beware that ye keep wisely your writings that been of charge, that it come not in their hands that may hurt you hereafter. Your father (...) in his trouble season set more by his writings and evidence than he did by any of his movable goods” (DAVIS, op. cit., 1963, p. 156).

<sup>58</sup> Segundo Norman Davis, de William Paston I (um dos fundadores da família) apenas sete rascunhos sobreviveram e outros cinco documentos anteriores a 1425. De sua esposa, Agnes Paston, há pouco mais de uma dúzia de cartas e a maior parte delas direcionada aos filhos.

<sup>59</sup> Ver WATT, op. cit., 2004.

<sup>60</sup> GAIRDNER, James. *The Paston letters, 1422-1509 A.D.*, (1872-75). Westminster: 1895-1912.

<sup>61</sup> DAVIS, Norman (ed.), *Paston Letters and Papers of The Fifteenth Century*. Oxford: 1971-1976.

<sup>62</sup> BEADLE, Richard; RICHMOND, Colin; *Paston Letters and Papers of the Fifteenth Century*, - Part III, Early English Text Society, Supplementary Series 22. Oxford, 2006.

<sup>63</sup> Davis publicou ainda uma edição de cartas selecionadas em volume único, mantendo a estrutura da grafia original. DAVIS, op. cit., 1963.

Diane Watt publicou também uma edição de cartas selecionadas cuja edição se baseia tanto na versão de Davis quanto em seu contato com os manuscritos originais. Watt fez uma seleção entre as cartas escritas por mulheres da família ou próximas a ela, seguindo sua trajetória acadêmica de trabalhar com textos produzidos por mulheres na Inglaterra medieval.

Para essa tese, utilizaremos a edição de Gairdner, de Watt, a edição selecionada de Davis contando com o acesso aos manuscritos digitalizados na biblioteca da Inglaterra. Utilizaremos ainda as cartas disponibilizadas no site *Corpus of Middle English, Prose and Verse* mantido por pesquisadores da Universidade de Michigan<sup>64</sup>.

### **A família Paston**

A família tem seu início conhecido com Clement Paston, um pequeno proprietário de terras de um vilarejo próximo à cidade de Norwich, chamado Paston, que se casou com Beatrice Somerton. Foi o filho de Clement, contudo, que ganhou maior notoriedade como sendo o precursor da família, William Paston (1378-1444). Sabemos que ele conseguiu melhorar seu estatuto social tornando-se juiz da *Justice of the Common Pleas* em 1429 e sobretudo com o casamento acordado com Agnes Barry Paston (1405-1479). Agnes era filha e herdeira de Sir Edmund Barry de Hertfordshire. William Paston I conseguiu adquirir uma propriedade em Paston<sup>65</sup> e o castelo de Gresham que trariam maior prestígio para a família, não sem disputas em torno de sua nova posição social. Eles adquiriram, ainda, propriedades em Oxnead e Cromer, reivindicando para a família a fundação do priorado de Bromholm em Bracton.

William e Agnes Paston tiveram, juntos, cinco filhos: John Paston I, Edmund Paston, Elizabeth Paston, William Paston II e Clement Paston II. O primogênito, John Paston (1421-1466), foi figura central na preservação das cartas. Ele atuou também na área do direito como advogado. Ele herdou as propriedades do pai - não sem controvérsias - e teve um casamento próspero e bem-sucedido com Margaret Mautby Paston (1420-1484). Ela é considerada ponto fundamental para a prosperidade dos Pastons não apenas pelas propriedades que trouxe consigo, mas também pelas conexões de sua família. Foi o caso do contato de John Paston I com Sir John Fastolf, um importante proprietário de terras ligado à família Mautby. Fastolf foi um oficial nas guerras da Inglaterra contra a França e enriqueceu consideravelmente nesse

---

<sup>64</sup> Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/cgi/t/text/text-idx?c=cme;idno=Paston>>. Acesso em 25 de abril de 2021.

<sup>65</sup> A língua inglesa estabelece uma diferença semântica para palavras envolvendo propriedade: *manor*, *estate* e *house* significam modelos distintos de habitação e de posse. No caso da propriedade em Paston, William I tinha como objetivo instituir uma *manor*, portanto uma residência que incluía direito à corte senhorial própria, significando autonomia em relação aos senhores da região - aspecto importante para modificar sua condição social local.

período<sup>66</sup>. John I teria se tornado um dos seus conselheiros legais e um dos executores do testamento de Fastolf quando este faleceu em 1459.

John Paston I teria dito aos demais testamentários que Fastolf havia deixado um número maior de propriedades para ele logo antes de morrer, o que gerou diversos conflitos com os demais executores do testamento - como William Yelverton que se tornaria um profundo adversário. Ainda assim, ele tomou posse do castelo de Caister e das mansões de Fastolf em Norfolk e Suffolk. Existem mais de trezentas cartas endereçadas a John que foram preservadas, sendo 69 delas vindas de Margaret durante os períodos em que estiveram afastados para lidar com as disputas de propriedade.

John Paston I e Margaret Paston tiveram sete filhos: John Paston II, John Paston III, Margery Paston, Edmund Paston, Anne Paston, Walter Paston e William Paston III. Os dois filhos mais velhos que herdaram o nome do pai aparecem com frequência considerável nas cartas, enquanto Margery e Anne Paston aparecem por conflitos com a mãe ou questões de matrimônio. Os demais aparecem pouco, sobretudo em relação a cartas trocadas com a mãe, Margaret Paston.

John Paston II destacou-se por sua atuação mediadora com os testamenteiros de Fastolf (ou os herdeiros destes), que então foram liderados pelo bispo de Winchester, William de Wainfleet. John II conseguiu manter a posse de Caister por um período curto, até a invasão da propriedade pelo duque de Norfolk. Apenas com a morte deste, em 1476, a propriedade voltou para os Pastons. Nesse meio tempo, entre 1474 e 1477, John II lutou em Calais e faleceu dois anos depois por uma praga que atingiu a Inglaterra na época - Agnes e Walter Paston morreriam do mesmo mal.

John III herdou as tarefas do irmão e, diferente dele, casou-se em 1477 com Margery Brews Paston. Margery Brews era filha de sir Thomas Brews de Topcroft e o matrimônio por pouco não foi consolidado por causa do valor do dote. Com as intervenções de Elizabeth Brews e de Margaret Paston, o acordo foi finalizado. John III conseguiu o título de cavaleiro após lutar na batalha de Stoke (1487) ao lado de Henrique VII, batalha esta que definiria o fim da Guerra das Duas Rosas (1455-1487) na Inglaterra.

Em relação às disputas políticas na região, os Pastons nem sempre escolheram o lado vencedor. Em 1471, logo após a restauração de Henrique VI no trono, eles lutaram ao lado do rei Lancaster na batalha de Barnet. Contudo, as tropas do rei seriam derrotadas nesse conflito, motivo por que John III e John II receberam o perdão de Eduardo IV posteriormente.

---

<sup>66</sup> Ver DAVIS, op. cit., 1963.

Importante destacar que em 1461 (portanto dez anos antes), John II teria sido parte dos funcionários de Eduardo IV<sup>67</sup>. John III também teve destaque ao servir junto às tropas do duque de Norfolk na época que, contudo, era um yorkista.

Os homens da família, diferentemente das mulheres, conseguiram acessar os estudos universitários tanto na universidade de Cambridge (caso de John I e William II) quanto em Oxford (caso de Walter Paston). Além disso, John I fez parte do Inn da corte e chegou a ocupar cadeiras no Parlamento, assim como seu irmão William II. Os Inns eram espaços voltados para o preparo e aconselhamento de jovens advogados em contato com outros mais experientes, simulando disputas legais e participando de leituras da área. Existiam quatro Inns da Corte ao todo, sendo eles o Gray's Inn, o Lincoln's Inn, o Inner Temple (do qual John Paston I participou) e o Middle Temple<sup>68</sup>.

A partir do reinado de Henrique VII, os Pastons se tornaram profundamente influentes na Ânglia Oriental. Foi apenas no século XVII que a família entrou em declínio, especialmente com a Guerra Civil e a derrota monárquica que havia sido apoiada por Sir William Paston (1610-63). Seus descendentes, Robert Paston e William Paston, ganharam o título de *earls* de Yarmouth, mas indicariam também o fim da linhagem familiar.

### **As mulheres Pastons**

Embora todos os membros da família Paston tenham sido importantes para a composição dos documentos, daremos especial atenção aqui às mulheres da família.

Ainda que vindas de um meio em que a formação intelectual, especialmente no direito, fosse importante, as mulheres receberam baixíssima educação formal. Elas eram em geral educadas pelo capelão da família e incentivadas a, no máximo, ler em sua língua vernacular. Nesse sentido o ensino era instrumental entendendo que o mínimo era necessário para a administração das propriedades na ausência dos maridos<sup>69</sup>. Isso nos ajuda a entender como Agnes e Margaret Paston foram capazes de administrar financeira e legalmente suas terras.

---

<sup>67</sup> DAVIS, op. cit., 1963.

<sup>68</sup> Segundo Phyllis Richmond, quando a profissão legal estava surgindo seu treinamento era mais casual do que formal, o que teria inquietado o rei Eduardo I. Em 1292, ele ordenou que a corte do direito comum, *Court of Common Pleas*, organizasse o treinamento dos advogados em suas cortes. A organização inicial dos Inns não é clara, mas sabemos que já em 1345 o primeiro deles estava em funcionamento sob um sistema similar ao das universidades e, por conseguinte, das guildas. No século XVI, teriam desenvolvido um monopólio sobre os negócios legais na Inglaterra. Ver: RICHMOND, Phyllis. Early English Law Schools: The Inns of Court. *American Bar Association Journal*. V. 48, n. 3, mar-1962, pp. 254-259.

<sup>69</sup> WATT, Diane. "Interpretive Essay: 'in the absence of a good secretary' - the letters, lives and loves of the Paston women reconsidered". In: WATT. op. cit., 2004.

Outra forma de aprendizagem possível estava no envio das crianças a pessoas consideradas honradas para ensinar questões de comportamento social. Esses patronos foram muito utilizados pela família Paston tanto para as mulheres quanto homens<sup>70</sup>. Elizabeth Paston foi enviada para viver com Lady Pole, Anne Paston foi enviada para sir William Calthorp e Margery Paston quase foi enviada para o duque e a duquesa de Norfolk.

Em relação às questões fora do espaço do lar, Diane Watt defende que essas mulheres tiveram algum contato embora não frequente<sup>71</sup>. As relações com outras famílias da nobreza e da monarquia, segundo ela, eram mais presentes entre os homens - como quando John II e John III foram para o casamento de Margaret de York na Borgonha. O posicionamento de Watt, mesmo que admita espaços de exceção, ainda parece muito forte. Em diversos momentos Margaret Paston precisou intervir (ou sugeriu a intervenção) junto ao duque e à duquesa de Norfolk e em outros momentos inclusive junto ao rei e às cortes em nome de John Paston I. Esses aspectos, que Watt reconhece, parecem colocar em suspenso a concepção de que a relação com a corte e com a aristocracia eram reservadas aos homens.

Agnes Paston (1405-1479) foi uma das responsáveis pelo crescimento econômico e social dos Pastons junto de William I. Herdeira do marido, recebeu posteriormente as propriedades de Oxnead e de Paston ainda que tenha vivido boa parte de sua vida em Norwich. Ela escreveu em torno de vinte e uma cartas e documentos diversos, a maior parte endereçada a John Paston I<sup>72</sup>. A relação com o filho mais velho foi abalada por volta de 1444 com a morte de seu esposo e a distribuição de sua herança. De acordo com Agnes, John Paston I teria se apropriado de terras que pertenceriam a ela e aos irmãos, de modo que durante esse período a relação de Agnes com o filho deu-se por intermédio da nora. Próxima de William Paston II<sup>73</sup>, Agnes viveu com ele em Londres no fim de sua vida, quando faleceu com a peste que se espalhou pela cidade.

Em sua edição das cartas, Norman Davis sugeriu que Agnes Paston não era em si mesma letrada, mas outros pesquisadores têm debatido essa possibilidade, considerando a carta em que William I teria solicitado à esposa que registrasse seu testamento<sup>74</sup>. Davis também tem uma

---

<sup>70</sup> John II serviu à Corte Real e John III ao duque de Norfolk, por exemplo.

<sup>71</sup> WATT, op. cit., 1963.

<sup>72</sup> É possível que tenha escrito mais cartas, inclusive aos outros filhos, mas esses foram os documentos preservados e a que temos acesso.

<sup>73</sup> William Paston II (1436-1496) aparece em diferentes momentos das cartas, inclusive em uma disputa por propriedade com o sobrinho John III. Ele teria se casado com Anne Beaufort, filha do duque de Somerset. Essa foi uma aliança importante, uma vez que durante o século XV a família Beaufort esteve vinculada à monarquia através de John Beaufort, avô de Anne de Beaufort e irmão do rei Eduardo III. A irmã de John (Joan de Beaufort) foi também avó dos reis Eduardo IV e Ricardo III.

<sup>74</sup> Ver WATT, op. cit., 2004.

posição crítica em relação à figura de Agnes Paston quando a qualifica como de postura “arrogante” e “rígida”<sup>75</sup>. Embora encontremos passagens de um posicionamento duro de Agnes com sua filha, Elizabeth Paston, e em disputas pelo limite de sua propriedade, é curioso que ela seja qualificada com esses termos enquanto os demais membros da família não. Sobretudo quando aponta na sequência desse trecho a ocasião em que John Paston I repreendeu sua esposa e outros funcionários pela má administração de suas propriedades e não o considerou arrogante ou rígido<sup>76</sup>. Essas são questões importantes da historiografia que apontamos desde o início para que possamos pensar no papel desempenhado pelas mulheres na família e os olhares de gênero que as condicionam a certas características e posturas.

Margaret Paston (1420-1484) é outra mulher fundamental para a família, tendo sido responsável também por sua expansão. Das 421 cartas da família, 107 foram compostas por ela - direcionadas em sua maioria para o marido e os dois filhos mais velhos. Ela frequentemente atuou como administradora das propriedades da família nas ausências recorrentes de John I e também como intermediária em conflitos. Viveu em Caister, em Hellesdon, em Norwich e, ao final da vida (já viúva), regressou para a propriedade da família em Mautby.

A relação de Margaret com os filhos nem sempre foi amena. Ela entrou em conflito com Margery Paston quando a filha se apaixonou pelo funcionário da família, Richard Calle, e com Anne Paston, filha que foi expulsa da casa de sir William Calthorp por motivos que não são especificados nas cartas. A relação com John II se tornou instável com a morte de John I e as aparentes recusas do filho em cumprir com os desejos funerários do pai. Por sua vez, John III e Edmund se ressentiram da mãe com a proximidade dela ao capelão sir James Gloys - e que os colocaria em segundo plano.

Das filhas mais velhas de Margaret, Anne e Margery, não restaram nenhuma carta. Ainda assim, a coleção inclui cartas da filha de Agnes, Elizabeth Paston. Cartas da esposa de John III, Margery Brews Paston; amigas da família como Elizabeth Crane, Alice Crane, Elizabeth Clere e Dame Elizabeth Brews. Amantes de John II, Cecily Daune e Constance Reynyforth, além de outras como a abadessa Joan Keteryche de Denny e Elizabeth Mundford, tia de Margaret Paston. Para essa tese, nos concentraremos em especial nas cartas escritas por mulheres da família - Agnes, Elizabeth e Margaret Paston.

---

<sup>75</sup> “The arrogant severity of her attitude to the villagers of Paston in this dispute recalls the harshness of her treatment of her daughter” (DAVIS, op. cit., 1963, p. xix).

<sup>76</sup> Nessa passagem, diz “He [John Paston I] reproves Margaret and her officers for slackness in managing the estates, and expels John II from the house because he behaves ‘as a drone amongst bees’ (n. 55). Once, it is true, [...] he allows himself to address his wife in romantically courtly terms” (Ibid., p. xix).

## Ascensão da família

O fortalecimento social e econômico da família Paston deu-se de forma gradativa na região e não sem contestações, em especial a respeito de sua suposta linhagem nobiliárquica e as reivindicações em torno dela<sup>77</sup>. Para Colin Richmond, por exemplo, antes que os Pastons pudessem ascender para além da *gentry* paroquial, precisavam entrar nela. Foi através do enriquecimento e do prestígio como advogado da Coroa que William Paston I teria conseguido isso, livrando-se do senhorio do duque de Lancaster.

O senhorio próprio dos Pastons foi estabelecido apenas em meados de 1460, ainda que desde os anos de 1440 William Paston tentasse consegui-lo. Essa demora esteve ligada ao processo de comprovação da origem familiar não-servil e por causa da construção da propriedade (*manor*) em Paston. De acordo com um documento da época, apresentado por Colin Richmond, “he [William] hath senery in Paston, but no maner place” - possuía uma terra, mas não uma propriedade senhorial - “and therby wold John Paston sone to ye seyde Wylliam make hym selfe a Lordschype there to ye Duke of Lancastrs grete hurte”<sup>78</sup>. A autoridade da família precisava ser construída e a aquisição de senhorio não era uma tarefa simples. Além da propriedade que permitisse uma corte senhorial, era essencial conseguir bons *tenants*<sup>79</sup>.

Além disso, precisaram comprovar a origem familiar. Sir John Paston junto de William II e Clemente Paston tentaram proclamar sua *gentility*, mas o manuscrito original dessa reivindicação não sobreviveu. Sabemos que o rei Eduardo IV aceitou a descendência dos Pastons vinda supostamente de Guilherme, O Conquistador, concedendo a eles a autoridade desejada em 1466. Foi a partir desse momento, contudo, que a linhagem dos Pastons começou a ser abertamente questionada. Eles conseguiam comprovar com clareza que possuíam *tenants* até meados de 1440, mas falavam em datas ainda mais antigas, entre 1340 e 1240. A comprovação de possuir *tenants* era uma forma de comprovar a soberania da família na região e seu já elevado status social.

---

<sup>77</sup> Esse aumento de poder e de influência pode ser pensado não só pela quantidade de propriedades adquiridas pela família, mas também pelo tipo de posse, uma vez que começaram a adquirir terras *manoriais*. Essas terras não estavam submetidas à autoridade de outro senhor local, constituindo uma autonomia importante e uma posição de destaque social à família.

<sup>78</sup> RICHMOND, Colin. *The Paston family in the fifteenth century: the first phase*. Cambridge: Cambridge Press University, 1990. Deixamos em inglês no texto para a compreensão da diferença, o segundo trecho sendo traduzido como “e então caberia a John Paston, filho do dito William, tornar-se senhor, causando grande dano ao duque de Lancaster”.

<sup>79</sup> *Tenants* eram inquilinos que pagavam para os proprietários de terras uma taxa que os possibilitava trabalhar na terra. Diferentemente dos servos, os *tenants* eram homens livres. Colin Richmond destaca que era preciso “bond tenants”, inquilinos que pagavam não só a taxa de ocupação da terra, mas certo valor [*bond*] como um seguro para cobrir possíveis gastos e danos. RICHMOND, op. cit., 1990.

Por outro lado, o estabelecimento de uma corte senhorial era também necessária. William I começou o processo de criação desse senhorio e corte, tendo sido completado apenas entre 1458-60, quando John Paston peticionou pelo direito de sediar uma corte senhorial - o que levou 15 anos para ser efetivado. Já a propriedade (*manor*) começou a ser construída ainda com William I e tornou-se possível sobretudo quando Eduardo IV reconheceu a linhagem nobre da família.

De acordo com Colin Richmond, qualquer traço de uma origem servil ou de baixo status social foi apagada pela família. Segundo a declaração real apresentada pelo historiador, “deixaram claro através de provas evidentes como seus ancestrais foram descendentes lineares de nobre e digno sangue e de grandes senhores que viveram em algum tempo no nosso reino da Inglaterra”<sup>80</sup>. Havia, portanto, um esforço legal entre os Pastons para instituir sua linhagem mesmo que não houvesse nenhum registro da família Paston no Court Rolls de Gimmingham entre 1398 e 1500.

A ausência desse registro era um obstáculo para os anseios da família em comprovar sua linhagem e alimentava desconfianças na região. Foi essa fragilidade que Anthony Woodville, lorde Scales, usou de pretexto para atacar propriedades de John Paston em 1465 em Caister e Norwich. Essa justificativa, de acordo com Richmond, foi encontrada em documentos de William Worcester, ou seja, houve uma omissão dos Pastons quanto a isso - assim como o motivo por que John Paston I foi preso entre 1465 e fevereiro de 1466, contexto de aprovação do rei da linhagem nobre dos Pastons<sup>81</sup>. Foi nesse período que John I teria solicitado à Margaret Paston uma cópia do Court Rolls de Gimmingham, possivelmente preocupado pelo fato de que o próprio rei Eduardo IV possuía uma cópia desse documento.

Em relação à origem da família, Richmond conclui que os Pastons eram de origem camponesa, mas não necessariamente servos. Argumenta, ainda, que a aquisição de muitas propriedades pela família não estava vinculada ao enriquecimento em si através da obtenção de rendas, mas porque concederia a eles posição e influência política. Seu argumento baseia-se na ideia de que o arrendamento não era uma fonte econômica fácil ou garantida, sendo difícil de encontrar bons fazendeiros ou *tenants* e sabendo que as taxas muitas vezes não eram pagas.

---

<sup>80</sup> Tradução livre de “[they] made open by evident prooffe how they and their ancetors came linealy descended of right noble and wroshipfull blood and of great lords sometime liveing in this our realme of England” (ibid., p. 12).

<sup>81</sup> Para Richmond, o próprio hiato de cartas durante a prisão de John mostra uma tentativa da família de apagar suas origens servis, já que debatiam exatamente essa questão no período. Um ponto importante que Richmond levanta é o apagamento de qualquer contestação à linhagem entre documentos dos Pastons, mas não a xingamentos contra mulheres da família - como quando Agnes e Margaret Paston foram chamadas de “hores”. RICHMOND, op. cit., 1990.



O meio através dos quais as propriedades da família foram adquiridas é também debatido pelo pesquisador, sobretudo em relação a William I. Destacamos o fato de que algumas dessas posses foram adquiridas em negociação com mulheres herdeiras (viúvas ou filhas únicas), como o caso das terras de Sporle. O pesquisador destaca o caso da negociação com Julian Herbard, herdeira de Henry Herbard. William I teria oferecido um preço baixíssimo pela propriedade, constringendo e levando até mesmo à prisão Julian Herbard para pressioná-la em relação à venda - segundo o que Julian teria alegado em sua petição contra William<sup>82</sup>. Ele, por sua vez, teria garantido que não havia ultrapassado nenhum limite em relação aos negócios. Esse é um aspecto que se destaca pela relação entre mulheres e a posse de terras e como elas eram percebidas por outros homens proprietários - nesse caso, William I sendo acusado de forçar uma compra a preços mais baixos do que seria o justo.

Os conflitos em relação a propriedades e mulheres não se limitam a esse caso. Agnes Paston, esposa e herdeira de William I, teria passado por conflitos penosos após a morte do marido com a realocação de uma estrada na região. Ainda vivo, William I teria feito um acordo com o vigário em 1443 para mudar a estrada que passava por sua propriedade do sul para o norte, a fim de ter espaço para a construção de uma capela. Quando Agnes precisou assumir a construção em 1445, o vigário teria tentado descumprir o acordo e ela foi acusada de ultrapassar os limites de sua propriedade. Chegou a ouvir que deveria ser enviada ao inferno pela esposa de um dos envolvidos, Warin Herman - de acordo com o que Agnes mesmo relata em suas cartas<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> De acordo com James Gairdner, a disputa pela herança da mãe de Julian Herbard havia sido registrada pela chancelaria. Os documentos sugerem que William Paston havia feito ofertas à Julian Herbard, que as considerou insuficientes e decidiu agir legalmente contra ele no Parlamento de Westminster. O conflito levou ao aprisionamento de Julian Herbard, segundo consta o processo, e o que para Gairdner refletiria um dos privilégios parlamentares – “The case was apparently one of parliamentary privilege, which she had violated by her attempted action, though she adds that he threatened to keep her in prison for life if she would not release to him her right, and give him a full acquittance” (GAIRDNER, J. (Ed.). *The Paston Letters*. Volume 1. New Complete Library Edition: Project Gutenberg, 2013, p. 18). William Paston foi também acusado de agir sob coerção e falsas suposições para forçar a negociação: “seide Paston havynge knowleche that sche sewed for the lettres, made a false sugestion to the Chaunceller, wherby sche was by a sergeaunt of armes committed to Flete, and there beten, fetered and stokked, and so there holden by an hole yere, to that entent that no man schulde wete where sche was by come tille sche hadde be dede in prison. Of whiche false prisonment Sr Thomas Erpyngham poursued here deliveraunce, comaunded here to be atte the nexte Cessions to be justefied there, consideringe to here grete damage as well in here body as losse of goodes by so longe tyme continued, whiche prisonment the seide Julian wolde nat have hadde for xlii. beside alle other losse of goodes.”. (Ibid., p. 144, apêndice). Além do aprisionamento, Julian Herbard havia se queixado portanto de sofrer também maus tratos durante o conflito, além da perda de seus bens.

<sup>83</sup> Segundo ela, a esposa de Warin Herman (cujo nome não é mencionado, teria dito “All þe deuylls of hell drawe here sowle to hell for þe weye þat she hat mad” (disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.11?rgn=div2;view=fulltext>>), em tradução livre “que todos os demônios do inferno arrastem sua alma para o inferno por causa da passagem que ela construiu”. Carta escrita em 1451 endereçada a John Paston I. O conflito se estende nos seguintes documentos: carta de 12 de maio, provavelmente de 1451, enviada por Agnes Paston para John I. Em 08 de novembro do mesmo ano em carta para John I. Dez anos depois, em 01 de dezembro de 1461 aparece novamente em carta de Agnes Paston para John I:

Agnes Paston chegou a ser condenada pela corte senhorial de Gimingham a pagar pelos problemas causados, mas ela se recusou a pagar a Gimingham - um indício, também, da tentativa de estabelecer um senhorio autônomo para a família. Ao desvincular-se de Gimingham, cortavam os laços de submissão àquele senhorio.

### **Análise das cartas:**

Os temas das cartas envolvem quase em sua totalidade questões vinculadas ao cuidado doméstico. Isso inclui pedidos por utensílios gerais da casa (roupas, grãos, alimentos em geral, medicamentos) e preocupação com a coleta de impostos e produção em suas terras (como cevada e cerveja). Tratam também de intervenções dessas mulheres em questões distintas, sobretudo intermédio nas disputas por propriedade e em conflitos familiares. Em número menor, questões envolvendo matrimônio e maternidade - tanto na busca por formação de casamento quanto a atuação delas em questões ligadas aos filhos e aos esposos. Muitas das cartas incluem mais de um tema e, adiante, mostraremos mais detalhadamente essas separações. Por fim, diversas cartas escritas por mulheres da família trazem também menção direta a outras mulheres em seu texto - seja como forma de anunciar notícias ou repassar pedidos e posicionamentos delas.

Para organizar metodologicamente a leitura dos documentos, destacamos temas recorrentes e relevantes nas cartas para a presente tese. A partir disso, fizemos um levantamento das cartas em relação aos temas e indicamos seu pertencimento a um ou mais temas. São eles: (1) maternidade, (2) matrimônio, (3) cuidado doméstico, (4) redes de contato e intermédio, (5) questões de propriedade, (6) referência a outras mulheres.

Os temas relacionados à maternidade e ao matrimônio foram pensados não apenas como questões abordadas nas cartas, mas como elementos recorrentes nas análises de gênero. Trabalhos que envolvem História das Mulheres ou gênero costumam colocar um, senão ambos, os temas como aspectos centrais que de algum modo determinam a identidade e os espaços de atuação das mulheres. Considerando a hipótese de que temos entendido gênero no medievo a partir de referenciais modernos, decidimos por incluir também esses temas a fim de repensá-los: ao fazermos a leitura da documentação, maternidade e matrimônio são realmente

---

“I haue knowlech be a trew man that whan Sharpe the reseyuore was at Gemyngham last Waryn Herman was dyuers dayes wyth hym, and put hym in mynde þat þe mercymnt for makynge of the walle chuld be askyd ageyn and be distreynyd þer-fore” (disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.17?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 03 de junho de 2023).

elementos determinantes para o feminino? São exclusivos dele? Como são instrumentalizados nas relações sociais dessas mulheres?

O cuidado doméstico diz respeito a tarefas cotidianas que precisavam ser realizadas ou administradas pela família, como o abastecimento de comida e de tecidos ou a preocupação com a produção e a coleta de impostos. Esse tema aparece aqui por ser uma constante nas cartas escritas por mulheres, mesmo que na maior parte das vezes fossem acrescentados ao final. Ainda assim, podem informar quais as atividades associadas às mulheres da família e como impactavam em suas vidas diárias e sua percepção diante dos demais familiares - por exemplo, quando John Paston I repreendeu a forma com que Margaret Paston estava lidando com a administração das propriedades em sua ausência. Em 1465, John I escreve para a esposa e seus funcionários:

Lembro-a que antes nunca precisei das rendas de Fastolf enquanto eu tomava conta da administração da casa eu mesmo (...). Lembro que meu feno em Hellesdon no ano passado foi gasto de modo irresponsável e eu fui acusado injustamente por isso. Peço a você que isso não se repita nesse ano<sup>84</sup>.

Sua postura ao longo da carta é de repreensão por atividades que não teriam sido desempenhadas corretamente, indicando preocupação com o pagamento de funcionários, a produção de feno e até mesmo sobre seu filho, John II - com quem John I havia brigado por conta do seu comportamento social.

O cuidado com o lar passou, em diversos momentos, por questões relacionadas diretamente às disputas de propriedade. Tanto em relação à herança de William I quanto a de John Fastolf, a família Paston esteve envolvida em conflitos recorrentes por propriedade, muitos dos conflitos gerados sob acusação de que John Paston I teria se apropriado indevidamente delas. Nesse sentido, em diversos momentos a questão sobre propriedade ganha papel central nas cartas da família, exigindo articulações entre aliados, participações nas cortes nobiliárquicas e até mesmo resistência a cercos armados - como Margaret Paston.

Em 1448, uma das propriedades da família foi atacada por lorde Moleyns, um competidor dos Pastons pelas terras de Gresham. Na ocasião, Margaret solicitou “algumas bestas e casacos de proteção para cobri-los e lutar; suas casas aqui são tão baixas que nenhum homem pode atirar com arco longo, embora nunca tenhamos precisado tanto”<sup>85</sup>. Nesse momento, Margaret ficou responsável pela proteção da propriedade que era de interesse de

---

<sup>84</sup> Tradução livre de “I remember you, ere ever I had ado with Fastolf’s livelode, while I took heed to my livelode myself (...). I remember that mine hay at Hellesdon the last year was spent and wasted full recklessly, and coloured under my sheep. I pray you see that I be not served so this year” (WATT, op. cit., 2004 p. 107-108)

<sup>85</sup> “some crossbows, and windases to bend them with, and quarrel; for your houses here been so low that there may none man shoot out with no long bow, though we had never so much need” (ibid., p. 13-14)”

lorde Moleyns e que, apesar dos esforços de defesa, ele conseguiu expulsar os Pastons naquele ataque.

O tema de redes de contato e intermédio mostraram-se também recorrentes nas cartas escritas pelas mulheres Paston. Em diversos momentos foram solicitadas como mediadoras de conflitos, tanto entre a família como em relação à propriedade ou desafetos. Para além de uma imagem da mulher medieval restrita às tarefas domésticas, elas também precisaram viajar e entrar em contato com amigos, inimigos e potenciais aliados para favorecer questões familiares. Solicitadas a intervir ou tomando a iniciativa, em diversos momentos ocuparam o papel de intermediárias e negociadoras o que parece nos indicar a centralidade dessas mulheres para a organização social de suas redes. Nesse sentido, aproximamos do papel de intermediárias o estabelecimento das redes sociais, entendendo que elas são necessárias para a articulação dessas mulheres em diferentes jogos políticos e de poder. Essas redes garantiram aos Pastons apoio providencial quando suas propriedades sofriam ameaças e também apoio financeiro em momentos de dificuldade - como após a morte de John Paston I.

As redes de contato estabelecidas pelas mulheres da família estenderam-se também a outras mulheres. O que queremos dizer é que é possível captar nas cartas momentos de aliança entre mulheres e o contato próximo entre algumas delas, como sobretudo entre Agnes e Margaret Paston. Ainda que a maior parte de suas cartas fossem direcionadas a homens, é na leitura dos documentos que percebemos referências umas às outras e seus eventuais contatos. Diane Watt sugere que o número menor de carta entre elas poderia ser consequência, inclusive, de uma proximidade física entre as mulheres. Na medida em que viviam frequentemente juntas, a troca de correspondência não se faria tão necessária quanto com os homens<sup>86</sup>. De todo modo, é possível perceber uma extensa rede de contatos entre mulheres e os impactos dessa rede em suas possibilidades de atuação e articulação na sociedade.

Das cartas escritas por mulheres e que mencionam outras mulheres - de forma imediata como remetentes ou indireta referenciadas na carta - temos ao todo 31 mulheres; se incluirmos Agnes, Margaret, Anne e Margery Paston são 35 mulheres que mantiveram algum tipo de contato direto. Algumas aparecem, contudo, sob a alcunha de esposas de um nome masculino, o que indica uma identidade social atrelada ao status matrimonial e à figura de autoridade masculina. Ainda assim, das 35 mulheres apenas 6 foram anunciadas a partir dos maridos, o que se limita a mais ou menos 17% do levantamento. Ainda em relação às redes femininas, podemos observar que muitas das menções são feitas entre Margaret e Agnes Paston. Para

---

<sup>86</sup> WATT, op. cit., 2004.

sermos mais precisos, 20 cartas são trocadas entre elas ou mencionam algum contato entre ambas<sup>87</sup>.

Sobre os destinatários das cartas de Agnes e Margaret Paston, a maioria é voltada para seus maridos ou filhos. Das cartas de Margaret Paston a que tivemos acesso, ela enviou em torno de três vezes mais cartas para seu marido John Paston I do que para o filho John Paston II, o segundo maior destinatário. No caso de Agnes Paston, as cartas são destinadas especialmente ao filho, John Paston I - o que nesse caso pode indicar em especial o fato de que os documentos foram preservados por John Paston I ou inclusive a proximidade física de Agnes com os outros filhos e com o marido. De todo modo, as cartas são voltadas para membros próximos da família em sua quase totalidade.

Para analisarmos esse conjunto documental, o primeiro capítulo será dedicado a compreender como o gênero foi pensado pela historiografia para o período medieval e como ele foi instrumentalizado pelas mulheres da família Paston. Nesse sentido, destacaremos especialmente as cartas que envolvam uma compreensão explícita de feminino/ser mulher, considerando também as ausências dessas categorias quando relevante. O capítulo terá como objetivo compreender o funcionamento do gênero no século XV tendo como pano de fundo o questionamento sobre a polaridade e o binarismo dessas categorias. O segundo capítulo será dedicado a pensar na relação entre gênero e maternidade, questionando a relação construída pela historiografia entre os dois campos. Para isso, abordaremos os documentos que envolvem a relação entre Agnes e Margaret Paston com seus filhos, incluindo eventualmente a construção de paternidade em suas cartas também. Por fim, o último capítulo estará voltado às relações que essas mulheres estabeleceram com a administração de suas propriedades, como as disputas por terras sob permanentes negociações, e com o domínio de saberes jurídicos para garantir a posse dessas terras. Nesse sentido, queremos compreender como gênero foi (ou não) mobilizado para garantir a administração das propriedades e a atuação de mulheres como Agnes e Margaret Paston na sociedade em que estavam inseridas. Os capítulos têm como objetivo geral estabelecer um panorama sobre gênero na Inglaterra do século XV, tendo como hipótese uma construção múltipla e fluida dessas categorias.

\*

Concluir o primeiro momento de escrita é, sem dúvidas, mais fácil do que dar início a ele. Ainda assim, o faço sentada de frente para a janela em um domingo pela manhã. Isso

---

<sup>87</sup> Outras mulheres são mencionadas nas cartas escritas pelos homens da família, mas nos limitamos àquelas escritas pelas mulheres para que possamos dimensionar a rede de contato feminina que elas possuíam, entendendo-a como importante para a troca de saberes, de apoio e de aconselhamento.

significa que a atividade do pesquisador, da pesquisadora, não é jamais concluída. O descanso semanal dos sábados e dos domingos são adaptados para concluir aquele parágrafo que estava incompleto, para adequar as referências às normas da ABNT e para revisar, entre uma xícara de café e outra, se não há nenhuma anotação pessoal que possa ter sido esquecida no texto – “revisar essa parte”, “complementar esse trecho”, “desespero”.

Concluo uma parte pequena da tese, mas sinto que carreguei comigo, em meus ombros, o peso de mil trabalhos. Sei o que quero apontar nas próximas páginas, mas isso não será o bastante. É preciso leitura, diálogo historiográfico, horas a fio tentando compreender se minha hipótese tem sentido e se estou sendo eficiente em demonstrá-la ao leitor. É preciso ainda muitos dias de sono mal dormido.

Acabo essa introdução em uma manhã fria de domingo e quase me deixo ficar feliz por isso até lembrar de que ainda tenho muito trabalho pela frente. Seguimos.

## **CAPÍTULO 1: Gênero: o espectro do ser e do estar no medievo inglês (século XV)**

\*

Este talvez seja um dos capítulos mais desafiadores que já escrevi ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Talvez por isso eu o esteja evitando há tanto tempo. Já faz anos que penso: “eu deveria responder essa pergunta” e em seguida complemento “um dia, um dia responderei”. Eis então que esse dia chegou.

Logo nos primeiros semestres de graduação, recordo-me da professora Natália Pietra lançando essa pergunta à turma com a inquietude de quem também buscava uma resposta. “O que é ser mulher?”. Falávamos sobre como a violência de gênero atingia as mulheres, como as silenciava e condenava sua agência a uma obediência forçada, incômoda e permanentemente reafirmada. No entanto, escapava-nos a pergunta mais importante: o que, afinal de contas, era esse tal de “ser mulher” sobre o qual tão vividamente falávamos? Se a resposta parecia óbvia em um primeiro momento, bastava tentar colocá-la em palavras para que percebêssemos o óbvio: não sabíamos o que era ser mulher. Significava agir de determinada forma? Ser percebida e codificada de determinada maneira? Afinal, o que tornava um sujeito mulher?

Percebi naquele momento o que eu já havia suspeitado: as leituras que eu fazia sobre violência imposta às mulheres no medievo pressupunha um sujeito pré-estabelecido, como se fosse óbvio (evidente!) quem e o que eram aquelas mulheres das quais eu falava. Eu sabia que precisava, de alguma forma, responder sobre quem estava escrevendo, mas não tinha ainda as ferramentas para isso. Tentava responder algo para o qual eu não possuía os termos e assim a minha angústia se acomodava em um lugar sem linguagem.

Foram precisos anos de reflexão, leitura e muitas trocas para enfim descobrir as palavras e me aventurar na resposta. Não estranho, por isso, ter evitado por tanto tempo dar início a esse capítulo. Sinto como se estivesse ousando falar pela primeira vez. Penso, também, que as minhas palavras carregarão com elas um peso (fardo, se quisermos parafrasear Hayden White) que eu vinha sustentando há muitos anos e que esse peso ficará encerrado, enfim, no papel. Se para White o fardo da história está em um passado que suprime nossas possibilidades imaginativas de futuro, aqui, espero, o passado possa nos ajudar na tarefa oposta. Ao entendermos como os significados atribuídos aos gêneros se modificam historicamente, talvez possamos (re)imaginar nossas próprias identidades e, quem sabe, romper com os grilhões iluministas de um sujeito contínuo, uno, tão “vazio e homogêneo” como o tempo denunciado por Walter Benjamin. Talvez, ainda, possamos superar o esforço brutal iluminista em

categorizar o mundo a partir de frestas binárias e inflexíveis de identidade. Quem sabe então possamos dar um passo, pequeno, tímido, em direção a um futuro que se permita historicizar o gênero e, por isso mesmo, nos permita superar as violências consequentes dele.

\*

Como se davam as dinâmicas de gênero no medievo, enquanto categorias elaboradas historicamente e performatizadas por diferentes sujeitos em um tensionamento constante entre as normatizações e os espaços de ruptura para a elaboração de outras subjetividades? Essa é a pergunta que norteará os capítulos dessa pesquisa, este em específico. Desde pelo menos a década de 70, sabemos que o significado construído para “mulher” e “homem” pode variar com o tempo e o espaço geográfico. Contudo, ainda que os pensemos historicamente, essa informação não é o suficiente para preencher as lacunas sobre gênero. Se suas categorias são constituídas conforme uma historicidade própria, quais as *dinâmicas* de elaboração dessas categorias? Como podemos compreender o processo de constituição dos gêneros, a partir de quais ferramentas eles foram elaborados, através de quais linguagens e possibilidades epistemológicas, quais jogos de poder e regimes de verdade, etc.? Para que possamos compreender mais profundamente o significado de feminilidade e masculinidade no medievo, é preciso questionarmos mais a fundo de que maneira essas categorias eram compostas e quais as relações possíveis entre elas a partir de dinâmicas próprias de elaboração. Isso significa entender não só quais características estiveram associadas ao feminino, por exemplo, mas antes de tudo em que lugar o feminino se encontrava dentro do sistema de construção de significados generificados e como esse sistema funcionava - quais mecanismos dispunha para forjar significados, por exemplo.

Michel Foucault se propôs a trabalhar a partir da perspectiva de dispositivos (como da sexualidade) para compreender a construção de determinadas categorias identitárias. Para o filósofo, um dispositivo diz respeito a:

“um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos”<sup>1</sup>.

Portanto, trata-se de um conjunto de discursos que é não apenas a soma de diferentes linguagens ou perspectivas, mas a própria relação que se constitui a partir deles. Ao mesmo tempo, o dispositivo engloba três dimensões: poder, saber e subjetivação. Significa, então, uma rede entrelaçada às formas com que poder-saber constituem regimes de verdade, aos modos

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, 2000, p. 244.



com que podem ser tensionados ou rompidos através da repetição desigual e, ao mesmo tempo, com as técnicas de si. Nesse sentido, insere-se e formula relações de poder que determinam algumas concepções como normativas e reguladoras (portanto, existindo uma dimensão do gênero imposta e vigiada por aqueles que a impõem), assim como as relações de poder. Elas abrem espaço para a negociação dos termos na medida em que a construção de si é um tensionamento constante entre a percepção de si mesmo e a normatização discursiva (por exemplo, do campo jurídico ou especificamente eclesiástico para o caso medieval). A relação estabelecida entre poder e saber (ou, poder-saber) é intimamente mútua e multidirecional. Portanto, os termos dados pelas relações de poder e pelos saberes se afetam mutuamente, de modo que o poder modifica e é modificado pelos saberes construídos, da mesma forma que esses saberes afetam e são afetados pelas relações de poder<sup>2</sup>. O dispositivo é, enfim, a própria prática que o elabora e também aquilo que constitui os sujeitos na mesma medida em que é constituído pelos discursos produzidos por sujeitos.

Gênero, portanto, pode ser pensado também enquanto um dispositivo<sup>3</sup>. Isso significa pensá-lo como o campo no qual os discursos se encontram, assim como as práticas produtivas que os elaboram. Esse campo (ou dispositivo) possui lógicas próprias de funcionamento cujo processo tentaremos captar aqui. Não daremos conta de analisar todos os discursos que constituem o gênero no medievo - para isso, precisaríamos englobar textos medicinais, eclesiásticos, jurídicos (tanto do escopo secular quanto religioso), literários como poemas elaborados por clérigos e por leigos, hagiografias, romances, cantigas trovadorescas, obras de teologia, bulas papais, documentos de chancelaria, dentre uma infinidade de outras produções. Para essa pesquisa, não seria possível incorporar tantas produções distintas. Dessa forma, pensaremos em uma das esferas a partir da qual as categorias de gênero foram forjadas e de

---

<sup>2</sup> Fabiana Marcello, ao propor o conceito de “dispositivo de maternidade”, sugeriu uma leitura a partir do dispositivo como: “Essas linhas [de força] se compõem, tal como o poder, em relação ao saber: não como causa e consequência, mas através de uma relação de mútua dependência, de articulação recíproca. São linhas que fixam os jogos de poder e as configurações de saber que nascem do dispositivo” (MARCELLO, F. A. “Dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos”. *Educação & Realidade*, n. 29 (1), jan/jun. 2004, p. 204). Pensamos, na medida em que as linhas *fixam* os jogos de poder, ou seja, delimitam seu espaço possível, que elas balizam nossas possibilidades de pensar sobre o dispositivo - ou seja, nossa possibilidade epistemológica e a construção ontológica que se seguem. Em outras palavras, a linguagem (como os discursos e o poder relacionado a eles) condiciona nossa forma de perceber e pensar o objeto dessa linguagem - como o gênero, por exemplo. O dispositivo constrói um espaço possível de reflexão e de enunciação sobre gênero (que pode ser modificado pela condição flexível própria ao poder), portanto, ao delimitar a forma com que falamos sobre essas categorias, também regula a maneira como podemos pensar sobre elas.

<sup>3</sup> “Pode ser pensado *também* como um dispositivo” porque entendemos gênero não apenas como as práticas discursivas, mas ainda como as performances resultantes delas e em contato com elas (ambas permeadas por relações específicas de poder). A relação entre discurso e performance foi elaborada por Judith Butler em relação ao gênero, mas remontam à teoria dos atos de fala de John Austin e o entendimento de que um enunciado não só transmite informações, como é em si mesmo uma maneira de *realizar ações*. Ver: AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Editora J.O. Urmsom, 1962.

que maneira elas foram instrumentalizadas dentro dessa dinâmica específica: a das epístolas produzidas por mulheres do século XV, na Inglaterra, em específico aquelas pertencentes à família Paston da *gentry* inglesa.

#### **‘As bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras’<sup>4</sup>: emergência da História das Mulheres e dos estudos de gênero**

Os estudos sobre mulheres como sujeitos históricos são consideravelmente recentes para a historiografia. Foi só a partir do início do século XX que se tornaram objeto (e agentes, em grande medida) de estudo, o que esteve relacionado a diversos processos distintos, mas sincrônicos. O maior ingresso de mulheres nas universidades, o crescimento do movimento feminista, a emergência da Escola dos Annales e do pós-estruturalismo, assim como o fortalecimento dos Estudos Culturais, trouxeram juntos uma mudança de paradigma para a História que esteve relacionada à História das Mulheres<sup>5</sup>.

A presença de mulheres nas universidades em meio a um debate efervescente sobre o feminismo levou muitas pesquisadoras a se indagar sobre a presença massiva de homens na História: enquanto objetos de estudo e, ao mesmo tempo, como produtores desses saberes. A preocupação da historiografia positivista do século XIX girava em torno de espaços e temas profundamente associados ao masculino e que, por isso, deixavam de fora o Outro do Sujeito universal (mulheres, mas também pessoas não-brancas e trabalhadores, camponeses). Ocupados com uma história “oficial” de Estado, cujos documentos supostamente traduziam a objetividade esperada pelo positivismo, abordaram os grandes feitos da guerra e da política, assim como os grandes homens - os sujeitos notáveis<sup>6</sup>. Embora a política e a guerra se relacionem também com as mulheres (o que já foi demonstrado por diversas/os historiadoras/os, como Wendy Goldman<sup>7</sup>), os autores positivistas reduziram seu olhar aos *homens* enquanto protagonistas, enquanto produtores de saber.

O pensamento iluminista que se estendeu ao longo do século XIX foi também responsável pela produção de um Sujeito universal: a construção de uma identidade específica

---

<sup>4</sup> RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

<sup>5</sup> Ver: TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social. Cadernos Pagu, São Paulo, n. 3, p. 29-62, 1994. BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1-2, 1980. Ver: BLOCH, Marc. Apologie pour l’histoire ou métier d’historien. Paris: Librairie Armand Colin 1949, 1952.

<sup>6</sup> A escola metódica na França se ocupava particularmente desse tema: “se dedicava especialmente a questões políticas, militares e diplomáticas” pontaram Petersen e Lovato a respeito da historiografia positivista. PETERSEN, S. R. F.; LOVATO, B. H. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: edição do autor, 2013.

<sup>7</sup> GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética*. São Paulo: Boitempo, 2014.

(masculina, branca, cissexual) como referente de todo sujeito histórico<sup>8</sup>. A experiência do homem europeu foi universalizada em diversos aspectos: a temporalidade foi pensada a partir dessa experiência<sup>9</sup>, a concepção de liberdade existencialista<sup>10</sup> o foi, assim como a própria linguagem foi elaborada a partir e em relação ao masculino: o universal de ser humano é “*homens*”. Não ao acaso, como já pontuamos, Marc Bloch afirmou que a história nada mais seria do que a ciência dos homens (*hommes*) no tempo<sup>11</sup>. O que há de inquietante nessa frase é o uso da palavra *homens* como sinônimo de humanidade, universalizando, portanto, sua existência e experiência. Enquanto a gramática transformava o masculino em humano, vinha também acompanhada da construção do feminino como Outro: o *outro* lado do masculino (que seguiria sendo referência epistemológica e ontológica nas ciências humanas)<sup>12</sup>.

Enquanto Outro, a mulher foi ausência e contraponto negativo do sujeito universal. Se o homem é razão, ciência, expansão, força, a mulher é o emocional, o místico, o retido e a fraqueza. Enquanto o esperma (como masculino) fosse ativo, como sugeriram os pensadores do século II a.C., o ovário (enquanto feminino) seria continuamente passivo. Não à toa, a medicina moderna estudou o ovário como um testículo invertido e por diversas vezes usou como referência o falo masculino para abordar o corpo feminino<sup>13</sup>. No século XIX, foi a vez de Freud tomar o falo como referência, aspecto sobre o qual elaborou a teoria de um complexo de castração (ou inveja peniana) que surgiria durante o desenvolvimento psicossocial de meninas<sup>14</sup>. Na prática, as mulheres foram reduzidas ao lugar da diferença, *marcadas* pelo gênero.

---

<sup>8</sup> RAGO, op. cit.

<sup>9</sup> Por exemplo, Joan Scott questionou se a História quadripartite (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) teria os mesmos marcos se tomássemos como referência a História das Mulheres. Nesse sentido, teria a Revolução Francesa um marco de mudança histórica se considerássemos a experiência de mulheres? Enquanto homens puderam participar da política a partir desse evento, as mulheres continuaram excluídas do processo político. Nesse sentido, o que teria mudado para elas? Ver: SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

<sup>10</sup> O existencialismo de Sartre e de Heidegger pressupõem um “Ser” cuja liberdade estaria atrelada à possibilidade de transcendência - de expansão política, cultural e mesmo territorial. Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, questionou a possibilidade de transcendência para mulheres. Mais do que expansão, para elas foi o espaço restrito e limitante do lar que foi disponibilizado. Ao invés de transcendência, às mulheres foi possível apenas a imanência. ver: BEAUVOIR, op. cit.

<sup>11</sup> “Il n’ya donc qu’une science des hommes dans les temps et qui sans cesse a besoin d’unir l’étude des morts à celle des vivants”. Ver: BLOCH, op. cit., p. 29

<sup>12</sup> BEAUVOIR, op. cit.

<sup>13</sup> Entendemos que o feminino e o masculino não são determinados pelos órgãos reprodutivos, mas nos exemplos mencionados (do discurso médico, sobretudo) houve uma convergência entre os termos. Sobre os exemplos, ver LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

<sup>14</sup> BEAUVOIR, op. cit.

As experiências de outros sujeitos que não aquele Universal foram, portanto, inviabilizadas pela perspectiva iluminista de humanidade e pela proposta de neutralidade do positivismo. Foi preciso romper com essas lógicas epistemológicas para que as mulheres pudessem se tornar, elas mesmas, objeto de estudo e agentes históricos. A Escola dos Annales teve um papel importante nesse sentido, ao propor o estudo de novas fontes documentais que fossem além dos textos oficiais de Estado<sup>15</sup>. Lucien Febvre defendeu a história como a ciência do particular, ruptura fundamental com o universalismo anterior<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo, foi favorável à interdisciplinaridade que trouxe para a historiografia concepções da sociologia e da antropologia - já preocupadas com dinâmicas sociais que envolviam as mulheres como sujeitos.

As pesquisas da Escola de Annales trouxeram como fonte documental também imagens de arte, artefatos arqueológicos, relatos orais, conjuntos de cartas, diários, álbuns de fotografia. Embora as fontes de Estado ainda fossem usadas, abriu-se espaço para pensar em universos distintos da vida particular - da vida doméstica, espaço em que a presença das mulheres era consideravelmente maior. A “história em migalhas” sugerida por François Dosse permitiu, na década de 70, um olhar mais aprofundado sobre as particularidades, daí também os estudos sobre o corpo, sobre a maternidade e outros temas a respeito dos quais a História das Mulheres viria muito a contribuir<sup>17</sup>.

Outro marco importante foi a coletânea da História da Vida Privada organizada por Georges Duby e Phillip Ariès - que não estava distante de um olhar cada vez mais voltado ao imaginário e à ideologia<sup>18</sup>, aspectos importantes para que se pensasse gênero como uma construção social. O segundo volume da obra de Ariès e Duby foi dedicado ao período do feudalismo até o Renascimento e ao longo de seus capítulos dialoga com a vida das mulheres no espaço doméstico<sup>19</sup>. A Nouvelle Histoire, partindo da terceira geração da Escola dos Annales, propôs pensar em temas então marginais e ao mesmo tempo profundamente ligado a

---

<sup>15</sup> Ver: LE GOFF, J. História e Memória. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

<sup>16</sup> PETERSEN; LOVATO, op. cit.

<sup>17</sup> Miri Rubin, em publicação de 1998, pontuou sua discordância em relação à Escola dos Annales. Para ela, não houve grande contribuição do grupo para a formação de uma sólida História das Mulheres, sobretudo na França: “the powerful and fertile *Annales* historical tradition has never fully engaged with the challenges of women’s history and gender” (RUBIN, M. “A Decade of Studying Medieval Women, 1987-1997”. *History Workshop Journal*, n. 46, outono de 1998, p. 228). Exemplifica seu argumento apontando como Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt mencionam mulheres e crianças em um único parágrafo no artigo *L’histoire médiévale* publicado em 1996 na *Cahiers de civilisation médiévale*.

<sup>18</sup> Ibid.

<sup>19</sup> Por exemplo, os autores pontuam: “tudo à exceção das bebidas e da forragem para os cavalos, encontrava-se posto, segundo as ordenações que regiam a vida interna do palácio carolíngio, sob a vigilância da esposa do rei, uma mulher, e que por sua própria condição de mulher estava excluída do povo, recolhida no interior, o que me parece muito expressivo da irresistível reviravolta do poder público em direção ao privado.” (ARIÈS, P; DUBY, G (Coord.). *História da Vida Privada: a Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 32).

História das Mulheres, como a bruxaria, a prostituição, a loucura, o parto, a maternidade, a sexualidade<sup>20</sup>. Traria para o centro das preocupações não apenas a mulher, mas sobretudo a mulher de duplas invisibilidades por seu gênero e sua condição social.

Os anos 60 e 70 foram marcados, ainda, por outro olhar importante para o fortalecimento da História das Mulheres e, sobretudo, para os Estudos de Gênero: a virada pós-estruturalista. Enquanto o estruturalismo valorizava concepções como Verdade, como as permanências e imposições das instituições sobre a vida social, o Universal, o neutro e a objetividade, o pós-estruturalismo rompeu profundamente com essas perspectivas. A ideia de uma Verdade absoluta, muito presente na obra de Leopold von Ranke, permitia pouco espaço para as perspectivas dissidentes, para a avaliação das dissidências e das rupturas que o pós-estruturalismo dedicou-se a estudar<sup>21</sup>. No entanto, a verdade também esteve associada a um universo masculino, de modo que a fissura dessa Verdade era, de certa forma, a própria perspectiva das mulheres. Só poderia haver uma versão dos fatos (*fatós*, como determinações históricas), versão essa produzida pelo Estado e que, novamente, não permitia espaço às mulheres uma vez que a política e as instituições eram moldadas e vividas por homens.

A perspectiva universalista do século XIX também foi rompida pelo pós-estruturalismo, o que seria fundamental para questionar afinal quem era o Sujeito do qual havia se falado por tanto tempo. O olhar voltado para a fragmentação e o particular sugeriam um estudo que considerasse as diferenças como elemento fundamental da produção de identidades e de saberes. Não apenas introduziram a impossibilidade de um sujeito masculino sendo universal, como também impuseram um questionamento ainda mais refinado: se não há ser humano universal, pode haver uma “Mulher” universal? Pergunta para qual a resposta esteve em diálogo também com uma historiografia decolonial e negra que apontava a universalidade da experiência branca<sup>22</sup>.

O método desconstrucionista proposto por Jacques Derrida<sup>23</sup> foi importante para que despontasse uma historiografia preocupada com o que foi desviante, para os tensionamentos que envolveram a construção de conceitos; enfim, para um olhar voltado às margens, às ramificações, às fissuras. Nesse sentido, em diálogo com o pós-estruturalismo, os estudos sobre

---

<sup>20</sup> RAGO, op. cit.

<sup>21</sup> MEDEIROS, J. “O indivíduo na historiografia do século XIX: Georgi Plekhanov e a crítica ao historicismo”. *Revista Ars Historica*, nº10, Jan/Jul 2015, p.118-136.

<sup>22</sup> COLLINS, P. H.. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. 2nd ed. New York: Routledge, 2009. Outros autores importantes para pensar a esse respeito são: Frantz Fanon, bell hooks, Achille Mbembe, Leila González, Paul Gilroy, Sueli Carneiro, W.E.B. Du Bois e Angela Davis.

<sup>23</sup> Trata-se de desconstruir sínteses e unidades, desnaturalizar as identidades. Para isso, é preciso abandonar o que se pensava anterior ao discurso e colocá-lo novamente em um espaço de produção atravessado por disputas de poder. FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

mulheres e o pós-colonialismo em geral se voltaram para a produção de uma “história à contrapelo”<sup>24</sup>: feita a partir das margens e sobre as margens, deslocando-se do centro universalista vigente na historiografia até então.

Os estudos pós-colonialistas e decoloniais contribuíram profundamente para esse deslocamento teórico-metodológico nas ciências humanas. Os teóricos dedicados a esse campo de estudo pontuaram exatamente a universalização dos valores ocidentais (brancos, masculinos) e a construção de determinados regimes de verdade para a sustentação de identidades nacionais e seus mitos fundacionais de nação<sup>25</sup>. Nesse sentido, a epistemologia ocidental foi colocada em questão como um campo *possível* de pensamento, não mais como a referência universal pela qual toda produção acadêmica global deveria se pautar. Gayatri Spivak<sup>26</sup>, importante filósofa pós-colonial, denunciou esse processo como fruto de uma violência epistêmica da qual mesmo alguns pensadores pós-estruturalistas como Foucault, Deleuze e Guattari fizeram parte<sup>27</sup>. A violência epistêmica implicaria, precisamente, na universalização de um modelo de sujeito - racional, objetivo e ensimesmado produzido pelo Ocidente. Ao mesmo tempo, estaria no “projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro”<sup>28</sup> na medida em que a elaboração do Sujeito

---

<sup>24</sup> Ainda que tenha sido norteador de diversos estudos nas áreas mencionadas, o termo foi utilizado por Walter Benjamin para explicar o materialismo histórico que propunha a partir da Escola de Frankfurt e das releituras de Marx: “Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais.(...) Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, p. 225).

<sup>25</sup> Nesse sentido, a História teria funcionado como uma disciplina a favor do Estado-nação através da narrativa pública sobre o passado, da criação de tradições nacionais e da imposição de narrativas ou cosmovisões sobre as comunidades colonizadas. Boaventura de Sousa Santos propôs o conceito de “epistemicídio” para se referir ao processo violento de desestruturação das epistemologias locais a partir da universalização de uma cosmovisão europeia. Esse processo violento esteve diretamente associado à produção de categorias binárias e rígidas de gênero a partir da qual os sujeitos deveriam ser nomeados e pensados. A respeito da História disciplinar enquanto regime de verdade, Mario Rufer denunciou o apagamento das narrativas não-europeias e o esforço em esvaziá-las da legitimidade que a historiografia europeia possuía. Segundo ele, essas outras formas de pensar e perceber o mundo “No está fuera de la palabra de la *comunitas*, de esas “formas otras” de imaginar y concebir las narraciones del tempo (...) Su experiencia está fuera de la palabra que escruta desde arriba, observa, conoce y envía al personaje a seguir el camino de las flechas: la historia, en toda su performativa capacidad de registro y autoridad” (RUFER, Mario. “Experiencia sin lugar en el lenguaje: enunciación, autoridad y la *historia de los otros*”. *Relaciones* 133, v. 34, 2013, pp. 79-115, p. 85.). A esse respeito, ver ainda: HOBBSAWM, E; RANGER, T(Orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, a respeito da invenção dos mitos e das tradições para consolidar projetos nacionais).

<sup>26</sup> SPIVAK, G. C. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

<sup>27</sup> Para Spivak, a própria crítica que se propõe a desestabilizar o sujeito universal na verdade o funda. Segundo ela, essa teoria “proporciona apenas uma camuflagem para esse sujeito do conhecimento. Embora a história da Europa como Sujeito seja narrada pela lei, pela economia política e pela ideologia do Ocidente, esse Sujeito oculto alega não ter ‘nenhuma determinação geopolítica’” (Ibid., p. 20).

<sup>28</sup> Ibid., p. 47.

pressupõe sua contraparte inferior, negativa, ausente. A categoria do “Outro” havia sido denunciada já por Simone de Beauvoir em relação às mulheres, mas Spivak a estende ao sujeito colonial cuja subalternidade pode ser marcada por diversos elementos, a exemplo da mulher indiana. Subalternidade sob qual a condição de gênero, de raça e de localidade geopolítica a colocam em um espaço de silenciamento que origina a pergunta norteadora da obra de Spivak: *pode o subalterno falar?*

Os estudos pós-coloniais e decoloniais pontuaram, ainda, o caráter impositivo e colonizador do próprio gênero. Maria Lugones foi precisa ao apontar como as categorias de “homem” e de “mulher” foram fruto de um processo colonizador cujas lógicas impuseram identidades exógenas sobre os sujeitos colonizados e que se articularam a um esforço em desumanizá-los<sup>29</sup>. Nesse sentido, Lugones destacou a maneira com que a marca de humanidade foi também uma marca de civilização: “só os civilizados são homens ou mulher”<sup>30</sup> o que implicaria, por sua vez, em uma dinâmica profundamente distinta para os colonizados. Enquanto não-civilizados, também estariam fora do campo de pertencimento generificado que a Europa havia construído. Segundo ela: “as condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como bestiais e portanto *não gendradas*, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas”<sup>31</sup>.

O gênero como um sistema de categorias através das quais os sujeitos são percebidos, enquadrados e a partir das quais as performatizam, não pode ser aplicado a todos/as da mesma forma. Nesse sentido, feministas negras, lésbicas e proletárias tiveram também um papel

---

<sup>29</sup> LUGONES, M. “Rumo a um feminismo decolonial”. *Revista Estudos Feministas*, n. 22 (3), set.-dez. 2014, pp. 935-952. A respeito da imposição epistemológica, Lugones também pontua que: “a transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com (...) o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica” (ibid., p. 938).

<sup>30</sup> Ibid., p. 936.

<sup>31</sup> Ibid., p. 936-937. Grifo nosso. Ainda, Lugones propõe expandir o conceito de colonialidade de Anibal Quijano para a inclusão do gênero: “a consequência semântica da colonialidade do gênero é que “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher”. Isso porque poderia ser mulher apenas aquela para qual sua humanidade era reconhecida - mesmo que submetida ao corpo e à subjetividade distantes da razão objetiva masculina, ainda assim as mulheres brancas foram vistas como *humanas* e por isso mesmo *mulheres*. Àquelas que foram colonizadas, a desumanização exigia que fossem engendradas apenas como *fêmeas*, para qual a diferenciação anatômica de sexo era fundamental. É por esse motivo que Lugones rejeita a busca por uma compreensão não-colonizada de gênero nas comunidades indígenas: ela não existe, pois a noção generificada é por si mesma colonizadora: “‘gênero’ não viaja para fora da modernidade colonial” (ibid., p. 939). Nesse ponto, precisamos fazer uma ressalva à análise de Lugones: o atrelamento entre gênero e modernidade colonial é verdadeiro para o contexto sobre o qual a autora se debruçou; no entanto, se o considerássemos verdadeiro para todos os contextos, isso implicaria em uma inexistência do gênero fora da modernidade e, portanto, inexistência do mesmo em um período medieval. Portanto, se gênero fosse um subproduto exclusivo da modernidade, ele não poderia ser imaginado para a mesma Europa em outros períodos históricos. Não pensamos ser o caso: a percepção generificada *existia* no medievo - não da forma como viria a ser na modernidade (não em termos de funcionamento, nem mesmo de extensão), mas ainda assim presente.

fundamental para a reorganização dos estudos sobre mulheres nas Ciências Humanas. Se foi necessário reconhecer a instabilidade do Sujeito Universal, não haveria um risco em construir desavisadamente a categoria de universal de mulher? Foi nesse ponto em que se introduziu uma ruptura entre os primeiros estudos sobre História das Mulheres e as reflexões posteriores, elaboradas sobretudo a partir dos estudos de gênero.

Antes de abordarmos as diferenças entre esses campos de estudo, gostaríamos de apontar como essas tantas rupturas foram pensadas por Margareth Rago como a introdução de uma nova epistemologia: o que a autora chamou de *epistemologia feminista*<sup>32</sup>. De forma provocativa, Rago escreveu em seu artigo publicado em 1998 sobre a possibilidade de a crítica feminista ter introduzido não apenas novos objetos e temas de conhecimento, mas de forma mais profunda uma nova forma de pensar e perceber o mundo. Enquanto pontuamos a introdução das novas fontes, sujeitos e temáticas relacionados às mulheres, estamos sugerindo a mera adição sistemática de elementos ao campo historiográfico. Nessa perspectiva, a História das Mulheres não faria mais o que preencher lacunas e restituir às páginas centrais aquilo que havia sido posto nas notas marginais de rodapé. No entanto, a mudança provocada pela História das Mulheres foi sugerida por Margareth Rago como algo mais profundo do que a simples adição.

Por muito tempo, a sociologia se perguntou se a sociedade era resultado da simples soma de indivíduos ou se constituía uma totalidade orgânica entre os indivíduos de forma dinâmica e complexa. De certa maneira, esse é o questionamento que queremos pontuar aqui. Se a História das Mulheres poderia ser vista como apenas *mais um* campo da historiografia, por outro lado concordamos com Rago na ideia de que a sua construção gerou mudanças tão profundas que foi responsável (junto de outras mudanças) pela promoção de uma nova epistemologia nas humanidades. Tratou-se de um modo alternativo de operação do conhecimento científico. A denúncia de um sujeito identitário, fragmentado, cuja universalidade era mais um projeto de verdade do que um fato verificável foi fundamental para a construção, nas ciências humanas, de sujeitos particulares como objeto de estudo. Sujeitos plurais, atravessados por múltiplas identidades e relações de poder. Rompe, como Rago pontuou, com uma racionalidade ensimesmada a partir da qual não era possível pensar a diferença - apenas a subtração do Outro. Ao mesmo tempo, afasta-se da valorização de uma ciência neutra e objetiva, na medida em que escancara sua subjetividade como produto de uma

---

<sup>32</sup> RAGO, M. "Epistemologia feminista, gênero e história". In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 13.



perspectiva generificada, geopolítica, racial daquele que produz ciência<sup>33</sup>. Ao questionar a universalidade, coloca em questão toda a base sobre a qual a epistemologia havia sido construída sobretudo no século XIX. Se talvez não seja o suficiente para afirmar uma nova epistemologia absoluta, é o bastante para afirmarmos que contribui para esse deslocamento.

Sandra Harding teria questionado se essa “epistemologia feminista” não se tornaria apenas a substituição de um regime de verdade por outro, a que Margareth Rago respondeu a partir de dois argumentos<sup>34</sup>: a epistemologia feminista não possui hegemonia (aspecto necessário para constituir um regime de verdade, mas, pontuamos, que não é impossível de ser alcançado pela própria dinâmica do poder como elemento em constante disputa); esse pensamento rompe com a visão absolutizadora, opõe-se a seu aspecto universalista, desmantela a concepção hegemônica dos conceitos. É por isso que *poderia* propor-se como caminho epistemológico sem necessariamente se tornar um regime de verdade como havia sido o pensamento iluminista. Enquanto se mantiver fiel à premissa de que não há sujeito nem experiência universais, será ainda um caminho frutífero de pensamento<sup>35</sup>.

Eleni Varikas apontou também as contribuições desse campo para à historiografia como uma pesquisa que leva a “repensar pressupostos implícitos que fundam as fronteiras das disciplinas”<sup>36</sup>, a desestabilizar as categorias científicas que pressupunham uma validade universal. Pesquisadoras/es da área reforçam a inexistência de verdades primeiras que estariam encerradas em “fatos” (como monumentos, poderíamos pensar); nenhuma lógica predestinada, pontuou Varikas, nem autoridade para além daquelas que lhes foram concedidas. Seria preciso partir da hipótese de que não sabemos, de antemão, o que significa ser mulher em uma sociedade - portanto, deve-se partir de uma postura de desconhecimento para que seja possível

---

<sup>33</sup> “Um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele” (RAGO, op. cit., p. 11). É por isso que nosso texto dialoga com as experiências particulares de quem produziu essa pesquisa. Se propomos um afastamento às reivindicações de neutralidade e objetividade, precisamos também nos colocarmos nesse espaço de vulnerabilidade e transparência: não basta afirmarmos que o sujeito universal não existe, é preciso caminhar em direção a esse outro sujeito cuja subjetividade está presente no texto. Isso não significa que a ciência produzida nesses moldes seja inverídica: a metodologia e a preocupação teórica são ferramentas importantes para nos manter em direção à veracidade. No entanto, é preciso colocar na própria escrita o lugar de onde partimos para que possamos pensar em uma escrita particular - não individualista, porque não se pressupõe isolada, mas particular porque reconhece seu lugar social de produção e os atravessamentos que a carregam.

<sup>34</sup> Ibid.

<sup>35</sup> Outros pensadores têm sugerido recentemente a necessidade de (in)disciplinar o próprio campo histórico. A História enquanto disciplina foi por muito tempo um condicionador das perspectivas de futuro e uma ferramenta eficaz para a criação de narrativas hegemônicas - o contrário exatamente do que as críticas feministas se propunham. Nesse sentido, enquanto a ruptura epistemológica é suficiente na perspectiva de Margareth Rago, poderíamos (e deveríamos) nos questionar o quanto será possível desestabilizar um regime de verdade atuando a partir dos mesmos espaços de produção de saber nas quais foram pensados. É possível que a ruptura se institua a partir dos mesmos mecanismos que produziram aquilo com o qual se tenta romper? A respeito desse debate, ver: AVILA, A. L.; NICOLAZZI, F.; TURIN, R. (Orgs). *A História (in)Disciplinada*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

<sup>36</sup> VARIKAS, E. *Pensar o sexo e o gênero*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

definir esse objeto sem reproduzir as mesmas definições normativas que pretendemos estudar<sup>37</sup>. Ou seja, é preciso cuidado para que não utilizemos como pré-estabelecido aquilo mesmo que projetávamos colocar sob questão. Como campo que alerta para o cuidado em não universalizar as identidades, nem tomá-las como fenômenos pré-estabelecidos (e que bastariam ser capturados no tempo); como espaço que pretende o questionamento contínuo dos saberes e das categorias; como epistemologia que pretende não tomar os conceitos como monolíticos e que critica o uso de suas categorias (não só como objetos de saber, mas também como ferramentas que delimitam o próprio objeto - ou seja, como linguagem que não apenas capta, mas *cria e limita* as percepções que analisa), é possível pensar nos estudos de gênero e na História das Mulheres como um novo e frutífero processo epistemológico.

As contribuições para esse novo olhar epistemológico também partem das produções feministas sobre o medievo. Enquanto contribuições gerais dos medievalistas para o campo da teoria da História já foram amplamente reconhecidas em relação a autores como Marc Bloch e Jean-Jacques Le Goff<sup>38</sup>, é preciso ainda apontar como os estudos sobre mulheres especificamente podem contribuir de forma geral à historiografia. Para Judith Bennett, o campo não apenas *adiciona* informações a uma cronologia histórica já estabelecida, como altera as próprias maneiras de pensar e interrogar esse passado: “desenvolvendo novas questões, novos conceitos e novas interpretações do passado”<sup>39</sup>. O motivo para essa contribuição é parcialmente explicado por Madeline Caviness: segundo a historiadora, a própria alteridade imposta ao pesquisador/a pelo período medieval exige que as teorias sejam adaptadas<sup>40</sup>. O distanciamento produzido por esse outro passado exige que tenhamos um olhar vigilante para as alteridades que ele produz. Poderíamos dizer que o medievo é, por si só, um Outro que tentamos captar - o Outro da modernidade - para o qual a outridade da mulher é mais uma dentre tantas possíveis. Enquanto historiadoras/es apontam para a interseccionalidade de questões como gênero, raça

---

<sup>37</sup> Segundo ela, a tarefa é “definir o objeto de conhecimento *mulheres* sem reproduzir as definições normativas que organizam e interpretam a diferenciação hierárquica dos sexos” (Ibid., p. 97).

<sup>38</sup> A obra *Apologia da História* de Marc Bloch se tornou uma referência de destaque para pensarmos no ofício do/a historiador/a, contribuindo para uma reavaliação do nosso papel em relação às fontes e à possibilidade de uma História Cultural emergir. Le Goff, como destaque da terceira geração dos Annales, contribuiu para os estudos culturais como em relação ao imaginário, se propondo ainda a discutir mais diretamente questões como memória e historiografia. Ver: BLOCH, op. cit. LE GOFF, J., 1996, op. cit.

<sup>39</sup> Tradução livre de: “[feminist medievalists are not only adding medieval information to the databanks of history but also shaping history itself] developing new questions, new concepts, and new interpretations of the past”. BENNETT, J. M. *Medieval Women in Modern Perspective*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 140.

<sup>40</sup> Segundo ela “medieval culture is so distant from ours that its very alterity has pressured medievalists to adapt, rather than adopt, modern and postmodern theories of gender and their intersection” (CAVINESS, M. “Feminism, Gender studies, and Medieval Studies”. *Diogenes*, n. 225, p. 30).

e classe na modernidade, o medievo exige incluir também questões como religiosidade, status marital e região como marcadores identitários fundamentais.

Como já apontamos anteriormente, a História das Mulheres como campo disciplinar de conhecimento nem sempre esteve atento às pluralidades. Essa esfera nasceu de um esforço em ressarcir as mulheres de seu apagamento histórico, em restituí-las de seu passado: “falar de Mulher na história significava, então, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil”, pontuaram Joana Maria Pedro e Rachel Soihet<sup>41</sup>. Nesse sentido, importava menos explicar as dinâmicas de construção do que significava ser mulher e das relações de poder nas quais estavam inseridas, do que em reestabelecer seu passado. A História das Mulheres funcionava quase como uma restituição das grandes obras de arte.

Esse esforço, contudo, trazia um duplo problema: tomava a categoria “Mulher” como um pressuposto dado (por vezes de forma ahistórica e pré-linguística) e funcionou como um apêndice à história “masculina”. Historiadores homens se obliteraram da tarefa de produzir uma História das Mulheres, com a justificativa de que aquele era um domínio separado e apenas complementar: “as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos concerne necessariamente”<sup>42</sup>. Os estudos de gênero foram adotados posteriormente como um contraponto a esses problemas.

### **Medievalística e a História das Mulheres**

Em relação aos estudos sobre o medievo, os primeiros esforços em trazer à tona uma História das Mulheres podem ser traçados até a década de 20 com Eileen Power. De acordo com Judith Bennett, Power foi vista como pioneira na área e trabalhou com temas como as abadias femininas e deixou escritos sobre a vida das mulheres no medievo que foram

---

<sup>41</sup> PEDRO, J. M.; SOIHET, R. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>> Acesso em fevereiro de 2023.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 289. A mesma denúncia foi posta por Margareth Rago em relação aos estudos de gênero. Segundo ela, por exemplo, “[Roger] Chartier revelava certo constrangimento em relação à incorporação da categoria do gênero, numa atitude bastante comum entre muitos historiadores, principalmente do sexo masculino” (RAGO, *op. cit.*, p. 2). O mesmo foi denunciado para o caso europeu por Louise Tilly. Segundo a pesquisadora, em um seminário sobre Olympe de Gouges, “Um historiador da Revolução, velho e rude, levanta-se no momento das questões e pergunta, com sua entonação fanhosa do leste dos Estados Unidos: “Agora que eu sei que as mulheres participaram da Revolução, *que diferença isto faz?*” (TILLY, *op. cit.*, p. 2), sugerindo que a História das Mulheres era pouco mais do que um anexo à historiografia. Esse tratamento também foi percebido nas produções didáticas de livros de História, em que as mulheres foram frequentemente arremessadas para notas de rodapé e tópicos extra-texto como entre caixas de texto deslocadas do corpo principal ou páginas finais *complementares*. Como *complemento* (apêndice, anexo, acessório, pormenor), o que é chamado na historiografia como desapareço de “perfumaria”.

posteriormente reunidos e editados em uma obra póstuma. Seus textos, contudo, ainda encontravam pouco espaço na historiografia, sobretudo aqueles de perspectiva mais crítica<sup>43</sup>. Dos anos 20 até a década de 60, as produções sobre Idade Média sofreram com um prolongado silêncio sobre as mulheres. Foi preciso esperar até a segunda onda do movimento feminista e o ingresso de mais mulheres na universidade para que o tema ganhasse força entre medievalistas. Sua grande força, contudo, veio na década de 1980 com produções historiográficas importantes, como os trabalhos de Caroline Bynum sobre o corpo, a feminilização da linguagem religiosa e os ritos religiosos entre mulheres. Outra contribuição importante foi a de Peter Dronke com a coletânea *Women Writers of the Middle Ages* em que recuperou a trajetória de diferentes escritoras como Dhuoda, Hrotsvitha, Margery Kempe ou mesmo Catherine de Siena. O problema desse tipo de coleção, como apontado pela pesquisadora Miri Rubin, estaria na superficialidade com que precisa abordar cada uma dessas personagens<sup>44</sup>. Por se propor uma coletânea de divulgação das obras, não é o suficiente para dar conta da complexidade de cada uma em suas particularidades históricas. A maior parte dos nomes que constam na coletânea têm em comum apenas o fato de serem percebidas como mulheres. Miri Rubin destacou, por outro lado, a emergência mais recente de coletâneas dedicadas não mais às mulheres enquanto uma coletividade generalizada, mas específicas a cada autora<sup>45</sup>.

Outro exemplo de publicação como a de Peter Dronke foi a coletânea *História das Mulheres no Ocidente* organizada por Michelle Perrot e Georges Duby, cujo segundo volume (publicado em 1990) foi voltado especificamente ao período medieval e organizado por Christiane Klapisch-Zuber. O esforço movido por Perrot e Duby foi importante para o fortalecimento da História das Mulheres enquanto um campo acadêmico legítimo a despeito das desconfianças contra ele no início do século XX. Na obra, dois movimentos foram priorizados para abordar a vida das mulheres no medievo: de um lado, as normas que

---

<sup>43</sup> Segundo Judith Bennett, Power precisou reformular uma de suas primeiras publicações sobre o tema à pedido dos editores: “Yet the editors also wanted a particular sort of essay, and they rejected an earlier effort by Power because it was, in her words, ‘not sufficiently respectful to (a) women (b) the Church (c) the Proprieties.’ At their insistence, she produced an essay so inoffensive that it could be read aloud, as she wryly wrote to a friend, ‘by the kindergarten mistress during needlework.’” (BENNETT, op. cit., p. 141).

<sup>44</sup> RUBIN, op. cit., p. 217.

<sup>45</sup> Poderíamos mencionar, por exemplo: O Espelho das Almas Simples de Marguerite Porete (PORETE, M. *Le Miroir des Âmes Simples et Anéanties*. Traduzido por Max Huot Longchamp. Paris : Albin Michel, 1984). Ou ainda The Book of Margery Kempe (KEMPE, Margery. *The Book of Margery Kempe*. : Ms. 61823, British Library. Disponível em <[http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=add\\_ms\\_61823\\_fs001r](http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=add_ms_61823_fs001r)>. Acesso em fevereiro de 2023).

condicionaram suas identidades e experiências; de outro, as lógicas de ruptura e subversão produzidas por elas.

Os capítulos da obra giram em torno de diferentes temas relacionados às mulheres no medievo, mas destacamos aqui aquele intitulado “Vozes literárias, vozes místicas” escrito por Danielle Régnier-Bohler. A pesquisadora se dedicou especificamente à relação entre mulheres e a palavra no medievo, aspecto sobre o qual nos debruçamos para pensar nas cartas produzidas pelas mulheres da família Paston. A relação entre linguagem e mulheres foi bastante conturbada no período medieval, mesmo em seus séculos finais. Apesar de isso não ter resultado em uma absoluta exclusão, era ainda assim um obstáculo considerável àquelas que procuravam um espaço de fala e de escuta. Régnier-Bohler afirmou: “a mulher falante não nos dá a conhecer o seu verbo senão pelos ecos da escrita”<sup>46</sup>. Por *ecos*, a pesquisadora tenta pontuar os intermédios masculinos na escrita de mulheres e ressoa aos apelos de cuidado na busca por uma “voz das mulheres”<sup>47</sup>.

Desde pelo menos a publicação dessa obra, a historiografia advoga pela presença ainda que fugidia e frágil das mulheres nos espaços de fala - por vezes domésticos, por outras públicos, mas ainda assim existentes. Segundo Régnier-Bohler, enquanto o discurso clerical desenhava uma associação da fala feminina à luxúria, à gula, ao exagero e aos perigos domésticos, algumas mulheres a reivindicaram e a tornaram espaço de existência e de devoção. Quando inalcançável pela fala, transformaram o próprio corpo em campo de enunciação: “uma nova ordem da linguagem: palavra, riso, choros, sono e sonho”<sup>48</sup>. O capítulo da coletânea teve como mérito o reconhecimento de uma produção não apenas masculina, fez lembrar que era possível falar de mulheres *a partir* de mulheres - ao contrário do que muitos historiadores produziram em relação à *representação* feminina, ou seja, a partir de obras escritas exclusivamente por homens<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> RÉGNIER-BOHLER, D. “Vozes literárias, vozes místicas”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990, v. 2, p. 517.

<sup>47</sup> Essa busca é um elemento controverso, sobretudo no medievo. Quando pensamos em alcançar a “verdadeira voz” das mulheres (ou de qualquer outro sujeito), é preciso considerar sempre o que significa uma *verdadeira* (substancial? universal?) voz e o quanto ela pode nos informar sobre as experiências tão diversas de ser mulher. Ainda, precisa considerar que a palavra medieval dificilmente era circunscrita a um indivíduo: o intermédio do escriba, da leitura coletiva e da escuta eram elementos que frequentemente tensionavam a noção de “voz feminina”. Muitas obras produzidas por mulheres a que temos acesso foram fruto, na verdade, de uma produção colaborativa. Isso não significa desconsiderar a *autoria* reivindicada por elas, mas colocar em perspectiva um universo muito mais cacofônico e diverso do que se entendia na historiografia até os anos 90.

<sup>48</sup> RÉGNIER-BOHLER, op. cit., p. 567.

<sup>49</sup> Chaucer é um exemplo recorrente a esse respeito. Muitos são os trabalhos que abordam a representação da figura feminina em *Cantos da Cantuária*, sem pensar em como Julian de Norwich, Margery Kempe, Margaret Paston, Juliana Berners e outras mulheres disseram, editaram ou traduziram em relação ao feminino. Isso não significa que a abordagem da representação não seja importante, apenas que não deve ser a única. Se fontes foram produzidas também por mulheres, é preciso que a historiografia se debruce sobre elas sob risco de construir, uma

Cabe pontuar, ainda, como os estudos sobre mulheres no medievo foram influenciados por duas perspectivas antagônicas e necessariamente criticadas: a concepção de uma “era dourada” para as mulheres e seu oposto, a construção de um medievo violento no qual as possibilidades de agência eram quase nulas. Essa disputa historiográfica girou em torno, sobretudo, dos séculos finais do período medieval em que a peste bubônica, as guerras e o fortalecimento de movimentos heréticos teriam impactado diretamente a vida das mulheres. Em relação ao contexto de peste e as possibilidades econômicas, por exemplo, Rubin contrasta os argumentos de Judith Bennett e de Jeremy Goldberg: a primeira como defensora de um declínio a condição das mulheres após a peste, o segundo como defensor de uma melhoria na vida desses sujeitos pelas possibilidades de melhor salário e autonomia (por exemplo, em relação ao matrimônio)<sup>50</sup>. A perspectiva que Rubin apresentou sobre o trabalho de Bennett não encontraria eco se esta fosse questionada assim. Ao contrário, Bennett advoga uma postura mais equilibrada entre as duas perspectivas<sup>51</sup>.

Um dos motivos para a visão de “era dourada” das mulheres no medievo, para Bennett, estaria na relação que o presente estabelece sobre o passado. A concepção de maior status social para as mulheres valorizaria o próprio medievo ao passo em que abriria a possibilidade de também acessar esse status no presente<sup>52</sup>. Mais do que isso, a valorização da era dourada no medievo, acreditamos, é um mecanismo eficiente para construir um quadro ainda mais violento e opressor para a modernidade. Os esforços em demonstrar uma decadência da condição das mulheres a partir da Idade Moderna ecoa, ainda, um movimento de crítica à emergência do capitalismo e suas novas formas de coerção<sup>53</sup>. Embora o capitalismo tenha introduzido novas formas de exploração sobre o corpo, não podemos tomá-lo como balizador para as relações no medievo sob o risco de mal compreender as dinâmicas próprias de gênero do período.

---

vez mais, o silêncio no qual muitas foram encerradas no tempo. MARTIN, P. *Chaucer's Women: Nuns, Wives and Amazons*. Macmillan, University of Iowa Press, 1990. FENSTER, T. S.; LEES, C. A. (Eds.). *Gender in Debate from the Early Middle Ages to the Renaissance*. New York: Palgrave, 2002. MITCHELL, L. E. (Ed.). *Women in Medieval Western European Culture*. New York: Routledge, 1999. FARMER, S. ; PASTERNAK, C. B. (Eds.). *Gender and Difference in the Middle Ages*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

<sup>50</sup> Na primeira perspectiva, “patriarchal privilege re-asserts itself as institutions adapt and change in order to re-figure the ways in which women’s capabilities can be limited” (RUBIN, op. cit., p. 214-215), enquanto a segunda: “demand for labour raises the value of women’s contribution, and rewards them with higher wages, greater autonomy, and the crucial choice of whom, when and if to marry” (Ibid., p. 215).

<sup>51</sup> “I have proposed a third alternative of “patriarchal equilibrium,” arguing that stasis rather than change might best describe women’s status across the centuries.” (BENNETT, op. cit., p. 153).

<sup>52</sup> “Because high status in the past implies the possibility of high status in the present, a medieval golden age appeals to many feminist scholars. Because a high status for medieval women valorizes the Middle Ages as a superior civilization, a past golden age appeals to many medievalists” (Ibid.)

<sup>53</sup> O que, como já pontuamos, pode ser percebido na obra de Silvia Federici. Ver: FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

Em relação à historiografia brasileira, os estudos sobre mulheres ganharam força na década de 1990, em especial a partir da publicação do volume “A mulher no espaço público” pela Revista Brasileira de História de 1989<sup>54</sup>. Isso significa que a produção nacional no campo foi bastante tardia, ainda que tenha contado com contribuições importantes de nomes como Margareth Rago, Mary del Priore, Maria Joana Pedro, Helena Saffioti<sup>55</sup>, produções vinculadas sobretudo à História Social e Cultural.

Em relação ao período medieval, as publicações foram mais escassas. Uma das razões para isso esteve na própria dificuldade de produzir pesquisa no país e como foi preciso esperar a década de 90 para a formação de mais medievalistas brasileiros<sup>56</sup>. Apesar disso, as produções do período já dialogam com questões importantes para a historiografia global, como a possibilidade de uso da categoria “gênero”. Andréia Frazão, medievalista brasileira reconhecida e com ampla produção bibliográfica, fez um levantamento sobre esses estudos entre 1990 e 2003. Na ocasião, pontuou que de 125 teses ou dissertações defendidas no período, apenas quatro fizeram uso da categoria gênero (portanto, 3,2% do total)<sup>57</sup>. Dessas produções, Frazão observou uma inconsistência teórica reflexo da proximidade entre a historiografia brasileira e a francesa, para qual “gênero” não foi amplamente empregado<sup>58</sup>. A própria pesquisadora, por sua vez, foi responsável por produzir diversos trabalhos nesse campo a partir da análise de hagiografias e as produções de santidade<sup>59</sup>.

Ainda, Carolina Coelho Fortes é uma importante medievalista brasileira, cujas produções na área da História das Mulheres e gênero têm contribuído para a consolidação desse campo no Brasil. Seu trabalho busca compreender as dinâmicas de gênero sobretudo a partir da ordem dominicana, produzindo como dissertação de mestrado o texto “Os atributos

---

<sup>54</sup> PEDRO; SOIHET., op. cit.

<sup>55</sup> DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. RAGO, M. *A Aventura de contar-se: feminismo escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013. PEDRO, M. J. *Mulheres Honestas E Mulheres Faladas: Uma Questão De Classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

<sup>56</sup> FRAZÃO DA SILVA, A. C. L. Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003). *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, v. 11, n. 14, p. 87-107, 2004.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 94.

<sup>58</sup> Muitas pesquisas mencionavam as obras de Georges Duby, de acordo com Frazão, medievalista francês que abordou a História das Mulheres sem fazer uso do conceito de gênero. Importante pontuar que Duby trouxe importantes contribuições para o campo em relação aos discursos eclesiásticos sobre as mulheres, ressaltando a violência e a coercitividade destes. É o caso das obras *Damas do Século XII e Idade Média, Idade dos Homens*. *Ibid.*

<sup>59</sup> FRAZÃO DA SILVA, A. C. L.; SILVA, L. R. da. “As Mulheres na Vita Sancti Aemiliani e na Legenda Beati Petri Gundisalvi: Um Estudo De Comparação Diacrônica”. *Brathair* (Online), v. 19, p. 6-35, 2019. FORTES, C. C.; FRAZÃO DA SILVA, A. C. L. “A vida religiosa feminina e as relação de poder na Ordem dos Pregadores: reflexões a partir dos epistolário de Jordão da Saxônia”. *Horizonte: Revista De Estudos De Teologia E Ciências Da Religião* (Online) **JCR**, v. 15, p. 1220-1252, 2017.

masculinos das santas na Legenda Áurea: os casos de Maria e Madalena” em 2004<sup>60</sup>. Fortes, já em seu mestrado, observou a dinâmica específica de gênero no medievo, para o qual atributos de masculinidade (ou de feminilidade) poderiam ser concedidos a sujeitos cujo gênero não necessariamente estava atrelado a eles. A concepção de *virago*, nesse sentido, é bastante importante e contribui para pensarmos nas possibilidades múltiplas e fluidas do gênero no medievo.

Claudia Costa Brochado produziu também diferentes textos a respeito da História das Mulheres, sobretudo ligadas à escrita. Sua tese de doutorado teve como título “A mulher nos litígios matrimoniais da Catalunha do século XV” e, com o desenvolver de sua trajetória acadêmica, Brochado dedicou-se a escrever a respeito, especificamente, de mulheres escritoras - à exemplo da obra organizada pela pesquisadora, “Vozes de Mulheres na Idade Média”, em 2018<sup>61</sup>.

Mais recentemente, Cassiano de Jesus e Bruno Alvaro publicaram um artigo refletindo sobre as produções de gênero a partir do levantamento anterior de Andréia Frazão<sup>62</sup>. Os pesquisadores identificaram mais produções realizadas entre 2000 e 2015 ligadas à História das Mulheres, especificamente dissertações brasileiras: Valérica Fernandes da Silva, Daniele Gallindo Silva, Maria Valdiza Rogério Soares, Bruno Gonçalves Alvaro, Gabriela da Costa Cavalheiro e Mariana Trevisan produziram as pesquisas referenciadas, todas defendidas no Sudeste<sup>63</sup>. Ainda que tenha havido um aumento nesse sentido em comparação à década de 90, ainda são poucos os trabalhos que se dedicam à História das Mulheres e de gênero na Idade Média se comparados ao quadro europeu e estadunidense. Miri Rubin, ao fazer um balanço historiográfico desse contexto, destacou a mudança de coletâneas gerais de mulheres para aquelas dedicadas exclusivamente a uma personagem. Esse não é o caso brasileiro: as

---

<sup>60</sup> FORTES, C. C. Os Atributos Masculinos das Santas na Legenda Aurea: os casos de Maria e Madalena. 2004. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

<sup>61</sup> BROCHADO, C. C.; DEPLAGNE, L. C. (Org.). *Vozes de mulheres da Idade Média*. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

<sup>62</sup> JESUS, C. C. de.; ALVARO, B. G. “(Des)problematizando a Idade Média: reflexões sobre a perspectiva do gênero na medievística brasileira (2000-2015). *Revista Expedições*, v. 9, n. 3, mai./ago. 2018, pp. 17-35.

<sup>63</sup> Os autores apontam também como Joan Scott foi a principal referência utilizada nas dissertações, havendo ainda poucas menções a trabalhos como de Judith Butler ou da teoria *queer* e que poderiam contribuir para um olhar ao “estranho” no medieval. Ibid. Publicada no ano seguinte ao artigo, a tese de Wendell dos Reis Veloso pode ser incluída nas reflexões que abordam a categoria gênero, voltada ao tema da sexualidade em Agostinho de Hipona. Ver: VELOSO, W. R. *Os 'Continentes', os 'Conjugati' e os Outros: Identidade Cristã e a Instituição da Sexualidade Divina nos Escritos de Agostinho de Hipona (Séculos IV e V)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil, 2019.



produções mais recentes sobre mulheres e medievo, especialmente em relação à escrita, são dedicadas a um escopo maior de autoras<sup>64</sup>.

Por outro lado, a historiografia brasileira incorporou rapidamente os debates sobre gênero para o período medieval. Em 1989, Joan Scott publicou um dos principais textos utilizados pela historiografia<sup>65</sup> para pensar no conceito de gênero e introduziu aí uma ruptura entre a História das Mulheres e os estudos de gênero como projetos distintos de reflexão acadêmica. Enquanto o primeiro se dedicava a restaurar um passado silenciado e esquecido, o segundo se dedicou a pensar mais a fundo nas próprias categorias que originaram as relações desiguais entre homens e mulheres - o que não significou uma separação radical e intransponível entre os campos. É possível uma História das Mulheres a partir do exame sobre gênero - inclusive, é o que nos propomos nessa pesquisa - desde que entendendo suas dimensões particulares de análise.

### **Gênero: uma categoria útil de análise das multiplicidades**

Quando propôs gênero como uma categoria analítica, Joan Scott entendia a necessidade de colocar em questão elementos até então ignorados ou marginalmente refletidos pela historiografia. Ao propormos escrever sobre mulheres, é preciso sobretudo nos perguntarmos: o que é, afinal, uma mulher? Entender a construção dessas categorias que marcam culturalmente os sujeitos no mundo é fundamental para escapar a um reducionismo biológico denunciado pelas Ciências Humanas no século XX. O termo foi tomado de empréstimo da gramática que o utilizava para pontuar traços sexuais ou de caráter, segundo a própria Scott. Nas humanidades, serviria como uma ferramenta eficaz para pensar nos papéis sexuais e no simbolismo que os circundavam historicamente<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> Em 1990 o então medievalista José Rivair Macedo publicou a obra “A mulher na Idade Média”, uma das primeiras produções do tipo no Brasil. Nos anos 2000, tivemos ainda outras obras com essa temática. Ver: COSTA, M. R. N.; COSTA, R. N. *Mulheres intelectuais na Idade Média: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. Disponível em <[https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206\\_19739039a5a5438f95fd7c7a5f221ff3.pdf](https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_19739039a5a5438f95fd7c7a5f221ff3.pdf)>. Acesso em 31 de maio de 2023.

BROCHADO, C. C.; DEPLAGNE, L. C. (Org.). *Vozes de mulheres da Idade Média*. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

MACEDO, J. R. *A mulher na Idade Média*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2000. DEPLAGNE, L. C. (Org.). *As intelectuais na Idade Média: pensadoras, místicas, cientistas e literatas*. 1ª ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2015. Páginas 105-121.

<sup>65</sup> SCOTT, J. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press. 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/download/109975/21914>>. Acesso em 31 de abril de 2023.

<sup>66</sup> Essa concepção, Joan Scott retira de Natalie Zemon Davies. Os estudos de gênero teriam como objetivo encontrar o sentido desses papéis e sua relação com a ordem social vigente. *Ibid.*

O radical do conceito, de acordo com Connell e Pearse, significa “produzir” (*generate*/gerar)<sup>67</sup>, o que teria originado palavras tipo “classe” (*genus*). Para a Antiguidade, enquanto gênero gramatical era também arbitrário. De acordo com Varikas, tanto o sofista Protágoras quanto Aristóteles consideraram que o gênero na linguagem dependia da terminação dos subjetivos e não de uma essência própria às coisas designadas. Desse modo, mesmo na linguagem gênero humano não viria de uma biologia pré-determinada, mas de regras precisas estabelecidas a eles. Ao mesmo tempo, entre os sofistas entendia-se que o mesmo substantivo poderia variar de acordo com o lugar e com a época, de modo que a pluralidade era possível. Eles teriam sublinhado, nesse aspecto, a tentativa ilusória de fixar conceitos “restituindo-as a uma essência primeira, de estancar e unificar um pensamento que era, por definição, *plural e fluido*”<sup>68</sup>. Isso possibilitaria, ainda, a existência não de dois gêneros, mas três: o neutro. Por outro lado, existem também as sociedades sequer fazem distinção de gênero nas palavras, como chinês, japonês e iorubá<sup>69</sup>.

Por algum tempo, o conceito de gênero ganhou espaço nos centros acadêmicos pela suposta neutralidade que carregaria quando comparado à História das Mulheres<sup>70</sup>. Enquanto esta tinha uma vinculação forte com o movimento feminista e as demandas políticas das mulheres, “gênero” tinha o privilégio (ou o esvaziamento de sentido) de não parecê-lo. Embora os estudos nesse campo pudessem ser tão políticos quanto quaisquer outros, o “gênero” ganhou a legitimidade acadêmica, científica, que outros campos buscavam adquirir.

Antes de Scott, outros pesquisadores e pesquisadoras tentaram então incorporar a análise sobre diferentes experiências femininas e masculinas (necessariamente plurais) e suas historicidades. Foi o caso de Mary O’Brien, Sulamith Firestone, Catherine Mackinnon, Heidi Hartmann, Joan Kelly, Nancy Chodorow e Carol Gilligan<sup>71</sup>. Joan Scott mesma fez um balanço historiográfico distinguindo três correntes: a feminista e que tentava explicar as origens do

---

<sup>67</sup> CONNELL, R.; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global: compreendendo o gênero - da esfera pessoal à política - no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: nVersos Editora, 2015, p. 45.

<sup>68</sup> VARIKAS, op. cit., p. 25.

<sup>69</sup> CONNELL; PEARSE, op. cit.

<sup>70</sup> Assim “o termo tende, assim, a adquirir função autoexplicativa (...) e a virar uma categoria descritiva que, mais do que interrogá-la, toma a diferença dos sexos como certa” (Ibid., p. 56) - ganha “respeitabilidade científica”. Nesse processo, ainda, a historiografia da década de 70 construiria uma distinção dada entre “sexo” (fato biológico que diferencia macho/fêmea) e “gênero” (por sua vez, um fato social).

<sup>71</sup> O’BRIEN, M. *The Politics of Reproduction*, Londres: 1981. FIRESTONE, S. *The Dialectic of Sex*. New York, 1970. MCKINNON, C., “Feminist, Marxism, Method and the State: An Agenda for Theory”, *Signs*, 7 (Spring 1982), p.515, 541. HARTMANN, H. “Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex”, *Signs*, 1 (Spring 1976). KELLY, J. *Women, History, and Theory*. Chicago, 1984. CHODOROW, N. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. Berkeley: Calif. 1978. GILLIGAN, C. *In a Different Voice: Psychological Theory and Women’s Development*, Cambridge, Mass. 1982.

patriarcado; a marxista e que dialogava sobretudo com a questão econômica; o pós-estruturalismo, por fim, e seu diálogo próximo com as teorias da psicanálise e da linguística<sup>72</sup>. A partir dessas leituras e das críticas propostas sobre elas, Scott desenvolveu um conceito claro de gênero como categoria analítica: como construção necessariamente cultural e forma *primária* de significar as relações de poder - aspecto sobre o qual a interseccionalidade discordaria<sup>73</sup>. Essas significações se dariam a partir das diferenças percebidas entre os sexos (o corpo sexuado) e que evocam símbolos culturais específicos expressos através de diferentes doutrinas. Para Scott, as diferenças tomariam forma de uma oposição binária e normativa que busca reprimir formas paralelas de conceituação. A efetividade desse esforço pode ser reconhecida quando tais categorias parecem resultado de consensos sociais e não de conflitos imersos em relações de poder<sup>74</sup>.

Scott parte de uma perspectiva foucaultiana de poder para propor essa análise (fragmentado e multidirecional), assim como de um entendimento da identidade como fruto de uma construção subjetiva. Nesse sentido, a última dimensão do gênero que deveria ser analisado (não por ordem de importância) seria precisamente a da identidade. Resumindo a perspectiva que construiu, Scott definiu “homem” e “mulher” como categorias ao mesmo tempo “vazias e transbordantes”<sup>75</sup>. Vazias porque não são determinadas de forma pré-linguística ou substancial; transbordantes, porque escapam a todo momento às definições que tentaram normatizá-las. Nesse sentido, sua definição é ainda importante porque compreende como as categorias culturais, históricas, são normatizadas e tensionadas a todo momento. Joan

---

<sup>72</sup> SCOTT, op. cit.

<sup>73</sup> O pensamento interseccional propõe que as matrizes de dominação se encontram de diferentes formas em diferentes momentos, sem que haja necessariamente uma forma *primária* e, portanto, mais importante ou definitiva do que as demais.

<sup>74</sup> Eleni Varikas pontuou como Scott e certa teoria da linguagem privilegiaram o estudo dos discursos *constituídos* e não das *práticas* linguísticas com as quais os sujeitos podem intervir. Para a pesquisadora, a questão não é *se* podemos pesquisar os discursos, mas *quais e como*. Sua crítica também parece direcionada à Judith Butler: para Varikas, a análise de regras que operam por repetição implica também em uma análise apenas dos discursos hegemônicos. Para Varikas, é preciso analisar as condições de possibilidade daquilo que se tornou pensável e que não é mera repetição do que veio antes. Para ela, “ater-se ao funcionamento repetitivo do discurso incorre, assim, no risco de nos privarmos dos meios de interrogar a *historicidade* do sentido” (VARIKAS, op. cit., p. 102) - sentido este que é contingente. Pensar gênero a partir das rupturas parece, para a pesquisadora, tomá-lo como prisioneiro de discursos fixos e anteriores a ele. Isso significa que a teoria de Butler tomaria os atos performativos como determinados de antemão. De certa forma, Varikas não reconhece a hegemonia discursiva e volta-se, quase completamente, para a subjetividade e a construção individual do sentido. Embora sua crítica seja importante ao reforçar o estudo das *práticas* linguísticas (não apenas do que já foi constituído, mas de como se constituem e como são desafiados), Varikas excede a interpretação da subjetividade ao negar, de certa forma, que existam discursos anteriores ao ato performativo - no sentido de que os sujeitos nascem em um contexto com dispositivos que os atravessam, mas que também foram elaborados antes de existirem e que continuam se transformando a partir de então. Não existem concepções pré-existentes em um sentido determinista ou pré-linguístico, mas existem no sentido de que todo sujeito se insere em um espaço social que o antecede (e que é modificado por ele ao longo de sua existência).

<sup>75</sup> SCOTT, op. cit., p. 28.

Scott não apenas reforça a ruptura com um olhar naturalizante e biológico em relação ao gênero, como abre espaço para que as normas sejam pensadas a partir das rupturas - não apenas do regime de verdade instituído e hegemônico. Abre espaço, portanto, para pensar nas *outras* identidades que escapam à norma.

No ano seguinte à publicação do artigo de Joan Scott, Judith Butler publicou outra obra de referência crescente nos estudos de gênero e com a qual dialogamos profundamente nesse trabalho. Enquanto Butler concorda com o aspecto cultural do gênero, ela também desenvolve os aspectos culturais do próprio corpo. Parte da historiografia via o sexo como algo biológico e natural, enquanto o gênero englobaria os aspectos culturais inscritos *sobre* o corpo (não a partir dele e nem por meio dele como sugeriria Butler). Foi como definiu a socióloga Ann Oakley, por exemplo, em 1972<sup>76</sup>. A Judith Butler chamou atenção para o fato de que o próprio sexo poderia ser pensado a partir de elementos culturais, aspecto fundamental se quisermos entender como o corpo no medievo, por exemplo, permitia a amamentação através de feridas e não de mamas<sup>77</sup>.

Ainda, foi através do conceito de performance que Judith Butler desenvolveu sua teoria de gênero. Isso porque não apenas as normas são constituídas sobre como o corpo deve agir, mas elas implicam também em um *modo específico* de atuação no mundo - que reproduz, na maior parte do tempo, as normas hegemônicas, mas que também possibilitam uma ruptura com ela. Através da ideia de performance, Butler ecoa a teoria de atos de fala de John Austin e as implicações corpóreas do discurso além dele mesmo. Ainda, relaciona essa dinâmica às questões de sexualidade (como noções de heteronormatividade ou heterossexualidade compulsória), assim como com as relações de poder que mediam e produzem essas performances generificadas.

Ao tomar de empréstimo os conceitos da linguística, Butler passa a entender também como a linguagem, ao se referir aos corpos, não apenas os descreve ou constata sua existência (de forma neutra, objetiva), mas no mesmo instante em que os nomeia, os *constrói*<sup>78</sup>. A linguagem *produz* esses corpos ao mesmo tempo em que é produzida por eles.

---

<sup>76</sup> OAKLEY, A. *Sex, Gender, and Society*. New York, Harper Colophon Books. 1972

<sup>77</sup> Caroline Bynum mostrou como diversas iconografias relativas a Jesus Cristo o retrataram em seu aspecto de maternidade, usando como ponto de referência o ato da amamentação. No entanto, era através da ferida do próprio corpo (as chagas de Cristo) que ele conseguia alimentar seus fiéis. Nesse ponto, Thomas Laqueur nos permite compreender também a dinâmica fluida do corpo medieval, apontando que o leite para a medicina do período era fruto também do próprio sangue - daí que a secreção do sangue e do leite eram na verdade parte de uma mesma substância. Ver: LAQUEUR, op. cit.. BYNUM, C. *Fragmentation and Redemption: Essays on Gender and the Human Body in Medieval Religion*. New York: Zone Books, 1992.

<sup>78</sup> Ver observações elencadas por Guacira Louro em: LOURO, G. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

Eleni Varikas propôs um olhar sobre gênero que não se baseasse apenas na concepção de princípio de ordem<sup>79</sup> (de um elemento normatizador) que se fundamenta na divisão diferenciada de funções e tarefas; seria, também, uma *forma* de pensar o mundo a partir da diferença sexual. Em relação a esse aspecto, Raewyn Connell e Rebecca Pearse pontuam a importância de pensar gênero para além do campo exclusivamente normativo, regulador<sup>80</sup>. Sugerem pensá-lo como um trabalho fronteiro: se, por um lado, tenta-se constantemente delimitar a fronteira, por outro é também “algo que pode ser desfeito, alterado, tornado menos importante”<sup>81</sup>. As pesquisadoras pontuam um aspecto fundamental para a pesquisa que desenvolvemos aqui. Em primeiro lugar, a concepção do gênero como matriz identitária que pode se tornar (ou ser tornado) menos importante em determinadas ocasiões. Embora gênero marcasse as relações identitárias e de poder no medievo, houveram ocasiões em que categorias como matrimônio e status social foram mais determinantes para as possibilidades de ação e de experiência do que gênero. Embora não desaparecesse do espectro social, não significou um marcador primário para todas as relações de poder - como propôs Joan Scott.

Ao mesmo tempo, a crítica para estudos que se concentram exclusivamente no campo normativo dialoga em muitos aspectos com nossa pesquisa. Enquanto muitos trabalhos foram feitos em relação aos discursos que se propunham hegemônicos sobre gênero - aqueles que se sobrepuseram em diferentes momentos e que se construíam como “naturais” exatamente para estabilizar o próprio discurso - é preciso que nos ocupemos também das rupturas. Se a norma instituída pelo clero masculino determinava o silenciamento e a disciplina corporal sobretudo para as mulheres, o que diziam elas a respeito? Como, a partir de suas possibilidades específicas, traduziram as normas, distenderam-nas, ocuparam-se delas? Connell e Pearse propõem pensar gênero como um projeto em termos sartreanos, uma projeção de vida - que, muitas vezes, são plurais e se sobrepõem uns aos outros.

Defendemos que não basta pensar em uma história de gênero apenas pelo viés normativo, exatamente porque essas categorias também são forjadas pela negociação com os sujeitos, pela atualização e sobreposição de concepções. É nesse sentido que entendemos a importância de analisar o funcionamento do gênero a partir de obras produzidas por mulheres. Enquanto Thomas Laqueur propôs a construção de um sexo único utilizando como *corpus* documental textos produzidos por homens, como poderíamos pensá-lo se fossem mulheres construindo essas perspectivas? Chegaríamos ao mesmo resultado? Margaret e Agnes Paston

---

<sup>79</sup> VARIKAS, op. cit.

<sup>80</sup> CONNELL; PEARSE, op. cit.

<sup>81</sup> Ibid., p. 56.

instrumentalizam as categorias de gênero e as elaboraram a partir dos mesmos parâmetros instituídos nos manuais de confissão e de inquisição forjados pelo clero? Ou o fizeram da mesma forma que o antecessor, Geoffrey Chaucer, em *Cantos da Cantuária*? Se pretendemos entender o funcionamento do gênero no medievo, é preciso olhar também para as fissuras.

Raewyn Connell e Rebecca Pearse atentam também para o gênero em seu aspecto de identidade, enquanto “sensação de pertencimento (...), que tipo de pessoa somos, como consequência de sermos mulher ou homem”<sup>82</sup>. As identidades são instáveis, envolvem ambiguidades, e impactam no gênero de modo que não podemos pensá-lo apenas como fruto de uma imposição externa ou determinação biológica. Reforçando o argumento de que é preciso pensar também na construção marginal de gênero, as pesquisadoras pontuam que as pessoas também *constroem a si mesmas* a partir dessas categorias: “reivindicamos um lugar na ordem de gênero - ou respondemos ao lugar que nos é dado”<sup>83</sup>. Analisar a relação do sujeito com as identidades de gênero é considerá-lo a partir da instabilidade própria aos jogos de poder e que impacta na própria determinação das categorias em dada sociedade. Não ao acaso, Connell e Pearse se referem ao gênero como uma *arena* na qual corpos e processos sociais se relacionam. A identidade, portanto, é pensada por elas como “uma posição de fala inscrita em um discurso de gênero, que uma pessoa pode tomar ou abandonar em diferentes momentos”<sup>84</sup>.

É preciso pontuar, contudo, que a relação instável com o discurso de gênero (pensando-o como aquele que se pretende hegemônico) não depende apenas da *vontade* do sujeito. Embora não pontuado pelas pesquisadoras, ressaltamos que a possibilidade de adotar ou abandonar essas concepções é delimitada pelas relações de poder nas quais o sujeito está inserido. Isso significa que a flexibilidade das categorias de masculinidade ou de feminilidade dependem também de outros marcos identitários – em *Jesus As Mother* Caroline Bynum apontou, por exemplo, a frequência de associação de clérigos com um papel materno; no entanto, a maior parte deles era abade ou bispo, portanto sujeitos que ocupavam um espaço de autoridade dentro da ordem.

Os estudos de gênero, a partir da contribuição destas e de tantas/os outras/os pesquisadoras/es, recolocaram no centro das questões uma pergunta que havia sido ignorada por parte da historiografia sobre História das Mulheres: afinal, o que significa ser uma mulher? Quando Georges Duby escreve a obra *Idade Média, Idade dos Homens*, não se questiona o que significavam essas categorias. A coletânea *História das Mulheres*, organizada por ele e por

---

<sup>82</sup> CONNELL; PEARSE, op. cit., p. 38.

<sup>83</sup> Ibid., p. 39.

<sup>84</sup> Ibid., p. 211.

Michelle Perrot, embora ressalte a multiplicidade de lugares sociais que as mulheres poderiam ocupar no medievo, também não tem como propósito explicar, afinal, o que eram essas tais mulheres. Mesmo Howard Bloch que havia chamado atenção para a misoginia da universalização não se propôs a responde-la<sup>85</sup>. Enquanto uma pergunta marginal, o conceito de mulher sofria com o mesmo que havia denunciado em relação ao sujeito universal masculino. Ao abordar a “mulher”, muitas/os historiadoras/es se referiam às mulheres brancas e de classes médias cuja experiência se tornou referência universal de feminilidade - excluindo de suas análises mulheres negras, indígenas, transgêneros, operárias,... Simone de Beauvoir já havia dito: “ninguém nasce mulher, torna-se”, mas afinal, de que maneira e o que caracterizava essa feminilidade? Ela era acessada de igual maneira por todas as pessoas identificadas como mulheres?<sup>86</sup>

Nesse sentido, os estudos interseccionais trouxeram contribuições fundamentais. A interseccionalidade se propõe a pensar precisamente na identidade múltipla, fragmentária, que pode compor os sujeitos e que resultam em diferentes lugares sociais a cada um. Diante dessa perspectiva, Judith Bennett destacou a importante contribuição da medievalística<sup>87</sup>. Não apenas a raça e a classe são marcadores, mas também a localidade, a religiosidade, o estatuto matrimonial, a idade, dentre outras possibilidades. Foi o que permitiu também pensar não só a mulher, mas também as construções plurais de masculinidade e no impacto dessas lógicas. Caviness, contudo, chamou a atenção para a ausência de trabalhos que pensassem na pluralidade também da feminilidade, aspecto com o qual concordamos com a pesquisadora<sup>88</sup>. Ainda que seja encontrados facilmente trabalhos sobre o masculino em sua multiplicidade, não poucas as obras que, em seu cerne, proponham discutir as feminilidades no medievo.

Os estudos sobre Idade Média incorporaram, então, o gênero enquanto uma categoria de análise social como Joan Scott já havia sugerido. Nesse sentido, foi fundamental para compreender dinâmicas tão distintas de feminilidade e de masculinidade, uma vez que a História das Mulheres partir de um pressuposto pré-estabelecido do significado dessas

---

<sup>85</sup> Referências podem ser consultadas em “Referências bibliográficas” ao final.

<sup>86</sup> Uma parte da historiografia se dedicou a responder essa pergunta através da teoria de “papéis sexuais”. A teoria sugeria que esses papéis seriam adquiridos por meio da socialização e internalizados de forma que, então, os próprios sujeitos aplicariam punições aos desviantes. Para Eleni Varikas, essa perspectiva é homogeneizante e supõe que gênero seja apenas a aquisição de traços (de caráter e de comportamento). Ainda, pressupõe que essa aprendizagem seja passiva, ignorando as possibilidades de releitura, ruptura e subjetividade que podem vir das diversas dimensões do aprendizado humano. Ver: VARIKAS, op. cit., p. 195-197.

<sup>87</sup> BENNETT, op. cit.

<sup>88</sup> “My third question is why feminists so firmly turned the tables on Luce Irigaray’s complaint (1977) that women’s sex is ‘not one’ like men’s, by recognizing a plurality of masculinities, but not of femininities” (CAVINESS, op. cit., p. 36-37)

categorias sobretudo apoiada em concepções *modernas* de gênero. Caviness destacou criticamente essa relação da historiografia ao conceito de gênero:

“a teoria de gênero como muitos de nós usávamos em 1993 naturalizou uma polaridade masculina/feminina da diferença sexual (uma infraestrutura biológica), e a polaridade de gênero masculino/feminino ‘normalmente’ coincidia com a esfera social - ainda que tomássemos a construção social, não o sexo, como majoritariamente responsável pelo gênero”<sup>89</sup>.

Os estudos no campo medieval transportaram para o período concepções de feminilidade e de masculinidade que correspondiam mais profundamente à modernidade do que ao próprio medievo. Ainda que se reconhecesse a necessidade de um olhar contingente, histórico, para as categorias de gênero, poucos foram os trabalhos que efetivamente se dedicaram a isso - sobretudo para o caso das feminilidades<sup>90</sup>.

Mesmo que o próprio binarismo seja contestado para o período moderno, apontado como um fenômeno especificamente ocidental, ainda assim ele prevaleceu como quadro epistemológico nos trabalhos sobre gênero. Em partes, isso pode ser explicado pelos estudos assentados na diferença. Esses estudos tentam compreender gênero a partir das diferenças introduzidas entre masculino e feminino e as relações de poder que as permeiam - é o que defendeu Joan Scott, por exemplo, ao definir gênero como constitutivo das relações sociais baseado nas *diferenças percebidas* entre os sexos<sup>91</sup>.

Raewyn Connell e Rebecca Pearse fizeram uma importante crítica nesse sentido, apontando como o olhar baseado na diferença pressupõe frequentemente uma dicotomia que a realidade não comporta<sup>92</sup>. Ainda, para as autoras, essa definição significa que onde não vemos diferença, não vemos gênero - portanto, negligenciamos diversas dimensões generificadas exatamente porque escapam ao quadro epistemológico que construímos e que encerram algumas possibilidades. O desejo não-heterossexual, por exemplo, não poderia ser pensado plenamente porque se baseia na similaridade, não na diferença. Ao mesmo tempo, isso impediria a compreensão de casos em que a divergência entre homens e mulheres é muito pequena. Nesse caso, a similaridade de gêneros seria pensado como “mera ausência da prova

---

<sup>89</sup> Tradução livre de: “gender theory as many of us used it in 1993 had naturalized a male/female polarity of sexual difference (a biological infrastructure), and a masculine/feminine gender polarity “normally” coincident with it in the social sphere – even though we held social construction, not sex, to be largely responsible for gender” (Ibid).

<sup>90</sup> Os trabalhos de Caroline Bynum e de Thomas Laqueur são exceções à regra, na medida em que buscaram compreender as dinâmicas distintas para gênero e para sexo no período medieval. Abordaremos suas perspectivas a partir de uma reflexão crítica mais à frente.

<sup>91</sup> SCOTT, op. cit., p. 18.

<sup>92</sup> CONNELL; PEARSE, op. cit.



de diferença (literalmente, a ‘hipótese nula’)<sup>93</sup>: não é um fenômeno em si, mas apenas o Outro da diferença.

A impossibilidade de pensar nas semelhanças dentro de um quadro da diferença pode explicar, em partes, por que os estudos no medievo reproduziram um olhar binário e polarizante entre os gêneros, como se fossem pólos rígidos de oposição através do qual todo sujeito é delimitado e regido. Nesse caso, pensar a fluidez e as proximidades possíveis entre categorias generificadas não seria possível. Para superar as limitações apontadas, Connell e Pearse propuseram estudar não as diferenças, mas as *relações*. Ao pensarmos dessa forma, podemos entender gênero a partir dos afastamentos tanto quanto das aproximações que passam por negociações, remanejamentos e técnicas de si que elaboram também proximidades e outras dinâmicas mais móveis e multidirecionais<sup>94</sup>.

Ao mesmo tempo, os estudos de gênero no medievo reproduzem a ideia de uma estrutura binária e engessada na medida em que ignoram como o período medieval como um todo possuía concepções bastante distintas de mundo e de sujeito. A concepção de trindade mediou grande parte da cosmovisão cristã do período e implicou, diversas vezes, na concepção de sujeitos compostos não por duas partes, mas três<sup>95</sup>. A compreensão do ser humano como microcosmo que reflete o macrocosmo do universo também implicou em percepções muito próprias sobre identidade e sobre corpo. Não somente, a própria ideia de “indivíduo” era bastante diferente do que se constituiu na modernidade - que não pode ser pensado como pólo oposto ao coletivo, mas como um *self* que é *ao mesmo tempo* parte da comunidade religiosa, parte de um corpo social maior porque cristão por exemplo, e algo particular que o distingue dos demais. As dinâmicas de existência e os papéis sociais eram muito mais pluralizadas e oscilantes do que poderiam ser na Idade Moderna.

Nesse sentido, haveria uma potencialidade teórica nova e importante para a medievalística:

“estudar a cultura medieval tem o poder de desafiar teorias de gênero que eram enraizadas inteiramente na filosofia e na sociedade modernas. Diversos aspectos da Idade Média emergiram que desestabilizam mesmo noções pós-modernas de arranjos sexo/gênero. Identidades eram mais diversas do que agora - pode-se dizer que apenas aqueles que foram empurrados para o

---

<sup>93</sup> Ibid., p 104.

<sup>94</sup> Madeline Caviness pontuou também como muitos dos estudos sobre masculinidade no medievo se assentaram na concepção da diferença sobre o feminino (mais do que, poderíamos sugerir, na constituição do masculino como um mesmo a outro masculino): “In such studies, the tenets and frameworks of feminism expand to encompass the constructions of difference that intersect in varying ways with gender”. CAVINESS, op. cit., p. 36.

<sup>95</sup> SCHMITT, J.-C. *O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo*: Ensaios de antropologia medieval. 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

casamento e a vida parental foram completamente construídos como masculino e feminino”<sup>96</sup>.

Madeline Caviness é precisa em apontar a possibilidade de estudar arranjos absolutamente próprios ao período medieval e que, por isso mesmo, não podem ser pensados como uma mera reprodução das lógicas modernas ou contemporâneas de gênero. Discordamos de sua sugestão a respeito do matrimônio e da maternidade/paternidade como espaços de masculinidade/feminilidade absolutas, mas aprofundaremos esses aspectos nos próximos capítulos. Nesse ponto, basta ressaltar a importância de retomarmos um pressuposto básico aos estudos de gênero: a historicidade de suas concepções exige um olhar atento às dinâmicas próprias ao medievo e que escapam ao enquadramento moderno. Enquanto diversas/os pesquisadoras/es foram precisos em apontar essa necessidade, poucos se aventuraram em pensar de fato quais as dinâmicas que o gênero possuía para o período medieval e como explicá-las em termos conceituais. É preciso não apenas reconhecer essa necessidade, mas fazer um esforço de efetivamente aplicá-la em nossos estudos.

Judith Bennett propôs que essa dinâmica operaria em um “sistema sempre fluido mas autoajustável de domínio masculino, um sistema em que as muitas mudanças nas experiências das mulheres medievais foram raramente acompanhadas de transformações (...) no status das mulheres”<sup>97</sup>. Nesse ponto, Bennett pressupõe uma constante de domínio masculino, ponto de crítica que a teoria do patriarcado já havia sofrido e que não corresponde necessariamente ao mundo medieval para além da cristandade. É preciso considerar que aquilo que chamamos de “domínio masculino” também tem sua localidade geográfica e histórica, sobretudo quando pensamos na relação com identidades árabes e judaicas<sup>98</sup>. Por outro lado, é a concepção de um sistema fluido e autoajustável que podemos tomar como pontos de partida para refletir sobre, afinal, como o gênero funcionou no medievo e quais as possibilidades de relação existiam com essas categorias.

Os estudos *queer* contribuíram muito para um pensamento menos binário de gênero. O campo pretende trazer para dentro das pesquisas acadêmicas o estranhamento, o deslocado, aquilo e aqueles que foram colocados como Outros do próprio Outro que era a mulher pontuada

---

<sup>96</sup> Tradução livre de: “Studying medieval culture has the power to challenge the theories of gender that were rooted entirely in modern philosophy and society. A number of aspects of the middle ages have emerged that destabilize even postmodern notions of sex/gender arrangements. Identities are more diverse than now – it might be said that only those who were thrust into married life and parenthood were fully constructed as masculine and feminine”. CAVINESS, op. cit., p. 39.

<sup>97</sup> “The dynamic of medieval women's history as operating within an ever-fluid but self-adjusting system of male dominance, a system in which the many changes in medieval women's experiences were seldom accompanied by transformations-either for better or worse-in women's status”. BENNETT, op. cit. 154.

<sup>98</sup> ROJAS, F.; THOMPSON, P. E. *Queering the Medieval Mediterranean: Transcultural Sea of Sex, Gender, Identity, and Culture*. Editora Brill, 2021.

por Simone de Beauvoir. Não bastava apenas denunciar a negação de algumas identidades, nem apenas *contemplan* a pluralidade social, mas efetivamente desconstruir o processo de normalização de alguns sujeitos e das disputas constitutivas das posições que ocupam socialmente<sup>99</sup>. Trata-se de um campo disposto a explorar a ambiguidade e a fluidez. Trata-se de desconfiar das categorias, desconcertá-las: “pôr em questão o que é conhecido e as formas como chegamos a conhecer determinadas coisas e a não conhecer (ou a desconhecer) outras”<sup>100</sup>. A teoria *queer* colocou no centro de suas questões aqueles sujeitos de gênero “incoerentes”, “descontínuos” nas palavras de Guacira Louro. Para isso, seria preciso perturbar a familiaridade dos conceitos, transpor os limites. Essa concepção dialoga profundamente com a própria identidade dos sujeitos sobre os quais a teoria *queer* se debruça. Varikas, por exemplo, pontuou como a identidade intergênero pôs em questão não apenas a unicidade do gênero, a norma, mas também a duplicidade. Deslocou a reflexão da *diferença* como desvio (afinal, não é a *diferença* que está em jogo no corpo intergênero) para a intersubjetividade e a autodeterminação. É por isso que, para Varikas, antes de examinar as relações de poder as quais uma mulher está submetida, é preciso antes questionar o que significa “mulher”<sup>101</sup>.

Nesse ponto, retomamos o chamado de Eleni Varikas: “*comecemos por descartar todos os fatos!* Descartar não os fatos, mas a força de evidência que eles exercem sobre nós”<sup>102</sup>. Para compreender as relações de poder entre homens e mulheres no medievo, é preciso antes de tudo entender o que essas categorias significam, o que só pode ser feito se antes nos despirmos das concepções modernas estabelecidas sobre elas. É preciso “minar, escavar, perturbar e subverter os termos que [esse discurso] afirma”<sup>103</sup> e sobre os quais afirma a si mesmo para então compreendermos as dinâmicas próprias ao gênero no medievo e como ele foi instrumentalizado por sujeitos cujas concepções não foram hegemônicas ou determinantes, mas que participaram do processo de elaboração dos gêneros.

### **‘Sche seyð sche was but a woman’: o que significou ser mulher no medievo?**

\*

Pouco se fala sobre o trabalho rigoroso e cansativo do levantamento bibliográfico entre historiadores. A importância de um debate com os pares é, sem dúvida, central para a manutenção de um estatuto científico à História, mas é também um processo difícil e demorado.

---

<sup>99</sup> LOURO, op. cit.

<sup>100</sup> Ibid., p. 67.

<sup>101</sup> VARIKAS, op. cit., p. 62.

<sup>102</sup> VARIKAS, op. cit., p. 63.

<sup>103</sup> LOURO, op. cit., p. 43.

A leitura, os fichamentos e os entrecruzamentos das obras exigem paciência e um olhar metódico que deve estar atento à totalidade de pensamento de cada autor. É um processo cansativo de pesquisa e de escrita.

Nada disso fica mais fácil quando, em meio ao processo penoso, somos bombardeados por ameaças de invasões às escolas com o objetivo de promover massacres. Em abril de 2023, pelo menos quatro ataques foram realizados contra espaços de ensino no Brasil (digo “pelo menos” porque estamos apenas na metade do mês) e outros tantos seguem sendo monitorados pelas ameaças em redes sociais. Uma professora faleceu, vítima desses ataques, quatro crianças de 4 a 7 anos foram assassinadas e outras tantas ficaram feridas. As ameaças prometem ainda mais ataques para o final do mês e o clima de insegurança nas escolas é geral: muitas instituições contrataram seguranças privados e, nos espaços públicos, a polícia militar foi encaminhada para fazer a segurança. Foto de policiais armados dentro de uma sala de aula infantil circula pela internet.

A escrita de uma pesquisa está invariavelmente relacionada ao contexto em que vivemos, porque, no fim das contas, não é possível sentar-se em uma cadeira e pretender que nada disso está acontecendo no país. Não é possível produzir ciência (ou qualquer outra coisa) quando nossos colegas, alunos e amigos estão sob risco de morte - um risco tão incerto, porque pode acontecer em qualquer lugar que quase os imobiliza em medo. Não podemos, é claro, ceder a esse medo, mas ele resiste.

Ao mesmo tempo, muitos desses ataques às escolas estiveram ligados a símbolos de grupos supremacistas com discursos de ódio racial e ódio de gênero: às mulheres, o desprezo e a vontade de subjugar-las. Não é novidade que tentativas de massacre estejam relacionados a grupos conhecidos pela misoginia; a surpresa está na quantidade e na rapidez com que se espalharam no país. Enquanto eram raridade até os anos 2010, a partir de então cresceram e nos últimos dois anos expandiram-se ainda mais. Adriana Dias, pesquisadora recentemente falecida, já havia apontado para o crescimento em 270% de células neonazistas nas redes sociais brasileiras em três anos<sup>104</sup>.

Nesse ponto, escrevo a pesquisa pensando em sua atualidade esmagadora. Falo sobre a produção de discursos que tinham como objetivo silenciar mulheres, discipliná-las e garantir

---

<sup>104</sup> Entrevista realizada com a pesquisadora Adriana Abreu Magalhães Dias, doutora pela UNICAMP. Ver: GRUPOS NEONAZISTAS crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos. *Fantástico*, online, 16 de jan. de 2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>>. Acesso em 05 de abril de 2023.

seu lugar de inferioridade na ordem natural do cosmo. Penso sobre as relações de poder que tornaram, muitas delas, vítimas de um olhar degradante e violento - algumas, como Marguerite Porete (m. 1310), inclusive queimadas publicamente porque ousaram desafiar as autoridades masculinas. Ainda que a distância histórica seja óbvia entre esses eventos, penso no quanto compreender as dinâmicas de gênero é ainda urgente e necessário. Compreender não só como as mulheres começaram a ser vistas como o Outro (a ausência, a falha, a inflexão do Sujeito), mas também como os papéis de gênero tiveram dinâmicas distintas das que temos hoje. Sabendo de sua contingência, podemos pensar também na possibilidade de um futuro em que o gênero não seja um marcador de ódio ou morte. Um futuro em que seja possível ser mulher sem ser assassinada por isso.

A penosidade do trabalho, portanto, torna-se ao mesmo tempo maior e mais urgente. Maior, porque a dificuldade em produzir em meio à insegurança é quase óbvia. Mais urgente, porque é preciso pensar com urgência sobre como as masculinidades e as feminilidades se constroem e como esses aparatos de construção podem ser revistos. Urgente, porque ainda que estejamos falando sobre centenas de anos no passado, resistir é necessário e apresentar a historicidade do gênero - mesmo que isso ameace certos *ethos* de masculinidade - é preciso.

\*

Começaremos esse subcapítulo com a frase recontada por Margaret Paston em 1448: “ela disse que era apenas uma mulher”<sup>105</sup>, frase que teria sido dita por Lady Morley diante de negociações econômicas. Essa expressão é central para entendermos o que significava, portanto, *ser mulher* no medievo e como a relação com o gênero foi produzida por mulheres inglesas do século XV. Como mobilizaram essas categorias, em quais circunstâncias e sob quais aspectos.

Além da citação de Lady Morley feita por Margaret Paston ao marido, poucas foram as menções a mulheres (ou homens) ao longo das cartas que viessem acompanhadas de alguma caracterização sobre o gênero. Na maior parte das referências às palavras *woman/women* e *man/men*, trata-se de identificar alguém de quem falavam - como a *mulher* que entrou com um processo contra o filho de Margaret Paston ou o *homem* que havia mandado para resolver determinado conflito. Ao todo, encontramos apenas dezoito cartas que caracterizam a “mulher” para além da identificação de um sujeito específico, além de seis cartas que caracterizam

---

<sup>105</sup> “Sche seyde sche was but a woman”, carta de Margaret Paston para John Paston I em abril de 1448. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.5?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 22 de abril de 2023.

“homem” totalizando vinte e quatro. Para a extensão do conjunto documental dos Pastons, esse número é consideravelmente pequeno<sup>106</sup>.

Se por um lado buscamos entender de que maneira os conceitos foram mobilizados pela família Paston, sobretudo pelas mulheres, é igualmente importante considerarmos os silêncios em torno do tema. Enquanto a presença dos conceitos nos ajuda a entender as possíveis mobilizações disponíveis sobre eles, sua ausência também aponta para diversos questionamentos. Será, por exemplo, que as categorias generificadas eram tão importantes para a sociedade inglesa do século XV? Ou será que seus papéis estavam já tão bem delineados que não era necessário *falar* sobre eles?

Antes de nos determos no silêncio, pensemos sobre as cartas que mencionaram categorias de gênero e de que modo o fizeram. Em relação à “mulher”, os temas variaram entre qualidades e obstáculos enfrentados por elas. A gentileza, o reconforto, a respeitabilidade, a inteligência, a virtude e a dedicação foram apontados em diferentes momentos para caracterizar distintas mulheres nas cartas. Por outro lado, a falta de orientação e de autoridade foram os obstáculos apontados na documentação associados às mulheres. A recorrência dos elogios foi maior do que dos obstáculos: ao menos nove documentos apontaram para o comportamento positivo de mulheres, enquanto cinco foram mais explícitas em relação às dificuldades enfrentadas pelas mulheres. Nenhuma delas atribuiu um comportamento intrínseca e ativamente negativo às mulheres: nos documentos mantidos pela família, não há textos que associem diretamente o feminino à falta, ao desvio e ao perigo doméstico.

Para dar exemplos a esse respeito, podemos mencionar a ocasião em que John Paston I solicitou à esposa para que agisse bem com relação aos arrendatários: “seja uma boa dama, é louvável para você reconfortar seus arrendatários”<sup>107</sup>. Também foi o caso de John Paston III ao se referir à sogra, Elizabeth Brews, em carta para a mãe: “por minha palavra, não há mulher viva mais gentil do que aquela que terei como minha sogra”<sup>108</sup>. De modo mais genérico, Agnes Paston havia dito à filha que “ela deve usar a si mesma para trabalhar prontamente como outras

---

<sup>106</sup> De acordo com o levantamento realizado pela British Library, há em torno de mil documentos da família entre cartas, petições, testamentos e outros. Ver: <<https://blogs.bl.uk/digitisedmanuscripts/2015/04/the-paston-letters-go-live.html#:~:text=The%20collection%20known%20as%20the,wills%20and%20even%20shopping%20lists.>>>.

<sup>107</sup> “Neuer the les ye be a gentilwoman, and it is worshep for yow to confort yowr tenantis”. John I para Margaret Paston, 27 de junho de 1465. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:3.39?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 08 de junho de 2023.

<sup>108</sup> “for I trow ther is not a kynder woman leueing then I shall haue to my modyr in lawe”. John Paston III para Margaret Paston, 08 de março de 1477. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:10.59?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 06 de junho de 2023.

damas fizeram”<sup>109</sup>, o que seria louvável a uma dama. Abordaremos esses exemplos adiante, aprofundando a análise.

Esses pontos são, por si, fundamentais para compreendermos as dinâmicas do gênero ao menos entre a *gentry* inglesa no século XV – inclusive os silêncios. Os sermões e a literatura clerical dos séculos XII e XIII eram muito mais críticas e virulentas em relação às mulheres do que a família Paston delineou em suas próprias concepções. Howard Bloch, em 1991, já havia apontado para a presença de um discurso negativo sobre as mulheres<sup>110</sup>, identificado por ele como um olhar misógino que generaliza o sujeito feminino a partir de atributos negativos - entendendo como a própria generalização é, em si, limitadora das possibilidades de agência e de subjetividade. Em *Misoginia Medieval*, Bloch definiu o conceito como um modo de falar negativo sobre as mulheres e que estaria presente ao longo do medievo. Embora a definição de Bloch seja superficial em relação ao discurso sobre as mulheres, aponta que o elemento negativo era tanto um *topos* literário quanto um gênero em si mesmo. A comicidade estivera muitas vezes associadas à misoginia, já havia apontado Bloch, através das *fabliaux*, do teatro cômico, da farsa.

Práticas realizadas por mulheres também eram vistas de formas negativas, como o uso da maquiagem como um insulto a Deus - se ele fez o ser humano à sua imagem e à perfeição, o uso da maquiagem seria uma corrupção do trabalho divino - assim como o uso de ornamentos. Em relação ao corpo e à perfeição, contudo, havia uma corrente aristotélica - filósofo de grande influência em autores como Tomás de Aquino - que defendia a mulher como versão imperfeita do homem. Seu contraponto inacabado ou frágil. Parte desse olhar violento sobre o feminino foi explicado pela mudança na estrutura familiar durante a Antiguidade tardia de forma que o modelo nuclear doméstico teria submetido às mulheres de forma mais profunda.

Essa perspectiva, apresentada por Bloch na obra e atribuída a Paul Veyne, peca em uma leitura generalizante sobre a condição das mulheres<sup>111</sup>. É preciso pontuar que a linearidade da

---

<sup>109</sup> “che must vse hyr-selpe to werke redyly as other jentylwomen don, and sumwhat to helpe hyr-self ther-wyth”. *Memorandum* de Agnes Paston, 28 de janeiro de 1458. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.16?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 25 de abril de 2023.

<sup>110</sup> Os termos sexo e gênero aparecem como sinônimos na obra e Bloch ocupa-se mais em definir a misoginia do que o significado da categoria “mulher” ou das relações ambíguas e flexíveis do gênero. BLOCH, H. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

<sup>111</sup> Segundo Bloch, essa seria uma perspectiva do antifeminismo como expressão de ressentimento contra a família nuclear de acordo com explicações psico-históricas - o que, como já pontuamos, é um método frágil para analisar o medievo se considerarmos as especificidades contextuais da psique. Nessa perspectiva, a misoginia serviria não só como repúdio às mulheres, mas também como para a contenção do movimento ascético na sociedade romano tardia. Ao reforçar a mulher como um perigo sexual, asseguravam que os monges mantivessem seu afastamento do mundo. (BLOCH, op. cit., p.101; p. 105). Por outro lado, Bloch defendeu aspectos importantes sobre o olhar negativo ao feminino em relação à literatura do amor cortês. Parte da historiografia havia tomado essa literatura como uma exaltação da mulher, uma vez que a narrativa contava com a figura feminina perfeita por quem o

relação de gênero é frequentemente fruto de um olhar historiográfico do que daquilo que a documentação permite afirmar. Isso porque as dinâmicas de poder faziam da relação entre homens e mulheres algo mais instável: ainda que os homens tivessem mais poder político, religioso e mesmo familiar, não podemos falar em um declínio contínuo, homogêneo e absoluto sobre a condição das mulheres. Essa perspectiva ignora os tensionamentos instaurados pelas próprias mulheres enquanto agentes históricos, assim como pressupõe uma regularidade das relações de poder independente de classe ou região geográfica. Se é verdade que em algumas regiões as mulheres viram seus direitos à propriedade negados, por exemplo, é também importante considerar que em outras partes esse direito se manteve mesmo nos séculos iniciais do medievo<sup>112</sup>.

A contribuição fundamental de Bloch esteve em apontar a condição particular do feminino no medievo. Diferente de outros momentos, a ambiguidade da categoria mulher é o que a tornava tão instrumental: a elas, não era definido ser esposa de Cristo *ou* uma entrada para o inferno, mas ser *ao mesmo tempo* e a um só instante o reflexo de ambos. As imagens de referência que constituíram o gênero feminino no discurso clerical, pretensamente hegemônico, foram ao mesmo tempo de Maria e de Eva - ambas igualmente inacessíveis de forma absoluta às mulheres, problema que só seria atenuado com a figura de Maria Madalena. A impossibilidade de ser em um só momento Maria e Eva (assim como as próprias categorias como pontos inalcançáveis às mulheres comuns) tornou o feminino tão abstrato que era pouco humano, defendeu Bloch<sup>113</sup>.

Essa perspectiva é importante para entender como o discurso elaborado pelo clero, e que fazia parte do dispositivo de gênero medieval, constituiu um lugar de impossibilidade ao feminino. As mulheres não poderiam existir plenamente em nenhum dos campos, o que as tornavam constante vir-a-ser e jamais um sujeito absoluto. Evidente que a subjetividade é fruto de elaborações permanentes sobre si, mas em geral em vistas a uma identidade possível. No caso, a possibilidade mesma de tornar-se Eva/Maria era corrompida em princípio, restando mais um lugar de inadequação ao feminino - insuficiente como contraponto masculino, mas ausente em relação a si mesmo também.

---

apaixonado dedicava uma devoção profunda. Bloch, no entanto, apontou como esse amor abstrato por uma mulher perfeita era parte da misoginia medieval exatamente na medida em que ela não poderia existir no mundo real. Como uma abstração profunda e superior em beleza e gestos a todas as mulheres, estava tão distanciada da história que não poderia encontrar referentes no mundo. A mulher perfeita é somente outra face da misoginia ao apontar que as mulheres reais jamais seriam como aquelas descritas nos romances.

<sup>112</sup> RIVAIR, op. cit.

<sup>113</sup> BLOCH, op. cit.



O não-lugar dizia respeito também à salvação no discurso clerical. O feminino foi constantemente associado ao corpo e aos pecados do corpo também, como a luxúria e a gula. Isso implicava, para Bloch, em um problema teológico: enquanto a salvação se dá pelo abandono da matéria e a fixação no espírito, à mulher caberia então o abandono de si mesmo ou do feminino? Seria preciso, nesse sentido, tornar-se masculino ou ao menos um lugar neutro no campo possível do gênero? Para Bloch, sim: a resposta estaria na renúncia ao feminino<sup>114</sup>. Importante ressaltar que essa perspectiva era especificamente clerical e que, embora se colocasse como hegemônica, não era exclusiva nem mesmo dentro da Igreja<sup>115</sup>.

Georges Duby apresentou outros tantos aspectos negativos associados ao feminino pelo clero no século XII, especialmente por Étienne de Fougères na obra *Livre des Manières* (1174/1178)<sup>116</sup>. O autor se dedicaria às mulheres da nobreza, cuja ociosidade as tornava mais suscetíveis à tentação e cuja posição social as tornava um modelo a ser imitado. Para Étienne de Fougères, os grandes vícios femininos estavam associados não só à maquiagem, mas também às feitiçarias (ungentos, misturas, chás abortivos) e ao perigo doméstico. Isso porque muitas eram tentadas pelos demônios para fazer o mal ou simplesmente queriam inverter a ordem natural de gênero que as submetia ao marido. Eva, ao pecar contra Deus e condicionar Adão ao pecado, teria condenado todas as mulheres ao governo de um homem (fosse o pai ou o marido) - além da dor do parto, fruto também de sua queda. “Quem convenceu [Adão] a provar do que era proibido?”<sup>117</sup>: briguenta, avara, leviana, ciumenta era a mulher para Étienne de Fougères.

Elas seriam naturalmente hostis ao marido e vingativas. Eram frágeis às tentações da carne, a *lécherie*, motivo porque também eram difíceis de domar. Os tratados medicinais seguiam linhas semelhantes de associação do feminino ao descontrole do corpo e ao indisciplinamento: em *Le Corrector sive Medicus*, Burchard bispo de Worms dirige perguntas específicas às mulheres: havia fornicado com outras mulheres, com os filhos ou com animais? Teriam atizado (inclusive por meio de sortilégios) o marido por estarem insatisfeitas? Teriam

---

<sup>114</sup> BLOCH, p. 135.

<sup>115</sup> Meister Eckhart e Jacques de Vitry, por exemplo, foram conhecidos por defender a participação religiosa feminina e, na Inglaterra, temos também o movimento lolardo que defendia a possibilidade de elevação espiritual das mulheres a ponto de permitir a elas a consagração dos sacramentos - vedado na ortodoxia cristã. FIELD, S. L. *The beguine, the angel and the inquisitor: the trials of Marguerite Porete and Guiard of Cressonessart*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2012. LICHTMANN, M. "Marguerite Porete and Meister Eckhart: The Mirror for Simple Souls Mirrored". In: MCGINN, B. (ed.). *Meister Eckhart and the Beguine Mystics: Hadewijch of Brabant, Mechtild of Magdeburg, and Marguerite Porete*. New York: Continuum, 1997.

<sup>116</sup> DUBY, G. *Damas do século XII: Eva e os Padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>117</sup> *Ibid.*, p. 17.

vendido o próprio corpo? Abortado? As perguntas se aprofundavam em cada uma das quatro categorias de faltas: uso de feitiçaria, adultério, fornicação e negligência maternal.

Uma sugestão possível para escapar às faltas femininas estava em repelir a própria feminilidade, pois a masculinização as permitiria resistir: “Adèle venceu, portanto, porque as forças do mal que a agrediram encontravam nela um homem”<sup>118</sup>. A virtude chega no corpo feminino através do desvencilhamento consigo mesmo. Ao mesmo tempo, é na velhice e na viuvez que a resistência encontra maior força: primeiro, porque não fornicaria mais; segundo, porque a idade a despojava também de certa feminilidade - que, defendemos, não era uma absoluta ruptura com o “ser mulher”, mas a elaboração de *outra* feminilidade possível.

Às damas, cabia o exercício da castidade, do abandono das maquiagens e o comportamento sóbrio. Aos homens, a responsabilidade de conter os excessos sexuais. Nesse ponto, destacamos que a urgência de um comportamento disciplinado era exigido tanto aos homens quanto às mulheres. As formas de desempenhar esse auto-controle é que variavam de um para outro, sendo também às mulheres mais difícil chegar ao lugar de temperança pela fragilidade de sua carne.

Desavergonhadas, preguiçosas e também tagarelas, esse foi o retrato levantado por Duby no estudo do discurso clerical. Tagarelas: a linguagem era outro lugar de repreensão sobre o feminino. Nos séculos finais do medievo, a fala feminina foi profundamente reprimida no discurso clerical - o que, claro, não era exclusivo do período. Desde o discurso de Paulo de Tarso que havia pontuado a necessidade de que a mulher aprendesse em silêncio, a fala feminina sofria com reprovações<sup>119</sup>. Contudo, o período final do medievo comparou a fala feminina a esterco de ganso e até mesmo à urina<sup>120</sup>, censurando esse espaço exceto no âmbito doméstico em que a comunicação seria reduzida à *fofoca* - uma linguagem menor<sup>121</sup> e menos importante.

A questão da fala feminina era sobretudo importante pelo papel que possuía no medievo como um todo. Deus havia criado o mundo através da palavra, de modo que para o cristianismo a fala possuía também um poder de *geração* - não servia apenas para representar o mundo, mas para criar o que o compunha. Dessa forma, quem fazia uso da palavra e como era fundamental:

---

<sup>118</sup> DUBY, op. cit., p. 75.

<sup>119</sup> “Não permito que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio” (No latim, “*docere autem mulieri non permitto neque dominari in uirum sed esse in silentio*”, 1 Timotheus 2:12). Teria dito também “A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição”, questão que indica o próprio controle religioso sobre corpos femininos de que trataremos – “*mulier in silentiodiscat cum omnisubiectioe*” (1 Timotheus 2:11).

<sup>120</sup> BODDEN, M. C. *Language as the site of revolt in medieval and Early Modern England: speaking as a woman*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011..

<sup>121</sup> CHANCE, J. *The literary subversions of medieval women*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007..

“porque o discurso é poder que tornava-se excessivamente perigoso quando não confiável, ou quando funcionava como místico ou incontrolável”<sup>122</sup>. Dessa forma, a comunicação feminina era duplamente perigosa: porque possuía um recurso de extremo poder e porque com ele as mulheres já haviam condenado toda humanidade. A partir disso, o comportamento do corpo era perigoso não apenas pela lascívia, mas também pela fala descontrolada das mulheres<sup>123</sup>.

Se havia um discurso que se pretendia hegemônico e que era profundamente misógeno, as documentações da família Paston escapavam a ele. Pontuamos como os discursos são produzidos a partir e em relação aos tensionamentos constantes das relações de poder. Nesse sentido, todo discurso é instável, podendo ser desafiado por perspectivas marginais que o deslocam de seu lugar de primazia. Ao mesmo tempo, os discursos que se pretendem hegemônicos, sobre gênero em específico, se apresentam também como *naturais*. Nesse sentido, o medieval não é diferente. A posição hierárquica construída entre o masculino e o feminino foi assentado, inúmeras vezes, na concepção de uma ordem natural dos gêneros. Georges Duby, como já apontamos, demonstrou a vigência dessa concepção entre o clero: a mulher devia obediência porque o contrário seria desafiar uma ordenação natural<sup>124</sup>. Madeline Caviness apontou um aspecto semelhante “ao considerar outro binarismo favorito dos filósofos medievais (e de Aristóteles), o natural e o não-natural”<sup>125</sup>.

O que Caviness não destacou, mas que pontuamos aqui, é que esse binarismo da naturalidade foi construído a partir dos discursos teológicos. Isso significa que estavam de acordo com o esforço em dar a aparência de substancialidade ao que que era profundamente contingente. Em outras palavras, faz parte da lógica hegemônica a tentativa de naturalizar seu argumento, torná-lo fruto de uma exterioridade metafísica que, por transcender o humano, é também ilimitado e supostamente inquestionável. Essa elaboração é parte das dinâmicas próprias ao discurso e ao poder. No entanto, ao mesmo tempo em que existe um esforço de

---

<sup>122</sup> “it is because speech is power that renders it exceedingly dangerous when it is unreliable, or functions as mystic, or is uncontrollable”, apontou M.C. Boddén a esse respeito. (BODDEN, op. cit., p. 8)

<sup>123</sup> Carolyn Muessig exemplifica essa perspectiva a partir dos escritos de Tomás de Aquino. O teólogo teria sublinhado a diferenciação entre gêneros ao questionar se a sabedoria do conhecimento pertencia às mulheres e como os homens seriam os mais capacitados para ensinar a doutrina clerical (MUESSIG, C. “Communities of Discourse: Religious Authority and the Role of Holy Women in the Later Middle Ages”. In: MULDER-BAKKER, A.; MCAVOY, L. (Ed). *Women and Experience in Later Medieval Writing: Reading the Book of Life*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009). De acordo com Muessig, Henry de Ghent, mestre secular e de teologia em Paris até 1291, havia pensado parecido. O pensador havia argumentado que uma pessoa pode ensinar pelo ofício se possui a constância, se é efetivo na execução e se tem autoridade para ensinar – o que faltaria nas mulheres. Nesse sentido, devemos considerar como a própria noção de *auctoritas* esteve associada ao masculino, sobretudo na palavra. A esse respeito, ver: BARRAT, A. (Ed.) *Women’s writing in Middle English*. UK: Pearson Education Limited, 2010, 2º ed., p. 5.

<sup>124</sup> DUBY, op. cit.

<sup>125</sup> “(...) to consider another favorite binary of the medieval philosophers (and of Aristotle), the natural and the unnatural”. (CAVINESS, op. cit., p. 39)

normalização, as divergências acontecem. Enquanto o campo clerical majoritário produzia imagens monolíticas sobre gênero, havia sujeitos que rompiam com essas perspectivas e as colocavam em questionamento.

Nesse sentido, é fundamental pensarmos não apenas em como os *homens* produziram discursos sobre gênero, mas como as mulheres também os deslocaram - ou reafirmaram, por vezes inclusive para seu próprio benefício<sup>126</sup>. Consideramos esse um dos principais obstáculos da obra de Thomas Laqueur, sobre a qual abordaremos adiante nesse capítulo. Enquanto a perspectiva de Laqueur se tornou um cânone para a medievalística, autores que utilizaram suas análises não se preocuparam em pontuar o que nos parece óbvio: Laqueur parte exclusivamente de documentos produzidos por homens. Ao elaborar sua teoria de sexo único, o autor deixou escapar o aspecto fundamental: para *homens* (em sua maioria, do clero), o sexo era único. A problemática que conduz nossa crítica deveria ter sido explicitada pelo autor ao longo de sua obra não como detalhe de rodapé, mas como parte fundamental da análise - do contrário, incorremos novamente no Sujeito universal neutro.

É por esse motivo que reforçamos como nossa análise se concentra sobretudo nas produções de *mulheres*. Para esses sujeitos que estavam às margens do discurso hegemônico, o que significavam as categorias generificadas e como faziam uso delas?

Entre a família Paston, apontamos a ausência de elementos que atribuíssem diretamente a negatividade ao gênero feminino. Diferente do que o clero havia postulado sobre as mulheres (a luxúria, a pequenez, o perigo constante), nas cartas que restaram da família Paston esses atributos não aparecem associados ao feminino. Do contrário, foram aspectos de gentileza, acolhimento, trabalho árduo, inteligência e virtudes que foram associadas às mulheres.

Em relação à gentileza, esse atributo foi associado ao mesmo tempo a um homem e a uma mulher por John Paston III ao se referir aos seus sogros em uma carta para a mãe em 1477. Nesse sentido, a caracterização é menos voltada ao gênero do que à posição que aqueles sujeitos ocupariam na vida de John III a partir do casamento. Por outro lado, a concepção de acolhimento e reconforto foram diretamente associados à função de uma dama - nesse caso por outro homem da família, John Paston I. Em 1465, em uma carta direcionada à Margaret Paston,

---

<sup>126</sup> Irene Oh pontuou como a agência feminina se dá, por vezes, não para romper com a hierarquia de poder, mas para fazer uso dela e reforçá-la dentro do que elas podem usar para sobreviver e se beneficiar dessas lógicas. Ver: OH, I. "The Performativity of Motherhood: Embodying Theology and Political Agency". *Journal of the Society of Christian Ethics*, v. 29, n. 2, p. 3-17, outono/inverno de 2009.

John I escreveu a respeito de um conflito sobre a propriedade de Drayton, invadida em nome do senhor de Suffolk<sup>127</sup>:

“De qualquer forma, seja uma boa dama, é louvável para você reconfortar seus arrendatários. Dessa forma, eu gostaria que você fosse a Hellesdon e Drayton e Sparham, e fique em Drayton e converse com eles, os mantenha com o antigo mestre até que eu chegue, e [diga] que você me mandou notícias, mas tarde, de forma que você não poderia ter nenhuma resposta ainda. Informe-os como escrevi a você e diga abertamente que é uma vergonha que qualquer homem coloque qualquer senhor em tão mentirosa questão, em especial um padre, e deixe-os saber que assim que eu voltar para casa, irei vê-los”.<sup>128</sup>

Na carta produzida por John I, entrevemos a expectativa da família em relação ao papel desempenhado pelas mulheres. Não apenas o intermédio de Margaret era fundamental para a manutenção do poderio local da família, como era esperado de uma dama que assim o fizesse. A *gentlewoman* era responsável pelo conforto e cuidado, aquela que tranquilizaria os moradores na ausência do marido. É específico o esforço de John I em associar a atividade feminina (na *gentry*) de cuidado com o emocional dos arrendatários sobretudo. O aspecto de feminilidade, nesse caso, estaria associado à tranquilização e ao acolhimento em um momento de angústia. De maneira semelhante, Elizabeth Brews (amiga da família e posteriormente sogra de John Paston III) havia argumentado em favor de sua filha para selar uma proposta de matrimônio:

“E primo, no dia em que ela se casar, meu pai dará de presente a ela 50 marcos. Mas, e nós concordamos, eu irei dá-lo um tesouro ainda maior, qual seja uma dama sábia e, se posso dizer, ao mesmo tempo boa e virtuosa; se eu aceitasse dinheiro por ela, não a daria nem por £1000. Mas, primo, confio tanto em você que penso que ela estaria bem concedida a você”.<sup>129</sup>

---

<sup>127</sup> Na ocasião, segundo a carta, mestre Phillip (Phillip Lipyate, reitor de Sall) teria tomado Drayton, propriedade da família Paston, em nome do senhor de Suffolk e ameaçava invadir também Hellesdon. Essas terras estariam em disputa por causa do testamento de John Fastolf, pois o antigo duque havia reivindicado aquela propriedade como pertencente a De la Pole, associado do duque. Fastolf havia tido uma disputa com o duque de Suffolk, motivo porque o conflito em torno de suas propriedades seguiu mesmo após sua morte. A esse respeito, ver: ROSE, J. “Medieval Estate Planning: The Wills and Testamentary Trials of Sir John Fastolf”. *Papers SSRN*, mai. 7, 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2053877>>. Acesso em 22 de abril de 2023.

<sup>128</sup> “Neuer the les ye be a gentilwoman, and it is worshep for yow to confort yowr tenantis; wherfor I wold ye myth ryd to Heylison and Drayton and Sparha [deleted in MS]m, and tari at Drayton [deleted in MS] and speke with hem, and byd hem hold with ther old master til I com, and that ye haue sent me word but late, wherfor ye may haue non answer yet. And informe hem as I ha wrete to yow [deleted in MS] with-in, and sey oupinly it is a shame that any man shuld set anny lord on so ontrwe a mater, and speciall a preste; and lete hem wete as sone as I am com hom I shall see hem.”. Carta de John Paston I para Margaret Paston, John Daubeney e Richard Calle, 27 de junho de 1465. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:3.39?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 22 de abril de 2023.

<sup>129</sup> Tradução livre de: “And, cosyn, that day that sche is maryed, my fadur will gyffe hyr l. merk. But and we acorde, I schall gyffe yowe a grettere tresur, that is, a wytty gentywoman, and if I sey it, bothe good and vertuos; for if I schuld take money for hyr, I wold not gyffe hyr for a mli. But, cosyn, I trust zowe so meche that I wold thynke her wele besett on zowe”. (GAIRDNER, J. (Ed.). *The Paston Letters*. Volume 5. New Complete Library Edition: Project Gutenberg, 2013, p. 286; ver também WATT, D. *The Paston Women: Selected Letters*. Cambridge: D. S. Boydell & Brewer, 2004, p. 122). Elizabeth Brews para John Paston III, 1477.

Nesse caso, o elogio de Elizabeth Brews à filha estaria relacionado também a questões financeiras: o acordo matrimonial entre John III e Margery Brews esbarrava no dote que seu pai estava disposto a pagar e que seria insuficiente para a transação esperada. Poderíamos pensar, nesse sentido, que a exaltação de Brews à filha seria apenas uma retórica importante para consolidar o acordo e convencer a família Paston de que valeria a pena o matrimônio. No entanto, a relação entre Margery Brews e John III parecia bastante afetuosa à época e, como uma exceção a muitos casamentos no medievo, pareciam dispostos a casar um com o outro por amor e não apenas pelas finanças. Não é por acaso que uma das cartas trocadas entre o casal foi considerada uma das primeiras versões do tema *valentine* na Inglaterra: um par romântico, amoroso.

Na carta de fevereiro de 1477, Margery Brews se referiu a John III como “welebeloued Voluntyne” (bem amado namorado, poderíamos traduzir) e é nesse mesmo documento que apresenta os problemas financeiros relacionados ao matrimônio:

“E a minha senhora, minha mãe, tem trabalhado na questão com meu pai diligentemente, mas ela não consegue arranjar mais do que o que você sabe, motivo pelo qual, Deus sabe, eu sinto muito. Mas se você me ama, como eu acredito fortemente que sim, você não me deixará por causa disso. Porque mesmo que você não tivesse metade das posses que possuí, e eu tivesse que me submeter às maiores labutas que qualquer mulher viva poderia, eu não me esqueceria de você. E se você me pedir para permanecer fiel em qualquer lugar que eu vá, eu verdadeiramente faria tudo em meu poder para amá-lo e a nenhum outro. Mesmo que meus amigos digam que estou agindo errado, eles não me impedirão de agir desse modo. Meu coração me obriga a amá-lo verdadeiramente acima de todas as outras coisas terrenas”<sup>130</sup>.

Nessa carta, a relação afetiva entre ambos é evidente pela forma com que Margery Brews dedica seu amor a despeito das transações financeiras e mesmo da posição daqueles em quem confia. Além de evidenciar como alguns matrimônios poderiam ser sim baseados em afeto no medievo, também sugerem que era apenas a oposição do pai que impedia a realização do matrimônio - embora, saibamos, eles tenham conseguido se casar depois disso.

Se considerarmos o desejo de envolvimento entre ambos, não haveria necessidade de convencer John III das qualidades de sua noiva - ele estava apaixonado por ela. Brews tentava, sim, apontar esses como ganhos que complementaríamos o dote, mas ao mesmo tempo sugere

---

<sup>130</sup> “And my lady my moder hath labored þe mater to my fadure full delygently, but sche can no more gete þen 3e knowe of, for þe wechh God knowyth I am full sory. But yf that 3e loffe me, as I tryste verely that 3e do, 3e will not leffe me þerfor; for if þat 3e hade not halfe þe lyvelode þat 3e hafe, for to do þe grettyst labure þat any woman on lyve myght, I wold not forsake 3owe. And yf 3e commande me to kepe me true where-euer I go Iwyse I will do all my myght 3owe to love and neuer no mo. And yf my freendys say þat I do amys, þei schal not me let so for to do, Myn herte me byddys euer more to love 3owe Truly ouer all erthely thing”. Margery Brews para John Paston III, fevereiro de 1477. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:14.1?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 01 mai. 2023

que as qualidades esperadas de uma dama eram a virtude e a sabedoria, o que John III certamente teria. Isso significa que a dama inglesa deveria ter esses aspectos como reflexo de sua boa conduta e da boa educação recebida pela família. Era desejável que a dama fosse não apenas gentil e acolhedora, como virtuosa e sábia.

São características pontuadas pelo prior de Norwich em uma carta guardada pela família Paston entre seus documentos. O prior estava falando sobre uma mulher chamada Anne e que havia se tornado viúva, vivendo por trinta anos depois da morte do marido - pelo tempo, é possível que ela fosse ainda jovem quando o marido morreu e optou por *continuar* viúva e evitar um segundo casamento. Essa era forma de manter controle sobre suas propriedades e autonomia em relação à própria vida. Segundo o prior, a mulher tinha profunda confiança do marido enquanto estava viva, sendo inclusive uma de seus executores, e bem conhecida na região: “uma mulher de vida e disposição virtuosas, de boa descrição e consciência”<sup>131</sup>, prezando também pela alma do falecido marido ao garantir que uma missa seguisse sendo dedicada a ele.

Evidentemente, essas atribuições poderiam flutuar de acordo com a posição social ocupada pelas mulheres. Enquanto damas da *gentry* eram associadas aos aspectos citados, a respeitabilidade e o trabalho duro foram associados nas cartas à figura da rainha, Margaret de Anjou - em um contexto profundamente turbulento pela disputa do trono inglês. Em 1453, a rainha teria ido a Norwich, ocasião em que visitou Elizabeth Clere e na qual Margaret Paston esteve também envolvida. O evento se passou dois anos antes da decisiva batalha de St. Albans entre apoiadores da família York e aqueles favoráveis a Henrique VI e Margaret de Anjou de modo que a rainha ainda circulava pelos territórios ingleses sem ameaças mais imediatas<sup>132</sup>.

Na ocasião da visita, Margaret conta ao marido que a rainha estaria muito satisfeita com Elizabeth Clere “e falou sobre ela da melhor forma, disse por sua verdade que desde que havia chegado a Norfolk não havia visto nenhuma dama de quem gostasse mais do que dela [Elizabeth Clere]”<sup>133</sup>, embora não deixe claro o motivo por que havia aprovado Clere senão

---

<sup>131</sup> “And also the seide Annes that was hys wif lyved more thanne xxx. wynter aftir hir husbonde, and was in singuler trust with her husbonde, and one of his executours, and wele knowen in this cuntre, a woman of vertuos lyvyng and disposicion, and of goode discrecioun and conscience, and knewe hir husbondes mynde and last will as wele as ony lyvyng creature; she witnessed alway that it was hire husbondes last will to have this perpetuall messe, and called on it all the dayes of hir lyfe, and also atte her deceسه; and sche seide that [it] was the will of her husbonde that the annuyte schulde go oute of the seide maner of Swaynesthorpe”. (GAIRDNER, J. (Ed.). *The Paston Letters*. Volume 6.1. New Complete Library Edition: Project Gutenberg, 2013, p. 118). John, prior de Norwich, 1487.

<sup>132</sup> GOODMAN, A. *The Wars of the Roses: Military Activity and English Society, 1452-97*. New York: Routledge, 1991.

<sup>133</sup> “The Quene was right well pleasid with her answer, and reportyht of her in the best wyse, and seyth, be her trowth, she sey no jantywoman syn she come into Norffolk that she lyk it better than she doth her.”. Margaret

pelas respostas que havia dado durante sua conversa. Nessa mesma carta, Margaret Paston mostrou-se inquieta pela falta de vestimentas apropriadas para estar na presença da rainha, mesmo sendo parte da *gentry* inglesa: “quando a rainha esteve aqui, tomei emprestado alguns ornamentos da minha prima Elizabeth Clere porque não ousei, de vergonha, ir com as minhas jóias em meio a tantas damas puras que lá estavam na época”<sup>134</sup>. Nesse ponto, a intersecção entre gênero e classe foi fundamental para o sentimento de deslocamento de Margaret Paston. Uma boa dama não deveria ser apenas aquela que acolhe e cuida dos arrendatários, mas também aquela que apresenta-se de forma esperada e com um mínimo de riquezas diante das demais damas. Mais importante do que sua gentileza, nessa ocasião, estaria a ostentação dos bens que a diferenciariam de outras mulheres inglesas.

A diferença de gênero, nesse aspecto, diz respeito não apenas à masculinidade e feminilidade, mas também às distintas mulheres que viveram no período medieval. Ao pontuarmos uma crítica ao estudo da diferença, destacamos como essa lógica poderia ignorar as semelhanças entre homens e mulheres - nesse caso, é através da classe que a semelhança poderia ser produzida. Ainda que houvesse particularidades entre a masculinidade e a feminilidade da *gentry*, em outros momentos a diferença se dava sobretudo em relação ao lugar social ocupado por esses sujeitos. A masculinidade esperada de homens proprietários de terras era, como já apontado em diversos trabalhos, profundamente distinta daquela entre o próprio clero.

Nesse ponto, gostaríamos de reforçar que a construção da feminilidade passava também pela diferenciação entre uma dama proprietária de terras e outras mulheres com menos (ou mais, no caso da rainha) posses e status social. No caso da documentação entre a família Paston, tanto a rainha quanto outras damas foram caracterizadas como trabalhadoras em diferentes momentos. John Bocking, endereçando-se ao senhor John Fastolf (principal responsável pelo enriquecimento da família Paston) havia caracterizado a rainha como “uma mulher ótima e forte trabalhadora, pois não poupa um *pence* para processar arrendamentos com intenção e conclusão em seu poder”<sup>135</sup>. Essa característica (*labourid*) apareceu também na carta de Agnes Paston ao se referir à filha, Elizabeth, em 1458: “diga a Elizabeth Paston que ela deve usar a si

---

Paston para John Paston I, 20 de abril de 1453. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.23?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 01 mai. 2023.

<sup>134</sup> “When þe Quene was here I borowd my cosyne Elysabet Cleris devys, for I durst not for shame go wyth my bedys among so many fresch jantylwomman as here were at þat tym.” Ibid.

<sup>135</sup> “The Quene is a grete and strong labourid woman, for she spareth noo peyne to sue hire thinges to an intent and conclusion to hir power”. John Bocking para sir John Fastolf, 09 de fevereiro de 1456. (GAIRDNER, J. (Ed.). *The Paston Letters*. Volume 3. New Complete Library Edition: Project Gutenberg, 2013, p. 90).



mesma para trabalhar prontamente como outras damas fizeram, e de alguma forma se ajudar com isso”<sup>136</sup>. Isso nos sugere que, entre as mulheres de maior status social e posses, a preocupação com os afazeres caracterizava também sua boa condição. Ser uma boa dama equivalia não apenas à afetuosidade, mas também ao trabalho - por exemplo, na administração do lar e das propriedades<sup>137</sup>.

Em grande medida, essas mulheres precisavam colecionar diversas virtudes e comportamentos considerados discretos e dignos ao grupo social ao qual pertenciam bem como a todo fiel cristão. Em relação às virtudes, destacavam-se pelo menos sete no medievo: sabedoria, compreensão, conselho, fortitude, conhecimento, piedade e submissão a Deus<sup>138</sup>. Até o século XII, em específico, as quatro virtudes cardinais que dominavam a teologia européia eram: prudência, temperança, justiça e fortitude. Depois, adicionaram-se mais três virtudes teológicas: fé, esperança e caridade. Nem sempre elas possuíram o mesmo peso e importância. Pedro Abelardo, por exemplo, tomava a prudência como mãe de todas as virtudes<sup>139</sup>, importante para mulheres da *gentry* precisamente na administração de suas propriedades para que pudessem elevar as riquezas da família e seu prestígio.

Para algumas, no entanto, a modéstia e a humildade é que se tornavam virtudes exemplares a serem seguidas - não sem querer, a *humilitas* foi um tema recorrente entre místicas europeias no século XIII em diante<sup>140</sup>. Christine de Pizan, no século XV, foi quem apontou a importância da *juste hypocrisie*<sup>141</sup> e quem aconselhou as damas (mulheres vindas de famílias com maior prestígio social) a administrarem com sabedoria suas propriedades e terem discrição sobretudo quando viúvas<sup>142</sup>. Essas mulheres a quem a modéstia era recomendada “precisavam ser virtuosas no sentido tradicional, mas ao mesmo tempo aspiravam a governar

---

<sup>136</sup> “And sey Elyzabet Paston that che must vse hyr-selfe to werke redyly as other jentylwomen don, and sumwhat to helpe hyr-self ther-wyth”. *Memorandum* de Agnes Paston, 28 de janeiro de 1458. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.16?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 25 de abril de 2023.

<sup>137</sup> O que não era, de forma alguma, uma exceção a essas mulheres como bem pontuaram Frances e Joseph Gies: “Margaret [Paston] showing a grasp of her husband’s affairs that was admirable but by no means unique. Fifteenth-century middle-class women were typically as engrossed as their husbands in the cares of the propertied class” (GIES, J.; GIES, F. *Women in the Middle Ages: The Lives of Real Women in a Vibrant Age of Transition*. Londres: Harper Perennial, 2018, p. 213)

<sup>138</sup> GREEN, K.; MEWS, C. J. (Eds.). *Virtue Ethics for Women: 1250-1500*. Nova York: Springer, 2011.

<sup>139</sup> Ibid. De acordo com os autores, no século XIII um texto vernacular sobre as virtudes começou a circular sobretudo entre as mulheres, o *The Book of Vices and Virtues* compilado por Laurent d’Orléans em 1279. A partir dessa obra de instrução, saberiam o comportamento virtuoso ideal e quais vícios deveriam ser evitados - embora os autores não mencionem um direcionamento exclusivo às mulheres para esse modelo de comportamento.

<sup>140</sup> MINNIS, A. *Medieval Theory of Authorship: Scholastic Literary Attitudes in the Later Middle Ages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988, 2ª ed.

<sup>141</sup> BEJCZY; GREEN, op. cit. BEJCZY, I.; GREEN, K. “Virtues ethics for women 1250-1500”. In: GREEN, K.; MEWS, C. J. (Eds.). *Virtue Ethics for Women: 1250-1500*. Nova York: Springer, 2011.

<sup>142</sup> CHRISTINE DE PIZAN. *The Treasure of the City of Ladies: or The Book of the Three Virtues*. Traduzido e com introdução por Sarah Lawson. NY: Penguin Classics, 2003.

suas propriedades, terras e principados”<sup>143</sup>. A contradição entre a exigência de uma vida modesta e a necessidade de agir a partir de um espaço de autoridade não é, como pode parecer, um fenômeno externo às dinâmicas de gênero do período nem mesmo uma exceção. Do contrário, é o tensionamento permanente entre o discurso ortodoxo cristão e as urgências diárias dessas mulheres que encontramos permeando as elaborações da família Paston sobre o “ser mulher”.

Por outro lado, as virtudes exigidas aqui foram também direcionadas aos homens pertencentes à nobreza ou à *gentry*. Havia um esforço complexo e multidirecional a respeito da formação moral do marido e sua preparação como sujeito virtuoso em diferentes esferas de existência, o que era preparado a partir de manuais de confesores, constituições sinodais, códigos jurídicos e até mesmo tratados régios<sup>144</sup>. Para o clero, a tentação que poderia carregar um homem ao vício partia da mulher, como já pontuamos, mas é o esforço em disciplinar também o comportamento masculino que nos interessa aqui.

Em relação às festividades populares, por exemplo, Leandro Teodoro apontou como havia uma preocupação explícita do clero em regulamentar esses comportamentos, especialmente nas ocasiões em que apareciam “homens em vestidura de mulheres e mulheres em vestidura de homens”<sup>145</sup> - portanto, em que as fronteiras de gênero tornavam-se ainda mais fluidas. Ainda que tanto mulheres quanto homens participassem dessas festividades, eles é que “deveriam ser mais penalizados, já que eram considerados os principais responsáveis por esse tipo de desregramento”<sup>146</sup>.

O descontrole do corpo - oposto à moderação estimada pelo clero - poderia ser um problema até mesmo de saúde, na medida em que o calor excessivo gerado pelos movimentos corporais poderia ser superior à capacidade de absorção levando o fiel a gestos vergonhosos<sup>147</sup>. O desequilíbrio dos humores era um tema recorrente da medicina medieval e uma preocupação séria a ser considerada. Nesse sentido, a urgência por modéstia e temperança era reflexo das preocupações com a saúde da alma e ao mesmo tempo do corpo. Por outro lado, não foi apenas entre a literatura eclesiástica que encontramos a associação de figuras masculinas ao comportamento virtuoso e comedido. Entre as cartas da família Paston, aquelas que mencionam

---

<sup>143</sup> “ (...) who need to be virtuous in the tradicional sense, but at the same time aspire to govern their housegolds, estates, and principalities well”. (BEJCZY; GREEN, op. cit., p. xvi)

<sup>144</sup> TEODORO, L. A. *Lições para o homem casado*: Portugal séculos XIV-XVI. São Paulo: Editora UNIFESP, 2016.

<sup>145</sup> Menção do arcebispo português Diogo de Sousa. Apud TEODORO, op. cit., p. 38.

<sup>146</sup> Ibid., p. 38.

<sup>147</sup> Ibid., p. 47.

homens associados a algum atributo adjetivante os apresentaram como sérios, sábios e virtuosos.

John Paston II, ao se endereçar ao irmão John III em 1468, falou a respeito de alguns homens que ele havia mandado para proteger a propriedade de Caister - na ocasião, sob disputa com o duque de Norfolk. Além de habilidosos com armamentos,

“é dito que são sábios e bem aconselhados, a exceção de um deles que é careca e chamado William Penny, que é um bom homem conforme vai pela Terra economizando um pouco, e que, pelo que entendo, é um pouco dado à bebedeira. Mas ainda assim ele não é nenhum valentão, mas é cheio de cortesia, muito com James Halman”<sup>148</sup>.

Apesar até mesmo dos hábitos com bebida, que se distanciaram profundamente das virtudes promovidas pelo clero contra a gula, William Penny foi considerado por John II como um bom homem. Esse aspecto pôde ser dado por ele pela sabedoria dos homens que enviava ao irmão e pela cortesia que dispunham, opondo-se a um comportamento descontrolado e violento. A modéstia e a sabedoria são duas virtudes que pontuamos como importantes no período e que, embora associadas às mulheres da família, também aparecem aqui como atributos possíveis aos homens. Em uma carta de Margaret Paston enviada ao primogênito, pede ao filho que agradecesse ao clérigo que ele havia apontado para a capela de Caister: “agradeça-o pelo grande custo que teve sob meu nome em Norwich; e se eu fosse uma grande senhora, ele entenderia que iria prosperar por minha causa, porque eu acredito, por seu comportamento, que ele é um homem muito virtuoso”<sup>149</sup>.

Em primeiro lugar, essa carta nos redireciona para a preocupação de Margaret Paston com seu estatuto social. Assim como na visitação da rainha em que havia se queixado de não possuir jóias adequadas, nessa carta parece também se ressentir da posição social que ocupava e que, se fosse uma grande senhora, poderia ajudar melhor aqueles ao seu redor. O estatuto social da família Paston e as propriedades sob as quais tinham posse foram temas recorrentes nas cartas. Como uma família em ascensão e frequentemente ameaçada por terceiros, a insegurança de sua posição social refletia também nas cartas trocadas entre eles - motivo porque

---

<sup>148</sup> “They be sadde and wel advysed men, sauynge on of þem whyche is ballyd and callyd Wylliam Peny, whyche is as goode a man as gothe on the erthe, sauynge a lytyl he woll, as I vnderstand, be a lytel copschotyn; but yit he is no brawlere, but ful of cortesy, meche vpon James Halman.” John Paston II para John Paston III, 09 de novembro de 1468. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:9.8?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 01 de maio de 2023. A respeito da palavra *sad*, nesse caso, Norman Davis sugeriu como tradução “sound, wise, sensible, serious” (DAVIS, N. (Ed.). *The Paston Letters*. Oxford: Oxford University Press, 1983, p. 271).

<sup>149</sup> “(...) thank hym for the gret cost that he dede on me at Norwich; and if I were a grette lady he shuld vnderstand that he shuld fare the better fore me, for me semyth be his demenyng he shuld be right a good man”. Margaret Paston para John Paston II, 03 de abril de 1469. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.78?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 25 de maio de 2023.

Margaret precisou, tantas vezes, intervir junto ao primogênito para que ele não perdesse as finanças da família.

Por outro lado, se repete também na carta a associação do masculino às virtudes, nesse caso graças aos custos que ele tivera em nome de Margaret. Por agir em seu nome e despende de riquezas - um ato que poderíamos associar também à humildade - poderia ser visto como alguém de virtude. Ainda, a associação da família a pessoas virtuosas era um aspecto importante para a dinâmica de poder da região. Margaret frequentemente apontou em suas cartas a necessidade de manter as boas amizades e de não perdê-las por descuido, em especial nas ocasiões em que suas propriedades eram atacadas por outros senhores. Em situação semelhante que elogiou Robert Clere ao filho mais velho quando uma desavença teria ocorrido entre ambos. Quase dez anos depois da carta sobre o clérigo em Caister, Margaret Paston associou outro homem às virtudes do comportamento: Robert Clere, em relação a quem seu filho deveria manter bons laços. Segundo ela, seria pouco cortês que ambos entrassem em conflito um contra o outro: “ele é um homem de substância e honra e será reconhecido assim nesse condado, eu ficaria relutante em você perder o apoio daqueles que podem ajudá-lo”<sup>150</sup>.

A atribuição de uma fama honrada ao primo, Robert Clere, não diz respeito tanto ao fato de ser um homem quanto ao potencial de auxílio que deveriam manter. Em ambos os casos, em relação ao clérigo e a Clere, Margaret Paston não parece preocupada em delinear a masculinidade como fonte de virtude, mas em estabelecer uma boa relação com ambos, o que poderia ser fundamental para os interesses da família. Menos do que sugerir a masculinidade como um campo positivo *em si*, pontua como *aqueles* homens eram virtuosos - e o eram porque estavam aliados à família Paston.

Em 1462, por exemplo, Margaret escreveu ao marido relatando a opinião popular a respeito do duque de Suffolk, com quem a família disputava propriedades. O retrato que fez do duque na carta é profundamente negativo e, embora atribua a opinião aos moradores, é possível que o tenha feito para atingir a imagem do duque. Segundo ela, o rival estaria interrogando possíveis revoltosos, tomando-os por culpados. Para Margaret, as informações seriam falsas:

“penso que esse falatório vem de vilões desonestos que querem espalhar rumores nessa região. O povo disse aqui que eles prefeririam ir juntos ao rei e reclamar de tais vilões desonestos uma vez que teriam sido injustiçados no passado do que a reclamar sem razão e acabar enforcados em suas próprias portas (...). Eles não amam o duque nem sua mãe. Eles dizem que todos os

---

<sup>150</sup> “I wolde þat iche of yow xulde do for othere, and leue as kynnysmen and frendys; for suche seruawntys may make trobyll by-twyx yow, wheche where a-geynste cortesy, so nyhe newborys as 3e be. He ys a man of substaunce and worchyp, and so wyll be takyn in thys schyre, and I were lothe þat 3e xulde lese þe good wyll of suche as may do for yow”. Margaret Paston para John Paston II, 27 de maio de 1478. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.105?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 10 de maio de 2023.

traidores e extorsionários dessa terra são mantidos por eles (...). Eu nunca ouvi falar sobre tanto roubo e assassinatos nessa região em tão pouco tempo como agora”.<sup>151</sup>

O reforço negativo aos adversários da família, como no caso do duque, aparece nas expressões de vilania e desonestidade que são usados mais de uma vez na carta, além dos crimes associados à falta de controle do duque. O tratamento direcionado aos inimigos da família era profundamente distinto - aspecto que pontuaremos nos próximos capítulos.

Se essas não eram cartas que abordavam o dever de um senhor, diferente foi o caso de John Paston I em 1465 ao falar para a esposa sobre as faltas do primogênito. Na ocasião, havia um forte conflito entre John I e seu filho, John II, mediado muitas vezes por Margaret Paston na tentativa de reconciliá-los. Em resposta a uma dessas tentativas, John I expôs as razões pelas quais seu filho não estava agindo como um senhor deveria:

“Quanto ao seu filho: deixo-a saber que eu gostaria que ele tivesse agido bem, mas entendo que **não há nele disposição em ser polido nem de governança, como homens do mundo devem fazer**, mas apenas vive, como sempre o fez, como um homem dissoluto sem qualquer provisão. **Nem ele se ocupou com nada para entender tais matérias que um homem de posses deve compreender.** Nem entendo de nenhuma disposição que ele se dispõe a ter, apenas consigo pensar que ele moraria novamente na sua casa e na minha, e lá comeria, beberia e dormiria. Desse modo, deixo-a saber que eu o reconheceria antes que ele soubesse das minhas intenções, e quão bem ele tem ocupado seu tempo agora que teve tempo livre. Todo homem pobre que trouxe sua criança na idade dos doze anos esperou que recebessem ajuda e lucros de sua criança; e todo senhor de discricção esperou que sua prole e seus servos que vivem sob ele e a suas custas o ajudassem dali em diante. Quanto ao seu filho, você sabe bem que **ele nunca trouxe lucros, conforto ou ajuda no valor de um grão a mim nem a você**, salvo em Caldecott Hall quando ele e seu irmão a mantiveram um dia contra Debenham, e ainda assim como o triplo do custo que cada filho de Debenham investiu nisso; por sua política, mantiveram Cotton a minha custa e com os lucros da mesma. Dessa forma, não o conceda nenhum favor até que sinta o que ele é e será”<sup>152</sup>.

---

<sup>151</sup> “I suppose swyche talkyng comyth of false schrewys þat wold mak a rwmor in þis contré. The pepyll seyth her þat they had leuyr go vp hole to the Kyng and compleyne of siche fals sch [deleted in MS]rewys as they haue be wrongyd by a-for than they schold be compleynyd of wyth-owt cause and be hangyd at ther owne dorys (...). They loue not in no wyse the Dwke of Sowthfolk nor hys modyr. They sey that all the tretourys and extorsyonerys of thys contré be meyntynyd by them (...). I herd nevyr sey of so myche robry and manslawt in thys contré as is now wyth-in a lytyll tyme”, ver Margaret Paston para John Paston I, 7 de janeiro de 1462. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.45?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 28 de abril de 2023.

<sup>152</sup> “Item, as for yowre sone: I lete yow wete I wold he dede wel, but I vnderstand in hym no dispocicion of polecy ne of gouernans as man of the werld owt to do, but only leuith, and euer hath, as man disolut, with-owt any prouicion, ne that he besijth hym nothin [deleted in MS]ge to vnderstand swhech materis as a man of lyuelode must nedis vnderstond. Ne I vnderstond nothin [deleted in MS]g of what dispocicion he porposith to be, but only I kan thynk he wold dwell ageyn in yowr hows and myn, and ther ete and drink and slepe. þerfor I lete yow wete I wold know hym or he know myn enten [deleted in MS]t, and how wel he hath ocupijd his tym now he hath had leyser. Euery pore man þat hath browt vp his chylder to the age of xij yer waytyth than to be help and profitid be his childer, and euery gentilman that hath discrecion waytith that his ken and seruantis þat levith be hym and at his coste shuld help hym forthward. As for yowr sone, ye knowe well he neuer stode yow ne me in profite, ese, or help to valew of on grote, sauyn [deleted in MS]g at Calcot Hall whane he [deleted in MS] and hes brothir kept it on day ageyns Debenha [deleted in MS]m, and yet was it at iij þe coste that euer Debenham sones put hym to;

Essa é uma das cartas mais rígidas de John Paston I em relação ao comportamento do filho, em um momento em que a relação entre ambos estava bastante estremecida. Por outro lado, nos permite entrever as expectativas que eram geradas em relação aos filhos tanto da nobreza e da *gentry* quanto daqueles mais pobres. Nos trechos grifados, John I foi claro em apontar que um filho deveria dar aos pais algum tipo de retorno financeiro e ajuda, sobretudo no caso dos senhores de posse, além da expectativa de um comportamento polido que não era reconhecido no primogênito. Os filhos homens deveriam prover pela família e garantir benefícios, aspectos que John II estava longe de conquistar. Por outro lado, seu comportamento foi duramente criticado por se dedicar ao lazer e aos confortos do corpo, o que não era louvável a nenhum cristão. John Paston II não se comportava como um senhor deveria: não tinha provisões, não se ocupava com nada e tampouco entendia questões que um homem de seu estatuto deveria entender. Ao mesmo tempo, falhou em trazer benefícios à família e o único bem que havia conseguido manter, o fez a grande custo e desonra. Comportava-se como o oposto do que um homem da *gentry* deveria.

Percebemos nessas cartas que muitas das características associadas a homens ou mulheres pela família Paston e seu núcleo mais próximo foram contingenciais. Ou seja, esses atributos dependiam da ocasião, do sujeito e dos interesses que mediavam a relação deles com os Pastons. Em diversos casos, foi a tentativa de estabelecer alianças que moldou a perspectiva da família em relação a diferentes homens e mulheres, atribuindo a eles elogios genéricos de virtude, sabedoria e comedimento. Essas virtudes eram, de certa maneira, elementos que transcendiam as diferenciações de gênero na medida em que deveriam ser alcançadas por todos os cristãos - por isso mesmo foram instrumentalizadas para elogiar aqueles de quem a família precisava do apoio. Em relação a essas caracterizações, a diferença de gênero dá lugar à semelhança da carne: como cristãos e seres humanos - portanto, feitos à imagem e semelhança de Deus - eram regidos pelas mesmas normas de comportamento. A temperança, o comedimento e a sabedoria apresentavam menos as separações rígidas entre masculinidade e feminilidade, apontando muito mais para um eixo comum da cristandade. Nesse caso, importava mais o compartilhamento de valores na *ecclesia* cristã do que papéis atribuídos a cada gênero<sup>153</sup>.

---

for be her policé they kepe Cotton at my cost and with the profitis of the same. Wherfor geff hem no favor tyle ye feel what he is and will be." *Grifo nosso*. John Paston I para Margaret Paston, John Daubeney e Richard Calle. 27 de junho de 1465. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:3.39?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 01 de maio de 2023.

<sup>153</sup> Essa proximidade pode ser pensada também para o sentido empregado por Richard Calle em uma carta a Margery Paston. Enviada em 1469, a carta tinha como característica as dificuldades do relacionamento entre os dois, profundamente conturbada uma vez que Richard Calle era funcionário da família Paston. Margery, filha de

Isso não significa, contudo, que distinções entre esses sujeitos não tivessem aparecido. A concepção, por exemplo, de cuidado e carinho com o outro foram utilizadas especialmente para caracterizar a tarefa de mulheres da família Paston. Ao mesmo tempo, a validade da palavra ou da tomada de decisões estavam muito mais associadas aos homens, ainda que as mulheres da família (ou próximas a ela) de fato adotassem essa posição. Isso significa que, em primeiro lugar, tais características vinculadas a *auctoritas* eram associadas a um espectro masculino, mas eventualmente determinados tipos de feminilidade poderiam se aproximar desse espectro, assumindo para si elementos de autoridade e de fala legitimada. Essa relação era possível precisamente pela característica específica do gênero no medievo que contava sobretudo com um dinamismo interno para acomodar as exigências da vida cotidiana. Diferente de um binarismo opositor e polarizado, constituía-se precisamente na mobilidade das identidades e na sua multiplicidade.

Margaret Paston foi quem marcou mais vezes a condição desigual da palavra e da autoridade entre homens e mulheres. Em primeiro lugar, ela quem havia relatado a posição de Lady Morley com a qual demos início a esse subcapítulo; foi quem havia se queixado ao primogênito de que ela não seria a mais indicada para orientar os homens em um momento de ameaça às propriedades da família; ainda, foi quem relatou ter sofrido ameaças (junto de Agnes Paston) em que sua condição de mulher foi utilizada como ofensa - situação rara entre as cartas da família.

Esse caso teria ocorrido ainda em 1448 quando James Gloys, capelão da família, teria se envolvido em uma briga com John Wymondham, sujeito vinculado ao senhor Moleyns que à época mantinha rivalidade com John Paston I. A contenda teria se transformado em uma briga com espadas e facas e precisou contar com a intervenção de Margaret Paston, que havia escondido James Gloys na propriedade de sua sogra, Agnes, para protegê-lo.

“Pedi a Gloys que voltasse à casa de minha mãe e ele o fez. Então Wymondham chamou minha mãe e eu de grandes vagabundas e (...) [nós]

---

Margaret e John Paston I, havia se apaixonado por Calle a despeito da oposição familiar. Enquanto o sentimento de amor era associado a Margery assim como a tristeza pela separação forçada de ambos, Calle caracterizou a si mesmo como alguém que também recolhia para si o sofrimento de Margery como forma de protegê-la: “Entendo, senhorita, que você teve tanto sofrimento por mim quanto qualquer dama já teve nesse mundo; como faria Deus, todo o sofrimento que você teve recaí sobre mim para que você possa ser libertada dele, pois é para mim, senhorita, como uma morte ouvir que você tem sido abordada diferentemente do que deveria. Essa é uma vida de sofrimento que nós levamos” (“I undrestende, lady, ye have hadde asmoche sorwe for me as any gentelwoman hath hadde in the worlde, aswolde Godd all that sorwe that ye have hadde had rested upon me, so that ye hadde be discharged of it, for I wis, lady, it is to me a deethe to her that ye be entreded other wise thene ye ought to be”. Richard Calle para Margery Paston, 1469. DAVIS, op. cit., p. 178). A condição enamorada de ambos tornou a relação com o sofrimento particular: não se trata apenas da tarefa de *dama* somente, mas também de apaixonados. Nesse ponto, parece comum às mulheres o sofrimento (não na mesma intensidade, ressalvou ele), na mesma medida em que é para os apaixonados.

dissemos que ele mentia, como o patife grosseiro que ele era. E ele lançou muitas outras palavras ofensivas que você ouvirá depois de minha boca”<sup>154</sup>.

A situação foi contornada com apoio do prior de Norwich a quem Margaret e Agnes Paston recorreram. Apesar da ofensa explícita direcionada às duas mulheres, não há outros casos semelhantes relatados nos documentos. Agnes Paston foi rechaçada publicamente quando disputava a construção de um muro nos limites de sua propriedade, mas mesmo então não foi chamada de *hore* (*whore*)<sup>155</sup>. Ainda assim, é significativo que tenha ocorrido. Embora as concepções de gênero entre as mulheres da *gentry* inglesa não fossem idênticas às do clero, isso não significou que as construções misóginas sobre o feminino não ecoassem em suas rotinas. Nesse caso, a vinculação das mulheres à lascívia e ao descontrole do corpo é refletida na ofensa lançada a Margaret e Agnes Paston, atingindo não apenas sua condição de gênero mas também a posição social que ocupavam como membros da *gentry*. Ao chamá-las de *hore*, Wymondham havia insultado o status da família e as mulheres como sujeitas ao pecado da carne.

Houve também um reflexo dessas diferenças na carta que Margaret Paston escreveu ao primogênito em 1467 a respeito da proteção de Caister, propriedade da família: “Você sabe bem que tive medo antes desse momento, quando eu tinha mais conforto do que tenho agora. E eu não posso guiar bem nem reger soldados, e também eles não seriam regidos por uma mulher como seriam por um homem”<sup>156</sup>. Aprofundaremos esse trecho em outros capítulos, mas pontuamos desde já a compreensão em Margaret da diferença de lugares que poderiam ser ocupados entre homens e mulheres. Ainda que as condições diárias exigissem maior flexibilidade nessas limitações, sobretudo em um contexto de conflito, isso não significou a absoluta dissolução da ideia de um feminino submisso promulgado sobretudo pelo discurso clerical.

Ao mesmo tempo, precisamos considerar os diferentes lugares de feminilidade. A mulher viúva vivia em um espectro feminino distinto daquelas que ainda fossem casadas, em

---

<sup>154</sup> “I bad Gloys go in to my moderis place ageyn, and so he dede. And thanne Wymondham called my moder and me strong hores, and (...) e seid he lyed, knave and charl as he was. And he had meche large langage, as ye shall knowe her-after by mowthe”. Margaret Paston para John Paston I, 19 de maio de 1448. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.6?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

<sup>155</sup> Na ocasião, a dita esposa de Harman teria falado para Agnes: “Que todos os demônios do inferno arrastem a alma dela para o inferno por causa da estrada que ela fez!” [“All þe deuylls of hell drawe here sowle to hell for þe weye þat she hat mad!”]. Agnes Paston para John Paston I, 8 de novembro de 1451. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.11?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 15 de maio de 2023.

<sup>156</sup> “but ye wote wele that I have ben affrayd ther befor this tyme, whan that I had other comfort than I have now, and I can not wele gide ner rewle sodyours, and also thei set not be a woman as thei shuld set be a man”. Margaret Paston para John Paston II, 11 de julho de 1467. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.76?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 17 de maio de 2023.



especial quando mantinham a viuvez sem optar por novos casamentos. Em geral, essa posição garantiu a mulheres como Agnes Paston ou Elizabeth Clere um grau maior de autoridade do que quando eram casadas. “Em geral”, pois em alguns momentos a posição delicada de sua feminilidade enfrentou questionamentos diretos de terceiros. Foi o caso relatado por Elizabeth Brews a John Paston III em 1488. De acordo com sua carta, havia um conflito que estava inquietando mulheres viúvas de sua região: “Filho, nós damas e senhoras desse condado que somos viúvas estamos sendo fortemente perturbadas pelo Bispo de Chester, que pede de nós mais do que podemos pagar e isso é conhecido por Todo-Poderoso Jesus, que tem você em sua abençoada proteção”<sup>157</sup>. A queixa de que estariam sendo vítimas do bispo é atrelada à condição de mulheres viúvas. Nesse caso, a ausência de um marido é que as colocou em situação de vulnerabilidade para negociar com um bispo. Embora tivessem autoridade sobre suas propriedades, por vezes a viuvez foi condição de atrito com terceiros e condição que exigia reforço constante da própria autoridade<sup>158</sup>.

Se apontamos a associação de virtudes às mulheres, por outro lado foi Margaret Paston quem apresentou também ações negativas em relação a elas. Por exemplo, quando alertou sobre o processo iniciado por uma mulher contra seu filho, ao mesmo tempo em que justificou a medida ao alegar que essa mulher teria sido mal aconselhada por terceiros. Precisamos apontar que a recepção de conselhos ou a atuação junto deste não era uma exclusividade das mulheres - Margaret Paston mesma já havia apontado em outras ocasiões homens que receberam conselhos para agir<sup>159</sup>. No entanto, foi em relação às mulheres que essa medida foi instrumentalizada como forma de justificar suas ações. Tanto Lady Morley quanto a mulher a quem Margaret se referiu como má-orientada agiram de forma contrária aos interesses da

---

<sup>157</sup> “And, son, we ladys and jentil women in this contrey that is wedows, be sore trobyld with the Bysshop of Chester, 104.1 and haskith of us more than we may pay, and that knowith All myghty Jesu, Who have you in His blyssed keypyng”. Elizabeth Brews para John Paston III, por volta de 1488. Ver: GAIRDNER, J. (Ed.). *The Paston Letters*. Volume 6.1. New Complete Library Edition: Project Gutenberg, 2013, p. 126; WATT, op. cit. p. 123.

<sup>158</sup> Interessante pensarmos como, também no século XV, Christine de Pizan relatou a condição de mulheres viúvas, em especial diante de processos jurídicos contra elas: “mulheres ricas frequentemente encontram problemas porque as pessoas tentam inibi-las de suas riquezas” (“rich women often have trouble because people try to relieve them of their wealth”, PIZAN, C. *Treasure*, p. 140). As pessoas já não seriam mais amigáveis, disputando por suas terras e com “linguagem abusiva de pessoas que, na natureza das coisas, estão inclinadas a atacar você, de modo que você dificilmente consegue fazer qualquer coisa sem que as pessoas encontrem algo para criticar” (“abusive language of people who in the nature of things are inclined to attack you, so that you can hardly do anything without people finding something to criticize”, *ibid.*).

<sup>159</sup> John Paston I, por exemplo, escreveu à esposa em 1465 a respeito da contenda com o duque, afirmando que mostraria evidências de seu direito sobre as terras da família, acreditando que o duque teria tido um mau conselho ao decidir invadir Drayton. Ver: John Paston I para Margaret Paston, 13 de julho de 1465. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:3.40?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 03 de maio de 2023. Em 18 de agosto de 1465, Margaret escreveu uma carta ao marido falando também sobre como havia conversado com o xerife em relação a alguns procedimentos legais. Margaret descreveu que o xerife tomaria conselho de homens letrados para saber o que poderia fazer a favor do caso.

família. Em que medida, nos questionamos, elas fizeram uso dessa fragilidade em relação à autoridade para benefício próprio? A flexibilidade das dimensões de gênero não permitiria precisamente essa instrumentalização?

Nas negociações intermediadas por Margaret Paston, a senhora Morley teria argumentado:

"Ela disse que era apenas uma mulher, por isso precisava agir de acordo com o seu Conselho [grupo de pessoas cuja função era sugerir determinadas ações], e o Conselho dela a orientou e assim ela disse que o faria. Então pedi a ela novamente que esperasse até que você viesse para casa e falei que acreditava firmemente que você o faria o que fosse adequado quando estivesse em casa. E se você pudesse ter certeza que aquilo pertenceria a ela por direito legal, falei que eu sabia bem que você pagaria de boa e justa vontade e disse a ela que você havia procurado por documentos em relação a isso e que não havia encontrado nenhum"<sup>160</sup>.

Nesse caso, a senhora Morley não parecia inclinada a esperar ainda mais tempo em suas negociações para que John Paston I voltasse à casa e conversasse pessoalmente com ela. A justificativa de que havia sido orientada a agir antes era uma alternativa polida o suficiente para interromper o processo e evitar o prolongamento dele até a chegada de John I. A senhora Morley poderia agir de forma contrária ao Conselho que a havia orientado, mas optou por não fazê-lo: as mulheres não estavam condicionadas de forma absoluta a esse tunelamento externo. Durante a prisão de John Paston I em Fleet, por exemplo, ele havia aconselhado sua esposa a agir de determinada maneira em relação às disputas por propriedades, no entanto as circunstâncias exigiram de Margaret uma atitude diferente daquela que havia sido sugerida<sup>161</sup>. Poderíamos imaginar que a palavra do marido teria mais autoridade sobre as ações de uma mulher do que um conselho como de lady Morley, sobretudo no período de viuvez como era o caso. Apesar disso, Margaret Paston pôde romper com a orientação de John I quando considerou ser a melhor ação a tomar. Se era possível ignorar os conselhos do marido, por que não de um Conselho? A senhora Morley *poderia* tê-lo feito se quisesse, se entendesse que era o melhor caminho; no entanto, acatou a orientação dada a ela. Nesse caso questionamos: havia

---

<sup>160</sup> "and sche seyð sche was but a woman, sche must don be here cownseyl, and here cwnseyle had avysyd here, and so sche seyð sche wyld do. þan I prayd here a3yn þat sche wuld teryn tyl 3e kom hom, and I seyð I trostyð veryly þat 3e wuld don qhan 3e kom hom as jtt longyth to 3w to don; and jf 3e myth have very knowleche þat sche awyth of ryth for to have jtt, I seyð I wyst wel þat 3e wuld pay jt wyth ryth gode wyl, and told here þat 3e had sergyd to a fownd wrytyng þer-of and 3e kwd non fynd in non wyse". Margaret Paston para John Paston I, abril de 1448. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.5?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 10 de maio de 2023.

<sup>161</sup> "your counceyl aviced me to gete a felaschip to kepe my place at Heylesdon, for it was told me that they schuld come and pulle me out of the place, weche cauced me to kepe the place the strengre at that tyme". Margaret Paston para John Paston I, 7 de agosto de 1465. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.66?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 15 de maio de 2023.

uma submissão do feminino à autoridade masculina ou a senhora Morley instrumentalizou essa concepção comum ao gênero para agir como gostaria em primeiro lugar?

Em 1472, bastante tempo depois da situação com Morley (ocorrida em 1448), Margaret Paston enviou uma carta a John III a respeito de negócios entre ele e outra mulher que permanece anônima na carta: “Eu o saúdo e o envio as bênçãos de Deus e as minhas, deixando-o saber que a mulher que fez o apelo contra seu irmão e seus homens está vindo a Londres para visitá-lo. (...) Ela recebeu maus conselhos e isso é claro”<sup>162</sup>. O problema dessa mulher não estava na sua condição ontológica de quem não é capaz de tomar a palavra; pelo contrário, o fato de estar submetida a conselho de terceiros é que explicaria a má conduta. Esse fenômeno não era exclusivo às mulheres na percepção de Margaret, mas é significativo como o mesmo gênero que poderia ser flexionado para agir com autoridade em alguns instâncias, era também o que possibilitava dinâmicas sociais opostas em outras. Nesse caso, gênero enquanto discurso permitiria também o uso do que aparentemente seria violento às mulheres para beneficiá-las em outras esferas.

A possibilidade que levantamos a respeito das diferentes dimensões do feminino pode ser pensada sobretudo pelo que Margery Paston escreveu ao marido, John III, em 1481. Ao contrário do que Margaret havia pontuado, sua nora sugeriu que a palavra de uma mulher valeria mais do que de muitos homens - não só escapando à condição submetida a uma autoridade masculina, como reinvertendo essa posição:

"Ainda, senhor, no último sábado falei com meu primo Gornay e ele disse que se eu fosse até minha senhora de Norfolk e pedisse sua boa graça para ser sua boa e graciosa senhora, ela seria; pois ele disse que a palavra de uma mulher faria mais do que a de vinte homens, se eu pudesse governar minha língua e não falar nada de ruim sobre meu tio. E se você me mandar fazê-lo, acredito que não direi nada para desagradar minha dama, mas apenas para seu benefício!"<sup>163</sup>

O testemunho de mulheres no medievo não valia mais do que o de homens, mas sua intervenção diante de *outra* mulher poderia ser benéfica para a família. Ainda que limitado a

---

<sup>162</sup> “Grete you wele, and send you Godds blyssyng and myn, letyng you wete that the woman that sewyth the appell ageyn your brother and his men is comyn to London to call ther up on. (...) She hath evill councell, and that wull see you gretely uttered”, a carta segue: “and that ye may understand be the money that was take her whan she came up, and ye shuld fynd it, I knowe it wele, if ther myght have you at avauntage”. Margaret Paston para John Paston III, 05 de fevereiro de 1472. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.92?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 15 de maio de 2023. (ver também em GAIRDNER, J. (Ed.). *The Paston Letters*. Volume 5. New Complete Library Edition: Project Gutenberg, 2013, p. 147-148)

<sup>163</sup> "Item, ser, on Saturday last past I spacke wyth my cosyn Gornay, and he seyde if I wold goo to my lady of Norffolk and besech hyr good grace to be youre good and gracyous lady, she wold so be; for he seyde that on word of a woman shuld do more than the wordys of xx men, yiffe I coude rewyll my tonge and speke non harme of myn vnkyl. And if ye comaund me for to do, I trist I shuld sey nothyng to my ladys displeasure, but to youre profyt". Margery Paston para John Paston III, 4 de novembro de 1481 provavelmente. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:14.4?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

um universo de feminilidades, é considerável que a fala feminina fosse associada aqui a algo não apenas positivo mas talvez essencial para os interesses da família e seu fortalecimento. Diferente do que o clero havia construído sobre o tema sobre uma fala perigosa, descontrolada e frequentemente desimportante (*fofoca*), Margery sugere o oposto: sua intervenção seria controlada (não falaria mal do “tio”, William Paston II, com quem o marido disputava a herança de propriedades); sua fala também não seria desimportante como a fofoca trocada entre mulheres no espaço doméstico e reduzida a ele: ao contrário, seria fundamental para angariar apoio político e tecer algum grau de proteção aos interesses do marido, impactando diretamente nas relações de poder da *gentry* local. Se a noção de feminilidade elaborada pelo discurso clerical - que tentava consolidar-se como hegemônico e natural - recusava a enunciação feminina, entre as próprias mulheres poderíamos encontrar perspectivas diferentes. Em outro capítulo, apontaremos diversas ocasiões em que as mulheres Paston foram mediadoras de conflitos em nome da família, evidenciando esse olhar distinto sobre a feminilidade.

Embora as menções ao feminino e ao masculino não tenham sido abundantes nas cartas da família Paston - o que já nos sugere seu local de importância para as dinâmicas familiares - , esses exemplos nos permitem pontuar alguns aspectos sobre gênero. Em primeiro lugar, a associação de virtudes e de um comportamento moderado esteve presente em ambos: homens e mulheres. Como parte de uma única comunidade cristã, a virtude deveria ser almejada por todos. Diversas pesquisas apontaram como o tipo de virtude poderia sim se diferenciar entre homens e mulheres, mas sobretudo para os casos de santidade. Mulheres eram mais frequentemente virgens, por exemplo, e só se tornaram mais frequentes na literatura cristã a partir do século XIV. Se por um lado a virgindade poderia ser um aspecto mais formalmente vinculado ao feminino, a humildade e a sabedoria apareceram para ambos os gêneros nas documentações da família Paston.

### **Guerra e gênero: quantos gêneros, sexos e carnes existiram no campo inglês do século XV?**

Jacqueline Murray publicou um capítulo cujo título foi *One Flesh, Two Sexes, Three Genders*<sup>164</sup> - uma referência a obra de Thomas Laqueur e a teoria de sexo único no medievo. Murray foi perspicaz em perceber uma diferença que escapou a Laqueur: sexo e carne. Na cristandade, existiu uma concepção de unidade que não foi necessariamente a do sexo, mas da

---

<sup>164</sup> MURRAY, J. “Chapter 2 One Flesh, Two Sexes, Three Genders?”. In: BITTEL, L. M.; LIFSHITZ, F. *Gender and Christianity in Medieval Europe: New Perspectives*. The Middle Ages Series. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 2008, pp. 34-51.

*carne*. Na narrativa bíblica do Gênesis, Deus teria criado o homem e a mulher à sua imagem e semelhança; na sequência, a concepção de que Deus teria criado Adão do barro e Eva das costelas de Adão. A primeira, apresenta uma co-criação cuja semelhança a Deus torna-os parte de uma única essência divina, conseqüentemente uma única carne “capaz de *manifestar* dois sexos”<sup>165</sup>.

Isso significou a possibilidade de perspectivas que entendiam tanto homens quanto mulheres como parte de uma única matéria produzida por Deus. A tradição aristotélica sobre sexo teria reforçado sobretudo a segunda parte do Gênesis, a de que Eva seria fruto de Adão, possibilitando leituras mais hierárquicas entre ambos<sup>166</sup>. No entanto, ainda assim foi Aristóteles quem defendeu a concepção de um ser cuja causa de criação era não somente a matéria, como também a forma - a respeito da qual, na narrativa bíblica, homens e mulheres teriam compartilhado entre si pela criação à semelhança de Deus. Dentre os concílios realizados para debater a questão nos séculos VI e VII, a conclusão geral teria sido a respeito da semelhança espiritual de homens e mulheres a Deus - que, no entanto, não se refletia nas diferenças biológicas, de sexo. Para Murray, “ao invés de um binarismo de masculino e feminino, a carne única criou uma tríade entre homens, mulheres e Deus”<sup>167</sup>. Enquanto os corpos foram diferenciados a partir do sexo (marcas biológicas de diferenciação significadas culturalmente) e também a partir do gênero (entendendo-o como as performances elaboradas sobre e a partir dos corpos), havia uma unidade de pertencimento cristã: a unidade da carne em relação a Deus.

A perspectiva de Murray nos permite entender como tanto homens quanto mulheres foram associados (e deles, exigido) a um comportamento de sabedoria, seriedade e discrição. Nesse ponto, uma só carne os submetia às mesmas exigências cristãs. Por outro lado, a elaboração do sujeito medieval era permeada também pelo gênero<sup>168</sup>, motivo porque as diferenciações estiveram presentes também. Às mulheres, o cuidado com o outro apareceu de forma mais recorrente, mesmo no papel de intermediárias para conflitos familiares. A dama cuja função é reconfortar seus funcionários e arrendatários não encontra equivalente entre os homens - o mais perto que observamos disso foi em caso de enamorados, como Richard Calle, que tentavam provar seu amor à mulher amada. Nesse caso, não são cuidados com o outro

---

<sup>165</sup> “(...) capable of manifesting two sexes” (MURRAY, op. cit., grifo nosso).

<sup>166</sup> “They melted together (...) and arranged hierarchically, with women placed firmly in the subordinate position - physically, mentally, and morally well below their male superiors. The important question for medievalists is how these ancient philosophical, biological, and medieval ideas (...) meshed with Christian theology” (Ibid., p. 40). Ver também a obra *Metafísica* de Aristóteles.

<sup>167</sup> “Rather than a binary of male and female, one flesh created a triad between men, women, and Good” (ibid, p. 51).

<sup>168</sup> Nesse ponto, discordamos da concepção de *três* gêneros de Murray. Esse ponto será importante para o argumento do capítulo, de modo que o abordaremos mais à frente.

como uma função que devem desempenhar, mas apenas na medida em que o sujeito em questão os fosse querido.

Por outro lado, a função de prover para a família (não indiretamente por meio de casamento, mas de forma imediata, ativa) foi atribuída aos filhos homens - especialmente o primogênito, John II, que falhava em desempenhar esse papel. Além da provisão de benefícios à família, couberam aos homens orientar outros homens em um contexto de conflito (ou seja, uma orientação no seu campo mais bélico) e a orientar sobre questões financeiras por meio de conselhos. No entanto, ressaltamos como essa atribuição não era tão rígida quanto se possa imaginar aqui. Se o conselho sobre finanças coube a diferentes grupos de homens, sua orientação foi seguida quando foi conveniente fazê-lo - a exemplo do contraste entre a senhora Morley e a própria Margaret Paston durante a prisão de seu marido. De forma semelhante, Margaret havia se queixado de não poder orientar os homens da mesma forma que outro homem o faria; entretanto, sabemos que em 1448 ela foi a responsável por proteger a propriedade de Gresham de um cerco militar - promovido, por acaso, pelo até então vivo lorde Morley. A função cabia ao masculino, exceto quando as circunstâncias exigiam diferente.

Esses aspectos nos permitem entender a particularidade do gênero no medievo enquanto um campo no qual os sujeitos elaboram suas identidades e dão sentido ao mundo. Diferentemente de polaridades monolíticas, fixadas por fronteiras bem delimitadas sobre o corpo e a atuação no mundo, o gênero no medievo deve ser pensado sobretudo como um espectro no qual diferentes possibilidades se constituíam entre os referenciais de masculino e feminino. Em primeiro lugar, eram diversos os tipos de feminilidade e de masculinidade ideais: dependiam, por exemplo, do estatuto matrimonial e religioso do sujeito. Em segundo lugar, funcionavam de forma mais fluida para se adequar às diversas necessidades políticas e econômicas das famílias. Dentre a *gentry*, a rigidez dos papéis de gênero poderia levar uma família à ruína: foi Margaret, por exemplo, quem assumiu um papel de autoridade sobre as propriedades quando seu marido esteve preso. Na ocasião, John I havia sido aprisionado em Fleet por causa de disputas relacionadas às terras que havia herdado de John Fastolf, para quem havia trabalhado por alguns anos, e sobre as quais seus adversários queriam posse.

Essas necessidades se tornaram especialmente urgentes em um contexto como o da Inglaterra no século XV. Para entendermos a fluidez permitida em relação aos significados atribuídos a feminilidade e a masculinidade, precisamos ter em mente o momento particular vivido pelos Pastons. Em termos políticos, a Inglaterra vivia um momento de profunda turbulência e instabilidade: a Guerra dos Cem Anos, começada no século anterior, ainda trazia impactos para o país e diretamente para os Pastons. Não apenas exigia um enorme custo

financeiro, como também um custo humano: os filhos de Margaret Paston chegaram a ser enviados para Calais por conta do conflito. Além disso, a guerra das Duas Rosas atingia fortemente a nobreza e a *gentry* inglesa, envolvida de forma direta no conflito entre as famílias York e Lancaster<sup>169</sup>. Novamente, os filhos de Margaret participaram de forma direta dessas disputas, na ocasião aliados aos Lancasters, motivo porque precisaram receber perdão régio. As disputas internas pelo trono geraram profunda instabilidade política na Inglaterra e, para alguns/as pesquisadores/as, foi uma das razões pelas quais cresceu o número de ataques a propriedades no período. A falta de poder monárquico para estabelecer ordem e coagir conflitos teria sido um dos motivos porque nobres passaram a atacar terras uns dos outros, aproveitando o período de fragilidade para aumentar o próprio poder. Nesse sentido, os Pastons foram diretamente atingidos, uma vez que tiveram suas terras ameaçadas pelos duques de Suffolk, de Norfolk e homens vinculados a eles - como o lorde Moleyns e William Yelverton.

A instabilidade política foi alimentada também pelas revoltas populares que estouraram no final do século XIV e início do século XV. Em 1381, por exemplo, a Inglaterra foi mobilizada pela revolta de Wat Tylor - ou simplesmente “Revolta de Camponeses” - que marchou até Londres e gerou instabilidade política e insegurança entre a elite inglesa do período<sup>170</sup>. Nesse caso, o conflito com uma agenda política mais ampla (que não havia sido motivada por desavenças pontuais entre senhores feudais, por exemplo) não deixou de ter impacto sobre as contendas locais. A atuação da família Stathum em Derbyshire estaria relacionada ao controle que tinham sobre propriedades junto a John de Gaunt e teria sofrido impactos da revolta<sup>171</sup>.

Em 1450, por sua vez, a revolta liderada por Jack Cade foi o que gerou turbulência na sociedade local e ficou reconhecida como uma resposta às frágeis políticas monárquicas e à incompetência da Coroa inglesa diante dos conflitos com a França. A rebelião começou em

---

<sup>169</sup> Rowena Ross pontuou como o conflito, na verdade, era fruto de uma mesma linhagem vinda de Eduardo III. A autora segue uma análise historiográfica que viu no reinado de Henrique VI o berço de uma desordem entre a nobreza por sua inabilidade de governo. Ver: ROSS, R. *Literary References in the Paston Letters to the characters in Shakespeare's King Henry VI*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Inglês, Kansas State College, 1954.

<sup>170</sup> A revolta ficou popularizada por esse nome, sobretudo graças à historiografia marxista que viu na rebelião um ponto de antítese ao poder nobiliárquico, sobretudo motivado por camponeses - reflexo, também, dos cronistas medievais que associaram a revolta ao povo do campo, iletrado e ignorante. No entanto, a revolta contou com uma participação mais plural do que isso: membros das cidades com cargos importantes como de *bailiff* (oficial de justiça) e membros da própria *gentry* teriam se envolvido na revolta. As motivações que levaram à tomada da cidade de Londres e mobilizações no resto da Inglaterra estavam ligadas à frustração com os altos impostos, os costumes opressivos de senhores proprietários de terras, uma legislação sobre o trabalho profundamente punitiva, sem contar a corrupção e a extorção praticada pelos oficiais. Ver: BARKER, J. *1381: The Year of the Peasant's Revolt*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

<sup>171</sup> “To dismiss the uprising in York as a ‘squalid and obscure municipal quarrel, which had obviously no relation to the general causes of the rebellion’ is to suggest that it was irrelevant”. Ibid, p. 15.

Kent e marchou até Londres, obrigando o rei a recuar, e foi explicada pela historiografia sobretudo por suas motivações políticas - os manifestos públicos elaborados pelos revoltosos contribuiu para essa leitura, em que pontuavam abusos administrativos e propostas de remover conselheiros que consideravam inaptos<sup>172</sup>. Alguns desses pontos seriam importantes para a erupção da guerra das Duas Rosas e a disputa pelo trono, ao mesmo tempo em que sugeriu a importância da lealdade entre os grupos armados e os poderes locais<sup>173</sup>. Mesmo depois da captura e derrota de Jack Cade, os homens envolvidos na revolta teriam continuado a se reunir, especialmente em Sussex.

No entanto, as questões econômicas também podem ter tido um impacto profundo na revolta e na vida da família Paston. No início do século XV, os novos conflitos voltados para a Guerra dos Cem Anos teriam servido de incentivo para a economia pastoral; no entanto, esse progresso começou a declinar na metade do século com uma recessão econômica causada por diversos motivos. Segundo Mavis Mate, uma das razões para a queda na economia foi o próprio declínio populacional causado pelos rompantes da peste e outras doenças<sup>174</sup>. Isso levou à redução de arrendamentos (e conseqüentemente do pagamento lucrado sobre eles) e terras desocupadas. A queda de preços também teria sido um problema nas vendas, assim como a diminuição da circulação de ouro e prata na Inglaterra. Para contornar a situação, alguns proprietários de terras teriam passado a fazer contratos diários por um pagamento mais baixo. A queda de preços esteve relacionada também à oferta maior de produtos do que o mercado conseguia absorver - sobretudo interno, uma vez que o mercado externo não conseguia expandir. O comércio de lã, por exemplo, sofreu impacto direto na redução de vendas - produto vendido pela família Paston e sobre o qual Margaret havia se queixado para o marido<sup>175</sup>.

A metade do século XV até meados do XVI foi um período instável politicamente, também pela forma com que a Coroa havia estruturado sua organização interna. O Parlamento se ocupava frequentemente de contendas locais, enquanto a política externa se concentrava em expandir as fronteiras em direção à França (embora também precisava ter atenção na Irlanda e

---

<sup>172</sup> MATE, M. "The economic and social roots of medieval popular rebellion: Sussex in 1450-1451". *Economic History Review*, v. XLV, n. 4, 1992, pp. 661-676.

<sup>173</sup> BOHNA, M. "Armed Force and Civic Legitimacy in Jack Cade's Revolt, 1450". *The English Historical Review*, v. 118, n. 477, jun. 2003, pp. 563-582.

<sup>174</sup> MATE, op. cit.

<sup>175</sup> "Thomas Bone hath solde all yowyr wole her for xx d. a stone, and goode swerté fownd to yow ther-for to be payid a Myhellmas next comyng; and it is solde ryth well aftyr þat the wole was, for the moste part was ryte febyll". Margaret Paston para John Paston I, 21 de outubro de 1460. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.31?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 28 de abril de 2023.



na sucessão escocesa ao trono)<sup>176</sup>. A pulverização local pode ser pensada também em relação aos motivos que levaram à eclosão da Guerra das Duas Rosas: em partes, o conflito refletia uma rivalidade entre a elite do sul da Inglaterra (que costumava ocupar os cargos do Parlamento e de onde vinham as linhagens reais) e o norte que se via indiferente aos olhos da Coroa<sup>177</sup>.

Reforçamos como, nesse contexto, a flexibilidade nos papéis de gênero era fundamental. John Paston I precisava constantemente se ausentar das propriedades para resolver questões jurídicas em Londres; ao mesmo tempo, teria sido preso em mais de uma ocasião por enfrentar sujeitos aliados ao rei<sup>178</sup>. Margaret não só poderia assumir uma feminilidade distinta na ocasião, como precisava fazê-lo para preservar as finanças da família (assumindo diretamente a venda de madeira ou malte, por exemplo, e a administração dos bens). Mesmo que ainda não fosse viúva, a ausência do marido a colocava em uma posição de feminilidade semelhante de forma que a maior autoridade das terras passava a ser ela. Ficava a seu encargo o recolhimento de impostos, a orientação dos funcionários e a preservação mesmo defensiva contra ataques de adversários políticos.

Por outro lado, a possibilidade de viuvez não era tão distante das mulheres naquele período. A peste bubônica havia atingido a Inglaterra com força em 1348, mas não havia desaparecido: em novembro de 1471, Margaret mencionou a presença da peste na Inglaterra e em 1479 uma doença (que, pela extensão apresentada nas cartas da família, podemos presumir que fosse a peste bubônica ou outra similar) levaria a vida de Agnes, Walter e John Paston II - sogra e filhos de Margaret Paston, respectivamente.

A peste teve um impacto direto sobre a vida das mulheres na Inglaterra. A falta de mão de obra e a crise econômica que se instauraram nesse contexto foi uma razão apontada para explicar a mudança em relação às mulheres na economia<sup>179</sup>. Por um lado, estiveram mais presentes no comércio do que em períodos anteriores; por outro lado, a remuneração recebida por elas também aumentou nesse contexto. Se podemos considerar este um período de melhoria real na condição feminina ou se foi apenas um período de inflexão passageiro, não é nosso

---

<sup>176</sup> Steven Ellis concordou com W.T. MacCaffrey em relação à descentralização política da Coroa: “England consisted of ‘numerous complex local societies which were only loosely held together by the authority of the Crown’”. ELLIS, S. “Crown, Community and Government in the English Territories, 1450-157”. In: *Third Conference on the Formation of the English State, abril de 1984, St Peter’s College*. Comunicação. Oxford, 1984, p. 189.

<sup>177</sup> Ibid.

<sup>178</sup> GIES, F., GIES, J. *Women in the Middle Ages: the lives of real women in a vibrant age of transition*. Nova Iorque: HarperCollins, 1978.

<sup>179</sup> BENNETT, J. *Ale, Beer, and Brewsters in England. Women's Work in a Changing World, 1300-1600*. New York and Oxford: 1996. GOLDBERG, JP. J. *Women, Work and Lifecycle in a Medieval Economy: Women in York and Yorkshire, 1300-1525*. Oxford: 1992. Esse debate é mencionado também por Miri Rubin (RUBIN, op. cit).

objetivo apontar aqui. O importante é considerarmos que havia uma mudança nas possibilidades de atuação das mulheres durante o período em questão, o que pode nos ajudar a compreender a flexibilidade das categorias de masculino e feminino. Diante da morte massiva de pessoas, a rigidez dos papéis de gênero teria dificultado ainda mais a sobrevivência familiar. As mulheres assumiam uma participação econômica maior não porque *precisavam* fazê-lo - de modo que o significado atribuído à feminilidade precisaria acompanhar essa necessidade.

Não podemos ignorar, por outro lado, o período conturbado em relação à religiosidade na Inglaterra. O início do século XV foi marcado por uma perseguição contundente às heresias, sobretudo lolarda cujo foco de atuação era precisamente na região de Norfolk onde vivera a família Paston. John Wycliffe (c. 1328-1384), principal liderança do movimento reformador, havia sido um intelectual ligado à Universidade de Oxford e que havia iniciado uma querela teológica com William de Ockham<sup>180</sup>. A perspectiva de Ockham estava em conflito com o olhar de Wycliffe e sua perspectiva agostiniana, motivo pelo qual o reformador havia começado a ganhar apoiadores. A partir de 1376, contudo, as concepções wycliffianas tornaram-se alvo de suspeita por desafiar alguns aspectos da ortodoxia cristã - naquele ano, um clérigo enviado à cúria papal teria solicitado cópias dos textos de Wycliffe na abadia de Westminster, possivelmente alimentando a represália papal de 1377<sup>181</sup>. Cinco anos depois, as ideias de Wycliffe foram oficialmente condenadas e antigos colegas de Oxford retiraram o apoio público a ele.

Apesar da exclusão de Wycliffe desses espaços, suas concepções ganharam força através de seguidores que ficaram conhecidos como “lolardos”. Essa extensão teve como resposta reações ainda mais rígidas contra o movimento, sobretudo com a publicação do *De Haeretico Comburendo* de 1401, aprovado pelo parlamento inglês e que estabelecia a pena de morte para aqueles considerados hereges<sup>182</sup>. Naquele ano, houve a primeira condenação à fogueira de um sujeito acusado como lolardo, William Sawtre. O principal nome dessas perseguições na Inglaterra foi Thomas Arundel, arcebispo de Canterbury, que acusou inclusive

---

<sup>180</sup> WINDEATT, B. A. “Introduction”. In: KEMPE, Margery. *The Book of Margery Kempe*. 3. ed. Traduzido por B. A. Windeatt. London: Penguin Books, 2004.

<sup>181</sup> Na ocasião, o papa Gregório XI lançou cinco bulas papais contra os ensinamentos de Wycliffe, convocado para responder sobre as acusações diante de diferentes bispos em Londres. Embora suas ideias perdessem espaço no meio universitário, entre leigos Wycliffe ainda garantia certo apoio - caso do plantageneta John Gaunt, pai do futuro rei Henrique IV. A acusação em concílio de 1377 teria contado com a defesa pessoal de John Gaunt aos ideais de Wycliffe, por exemplo. Ver: WILKINSON, b. *The Later Middle Ages in England, 1216-1485*. London: Routledge, 1969.

<sup>182</sup> Em 1395, a publicação de *As Doze Conclusões dos Lolardos* (composto por seus membros) teria alimentado a reação mais ostensiva contra os reformadores. Esse documento havia sido pregado nas portas da abadia de Westminster e na St. Paul’s Cathedral, ameaçando a autoridade clerical. Ver: WAGNER, J. *Documents of the Reformation*. California: ABC-CLIO, 2019.

a Universidade de Oxford de alimentar os erros heréticos em questão. Em 1417, o arcebispo liderou uma das primeiras perseguições expressivas contra os lolardos em Norfolk, quando John Oldcastle foi condenado por associar-se ao movimento. Em Norwich, 1428, três homens foram queimados publicamente por isso<sup>183</sup>.

Os erros atribuídos aos lolardos estavam na condenação ao culto de imagens e à peregrinação às relíquias, mas também no questionamento em relação aos agentes que poderiam exercer o rito dos sacramentos. Para a Igreja católica, apenas o clero secular masculino estava autorizado a realizar determinadas liturgias. Isso significava que às mulheres era vedado tal papel, limitando-as à participação no clero regular. No entanto, os lolardos argumentavam que a corrupção presente em parte do clero católico era símbolo da ausência de religiosidade vital, o que deveria impedi-los de presidir tais ritos. Se a religiosidade vital era exigência para realizar os sacramentos, isso significava, em contraparte, que as mulheres deveriam poder igualmente participar do processo: alguns defenderam a possibilidade de pregação para mulheres<sup>184</sup>. Thomas Hoccleve havia criticado exatamente a defesa de que as mulheres não deveriam ser proibidas da pregação<sup>185</sup>.

A heresia lolarda é especialmente importante para entendermos que, embora as mulheres pudessem participar de espaços sociais mais amplos durante o século XV, isso não significou uma absoluta melhoria do “feminino” como uma identidade positiva ou desejável. Embora houvesse a defesa de participação das mulheres nos sacramentos, a reação da ortodoxia cristã esteve na repressão e condenação desses ideais. Nesse ponto, não apenas a “era dourada” de mulheres pós-pestes bubônicas é posta em questão, como também podemos pensar na disparidade entre o discurso eclesiástico sobre gênero e as demais produções discursivas que o tensionavam constantemente. Enquanto o clero em grande medida entendia ser necessária e natural a hierarquia entre homens e mulheres, alguns espaços leigos divergiam dessas perspectivas e elaboravam outras possibilidades para o feminino.

Enquanto um campo de poder, o discurso sobre gênero foi permeado e entrecortado por diferentes perspectivas que, ao mesmo tempo, tentavam estabelecer sua própria hegemonia - ou, ao menos, consolidar-se como uma vertente possível. Enquanto o gênero parecia flexível

---

<sup>183</sup> WILKINSON, op. cit.

<sup>184</sup> Jane Chance. Parte da historiografia atribuiu a esse elemento a explicação para uma presença crescente de mulheres no movimento herético. No entanto, nem todas/os as/os pesquisadoras/es concordaram com essa perspectiva. Rita Copeland teria apontado como a importância do letramento (como forma de acessar as Escrituras) teria afastado mulheres do movimento. Ainda, a exclusão de ritos que eram importantes para elas (como o culto de santos e a devoção eucarística) teriam também afastado esses sujeitos que valorizavam profundamente tais ritos. Ver: RUBIN, op. cit.

<sup>185</sup> MCAVOY, L. *Authority and the female body in the writings of Julian of Norwich and Margery Kempe*. Cambridge: D. S. Brewer, 2004.

entre a *gentry* inglesa, como para a família Paston, entre a ortodoxia cristã o esforço em delimitar com clareza os espaços ocupados por homens e mulheres se afastava dessa maleabilidade. Apenas homens poderiam participar dos ritos sacramentais e a tentativa de ruptura com essa perspectiva foi punida com a morte em fogueiras.

Embora a questão lolarda estivesse fortemente presente na região em que a família Paston vivia, poucas menções foram feitas a esse respeito nas cartas. Em uma ocasião, por exemplo, John Paston III escreveu ao irmão mais velho para que Deus o mantivesse longe da “lolardia da carne”<sup>186</sup>, utilizando-a como sinônimo para heresia. A questão estivera muito mais presente para aqueles sujeitos que estavam mais diretamente vinculados à vida religiosa, como o caso da contemporânea Margery Kempe, acusada diretamente de heresia lolarda e vinculada a lideranças do movimento reformador<sup>187</sup>.

Enquanto um período de instabilidade política, social e religiosa, o momento no qual as mulheres Pastons viveram exigiu delas uma feminilidade que por diversas vezes se distanciou daquela estabelecida pela ortodoxia clerical. Ao mesmo tempo, permitiu que flexibilizassem determinados papéis, atuando com uma autoridade que nem sempre estivera disponível a elas. Se pontuamos a necessidade de mobilizar diferentes feminilidades que dessem conta das exigências práticas da família, também consideramos como isso não significou uma melhoria absoluta na condição social das mulheres e na percepção geral sobre o feminino. Gostaríamos, no entanto, de nos atermos nesse momento às concepções que pontuamos sobre a possibilidade de uma carne única, de um sexo uno/duplo e de uma diversidade maior de categorias de gênero a partir do debate historiográfico com dois autores em específico: Thomas Laqueur e Caroline Bynum.

### **Sexo uno? A dimensão do sexo, da carne e do gênero na Inglaterra do século XIV**

A identidade humana, atravessada pelo corpo sexuado, pelo gênero e (no caso medieval) pela influência divina, só pode ser compreendida na medida em que consideramos esses três campos em constituição mútua. Não podemos isolar o sexo, o gênero ou o espírito se quisermos compreender como o sujeito era elaborado no medievo e quais significados atribuía a essas diferentes dimensões de sua identidade.

---

<sup>186</sup> “God kep yow thys Lent fro lollardy of fleshe”. John Paston III para John Paston II, provavelmente março de 1468. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:10.13?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 08 de maio de 2023.

<sup>187</sup> KEMPE, Margery. *The Book of Margery Kempe. Ms. 61823*, British Library. Disponível em <[http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=add\\_ms\\_61823\\_fs001r](http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=add_ms_61823_fs001r)>. Acesso em abril de 2023.

Em relação ao gênero, pesquisadoras/es (como Jacqueline Murray<sup>188</sup>) têm defendido a possibilidade da existência de três categorias: o masculino, o feminino e o “terceiro gênero” - como é chamado genericamente para se referir a este outro campo cuja definição se dá na diferença que possui em relação aos outros dois. Em alguns casos, o terceiro gênero foi identificado com as *viragos* - mulheres virilizadas, como a etimologia da palavra sugere, cujos corpos poderiam adquirir características de macho (como barba<sup>189</sup>) ou apenas adotar uma performance masculina (como o uso de vestes atribuídas aos homens). Nem todas transicionavam propriamente, algumas tornavam-se simplesmente mais “viris” (*masculus*), sobretudo quando ultrapassavam um estágio importante de devoção religiosa. Masculinizar-se significava conquistar uma capacidade maior de se sobrepor aos desejos da carne, resistir ao desejo sexual e, em geral, tornar-se virgem, casta. Jacqueline Murray exemplifica esse caso por meio da obra escrita por Osbert de Clare sobre Ida de Barking no século XII<sup>190</sup>. A possibilidade de masculinizar-se é explicada muitas vezes pelo papel de autoridade adquirido pelas mulheres em questão<sup>191</sup>. Se nesses casos havia apenas um deslocamento da feminilidade para a masculinidade enquanto virtude, em outras ocasiões a transição era absoluta: Perpetua, mártir cristã do século III, teria descrito sua experiência visionária como um momento em que havia efetivamente se tornado homem e Christina de Markyate, no século XII, teria sido vista mais como um homem - por sua surpreendente castidade<sup>192</sup>.

Os eunucos foram colocados também no lugar outro do terceiro gênero, sobretudo aqueles que viviam em Bizâncio. Para Basil de Caesarea (m. 379), os eunucos não seriam femininos, nem masculinos, mas afeminados<sup>193</sup>. Essas representações foram utilizadas como ferramenta para perpetuar a relação hierárquica entre eunucos e a elite masculina dominante, associando eunucos à ausência de barba, imaturidade sexual, incapacidade de casamento e reprodução, além de vozes agudas<sup>194</sup>. Ao mesmo tempo, o próprio império bizantino teria sido

---

<sup>188</sup> MURRAY, op. cit.

<sup>189</sup> O crescimento de barba em mulheres no início do cristianismo era conhecido através dos exemplos de Wilgefortis, Uncumber ou Liberada, cuja transição para a masculinidade se refletia também em mudanças biológicas. Jacqueline Murray sugere o caso da viúva Galla, mencionada na obra de Gregório, o Grande, cuja barba havia crescido após decidir manter sua castidade depois de se tornar viúva. Essa mudança foi acompanhada de outros deslocamentos fisiológicos, como o aquecimento geral do corpo (calor/frio, quente/úmido eram atributos biológicos fundamentais para a medicina medieval). Ver: WALLACE, L. “Bearded woman, female Christ: gendered transformations in the legends and cult of Saint Wilgefortis”. *Journal of Feminist Studies in Religion*, Vol. 30, No. 1, primavera de 2014, pp. 43-63.

<sup>190</sup> “He further urged Ida ‘to become a splendid and radiant *virgo*, or rather a virile and incorrupt *virago*” (MURRAY, op. cit., p. 43).

<sup>191</sup> “Women who exercised power or behaved in an heroic manner are not uncommonly described in masculine terms”. HADLEY, D. *Masculinity in Medieval Europe*. Londres: Routledge, 2016, p. 12.

<sup>192</sup> Tal transição de tornar-se homem era mais comum entre as santas dos primeiros séculos do cristianismo. Ibid.

<sup>193</sup> Ibid.

<sup>194</sup> HADLEY, op. cit., p. 9.

representado a partir de padrões femininos pela própria presença dos eunucos nessa sociedade<sup>195</sup>.

Ainda, os próprios monges e monjas poderiam formar um terceiro gênero - que estariam organizados *fora* do sistema hegemônico de gênero<sup>196</sup> - como uma categoria específica de “castos”. Nesse sentido, a castidade seria ela mesma uma identidade generificada, constituindo este terceiro espaço identitário. Discordamos, contudo, da concepção marginalizada desse grupo em relação ao discurso predominante sobre gênero. A castidade como virtude fazia parte constitutiva da ortodoxia cristã, sendo a Igreja mesma produtora de concepções dominantes de gênero e de relações de poder violentas nesse sentido. A castidade como pilar da ortodoxia não pode ser vista como uma identidade estrangeira às normas de gênero no medievo.

De todo modo, é possível pensar em monges e monjas como membros de uma categoria generificada distinta da feminilidade e da masculinidade leigas. Em primeiro lugar, o espaço do monastério era propício para a constituição de uma identidade distinta daquela no *seculum* - e, não podemos ignorar, a construção dessa diferença era um elemento de poder importante para a Igreja. Ser e agir de forma mais elevada os colocaria mais próximos das santidades do que das identidades do mundo profano, corrompido pelos pecados da carne.

A identidade clerical os afastava de elementos importantes para, por exemplo, a masculinidade leiga - como relações sexuais e a presença na guerra<sup>197</sup>. Muitos adotavam o celibato em um momento mais tardio de suas vidas, quando outros homens começavam a se casar e constituir uma família. Nesse caso, viam-se divididos entre manter os votos e arriscar sua masculinidade (torná-la instável pela ausência das relações sexuais) ou confirmá-la a despeito dos votos<sup>198</sup>. O pertencimento identitário a partir do celibato tornava-se outro, por vezes radicalmente distinto dos homens leigos.

---

<sup>195</sup> A outridade que marca certos sujeitos no medievo esteve diretamente relacionada a essas identidades de gênero. Foi o caso das identidades judaicas, por exemplo, ou do esforço entre homens cristãos de reforçar ideais de masculinidade específicos para inserir-se socialmente. Na obra *Gender, Otherness and Culture*, esse aspecto é apontado entre homens germânicos em Veneza que tentavam não apenas se distinguir das mulheres, mas de outras minorias não-cristãs na cidade. LINDQUIST, S. *Gender, Otherness and Culture in Medieval and Early Modern Art*. Palgrave Macmillan, 2017.

<sup>196</sup> Recorrendo à definição de Jo Ann McNamara a respeito, Jacqueline Murray pontua “monks and nuns were recognized to be outside the prevailing gender system” (MURRAY, op. cit., p. 36).

<sup>197</sup> Embora o uso de armas tenha tido algumas exceções, como durante a Guerra dos Cem Anos em que o banimento do uso de armas pelo clero havia sido revertido pela monarquia inglesa (e os bispos não teriam feito oposição à medida). CULLUM, P. H. “Clergy, Masculinity and the Written Word: text and context”. In: HADLEY, Dawn. *Masculinity in Medieval Europe*. Londres: Routledge, 2016.

<sup>198</sup> “For some clergy in the later Middle Ages, uncertain of their own clerical gender identity, acquired so late and so fragilely, it was better to break their vows and prove themselves sexually as ‘real men’” (CULLUM, op. cit., p. 196). Interessante pensar também em como a instabilidade própria ao gênero no medievo poderia gerar incertezas para aqueles que tentavam capturá-la. Em outras palavras, o gênero instável exigia dos sujeitos o reforço permanente de sua identidade. Cullum menciona o caso do clérigo Thomas de Watton, sob julgamento em 1397, que havia se gabado para a cidade sobre seus feitos sexuais: “he claimed to have known carnally a certain woman

Como parte de um mesmo gênero casto, monges e monjas poderiam ter sido construídos mais a partir da semelhança entre um e outro do que a partir da diferença que marcava o feminino/masculino no mundo secular. Como parte de uma única criação, uma única carne, não divergiam em pólos opostos de gênero, mas convergiam em um terceiro espaço possível. Esse foi o argumento proposto por Jacqueline Murray em *One Flesh, Two Sexes, Three Genders*<sup>199</sup>, do qual discordamos. Ainda que monges e monjas constituam uma dimensão distinta de gênero em relação ao masculino/feminino secular, há ainda um campo de diferença entre os dois que fazia com que os monastérios femininos fossem frequentemente submetidos a uma autoridade masculina. Mesmo a abadessa respondia a homens que detinham a palavra final sobre a abadia<sup>200</sup>. A semelhança constituída pela castidade existia, mas não apagava as diferenças internas a ponto de produzir um terceiro grupo homogêneo de gênero.

Ao mesmo tempo, as diferenças dentro do próprio campo de masculinidade eram evidentes. Os homens jovens tinham comportamentos relativamente aceitáveis e que já não poderiam ser observados na idade adulta: relações sexuais desenfreadas, bebedeiras e pequenas violências apareciam entre os homens jovens como marcadores dessa masculinidade<sup>201</sup>. Evidente que o excesso desses comportamentos era combatido em certo grau, permitindo sua existência dentro de limites controlados e normatizados<sup>202</sup>. Por outro lado, as feminilidades performatizadas também encontravam distinções entre mulheres casadas, viúvas ou ainda jovens demais para o casamento. Não é por acaso que obras que tratam sobre a mulher no medievo costumam separar essas categorias em distintos capítulos - como o caso de Judith Bennett em *Women in the Medieval English Countryside*<sup>203</sup>. No entanto, a feminilidade em matrimônio e em viuvez não costumam ser apontadas como um *terceiro* gênero - da forma em

---

(unnamed) fifteen times in a day and the following night. In the other he said he had deflowered seven virgins in the town of Ripon (...). The insistence on his sexual endurance and his irresistibility suggest a man deeply insecure about his masculinity” (ibid., p. 187).

<sup>199</sup> MURRAY, op. cit.

<sup>200</sup> Foi o caso de Marguerite d’Oingt, por exemplo. Ver: MARGUERITE D’OINGT. Oeuvres de Marguerite d’Oyngt Prieure de Poleteins: publiées d’après le manuscrit unique de la Bibliothèque de Grenoble. Lyon : N. Scheuring, 1877.

<sup>201</sup> CULLUM, op. cit.

<sup>202</sup> A violência entre homens jovens foi pontuada por Jacques Rossiaud ao abordar o tema da prostituição no medievo: “Na maioria das cidades francesas, bastante afastadas de Florença, a moral masculina levava os ‘rapazes’ não patrícios a constituir grupos agressivos perturbadores da ordem” (ver: ROSSIAUD, J. *A Prostituição na Idade Média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 31). Essa prática obedeceria, para Roussiaud, ao desejo de adquirir o privilégio da masculinidade: “se pode pensar que esse tipo de agressão [violação sexual] constituía um verdadeiro rito de admissão ou de virilidade” (ibid., p. 33). Os prostíbulo serviriam como espaço de alternativa à violência sexual. Poderíamos questionar o argumento de Rossiaud sobre a contenção da violência por meio da prostituição, mas o ponto central que nos interessa em seu argumento é a presença da agressividade como marco de um tipo específico de masculinidade: jovem.

<sup>203</sup> BENNETT, J. *Women in the Medieval English Countryside: gender & household in Brigstock Before the Plague*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

que *viragos* ou eunucos o foram. Como constituintes de um mesmo campo identitário *apesar* das profundas diferenças, isso nos leva a questionar o quanto a categoria “feminino/masculino/terceiro gênero” é efetiva em explicar essas identidades no medievo.

Jacqueline Murray, embora tenha adotado essa expressão para se referir à castidade, pontuou: “nós precisamos também nos perguntarmos quantos terceiros gêneros podem existir para que o termo continue sendo útil ou significativo para explicar aspectos da sociedade medieval e suas crenças”<sup>204</sup>. Quantos terceiros gêneros podem formar o “terceiro gênero”? O conceito deixou de ser uma ferramenta válida, em nossa perspectiva, sobretudo por não corresponder à multiplicidade do medievo que estamos apontando. Eunucos, *viragos*, celibatários, damas, viúvas, senhores leigos, não-cristãos: todas essas identidades diferem entre si e, por isso, não podem ser agrupadas em um único campo da outridade - seria reduzi-los a um espaço que era constantemente extrapolado a depender das circunstâncias e dos sujeitos envolvidos. Na prática, constitui outra versão do binarismo entre o gênero hegemônico (feminino ou masculino) e o gênero não-hegemônico (todos os demais), simplificando a dinâmica de poder e construção identitária próprias a essas categorias.

Figura 1: Terceiro Gênero



Imagem 1: fluxograma sobre o dinamismo de gênero - feminino/masculino/terceiro gênero. Autoria própria.

O fluxograma acima sugere como o terceiro gênero tornou-se apenas outro campo homogêneo de categorias; ao invés de possibilitar uma análise mais complexa e minuciosa sobre as identidades, as reduz à *mais um* campo. Somando-se ao feminino/masculino, pouco nos informa a respeito da multiplicidade interna a ele.

Outro problema para compreendermos esse tema está na relação construída com o sexo. Diferente do gênero, “sexo” é pensado por pesquisadoras/es como o aspecto biológico através do qual machos e fêmeas foram socialmente distinguidos ao longo do tempo. As distinções sexuais não equivalem necessariamente aos gêneros performados e não são diferenciados necessariamente com base nos mesmos aspectos em cada sociedade - podem ser definidos com base na diferença entre o útero e os testículos, por exemplo, mas não obrigatoriamente.

<sup>204</sup> “We need also to ask how many third genders there can be for the term to continue to be useful or meaningful to explain aspects of medieval society and beliefs” (MURRAY, op. cit., p. 36).



Grande parte das reflexões sobre sexo no medievo partem da obra *Inventando o Sexo* de Thomas Laqueur - ainda que para criticá-lo. Publicada em 1992, a obra foi constituída a partir de dois argumentos centrais: a existência de um sexo único até o século XVIII (construído em um eixo vertical e hierárquico) e a sugestão de que a diferença sexual teria sido construída posteriormente ao gênero - e não antes, como era defendido na historiografia para explicar que o gênero era uma leitura cultural sobre um corpo já sexuado. O sexo único de Laqueur pressupunha então que os corpos de “fêmeas” nada mais eram do que uma versão menos perfeita dos corpos de “machos”, mas por isso mesmo não constituíam um Outro ontologicamente separado e autônomo e sim uma perversão daquele<sup>205</sup>.

Analisando textos medicinais que se debruçassem sobre a anatomia, desde Galeno, Laqueur defendeu a tese que viria a marcar grande parte da historiografia sobre gênero no medievo e na Antiguidade. Antes de nos determos em seus argumentos, é preciso pontuar desde já que o autor não pretende defender a tese do sexo único de forma universal, deixando evidente que sua análise se resumia aos anatomistas. Esse aspecto é fundamental quando pensamos na dinâmica dos discursos como fonte e produto de relações de poder, já que o discurso medicinal era apenas um dentre outros tantos no medievo. Se havia uma concepção de sexo único entre os textos medicinais no medievo, não necessariamente encontraram correspondência em outros campos de saber. Isso se torna sobretudo importante ao considerarmos que o *corpus* documental utilizado por Laqueur esteve assentado em produções masculinas - suas referências para análise são todas *homens*. Se para os médicos havia um único sexo, é possível dizer o mesmo para mulheres da *gentry* inglesa?

Começemos pelos argumentos de Laqueur. Grande parte dos tratados médicos no medievo basearam seus conhecimentos em dois nomes da Antiguidade: Galeno e Aristóteles. O primeiro havia sido uma referência incontornável nos estudos medicinais - não sem querer, Trotula de Ruggiero voltou a ele para conferir autoridade ao próprio texto. Galeno teria sido um dos primeiros a traçar essa fusão entre os sexos ao usar a mesma palavra para ovário que utilizava para falar de testículos: *orcheis*<sup>206</sup>. Ao rearranjar os órgãos genitais da mulher, dobrando-os de formas diferentes, teríamos igualmente a estrutura dos testículos ali de modo que o corpo da mulher não era mais do que o homem invertido. Por outro lado, essa

---

<sup>205</sup> “Homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina” (LAQUEUR, op cit., p. 17). Essa estrutura daria lugar ao dimorfismo apenas a partir do século XVIII em que a diferença de grau teria se tornado uma diferença de espécie, de acordo com o autor.

<sup>206</sup> LAQUEUR, op. cit.

diferenciação era também hierárquica: não apenas a mulher tinha órgãos masculinos invertidos, como defeituosos ou incompletos<sup>207</sup>.

Aristóteles, por sua vez, teria contribuído para essa concepção a partir de suas noções de causalidade. Para o filósofo, todo ser é composto por diferentes causas (material, formal, eficiente e final); a final, no entanto, é aquela associada à perfeição, pois sugere a finalidade para qual o ser é destinado - o motivo de sua existência. Na proximidade à causa final, o homem seria mais perfeito do que a mulher. Ao mesmo tempo, o homem seria a causa eficiente (agente responsável por dar forma particular a outro ser) enquanto a mulher seria apenas causa material (aquela que fornece a matéria bruta, indefinida, a ser trabalhada e transformada em algo particular)<sup>208</sup>. A distinção nesse caso não era existencial, mas vinculada à *função*. Segundo Laqueur, nesse contexto “existiam muitos gêneros, mas apenas um sexo adaptável”<sup>209</sup>.

As mesmas concepções foram produzidas em relação aos fluidos corporais como sangue, sêmen, leite e outros. Para o medievo, as secreções corporais eram fruto de uma mesma substância - o sangue - de modo que esses fluidos muitas vezes se confundiam<sup>210</sup>. É por isso que Jesus Cristo poderia ser retratado amamentando seus fiéis através de suas chagas: o leite materno nada mais seria do que uma transmutação do sangue, motivo pelo qual Jesus poderia amamentar.

## Figura 2 - O Salvador

---

<sup>207</sup> Segundo Laqueur, Galeno teria descrito a vagina como uma toupeira cega cujos olhos, embora tivessem a mesma estrutura do que a de outros animais, não serviriam para enxergar. Ainda, teria sugerido a vagina como “um pênis eternamente precário e por nascer” (LAQUEUR, op. cit., p. 44). Ao falar sobre fluidos corporais, essa lógica se repetiria: a mulher possui uma semente mais fraca - daí seus testículos menores e menos perfeitos, assim como o sêmen mais escasso, frio e úmido. Embora mais *frio*, ainda estaria no eixo de “calor” produzido pelo corpo masculino. Não se trata de outra substância, mas da mesma em condições afastadas do ideal.

<sup>208</sup> Essas concepções pontuadas por Laqueur podem ser compreendidas na obra *Metafísica* do filósofo. Ver: ARISTÓTELES, *Metafísica*. Tradução de Efsen Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

<sup>209</sup> LAQUEUR, op. cit., p. 48.

<sup>210</sup> BYNUM, C. *Fragmentation and Redemption: essays on gender and the human body in medieval religion*. New York: Zone Books, 1992.



*O Salvador* de Quirizio de Murano (por volta de 1460-1478)<sup>211</sup>

Obras como esta produzida no século XV se repetem como um indício sobre a unicidade das secreções corporais. A diferença não estava na sua composição, mas na potência: daí a distinção entre o esperma mais fraco feminino e o mais forte, também mais quente, masculino<sup>212</sup>. Essas diferenças é que determinavam a capacidade de procriação também: mulheres *viris* (*virago*) eram quentes demais para procriar, enquanto homens muito frios (portanto, fracos) eram igualmente incapazes da procriação. Esses aspectos que emergiram com Galeno e Aristóteles se reproduziram até o Renascimento para Laqueur: “quanto mais os anatomistas da Renascença dissecavam, examinavam e representavam visualmente o corpo feminino, mais convencidos ficavam de que era ele uma versão do corpo do homem”<sup>213</sup>, reforçando a ideia de que os sexos eram reflexo de hierarquias sociais dadas antes mesmo dessa significação.

A construção dessa literatura não se baseou na falta de conhecimento anatômico, defendeu Laqueur. Pelo contrário, havia um conhecimento considerável produzido sobre os corpos a partir de análises anatômicas bastante fiéis. O que aconteceu ao sexo, contudo, foi antes a ausência de um imperativo para diferenciá-los um ao outro. A biologia era simples expressão e reflexo de outras verdades uma vez que esse debate estaria submetido não aos

---

<sup>211</sup> Disponível em <<https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Quirinzio-da-Murano/639340/O-Redentor-do-Equerist.html>>. Acesso em 08 de junho de 2023.

<sup>212</sup> O equilíbrio do corpo era determinado pelo equilíbrio de fluidos que apareciam tanto nos homens, quanto nas mulheres. A menstruação, nesse caso, não era um fenômeno próprio ao “sexo feminino”, mas uma forma de expelir o excesso de fluido que não acontecia nos homens - e, se acontecia, era expelido de outras formas como sangramentos nasais (Ibid.). A respeito da amamentação, Laqueur exemplifica o caso de um homem de barba rala (o que indicaria a sua potência fraca) que produzia leite. Importante pontuar que Laqueur não aprofundou sobre o fato de este homem ser do Oriente segundo sua fonte, o que nos sugere como as masculinidades eram também elaboradas de forma hierárquica em relação a outras identidades interseccionais.

<sup>213</sup> LAQUEUR, op. cit., p. 95-96.

corpos, mas a relações de poder. Nesse sentido, é importante destacar que para o autor o sexo único não significou ausência de hierarquias. Pelo contrário, “o órgão feminino é atraído para a órbita metafórica do homem, não para alegar igualdade, mas para afirmar que toda diferença é imaginada na escala vertical do homem”<sup>214</sup>. A escala era necessariamente desigual, de modo que servia para refletir as ordenações sociais já estabelecidas como o autor havia sugerido. O órgão servia antes para conceder *status* do que para definir a existência do ser. Para ele, ser mulher ou homem era apenas uma forma de assumir certa posição social, sendo mais uma categoria sociológica do que ontológica.

Em primeiro lugar, concordamos com o argumento de Laqueur a respeito das categorias homem/mulher se referirem muitas vezes a uma determinada atuação social, mais do que a uma ontologia limitada pelas fronteiras biológicas de órgãos reprodutivos. Isso significa dizer que o feminino, por exemplo, era sobretudo um papel de atuação - o cuidado com o outro, a administração do lar. Nesse sentido, ser mulher era muito mais flexível de acordo com as urgências do momento do que se estivesse assentado em uma ontologia que determina a própria existência em termos específicos e não negociáveis. Margaret Paston pôde flutuar entre diferentes atividades na presença ou ausência do marido exatamente por isso: como mulher, seu papel era servir de intermédio para a manutenção de relações sociais - e ela o fez tanto no âmbito doméstico, quanto o estendeu para o campo político. Se estivesse reduzida ao próprio corpo marcadamente biológico e fixo, não poderia ter assumido papéis que pertenceriam ao marido, mas que ele não pôde desempenhar durante a prisão. O fato de carregar um ventre não a impediu de assumir papéis destinados ao masculino. Desse mesmo modo, ser mãe não significava *amamentar*, mas sobretudo *cuidar* - não era o seio que a definia enquanto mulher, mas o papel que desempenhava na família<sup>215</sup>.

Isso não significa, contudo, que as diferenças sobre o corpo não existissem. Para Laqueur, o sexo único se constituiu a partir da ideia de que as mulheres não eram senão versões defeituosas de um corpo-referente masculino. No entanto, mesmo ele reconheceu que o discurso do sexo único coexistiu ao de dois sexos e, mais do que isso, foram múltiplos os entendimentos sobre essas diferenças genitais que coexistiram no medievo, disputando um espaço hegemônico entre si<sup>216</sup>.

---

<sup>214</sup> Ibid., p. 133.

<sup>215</sup> Quando Margaret Paston se queixou de que não seria a mais indicada para liderar os homens - portanto, deveria haver outro homem para fazê-lo - não afirma que seu corpo a impede, mas sugere que aquela não era uma função a qual poderia desempenhar. Não era, portanto, um papel que estivesse a seu alcance.

<sup>216</sup> Essa foi a tese defendida por Joan Cadden na obra *Meanings of Sex Difference in the Middle Ages* (masculino/feminino sendo princípios ao redor dos quais outros conceitos poderiam ser agrupados) e que foi criticada por Monica Green pelo mesmo princípio que criticou a obra de Thomas Laqueur: o esforço, em ambos,

Na documentação da família Paston, pouco foi dito sobre seus corpos. Assim como o gênero não parecia ser um tema central para a família, a diferença (ou semelhança) dos corpos também encontra um silêncio profundo nas obras<sup>217</sup>. Nesse sentido, não há indícios que comprovem o modelo de sexo único presente nas obras dos anatomistas antigos, nem que sugiram o corpo feminino como um declínio do masculino. Thomas Laqueur sugeriu que a diferenciação de gênero foi anterior à diferenciação do sexo, mas no século XV esses aspectos pareciam se constituir mutuamente (ao mesmo tempo) muito mais do que no século II.

Mais do que o argumento de um sexo único de Laqueur, a sugestão de *carne* única (e duplo sexo) de Jacqueline Murray parece corresponder melhor às mulheres inglesas do século XV. A concepção de humanidade enquanto obras da criação de Deus fez com que, por vezes, a unicidade se desse por meio da carne: feitos à imagem e semelhança de Deus, a humanidade é antes de tudo uma mesma cristandade. Essa concepção aparece, por exemplo, na obra de uma anacoreta contemporânea à família Paston e que teria vivido na mesma região, Norfolk, na Inglaterra: Julian de Norwich (c. 1342-1416). Devota e vivendo em isolamento na cela da igreja de St. Julian, ela teria composto uma obra conhecida como *Relevations of Divine Love*, dividido em duas versões. A primeira, como relato das visões recebidas por deus; a segunda, como um tratado teológico mais aprofundado sobre as mesmas visões recebidas - como um processo de revisitação da primeira obra. Na versão anterior, Julian teria escrito logo no sexto capítulo da obra:

“Tudo o que eu vi a respeito de mim mesma, quis que fosse aplicado a todos os meus companheiros cristãos, pois aprendi através da visão espiritual de nosso senhor que ele queria que assim fosse. E então peço a todos vocês, pelo amor de Deus, e para seu próprio benefício, que parem de prestar atenção à criatura infeliz e pecaminosa a quem isso foi mostrado (...) Pois se eu olhar singularmente para mim mesma, não sou nada; mas [na humanidade] em geral, sou uma em caridade com toda a minha cristandade”.<sup>218</sup>

---

de construir uma grande tese sobre a diferença sexual. Para a pesquisadora, seria mais frutífero olhar para os múltiplos trabalhos pontuais que configurariam certa imagem sobre o gênero no medievo. Para Green, esses trabalhos sugerem que, em geral, “o sexo biológico (que inclui não apenas a anatomia mas também a fisiologia) pareceram ter sido mais fixos e mais duais do que a tese de Laqueur sugere” (tradução de “suggest that, overall, biological

sex [which includes not simply anatomy but also physiology] was seen to be more fixed, and more doubled, than Laqueur’s thesis implies”). Ver: GREEN, Monica. “Bodies, Gender, Health, Disease: recent work on medieval women’s medicine”. *Studies in Medieval and Renaissance History*, Boston, 2004. Concordamos com Green na hipótese de que os sexos binários não tenham sido tão substituídos pelo sexo único como Laqueur sugeriu, mas a rigidez dessas categorias nos parece mais um reflexo de como o gênero foi pensado para o medievo do que uma evidência.

<sup>217</sup> Importante pontuar que a própria gravidez foi um tema deliberadamente silenciado nas cartas, por exemplo em 1441 quando Margaret Paston esteve grávida pela primeira vez de John I.

<sup>218</sup> “Alle that I saye of myselfe, I meene in the persone of alle mine evencristene, for I am lernede in the gastelye shewing of oure lorde that he meenes so. And therefore I praye yowe alle for Goddes sake, and counsayles yowe for youre awne profit, that ye leve the behaldinge of the wrechid, sinfulle creature that it was shewed unto (...) For if I loke singulerlye to myselfe, I am right nought. Botte in generale, I am in anehede of charite with alle mine

Julian de Norwich deixa evidente em seus primeiros capítulos a concepção de unidade entre os seres humanos por meio da graça divina. Ela, embora responsável por receber as visões sagradas, não era senão parte de algo maior do que a si mesma e que funcionava como uma identidade única: a cristandade. Filhos de Deus, pertenciam antes de tudo à mesma carne criada por ele e, por isso, singularmente não era nada. No entanto, complementar à abordagem de Julian, foram as frases que se seguiram a esse trecho. A concepção coletiva de cristandade fez com que, por muito tempo, a identidade medieval fosse pensada como um coletivo contínuo em que a individualidade não teria lugar. No entanto, ainda que houvesse a concepção de unidade da carne, pequenas fissuras poderiam ser introduzidas nesse grande campo “criaturas de Deus”. A diferença de sexo e de gênero, por exemplo.

Ao final do mesmo capítulo em que diz ser nada em si, Julian de Norwich questionou a impossibilidade de falar sobre Deus na condição de mulher:

“Mas Deus proíbe que vocês digam ou presumam que sou uma ensinante. Pois não é o que pretendo, nem jamais pretendi, uma vez que sou uma mulher, ignorante, fraca e frágil (...) Mas porque sou uma mulher, eu deveria então acreditar que não posso contar a vocês sobre a bondade de Deus, sendo que eu vi naquele mesmo período que é de sua vontade que isso seja conhecido?”<sup>219</sup>.

Consideramos essa passagem fundamental para compreender a construção das dinâmicas entre carne, sexo e gênero entre as mulheres no medievo. Embora fosse uma em relação à humanidade (acima das divisões carnis, porque unida em espírito aos demais cristãos), Julian reconheceu seu lugar como *mulher* - uma identidade colocada a ela sob condições de ignorância e fragilidade. Ao mesmo tempo, contudo, definiu que seu papel social (*mesmo que* sendo mulher) a permitia falar sobre a palavra divina quando essa era a vontade de Deus. Foi marcada como fêmea e, conseqüentemente, pressupõe-se que não poderia tomar a palavra. Contudo, e pela possibilidade de fluidez do gênero em apagar a si mesma afastando-se do espectro feminino - ao mesmo tempo em que a carne única cristã a permitiu fazê-lo - Julian reivindicou para si o papel de intermediária de Deus. Assumiu a autoridade da fala ao mesmo tempo em que adquiriu *outra* feminilidade, aquela que é antes de tudo cristã (próxima, talvez, do que Murray apontaria como o terceiro gênero, embora não façamos uso desse conceito aqui). Ao dizer que é apenas uma mulher, mas que, ao mesmo tempo, isso não a

---

evencristende” (f. 99r-100v). Ver: JULIAN OF NORWICH. *The Writings of Julian of Norwich: A Vision Showed to a Devout Woman and A Revelation of Divine Love*. Editado por Nicholas Watson e Jacqueline Jenkins. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2005, p. 73.

<sup>219</sup> “Botte God forbede that ye shulde saye or take it so that I am a techere. For I meene nought so, no I mente nevere so. For I am a woman, lewed, febille, and freylle. (...) Botte for I am a woman shulde I therfore leve that I shulde nought telle yowe the goodenes of God, sine that I sawe in that same time that it is his wille<sup>o</sup> that it be knawen?” (f. 101r) Ibid.

impede de falar sobre Deus, Julian sugeriu que sabe de sua diferença em sexo e buscou por isso mesmo a proximidade em gênero e em carne.

Na segunda versão da obra, contudo, Julian de Norwich não reproduziu a passagem em que marcava a si mesma como mulher, deixando apenas os trechos em que pedia para que ignorassem a “criatura” que compunha a obra e se concentrassem na mensagem divina. Nesse caso, apagou da própria narrativa seu sexo e seu gênero para que pudesse fundir-se como uma só à carne. No caso da anacoreta, é interessante pensar ainda a adoção do nome “Julian” para entendermos o funcionamento do gênero na Inglaterra do período. Não se sabe muito sobre a vida da autora antes da reclusão, porém sugere-se que o nome “Julian” tenha sido adotado de um santo padroeiro da igreja na qual havia se estabelecido, Julian, o Hospitalário<sup>220</sup>. O fato de adotar para si o nome de um santo homem sugere também um processo de masculinização que não era incomum às mulheres que buscavam uma vida de santidade<sup>221</sup>. Interessa pontuar, sobretudo, a possibilidade de fazê-lo: as delimitações entre gêneros estavam longe de serem tão rígidas quando se poderia pensar, em especial para aqueles ligados à vida religiosa.

É o que Caroline Bynum defendeu na obra *Fragmentation and Redemption*. Para a pesquisadora, pensadores medievais usavam as imagens de gênero de forma menos literal do que nós o fazemos<sup>222</sup>, de modo que as representações medievais precisam ser pensadas diferentemente da maneira como vemos representações modernas sobre o tema. Um dos principais argumentos desenvolvidos por Bynum nessa obra foi a de que mulheres se marcavam muito menos por meio do gênero em sua literatura do que os homens o faziam. Segundo a pesquisadora, a teologia produzida por homens estava mais articulada em relação ao gênero e mais auto-consciente dele, usando imagens dicotômicas para definir o feminino. Nesse sentido, coube às mulheres o desenvolvimento de uma concepção de *humanitas* (humanidade) através, por exemplo, da *imitatio Christi* - imitação de Cristo, em geral por meio do sofrimento da Paixão. Para Bynum, “são os homens que desenvolvem concepções de gênero, enquanto mulheres desenvolvem concepções de humanidade”<sup>223</sup>.

---

<sup>220</sup> WATSON, N.; JENKINS, J. “Introduction”. In: JULIAN OF NORWICH. *The Writings of Julian of Norwich: A Vision Showed to a Devout Woman and A Revelation of Divine Love*. Editado por Nicholas Watson e Jacqueline Jenkins. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2005.

<sup>221</sup> MURRAY, op. cit.

<sup>222</sup> “Medieval thinkers used gender imagery more fluidly and less literally than we do” (BYNUM, 1992, p. 108).

<sup>223</sup> Tradução de “it is men who develop conceptions of gender, whereas women develop conceptions of humanity” (ibid., p. 156).

No entanto, e embora mulheres tenham se pensado em termos de carne única, nos parece um erro ou um exagero afirmar que cabia aos homens desenvolver o que era gênero<sup>224</sup>. Pelo contrário, apontaremos ao longo de toda a pesquisa como mulheres constituíram suas próprias concepções de feminilidade e de masculinidade a partir das quais puderam agir socialmente de forma mais ou menos flexível. As mulheres ligadas à família Paston, por exemplo, instrumentalizaram concepções de feminino e de masculino para que pudessem administrar suas propriedades, fazer transações econômicas e instituir autoridade política, jurídica ou familiar. Ao mesmo tempo, as ocasiões em que essas mulheres *apagaram* o feminino de suas narrativas foram também elaborações de gênero. Por construírem concepções mais fluidas dessa identidade - se comparada a de um clero profundamente misógino -, puderam mais ativamente participar da sociedade na qual estavam inseridas. Flexibilizar a aparição do gênero e suas fronteiras não significa inviabilizá-lo por meio da carne única, mas torná-lo ferramenta de atuação no mundo e significação do mesmo.

Por outro lado, a construção da *humanitas* não deixou de ser uma elaboração de gênero em que este por vezes é sobreposto à carne. A dinâmica que por ora sobrepõe gênero e sexo, por ora carne, é parte daquilo que Bynum diz não ser pensado por essas mulheres.

Quando ao ser (*self*), a contribuição da medievalista é importante para compreendermos enfim o funcionamento do gênero enquanto dispositivo e campo discursivo no medievo. Caroline Bynum apontou a unidade psicossomática do *self* desde o século XII no medievo<sup>225</sup>, sugerindo a identidade do sujeito muito mais ligada a múltiplas dimensões do que ao binário fixo de macho/fêmea. O sujeito era marcado pela unidade da carne criada por Deus, pela diferenciação dos corpos macho/fêmea (mesmo que em instância de grau, como sugeriu Laqueur), pelas múltiplas identidades generificadas, pelo coletivo cristão, assim como pela tripartição entre carne/alma/espírito. O encontro desses diferentes campos (individuais, coletivos, espirituais e terrenos) é que constituía a identidade no medievo de modo que sua construção era profundamente complexa.

---

<sup>224</sup> O argumento foi repetido pela pesquisadora ao abordar as viragos e o exemplo de Catherine de Siena ao ter uma visão divina cujo rosto estava repleto de barba. Segundo Bynum: “women themselves did not, by and large, see woman as a marked category” (Ibid., p. 167). A observação que a autora faz e que concordamos parcialmente é a de que as mulheres que marcaram o feminino foram aquelas que permaneceram no mundo. De fato, Margery Kempe, Agnes e Margaret Paston, Elizabeth Clere e tantas outras que apresentaram dimensões mais evidentes de gênero fizeram parte de grupos leigos em contato constante com o mundo profano. Mesmo Julian de Norwich teria vivido grande parte de sua trajetória *no* mundo, tornando-se anacoreta depois desse contato. Isso não significa, contudo, que aquelas mulheres que viveram na clausura dos mosteiros não tivessem também sido marcadas (e não tivessem marcado) suas concepções próprias de gênero - como Marguerite d’Oingt, abadessa cuja autoridade como mulher precisou ser reafirmada diante de autoridades masculinas da ordem.

<sup>225</sup> BYNUM, C. “Why All the Fuss about the Body? A Medievalist’s Perspective”. *Critical Inquiry*, v. 22, n. 1, outono de 1995, pp. 1-33.



O entendimento sobre gênero não só era metafórico, como Bynum sugeriu, mas era em si mesmo um mecanismo fluido que permitia a transição dessas identidades. As fronteiras entre feminilidades e masculinidades não era rígida, porque em determinados contextos não podia sê-lo (como durante as diversas guerras e morte de muitos membros familiares), mas também porque a própria concepção medieval sobre identidade não era binário. Carne (ao mesmo tempo corpo individual e unidade cristã), sexo, gênero, espírito e alma impediam que a identidade fosse determinada de forma binária e monolítica.

Isso não significa, novamente, que as relações de violência no âmbito do gênero não acontecessem. O fato de Julian de Norwich apagar sua identidade feminina na segunda obra poderia estar ligada, por exemplo, ao fortalecimento do movimento herético lolardo na Inglaterra e a necessidade de proteger-se de acusações nesse sentido. Sua contemporânea leiga, Margery Kempe, teria sofrido diversas acusações de comportamento herético, sendo levada por mais de uma vez diante de arcebispos ingleses para defender a si mesma<sup>226</sup>. Kempe, mais do que Julian, viveu em um tempo e em um espaço muito próximos ao das mulheres Paston e, embora fosse de uma família de comerciantes, sua trajetória como leiga também a aproximava mais de Margaret e de Agnes Paston. A flexibilidade de gênero para essas mulheres encontrava, por vezes, a barreira de um discurso ortodoxo cristão que se pretendia hegemônico e que era mais rigoroso em relação ao feminino do que discursos entre leigos que compunham a *gentry* e os mercadores ingleses.

### **Afinal, o que era gênero para as mulheres e por que o era?**

O que significou dizer em 1448 que a senhora Morley “era apenas uma mulher”<sup>227</sup>? Ou então que os homens, na defesa da propriedade, “não seriam regidos por uma mulher como seriam por um homem”<sup>228</sup> em 1467? Embora exista a sugestão de oposição entre dois gêneros nessa frase, um olhar atento aponta para a multiplicidade de significados construídos a esse respeito. Aponta, ainda, para possibilidades diversas de atuação diante desses papéis e suas possibilidades fronteiriças. Feminino e masculino não foram categorias ontológicas assentadas em corpos biológicos pré-culturais, nem mesmo foram espaços monolíticos ao qual os sujeitos

---

<sup>226</sup> Os eventos são mencionados na própria obra de Margery Kempe. Mais a esse respeito, ver: DICKENS, A. *The Female Mystic: great women thinkers of the Middle Ages*. London: I.B. Tauris, 2009.

<sup>227</sup> “Sche seyde sche was but a woman”, carta de Margaret Paston para John Paston I em abril de 1448. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.5?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 17 de maio de 2023.

<sup>228</sup> “I can not wele gide ner rewle sodyours, and also thei set not be a woman as thei shuld set be a man”. Margaret Paston para John Paston II, 11 de julho de 1467. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.76?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 17 de maio de 2023.

deveriam se adequar forçosamente para existir em sociedade. Não, ao menos, na perspectiva de mulheres no século XV.

Gênero foi, antes de tudo, um sistema de significações, produtor e produto de relações de poder, cujas características foram dadas através do conflito permanente entre distintos modelos discursivos. Como um dispositivo com a capacidade de regular corpos, gênero foi construído no medievo a partir do olhar ortodoxo cristão, mas também dos anatomistas na medicina, dos movimentos religiosos leigos com textos devocionais, de famílias da *gentry* e de mercadores também. Esse aspecto é fundamental para compreendermos que as análises feitas aqui não pretendem explicar *todos* as ramificações que constituíam gênero no medievo; nos concentramos sobretudo na produção de mulheres da *gentry* inglesa e na correlação que ocasionalmente pode ser percebida entre elas e suas contemporâneas de outros segmentos sociais - Margery Kempe advinda da burguesia; Julian de Norwich, anacoreta.

Por outro lado, entender a dinâmica de disputa entre diversas possibilidades de discurso nos permite apreender por que gênero foi pensado, pela historiografia, como um aspecto binário e fixo das identidades sociais; ou, no final dos anos 90 e início dos anos 2000, como uma tríplice identidade - feminino, masculino e o *terceiro* gênero. Em partes, o olhar binário ao tema se deveu à transposição de uma teoria moderna sobre gênero para o medievo, desconsiderando a mesma historicidade a respeito da qual Joan Scott tão vividamente havia defendido. Em outro sentido, é possível que a compreender que a defesa de um sistema dual fosse resultado também de estudos que se concentravam em apenas *uma* das múltiplas produções discursivas sobre gênero. Quando partimos de outros sujeitos e de outros espaços sociais, a oposição masculino/feminino é mais frágil do que se supunha.

A concepção de terceiro gênero, por sua vez, parece muitas vezes criar uma nova oposição - *outro* binário. Pode-se ser masculino/feminino como gênero de referência *ou* esse outro inominado cujas características não podem ser completamente apreendidas pela diversidade que apresenta - viragos, eunucos, virgens. O “terceiro gênero” nos parece ser tão pouco frutífero quanto a oposição monolítica de masculino e de feminino. O que significa um terceiro gênero? Quantos gêneros é possível existir dentro do “terceiro gênero”? De que maneira se transita entre um e outro - se é que a transição é uma possibilidade; talvez, o pertencimento a essa categoria seja tão imóvel quanto as anteriores.

A categoria complementar “terceiro gênero” parece, por vezes, um espaço para o qual é possível jogar todas as identidades que não se encaixam no modelo binário e para as quais a historiografia tem poucas intenções de explicar. Como uma solução para tudo o que não se encaixa no feminino/masculino, esse grupo torna-se um lugar-comum esvaziado de sentido

precisamente porque engloba tudo o que é outro - e no tudo, perde-se a particularidade; no tudo, encontramos também o *nada*. O terceiro gênero torna-se homogêneo e os significados (ou as possibilidades de gênero) transbordam seus limites. Essa concepção historiográfica reproduz, sem dar-se conta disso, a mesma concepção fronteira e delimitadora que o gênero binário apresentava - mudando a dimensão das categorias, mas não a lógica do seu funcionamento. Uma vez tornada virago, essa identidade marcaria para sempre o lugar no terceiro gênero sem que a rigidez das categorias fosse desfeita, apenas realocada.

O problema é que, para o caso das mulheres analisadas aqui, a limitação de fronteiras rígidas para uma atuação generificada iria na contramão de suas necessidades diárias. Diante de um contexto marcado por guerras, doenças e conflitos religiosos, a flexibilidade dos papéis sociais era mais necessária do que a historiografia lhe creditou. Gênero, para essas mulheres inglesas do século XV, precisava ter contornos móveis e, ao mesmo tempo, precisavam servir de ferramenta para seus próprios interesses enquanto herdeiras das propriedades familiares.

O que propusemos foi pensar, de início, a possibilidade de que o gênero tenha existido não como três campos feminino/masculino/outro (que, ao fim, torna-se simplesmente uma nova oposição entre o gênero “padrão” e o “outro”), mas como um espectro norteado por concepções comuns de feminilidade e de masculinidade. Enquanto espectro, a atuação dentro de suas dimensões ganha múltiplas possibilidades - permeadas, é claro, por relações de poder que tornam essas categorias mais ou menos apropriadas ou legítimas para atuar em determinados campos. Esse espectro de significados possibilita a transição entre diferentes lugares no entremeio da masculinidade e da feminilidade, mas também sugere a pluralidade das próprias categorias mencionadas. Ser mulher poderia significar identidades muito diversas a depender do tipo de feminilidade no qual se encaixava: como dama, viúva, mãe e esposa, por exemplo.

Figura 3: Gênero enquanto espectro

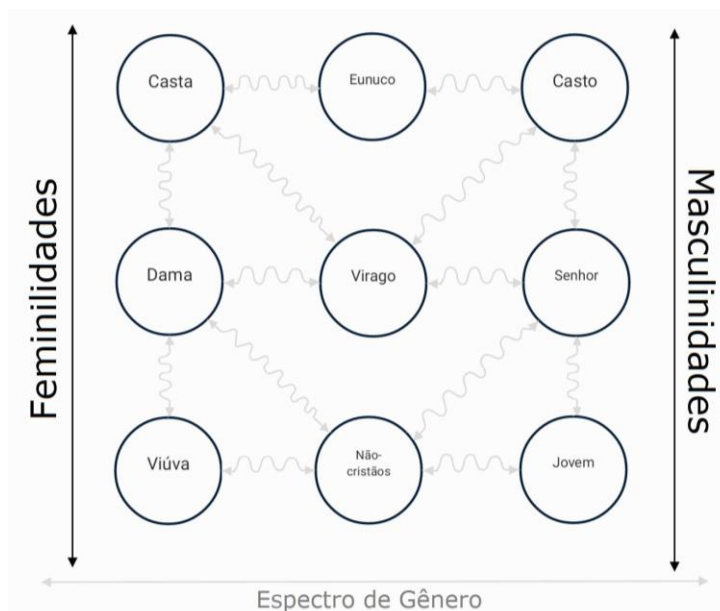


Imagem 3: concepção de gênero enquanto um espectro flexível (exemplo<sup>229</sup>). Autoria própria.

No fluxograma acima, a diferença de percepção entre o terceiro gênero e o gênero enquanto um espectro múltiplo torna-se mais evidente. Destacamos a lógica de fluidez e multiplicidade que se apresentam dentro deste espectro e que oscilam entre diferentes referências de feminilidade e de masculinidade. Esses campos existem, mas não se reduzem a uma identidade homogênea de feminino/masculino ao mesmo tempo em que estão em relação contínua com outras identificações possíveis.

Em comparação à lógica de terceiro gênero, o entendimento de seus significados como um espectro se pareceria muito mais multidirecional e móvel. Os caminhos entre uma identidade e outra podem ser percorridos em determinadas ocasiões e segundo o lugar previamente ocupado, porém sugere fronteiras menos estáveis e permanentes. Ao mesmo tempo, rompe com o lugar vazio do terceiro gênero, possibilitando pensar nesses espaços como categorias dentro do espectro - não fora dele.

As cartas da família Paston abordam poucas vezes o “ser mulher” ou “ser homem” como lugares determinantes para a identidade; esse silêncio, contudo, não significa a ausência do gênero como regulador da vida social. Pelo contrário, os papéis que poderiam ocupar estiveram constantemente delimitados pelo gênero - o qual puderam transitar entre papéis exatamente porque esse movimento era possível em relação ao gênero também. O silêncio pode ser pensado como uma ferramenta de flexibilidade se considerarmos que a elaboração de

<sup>229</sup> Colocamos alguns exemplos de identidades que foram configuradas em relação ao espectro de gênero no medievo; contudo, não pretendemos encerrar todas as possibilidades nesse exemplo e sim demonstrar o comportamento das categorias apontadas como parte de um amplo quadro identitário.

significados é, ao mesmo tempo, uma normatização destes. Quando necessário, o gênero foi nomeado - para superá-lo ou para reforçá-lo como ferramenta de negociação como no caso da senhora Morley.

Sugerimos que o contexto no qual a família Paston esteve inserida foi importante para essa construção específica sobre gênero. A Guerra dos Cem Anos e das Duas Rosas foram conflitos que atingiram diretamente os Pastons e os colocaram em posições delicadas a respeito da propriedade e das alianças políticas na Inglaterra. O contexto de instabilidade foi também significativo para os conflitos por terras no campo inglês, de modo que as propriedades herdadas por John Paston e frequentemente atacadas por seus rivais foram consequência direta desse momento. A prisão de John Paston I e a presença constante da morte (pela peste ou pela guerra) também sugerem a necessidade de flexibilizar os lugares que poderiam ser ocupados pelas mulheres, sobretudo no caso de Margaret Paston. Em diversos momentos, foi preciso assumir a autoridade sobre a terra e os filhos para compensar a ausência do marido - nesse caso, adotou uma feminilidade muito mais próxima à viuvez. Agnes Paston, como viúva, era a maior autoridade de suas propriedades - o que não se deu sem conflitos. Margaret Paston precisou assumir esse papel ainda quando casada para superar as adversidades geradas em torno das disputas por terras. A instabilidade política, econômica e social pode ter sido um fator importante para a produção de identidades de gênero mais fluidas do que aquelas apresentadas pelo clero<sup>230</sup>.

Em relação às produções sobre gênero e sexo da historiografia, é preciso reforçar como Thomas Laqueur contribuiu profundamente para pensarmos, de forma mais aprofundada, sobre a constituição dessas categorias no medievo. No entanto, o fato de utilizar apenas obras produzidas por *homens* - ao se concentrar nas publicações de anatomistas - precisa ser pontuado. Ao falar em sexo único, Laqueur estava falando na produção de um sexo único *por homens para homens*. Entre as mulheres Pastons, não encontramos a mesma evidência sobre sexo único que o pesquisador defendeu para a Antiguidade até o século XVIII. O que podemos observar, em contraparte, era a possibilidade de carne única como resultado da *humanitas* - a humanidade criada por Deus à sua imagem e semelhança. Julian de Norwich, por exemplo, produziu uma obra cuja noção de carne única parece mais evidente do que a de sexo único. Embora viesse de um lugar social distinto ao de Agnes e Margaret Paston, Julian de Norwich

---

<sup>230</sup> Isso não significa pensar que o final do século XIV e o século XV tenham sido marcados *apenas* por crise. Pontuamos como, para algumas pesquisadoras, o contexto foi também de favorecimento à posição das mulheres - mesmo que apenas por um tempo determinado. Pontuamos apenas como o período exigia maior flexibilidade na organização social.

viveu na mesma região em um período bastante próximo, o que nos ajuda a entender o tipo de concepção que circulava entre as mulheres a esse respeito.

Outra contribuição importante para a área foi a de Caroline Bynum e suas obras que questionaram o binarismo de gênero, propondo a quebra da dualidade a partir de exemplos como a figura materna de Cristo ou das santas barbadas. No entanto, embora a contribuição de Bynum seja fundamental nesse sentido, a pesquisadora não se propôs a desenvolver com profundidade a maneira como esse gênero não-binário funcionaria. Sugerindo um olhar menos literal ao medievo (afeito às metáforas e às alegorias), Bynum propôs uma resposta a partir da feminilização da linguagem religiosa, sobretudo entre cistercienses. Contudo, questionamentos: essa feminilização (de Cristo, por exemplo) seria um terceiro gênero? Como essas categorias foram instrumentalizadas pelos sujeitos e por quê? São questões para as quais Bynum esboça uma resposta sem respondê-la de forma aprofundada<sup>231</sup>.

Ao mesmo tempo, é importante pensar que a autora havia se limitado ao campo de produção teológico a respeito do gênero, enquanto propomos pensar aqui na elaboração dessas categorias a partir de grupos leigos, sobretudo mulheres. A linguagem da *gentry* pode ser explicada por uma feminilização? Acreditamos que as contribuições de Bynum foram fundamentais para romper com a concepção binária sobre gênero no medievo e que é preciso avançar nas críticas elaboradas por ela para que possamos responder, afinal, como o gênero havia funcionado no medievo - como foi construído discursivamente; como foi performatizado pelos sujeitos.

Como categorias que delimitavam a possibilidade de ação no mundo, feminilidade/masculinidade exerciam grande influência na organização da vida social e mais especificamente familiar do medievo. No campo teológico, serviam como explicação e reflexo

---

<sup>231</sup> No capítulo “The female body and religious practice”, por exemplo, a pesquisadora pontua sobre a ausência de dicotomias tão profundas e sugere uma possibilidade de “mistura” entre gêneros, mas não explica de que maneira isso seria possível dentro de um sistema de *gênero*, mas sim dentro de um sistema teológico cristão. Embora esses aspectos não se dissociem no medievo, é importante pontuar que a concepção religiosa sobre o corpo e a concepção generificada nem sempre são iguais - a exemplo da carne única que coexiste às múltiplas possibilidades de gênero. De acordo com Bynum, “we find that neither medieval gender contrasts nor medieval notions of soul and body were as dichotomous as we have been led to think by projecting modern contrasts back onto them. Thus, I would like to argue that we must consider not just the dichotomy but also the mixing or fusing of the genders implicit in medieval assumptions” (BYNUM, 1992, p. 205). Importante apontar também que, embora a autora volte ao trabalho de Laqueur em seu argumento, não parece diferenciar claramente as noções de sexo e de gênero. Nesse sentido, sexo parece uma extensão do gênero de modo que ambos podem ser fluidos (e possibilidades metafóricas de união a Cristo). No entanto, o argumento de Laqueur nos parece separar com clareza sexo e gênero, entendendo por sexo os marcos fisiológicos e biológicos dados por órgãos reprodutores e mamas. Nesse sentido, seria possível coexistir dois sistemas diferentes de significação cultural sobre os corpos. Para Bynum, no entanto, a diferença não parece existir de modo que se o sexo é pensado de forma una (como uma variação em grau entre macho/fêmea), o gênero de certa maneira reflete a mesma estrutura. Haveria portanto um gênero único no qual as gradações variam? Não é claro, infelizmente, em até que ponto Bynum concorda com essa perspectiva.

do poder divino, precisando ajustar-se constantemente à concepção de unidade cristã que se confrontava à divisão intercambiável de carne/alma/espírito. No mundo profano, na rotina instável da *gentry* permeada por conflitos e pela necessidade de configurar alianças políticas, gênero servia como ferramenta para organizar a vida social. Nesse sentido, os discursos misóginos que afastavam feminino e masculino para reafirmar a autoridade deste precisavam ser desafiados por perspectivas mais flexíveis. Reduzir o feminino ao cuidado imediato do lar (em seu espaço mais recluso) era ameaçar a continuidade patrimonial da família e a consolidação de seu status através das alianças e a influência que poderia exercer na região. Para que a família Paston pudesse prosperar e efetivar seu espaço como senhores locais, era preciso pensar gênero de forma flexível. Os espaços de negociação sobre até onde mulheres e homens poderiam atuar eram fundamentais para a sobrevivência econômica e social da família como um todo.

Nesse sentido, havia uma concepção de diferença entre masculinidade e feminilidade, mas havia sobretudo um entendimento de que múltiplas feminilidades eram possíveis, algumas delas mais próximas ao espectro de autoridade masculina do que outras, e que elas poderiam ser instrumentalizadas em diferentes momentos dadas as necessidades da família. Evidentemente, ao performatizar gênero em um campo do espectro ou outro, era preciso considerar os limites dessa flexibilidade. Havia condições específicas para as quais a transição poderia ocorrer e nem sempre essas condições foram dadas pelas próprias mulheres que as percorreram. Margaret Paston assumiu lugares de autoridade que não estavam disponíveis a ela quando da liberdade de seu marido, John Paston I. No entanto, que só pôde fazê-lo dada a condição específica de prisão de John I e não porque era completamente livre para performatizar o gênero que quisesse na extensão que tivesse vontade.

Como um espectro constituído a partir de relações de poder e instituído em meio a determinados regimes de verdade, precisamos compreender que o gênero não funcionava como campos opostos, binários, nem como um tripé vago do “terceiro gênero”, mas que ao mesmo tempo as próprias dinâmicas de poder dadas na sociedade seguiam lutando para determinar os limites dessa permeabilidade.

## CAPÍTULO 2: Maternidade e gênero

\*

Mil quatrocentos e sessenta dias é o tempo que se passou entre o início dessa pesquisa e seu final. Foram mil quatrocentos e sessenta dias que, por sua vez, parecem ter se estendido por pelo menos o triplo do tempo. Muito aconteceu durante esse período - é claro que as mudanças históricas estão presentes em todo tilintar do relógio, segundo após segundo. Não é sobre isso a que me refiro. Trata-se de mais, muito mais. Em meio a esses mil quatrocentos e sessenta dias, vi o mundo se reconfigurar muitas vezes - o meu e o de todos ao meu redor. Vivi tantas vidas durante esses quatro anos que seria improvável pensar tanto.

Vi o mundo colapsar diante de uma pandemia que ceifou a vida de pelo menos 15 milhões de pessoas no mundo. Foram quase vinte meses de isolamento, a ruptura do contato absoluto com as pessoas que mais amamos. Durante um longo tempo, nossa única companhia foram as sombras das paredes e o silêncio fúnebre das calçadas vistas pela janela. Tivemos medo, um pavor inquietante e permanente de que poderíamos ser o fim de quem mais amávamos. Vimos nossos amigos e familiares dançando com a morte, como sugeriram os artistas do século XIV quando se depararam com a peste. Talvez eu jamais tenha me sentido tão próxima da concepção de humanidade como quando me deparei com a facilidade com que a morte nos carrega.

Nos primeiros meses de 2020, vimos marchar pelas ruas italianas diversos tanques de guerra. As calçadas estavam vazias, fantasmagóricas, e o ar parecia pesado demais para que mantivéssemos a nossa própria respiração enquanto as assistíamos dos computadores de nossas casas. Os tanques de guerra carregavam corpos, centenas deles. Não havia mais transporte nem cemitérios o suficiente para tantas vidas que se foram. Todos nós perdemos alguém durante a onda avassaladora da doença. Alguns perderam seu mundo inteiro, outros parte do próprio pulmão. Houve quem perdeu sua calma, enterrando-se em um lamento fúnebre que ainda não foi totalmente curado. Crises de pânico, ansiedade social, luto.

Eu, particularmente, perdi uma parte imensa de mim em meio à procissão de mortos. Meu pai. As palavras pesam quando tento falar sobre ele, mas é preciso que esse fardo seja transferido para essas páginas. É preciso entender que a ciência também se produz em meio à dor. Perdi uma das pessoas mais importantes da minha vida. Se as almas de fato existem como supunham os teólogos medievais, metade da minha foi arrancada e enterrada no dia 10 de junho de 2020. Meu peito sangrou por todos os dias desde então e me vi dilacerada por uma perda



imobilizante. Chorei diante da impotência, das garras que arranharam minha garganta até que eu não conseguisse mais respirar entre tantas lágrimas.

Em meio ao luto e à contenção da pandemia, tive o coração partido até encontrar alguém que o curasse novamente - o tanto que ele ainda *pode* ser curado, pelo menos.

Como se não fosse o bastante, vivemos ainda um governo que flertou com o nazismo, incentivou o ódio e a intolerância, inflamou uma perseguição imbatível aos intelectuais, às universidades e aos seus estudantes. Um governo que retirou os investimentos na área de ensino, deixando universidades sem dinheiro para pagar a conta de luz ao final do mês. Governo que ridicularizou a ciência, escarneceu o conhecimento e riu - *riu* - quando mil pessoas morreram por dia pela falta de vacinas no país. Não o bastante, incentivou grupos de supremacistas raciais e neonazistas saírem à público ostentando orgulhosamente suas suásticas no braço. Não ao acaso, durante o processo eleitoral que ocorreu em 2022, diversas pessoas da oposição foram assassinadas por sua turba de seguidores. Assassinadas em uma festa de aniversário, em um bar enquanto relaxavam, nas ruas da cidade. Tiveram suas casas alvejadas por tiros, sua vida e sua segurança ameaçados pelo ódio a tudo que fosse progressista e plural.

Entre esses mil quatrocentos e sessenta dias, vivenciamos uma tentativa de golpe de Estado. Adoradores da política de morte e da violência, seguidores do então ex-presidente atacaram a sede dos três poderes da República. Violaram obras de arte, destruíram móveis, prometeram arruinar tudo o que havia de mais democrático no país. Foram contidos, mas não deixaram de acreditar que seu ódio era justo e necessário.

Em mil quatrocentos e sessenta dias vi meu mundo se desfazer algumas vezes. Vi seus estilhaços sendo re-colocados no lugar para que logo depois se estraçalhassem outra vez. Dizem que a vida passa como um sopro, mas nesses quatro anos ela passou como um temporal. Arremessou nossas estruturas pelos ares, fez e desfez o mundo como se pudesse virá-lo ao avesso a cada dois ou três dias. O sopro transformou-se em furacão, as ondas nos engoliram e o ar se tornou tão denso que por muitos dias não fomos capazes de respirar. Eu certamente não fui.

Perdi muito, ganhei uma coisa ou outra. Mudamos. Mudamos tanto que já não reconheço mais a pesquisadora que deu início a esse trabalho. Nenhuma pesquisa termina como foi projetada de início, mas essa em particular sofreu tantos desatinos e ricochetes que me espanto em como chegamos até aqui. Entre mortes, amores e ódios, de alguma forma esse texto foi construído e sua pesquisa concluída. Falar sobre gênero em um país que odeia mulheres e LGBTQIA+s, expor a historicidade dessas noções e demonstrar a superficialidade das tradições nas quais se assentam a violência não foi fácil. Por isso, por sua perseguição tão firme, acredito

que os últimos mil quatrocentos e sessenta dias tenham valido cada esforço, cada suor e lágrimas. A ciência andou de mãos dadas com o precipício, perdeu algumas estruturas que levaremos anos para reconstruir, mas sobreviveu. Capenga, desacreditada, profundamente ferida, mas sobreviveu. Eis aqui uma pequena contribuição para que ela se fortaleça, restabeleça seu lugar de importância e não deixe, jamais, de produzir conhecimento sobre nós mesmos e sobre o mundo.

Seguiremos.

\*

Muitas(os) pesquisadoras(es) já abordaram o tema da maternidade quando se propuseram a estudar mulheres e gênero. A um primeiro olhar, a proposta de estudar a maternidade em uma pesquisa sobre construção de feminilidade(s) não nos parecia adequado ao propósito. Parecia, do contrário, um eterno retorno incômodo aos limites de gênero impostos às mulheres por muitos anos - o limite do espaço doméstico, do cuidado com os filhos. Estudar a maternidade como ponto de partida para compreender gênero parecia reforçar o lugar comum de que ser mulher implica necessariamente em ser mãe e vice-versa: mais do que nos ajudar a desestruturar os lugares comuns sobre feminino, nos sugeria reforçá-los.

No entanto, ao longo da análise das cartas produzidas pela família Paston e das reflexões sobre como feminino e masculino foram elaborados no medievo, o tema da maternidade se recolocou em destaque. A primeira razão para isso foi exatamente por causa de sua ausência. Em algumas obras lidas, como a de Margery Kempe concluída em 1436, o silêncio sobre a maternidade era tão explícito que não poderíamos ignorá-lo. Kempe teria tido, segundo ela mesma, mais de uma dúzia de filhos, mas nenhum deles foi nomeado ao longo de sua autobiografia. Sem nome, sem identidade e na maior parte das vezes sem qualquer contato com a própria mãe. Como a maternidade poderia definir o que significa ser mulher quando ela estava completamente ausente de sua identidade e narrativa?

O segundo motivo para recuperar o tema em nossa pesquisa foi o seu oposto: a aparição marcante da maternidade na obra de Julian de Norwich, escrita entre o final do século XIV e o início do século XV. A anacoreta foi uma das principais pensadoras do medievo a construir a imagem de Jesus Cristo enquanto mãe, tema amplamente discutido por Caroline Bynum<sup>1</sup>. Nesse caso, nos questionamos como pensar a possibilidade de construção de feminino e de

---

<sup>1</sup> BYNUM, C. *Jesus as Mother: studies in the spirituality of the High Middle Ages*. Berkeley: University of California Press, 1984.

masculino a partir da junção de um homem à maternidade? Importante observar que, nesse caso, a comparação a uma mãe poderia significar elementos diferentes em relação à paternidade, aspecto que pontuaremos adiante.

Por fim, as dinâmicas familiares entre as mulheres Pastons e seus filhos ou maridos estiveram muito presentes ao longo das centenas de cartas trocadas por eles no século XV. Não poderíamos ignorar a importância dessas relações para a família em seus projetos de se estabelecer na região de Norfolk como uma *gentry* cada vez mais influente na política local e como proprietária cada vez maior de terras. Nesse sentido, falar sobre a maternidade foi necessário.

Não queremos partir aqui de nenhuma concepção pré-estabelecida sobre o significado de ser mãe e como esse papel esteve relacionado (ou não) ao feminino. Partindo das lógicas desconstrucionistas propostas por Jacques Derrida e continuadas por Michel Foucault<sup>2</sup>, nosso objetivo é entender como, entre a *gentry* inglesa do século XV, a maternidade foi construída e enredada às concepções de gênero. Como essas dinâmicas de macho/fêmea, masculino/feminino puderam orientar o lugar do corpo que amamenta, do sujeito que cuida e disciplina, além das implicações teológicas sobre esse conceito. Antes de afirmar que o feminino foi construído ao lado da maternidade, queremos verificar se de fato esses conceitos estiveram relacionados e, se sim, de que maneira.

Um quarto e último ponto importante que alimentou o surgimento desse capítulo diz respeito à importância política relacionada à maternidade - no medievo, mas na contemporaneidade também. O tema suscita debates em torno do corpo das mulheres e de pessoas trans ou não-binárias. Debates em relação ao aborto, à amamentação pública, às cirurgias (quase sempre restritas) de laqueadura, às jornadas duplas de trabalho e divisão de tarefas no lar, à adoção e a possibilidade de gestar um bebê para ser adotado por uma família estéril ou LGBTQIA+. Esses aspectos marcam com profundidade os debates feministas do século XX e XXI e têm ingressado com mais força na esfera pública - seja com políticas progressistas, seja com retrocessos graves em relação a essas medidas. Entender as construções de gênero e de maternidade são, portanto, fundamentais também para que possamos historicizar com maior precisão esses conceitos e dinâmicas. Trata-se de retirá-los de um lugar naturalizado e a-histórico para que possam ser pensados de forma crítica, a fim de que não se tornem concepções monolíticas sobre o que é ser mãe e, conseqüentemente, o que *não é*. Elizabeth

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2013.

Badinter já havia dado um passo fundamental nesse sentido com sua obra *O Mito do Amor Materno*<sup>3</sup>, mas é preciso dar continuidade a esse trabalho. Investigar quando nascem e como nascem determinados entendimentos de maternidade e de família, para que possamos retirá-los do seu lugar-comum.

O presente capítulo, portanto, responde à presença (ou ausência) significativa da maternidade nas obras escritas por mulheres durante o período medieval e da importância contemporânea em historicizar esses conceitos para que não se tornem instrumento de naturalização do gênero e de suas práticas.

O tema, ainda, volta-se para a importância dos corpos. Embora a maternidade não seja definida apenas pelos aspectos ligados ao corpo, como parto e amamentação, em alguns momentos ela aparece vinculada a esses elementos. Por implicar em mudanças sobre o corpo, é preciso reforçar como este é um lugar também político e um espaço fundamental de inscrição cultural, simbólico, permeado por relações de poder e especificamente de gênero. Voltaremos à importância dos corpos no medievo adiante, mas gostaríamos de destacar desde já esse aspecto. Por muito tempo, o corpo foi silenciado na historiografia masculina: até o século XIX, a história vista como legítima era aquela dos documentos públicos, dos grandes estadistas e da guerra<sup>4</sup>. Embora nenhum desses aspectos se desvincule do corpo, sobretudo a guerra, ainda assim não havia espaço para ele na historiografia. Foi preciso chegar à escola dos Annales no início do século XX para que temas até então ignorados pudessem fazer parte dessas narrativas sobre o passado.

Ao mesmo tempo, precisamos entender como o corpo foi, por muito tempo, associado ao feminino. Não exclusivamente, mas sobretudo a partir da vinculação de mulheres com o emotivo e conseqüentemente com o corpóreo. A historiografia contemporânea, por exemplo, reproduziu durante muito tempo essa perspectiva reducionista sobre as mulheres no medievo. Ainda que a devoção delas fosse mediada muitas vezes pelo corpo - pela eucaristia, pelo choro ou mesmo pela imitação dos flagelos de Cristo<sup>5</sup> -, houve uma separação exagerada entre a teologia (frequentemente masculina, intelectual) e o misticismo (feminino, corpóreo)<sup>6</sup>. Nesse

---

<sup>3</sup> BADINTER, E. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

<sup>4</sup> Não ao acaso, representantes importantes da Escola dos Annales foram medievalistas. Ver: BLOCH, M. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Ver também: SOIHET, R.; PEDRO, J. M. “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”. *Revista Brasileira de História*, 27 (54) • Dez 2007. TILLY, Louise. “Gênero, História das Mulheres e História Social”. *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, n.3, 1994.

<sup>5</sup> BYNUM, C. *Holy Feast and Holy Fast: the religious significance of food to medieval women*. Berkeley: University of California Press, 1988.

<sup>6</sup> Alain de Libera problematizou a divisão feita pela historiografia entre obras consideradas teológicas e aquelas de caráter “místico”. Seu questionamento diz respeito à associação que parte dos próprios historiadores entre

sentido, compreender o corpo em suas múltiplas possibilidades nos permite abordá-lo através de um olhar mais complexo, dinâmico, como as próprias concepções de gênero o eram. Ainda, re-introduz esse espaço de poder na centralidade das discussões historiográficas por entender que é a partir do corpo e por meio dele que os gêneros são construídos e performados; por meio dele, portanto, que as relações de poder são tecidas na sociedade medieval.

Neste capítulo, abordaremos o tema da maternidade como eixo condutor para compreendermos a construção dos conceitos de gênero. Nosso objetivo não é fazer um estudo aprofundado sobre as dinâmicas familiares em si, mas compreender de que forma a sociedade inglesa do século XV percebia o funcionamento de gênero para fazer uso dele enquanto uma ferramenta social, política e de poder. Para isso, analisaremos sobretudo as cartas de Agnes e Margaret Paston, traçando paralelos com outras produções realizadas naquele período a fim de entendermos a abrangência e a dinâmica desses conceitos. Da maternidade negada à maternidade transposta<sup>7</sup>, como o “ser mãe” pode nos ajudar a entender a relação entre masculino/feminino e possíveis flutuações entre um e outro?

### **Historiografia e maternidade**

O tema da maternidade começou a ser abordado pela historiografia sobretudo a partir dos anos 70. A obra *Of Woman Born* de Adrienne Rich<sup>8</sup> foi um dos marcos iniciais da preocupação com a maternidade enquanto um tema histórico e social. A pesquisadora traz, logo no primeiro capítulo, a inquietude sentida em relação à imagem de mãe que foi construída como um lugar ideal e as vivências que tivera, ela mesma, em relação aos filhos. Rich menciona não apenas o estereótipo do amor incondicional construído sobre a mãe, como também a concepção de identidade unívoca “mãe”<sup>9</sup>.

A obra de Rich alerta para a importância de pensar a maternidade para além do ato de dar à luz. Ser (ou tornar-se) mãe implica em *cuidado* - emocional, intelectual, físico. Trata-se de uma atuação constante e social - como o próprio título de seu livro indica, como uma experiência e, para a autora, também como instituição.

---

mulheres e o corpo ou místico, como se apartado das reflexões intelectuais propostas pelas obras de teologia. Ver: LIBERA, A. de. *Pensar na Idade Média*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

<sup>7</sup> Maternidade negada pensamos aqui especificamente na obra de Margery Kempe e a ausência notável de seu papel como mãe ao longo da autobiografia. Por maternidade transposta, pensamos na categorização de Jesus Cristo como mãe elaborada por mulheres como Julian de Norwich, Marguerite d'Oingt, entre outras.

<sup>8</sup> RICH, A. *Nacemos de Mujer: la maternidad como experiencia e institución*. España: Traficantes de Sueños, 2019. Publicação original de 1976.

<sup>9</sup> “Yo fui atrapada por el estereotipo de la madre cuyo amor es «incondicional», y por las imágenes visuales y literarias de la maternidad como una identidad unívoca”. Ibid., p. 67.

O livro de Rich é rico em relatos de sua própria experiência com os filhos. Nesse sentido, seu texto ressoa as críticas feitas pela historiografia feminista ao sujeito universal neutro da ciência. Em *Of Woman Born*, não há um sujeito sem lugar cujas experiências podem ser transpostas a qualquer um. Do contrário, há uma marca evidente dos espaços a partir do qual a autora fala e de como suas experiências de alguma forma impactaram também na escrita do livro. Ao mesmo tempo, sobretudo ao revisitar a introdução de sua primeira edição, reconhece como questões de classe e de raça permeiam a maternidade. Compreende como as dinâmicas de poder sobre esses outros recortes identitários marcam também diferentes maternidades: distintos significantes para “ser mãe”, distintas possibilidades de sê-lo. Ao mesmo tempo, revisita o conceito de patriarcado utilizado na obra para se referir às relações de opressão sofridas pelas mulheres, ressaltando como, em sua perspectiva, o patriarcado não se dá de formas iguais em todas as sociedades e nem sobre todos os sujeitos<sup>10</sup>.

A reavaliação do conceito é importante para um debate sobre gênero, na medida em que houve uma ruptura importante entre os estudos feministas. Enquanto os anos 70 e 80 faziam uso frequente da noção de patriarcado, a década de 90 introduziu novos questionamentos, em especial com a teoria *queer*<sup>11</sup>. Entre tantas questões, pesquisadores/as da teoria *queer* pontuaram as múltiplas formas como masculino e feminino podem se relacionar dentro da sociedade sem cair em um olhar simplório da dominação unilateral. Tratou-se de reconhecer até mesmo a agência e os espaços possíveis de negociação entre homens, mulheres, cisgêneros, transgêneros. Ao mesmo tempo, os estudos sobre raça pontuaram também as diferentes possibilidades de atuação entre homens negros e mulheres brancas, em que o gênero nem sempre se sobrepôs à raça<sup>12</sup>.

Em relação à interseccionalidade, Toni Morrison, autora negra estadunidense, escreveu um importante romance chamado *Amada*. Na obra, relatou o difícil lugar da maternidade para uma mulher negra em um contexto escravagista dos Estados Unidos<sup>13</sup>. O livro, que se passa no final do século XIX, retrata a história de uma mãe que matou sua filha. O assassinato havia

---

<sup>10</sup> RICH, A. “Diez años después: una nueva introducción”. In: *Nacemos de Mujer: la maternidad como experiencia e institución*. España: Traficantes de Sueños, 2019.

<sup>11</sup> Sobre a teoria *queer*, ver: BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. LOURO, G. L. *Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

<sup>12</sup> Ao contrário, o mito do homem negro que violenta sexualmente a mulher branca tornou a concepção universalista de patriarcado pouco aplicável. Essa construção de violência serviu, em alguns casos, para perseguir, aprisionar e até mesmo matar homens negros. Ver: DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

<sup>13</sup> MORRISON, T. *Amada*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

sido uma forma de preservação e de amor: poupar a criança dos horrores da escravidão<sup>14</sup>. Maryse Condé escreveu a obra *Eu, Tituba, Bruxa Negra de Salém* em que a questão da maternidade também se torna um ponto importante<sup>15</sup>; não apenas porque Tituba, personagem principal, é responsável por cuidar de crianças que não as suas, crianças brancas, mas pela relação que estabelece com a própria mãe. Tituba (inspirada em uma história real) nasceu de um estupro. A respeito da protagonista, questiona-se: “Quando foi que descobri que minha mãe não me amava mais? Acho que quando eu cheguei aos cinco ou seis anos de idade (...) Eu a lembrava a todo instante de sua dor e humilhação”<sup>16</sup>.

Essas histórias escritas por Morrison e por Condé nos apontam para os lugares difíceis e distintos da maternidade. Como ser mãe quando tudo começa a partir da violação do próprio corpo? Como ser mãe diante da violência contínua da escravidão? Se a maternidade implica em cuidado com os filhos, como vivê-la quando é preciso cuidar dos filhos de outros? Essas questões importantes nos afastam de um olhar universalizante sobre o tema. Antes de pensar a maternidade, é preciso reconhecer seus múltiplos lugares - inclusive seus não-lugares, ou seja, suas impossibilidades de existência.

Outras/os pesquisadoras/es também se tornaram referências para pensar no tema da maternidade na segunda metade do século XX. Além de Badinter e Rich, já mencionadas, Nancy Chodorow se tornou também um destaque, abordando o tema a partir da psicanálise em *The Reproduction of Mothering*<sup>17</sup>. Embora tenha trazido diversas contribuições, não nos basearemos aqui nas análises psicanalíticas propostas por Chodorow. Concordamos com Barbara Harris ao apontar que a teoria psicanalítica está profundamente vinculada a um período histórico e cultural específico e, portanto, não pode ser simplesmente transposta ao medievo<sup>18</sup>.

Mas, afinal, como podemos pensar a maternidade? Para além da lógica de experiência e de instituição proposta por Adrienne Rich, Irene Oh sugeriu entender a maternidade enquanto performance e corpo<sup>19</sup>. Para essa abordagem, a autora partiu de um diálogo entre o olhar de Judith Butler e de Saba Mahmood, contrapondo a perspectiva mais ocidental de Butler às

---

<sup>14</sup> Morrison apontou, ainda, como essas afirmações de maternidade e de maternidade não eram possíveis dentro da lógica escravista. Ver: KANGUSSU, Imaculada. “Medeia escrava. Sobre Amada de Toni Morrison”. *Archai*, n.º 22, Jan.-Apr., 2018. p. 283-297.

<sup>15</sup> CONDÉ, M. *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

<sup>16</sup> *Ibid*, p. 29.

<sup>17</sup> CHODOROW, N. *The Reproduction of Mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. California: University of California Press, 1999.

<sup>18</sup> HARRIS, B. Property, Power and Personal Relations: Elite Mothers and Sons in Yorkist and Early Tudor England. *Signs*, v. 15, n. 3 (primavera 1990). pp. 606-632.

<sup>19</sup> OH, I. The Performativity of Motherhood: embodying theology and political agency. *Journal of the Society of Christian Ethics*, vol. 29, n. 2, 2009, pp. 3-17.

perspectivas islâmicas abordadas por Mahmood. Aachamos pertinente um olhar mais aprofundado sobre os apontamentos de Oh, sobretudo pelas implicações de sua crítica à perspectiva de performance e a superficialidade com que a autora abordou o “biológico” no texto.

Irene Oh concorda, primeiramente, com o aspecto performático da maternidade, mas observa um aspecto que estaria ausente na perspectiva de Judith Butler: a agência autorreflexiva, não binária e não totalmente separada dos corpos<sup>20</sup>. Como um fenômeno não binário, Oh entende que a maternidade não se limita a apenas dois tipos de agência, ruptura/resistência ou assimilação: “Maternidade não é simplesmente uma reiteração da norma patriarcal opressiva, nem é um estado idealizado sobre a realização e a felicidade da mulher”<sup>21</sup>. Essa observação responde ao olhar que Butler oferece à performance como resultado da repetição. Para esta, a maternidade não está fora das relações de poder, mas dentro delas e atua a partir delas<sup>22</sup>. Isso significa que a performance materna é normatizada por diversas regras, instituições, discursos e que se torna normativa exatamente porque é repetida constantemente pelos sujeitos que a vivem. No entanto, a repetição não significa necessariamente imitação, podendo abrir espaço para elementos de ruptura<sup>23</sup>.

Na leitura de Oh sobre Butler, a reprodução de um determinado comportamento pode se dar de forma consciente pelo sujeito na esperança de que se torne um hábito - portanto, uma forma de moldar a si mesmo em relação às normas. Nesse ponto, Irene Oh não exemplifica de que maneira o sujeito pode perceber, conscientemente, o que a norma espera e nem mesmo explica o porquê desse esforço de adequação - seria para obter vantagens agindo como é esperado? Para sobrevivência? A autora não aprofunda nenhuma dessas expectativas. Entender por quais motivos e por quais mecanismos um sujeito negocia com as normas impostas é importante para romper até mesmo com o binarismo sobre a agência que Oh criticou.

---

<sup>20</sup> Mary Beth Rose afirma que “Motherhood [is] a political and social aesthetic structure: collectively created and recreated” (ROSE, Mary Beth. *Plotting Motherhood in Medieval, Early Modern and Modern Literature*. Palgrave Macmillan, 2017, p. 5). A autora não desenvolve o que entende por estrutura estética, mas sugere que seja um elemento narrativo de forma. Embora a maternidade de fato possa constituir a aparência de substância enquanto recurso de poder, reduzi-la a um elemento estético parece simplificar a potencialidade da performance como meio de inserção nas relações de poder (além de produtor de significados). O conceito de estética, aqui, parece construir a atuação materna como um elemento passivo, ao mesmo tempo em que ela é pensada como estrutura e portanto uma aparência que molda, mas não produz - é produzida. A performance, por sua vez, implica em uma relação de *agência* sobre a maternidade (inclusive no sentido de produção de sentidos). Existe uma estética produzida na literatura a respeito da maternidade, mas ela, enquanto fenômeno social e histórico, não se limita a isso.

<sup>21</sup> Tradução livre de: “Motherhood is neither simply a performative reiteration of an oppressive patriarchal norm, nor is it an idealized state of a woman’s fulfillment and bliss” (OH, op. cit., p. 7).

<sup>22</sup> BUTLER, 2003.

<sup>23</sup> A proposta performativa de Butler dialoga com a concepção de atos de fala de John Austin. Ver: BUTLER, 2003.



Quando avalia a limitação da agência na perspectiva de Judith Butler, Oh recorre à perspectiva de Mahmood sobre mulheres muçulmanas. Para além da ruptura ou da mera reprodução, existiria a possibilidade de *produzir* comportamentos vinculados à norma - não apenas se submetem, mas deliberadamente reproduzem e fortalecem determinados comportamentos. Nesse ponto, sua crítica é importante e, para ser mais precisa, deveria ser recuperada em Michel Foucault antes de Judith Butler. A filósofa estadunidense tem como principal referência intelectual as obras de Foucault e, em relação à agência, parece voltar sobretudo à noção de poder proposta por ele em obras como *História da Sexualidade*<sup>24</sup>.

Michel Foucault considera o poder como um jogo em constante disputa, fruto de forças múltiplas que se dão em inúmeros sentidos. Essa pluralidade de elementos que disputam poder faz com que, para o filósofo, se formem sistemas ou “defasagens e contradições”<sup>25</sup>. É a partir dessas possíveis contradições que emergem as rupturas. Para o filósofo, as resistências acontecem *dentro* das relações de poder, a partir de seus encadeamentos e nunca fora dele. Como a distensão se dá dentro das próprias lógicas de funcionamento do poder, entendemos que as rupturas são fruto do mesmo jogo que reforça e alimenta certa ordenação social. O mesmo processo que cria e reforça determinadas normas é também o que possibilita a ruptura. Foucault, contudo, faz uma ressalva que abre espaço para a concepção performativa de Butler<sup>26</sup>: segundo ele, “isso não quer dizer que [as resistências] sejam apenas subproduto das mesmas, sua marca em negativo (...) um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota”<sup>27</sup>. Por serem irregulares (lógica própria da concepção de poder como disputa), podem também introduzir mudanças. Portanto, exatamente porque a dinâmica do poder é móvel que os deslocamentos introduzem clivagens.

Ainda, e aspecto central para o pensamento de Butler sobre performance, Foucault observa que o que o poder apresenta de permanente, de unitário, é efeito de um esforço em fixá-lo, de se autorreproduzir como permanência e coesão. Entende, portanto, que existem tentativas, nos jogos de poder, em regular e fixar normas gerando a aparência de naturalidade e de coerência. Para Judith Butler, é exatamente essa dinâmica que se institui sobre gênero, tornando-o aparentemente natural e substantivo - entendendo substantivo aqui como algo vinculado à *substância* do sujeito, a uma suposta essência pré-linguística e pré-cultural<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>26</sup> BUTLER, 2003.

<sup>27</sup> FOUCAULT, 2014, p. 104.

<sup>28</sup> A aparência de substância, segundo Butler, “é produzida pela regulação dos atributos segundo linhas de coerência culturalmente estabelecidas” (BUTLER, 2003, p. 48), de forma que a substância é na verdade produzida performativamente e é imposta por práticas normativas. A concepção de performance pretende também

Ao trabalhar com o conceito de *técnicas de si*, Michel Foucault voltou sua atenção para o sujeito como produtor de si mesmo a partir das lógicas de sujeição e de subjetivação - aqui, uma vez mais, concentrando-se em uma possibilidade binária de agência<sup>29</sup>. Elaborar a si estaria dentro de um conflito constante entre as normas impostas por uma série de dispositivos e de discursos e os espaços em que é possível negociar ou assimilar essas normas.

Michel Foucault apresenta então duas possibilidades de atuação relacionada ao poder: a tentativa de fixá-lo ou de romper com suas lógicas. É a partir dessa perspectiva que Butler desenvolve sua concepção de performance na obra *Problemas de Gênero*<sup>30</sup>. A sexualidade, assim como o gênero, emerge *a partir* das relações de poder, afirma Butler, motivo por que não é apenas uma duplicação uniforme das normas. Segundo a pensadora, “as produções se desviam de seus propósitos originais e mobilizam inadvertidamente possibilidades de sujeitos que não apenas ultrapassam os limites da inteligibilidade cultural como efetivamente expandem as fronteiras”<sup>31</sup>. Exatamente porque gênero é produzido dentro das relações de poder que ele é impactado pelas dinâmicas múltiplas e instáveis dessas relações. Entendendo que poder se insere em disputas e tensionamentos, a mobilidade é parte constituinte do gênero. Butler reforça, ainda, que essa repetição não é uma permanência acrítica das dominações, na medida em que é capaz de deslocar as normas. Ela sugere, ainda, que o esforço de naturalização desses regimes de poder tenta suprimir as ambiguidades, criando a aparência de unidade - aparência, pois o esforço de coerência interna não é capaz de impedir, por completo, as mudanças. Essas dinâmicas móveis operam, segundo ela, como lugares de intervenção e de deslocamento.

Judith Butler indica, portanto, lógicas semelhantes às de Foucault em relação à agência como possibilidade de ruptura ou de repetição. Apesar de sugerir as múltiplas possibilidades do discurso e da performance, a filósofa não evidencia como a multiplicidade também figura em relação à agência. O que Irene Oh aponta em sua crítica é a possibilidade não só de reproduzir ou romper, mas também a de reforçar a norma a partir de um poder positivo - ou seja, de um poder que *cria, produz*, outras concepções que sustentam as normas. Reproduzir,

---

questionar, precisamente, a noção de substância. Não há uma essência imóvel que institui o gênero, mas práticas permanentes e por vezes contraditórias que disputam um espaço de atuação. O esforço em fixá-las é o que institui a ideia, falsa, de que gênero e sexo são dados de forma natural e ahistórica.

<sup>29</sup> Foucault alerta para a diferença entre atitude individualista (“caracterizada pelo valor absoluto que se atribui ao indivíduo em sua singularidade e pelo grau de independência que lhe é atribuído em relação ao grupo” [2013, p. 48]), a valorização da vida privada (importância dada às relações familiares e interesses patrimoniais) e a intensidade das relações consigo (“das formas nas quais se é chamado a se tomar a si próprio como objeto de conhecimento e campo de ação” [2013, p. 48]). Ver: FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. v. 3. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

<sup>30</sup> BUTLER, 2003.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 54.

criar ou revoltar-se contra o que foi normatizado são possibilidades distintas. Acreditamos que Judith Butler não *nega* essa possibilidade, nem mesmo Foucault, uma vez que a reprodução nunca é passiva na perspectiva dos dois filósofos. A concepção de instabilidade das relações de poder é precisamente o que sugere como a reprodução (mesmo quando tenta fixar uma norma) institui mudanças.

O ponto de crítica válido sobre Judith Butler nos parece dizer menos respeito ao suposto binarismo da agência e mais sobre como a mudança opera. De que maneira a ruptura acontece? Em meio a infinitas repetições, o que propõe o reforço da norma e o que a desloca? Seria um fenômeno próprio ao processo de poder e, dessa forma, inevitável? Seria, como sugeriu Foucault, fruto da *intencionalidade* sobre a disputa de poder?<sup>32</sup> Se há o objetivo de deslocar o discurso, de que maneira isso poderia ser feito através da repetição? São perguntas para as quais Judith Butler poderia ter dedicado uma resposta mais aprofundada.

A partir da crítica traçada por Irene Oh, podemos pensar como a agência dos sujeitos não apenas *reforça* ou *rompe* com a norma, como também o produz. Nesse sentido, mulheres marginalizadas também produzem regras mesmo quando se inserem dentro dos discursos normativos vigentes. Enquanto se exige da mulher a maternidade, como pensar a agência da mulher que não apenas reproduz o desejo de se tornar mãe como ativamente o busca? Para Irene Oh, a perspectiva de Butler concederia a essas mulheres uma agência muito pequena, sutil<sup>33</sup>. A maternidade não seria fruto apenas de uma coerção externa exercida sobre as mulheres. Do contrário, poderia oferecer uma oportunidade de validação pública e de afirmação da própria agência. Oh sugere até mesmo pensar no conceito de hospitalidade para compreender as capacidades de agência vinculadas à figura da mãe.

É possível chegar a essa reflexão a partir das ideias já propostas por Foucault de um poder positivo (produtivo, institutivo) e um poder negativo (de censura, rejeição). Ainda assim, a perspectiva de agência não parece ser apresentada com toda a complexidade possível no conceito de performance de Judith Butler. Performance, inserida nas relações poder, deve ser entendida a partir das múltiplas possibilidades de produção, reprodução e ruptura propostas ao campo.

Enquanto a crítica de Oh a respeito da agência seja válida para que possamos pensar nas múltiplas possibilidades de atuação, há um aspecto a respeito do qual discordamos

---

<sup>32</sup> Foucault sugere, nesse sentido, pensar o discurso a partir das reutilizações de fórmulas idênticas (portanto da repetição) com objetivos opostos além da própria ruptura com essas fórmulas também por objetivos divergentes. Ver: FOUCAULT, 2014, p. 110.

<sup>33</sup> “Motherhood is neither simply a performative reiteration of an oppressive patriarchal norm, nor is it an idealized state of a woman’s fulfillment and bliss”. Ver: OH, op. cit., p. 7.

profundamente em seu texto. Para Oh, Judith Butler (e o que chamou de feminismo progressista ou liberal) desestabiliza o corpo feminino ao afirmar que “ser mulher” é uma manifestação cultural e não uma entidade real - biológica, como sugeriu Oh<sup>34</sup>. Para ela, a posição de Butler geraria uma retórica irresponsável que ameaçaria a vida das mulheres ao apagar a dimensão material do corpo e o desconsideraria como veículo de agência. Em primeiro lugar, é preciso compreender antes o que Butler apontou sobre o corpo feminino. A filósofa rejeita a ideia de um corpo apenas como manifestação da cultura, como se significados simbólicos fossem apenas inseridos nele e o corpo restasse como uma substância passiva e quase invisível nas dimensões de poder. Butler afirma a importância do corpo como produtor de significados, assim como um campo atravessado por relações de poder<sup>35</sup>.

Em segundo lugar, ao afirmar que o corpo feminino é também biológico, Irene Oh parece associar feminilidade ao útero ou a concepção de “feminino” à “fêmea” como correlatos simétricos. Foi precisamente a correspondência mimética entre o sexo biológico pré-linguístico e o gênero cultural ou linguístico que, ao ver de Judith Butler, solidificou as noções binárias de feminino e masculino e a própria heteronormatividade. Concordamos com Butler que a correspondência do gênero ao corpo biológico reduz a um limite binário cuja existência foi construída a partir de discursos normativos e imposições rigorosas de comportamento sobre o corpo. Mais do que libertador, pensar o feminino como biológico nesses termos é reproduzir um espaço de violência sobre os corpos.

Para Irene Oh, essa concepção de gênero impediria uma política propriamente feminista por supostamente inviabilizar a existência do corpo de mulheres. O que Oh falha em reconhecer é que sua proposta não somente não garante uma política progressista para os corpos que observa como também impossibilita uma política inclusiva para corpos não binários e para identidades transgêneros. Se ser mulher aparece invariavelmente conectado a um corpo material específico, sujeitos que escapam a esses corpos ou identificações não possuem lugar na política sugerida por Oh<sup>36</sup>. Sua posição é ainda mais frágil quando consideramos o lugar do corpo no medievo.

---

<sup>34</sup> Segundo ela, a posição de Butler “is not merely an intriguing philosophical proposition but is irresponsible intellectual rhetoric that minimizes and jeopardizes women's lives. If in the end there really is no such thing as a woman but simply cultural influence, then feminist politics becomes impossible”. OH, op. cit., p. 4.

<sup>35</sup> Ver: BUTLER, 2003. Ver também: BUTLER, J. *Corpos que Importam: os limites discursivos do 'sexo'*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

<sup>36</sup> A posição de Oh é ainda mais problemática quando consideramos sua posição em relação à política recente nos EUA. A autora valoriza a figura política de Sarah Palin como mulher e como mãe, a despeito de sua posição conservadora e abertamente anti-aborto. Segundo Oh, “the physical presence of a working mother in the White House, regardless of her policies [grifo nosso], must hold some meaning” (OH, op. cit., p. 12). Discordamos profundamente da perspectiva de Oh de que a presença de uma mulher basta para possibilitar a agência feminina.

## O corpo como espaço produtor de identidades

Jacques Le Goff e Nicolas Truong compuseram, em 2003, uma obra chamada *Uma História do Corpo na Idade Média* para chamar a atenção às ausências do corpo como objeto de estudo na historiografia. No início dos anos 2000, o corpo começava a se tornar um tema mais presente entre as Ciências Humanas, mas os autores da obra pontuaram acertadamente o silêncio prolongado sobre o corpo. Até meados do século XX, esse espaço físico, social, identitário estivera ausente em grande parte dos estudos sobre o passado. Segundo Le Goff e Truong:

“Se a história foi frequentemente escrita do ponto de vista dos vencedores, como dizia Walter Benjamin, também - denunciava Marc Bloch - foi por muito tempo despojada de seu corpo, de sua carne, de suas vísceras, de suas alegrias e desgraças. Seria preciso, portanto, dar corpo à história. E dar uma história ao corpo”<sup>37</sup>.

Dar uma história ao corpo significa tratá-lo em sua particularidade histórica, entendê-lo a partir dos fenômenos sociais no qual se insere e do qual por vezes é produtor. Significa, como pontuou Jean-Claude Schmitt, não pressupor um significado evidente para o termo que aparentamos reconhecer, mas que carregava diferentes possibilidades<sup>38</sup>. Esse olhar é caro inclusive para os estudos desconstrucionistas já mencionados, sobretudo para a arqueologia foucaultiana que propõe desestabilizar os conceitos para que possamos recuperar historicamente seus significados<sup>39</sup>.

Caroline Bynum foi uma das medievalistas que mais profundamente trabalhou com o corpo, sobretudo a partir da espiritualidade monástica<sup>40</sup>. Ela reconheceu a maior presença

---

Mulheres podem agir no sentido de coibir a agência de outras mulheres que não sejam ela mesma e historicamente o fizeram. Quando Oh acredita que basta uma mulher estar no poder para garantir agência, ignora por exemplo a atuação de mulheres brancas para restringir direitos das mulheres negras (ver DAVIS, op. cit.). No Brasil, entre 2019 e 2022, Damara Alves foi ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ela atuou diretamente na restrição dos direitos sociais das mulheres e chegou a expor uma criança violentada sexualmente ao escárnio público para que essa criança não abortasse. A agência dos sujeitos não é necessariamente progressista, como Oh sugere, mas isso não significa que garantir a agência de algumas é garantir também a de todas. Oh reconhece que Palin pode ter restringido a liberdade de outras mulheres nos EUA, mas não rejeita o próprio argumento a favor da mera presença de Palin na política nacional como significativa para as mulheres. Por fim, a posição de Irene Oh nesse ponto reflete sua perspectiva de que gênero e corpo são correlatos: basta carregar um útero para indicar agência feminina - o que, uma vez mais, nos parece violento com outras identidades e perigoso em relação aos direitos mais progressistas.

<sup>37</sup> LE GOFF, J.; TRUONG, N. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 10.

<sup>38</sup> SCHMITT, J.-C. *O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: ensaios de antropologia medieval*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

<sup>39</sup> FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

<sup>40</sup> BYNUM, C. *Fragmentation and Redemption: essays on gender and the human body in medieval religion*. New York: Zone Books, 1992. BYNUM, C. *Holy Feast and Holy Fast: the religious significance of food to medieval women*. Berkeley: University of California Press, 1988. BYNUM, C. *Jesus as Mother: studies in the spirituality of the High Middle Ages*. Berkeley: University of California Press, 1984.

desses estudos no campo historiográfico a partir das décadas finais do século XX e pontuou como boa parte das produções giraram em torno de temas semelhantes<sup>41</sup>. Na filosofia, os questionamentos se concentraram no campo epistemológico como a dualidade entre corpo e mente, meios através dos quais podemos acessar ou construir conhecimento. Na sociologia, muito se pensou o corpo como um *espaço*, um lugar de representação. Nas humanidades como um todo, Bynum observou a recorrência das análises sobre reprodução e sexualidade, construção de gênero e papéis familiares.

Bynum traçou, inclusive, uma crítica à recorrência desses temas que se colocariam de forma mais abundante do que questões relacionadas à morte e ao trabalho, aspectos mais caros ao pensamento medieval do que o gênero, segundo ela. A autora tem razão quando observa que gênero não era um aspecto tão determinante para a identidade e para a vida social na Idade Média em todas as ocasiões. Essa concepção é reflexo da própria noção de interseccionalidade, uma vez que as instâncias de poder e identidade se sobrepõem umas às outras em uma relação instável de força. Isso não significa, porém, que *ainda* abordar o corpo a partir do gênero não seja importante para os estudos históricos.

Existem duas razões para isso: em primeiro lugar, acreditamos que a produção sobre o passado não se desvincula das demandas contemporâneas. Muitos teóricos já pontuaram o uso político da história e como essa narrativa é instrumentalizada para disputas de poder, para instituir regimes de verdade e legitimar discursos específicos sobre o corpo (marcado pelo gênero, pela raça, pela colonialidade)<sup>42</sup>. Dedicar esforços para compreender um fenômeno social por questões presentes não é ilegítimo - pelo contrário, é parte de uma disputa contínua e bastante presente sobre memória<sup>43</sup>. Nesse sentido, historicizar o corpo através do olhar ligado às questões de gênero é ainda fundamental em países, por exemplo, do Sul global.

---

<sup>41</sup> BYNUM, C. “Why All the Fuss About the Body? A Medievalist’s Perspective”. *Critical Inquiry*, v. 22, n. 1. Outono de 1995, pp. 1-33.

<sup>42</sup> RUFER, Mario. “Experiencia sin lugar en el lenguaje: enunciación, autoridad y la *historia de los otros*”. *Relaciones* 133, v. 34, 2013, pp. 79-115.

<sup>43</sup> A década de 2010, no Brasil, foi marcada por um esforço político constante em proibir os estudos de gênero a fim de reproduzir concepções naturalizadas e violentas sobre feminino e masculino. Em 2018, por exemplo, a cidade de Jaguará em Santa Catarina aprovou uma legislação que proibia o ensino de gênero. Posteriormente, foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça. Inibir a produção sobre gênero seria uma estratégia potencialmente efetiva para perseguir grupos marginalizados. Ver: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tjsc-declara-inconstitucional-lei-que-proibe-debate-da-ideologia-de-genero-em-escolas>. A esse respeito, ver também: BARZOTTO, C. E.; SEFFNER, F. Escola sem Partido e sem Gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. *Rev. FAEBA – Ed. e Contemp.*, Salvador, v. 29, n. 58, p. 150-167, abr./jun. 2020 (...) Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232209/001133419.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 20 jan. 2023. A respeito de memória e história, ver: RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

A segunda razão para insistirmos na análise sobre gênero a partir do corpo é a necessidade de aprofundar os estudos da área. Ainda que Bynum tenha identificado uma abundância de trabalhos a respeito, parece haver um espaço ainda a ser compreendido e preenchido. Algumas pesquisadoras e alguns pesquisadores têm pontuado o dinamismo das relações sobre corpo e sobre gênero que não se limitam ao binarismo e à dualidade vistos na Idade Moderna. Contudo, grande parte dessas produções encerram sua análise nesse ponto. O gênero não era binário, mas afinal de contas *o que* era? Como podemos pensá-lo se não a partir do dualismo polarizado? *Como*, afinal, o gênero poderia funcionar na Idade Média? A pergunta segue fundamentalmente em aberto<sup>44</sup>.

Ainda em relação à historiografia, Bynum apontou a ausência de um consenso teórico-metodológico para trabalhar com o corpo. Por vezes, pensado em relação à sua formação material, física; por outras, como exatamente aquilo que não possui um limite concreto porque é entendido a partir da potencialidade, da sexualidade. Os estudos pós-estruturalistas, por exemplo, compreendem o corpo sobretudo a partir da linguagem e dos significados produzidos sobre ele. Pensam-no como um corpo construído e performativo<sup>45</sup>.

Apesar da pluralidade de olhares, Bynum ressaltou um lugar-comum entre esses estudos: a caracterização dualista do corpo, defendendo uma continuidade histórica linear de Platão a Descartes<sup>46</sup>. Platão pensava em uma separação entre o Mundo das Ideias, das Formas, e o mundo sensível que percebemos através do corpo. Essa divisão correspondeu também à separação entre razão e experiência, reproduzida por Descartes no entendimento de *res cogitans* e *res extensa*. De acordo com a medievalista, a ideia historiográfica de que o dualismo platônico e cartesiano foi contínuo da Antiguidade à Idade Moderna estava ligada também à identificação teórica do corpo ao feminino. Nesse caso, a razão estaria necessariamente associada ao masculino, enquanto o corpo seria exclusivamente feminino - e, portanto, inferior

---

<sup>44</sup> Dentre pesquisadores/as já citados, Bynum nega o binarismo de gênero, Schmitt e Le Goff rejeitam o binarismo sobre o corpo. Trabalhos relacionados a masculinidades e a identidades *queer* têm pontuado o mesmo. Nenhum deles, porém, propôs com mais fôlego uma explicação para essa dinâmica. Se não é binária, o que é? Thomas Laqueur propôs uma resposta para o olhar sobre sexo, mas existem também aspectos sobre os quais sua teoria não consegue abarcar. São esses espaços vazios que pretendemos completar aqui. Ver: LAQUEUR, T. *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Ver também: BYNUM, 1984. LE GOFF; TRUONG, op. cit. HADLEY, D. M. (Ed.). *Masculinity in Medieval Europe*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999.

<sup>45</sup> PINTO, J. P. “Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades”. *D.E.L.T.A.*, 23:1, 2007, pp. 1-26.

<sup>46</sup> BYNUM, 1984. BYNUM, 1995.

tal como a experiência para os racionalistas mencionados<sup>47</sup>. Essa vinculação se justificaria a partir da definição de misoginia.

Contudo, a ideia de uma contínua negação e desprezo sobre o corpo não corresponde ao pensamento medieval. Em primeiro lugar, porque na Idade Média não havia uma única forma de perceber o corpo. Textos medicinais, teologias, poesias, reflexões monásticas, todas apresentavam aspectos distintos e plurais relacionados ao corpo e à matéria. A partir do século XIII, as noções aristotélicas de corpo também entraram em campo<sup>48</sup>, o que significava pensar a alma não apenas como dimensão racional, mas como princípio de vida que poderia ser múltiplo - Aristóteles questionava a possibilidade de existir diversas faculdades da alma, portanto também múltipla<sup>49</sup>. A própria concepção de uma oposição dual não é comum para o medieval: “dualidades ou binarismos frequentemente não estavam em questão”<sup>50</sup>.

Um exemplo pode ser pensado a partir da emergência de três categorias distintas e complementares em relação ao corpo e à alma: *caro/corpus* (carne, matéria), *anima* (princípio vital) e *spiritus* (princípio pensante, racional). Essa distinção surgiu no século XII entre a

---

<sup>47</sup> A vinculação do corpo ao feminino teria produzido uma lógica de inferioridade da mulher. Bynum menciona como, para alguns, essa lógica se converteu até mesmo na completa impossibilidade de se referir à mulher - seu apagamento completo. Nesse aspecto, podemos mencionar a crítica feita por Judith Butler ao trabalho de Luce Irigaray. De acordo com Butler, a teoria de Irigaray sugere que, do dualismo forma/matéria o feminino não é nenhum dos dois. É o masculino, na verdade, que opera esses dois campos de modo que o feminino habita um espaço de exclusão. Nesse sentido, o feminino não é algo, não participa do campo ontológico, ele é o ininteligível. Essa lógica seria consequência do próprio pensamento platônico que trata o feminino como receptáculo - um espaço que existe para receber o sêmen masculino e onde a matéria humana passa a ser formada. No entanto, e enquanto receptáculo, o feminino não é a forma (que está em um campo metafísico do Mundo das Ideias), nem mesmo matéria já que é aquilo que *recebe* a matéria, mas não é ela mesma. É interessante pensar como o feminino foi abordado aqui enquanto algo fora do campo ontológico do ser. Se nos mantivermos na filosofia antiga, Parmênides sugere a existência de um Ser que *é* e um Não-ser que *não é*, ou seja, que não pode existir. Górgias, por outro lado, propôs que o Não-ser (o feminino sugerido por Irigaray) *também* existe, na medida em que a não-existência pressupõe em si mesma o termo da existência. Fazemos essa digressão para refletir como a ideia de inexistência da mulher pressupõe, necessária e contrariamente, a sua existência. Irigaray, de certa forma, chega a essa conclusão ao apontar que o feminino existe enquanto reflexo do masculino e habita a linguagem falocêntrica que tenta suprimi-la. É na medida que essa linguagem coloca a mulher em um não-lugar que acaba, em contraposição, inserindo-a na linguagem - a reconhece enquanto algo que precisa ser localizado, mesmo que *fora*. Para Butler, é precisamente essa conclusão que faz com que Irigaray insira o feminino na linguagem falocêntrica que ela pretende criticar e romper. Irigaray não propõe outro lugar de existência ao feminino, mas o recoloca na linguagem que a disse não-existente supondo que assim haveria algum deslocamento, ruptura - “uma insubordinação que parece ter lugar dentro dos próprios termos do original” (BUTLER, 2019, p. 85). A crítica mais importante de Butler, nesse caso, nasce da correlação entre o feminino e a exclusão elaborada por Irigaray. Segundo a filósofa: “o receptáculo não é simplesmente uma figura representativa dos excluídos, mas, tomado como uma figura, faz as vezes dos excluídos e, portanto, realiza ou promulga ainda outro conjunto de exclusões” (Ibid., p. 81). Quando o excluído, o Outro, é pensado exclusivamente como o feminino em uma relação simbiótica entre os dois, esse excluído rejeita também outros corpos e outras exclusões. Ao mesmo tempo, segundo ela, “Platão, ao autorizar uma única representação do feminino, tenta proibir a própria proliferação de possibilidades nominativas que o não designável pode vir a produzir” (ibid., p. 84). Ao determinar o que *é* o feminino (ou o que *não é*), delimita também as possibilidades divergentes que poderiam surgir para compreendê-lo e, quando Irigaray entende o feminino como mero reflexo do masculino, essa limitação epistemológica e ontológica não é rompida.

<sup>48</sup> SCHMITT, op. cit.

<sup>49</sup> BYNUM, 1995.

<sup>50</sup> “(...) dualities or binaries were frequently not at stake” (Ibid., p. 13).



teologia monástica, devendo ser pensada também em um contexto de emergência de heresias dualistas, como os cátaros<sup>51</sup>. O binarismo não apenas não era um modo determinante de pensamento, como também poderia incorrer em heresia.

O segundo aspecto que questiona a teoria de um corpo desprezado diz respeito às contradições da matéria no medievo. Jacques Le Goff e Nicolas Truong apontaram como, por um lado, havia de fato um olhar negativo sobre o corpo condenado e, de outro, um olhar de redenção sobre o mesmo<sup>52</sup>. O corpo foi visto como aquilo que precisava ser purgado, como o que produz o pecado original<sup>53</sup> e que, portanto, deve ser mortificado por meio do comportamento ascético - sobretudo nos movimentos monásticos do século XI e XII que acentuaram a ideia de renúncia<sup>54</sup>. No entanto, o mesmo corpo foi pensado também como possibilidade de salvação pela imitação dos sofrimentos de Cristo a partir do século XII. É o corpo objeto de veneração das santidades e aspecto fundamental para a eucaristia. Recorrendo à análise de Georges Duby, os autores afirmaram como o conflito era menos entre carne e espírito e mais entre aquilo que era natural e o que escapava a esse domínio. Para os medievalistas, “não é a Idade Média que separa a alma do corpo de maneira radical, mas, sim, a razão clássica do século XVII”<sup>55</sup>.

Mais o que uma separação rígida entre *corpus* e *anima*, o medievo os pensava como elementos complementares e necessários um ao outro: “não duas coisas, não uma alma que tem um corpo ou move um corpo, mas uma alma encarnada ou um corpo animado”<sup>56</sup>. O ato corporal era necessário para que o ato espiritual pudesse ser realizado.

Outro aspecto criticado por Caroline Bynum em relação à historiografia foi a associação imediata e irrevogável do corpo ao feminino. Embora alguns rituais *pudessem* apresentar contrastes binários, reconheceu a pesquisadora, os padrões simbólicos medievais não podem ser reduzidos a um único campo de significado<sup>57</sup>. Esse campo poderia apresentar o feminino

---

<sup>51</sup> SCHMITT, op. cit.

<sup>52</sup> LE GOFF; TRUONG, op. cit.

<sup>53</sup> O pecado original foi, durante a Idade Média, associado especificamente ao pecado sexual: primeiro com São Paulo, então reforçado com Agostinho de Hipona. A partir disso, a fornicação, a concupiscência e a luxúria formariam uma tríade de reprovação associadas também ao pecado da gula, do excesso de comida e alimentação. Nesse ponto, Le Goff e Truong apontam a importância de entender o pensamento medieval como profundamente simbólico, de forma que o pecado do corpo pode ser ao mesmo tempo sexual e alimentar. Ibid.

<sup>54</sup> De acordo com os autores, o controle rigoroso sobre o corpo (sobretudo o sexo) teria sido resultado da reforma gregoriana (sic) no século XII. Ao mesmo tempo, a partir desse período a repressão encontraria um declínio diante da naturalização de valores sexuais do século XIV. Entendemos, contudo, que o século XIV ainda é marcado pelas ambivalências que foram apresentadas para os períodos anteriores, em que o corpo é lugar de controle e de salvação ao mesmo tempo. Ibid, p. 46.

<sup>55</sup> Ibid., p. 36.

<sup>56</sup> SCHMITT, op. cit., p. 309.

<sup>57</sup> Em *Fragmentation and Redemption*, Bynum destaca como essa visão negativa *poderia* aparecer. “Assymmetrical valuing of the genders and some association of male with spiritual and rational, female with

tanto acima quanto abaixo da razão ou, por vezes, o masculino como espaço mediano - nem santificado, nem demoníaco. Ao mesmo tempo, a alma (*anima*) era representada frequentemente como uma alegoria feminina de modo que o feminino não pode ser compreendido *apenas* como reduzido ao corpóreo.

Poderíamos argumentar que a associação da alma ao feminino seria uma consequência gramatical latina, mas acreditamos que esse argumento é insuficiente. O fato de a gramática apresentar esse gênero específico não impede uma releitura alegórica que transformasse a alma em masculino. Marguerite Porete, por exemplo, transformou a palavra franco-provençal *amour* (masculino) em uma alegoria feminina em sua obra *O Espelho das Almas Simples*, escrito no final do século XIII<sup>58</sup>. A reordenação do gênero, na obra, correspondia à simetria entre Amor e Alma, também feminina. Os tensionamentos e as disputas em torno das caracterizações de gênero podem ser pensados a partir do exemplo de Porete, uma vez que sua obra foi condenada por heresia pela Inquisição. Embora Marguerite Porete tenha apresentado uma possibilidade de feminilização da alma e do amor, isso não significou uma posição teológica compartilhada amplamente, nem mesmo ortodoxa.

O feminino, de toda forma, nem sempre foi exclusivamente corpóreo ou necessariamente inferior. Reforçamos que havia, sim, a associação da mulher ao corpo e que frequentemente isso representou um aspecto inferior e negativo - o que não significa sempre. Em grande medida, as mulheres foram afastadas do campo elevado teológico e de autoridade espiritual<sup>59</sup>. O que Bynum pontuou e com o qual concordamos é que essa não era a *única* possibilidade de representação de gênero. Ainda, de acordo com a pesquisadora “muito dos trabalhos sérios com fontes medievais (...) tem nos mostrado quão polimorfos eram os usos medievais de categorias e imagens de gênero”<sup>60</sup>, aspecto que precisamente pretendemos abordar nessa pesquisa: a possibilidade do gênero para além das polaridades que marcam o pensamento moderno.

O corpo, enfim, deve ser pensado a partir das múltiplas possibilidades de significado atribuídos a ele. Ao mesmo tempo, não pode ser entendido como elemento passivo sobre o qual a cultura é inscrita - como quem *recebe* o simbólico, mas não o produz<sup>61</sup>. O corpo constrói

---

fleshly and irrational, were seldom completely absent from medieval gender imagery”, ou seja, esse imagério estava raramente ausente - o que não significa que não coexistiram diferentes versões a respeito. (BYNUM, 1992, p. 156).

<sup>58</sup> PORETE, M. *O Espelho das Almas Simples e aniquiladas e que permanecem somente na vontade e no desejo do Amor*. Tradução de Sílvia Schwartz. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

<sup>59</sup> DUBY, G. *Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>60</sup> “much of the serious work on medieval sources (...) has shown us how polymorphous are medieval uses of gender categories and images” (BYNUM, 1995, p. 16).

<sup>61</sup> BUTLER, 2003.

significados, produz performances de gênero e determina tais possibilidades de atuação. Ainda, foi através do corpo que a maternidade foi representada no medievo, especialmente através da amamentação como atividade que nutre e cuida. Embora não limitada ao espaço corporal, a concepção de “mãe” esteve também associada a ele.

### **Maternidade: a reprodução e o cuidado materno no medievo**

Para que possamos pensar na concepção medieval de maternidade, precisamos entender também as influências sobre o tema. Como apontado anteriormente, as diversas literaturas do período produziram concepções próprias sobre o significado de ser mãe e que nem sempre coincidiram umas com as outras. Começaremos pensando nas produções medicinais sobre a reprodução para então entendermos como as próprias mulheres estabeleceram noções de maternidade e quais relações construíram com seus filhos, sobretudo a partir das mulheres da família Paston e das cartas produzidas por elas no século XV.

Antes de nos determos em tais aspectos, é preciso pontuar como a concepção de maternidade não esteve necessariamente vinculada à mulher - ao menos não da forma contemporânea que, muitas vezes, vê na parturiente a identidade materna independente dos laços estabelecidos com a criança, das mediações de outros sujeitos, e que rejeita a associação da maternidade com homens<sup>62</sup>. Gerar um feto no útero nem sempre significou, por si, ser “mãe” de tal forma que, mesmo o sujeito sem útero, poderia ser associado à maternidade. A correlação entre útero e feminino não era uma verdade para o período medieval - aspecto que aprofundaremos adiante.

Lembramos também que a feminilidade (portanto, o “ser mulher”) nem sempre foi definida pela maternidade mesmo quando o sujeito em questão *havia* tido filhos<sup>63</sup>. Esses aspectos nos parecem importante para compreender, desde já, que as possibilidades de definição da maternidade como aspecto feminino e do gênero como elemento identitário não

---

<sup>62</sup> Por “homens” e “mulheres”, queremos dizer sujeitos que se identificavam e eram identificados socialmente como tais. Muitas pesquisadoras e pesquisadores estabeleceram uma diferença entre sexo (associado ao biológico, machos e fêmeas) e o gênero (performance cultural que constitui feminilidade e masculinidade, dentre outras categorias). Por vezes, essa diferenciação acarretou em uma ideia de sexo como pré-linguístico, dado naturalmente e sobre o qual a cultura se inscreve. Judith Butler chamou a atenção, em *Problemas de Gênero*, para o fato de que o sexo *também* é uma elaboração cultural. Podemos pensar, por exemplo, em por que o órgão reprodutor foi escolhido como distinção entre macho e fêmea. Eleger *essa* diferença corporal e não outras é um aspecto social, os seres humanos poderiam ter sido distinguidos por tipo de cabelo, cor dos olhos, dentre tantos aspectos possíveis. A diferenciação social marcada por determinados órgãos e não outros é um elemento cultural tanto quanto a compreensão da maquiagem como elemento de feminilidade. Portanto, ao mencionarmos “homens” e “mulheres” estamos pensando em sujeitos diferenciados sexualmente, cujo sexo é também fruto de uma compreensão cultural. Ver: BUTLER, 2003.

<sup>63</sup> Caso da inglesa Margery Kempe, sobre quem falaremos adiante.

se limitavam a um único aspecto e que seu campo de definições era profundamente complexo, múltiplo e instável.

Muito do pensamento medieval sobre a reprodução, no campo medicinal, esteve assentada nas tradições hipocráticas (século III a.C.) e galênicas (século II) sobre o corpo. Trotula de Ruggiero, uma das poucas mulheres a atuar na medicina no século XI, mencionou diretamente os ensinamentos de Galeno como referência para sua atuação médica<sup>64</sup>. No século XIII, o pensamento aristotélico passaria a influenciar também os estudos sobre o corpo e sobre as formas de reprodução humanas.

Ao pensar a respeito dos corpos das mulheres, Trotula de Ruggiero mencionou a configuração do útero diretamente vinculado ao cérebro, de modo que, quando o útero estivesse muito úmido, o cérebro se livraria desse excesso através de lágrimas<sup>65</sup>. O pensamento sobre o corpo, no medievo, esteve profundamente ligado à ideia de Trotula da associação entre os órgãos e entre os fluidos, mas teve início muito antes dela.

Para Galeno, a formação de uma criança dependia da contribuição de duas sementes: uma do pai, outra da mãe - que era, ao mesmo tempo, o espaço onde essa criança seria gestada<sup>66</sup>. No entanto, Galeno defendia a ideia de que à mulher faltaria um calor vital, motivo porque suas estruturas reprodutivas haviam sido retidas dentro do corpo (à diferença da masculina que era visível externamente). Nesse sentido, a anatomia poderia ser usada por ele como metáfora que refletia a perfeição menor da mulher<sup>67</sup>. A fragilidade da semente da mulher fazia não só com que seus testículos fossem menores, mas que também seu sêmen fosse mais escasso, frio e úmido.

Para justificar as diferenças sexuais, Hipócrates falava sobre a variedade de espermas presentes tanto no homem quanto na mulher. Em ambos, o esperma poderia ser forte ou fraco, o que determinaria o sexo do bebê: se mulher e homem fornecessem esperma forte, nasceria um menino; se fosse um esperma fraco, nasceria uma menina. Em Aristóteles, a lógica das duas sementes da teoria galênica foi substituída pela teoria de uma semente única. Os homens contribuía com a semente, porque eram também o elemento ativo responsável pela

---

<sup>64</sup> De acordo com as pesquisadoras, o legado galênico só se difunde a partir do XI com traduções do latim por Constantino, o Africano. TROTULA DI RUGGIERO *Sobre as Doenças das Mulheres*. Tradução de Alder Ferreira Calado e Karine Simoni. Tubarão, SC: Copiart, 2018.

<sup>65</sup> “De fato, sendo o útero ligado ao cérebro através dos nervos, é inevitável que o cérebro não sofra junto com o útero” (Ibid., p. 71).

<sup>66</sup> BYNUM, 1992.

<sup>67</sup> LAQUEUR, op. cit.

construção da *forma* do ser. As mulheres, por sua vez, eram passivas, motivo porque não ofereciam uma semente, mas forneciam a *matéria* do ser<sup>68</sup>.

Giles de Roma, no século XIII, rejeitou as ideias galênicas sobre a concepção, optando pelo olhar aristotélico. Para o pensador, se a mulher fosse capaz de providenciar tanto a semente como ser também o receptáculo do feto, não haveria necessidade do macho na reprodução: a mulher seria capaz de engravidar a si mesma. Isso “ameaça a importância da contribuição masculina para a vida”<sup>69</sup>, motivo porque foi rejeitado.

Na obra de Trotula de Ruggiero, a diferença entre o calor dos corpos e sua umidade também aparece. Segundo ela, essas diferenciações (que, no argumento de Thomas Laqueur, são de grau mais do que de substância) serviriam como forma de complemento entre homens e mulheres: “moderando as compleições através de agradável mistura, constitui o temperamento do macho quente e seco e o da fêmea frio e úmido”<sup>70</sup> de forma que “o excesso de cada um dos temperamentos fosse limitado pela mútua oposição das qualidades contrárias”<sup>71</sup>. Trotula reproduz, por sua vez, a concepção aristotélica de que o homem fornece a semente que seria gestada pela mulher. Segundo ela, a natureza da mulher agiria “para que o macho, por ter uma estrutura mais forte, espalhasse o sêmen na mulher como em um campo”<sup>72</sup>, sendo a mulher de natureza mais frágil e por isso receberia de forma quase passiva o sêmen introduzido pelo homem. Ao mesmo tempo, a pensadora justificou a escrita de um livro para combater as doenças das mulheres porque, por serem mais frágeis, nelas as doenças seriam mais abundantes.

As teorias reprodutivas eram fundamentais para estabelecer as relações de gênero, especialmente para o período medieval que fazia um universo simbólico e metafórico para se referir à ordem social humana. As contribuições para a gestação do feto, portanto, indicavam uma hierarquia clara entre a contribuição feminina e masculina. A diferença de gênero estava

---

<sup>68</sup> O macho era a causa eficiente do ser, já a fêmea representava a causa material (LAQUEUR, op. cit.). Importante observar que a *forma*, desde Platão, era determinante para a existência particular do ser, enquanto a *matéria* fornecia apenas o material genérico do qual aquele ser era feito. Não devemos pensar, de forma equivocada, que a *matéria* era mais importante do que a *forma* para aqueles filósofos.

<sup>69</sup> “threatens the importance of the male contribution to life” (BYNUM, 1992, p. 214).

<sup>70</sup> Traduções realizadas por Alder Calado e Karine Simoni. No latim “Quorum quidem complexionis grata quadam commixtione contemperans, naturam masculi calidam et siccam, foemellae vero frigidam et humidam constituit”. Ver: TROTULA DI RUGGIERO, op. cit., p. 34-35.

<sup>71</sup> No latim: “qua cuiusque alterius complexionis excessus, mutua qualitatum contrariarum repugnantia coerceretur”. Ibid.

<sup>72</sup> No latim “similiter ut masculus qualitate fortiori dignus, in mulierem tanquam in agrum semen effunderet”. Ibid.

posta no pensamento galênico e aristotélico de reprodução - mesmo que a diferença de *sexo* não fosse evidente, como sugeriu Thomas Laqueur com a teoria do sexo único<sup>73</sup>.

Em relação aos fluidos corporais, a diferença de gênero era muito menor: sangue, leite, esperma eram parte de uma mesma economia de fluidos produzidos pelo corpo e que, no medievo, eram frequentemente vistos como a *mesma* substância. Em Aristóteles, a diferença estava no grau de calor/frio presente nas secreções: os homens eram mais quentes e tinham menos sangue sobrando (motivo porque não produziam leite); as mulheres, por sua vez, menstruavam porque tinham mais sangue sobrando, eram também mais frias e possuíam um excesso de nutrientes expelidos pelo corpo através da menstruação<sup>74</sup>. Trotula de Ruggiero, por exemplo, sugeriu que os fluidos excessivos nos homens seriam expelidos pelo suor, enquanto para as mulheres, “ao defeito de calor, [Deus] destinou-lhes uma forma particular de purificação, ou seja, as menstruações”<sup>75</sup>. No período medieval, essas teorias sustentaram a ideia de que o leite materno era uma variação do sangue que alimentava a criança no ventre e que havia sido transmutado após o nascimento do bebê.

A correlação entre fluidos corporais permitia que, até mesmo, casos de homens menstruando fossem mencionados, ou seja, expelindo excesso de sangue. Ainda, era o que permitia associar o sangramento de Cristo na cruz durante a Paixão com a amamentação feminina<sup>76</sup>. Se o leite nada mais era do que uma forma de sangue para nutrir o bebê, também o sangue derramado por Cristo havia sido necessário para nutrir as almas cristãs. Esse é um aspecto fundamental para compreendermos a construção da imagem de Cristo como mãe nos séculos finais do medievo: “a própria carne de Cristo fazia coisas femininas: sangrava comida e dava luz a nova vida”<sup>77</sup>.

Segundo Bynum, histórias de homens que haviam engravidado eram comuns no imaginário popular e até mesmo em histórias sobre milagres entre os séculos XII e XV. Por vezes, essas histórias de fluidez entre gênero e gestação tinham o propósito de ridicularizar o clero (através da feminilização) ou alertar contra os perigos de relações sexuais que não fossem naturais (lembrando que, na Idade Média, a oposição entre natural e não natural determinada os limites do possível/normativo e do que deveria ser censurado e evitado<sup>78</sup>).

---

<sup>73</sup> Aqui, sugerimos “sexo” como o significado atribuído às diferenças biológicas entre fêmea/macho (por exemplo, a diferença entre o ser que possui útero e o que possui testículo), “gênero” como a performance de feminilidade(s), masculinidade(s). LAQUEUR, op. cit.

<sup>74</sup> Ibid.

<sup>75</sup> No latim: “propter defectum caloris, eis praecipuam quandam purgationem destinavit, scilicet menstrua”. TROTULA DI RUGGIERO, op. cit., p. 36-37.

<sup>76</sup> BYNUM, 1992.

<sup>77</sup> “Christ’s own flesh did womanly things: it bled food and gave birth to new life” (Ibid., p. 215).

<sup>78</sup> SCHMITT, op. cit.

Para Bynum, a possibilidade de um gênero fluido, intercambiável, tornava mais fácil falar simbolicamente sobre o sexo e em relação a si e a Deus. O argumento utilizado pela pesquisadora é importante para entendermos as lógicas de funcionamento do gênero. Enquanto Thomas Laqueur defendeu a teoria de um sexo único no discurso médico, as noções de feminino e masculino através do gênero eram representadas na literatura medieval a partir de múltiplas distinções<sup>79</sup>. Enquanto os corpos poderiam ter sido elaborados em um *continuum*, o feminino e o masculino apresentavam diferenças. Isso não significa dizer que tais diferenças fossem intransponíveis e polarizadas como podem ter sido alguns séculos depois. Enquanto a modernidade pensou gênero a partir de espaços completamente apartados, no período medieval essa impossibilidade que separa feminino/masculino não existia. Os campos de diferença eram conectados pelas possibilidades de fluir de um para outro, de transmutá-los, de jogar com suas possibilidades e percorrer um caminho entre feminino e masculino marcado por intermédios, por intersecções. É isso o que permitiu, por exemplo, a construção da figura de Cristo enquanto mãe.

Se para a geração do feto o homem (como princípio ativo) e a mulher (como princípio passivo e espaço de gestação) eram necessários, como os papéis de paternidade e de maternidade se desenvolviam a partir disso? Em *Jesus as Mother*, Caroline Bynum trouxe a perspectiva de diversos pensadores a respeito dessas noções<sup>80</sup>. De modo geral, o que definia ser mãe ou ser pai estava muito mais atrelado ao papel que desempenhavam em relação aos filhos do que aos órgãos que carregavam no corpo. A paternidade, ao menos a partir do século XII, girava em torno de noções como autoridade e disciplinamento. A maternidade, por sua vez, era frequentemente associada ao cuidado, à nutrição e ao amor com os filhos. Foi essa a definição que apareceu, por exemplo, em Anselmo da Cantuária (m. 1109):

“Gentil nutridora, gentil mãe, quem são esses filhos a quem você deu a luz e cuidou senão aqueles que você carrega e educa na fé de Cristo através de seu ensinamento? (...) Pais vocês são por resultado, mães por afeto; pais por autoridade, mães por gentileza; pais por proteção, mães por compaixão”<sup>81</sup>.

As ideias de autoridade e compaixão são recorrentes no olhar de Anselmo, mas também aparecem em outros autores mencionados por Bynum. Bernard de Clairvaux (m. 1153)

---

<sup>79</sup> LAQUEUR, op. cit. Caroline Bynum concorda com a análise de Laqueur ao apontar que “medieval thinkers and artists, however, saw not just the body of Christ but all bodies as both male and female” (BYNUM, 1992, p. 108). O corpo poderia ser ao mesmo tempo masculino e feminino.

<sup>80</sup> BYNUM, 1984.

<sup>81</sup> “Gentle nurse, gentle mother, who are these sons to whom you give birth and nurture if not those whom you bear and educate in the faith of Christ by your teaching?” (...) “Fathers you are then by result, mothers by affection; fathers by authority, mothers by kindness; fathers by protection, mothers by compassion” (apud BYNUM, 1984, p. 114).

recorreu diversas vezes à imagem materna e a vinculou sobretudo ao amor. Quando mencionou a necessidade de uma ação severa e corretiva, a associou à paternidade. Um deve cuidar, o outro deve corrigir.

No entanto, a ideia de “mãe” como aquela que cuida, ama e é devota aos filhos não necessariamente encontra correspondente em todas as mulheres. A ruptura é o caso de Margery Kempe (1373-1438) que viveu na cidade de King’s Lynn, localizada na região de Norfolk, na Inglaterra, mesma região da família Paston. Sua obra foi escrita por intermédio de dois escribas e o início do livro Kempe trouxe um dos raros relatos de sua maternidade:

“quando essa criatura tinha vinte anos de idade ou talvez mais, ela estava casada com um respeitável burguês (de Lynn) e estaria com uma criança [no ventre] dentro de pouco tempo. E depois que ela concebeu, teve o parto com grandes acessos [de ataques] até que a criança nasceu”.<sup>82</sup>

A menção à gravidez e ao parto foram recursos utilizados para mencionar, na verdade, o início da devoção de Kempe a Jesus Cristo. Os ataques mencionados teriam sido causados por demônios, fruto de suas culpas e ausência de confissão, que só teriam se encerrado após a intervenção de Cristo em favor dela. A partir de então, Margery dedicaria sua vida ao amor de Cristo através de missas, peregrinações e a própria escrita do livro. A maternidade, portanto, não aparece senão como ponto de partida para aprofundar sua vida devocional - aspecto de fato central na obra.

Em uma de suas peregrinações, Margery Kempe contou ter sido questionada por um monge sobre um de seus filhos que teria sido concebido e também nascido enquanto ela estava no exterior. O motivo do questionamento foi o uso de roupas brancas por ela, o que indicaria castidade. Margery, então, respondeu: “Senhor, a mesma criança que Deus me enviou eu trouxe para casa, pois Deus sabe que não fiz nada desde que parti pelo qual deveria ter um filho”<sup>83</sup>. Esse trecho marca outro raro episódio em que sua condição materna aparece ao longo do livro e, novamente, para explicar uma condição devocional (no caso, de castidade). Por fim, o primeiro e o segundo capítulo que são escritos muitos anos depois (considerados parte do Livro II) mencionam um dos filhos, já adulto e prestes a se casar. Na ocasião, Margery estaria insatisfeita por seu filho não seguir seus conselhos de abandonar o mundo terreno e dedicar a vida à devoção de Cristo:

“A dita criatura tinha um filho, um alto e jovem homem vivendo com um respeitável burguês em Lynn, envolvido como mercador e comercializando

---

<sup>82</sup> Traduzido de “whan þʳ creatur was xx 3er of age or sūdele ʳ mor Sche was maryed to a worschepful B geys of lyn and was wʳ chylde wʳ in schort tyme as kynde wolde · And after þat sche had cōceyued sche was labowrd with grett accessys tyl þe chyld was born”. f. 3v.

<sup>83</sup> “And sche seyð · ser þe same childe þʳ god hath sent me · I haue browt hom / for ʳ god knowyth I dede neuer sithyn I went owte wher thorw I xulde haue a childe” (f. 50v).



além do mar, quem ela desejava afastar dos perigos desse mundo instável e miserável mundo, se estivesse em seu poder fazê-lo. No entanto, ela fez tanto quanto estava a seu alcance, e quando poderia se encontrar com ele em lazer, muitas vezes o aconselhava a abandonar o mundo e seguir Cristo (...) [Ela disse]: ‘Agora, uma vez que você não vai abandonar o mundo como aconselhei, eu o encarrego, sob minha benção, de manter seu corpo limpo ao menos da companhia de mulheres até que você tome uma esposa segundo a lei da Igreja. E se você não o fizer, rezo que Deus o castigue e o puna por isso’<sup>84</sup>

Esse foi o único momento na obra em que Margery Kempe interagiu com um dos filhos (passagem que se segue no capítulo seguinte). Embora tenha tido catorze crianças, segundo seu próprio livro, só um deles apareceu e em um momento em que Kempe já estava com uma idade avançada. Nessa única ocasião, pareceu desempenhar o papel de mãe cuidadosa (e, ao mesmo tempo, disciplinadora), mas sob a condição de guiar o filho para a devoção religiosa. Em outras passagens, Kempe mencionou a si mesma como uma mãe, porém se tornara uma em relação a terceiros que aqueles a quem havia dado a luz (capítulo 33 e no capítulo 40, por exemplo, mencionou ser vista como uma mãe por diferentes clérigos). No capítulo 36, sugeriu ser mãe para Cristo e para o mundo, por causa da grande caridade que possuía - de modo que a caridade (o ato de nutrir o outro e garantir sua sobrevivência) poderia ser pensado como elemento definidor da maternidade para ela<sup>85</sup>.

Ainda que o tema aparecesse vez por outra na obra, em nenhum momento se tornou central, especialmente se considerarmos a maternidade terrena de Margery Kempe. Seu papel espiritual foi muito mais relevante para definir a própria identidade do que o fato de ter parido crianças ou ter ser responsável por elas. A maternidade apenas define a identidade de Kempe enquanto um referencial para sua atuação religiosa. É mãe *por causa* da caridade, mas não é caridosa (amorosa ou cuidadosa) por ser mãe (em um sentido fisiológico).

Os homens estudados por Bynum e que recorreram ao imaginário materno e paterno não costumavam reforçar a dor do parto quando abordavam o papel da mãe. Destacaram, por outro lado, a nutrição das crianças (entendendo como paralelo à amamentação) e a importância disso como uma forma de cuidado. Pensamos, nesse ponto, como a diferenciação de gênero

<sup>84</sup> “The seyde creatur had a sone / a tal zong man dwellÿng w<sup>t</sup> a worschepful Burgeys in lynne / vsyng Marchawndyse & seylyng ouer þ<sup>e</sup> see · Whom sche desyryd to a drawyn owt of þe perellys of þ<sup>i</sup>s wretchyd & vnstabyl worlde / 3yf hir po<sup>r</sup> wer myth a teynyd þ to / neuer þe lesse · sche dede as meche as in hir was / & whan sche myth metyn w<sup>t</sup> hym at leyser / many tymys sche cownselyd hym · to leeuyn þe worlde / & folwyn crist (...). [She said:] ‘Now sithyn þ<sup>u</sup> wil not leeuyn þ<sup>e</sup> world at my cownsel / I charge þ<sup>e</sup> at my blissyng / kepe þ<sup>i</sup> body klene at þ<sup>e</sup> lest fro womanys feleschep / tyl þ<sup>u</sup> take a wyfe after þ<sup>e</sup> lawe of þ<sup>e</sup> chirche · / And 3yf þ<sup>u</sup> do ð not I py god chastise þe & ponysch þ<sup>e</sup> þ er’” (f. 107r).

<sup>85</sup> “Than seyde owr lord Ihū cōst to hys creatur · / be þes tokenys mayst þ<sup>u</sup> wel wetyne / þ<sup>i</sup> I loue þe for þ<sup>u</sup> art to me a very modir · & to al þ<sup>e</sup> world / for þ<sup>i</sup> gret charite þ<sup>i</sup> is in þ<sup>e</sup> · & zet I am cawse of þ<sup>i</sup> charite my self / & þ<sup>u</sup> xalt haue gret mede þ for in heuyn” (f. 44v).

entre o papel materno e o papel paterno se organizavam sobretudo através da função social que cada um desempenhava. Mais do que a diferença de corpos, foi o papel que desempenharam e como o performaram que determinaria sua posição de mãe ou de pai. Nesse sentido, muitos dos pensadores estudados por Bynum associam homens à maternidade. William de St. Thierry, por exemplo, descreveu Cristo amamentando mesmo que o associasse constantemente à figura de pai e filho. Isso significa que ser homem não o impedia de performar uma atividade feminina; nesse caso, a feminilidade foi definida pelo papel de cuidar do outro.

Outros autores atribuíram a função de mãe para abades, bispos, apóstolos e até mesmo Jesus Cristo e a noção de Cristo como mãe ou de aspectos femininos de Deus já teriam aparecido no Velho Testamento - a sabedoria (*sophia*) de Deus, por exemplo, era feminina. Nesse sentido, os séculos XII ao XV não foram pioneiros na construção da imagem de homens que flutuaram em direção a às performances associadas à feminilidade. O que teria sido realmente novo no período, segundo Bynum, foi o contexto de emergência de uma espiritualidade afetiva cada vez mais vinculada à humanidade de Cristo e à feminilização em geral da linguagem religiosa<sup>86</sup> - como o aumento do culto à Virgem Maria, às santas mulheres e à recorrência de alegorias femininas na literatura medieval. Na Alta Idade Média, não eram os homens associados a elementos de feminilidade, mas mulheres que oscilavam em direção a aspectos de masculinidade - viam-se como homens em visões espirituais, por exemplo, ou se vestiam como homens, as chamadas *virago*<sup>87</sup>.

Em partes, a medievalista justificou o movimento para uma espiritualidade afetiva como estratégia da Igreja para responder às heresias crescentes do período, como o anti-nominalismo ou os irmãos do Livre Espírito identificados com o panteísmo<sup>88</sup> - doutrina que integra Deus ao universo e à natureza como uma lógica imanente da divindade.

---

<sup>86</sup> O argumento de Bynum para explicar esse aumento rompe com as ideias historiográficas de um reflexo da melhoria nas condições sociais da mulher, aspecto com o qual concordamos. A sugestão de que há uma melhoria na forma como as mulheres são tratadas ao final do medievo - como uma era de ouro - não se sustentam a partir das documentações do período. A possibilidade de aquisição de terras e de comércio, os espaços de atuação política ou jurídica, não encontraram necessariamente grandes avanços. Parece-nos equivocados tentar encontrar caminhos lineares históricos de uma melhoria ou de profunda decadência, quando as relações de poder eram muito mais complexas do que isso. Se pensamos poder como campos instáveis de disputa, nunca totalizados, então não podemos pensar em uma melhoria gradual e constante das relações de gênero. Para explicar a feminilização da linguagem, Bynum sugere que foi resultado de uma posição melhor das próprias instituições da maternidade e do matrimônio na sociedade. Esse argumento não nos parece explicar completamente por quê, com o fortalecimento do matrimônio, a figura feminina estaria mais presente no vocabulário religioso. Outro ponto, para a autora, é que muitos dos religiosos que escreveram sobre a maternidade cresceram em meio às suas famílias - uma prática das novas ordens monásticas - conferindo maior contato com o espaço doméstico e a figura materna. Ibid.

<sup>87</sup> Caroline Bynum menciona outra inversão importante. Enquanto os séculos XII a XV associam Jesus Cristo à maternidade e atribuem funções femininas a ele, durante o período carolíngio era Maria quem aparecia com atributos masculinos, como a barba. Ver: BYNUM, 1984, p. 139.

<sup>88</sup> SOUZA, Ney de; et. al. "Aspectos da Inquisição Medieval". *Revista de Cultura Teológica*. v. 19, n. 73, jan-mar 2011, pp. 59-88.

Os aspectos de humanização da figura de Cristo e da feminilização da linguagem religiosa encontram seu ponto comum nas descrições de Jesus enquanto mãe. Essa imagem foi utilizada inicialmente por pensadores homens, mas foi também elaborada por mulheres ao longo do período medieval. A priora Marguerite d'Oingt (c. 1240-1310) foi um exemplo de como a imagem de Jesus Cristo pôde assumir uma feminilização ao desempenhar o papel materno em relação aos devotos. Em sua obra *Página de Meditações*, a priora havia questionado: “Não é você minha mãe e mais do que mãe? A mãe que me pariu por um dia e uma noite, e você, meu querido e doce Senhor, esteve em dor não apenas por um dia, mas esteve em trabalho por mais de trinta anos”<sup>89</sup>.

Em Marguerite d'Oingt aparece um elemento que, segundo Bynum, era pouco comum entre as descrições feitas por homens de Jesus como mãe: a gestação e o trabalho de parto<sup>90</sup>. Homens que usavam a imagem materna de Cristo em geral se detinham na metáfora da amamentação e da nutrição de suas crianças (almas), elementos muito mais associados à ideia do feminino que cuida e ama do que a dor dilacerante do parto. No entanto, foi a provação através da dificuldade e da resiliência que Marguerite d'Oingt construiu a imagem de Cristo. Poucos parágrafos abaixo, seguiu:

“Doce Senhor Jesus Cristo, que sempre viu as mães sofrerem tal trabalho de parto! Mas quando a hora do parto chegou, você estava na dura cama da cruz em que não podia se mover, nem se virar, nem alongar nenhum membro (...) e todos os seus nervos e veias estavam rompidos. E certamente não era de se admirar que suas veias estivessem rompidas quando pariu todo o mundo em um só dia”<sup>91</sup>.

Cristo é mãe não apenas porque sofreu pelos filhos na cruz como as mães sofrem pelos filhos, como foi quem também *pariu* o próprio mundo no qual seus “filhos” habitam. Desempenha o papel de maternidade porque se sacrifica pela prole para salvá-la e porque também é aquele que *gera* algo. Nesse ponto, a visão de Marguerite d'Oingt também se afastou das concepções medicinais aristotélicas da passividade feminina em relação à geração do feto:

---

<sup>89</sup> “Nonne tu es mater mea & plus quam mater: mater que me portavit, in pattu mei laboravit per unam diem forte vel per num noctem, & tu, pulcher Domine dulcis, propter me fuisti vexatus non una nocte vel uno die solum modo, im no laborasti plus quam xxx annis” (MARGUERITE D'OYNGT. *Oeuvres de Marguerite d'Oyngt, prieure de Poiteins*. Forgotten Books, 2015, p. 13-14). Usamos também a edição BLUMENFELD-KOSINSKI, R. (Ed.). *The Writings of Margaret of Oingt: medieval prioress and mystic*. Estados Unidos: Focus Information Group, 1990, p. 31. Na sequência, Marguerite d'Oingt recorreu às concepções entrelaçadas dos fluidos humanos no medievo. Segundo ela, o trabalho de parto de Cristo havia sido tal que gotas de sangue (como gotas de suor) caíam de seu corpo.

<sup>90</sup> BYNUM, 1984.

<sup>91</sup> “Domine dulcis Jhesu Criste, quis vidit unquam ullam mulierem sic partu laborare! Sed cum venit hora partus, tu fuisti positus in duro lecto crucis, unde non poteris te movere, aut vertere, aut membra exagitare (..) & nervi & omnes vene tue rupte fuerunt. Et certe non erat mirum si vene tue rumpebantur quando torum mundum pariebas pariter una sola die”. (MARGUERITE D'OYNGT, 2015, p. 14-15). Ver também BLUMENFELD-KOSINSKI, op. cit., p. 31.

Jesus-mãe não apenas concedeu a matéria, como também a forma do mundo. A imagem de Cristo como criador não era, por si só, inovadora. Como parte da Trindade, era entendido também como parte de Deus, Autor maior que deu origem a tudo o que existe. O aspecto próprio sobre o qual Marguerite d'Oingt se debruçou foi a de uma *mãe* que *cria*. Não é o aspecto paterno de Jesus que dá origem ao mundo, mas especificamente seu aspecto materno. É a mãe que cria e põe no mundo os filhos - através da dor.

Quando mencionou a Virgem Maria em seu texto, pontuou o quanto ela havia gentilmente amado Cristo - assim como ele amava suas próprias crianças. Segundo Marguerite: “quem jamais viu uma mãe que quisesse morrer tal morte vil pelo amor a suas crianças? Certamente nenhum jamais viu, uma vez que seu amor ultrapassa todos os outros amores”<sup>92</sup>. A mãe, em Marguerite d'Oingt, é aquela que ama, que se sacrifica pelos filhos, mas também a que possibilita a existência deles através da dor no parto.

Foi a descrição de outra mulher, contudo, uma das que mais vividamente aprofundou a imagem materna de Cristo<sup>93</sup>: a de Julian de Norwich (1342-1416). Não apenas dedicou reflexões mais demoradas a esse respeito, como também nos interessa aqui por se tratar de uma mulher que viveu na mesma região da família Paston em um período bastante próximo de tempo. Como uma contemporânea próxima às mulheres da família sobre a qual estudamos aqui, a concepção de Julian de Norwich sobre a maternidade pode nos ajudar a entender quais concepções circulavam na região e que poderiam ter tido influência mesmo fora dos círculos religiosos.

Julian de Norwich viveu grande parte de sua vida como uma anacoreta, ou seja, em clausura dentro da igreja de Julian, o Hospitalar. Sabemos pouco sobre sua vida pregressa, mas a obra na qual fala sobre Jesus-mãe, *Revelations of Divine Love*, foi composta durante o período de reclusão. Duas versões foram elaboradas ao longo dos anos, a primeira mais curta e imediata sobre revelações divinas recebidas por ela; a segunda, mais longa e interpretativa a respeito das visões espirituais. Nessa parte mais extensa da obra, a autora desenvolveu sua perspectiva de maternidade, sobretudo associada à figura de Jesus Cristo.

Diversos aspectos foram mobilizados em relação ao tema na obra de Julian de Norwich. Em primeiro lugar, “mãe” era muitas vezes associada às noções de ternura, misericórdia,

---

<sup>92</sup> “Pulcher Domine Deus, quis vidit unquam alias quam mater vellet tam turpi morte mori amore sui infantis? Certe nullus vidit eam unquam, quia tunc amor fuit ultra omnes alios amores” (MARGUERITE D'OYNGT, 2015, p. 15). Ver também BLUMENFELD-KOSINSKI, op. cit., p. 32.

<sup>93</sup> JULIAN OF NORWICH. *The Writings of Julian of Norwich: A Vision Showed to a Devout Woman and A Revelation of Divine Love*. Editado por Nicholas Watson e Jacqueline Jenkins. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2005.

cuidado e nutrição dos filhos. Em segundo lugar, foi usada para se referir a Jesus, à Virgem Maria, à Igreja e às mães terrenas - que Julian distinguiu claramente das mães espirituais. Maria, segundo ela, havia sofrido profundamente diante da Paixão de Cristo por causa do amor natural da maternidade<sup>94</sup>. Ainda, referiu-se à humanidade como crianças cuja vergonha recaída sobre ela é removida por Cristo com compaixão e piedade<sup>95</sup>. Mencionou a Santa Igreja cujos ensinamentos eram passados à humanidade tal qual, novamente, a uma criança<sup>96</sup>. No entanto, foi em relação à Trindade que o aspecto materno apareceu com mais profundidade teórica. Há um esforço bastante presente na obra em caracterizar a maternidade de Cristo como uma reflexão teológica sobre os impactos desse papel para a devoção humana a ele e à Trindade.

Em relação à Trindade, Julian de Norwich sugeriu que a primeira pessoa (Deus) estaria associada à paternidade, ao poder e à verdade; a segunda pessoa (Cristo), seria a mãe e também a sabedoria; por fim, a terceira pessoa (Espírito Santo) seria o senhor e aquele que concede graça ou bondade<sup>97</sup>. O Pai, primeira pessoa da Trindade, é quem sustentaria nossa natureza essencial, enquanto a segunda pessoa, Sabedoria, sustentaria nosso ser sensorial e nossa redenção<sup>98</sup>. Sobretudo, a segunda pessoa (associada à *maternidade*) foi vinculada por Julian de Norwich ao tratamento carinhoso e gentil:

“Essa justa, amável palavra ‘mãe’ é tão doce e tenra que em si mesma não pode ser dita sobre ninguém que não ele e sobre ela [Maria] que é a verdadeira mãe dele e de todo mundo. À natureza da maternidade pertence o amor afetuosos, a sabedoria e o conhecimento, e é bom pois apesar do nascimento de nosso corpo ser baixo, humilde e modesto comparado ao de nossa alma, ainda assim é ele que o faz nas criaturas. A gentil, amável mãe que sabe e reconhece as necessidades de sua criança, ela as mantém da forma mais tenra, como a natureza e a condição da maternidade demandam”<sup>99</sup>.

---

<sup>94</sup> JULIAN OF NORWICH, op. cit., capítulo 18 de *Long Version*.

<sup>95</sup> Ibid., capítulo 28.

<sup>96</sup> Ibid., capítulo 46.

<sup>97</sup> “For the almighty truth of the trinite is oure fader, for he made us and kepeth us in him. And the depe wisdom of the trinite is our moder, in whom we are all beclosed.° And the hye goodnesse of the trinite is our lord, and in him we are beclosed° and he in us”. JULIAN OF NORWICH, op. cit., p. 297 (fólio 114r). Adiante, afirma: “In oure fader almighty we have oure keping and oure blesse, as° anemptes oure kindly substance, which is to us by oure making fro without beginning. And in the seconde person, in wit and wisdom, we have oure keping, as° anemptes oure sensualite, oure restoring, and oure saving. For he is oure moder, broder, and savioure. And in oure good lorde the holy gost we have oure rewarding and oure yelding for oure living and oure traveyle” (Ibid., p. 307, fólio 124r).

<sup>98</sup> Na teologia de Julian de Norwich, o ser humano se divide em dois aspectos: ser essencial e o sensorial. Essa duplicidade recebe diferentes relações da Trindade, embora acabe na unidade do ser humano assim como as diferentes partes da Trindade se encerram na unidade divina. Ibid.

<sup>99</sup> “This fair, lovely worde, “moder,” it is so swete and so kinde in itselfe that it may not verely be saide of none, ne to none, but of him and to him that is very mother of life and of alle. To the properte of moderhede longeth kind love, wisdom, and knowing; and it is God. For though it be so that oure bodely forthbringing be but litle, lowe, and simple in regard of oure gostely forthbringing, yet it is he that doth it in the creatures by whom that it is done.

The kinde, loving moder that woot and knoweth the neede of her childe, she kepeth it full tenderly, as the kinde and condition of moderhed will” (Ibid., p. 313-315, f. 130r)

Nesse trecho, a sabedoria materna aparece como elemento fundamental para a sobrevivência da criança ao compreender suas demandas e necessidades. Ao mesmo tempo, o cuidado e o amor foram vistos não como uma urgência pontual, mas parte da *natureza* materna. A performance do cuidado e da gentileza ganharam aparência de substância e o papel social de tomar conta das crianças foi identificado com o feminino materno. Isso significa não só a construção da feminilidade associada ao cuidado como também que homens, ao desempenharem essas funções, poderiam tornar-se mães. A feminilidade foi usada apenas enquanto se encontraram em um espaço de cuidado com o outro e poderia ser abandonada quando não fosse (mais) o caso. As figuras de liderança cistercienses estudadas por Caroline Bynum se comparavam a mães apenas na medida em que precisavam desempenhar um lugar de destaque e de cuidado dentro da ordem<sup>100</sup>. Nem todos os membros eram ditos “mães” e não o eram necessariamente para sempre - como se, uma vez adquirida a feminilidade, ela se tornasse permanente.

Para Julian de Norwich, através da mãe (Cristo) é que crescemos e somos restaurados de nossos pecados - a mãe é quem pode redimir os erros e corrigi-los guiando suas crianças:

“Em nossa mãe, Cristo, nos beneficiamos e crescemos, e em misericórdia ele nos reforma e nos restaura, e através da virtude de sua Paixão, sua morte e ressurreição, ele nos une a nossa substância. Assim que nossa Mãe age de forma misericordiosa em relação a todos os seus filhos amados que são submissos e obedientes a ele”<sup>101</sup>

A maternidade de Cristo foi definida por sua misericórdia, seu cuidado de reparar os equívocos dos filhos e o esforço em agir pelo bem deles<sup>102</sup>. Havia uma contraparte, contudo, em relação à importância de ser submisso e obediente a essa mãe. Nesse ponto, Julian de Norwich pareceu sugerir também uma relação de *autoridade* diante da mãe e da hierarquia imposta entre ela e os filhos. Esse é um aspecto importante, na medida em que a autoridade era mais

---

<sup>100</sup> De acordo com Bynum, por vezes, eles se associavam à maternidade porque entendiam essa como uma metáfora para o papel invertido. Se verem como mulheres e como mulheres fracas era uma forma de mostrar humildade e o desejo de rejeitar o mundo. BYNUM, 1984. BYNUM, 1992.

<sup>101</sup> “For in oure moder Crist we profit and encrese, and in mercy he reformeth us and restoreth, and by the vertu of his passion, his deth, and his uprising oneth° us to oure substance. Thus worketh oure moder in mercy to all his beloved children which be to him buxom and obedient”. JULIAN OF NORWICH, op. cit., p. 309, f. 125r.

<sup>102</sup> As características de cuidado e misericórdia são repetidos em diversas outras passagens, como, por exemplo: “E então Jesus é nossa verdadeira mãe por nossa primeira criação e é nossa verdadeira mãe em graça ao tomar-nos em nossa natureza criada. Todo o trabalho justo e todo o serviço gentil de nossa amada mãe são realizados propriamente pela segunda Pessoa. Pois nele, essa vontade divina é mantida segura e inteira para sempre, ambos em natureza e em graça, por sua própria bondade” (traduzido de “And thus is Jhesu oure very moder in kind of oure furst making, and he is oure very moder° in grace by taking of oure kinde made. Alle the fair werking and all the swete kindly officis of dereworthy motherhed is inpropred to the seconde person. For in him we have this godly wille,° hole and safe without ende, both in kinde and in grace, of his owne proper goodnesse.” (Ibid., p. 311, f. 127v e 128r). A repetição dos termos como graça reforçam esse lugar de cuidado e carinho da figura materna.

frequentemente associada à paternidade, segundo os estudos de Caroline Bynum a partir das obras cistercienses<sup>103</sup>. Por outro lado, a anacoreta também associou aspectos frequentemente maternos à paternidade. Cristo teria dito: “Eu que sou o poder e a bondade da paternidade. Eu que sou a sabedoria e a gentileza da maternidade”<sup>104</sup>. A noção de “*goodnes*” não era associado ao pai com frequência e sim à mãe, atribuições com as quais Julian de Norwich jogou e inverteu aqui.

Nos capítulos 60 e 61 da obra, a noção de maternidade aparece também vinculada ao disciplinamento das crianças - o que, em geral, era uma função do pai a ser desempenhada. Segundo a autora, com o tempo as ações da mãe em relação aos filhos mudariam, embora não seu amor. A mudança exigiria uma função de disciplina: “conforme cresce, ela permite que apanhe para romper com vícios de forma que a criança possa ganhar em virtude e em graça”<sup>105</sup>. A mãe deixa que a criança se machuque para seu próprio benefício - embora, a autora ressaltou, não deixe jamais que a criança esteja em perigo real<sup>106</sup>. Deixar com que as crianças se machuquem não só às imbuir de virtudes como também é o que permite a elas um movimento de busca pela mãe: machucada ou com medo, a criança buscaria na figura materna um consolo<sup>107</sup>.

Na obra, a mãe não perde o aspecto de cuidado com os filhos que era associado ao seu papel, mas adquire *também* a função de o disciplinar para que aja da melhor maneira. Caroline Bynum sugeriu, em *Fragmentation and Redemption*<sup>108</sup>, que as mulheres, ao escreverem sobre Cristo como mãe, misturavam mais frequentemente as atribuições desses papéis que entre os homens eram mais claramente separadas. Gertrude de Helfta (m. 1302), por exemplo, teria caracterizado a paternidade como o ato de amar, acolher e alimentar, enquanto a maternidade também estaria associada à punição: a recusa do afeto para aprender a virtude da paciência<sup>109</sup>.

Em relação ao texto de Julian de Norwich, uma última distinção nos parece importante para compreender as construções das lógicas de gênero em torno da maternidade. Diz respeito à diferenciação que a anacoreta fez entre a atuação da mãe espiritual, Cristo, e a mãe terrena. Enquanto em Cristo a preocupação com o bem-estar dos filhos era constante, o mesmo não

---

<sup>103</sup> BYNUM, 1984.

<sup>104</sup> “I it am.” That is to sey: “I it am, the might and the goodnes of faderhode. I it am, the wisdom and the kindnes<sup>o</sup> of moderhode. (JULIAN OF NORWICH, op. cit., p. 309, f. 126v).

<sup>105</sup> “And when it is wexid of more age, she suffereth it that it be chastised in breking downe of vicis, to make the childe to receive<sup>o</sup> vertues and grace” (Ibid., p. 315, f. 130r e 130v).

<sup>106</sup> “The moder may suffer the childe to fall sometime and be dissesed on diverse manner for the own<sup>o</sup> profite, but she may never suffer that ony manner of perel come to her childe, for love.” Ibid., p. 317, f. 132r.

<sup>107</sup> “For when it is dissesed and adred,<sup>o</sup> it runneth hastely to the moder.” Ibid., p. 317, f. 132v.

<sup>108</sup> BYNUM, 1992.

<sup>109</sup> Ibid.

aconteceria com as demais: “sabemos que nossas mães apenas nos trazem ao mundo para sofrer e morrer, mas nossa verdadeira mãe, Jesus, que é todo amor, carrega-nos para felicidade e a vida eterna”<sup>110</sup>. Essa mesma lógica se repete ao afirmar que Cristo deixaria a humanidade sofrer sem que isso a condenasse verdadeiramente, enquanto as mães terrenas às vezes deixavam suas crianças perecerem. O que Julian de Norwich instituiu como ideal de maternidade não era representativo para todas as mães. O pensamento medieval elencava figuras divinas e santificadas como exemplos a serem seguidos, mas frequentemente apontavam a ressalva de como esse exemplo não poderia ser atingido de forma literal. Assim como a Virgem Maria era a mulher de excelência, que não poderia ser mimetizado, o exemplo de Maria Madalena estaria muito mais próximo para a vida cotidiana. Ninguém poderia ser perfeito como Cristo, mas era possível estipular por meio dele o modelo ideal a ser almejado.

A diferenciação entre ambos sugere também um entendimento claro de que as relações maternas eram mais complexas e difíceis do que aquelas das histórias bíblicas. Para além da figura de Cristo, mães e filhos se encontravam em posições complicadas ao longo de suas vidas. Disputas pela herança de propriedade, conflitos entre irmãos mais velhos e os mais novos mediados pelas mães, distanciamento quando as crianças eram enviadas para parentes distantes ou senhores influentes: todos esses aspectos marcaram o relacionamento familiar e foram importantes para determinar o tipo de maternidade que seria desempenhada nas famílias. Entre os Pastons, não foi diferente.

Antes de nos determos nas relações e concepções sobre maternidade e paternidade entre a família Paston, especificamente, ressaltamos aqui os diferentes entrecruzamentos que determinavam esses papéis e como eles estiveram relacionados às dinâmicas de gênero. Em primeiro lugar, o significado de “ser mãe” esteve profundamente vinculado ao tipo de função que seria desempenhada pelo sujeito, independente do corpo biológico. Como performance, a maternidade estava disponível dentro dos campos discursivos para ser adaptada, apropriada e reformulada. “Mãe” foi um conceito inserido nas relações de poder do período e que, portanto, era instável e dinâmico. Trata-se de uma performance porque não era o parto *em si* que marcava a condição de mãe no medievo - parir não era o suficiente ou o determinante para tornar-se mãe. Era sobretudo a atuação que permitiria atribuir esse aspecto feminilizado a alguém, a atuação do cuidado, da nutrição e do amor, mas por vezes também do disciplinamento.

---

<sup>110</sup> “We wit that alle oure moders bere us to paine and to dying. A, what is that? But oure very<sup>o</sup> moder Jhesu, he alone bereth us to joye and to endlesse leving”. JULIAN OF NORWICH, op. cit., p. 313, fólhos 128v e 129r.



A maternidade ter englobado características que recorrentemente foram associadas à paternidade não escapa à dinâmica instável do gênero e dos caminhos intercambiáveis entre masculino e feminino. Era a realidade cultural, simbólica e imersa em diferentes relações de poder que definiria a maternidade mais do que sua função biológica e resultados fisiológicos.

Ainda, a maternidade poderia ser pensada como elemento de validação pública<sup>111</sup>. Tornar-se mãe poderia significar a saída de uma condição infantil, a constituição da própria família como autoridade desta ao lado do marido. Poderia significar uma aproximação ao exemplo de Cristo e a possibilidade de, em algum futuro, administrar as propriedades da família como viúva e em nome dos filhos pequenos. Era, por fim, um instrumento de inserção social e de negociação dos limites de gênero. Flutuar entre as funções desempenhadas na família (ou no convento) era flutuar também entre as categorias de feminilidade e de masculinidade, assim como o oposto. Aproximar-se da paternidade ou da maternidade poderia servir de possibilidade para tipos diferentes de atuação social, negociação importante dentro das dinâmicas sociais.

O lugar do corpo nesse processo é de espaço de criação de significado e de comunicação com as concepções de gênero. Barbara Hanawalt e David Wallace descreveram o corpo como uma ponte entre os atos de performance (de cerimônia, hospitalidade, celebração) e as ferramentas de coerção ou restrição evocadas pelo disciplinamento, pelas normas<sup>112</sup>. Podemos pensá-lo como um espaço de encontro e produção de normas e de instituição das rupturas. Miri Rubin destacou também como o corpo medieval não privilegiava uma ou outra dicotomia<sup>113</sup>; mais do que isso, o corpo inclusivo poderia ser pensado como veículo de trocas sociais, de ponto de partida para performances através das quais as pessoas viviam e interagiam entre si. A percepção humoral sobre o corpo (construída pelo pensamento galênico) significava justamente a possibilidade de múltiplas formas através dos quais os corpos emergiam e as diversas características que poderiam assumir: frios, úmidos, quentes, secos. Um microcosmo que refletia o macrocosmo nas ideias de concepção e de geração: “com os corpos, vinham possibilidades”<sup>114</sup>.

Para Rubin, uma única pessoa deveria emergir, mas o corpo retinha seus segredos “bagunçados”. No entanto, o que significava de fato essa pessoa única que emergia das possibilidades ligadas ao corpo? Era, necessariamente, o sexo único sobre o qual Laqueur havia

---

<sup>111</sup> OH, op. cit.

<sup>112</sup> HANAWALT, B.; WALLACE, D. *Bodies and disciplines: intersections of literature and history in fifteenth-century England*. Medieval Cultures, v. 9. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

<sup>113</sup> RUBIN, M. “The body, whole and vulnerable, in fifteenth-century England”. In: HANAWALT, B.; WALLACE, D. (Org.) *Bodies and disciplines: intersections of literature and history in fifteenth-century England*. Medieval Cultures, v. 9. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 21.

pensado ou talvez a unicidade da pessoa tivesse um lugar diferente na ordem dos gêneros? Defendemos aqui que não havia um gênero único no século XV, nem a dicotomia binária havia se estabelecido ainda. Algo diferente, de uma dinâmica própria, regia o sistema de gêneros durante o período que convencionamos apontar como o ponto de passagem a Idade Média para a Idade Moderna.

### **Mulheres Pastons e a performance materna**

\*

Faz aproximadamente 40°C na cidade enquanto volto à documentação para a escrita das próximas páginas. O sol se ergue impiedoso desde as cinco horas da manhã e se recolhe por volta das sete horas e meia da noite, quando o asfalto e o cimento dos prédios ainda estão quentes demais para oferecer uma trégua.

Ler e reler os documentos é parte constante do exercício de escrita: quais passagens são essenciais? Será que deixei algo importante passar despercebido? Como posso amarrar todos os trechos de forma que façam sentido, de modo que tenham coesão? Como conectá-los à historiografia? São perguntas cujas respostas só podemos encontrar se voltarmos de novo e de novo para os documentos. Lê-los repetidamente é inevitável.

Por outro lado, tantas vezes passeando pelos documentos não faz com que eles percam seu encanto - afinal, há algum tipo de encantamento em relação ao nosso ofício. Isso não significa, é claro, que lidar com a documentação histórica seja fácil. Certamente não é fácil trabalhar com as violências, os apagamentos e as dores humanas. Quando falo em encantamento, quero dizer que há algo sobre a investigação do passado que nos atrai ao documento, que nos incentiva a buscá-lo como um magnetismo sobre o qual queremos fazer parte. Encantada pelas cartas com as quais trabalho, voltar a elas mais de uma vez não é tanto um fardo (ou, pelo menos, não sempre), mas também um acolhimento. Um espaço para dar sentido às minhas inquietações, às perguntas que urgem serem respondidas.

Essa tarefa, é claro, seria mais aconchegante caso a temperatura da cidade não estivesse tão elevada e tornasse quase impossível uma volta na quadra para refrescar as ideias. Dizem, por exemplo, que Kant mantinha uma rotina imperturbável de passear pelo bairro para ajudar em suas reflexões filosóficas. Suponho que nem todos possuam essa mesma sorte.

Em meio ao suor e aos devaneios de uma pressão sempre baixa demais, sigo me debruçando sobre as cartas e me encantando por elas.

\*

O tema a maternidade é frequentemente abordado pela historiografia a partir das discussões medicinais a respeito do parto e da amamentação<sup>115</sup>. Isso significa que, à exceção dos documentos de Trotula de Ruggiero, grande parte dos estudos sobre maternidade partem de uma documentação produzida por homens. Nosso objetivo é pensar esse tema a partir de cartas produzidas sobretudo pelas mulheres da família Paston e como, para elas, a noção de maternidade é elaborada a partir e em relação às configurações de gênero no período. Pensamos, portanto, em uma concepção específica de mulheres da *gentry* inglesa, uma camada social com privilégios que não eram compartilhados entre o campesinato e os trabalhadores urbanos empobrecidos. Kim Phillips chamou atenção para a dificuldade em estabelecer um conceito rígido para esse grupo graças à ausência de uma definição jurídica, legal, sobre ele<sup>116</sup>. Por outro lado, sugere que existem características comuns que podemos identificar na *gentry*:

“posse de propriedades rurais e controle sobre moradores do vilarejo que trabalham para eles, preocupação com a linhagem e os bens futuros da família, controle de ofícios locais como Justiça de Paz ou ser membro do Parlamento, serviço à realeza ou membros de uma grande nobreza, prudência em questões financeiras e preocupação com cortesia e conduta”<sup>117</sup>.

Essas características são observáveis nas cartas da família Paston e as inclui em um rol de famílias de influência local que disputavam para aumentar seu prestígio na região e seu enriquecimento pela aquisição de terras<sup>118</sup>. É importante notar o lugar social dessas mulheres, uma vez que a maternidade era vivida e elaborada de formas diferentes entre a nobreza, a *gentry* e as camadas mais pobres<sup>119</sup>. Mulheres da nobreza, por exemplo, não costumavam amamentar seus filhos, sendo essa forma de nutrição um aspecto bastante importante da maternidade nos círculos monásticos, por exemplo, como mencionamos anteriormente<sup>120</sup>. A criação dos filhos também se dava através de lógicas distintas. Nas famílias com maior prestígio social, as crianças eram frequentemente enviadas para a casa de outras famílias nobres da região para

---

<sup>115</sup> GREEN, Monica. “Making Motherhood in Medieval England: The Evidence from Medicine”. In: LEYSER, C.; SMITH, L. (Ed.). *Motherhood, Religion and Society in Medieval Europe, 400-1400*. Farnham, UK: Ashgate Publishing Limited, 2011.

<sup>116</sup> PHILLIPS, K. “Femininities and the Gentry in Late Medieval East Anglia: ways of being”. In: MCAVOY, L. (Ed.). *A Companion to Julian of Norwich*. D.S. Brewer, 2008.

<sup>117</sup> Tradução livre de “preoccupations common to the group: possession of landed estates and control over the villagers who worked them, concern with lineage and future family prospects, the holding of local offices such as Justice of the Peace or Member of Parliament, service to royalty or members of the great nobility, prudence in financial matters and preoccupation with courtesy and conduct.”. *Ibid.*, p. 42.

<sup>118</sup> Phillips menciona o trabalho de Philippa Maddern que sugere a *gentry* como performativa. Nesse caso, a performatividade implicaria em se comportar enquanto *gentleman* e *gentlewoman* diante da sociedade. Como a condição de *gentry* dependia do reconhecimento social, performar de uma vez que seria o *seu* reconhecimento o elemento necessário para estabelecer sua condição de *gentry* (na ausência de uma definição legal). *Ibid.*

<sup>119</sup> HARDING, W. Medieval Women’s Unwritten Discourse on Motherhood: a reading of two fifteenth-century texts. *Women’s Studies*, v. 21, 1992. pp. 197-209.

<sup>120</sup> HARRIS, op. cit.

que pudessem se inserir nesse círculo de influência. Poderiam também ser enviados para a casa de parentes cujas propriedades herdariam futuramente e por isso precisavam estar de alguma forma engajados com aquelas terras. A família Paston não foi diferente nesse sentido: Elizabeth, filha de Agnes Paston, e Anne, filha de Margaret Paston, foram ambas enviadas para a casa de famílias nobres durante certo período de tempo e antes do casamento.

Pensamos, nesse sentido, como a criação e a nutrição das crianças exigia uma dinâmica muito mais coletiva que ultrapassava a definição de mãe como aquela que dá à luz. Wendy Harding, em seus estudos sobre o tema, sugeriu: “para o propósito dessa investigação sobre o discurso das mulheres, focarei majoritariamente na maternidade em sua definição mais estreita: gestação e parto”<sup>121</sup>. Acreditamos que, embora Harding elabore questões importantes sobre o tema, a escolha de delimitar maternidade através desses tópicos tenha reduzido demais o conceito. Embora reconheça como essas experiências poderiam ser apropriadas, de certa maneira, por outros sujeitos (como os monges cistercienses), acaba recaindo em uma maternidade estritamente biológica - e não inclui a dimensão performativa sugerida nesse capítulo. Maternidade não significava apenas o corpo que gesta e que pare, nem mesmo apenas o corpo que nutre; ela exigia dinâmicas mais plurais e flexíveis e que poderiam ser desempenhadas por sujeitos múltiplos.

Esse é um aspecto desde já importante para entendermos como o feminino, por meio da maternidade, poderia ser instrumentalizado no século XV uma vez que as formas com que a maternidade/paternidade eram desempenhadas poderiam refletir também as possibilidades de constituição de feminilidade e de masculinidade no medievo.

Ao mesmo tempo, a tentativa de fossilizar o conceito em torno do corpo como fenômeno puramente biológico poderia nos levar a uma compreensão equivocada sobre o tema. Já mencionamos como, para Irene Oh, a maternidade implica em performance e corpo (biológico, material): no medievo, limitar-nos a essa concepção de corpo como marcado por experiências comuns do parto e da amamentação seria não compreender as dinâmicas do período e sua capacidade extremamente simbólica e fluida de elaborar conceitos.

Para isso, reforçamos que nossa análise se concentrou nas produções elaboradas por mulheres da *gentry* inglesa no século XV. Isso não significa, contudo, que ignoramos a presença dos homens Pastons. Ao usarmos como fonte documental cartas, precisamos ter em mente sua dinâmica necessariamente dialógica e, no medievo, também pública<sup>122</sup>. Como cartas,

---

<sup>121</sup> Tradução livre de “For the purpose of this investigation of women's discourse I will focus largely on motherhood in its narrowest definition — gestation and parturition” (HARDING, op. cit., p. 198).

<sup>122</sup> Ibid.

elas não podem ser isoladas completamente dos destinatários aos quais foram endereçadas - em termos de relações de poder envolvidas na escrita, em termos de dinâmicas familiares, de interesses públicos sobre o conteúdo da carta, dentre tantas outras influências importantes. Por conta disso, os homens da família serão incorporados eventualmente como parte do diálogo traçado por essas mulheres e suas concepções de maternidade ou paternidade também.

Ao pensarmos em família, Barbara Harris sugere como esta era uma unidade ao mesmo tempo política e afetiva, cujo poder local dependia do grau de patronagem exercido por seus membros:

“A família, representada pela liderança masculina, possuía quantidades imensas de propriedades, primariamente na forma de terras. Ela usava essa propriedade para manter numerosos funcionários e redes extensivas de patronagem que eram a base do poder em um nível local. O poder local, por sua vez, sustentava a reivindicação familiar por patronagem do rei e por um papel político central”<sup>123</sup>.

A maternidade se vincula a essas dinâmicas exatamente por ser o meio pelo qual a família daria continuidade às suas ambições. Primeiro, o matrimônio garantia a aquisição de novos laços e de novas propriedades. Segundo, os filhos fruto desse casamento herdariam as propriedades com o objetivo (na *gentry*) de reforçar o poder familiar e ampliar a quantidade de propriedades sob seu controle e influência. Enquanto unidade política e ao mesmo tempo afetiva, a família traz a maternidade para o centro de suas questões. Para Mary Beth Rose, a maternidade (ao menos na literatura) representaria também uma distribuição de autoridade na família em relação a dois aspectos: autoridade da origem (de quem dá luz a quem vai continuar a linhagem) e autoridade do conhecimento (sobre a autenticidade do pai e, portanto, sobre a legitimidade das crianças)<sup>124</sup>. A autoridade a qual Rose se refere é no âmbito familiar, reconhecendo como esse elemento não se transforma necessariamente em poder público.

Embora a autoridade familiar esteja centrada na figura masculina do *pater*, Rose aponta um aspecto crucial sobre a maternidade: a mãe quem garantia a legitimidade da família e ela quem tinha influência sobre a criação dos filhos, sobre seu destino. A pesquisadora analisa como obras de literatura do período medieval e início da Idade Moderna retratam a necessidade de retirar a mãe da narrativa para que a criança possa desenvolver seu potencial pleno - nesse caso, através da morte: “a autoridade materna e a agência são representadas (...) não apenas como intensos desafios ao herói, mas também como perigos, ameaçando por sua existência e

---

<sup>123</sup> Tradução livre de: “The family, represented by its male head, owned huge amounts of property, primarily in the form of land. It used this property to maintain the enormous households and extensive patronage networks that were the basis of power at the local level. Local power in turn supported the family's claim to patronage from the king and a political role at the center” (HARRIS, op. cit., p. 608).

<sup>124</sup> ROSE, op. cit.

auto-afirmação uma organização patriarcal mais ampla da cultura”<sup>125</sup>. A preocupação em remover a figura materna da trajetória de um personagem para seu pleno desenvolvimento implicava em entender como essa figura possuía influência e um potencial disruptivo, portanto, em relação às normas sociais. Havia o reconhecimento de que a mãe possui *alguma* autoridade em relação aos filhos - ao menos enquanto permaneciam menores de idade. A partir da maioridade, a relação entre a mãe e os filhos se alterava radicalmente, como veremos adiante.

Os papéis sociais não eram tão obviamente fluidos como na linguagem religiosa, por exemplo de Julian de Norwich, mas ao mesmo tempo havia a possibilidade de flutuar entre os campos da maternidade e da paternidade justamente porque era necessário flutuar entre as funções sociais diante dos filhos - o que implicava também nos papéis de gênero. Aqui, já se começa a traçar um limite entre o que é de campo masculino e o que é de campo feminino, mas não é impossível transpor de um ao outro - pelo contrário, às vezes era até necessário.

Há também a diferença entre os tipos de feminilidade desempenhados, sobretudo em relação à mulher quando casada e quando viúva (ainda, a viúva com filhos menores de idade e aquela com filhos maiores de idade dos quais dependia politicamente).

Diversas cartas trocadas entre a família Paston perpassam pelas relações de maternidade e de paternidade ao longo do século XV. Seleccionamos, aqui, aquelas que apresentaram questões mais imediatas em relação aos papéis mencionados e a como as dinâmicas familiares se estabeleceram a partir disso. Alguns temas se destacam nessa análise: conflitos entre pai/mãe e filhos; relações de cuidado e acolhimento; sujeição materna ao patronato do primogênito; compreensão de paternidade e os efeitos fisiológicos da gravidez. Queremos pensar de que maneira essas cartas podem lançar luz à noção de maternidade e como esta pode nos explicar as dinâmicas de gênero do período.

Como apontado anteriormente, para a literatura monástica “mãe” significava ser amorosa com a prole, nutri-la e protegê-la por meio do carinho e do aconselhamento. Por outro lado, “pai” era entendido como uma figura relacionada à autoridade e ao disciplinamento mais rigoroso - motivo porque Cristo foi tornado mãe durante um período considerável de tempo. Nas cartas da família Paston, contudo, não há qualquer esforço em conceitualizar a maternidade. Não há indícios de como uma mãe *deveria* agir, ainda que muitas cartas tragam a caracterização da mãe como aquela que ama quando os filhos se endereçam a ela. Esse é um aspecto que não nos fornece muitos indícios do que deveria ser a maternidade se considerarmos

---

<sup>125</sup> Traduzido de “Maternal authority and agency are represented with disturbing frequency not only as fierce challenges to the hero, but also as dangerous, threatening by their existences and self-assertion to the larger patriarchal organization of culture.” (ROSE, op. cit., p. 5).

a estrutura formular das epístolas no medievo. Esse modelo de documentação exigia, como norma do próprio gênero literário, alguns *topoi* a serem seguidos, como por exemplo a saudação. Isso significa que precisamos tomar cuidado para não tomar uma fórmula padronizada de saudação como indício do que era a figura da mãe.

A ausência de um esforço para determinar *como* uma mãe deveria agir pode sugerir que esse tema não precisava ser abordado. Sendo entendido comumente, não haveria necessidade de indicar como uma mãe deveria ou não agir. A noção comum que poderia haver de maternidade não significa que não existissem tensionamentos e conflitos em torno do tema. Enquanto poderia não haver necessidade em reforçar o que uma mãe *deveria* fazer, por outro lado poderiam aparecer acusações de que não o havia feito. Barbara Harris observou o caso de Lady Margaret e o conflito com seu filho, Henry, no início do século XVI<sup>126</sup>.

Lady Margaret havia feito diversas queixas sobre o fardo de sustentar todos os filhos com a pequena quantia que recebia das propriedades do falecido marido. Para contornar sua situação financeira, fez um acordo com o duque de Suffolk para casar Henry com a filha mais velha do duque. O acordo previa que o pai da noiva seria responsável por todas as despesas do casal enquanto Henry fosse menor de idade, pois o fardo recairia sobre lady Margaret no futuro. A medida teria chocado a nobreza: “em 1534, ela sentiu a necessidade de se defender contra a acusação de ser uma ‘mãe desnaturada’”<sup>127</sup>. Cuidar financeiramente dos filhos poderia ser pensado como uma forma de nutri-los após a fase da amamentação e, portanto, era de responsabilidade da mãe - sobretudo na ausência do pai, já falecido.

Consideraremos a maternidade, portanto, como uma função social performativa, cujas características giravam em torno do cuidado, do afeto e da misericórdia em relação aos filhos. No medievo, ser mãe não se limitava, portanto, aos eventos fisiológicos da gestação, do parto e da amamentação. Esses elementos *podiam* estar inclusos (sobretudo a amamentação), mas não delimitavam por si só o que a maternidade significava. Nas cartas da família Paston, há uma ausência significativa em relação ao tema: o silêncio a respeito da gravidez e do parto. Margaret Paston foi mãe de pelo menos sete filhos (John II, John III, Margery, Edmund II, Anne, Walter e William III), mas os períodos de gravidez foram mantidos fora do espaço quase público das cartas e revelados socialmente apenas depois de um certo período.

Uma rápida sugestão foi feita sobre a gravidez em uma carta de Margaret Paston enviada ao marido no dia 14 de dezembro de 1441. Na carta, ela havia se queixado de não

---

<sup>126</sup> HARRIS, op. cit.

<sup>127</sup> Tradução livre de “in 1534 she felt it necessary to defend herself against the charge of being an ‘unnatural mother’”. Ibid., p. 627.

possuir mais roupas para usar no inverno por causa da gravidez: “Eu nunca tive mais necessidade do que tenho agora, pois cresci tão elegantemente que não consigo entrar em nenhuma das faixas ou cintos que tenho, exceto um”<sup>128</sup> - a ironia da frase é o indício de sua gravidez, em que os estágios mais avançados da gestação começavam a aparecer em seu corpo. Outra sugestão aparece ao final da carta, dessa vez em relação ao marido: “você me deixou com tal lembrança que me faz pensar em você tanto durante o dia quanto à noite quando eu gostaria de dormir”<sup>129</sup>. Para marcar a paternidade de John I, a esposa envia para ele um anel com a imagem de santa Margaret, patrona do parto<sup>130</sup>.

Essas referências sutis à gravidez sugerem um esforço em mantê-la sob âmbito privado, ao menos por algum período. Esse esforço pode ser percebido na mesma carta, em que Margaret alerta o marido: “John Damme esteve aqui e sua mãe revelou meu segredo a ele (...) não consigo mais viver disfarçando; sou descoberta por todos os homens que me vêem”<sup>131</sup>. A família havia mantido a gravidez em segredo o tanto quanto conseguiram. Mas, se a fisiologia era tão importante, por que tamanha discrição? Wendy Harding sugere que a ausência da escrita sobre o processo de gravidez não significou necessariamente uma recusa em falar a respeito, a torná-lo existente por meio da palavra. Do contrário, *falava-se* a respeito da gravidez, apenas por outros meios: na oralidade que essas mulheres encontravam canais para falar sobre o próprio corpo (desde a gestação até os perigos do parto).

Essa seria uma forma também de exercer controle sobre o processo: “enquanto mulheres discutiam questões como gravidez oralmente e em círculos exclusivamente femininos, elas continuaram a exercer uma medida de controle sobre seus corpos”<sup>132</sup>. A ausência desses efeitos fisiológicos nas cartas não significou, necessariamente, uma despreocupação com o tema. Como Harding sugere, é possível que essas discussões ficassem restritas aos círculos oralizados de conversação e que, através desses espaços mais domésticos, as mulheres pudessem falar com mais propriedade sobre seus corpos. Um elemento que corrobora com a perspectiva de Harding era a preocupação das mulheres com o momento do

---

<sup>128</sup> Traduções livres: “for I hadde neuer more nede þer-of þan I haue now, for I ham waxse so fetys þat I may not be gyрте in no barre of no gyrđyl þat I haue but of on.” 14 de dezembro de 1441, Margaret Paston para John Paston I. Disponível em < <https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.2?rgn=div2;view=fulltext> >. Acesso em 22 jan. 2023.

<sup>129</sup> “Ye haue lefte me sweche a rememravn [deleted in MS]se þat makyth me to thynke vppe-on yow bothe day and nyth wanne I wold sclepe.”. Ibid.

<sup>130</sup> WATT, D. *The Paston Women: selected letters*. Cambridge: D. S. Brewer, 2004, p. 46.

<sup>131</sup> “Jon of Dam was here, and my modyr dyskevwyrd me to hym (...) I may no len [deletado no MS]ger leve be my crafte, i am dysscevwyrd of alle men þat se me.” 14 de dezembro de 1441, op. cit.

<sup>132</sup> “As long as women discussed subjects such as pregnancy by word of mouth in exclusively female circles, they continued to exert a measure of control over their bodies” (HARDING, op. cit., p. 201).



parto. Enquanto os homens estavam preocupados fundamentalmente com o gênero do possível sucessor (o que implicaria na herança das propriedades), mulheres manifestavam mais frequentemente preocupações com os perigos do parto<sup>133</sup>. Enquanto uns desejavam o nascimento de um filho homem, outras desejavam que tudo transcorresse bem e de forma segura.

Nesse sentido, ainda que as cartas não manifestem muitos elementos sobre a gestação em si, não podemos atribuir essa ausência a uma falta de preocupação ou importância do tema. O que *podemos* questionar é o quanto esse processo até o nascimento da criança marcava a noção de maternidade. As funções sociais atribuídas à mãe foram muitas vezes vinculadas a atividades *após* o nascimento da criança - e que poderiam ser desempenhadas por vários sujeitos que não aquela que deu à luz. A amamentação, o cuidado e o amor são atribuições posteriores e que se vincularam muito mais a uma performance desempenhada pela mãe (homem ou mulher) do que aos efeitos de um corpo biológico independente de subjetividade e de produções culturais.

Na verdade, o corpo como espaço aberto de significação e como significante poderia traduzir o sujeito enquanto mãe a partir de inúmeras práticas cujos sentidos eram construídos coletivamente. Se o cuidado determinava a maternidade mais do que a gestação, isso significa pensar que o corpo performático ganha sentido (e oferece sentido) através das práticas culturais; não é, do contrário, um elemento substantivo cujo significado estaria pré-estabelecido. Quando tentamos definir a maternidade pela gestação e pelo parto, como sugeriu Wendy Harding<sup>134</sup>, podemos cair no erro de pressupor que a maternidade se configurava a partir de um corpo cujos efeitos já estão estabelecidos e, portanto, seus significados também. Partimos do *resultado* das construções de significado e não de seu início. A gravidez só pode significar maternidade quando é pensada e elaborada dessa forma: do contrário, poderia ser apenas um estágio do receptáculo passivo e não-gerador sugerido pela tradição medicinal galênica: um momento em que ainda não há *mãe*, pois essa subjetividade só se constrói *a partir* do nascimento da criança e das relações que seriam estabelecidas com ela.

Em outras palavras, enquanto a gestação e o parto eram fenômenos importantes para as mulheres, eles não necessariamente constituíram a noção de maternidade - que aparece sobretudo vinculada às atividades posteriores ao nascimento da criança. Margaret Paston se tornaria mãe a partir do nascimento do primogênito, John II, e das relações que estabeleceria

---

<sup>133</sup> HARRIS, op. cit.

<sup>134</sup> HARDING, op. cit.

com ele de cuidado e de nutrição, não antes disso. Essa noção é importante para compreendermos como a maternidade pôde ter sido atribuída a figuras que não possuíam útero, como Jesus Cristo ou os monges cistercienses estudados por Caroline Bynum. Permite pensar, sobretudo, como os papéis de gênero estiveram vinculados a determinadas performances e funções sociais que tornavam as próprias noções de feminilidade e masculinidade mais flexíveis.

A respeito das relações de cuidado e carinho que construíam a concepção de maternidade, a família Paston exibiu diferentes exemplos. A tarefa de cuidar e nutrir os filhos apareceu nas cartas através, especialmente, de conselhos dados pelas mães. Tanto Margaret quanto Agnes Paston aconselharam os filhos a como proceder em relação às propriedades da família, ao uso de documentos, à possibilidade de matrimônio e aos estudos. Também atuaram no sentido de conseguir para os filhos uma posição social vantajosa através de relações de patronagem ou do ingresso nos *inns*<sup>135</sup>.

Em uma carta escrita em 04 de fevereiro de 1445, Agnes Paston nos indica a preocupação com os estudos em relação ao filho Edmond I. Na ocasião, Edmond estava em Clifford's Inn, em Londres, um ano após a morte do pai William I<sup>136</sup>. Na carta, a recém viúva Agnes escreveu: “Eu o saúdo fortemente e o aconselho a pensar uma vez ao dia no conselho de seu pai em aprender a lei; ele disse muitas vezes que, quem quer que passe a viver em Paston, deveria saber defender a si mesmo”<sup>137</sup>. Como Edmond já estava em Clifford's Inn na ocasião, a carta era um incentivo de sua mãe para que desse sequência aos estudos como algo que seria vantajoso para ele no futuro. Em 28 de janeiro de 1458, a mesma preocupação de Agnes aparece em relação ao filho Clement. O documento faz parte de um *memorandum* em que pede para que Greenfield mandasse notícias sobre o desenvolvimento de seu filho mais novo:

“Peça a Greenfield que me mande notícias confiáveis pela escrita sobre como Clement Paston tem realizado seu dever em aprender. E se ele não o estiver realizando bem, nem vá se corrigir, peça a ele que verdadeiramente o castigue até que se retifique (...) E diga a Greenfield que se ele conseguir trazê-lo ao

---

<sup>135</sup> Barbara Harris observou esse processo como uma alternativa comum às famílias da *gentry* e da nobreza inglesa. As mães buscavam encontrar patronos influentes para os filhos e, na ausência destes, os enviavam para os *inns* das cortes entendendo que a proximidade com a monarquia seria uma vantagem. No entanto, esse processo também fazia com que os filhos fossem mandados para longe das mães ainda muito jovens - em torno dos quinze anos. Em casos de viuvez, a escassez de recursos levava algumas mães a mandarem suas crianças para longe ainda mais novas, aos onze anos (HARRIS, op. cit.). No caso da família Paston, sabemos que John Paston I foi enviado para estudar em um dos *inns* em Londres, de modo a conquistar maior influência e um número maior de propriedades.

<sup>136</sup> WATT, op. cit.

<sup>137</sup> “I grete yow wel, and avyse yow to thynkke onis of the daie of yowre fadris counseyle to lerne the lawe; for he seyde manie tymis that ho so euer schuld dwelle at Paston schulde have nede to conne defende hymselfe”. 04 de fevereiro de 1445, Agnes Paston para Edmond Paston I. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.2?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 22 jan. 2023.

bom governo e à boa aprendizagem, que eu possa verdadeiramente verificar que ele fez seu dever, darei a ele 10 marcos por seu trabalho”<sup>138</sup>.

Essa é uma carta particularmente importante para entendermos as dinâmicas de gênero, pois sugere um entrelugar que não era propriamente feminino (mãe), nem absolutamente masculino (pai). Agnes cumpre com uma função materna de cuidado com o estudo e garantia de sucesso futuro para o filho, ao mesmo tempo em que adota um aspecto paterno de disciplinamento. Clement deveria se dedicar aos estudos podendo ser repreendido duramente se necessário. A autoridade que assume ao sugerir um disciplinamento rígido aproxima-se do que a literatura associava ao papel paterno. Para que possamos entender esse movimento, é preciso lembrar que Agnes era uma mulher viúva na época em que a carta foi escrita. William I havia falecido no ano de 1444, deixando Agnes Paston como responsável pela criação de cinco filhos. Clement, o mais novo, tinha aproximadamente três anos quando o pai faleceu e dezessete anos quando o *memorandum* foi escrito. A feminilidade possível durante a viuvez encontrava-se mais próxima da masculinidade do que durante o casamento, sugerindo pontes intercambiáveis entre os aspectos de gênero que serviam como referência normativa.

Não é coincidência, nesse sentido, que os principais atritos entre Margaret Paston (nora de Agnes) e seus filhos tenham se dado também após a morte do marido, John Paston I. A partir de 1466, Margaret precisou assumir um modelo de maternidade e de feminilidade diferentes do que performatizava durante a vida do marido, o que necessariamente viria a alterar as dinâmicas familiares.

Antes de nos determos nesse aspecto, porém, gostaríamos de apontar de quais maneiras Margaret Paston desempenhou seu papel de maternidade e cuidado com os filhos. Mais do que a busca por estudos, Margaret os aconselhou sobre como lidar com as propriedades da família, buscou arranjar bons casamentos e patronos, assim como as maneiras apropriadas de comportamento para uma família da *gentry* inglesa. Em uma carta escrita por volta de 30 de junho de 1465, endereçada a John Paston III, esses aspectos aparecem com destaque:

“Eu o saúdo fortemente, deixando-o saber que, a respeito de sua irmã estar com a minha senhora, se seu pai concordar, considero-me bastante satisfeita, pois eu ficaria muito feliz por ela ao realizar seu serviço mais do que qualquer outra pessoa, se ela pudesse fazer o que agrada a boa graça de minha senhora. Portanto, eu gostaria que você falasse com seu pai a respeito e deixe-o saber que fico muito satisfeita por ela ir até lá se ele estiver [também]. Porque eu

---

<sup>138</sup> “To prey Grenefeld to send me feythfully word by wrytyn who Clement Paston hath do his devere in lernyng. And if he hath nought do well, nor wyll nought amend, prey hym that he wyll trewly belassch hym tyl he wyll amend (...) And sey Grenefeld that if he wyll take up-on hym to brynge hym in-to good rewyll and lernyng, that I may verily know he doth hys devere, I wyll geue hym x marc. for hys labore”. 28 de janeiro de 1458, *Memorandum* de Agnes Paston. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.16?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 22 jan. 2023.

ficaria muito feliz se ela pudesse ser oferecida em casamento ou em serviço, de forma que seja para sua honra e benefício em reembolsar seus amigos, e peço-lhe que faça a sua parte a esse respeito para sua própria honra e para a dela”<sup>139</sup>.

De acordo com Diane Watt<sup>140</sup>, a irmã em questão era Margery Paston e, na ocasião, John III estava a serviço do duque de Norfolk, importante figura política da região. Margaret havia mobilizado a família para conseguir um arranjo benéfico para sua filha, sem descartar a opção do matrimônio. Arranjá-la com uma senhora de destaque ou em um bom casamento era uma forma de garantir um bom futuro para a filha, sobretudo considerando que o herdeiro principal do marido seria John Paston II, o filho mais velho.

Barbara Harris levantou o problema a respeito da primogenitura em sua pesquisa<sup>141</sup>. Embora tenha encontrado exemplos de mães que privilegiavam os filhos mais velhos na distribuição de bens e propriedades, a maior parte delas ignorava essa lógica da primogenitura e quase todas deixavam alguma herança para os filhos mais novos - mesmo que pequena. Em relação às filhas, esforçavam-se para deixar algum dote ou *jointure* que pudesse mantê-las futuramente. Quando os maridos colocavam como herdeiro apenas o primogênito, as mães tendiam a ignorá-los posteriormente nos próprios testamentos, segundo Harris.

Margaret Paston foi citada como um exemplo. Ainda que tenha deixado bens para o filho mais velho em seu testamento, foi a William e a Edmund para quem deixou a maior parte de seus bens, além de alguns itens para Anne. O fato de prover sobretudo os filhos mais novos não significava um desgosto ou conflito com o mais velho (embora pudesse acontecer). Era simplesmente uma garantia de que todos os filhos teriam algum meio de sobrevivência após a sua morte. Nesse sentido, os esforços de Margaret em casar sua filha ou arranjar para ela uma família de prestígio para conviver era uma forma fundamental de cuidado. Aos quarenta e cinco anos de idade, Margaret Paston já buscava garantir um futuro respeitável socialmente e confortável financeiramente para seus filhos. Ao mesmo tempo, ao solicitar a ajuda de John Paston III para isso, buscava consolidar os laços familiares de forma que o irmão também pudesse auxiliar os demais em caso de necessidade.

---

<sup>139</sup> “I grete you wele, letyng you wete that asfor your sustrys beyng wyth my lady, if your fadere wull aggrey ther-to I hold me right wele pleasyd, for I wuld be right clad þat she shuld do here servyse be-for any othere, if she cowde do that shuld pleas my ladyes good grace. Wherefore I wuld that ye shuld speke to your fader þerof and lete hym wete þat I am pleasid þat she shuld be there if he wuld. For I wuld be right glad and she myght be proferrid be mariage or be servyce so þat it myght be to here wurchep and profight in discharging of here frendes, and I pray you do your parte ther-in for your owyn wurchep and herys.”. 30 de junho de 1465, Margaret Paston para John Paston III. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.63?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 22 jan. 2023.

<sup>140</sup> WATT, op. cit.

<sup>141</sup> HARRIS, op. cit.

Outra forma de cuidado apresentada na carta foi em relação ao filho e destinatário. Algumas linhas abaixo, Margaret escreveu: “e se você quiser ter minha boa vontade, evite as coisas que lhe falei a respeito na última vez em nossa igreja. Rezo que Deus faça de você tão bom homem quanto qualquer um de seus parentes já o foi”<sup>142</sup>. Não temos indícios do que Margaret havia conversado com o filho, mas é possível perceber sua preocupação com o comportamento de John III e que ele se tornasse um homem virtuoso, respeitável, em sua vida adulta. O amor que constitui a maternidade inclui guiar os filhos para que melhor ajam socialmente, mantendo o prestígio que era tão fundamental para a família. Lembremos como a *gentry* não tinha uma definição jurídica clara, de modo que o próprio comportamento poderia servir como meio de distinção social. Portar-se bem poderia ser uma forma de diferenciação social<sup>143</sup>.

Por outro lado, a preocupação de Margaret Paston com o comportamento do filho poderia ter um outro elemento motivador. Raymond Anselment argumentou que a autoimagem materna era, em certo grau, reflexo do sucesso dos filhos<sup>144</sup>. Isso significa que a identidade das mães estava condicionada, delimitada, pela maneira como sua prole agia socialmente. A boa criação não era apenas uma garantia de sucesso financeiro pelos laços políticos e aquisição de propriedades, mas também um meio pelo qual as mães seriam percebidas em comunidade.

Anselment analisou cartas de um período posterior, o início do século XVII, mas alguns aspectos são comuns ao período que abordamos aqui. Ainda, o pesquisador abordou cartas de Katherine Paston (1578-1629), nascida Katherine Knyvett. Katherine havia se casado com Edmund Paston (1585-1632), tetraneto de John Paston III. As cartas eram endereçadas ao filho William e, de acordo com Anselment, destacavam os valores adquiridos pelo filho através de seu tutor, encorajando-o a perseverar nos estudos. O incentivo foi acompanhado de condicionantes: o bom comportamento tornaria a mãe feliz e, por isso, deveria ser buscado. Katherine Paston teria destacado ainda a importância do dever e do respeito, de aprender o que é adequado ao comportamento e criar conexões com os parentes influentes. De acordo com Anselment, “a seu modo cada mãe definiu a si mesma nos termos do filho que criava”<sup>145</sup>.

---

<sup>142</sup> “And if ye wull haue my good wille eschewe such thynges as I spake to you of last in owre pariss church. I pray God make you as good a man as euer was any of your kynne”. Ibid.

<sup>143</sup> ELIAS, N. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

<sup>144</sup> ANSELMANT, R. “Katherine Paston and Brilliana Harley: Maternal Letters and the Genre of Mother's Advice”. *Studies in Philology*, vol. 101, n. 4. Outono, 2004. pp. 431-453.

<sup>145</sup> “In their own ways each mother defines herself in terms of the son she nurtures” (ANSELMANT, op. cit., p. 452).

Esse aspecto é importante para compreendermos o esforço de Agnes e de Margaret Paston em garantir uma boa criação dos filhos através de conselhos, da preocupação com os estudos e até mesmo do disciplinamento. Por outro lado, o entendimento de Anselment não pode ser universalizado a todas as mães. Margery Kempe (m. 1438), por exemplo, não apenas não definiu sua identidade por meio dos filhos como deliberadamente apagou de sua narrativa a existência desses laços. Destacamos, ainda, que o livro escrito por ela havia sido uma autobiografia: um gênero literário importante para a construção de si e da identidade pública, mas que em raras ocasiões reconheceu a existência de seus filhos. Kempe, por sua vez, era uma mulher que buscava notoriedade através da devoção espiritual, não do poder local nem inserção nas redes de patronagem. Enquanto a família Paston precisava reforçar sua condição recente de *gentry* e adquirir autoridade local, Kempe voltava-se a uma vida exclusivamente religiosa<sup>146</sup>.

O papel da mãe como articuladora de um futuro para os filhos dependia também da relação que estabelecia com o marido. No trecho mencionado acima, Margaret Paston reforça a necessidade de que John I estivesse de acordo com sua proposta e que ele deveria ser convencido a tanto. Essa relação fez com que, em alguns momentos, se criasse uma relação de cumplicidade entre a mãe e os filhos.

Anselment observa essa construção a partir das cartas de Brilliana Harley (1598-1643) ao filho: “as cartas retratam uma esposa obediente, mas não subserviente, paradoxalmente, a vozes reservadas apenas ao seu filho a respeito das ações de seu marido que ela acredita não serem para o melhor interesse da família”<sup>147</sup>. A relação de cumplicidade com os filhos era reflexo também das disputas de poder entre o casal. Ainda que a autoridade estivesse associada ao marido/pai, esse espaço poderia ser tensionado. Na carta enviada por Margaret Paston ao filho, John III, que mencionamos anteriormente, ela acrescenta: “e assim que você puder fazê-lo sem dificuldade, arranje para me devolver os seis marcos que você sabe a respeito, pois eu não gostaria que seu pai soubesse sobre isso”<sup>148</sup>. Não é claro o motivo da transação, nem mesmo se havia sido um empréstimo ao filho, mas o trecho sugere como por vezes o cuidado da figura

---

<sup>146</sup> Alguns pesquisadores sugerem, inclusive, que a autobiografia funcionou como uma espécie de hagiografia com o intuito de produzir uma imagem de santidade sobre Kempe. Não sabemos, por outro lado, de que maneira essa postura impactou na imagem pública da família de Margery Kempe. Embora seu pai e seu marido fossem mercadores (portanto, não eram parte da nobreza nem da *gentry* proprietária de terras), o pai havia sido uma figura importante da cidade de King's Lynn, ocupando cargos políticos locais. Ver: ARNOLD, J. H.; LEWIS, K. J. (Ed.). *A Companion to The Book of Margery Kempe*. Cambridge: D. S. Brewer, 2004.

<sup>147</sup> “The letters portray a dutiful but not subservient wife willing, paradoxically, to voice reservations only to her son about actions of her husband she believes may not be in the family's best interests.” (ANSELMANT, op. cit., p. 448).

<sup>148</sup> “And assone as ye may wyth-ought daungere, puruey þat I may haue ageyn the vj marc þat ye wote of, for I wuld not þat your fadere wust it”. 30 de junho de 1465, Margaret Paston para John Paston III. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.63?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 29 jan. 2023.

materna poderia entrar em conflito com os interesses da autoridade paterna. Burlar esses limites, confrontá-los, também poderia ser uma forma de desestabilizar os papéis sociais, de jogar com eles.

Um modelo de aconselhamento frequente de Margaret Paston aos filhos esteve relacionado às propriedades e questões financeiras, muitas vezes acompanhados de uma crítica da mãe à inaptidão do filho em gestar tais problemas. Em uma carta escrita em 29 de outubro de 1466, Margaret afirma ao primogênito, John II:

“E como sempre eu o aconselho a estar atento para guardar seus documentos importantes de forma sábia, para que não caiam nas mãos daqueles que podem machucá-lo depois (...) e, em respeito a Deus, acelere seus negócios para que possamos ter paz posteriormente e não deixe de trabalhar por causa da estação”<sup>149</sup>.

A importância do progresso em relação aos negócios aparece em outros momentos das cartas trocadas entre Margaret e John II não apenas como uma garantia do futuro de seu filho, como da família inteira. Voltaremos a esse aspecto ao abordarmos os conflitos entre ambos. Ainda assim, há uma sugestão cuidadosa de que o filho guardasse bem os documentos para que não fosse prejudicado. O bem-estar dele dependia da comprovação de posse sobre as terras da família (constantemente disputadas) e Margaret queria garantir que o filho estivesse protegido.

A respeito dos arranjos sociais, o casamento era um momento importante para a família<sup>150</sup>. As transações de terras, as alianças familiares e a possibilidade de herdeiros tornavam o casamento uma etapa que poderia ser fundamental - Margaret, por exemplo, trouxe à família Paston diversas propriedades na forma de dote. É por elaborar essa dinâmica importante, que as negociações para o casamento de John Paston II contaram com os conselhos da mãe. Em uma carta enviada em 03 de abril de 1469, Margaret escreveu:

“Eu não tenho nenhuma informação certa sobre seu noivado, mas se você está noivo rezo a Deus mande alegria e honra juntos, e assim acredito que você o terá, se é como está sendo reportado aqui. E, aos olhos de Deus, que você esteja tão fortemente ligado a ela como se estivessem casados. Assim, encarrego você, sob minha benção, que seja tão verdadeiro a ela como se já estivesse casada com você em todos os graus, e você terá mais graça e progresso em todas as outras coisas. Ainda, eu não gostaria que você se

---

<sup>149</sup> “And in alwyse I avyse you for to be ware that ye kepe wysly youre wrytyngys that ben of charge, that it com not in here handys that may hurt you hereaftere. (...) And at the reuerens of God, spede youre maters soo thys terme that we may be in rest hereaftere, and lette not for no labour for the season”. 29 de outubro de 1466, Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.75?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 29 jan. 2023. Diane Watt sugere a tradução do último trecho como “não desista agora por causa da dificuldade” (“And, out of respect for God, progress your business now so that we may be at peace in the future, and do not give up now because of difficulty”). Ver: WATT, op. cit., p. 91.

<sup>150</sup> A respeito do casamento, ver: MCCARTHY, C. *Marriage in Medieval England: law, literature and practice*. Woodbridge: The Boydell Press, 2004.

apressasse em se casar até que estivesse mais seguro em sua propriedade, pois você deve lembrar qual despesa terá e, se você não tiver os meios para mantê-la, será uma grande vergonha”<sup>151</sup>.

Nesse trecho, dois aspectos se destacam para a figura de John II como um bom marido e, conseqüentemente, para a educação dada a ele por sua mãe. Em primeiro lugar, a postura honrada e verdadeira com a futura esposa: a adequação ao matrimônio como um estágio de vida que exigia novos padrões de comportamento. Casado, John II não seria mais um jovem a quem se permite cometer erros mais brandamente, mas o chefe da nova família. Ao mesmo tempo, o segundo aspecto importante diz respeito à capacidade de manter e prover pela família. Ser marido, aqui, significava não apenas a noção de autoridade associada ao masculino, mas de certa forma à capacidade de nutrição - muitas vezes associada ao feminino, sobretudo à maternidade.

John Paston II nunca chegou a se casar e o único nome que as cartas mencionam em relação a um acordo de casamento foi Anne Haute<sup>152</sup>. Essa menção foi feita em outra carta de Margaret para o filho em 28 de janeiro de 1475, muito mais firme em relação ao possível casamento: “E como falei a você antes disso, eu gostaria que você fosse dispensado da senhorita A. H. e acredito que assim faria melhor”<sup>153</sup>. É possível que um dos motivos principais para que Margaret se opusesse ao casamento fosse a situação delicada na qual as propriedades da família se encontravam. John Paston II não parecia estar dando conta de proteger as terras que havia herdado e muitas vezes foi criticado pela mãe por sua inaptidão - da qual falaremos adiante. Nesse caso, Margaret precisava proteger não apenas o filho como de certa forma toda a estrutura familiar que dependia das terras sob controle dele.

Ainda na carta de abril de 1469, contudo, Margaret aconselha o filho a respeito do matrimônio e também em relação ao patronato que John Paston II havia conseguido: “Eu falei com o lorde Scales em Norwich e o agradei pela boa patronagem que mostrou a você e desejei que ele continuasse sendo seu bom senhor. Ele jurou por sua verdade que faria o que pudesse

---

<sup>151</sup> “I haue non very knowleche of your ensuraunce, but if ye be ensured I pray God send you joy and wurchep togeder, and so I trost ye shull haue if it be as it is reported of here. And a-nemps God ye arn as gretly bownd to here as ye were maried; and þefore I charge you vp-on my blissyng that ye be as trew to here as she were maried on-to you in all degrees, and ye shall haue the more grace and the better spede in all othere thynges. Also I wuld þat ye shuld not be to hasty to be maried till ye were more suere of your lyvelode, for ye must remembre what charge ye shall haue, and if ye haue not to mayntene it, it wull be a gret rebuke”. 03 de abril de 1469, Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.78?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 02 fev. 2023.

<sup>152</sup> WATT, op. cit., p. 109.

<sup>153</sup> “And as I have seyde to yow be-for thys, I wold ye war delyueryd of my Mastres A. H., and than I wold trost þat ye shuld do the bettyr.” 28 de janeiro de 1475, Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.98?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 02 fev. 2023.



por você”<sup>154</sup>. A intervenção de Margaret junto ao lorde Scales era uma forma de garantir a continuidade de seus favores e, portanto, a permanência do filho em uma rede de poder e influência importante para ele. Muitas vezes, Margaret precisou desempenhar esse papel mediador em relação a outras figuras de autoridade (bispos e nobres, por exemplo) para garantir favores à família ou ao menos as boas graças dessas autoridades. Dessa forma, estabelecia um espaço mais seguro e legítimo para os Pastons nos meios sociais ao qual estavam inseridos.

É preciso considerar, novamente, o lugar delicado dos Pastons entre a *gentry* inglesa pela origem controversa da família. Em alguns momentos, a linhagem foi contestada por outros senhores (sobretudo para disputa de propriedade) e, por isso, garantir os favores de autoridades mais influentes era fundamental. Dessa forma, conseguiram apoio nas suas reivindicações sobre linhagem e terras que de outra forma talvez não fosse possível. Ainda, a associação dos filhos com famílias influentes da região era uma forma de dar continuidade àquilo que haviam conquistado, talvez expandindo o patronato local dos próprios Pastons. Margaret foi quem precisou assumir esse papel de inserção dos filhos entre a nobreza inglesa, sobretudo após a morte do marido. Garantir um futuro adequado era parte dos papéis desempenhados pelas mães<sup>155</sup> e, portanto, constituía um elemento da maternidade e do cuidado materno.

No entanto, devemos observar que no ano de 1469 a relação entre Margaret e seus filhos estava bastante conturbada. Na mesma carta em que Margaret aconselha John II a respeito do casamento e a patronagem, também o critica por seu comportamento e se queixa da outra filha, Margery Paston. Naquele ano, a propriedade de Caister havia sido sitiada pelo duque de Norfolk e Margery havia se envolvido secretamente com um funcionário da família, Richard Calle, relacionamento que em nada parecia adequado aos olhos de Margaret. Isso significa que, ainda que estivesse incomodada com o comportamento dos filhos, Margaret não deixou de cumprir com a função materna de cuidá-los - e, por sua vez, com a função de discipliná-los, aspecto sobre o qual nos aprofundaremos adiante.

Em 1475, quando Margaret escreveu a respeito de Anne Haute, a relação com os filhos parecia menos conturbada do que no ano de 1469 a partir das cartas trocadas entre a família. Quando escreveu a John II em 28 de janeiro de 1475, Margaret chegou até mesmo a pedir que o filho passasse a morar com ela:

“Eu serei tão boa dona de casa para você quanto posso e quanto seria para mim mesma. Mande-me notícias sobre como você está da doença que teve

---

<sup>154</sup> “I spake wyth the Lord Skales at Norwich, and thanked hym for the good lordshep that he had shewed to you, and desired his lordshep to be your contynuall good lord. And he swore be his trougt he wold do that he myght do for you”. 03 de abril de 1469, Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.78?rgn=div2:view=fulltext>>. Acesso em 02 fev. 2023.

<sup>155</sup> ANSELMANT, op. cit.

em seu olho e em sua perna. E se Deus não lhe permitir ficar saudável, agradeça-o por isso e suporte pacientemente e volte para casa comigo, viveremos juntos como Deus nos dará a graça para viver”.<sup>156</sup>

Essa foi uma das poucas cartas em que Margaret pareceu demonstrar maior afeto em relação a John II. Em grande parte, o papel materno que desempenhou foi de aconselhá-lo quando necessário e remediar seus erros quando possível. Aqui, contudo, Margaret sinalizou uma preocupação com o bem-estar do filho e se dispôs a servi-lo na propriedade da melhor forma possível. Mais tarde, no mesmo ano, John II e seus irmãos estiveram envolvidos em um conflito em Calais.

O rei, Eduardo IV, estava envolvido não apenas em um conflito interno por poder na Inglaterra como também na disputa pela sucessão monárquica na França. Em 1475, o rei inglês reuniu tropas para invadir o litoral da França, expedição da qual alguns filhos de Margaret Paston participaram (pelo menos John II e John III, sobre os quais temos registros de possíveis ferimentos em combate por meio das cartas). Esse foi um ano de diversos indícios de cuidado nas cartas trocadas entre a família, muito distante do que havia sido o ano de 1469 com vários conflitos entre eles. É possível que uma das razões para esse papel de maior carinho de Margaret estivesse diretamente relacionado à guerra. Ainda que uma parte da historiografia defendesse a inexistência de relações de afeto na família medieval e inexistência do medo pela morte de um ente querido - fenômeno que seria exclusivo à modernidade -, esse não é o caso dos Pastons<sup>157</sup>. Não ao acaso, durante esse período Margaret havia pedido tanto a John II quanto John III para que se juntassem a ela em sua propriedade e para que o primogênito cuidasse dos irmãos mais novos, inexperientes na guerra:

“Pelo amor de Deus, se seus irmãos viajarem além-mar, aconselhe-os como você acredita ser o melhor para sua segurança, pois alguns deles são apenas jovens soldados e sabem muito pouco sobre o que significa ser soldado, nem o que é suportar como um soldado faria. Deus salve todos vocês e me mande boas notícias. Mande-me informações logo de como você está, pois me parece muito tempo desde que ouvi falar de você”.<sup>158</sup>

---

<sup>156</sup> “I shall be as good an huswyff for yow as I can, and as I wold be for my-selff. Send me word how ye doo of yowyr syknes þat ye had on yowyr hey and yowyr lege; and yff God wol nowt ssuffyr yow to have helth, thank hym ther-off and takyt passhently, and com hom a-geyn to me, and we shall lyve to-gedyr as God woll geve vs grase to do.” 28 de janeiro de 1475, Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.98?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 02 fev. 2023.

<sup>157</sup> Voltaremos a esse aspecto na conclusão do capítulo. Ver: THURMAN, D. *The family and women in the fifteenth century: a case study of the Pastons*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Portland State University, 1994.

<sup>158</sup> “For Goddes loue, and your breþer go ouer þe see, avyse them as ye thynk best for here sauegarde, for som off them be but yonge sawgeres and wote full lytyll what yt meneth to be as a saugere, nor for to endure to do as a sowgere shuld do. God saue yow all and send me good tythynges off yow all. And send ye me word in hast how ye do, for I thynk longe to I here off yow”. 23 de maio de 1475, Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.101?rgn=div2;view=fulltext>>.

Não apenas Margaret esteve preocupada com a sobrevivência dos filhos, como pediu que ajudassem uns aos outros para que se mantivessem seguros. O cuidado, nesse caso, era a tentativa de mantê-los vivos do outro lado do oceano. A guerra dos Cem Anos, iniciada em 1337, teve seu fim (ao menos oficialmente) em 1453 na batalha de Castillon com a derrota da Inglaterra. No entanto, dois anos após o final do conflito com a França, a batalha de St. Albans marcaria o início da guerra das Duas Rosas na Inglaterra e posteriormente a usurpação da Coroa inglesa por Eduardo IV, destronando Henrique VI. Esses eventos foram importantes, pois o novo rei reascendera os conflitos com a França com a primeira invasão do território adversário desde o fim da guerra dos Cem Anos<sup>159</sup>. Além disso, os conflitos internos pela Coroa resultaram em uma batalha de abril de 1471, em que John Paston II foi ferido por uma flecha e John III deve ter se ferido também, a considerar a carta do irmão para Margaret Paston tranquilizando-a de que ele não estava sob perigo de morte<sup>160</sup>.

Consolidando seu poder no trono, Eduardo IV voltou seu olhar para a França. Em julho de 1475, o rei reuniu tropas para invadir novamente o território francês, tendo Calais como ponto central de embate. John Paston II e John III participaram dos conflitos liderados pelo novo rei e ambos se queixaram de uma doença. Em agosto do mesmo ano, sob acordo de que o rei francês pagaria uma pensão anual a Eduardo IV, as tropas inglesas começaram a voltar para casa.

David Green pontuou o impacto que esses conflitos tiveram na vida das mulheres, tanto na Inglaterra quanto na França<sup>161</sup>: “a natureza prolongada da Guerra dos Cem Anos fez com que as mulheres fossem frequentemente solicitadas a assumir questões que tipicamente eram vistas como inerentemente masculinas”<sup>162</sup>, de modo que a vida dessas mulheres era alterada em seus termos práticos e também na forma com que eram percebidas socialmente<sup>163</sup>. O valor atribuído ao trabalho das mulheres havia aumentado ligeiramente, permitindo uma possibilidade de investimento em propriedades e terras, outras ocuparam funções associadas à guerra como ferreiras ou carpinteiras<sup>164</sup>. Para além desses aspectos, destacamos como a guerra teve um impacto significativo nas relações familiares, exigindo que as mulheres assumissem

---

<sup>159</sup> A esse respeito, ver: WAGNER, J. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. Londres: Greenwood Press, 2006.

<sup>160</sup> Carta escrita em 18 de abril de 1471 de John Paston II para Margaret Paston.

<sup>161</sup> GREEN, D. *The Hundred Years War: a people's history*. Londres: Yale University Press, 2014.

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 178.

<sup>163</sup> Green observa uma melhora na condição social, sobretudo política e econômica, das mulheres durante esse período. Embora reconheça a permanência de preconceitos, o pesquisador enfatiza exageradamente o aspecto positivo como uma “era dourada” para as mulheres (*Ibid.*, p. 179).

<sup>164</sup> Green retoma a contribuição de Christine de Pizan para compreender o impacto da guerra, sobretudo ao enfatizar como as mulheres deveriam se familiarizar com estratégias militares e armamentos para que pudessem proteger melhor suas propriedades - ela que escrevia sob patronato da corte francesa. *Ibid.*

as propriedades da família e que, muitas vezes, precisassem enfrentar o luto de seus queridos. Não ao acaso, a mudança de tom nas cartas trocadas entre Margaret e os filhos no ano de 1475 e um silêncio nas repreensões em 1471 até novembro daquele ano, passado o perigo maior sob o qual John II e John III se encontravam.

A maternidade enquanto carinho foi performatizada por Margaret e Agnes Paston em alguns momentos de suas vidas, em especial através do cuidado com a saúde e os conselhos em relação aos estudos, às propriedades e aos laços sociais que estabeleceriam. Em outras documentações, também é possível verificar a relação de carinho e afeto entre mães e filhos, como Barbara Harris apontou<sup>165</sup>: os filhos confiavam em suas mães para mediar negócios, para apontá-las como co-executoras de seus testamentos e até mesmo para se tornar guardiãs de seus netos. De acordo com Harris, Sir Thomas Littleton adotou o sobrenome da mãe pela relação próxima dos dois (o que era incomum, já que a preferência se dava pelo sobrenome do pai); John Basset teria nomeado a primeira filha em homenagem à mãe. Sir Robert Plumpton, ao herdar as propriedades do pai, fez questão de aumentar a porção deixada para a mãe<sup>166</sup>. Esses são indícios de que o papel cuidadoso materno encontrava a contraparte afetiva em seus filhos.

### **Quais as formas possíveis de cuidado? Maternidade e paternidade entre os Pastons**

Precisamos destacar que o cuidado nem sempre significou carinho, afeto ou gentileza. Margaret *cuidou* dos filhos na medida em que garantiu a eles bons casamentos, bons patronos e propriedades para seu sustento. Em poucas situações esse cuidado foi mediado por palavras carinhosas: em grande parte das cartas, a postura de Margaret Paston com os filhos é de rigidez, os conselhos eram acompanhados de duras críticas e a relação entre eles por vezes foi até mesmo rompida - como o caso de Margery Paston, expulsa das propriedades da família. Em grande parte, o cuidado de Margaret foi acompanhado de disciplinamento e de certa autoridade - elementos associados à paternidade no medievo<sup>167</sup>.

---

<sup>165</sup> HARRIS, op. cit.

<sup>166</sup> Ibid., p. 618.

<sup>167</sup> Na relação dos filhos com Margaret, John Paston III parece ter sido o mais afetuoso em suas cartas. Em 08 de julho de 1468, mandou uma carta perguntando sobre o bem-estar da mãe estando do outro lado do oceano e tranquilizando-a sobre ele e o irmão. A preocupação com o bem-estar da mãe pareceu mais do que simples fórmula prosaica, sobretudo por estendê-la: “desyiryng most hertly to her of youyr welfare and hertys ese, whyche i pray God send yow as hastyly as eny hert can thynk” (“desejando de coração seu bem-estar e um coração tranquilo, que peço a Deus para enviar-lhe o mais rapidamente que qualquer um pode pensar!”. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:10.14?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 02 fev. 2023.). Em 30 de abril de 1471, envia uma carta se desculpando pela preocupação gerada à mãe e torce para que Norfolk a preserve - naquele ano, a Inglaterra havia pasado por um novo surto de peste bubônica (WATT, op. cit.). Em 22 de fevereiro de 1475, agradece pela ajuda recebida (John III havia tido diversos ferimentos na época), pedindo por sua prece e lembrança. Em 08 de março de 1477, fala dos arranjos de seu casamento para a mãe e pede que ela se cuidasse para não ficar resfriada: “And, modyr, at the reuerence of God, beware that ye be so purveyd for that ye take no

Um dos motivos que podem explicar, desde já, essa postura de Margaret condiz também à situação de Agnes Paston: as cartas a que temos acesso dessas mulheres com seus filhos foram produzidas, em grande parte, após a viuvez. Antes da morte de John Paston I, nos restaram apenas três cartas de Margaret aos filhos - duas a John II, uma a John III. Depois desse período, vinte e nove cartas foram escritas aos mesmos dois filhos. A construção de maternidade e paternidade analisadas a partir de Margaret e de Agnes Paston é, em grande medida, um processo necessariamente vinculado à condição de viúvas. Como tais, essas mulheres precisaram assumir uma posição dentro da dinâmica familiar muito distinta daquela que possuíam enquanto casadas. Ao mesmo tempo, com a morte do marido e a maioridade do primogênito, essas mulheres passaram a ter uma relação distinta com seus filhos das quais então dependiam (sobretudo financeiramente).

A condição particular da viúva enquanto mãe não é, em si, algo novo. O que gostaríamos de apontar aqui é: como o estatuto da viuvez alterava também as dinâmicas possíveis de gênero. A feminilidade imposta para a mulher viúva não era a mesma, como já mencionamos, do que aquela proposta para mulheres ainda casadas - e que, por sua vez, diferia de mulheres solteiras. Muitos trabalhos sobre Idade Média abordam as múltiplas masculinidades construídas no período e suas diferenças entre homens leigos, clero secular, clero regular, casados ou solteiros, mas ainda poucos se dedicam a observar as feminilidades<sup>168</sup>. Menos, ainda, buscam compreender a construção de múltiplas feminilidades a partir de uma relação que não era estritamente binária ou polarizada entre os gêneros na Idade Média.

Para compreendermos a feminilidade possível às mães viúvas, precisamos observar de que maneira Margaret e Agnes Paston fizeram uso do disciplinamento e da *auctoritas* na relação com os filhos, compreendendo a atribuição comum desse papel à paternidade.

---

cold by the wey towardys Norwyche, for it is the most peraylous marche that euer was seyn by eny manys dayes that now lyueth.” (“E, mãe, em amor a Deus, cuidado para estar bem abastecida de modo que não pegue resfriado no caminho a Norwich, pois esse é o caminho/março [não fica claro se *march* aqui se refere ao mês ou a uma marcha em direção a Norwich] mais perigoso que já foi visto por qualquer homem que agora vive”). Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:10.59?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 02 fev. 2023. Em novembro de 1479, John III (que assume a herança das propriedades com a morte de John II) pede conselho a mãe sobre como proceder. Em dezembro daquele ano, desculpa-se à mãe por permanecer mais tempo na região em que estava, apesar dos desejos dela de que ele partisse por causa de uma doença que havia se espalhado. Naquele ano, morreram Agnes Paston, sogra de Margaret, e os filhos John II e Walter Paston. Em uma carta escrita entre 1482-1484, John III havia se queixado que a mãe procurou sua esposa como uma mediadora entre ambos, afirmando que isso não era preciso. Ainda, reassegura a mãe de que estava cumprindo com fidelidade seu testamento - importante pontuar que ele foi escolhido como um dos executores do testamento da mãe, o único dentre os filhos ainda vivos (Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.107?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 02 fev. 2023.). Esse era um sinal de que Margaret confiava em seu filho para cumprir fielmente os seus desejos mesmo após a morte.

<sup>168</sup> PHILLIPS, op. cit.

Precisamos, ainda, compreender como a própria paternidade foi pensada e instrumentalizada por elas.

Os distúrbios entre Margaret Paston e seus filhos já aparecem em cartas de 1466, ano em que John Paston I havia falecido. Os conflitos ou o disciplinamento rigoroso de Margaret se deram sobretudo em relação ao filho mais velho, John Paston II, que herdaria grande parte das propriedades do pai. Foram tantos os momentos em que ele foi repreendido de alguma forma pela mãe que precisamos selecionar apenas algumas cartas para abordarmos aqui. Já naquele ano de 1466, Margaret pressionou o filho mais velho a resolver as questões do testamento de John I, pensando no fardo financeiro que poderia recair sobre eles a partir de então. Com a insegurança em relação ao testamento e à transição de autoridade na família, algumas propriedades passaram a ser visadas por rivais da família Paston. Em 1467, por exemplo, a propriedade em Caister estava sendo ameaçada de cerco e Margaret não poupou críticas ao filho em relação à postura adotada por ele. Fastolf de Coughhawe estaria reunindo homens em julho daquele ano para uma invasão efetiva da propriedade:

“Você sabe bem que tive medo antes desse momento, quando eu tinha mais conforto do que tenho agora. E eu não posso guiar bem nem reger<sup>169</sup> soldados, e também eles não seriam regidos por uma mulher como seriam por um homem. Dessa forma, eu gostaria que você mandasse para casa seu irmão ou Daubeney, para ter um controle e para reunir quantos homens forem necessários para resguardar esse lugar”.<sup>170</sup>

Nesse ponto, Margaret estava criticando o filho pela falta de medidas adotadas em relação à propriedade, como se estivesse sendo relapso com suas obrigações. Ao mesmo tempo, Margaret se viu em uma posição bastante delicada: ainda que o filho não estivesse fazendo o bastante para preservar Caister, não havia espaço para que ela pudesse assumir seu lugar - sobretudo porque, à época, o filho já possuía vinte e cinco anos e Margaret não era mais sua tutora legal. É importante pensarmos que ela mesma ressaltou, na carta, a identidade de mulher como uma barreira para que pudesse reunir homens e defender sua propriedade - mesmo que já houvesse se defendido de um cerco antes, em Hellesdon, contra o duque de Suffolk. Ainda que assumisse uma categoria diferente de feminilidade enquanto viúva (e por isso repreendia o filho, assumindo autoridade sobre ele), Margaret não poderia, naquele momento, distender tanto a sua performance. Ela não era a mãe que apenas ama e nutre, ao mesmo tempo em que

---

<sup>169</sup> Nota de tradução: poderíamos traduzir também por convocar. A sugestão de tradução “thei shuld set be” pode ser verificada em <<https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED39654>>.

<sup>170</sup> “ye wote wele that I haue ben affrayd there be-fore this tyme whan that I had othere comfort than I haue now. And I can not wele gide ner rewle sodyour, and also thei set not be a woman as thei shuld set be a man. Therefore I wold ye shuld send home your brothere or ell Dawbenye to haue a rewle and to takyn in such men as were necessary for the saffegard of the place”. 11 de julho de 1467, Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.76?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 04 fev. 2023.

não podia ser completamente a autoridade que convoca homens e protege as propriedades familiares. Havia um espaço de negociação possível que enfrentava, constantemente, os lugares normativos que os regiam.

Por outro lado, devemos pensar o quanto essa frase não foi utilizada por Margaret como recurso para pressionar o filho. Em algumas linhas abaixo, na mesma carta, ela contradiz sua impossibilidade de intervenção: “Eu envieí Nicholas para manter o lugar, eles deveriam levar alguns homens para ajudar e fortalecer até que você mande para casa alguma outra ordem ou outros homens para governar os que estão lá”<sup>171</sup>. Ainda que tenha dito não poder recrutar homens para manter a propriedade, Margaret fez exatamente isso: chamou possivelmente um funcionário da família e o enviou diretamente para Caister antes mesmo da autorização do filho. Dispôs-se, sim, a revogar sua ordem se John II assim o quisesse, mas pareceria pouco provável que o fizesse a partir da cobrança de Margaret pela falta de proteção ao lugar:

“Eu me espanto profundamente que você não tenha mandado instruções do que fazer, pois seus inimigos começam a ficar mais ousados e isso coloca seus amigos tanto em grande perigo, quanto em dúvida. Dessa forma, arranje para que eles tenham algum conforto, que não sejam mais desencorajados, pois se perdermos nossos amigos será difícil nesse mundo turbulento consegui-los novamente”<sup>172</sup>.

Margaret colocou sobre seu filho a responsabilidade pela situação delicada de Caister e pelo provável desconforto de seus aliados com a situação. O esforço que fizera para inserir a família, nesse caso em especial os filhos, em redes influentes de poder não poderia ser desfeito por inaptidão de seu primogênito. No entanto, a tarefa de discipliná-lo e de corrigir seus erros caberia a um papel paterno de conduta.

Embora as divergências já aparecessem em 1467, um dos anos de maior conflito entre Margaret e os filhos foi em 1469. Em março daquele ano, precisou repreender novamente o filho mais velho em relação à vulnerabilidade de suas terras e à negligência dele em relação às pendências da morte do pai, John Paston I. Em relação aos ataques de William Yelverton às terras da família, Margaret escreveu a John II:

“os ditos arrendatários estão com medo de manter suas próprias casas. Consiga uma solução imediata ou então você perderá o coração dos arrendatários e ficará grandemente ferido, pois é uma grande pena ouvir as reclamações lamentosas dos pobres moradores que vêm até mim por conforto

---

<sup>171</sup> “I haue sent to Nicholas and such as kepe the place that thei shuld takyn in summe feles to assiste and strength them till ye send home sum othere word or summe othere man to gouerne them þat ben there-in”. Ibid.

<sup>172</sup> “I marvayll gretly that ye send me no word how that ye do, for your elmyse be-gynne to wax right bold, and that puttith your frendes bothyn in grete fere and dought. There-fore purvey that thei may haue summe comfort þat thei be no more discouraged, for if we lese our frendes it shall be [deleted in MS] hard in this troblelous werd to kete them ageyn”. Ibid.

e socorro, às vezes seis ou sete juntos. Assim, pelo amor de Deus, veja para que eles sejam auxiliados”<sup>173</sup>.

Nesse ponto, os papéis de cuidado e de disciplinamento se confundem um ao outro. Margaret responsabilizou o filho pela situação dos arrendatários - que sofriam com as investidas de Yelverton - ao mesmo tempo em que o aconselhou a como lidar com a situação. Julian de Norwich havia caracterizado a maternidade de Jesus Cristo como aquela que deixa com que o filho se machuque para que ele aprenda com seus erros e busque o amor de sua mãe<sup>174</sup>; nesse sentido, podemos pensar como há um paralelo da relação de Margaret tanto com os arrendatários que a buscam em lamúria quando com o filho, a quem deixa agir até que precise de intervenção e correção. A maternidade de Cristo em Julian de Norwich, por sua vez, não era absolutamente idêntica àquela construída pelo monacato. O rigor com que Cristo deixa seus filhos se machucarem toma de empréstimo o que os monges cistercienses atribuíam à paternidade de Deus.

Em relação ao testamento do pai, John Paston II parecia estar atrasando as resoluções. Segundo Norman Davis<sup>175</sup>, o inventário do testamento não havia sido concedido propriamente até 1473 de forma que Margaret e John II não podiam administrar, legalmente, as propriedades até lá. Por isso, Margaret queria que seu filho apressasse as coisas enquanto o senhor de Canterbury ainda estava vivo e era favorável a eles:

“ele pode nos fazer entregar todos os seus bens, o que seria para nós de grande vergonha e reprovação. Dessa forma, consiga de forma rápida e sábia enquanto ele vive e não cause, como fez enquanto meu senhor de York era chanceler, nenhum atraso (...). Esteja atento a isso e não deixe mais a preguiça levá-lo a tal omissão”<sup>176</sup>.

As mulheres viúvas muitas vezes se encontravam em uma posição delicada logo após a morte de seus maridos. Um dos problemas envolvia a guarda do herdeiro e, conseqüentemente, o controle sobre algumas propriedades. Boa parte da *gentry* e da nobreza inglesa tinham terras sob o estatuto de *tenants-in-chief* que eram, em última instância, pertencentes à Coroa<sup>177</sup>. Quando o marido morria, os herdeiros menores de idade recebiam proteções do rei que assumia,

---

<sup>173</sup> “the seid tenauntes arn a-ferd to kepe there owyn howses. Therefore purvey an redy remedye, or ell ye lese the tenauntes hertes and ye gretly hurt, for it is gret pety to here the swemefull and petowse compleyntes of the pore tenauntes that come to me for comfort and socour, sumtyme be vj or vij to-geder. Therefore, for Goddes love, se that thei ben holpyn”. 12 de março de 1469. Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.77?rgn=div2:view=fulltext>>. Acesso em 04 fev. 2023.

<sup>174</sup> JULIAN OF NORWICH, op. cit.

<sup>175</sup> DAVIS, Norman (Ed.). *The Paston Letters: a selection in modern spelling*. Oxford: Oxford University Press, 1963.

<sup>176</sup> “he myght calle vs (...) to deliuiere his goodes, which were to vs a gret shame and a rebuke. There-fore purvey hastily and wyssely þerfore whill he levyth, and do not, as ye dede whill my lord of York was chancellor, make delays; (...) . Be ware be that, and lete slauth nomore take you in such diffought”. 12 de março de 1469, op. cit.

<sup>177</sup> HARRIS, op. cit.



oficialmente, a custódia da criança e da propriedade - o que incluía o direito de arranjar casamentos para a criança. Em muitos casos, o rei vendia esse dinheiro para obter lucro e as próprias viúvas eram as compradoras. A guarda (*wardship*) dava a elas controle sobre as propriedades dos filhos herdeiros até a sua maioridade, o que garantia uma forma de sustento para a família. Até a garantia da guarda e do controle sobre as terras, contudo, a posição dessas mulheres era delicada.

O caso de Margaret Paston não era tão perigoso para o seu sustento graças à maioridade de John II, mas ainda sofria com a inconclusão do testamento de seu falecido marido. O fato de que o primogênito não havia conseguido, ainda, essa garantia foi o que levou à repreensão de Margaret na carta.

Em abril do mesmo ano, outro conflito se instaurou entre ela e os filhos, dessa vez em relação à filha, Margery. Em carta endereçada a John II, queixou-se:

“Também, eu gostaria que você arranjasse sua irmã para ficar com minha senhora de Oxford ou com a minha senhora de Bedford ou em algum outro lugar respeitável que achar melhor e eu ajudarei com seus gastos, pois estamos ambas cansadas uma da outra. Eu contarei mais quando falar com você. Rezo para que faça seu dever em relação a isso para meu conforto e bem-estar e para sua honra por diversos motivos que você entenderá depois”<sup>178</sup>.

O motivo de tensão entre as duas não é revelado diretamente na carta, mas sabemos que em setembro daquele mesmo ano Margery tentaria se casar escondida com Richard Calle, funcionário da família. É possível que já em abril daquele ano a relação entre ambos estivesse contribuindo para esse desconforto. Na ocasião, a tentativa de arranjar uma família que aceitasse Margery não era apenas fruto do cuidado materno em inseri-la nessas relações, mas também de evitar um casamento desvantajoso para ela. Em uma carta enviada entre 10 e 11 de setembro de 1469, a situação havia piorado a ponto de envolverem também a avó de Margery, Agnes Paston, os executores do testamento de John I e o bispo de Norwich:

“Eu o saúdo fortemente e mando a benção de Deus e a minha, deixando-o saber que na última quinta-feira minha mãe [Agnes Paston] e eu estivemos com nosso senhor de Norwich e pedi que não fizesse mais nada em relação a sua irmã até que você e meu irmão, e outros que eram executores de seu pai, estivessem aqui juntos, pois eles tinham a guarda dela assim como eu. E ele disse que havia sido requisitado tão frequentemente para examiná-la que ele não poderia nem iria atrasar mais e me ameaçou, sob pena de repreensão, de que ela não deveria ser despachada, mas deveria aparecer diante dele no

---

<sup>178</sup> “Also I wuld ye shuld purvey for your suster to be wyth my lady of Oxford or wyth my lady of Bedford or in summe othere wurchepfull place where as ye thynk best, and I wull help to here fyndyng, for we be eythere of vs wery of othere. I shall telle you more whan I speke wyth you. I pray you do your deveyre here-in as ye wull my comfort and weelfare and your wurchep, for diuerse causes which ye shall vnderstand afterward, &c.”. 03 de abril de 1469. Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.78?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 04 fev. 2023.

próximo dia. Eu disse abertamente que não iria nem trazê-la, nem enviá-la. Então ele me disse que a chamaria ele mesmo e ordenou que ela deveria estar aqui livre para vir quando ele a convocasse. Ele deu sua palavra de que estaria tão sentido por ela, como se não tivesse agido bem, da mesma forma que estaria se fosse uma parente próxima sua, tanto pelo bem de sua mãe quanto pelo meu e outros de seus amigos. Porque ele sabia bem que o comportamento humilhante [de Margery] havia nos ferido em nossos corações”<sup>179</sup>.

A carta em questão havia sido endereçada a John Paston II para solicitar seu apoio. Pelo que podemos entender de seu relato, havia a possibilidade de Margery ter efetivamente se casado com Richard Calle (à revelia da proibição de sua mãe), o que deveria ser averiguado pelo próprio bispo. Em caso de um procedimento legítimo, não haveria nada que Margaret pudesse fazer para se opor ao casamento.

Tanto Margery quanto Richard Calle foram convocados para depor diante do bispo, do chanceler e com a presença dos demais. O relato de Margaret sobre todo o processo é marcado por inquietação. Disse que sua filha teria respondido de forma ousada para o bispo que, se suas palavras não fossem o suficiente para garantir a legitimidade do casamento, ela o garantiria com certeza após sair dali - sugerindo, provavelmente, a consumação física. Margaret se lamentou que as palavras tolas da filha teriam colocado ela e sua sogra em aflição:

“Quando ouvi falar qual havia sido seu comportamento baixo, encarreguei meus servos de que ela não fosse recebida em minha casa. Eu a havia avisado, ela poderia ter prestado atenção antes se estivesse disposta. E mandei notícia a um ou outro mais que ela não deveria ser recebida se viesse. Ela foi trazida novamente a minha casa para ser recebida, e sir James disse àqueles que a haviam trazido que eu havia ordenado a todos para não ser recebida (...). Eu sinto muito que eles [Roger Best e sua esposa, com quem o senhor de Norwich a deixou] estejam sobrecarregados com ela, mas ainda assim estou mais satisfeita que ela esteja lá nesse meio tempo do que em qualquer outro lugar, por causa de sua tristeza e boa disposição dele e de sua esposa, pois a ela não será permitido bancar a sem vergonha lá. Rezo e peço a você que não tome isso muito tristemente, pois sei bem que isso toca muito próximo de seu coração, e assim toca o meu e o de outros; mas lembre-se, e eu o lembro, que perdemos dela uma miserável<sup>180</sup>, então leve menos para o coração. Pois se ela tivesse sido boa, o que quer que ela tenha sido, não deveria ter sido como foi.

---

<sup>179</sup> “I grete 3ow wel and send 3ow Goddys blyssyng and myn, letyng 3ow wete þat on Thursday last was my moder and I where wyth my lord of Norwych, and desyerd hym þat he woold nomore do in þe matere towscheyng 3owr syster tyl þat 3e and my brothere, and othere þat wern executors to 3owr fader, mythe beyn here to-geder, fore they had þe rule of here as weel as I. And he sayde playnly þat he had be requeryd so oftyr fore to exameyn here þat he mythe not, nore woold, no lengare delayyt, and schargyd me in peyn of cursyng þat sche schuld not be deferred but þat sche xuld a-pere be-forn hym þe nexte day. And I sayd pleynly þat I woold nowder bryng here nore send here; and þan he sayd þat he woold send fore here hym-sylfe, and schargyd þat sche schuld be at here lyberté to cume wan he sent fore here. And he seyde be hys trowthe þat he woold be as sory fore here and sche ded not welle as he wold be and sche were ryth nere of hys kyn, bothe fore my moderys sake and myn and othere of here frenddys; fore he woost welle þat here demenyng had stekyd soore at owr hartys.” 10 ou 11 de setembro de 1469. Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.80?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 05 fev. 2023.

<sup>180</sup> “brethe” significaria uma pessoa sem valor. Ver: <<https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED5962>>. Diane Watt traduziu com o termo “wretch” que significa alguém miserável, canalha; uma forma pejorativa de se referir a alguém (WATT, op. cit., p. 97).

Se ela estivesse morta a essa hora, jamais estaria no meu coração como estivera antes”<sup>181</sup>.

Essa foi a medida mais rígida que Margaret Paston tomou em relação a qualquer um de seus filhos. A expulsão de Margery de suas propriedades e sua ruptura emocional/afetiva com a filha implicou em diversas questões. Em primeiro lugar, ao abandonar a relação afetiva com Margery, recusava também de certa forma o papel materno em relação à ela. Como apontamos anteriormente, a concepção de amor e carinho para com os filhos era base importante para determinar o próprio conceito de “ser mãe”. Ao recusar essa relação, Margaret recusou também o papel social que ocupava. Em segundo lugar (e associado ao anterior), o abandono do papel materno de certa forma foi acompanhado pela adoção do papel paterno: a autoridade irreduzível e disciplinadora que pune para educar. Essa figura em relação à filha emerge exatamente no momento em que sua autoridade havia sido questionada, uma vez que Margery sabia da posição de sua mãe em relação ao possível casamento.

Por fim, o papel de Margery diante da mãe se destaca. Entre a relação de maternidade e de matrimônio, foi o último que se sobrepôs. Quando pensamos na construção de categorias de gênero e de papéis sociais distintos, precisamos ter em mente que esses aspectos jamais estão isolados. Muito já se abordou na historiografia de gênero a importância de um olhar interseccional e da consideração de matrizes distintas de dominação sobre um sujeito, especialmente associados à raça e classe<sup>182</sup>. No medievo não era diferente, embora seja preciso considerar outros marcadores identitários como, por exemplo, o matrimônio. A condição de dama, casada ou viúva era particularmente importante para a configuração da feminilidade e para a inserção em determinadas relações de poder na sociedade. Isso significa que, para entendermos a maternidade, é preciso compreender também a posição matrimonial dos sujeitos envolvidos e qual a relação de poder entre ambos.

---

<sup>181</sup> “and wan I hard sey wat here demenyn [deletado no MS]g was I schargyd my seruants þat sche xuld not be reseued in myn hows. I had 3euen here warnyn [deletado no MS]g, sche mythe a be ware afore yf sche had a be grasyows. And I sent to on ore ij more þat they xuld not reseue here yf sche cam. Sche was browthe a-geyn to my place fore to a be reseued, and Ser Jamys tolde them þat browthe here þat I had schargyd hem alle, and sche xuld not be reseued; (...) I am sory þat they arn a-cumyrd wyth here, but 3et I am better payed þat sche is there fore þe whyle þan sche had ben in othere place, be-cause of þe sadnes and god dysposysion of hym-sylfe and hys wyfe, fore sche xal not be souerd there to pleye þe brethele. I pray 3ow and requere 3ow þat 3e take yt not pensyly, fore I wot wele yt gothe ryth nere 3owr hart, and so doth yt to myn and to othere; but remembyre 3ow, and so do I, þat we haue lost of here but a brethele, and setyt þe les to hart; fore and sche had be good, wat so euere sche had be yt xuld not a ben os jt tys, fore and he were ded at thys owyre sche xuld neuere be at myn hart as sche was”. 10 ou 11 de setembro de 1469, op. cit.

<sup>182</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova Iorque: Routledge, 2000.

Mary Beth Rose, em uma análise sobre as produções literárias no medievo, pontuou a importância do casamento à época<sup>183</sup>. Rose dedicou-se a analisar três versões sobre a mesma história, a de Griselda, a partir de Boccaccio, Chaucer e Petrarca. Griselda representou um ideal de esposa assentado especialmente no seu papel de obediência e paciência para suportar os males acometidos sobre ela.

O marido, Gualtieri/Walter (a depender da versão), era um nobre importante da região que havia tomado por esposa uma simples camponesa, Griselda. Para testar a lealdade e devoção de sua esposa, deu início a uma série de provações violentas: fez Griselda acreditar na morte dos filhos, a rejeitou e mandou de volta ao pai apenas com as vestes do corpo, entre outras cenas degradantes às quais Griselda se submete em respeito ao marido - na maior parte das vezes, inclusive, sem contestá-lo. Ainda que os próprios autores reconheçam o extremo a que Griselda chegou nas histórias, ela não é retratada por eles como uma vítima de seu marido. Segundo Rose, “sua identidade como esposa é construída como uma conveniência alegórica, uma manifestação terrena de seu estatuto espiritual mais real como alma paciente, devota”<sup>184</sup>.

Enquanto a alegoria poderia ser uma referência à submissão espiritual à autoridade de Deus e ao seu governo, ela não deixava de caracterizar o papel da esposa dentro do casamento<sup>185</sup>. Griselda sobrepôs seu dever matrimonial ao dever materno de proteger os filhos no momento em que se calou ao descobrir o possível assassinato das crianças - que, depois, descobre ter sido apenas uma mentira do marido para testá-la. Há um momento na história em que Griselda reivindica seu desejo, escapando à lógica de absoluta resignação e negação de si mesma. Enquanto os autores percebem a injustiça do comportamento de Gualtieri/Walter ao exigir a extrema obediência de sua esposa, “na idealização deles sobre o assentimento de Griselda, validam (embora com uma ansiedade atenuada) a extrema, ainda que radical, clareza da hierarquia matrimonial”<sup>186</sup>. Hierarquia do casamento sobre a maternidade (esposa antes da mãe) e da paternidade (sobrepondo-se também à maternidade). Nesse último sentido, Rose sugere que Boccaccio, Chaucer e Petrarca teriam responsabilizado Griselda pela deficiência de seu amor materno.

---

<sup>183</sup> ROSE, op. cit.

<sup>184</sup> “her wifely identity is construed as an allegorical convenience, an earthly manifestation of her more real spiritual status as a patient, devoted soul” (ROSE, op. cit., p. 45).

<sup>185</sup> Mary Rose aponta, ainda, que “in the Griselda story the “natural” superiority of fatherhood is articulated in the conceptual/legal terms of coverture. Wife and children are the husband’s property”. A *law of coverture* indicava que os esposos eram um único sujeito jurídico, representado na figura do marido. Nesse caso, a hierarquia presente nas histórias não é apenas do matrimônio sobre a maternidade, mas também da paternidade acima da maternidade como palavra final sobre o cuidado com os filhos. Ibid.

<sup>186</sup> “in their idealization of Griselda’s assent they validate (albeit with attenuated anxiety) the extreme, indeed radical, clarity of marital hierarchy” (Ibid., p. 63).

Esse é um conto que sugere a importância do matrimônio nos séculos finais do medievo, em que a obediência ao marido era tão ou mais importante do que outros eixos familiares. Margery Paston, ao arriscar ser deserdada pela mãe, havia também colocado o compromisso do matrimônio acima de sua relação materna. A autoridade de Margaret, enquanto mãe, não se sobrepuja ao do novo marido e nem mesmo aos desejos da filha em se casar com Richard Calle.

Embora Margaret tivesse assumido certo grau de autoridade e um papel disciplinador após a morte do marido, ela ainda não conseguia performatizar completamente a paternidade através da qual esses elementos eram possíveis. Delineamos aqui uma dinâmica própria das relações de gênero no medievo: a diferenciação cada vez maior dos papéis masculinos e femininos sem que houvesse, ainda, a ruptura intransponível entre ambos os campos. Pelo contrário, havia um espaço de vinculação entre eles em que as diferentes feminilidades e masculinidades poderiam ser articuladas e negociadas. Enquanto talvez não fosse possível à Margaret assumir completamente um papel paterno, ainda era possível realizar *algumas* de suas funções, habitar um espaço que não era exclusivamente feminino e pré-linguístico (portanto, biológico e a-histórico), nem exclusivamente masculino e igualmente pré-linguístico.

Ainda em setembro de 1469, Margaret Paston teve mais um momento de conflito com o filho, John II. Ela havia criticado sua postura e condicionado a própria benção a melhores resultados do primogênito - ainda envolvido em problemas com as propriedades e com o testamento do pai. John Paston II respondeu em 15 de setembro daquele ano:

“Mas mãe, sinto pela sua escrita que você considera que eu não deveria realizar meu dever sem que você me escrevesse algumas notícias pesadas; e, mãe, se eu precisasse ser apressado com uma carta a esse respeito, eu seria mesmo um sujeito muito lento. Mas, mãe, asseguro a você que eu já ouvi notícias dez vezes piores desde que o cerco começou e mais do que qualquer carta que você me escreveu, e algumas vezes ouvi notícias boas também”.<sup>187</sup>

Nesse trecho, John se queixa precisamente do tutelamento de sua mãe em relação a ele - como se só tomasse alguma ação quando era cobrado ou informado por ela. Há, de certa forma, uma disputa entre a dinâmica anterior entre os dois e aquela que se sobrepôs a partir do falecimento de John I. Se antes o filho precisava, de fato, do aconselhamento da mãe e de sua autorização para grande parte de suas ações, esse não era mais o caso em 1469. A disputa entre

---

<sup>187</sup> “But, moodre, I fele by yowre wryghtyng that ye deme in me I scholde not do my deuyre wyth-owt ye wrot to me som hevye tydyngys; and, modre, iff I had nede to be qwykynynd wyth a letter in thys nede I were of my-selfe to slawe a felaw. But, moodre, I ensure yow þat I haue herde x tymes werse tydyngys syn the assege by-gan than any letter that ye wrot to me, and somtyme I haue herde ryght goode tydyngys both”. 15 de setembro de 1469. John Paston II para Margaret Paston. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:9.13?rgn=div2;view=fulltext>> . Acesso em 05 fev. 2023.

a autoridade de Margaret como mãe e de John II como herdeiro da riqueza familiar estava em questão nesse momento. No entanto, a carta do filho pareceu ter apenas gerado mais atrito entre ambos se considerarmos a resposta de Margaret enviada entre 22 e 30 de setembro:

“Eu o saúdo fortemente e envio a benção de Deus e a minha, deixando-o saber que, me parece pela carta que você me enviou por Robin, você pensa que eu deveria escrever-lhe fábulas e imaginações. Mas eu não o faço; escrevi como me foi informado e o farei. Foi-me dito que tanto Daubeney quanto Berney estavam mortos (...). Lembre-se que você teve duas grandes perdas nesses doze meses, dele e de Sir Thomas. Deus o visitou como era de seu agrado através de vários sábios. Ele quer que você o conheça e o sirva melhor do que tem feito até esse momento, e então ele mandará mais graça a você para agir bem em todas as outras coisas”.<sup>188</sup>

Nesse ponto, Margaret não questionou a capacidade de decisões do filho e sua autonomia como um homem adulto. Por outro lado, reforça a importância de seus conselhos e informações ao lembrar o filho dos erros que havia cometido e como havia falhado em mais de uma ocasião. Se ele de fato possuía autonomia para agir, não tinha a capacidade para tanto - não sem o auxílio da mãe. O choque entre a autoridade de Margaret por assumir parte das atribuições paternas e a autoridade de John II como herdeiro do lugar masculino de seu pai resultava em uma tensão cada vez mais profunda entre ambos. Legalmente, John II tinha plena autoridade sobre as propriedades da família; socialmente, ainda era filho de Margaret e a devia algum grau de respeito.

No ano seguinte, em 1470, os conflitos começaram em relação a Anne Paston. Na ocasião, ela estava vivendo com seus parentes, os Calthorp, como era comum entre a *gentry* e a nobreza inglesa. No entanto, Margaret havia recebido uma carta sugerindo que Anne deixasse de morar com a família por conta das grandes despesas que os Calthorp estavam tendo e a queda na arrecadação de taxas de seus arrendatários:

“Dessa forma, ele gostaria que eu provesse por sua irmã Anne. Ele disse que ela está crescendo e que seria hora de arranjar um casamento. Eu me pergunto o que o levou a me escrever isso agora: ou ela o desagradou ou ele a flagrou em algum erro. Dessa forma, rezo que você converse com meu primo Clere em Londres e descubra como ele está disposto em relação a ela e me mande notícias, pois eu serei obrigada a mandar chamá-la. E comigo ela vai apenas perder seu tempo e, a não ser que esteja melhor ocupada, muitas vezes ela me perturba e me gera grande inquietação. Lembre-se do trabalho que tive com

---

<sup>188</sup> “I grete 3ow wele and send 3ow Goddys blyssyng and myn, letyng 3ow wete þat me thynke be þe letter þat þe sent me be Robeyn þat 3e thynke þat I xuld wryte to 3ow fabyls and ymagynacyons. But I do not soo; I haue wrytyn as yt haue be enformed me, and wulle do. It was told me þat bothe Daubeney and Berney were dedee (...) Remembryre 3ow 3e haue had ij gret lossys wyth-yne thys towylemonthe, of hym and of Ser Thomas. God wysythytt 3ow as yt plesythe hym jn sundery wyses. He woold 3e xuld knowe hym and serue hym better þan 3e haue do before thys tyme, and þan he wule send 3ow þe more grace to do wele in alle othere thynggys”. 22-30 de setembro de 1469, Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.82?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 05 fev. 2023.

sua irmã, portanto faça sua parte para ajudá-la adiante e que seja para seu prestígio e o meu”.<sup>189</sup>

A proposta de Margaret era de rearranjar Anne com outra família de prestígio, os Clere, sugerindo uma clara indisposição em conviver com a filha diariamente. Por outro lado, a observação sobre uma perda de tempo em Anne voltar para a casa da família nos sugere a importância que Margaret dava em bem encaminhar os filhos. Ainda que estivesse em conflito com Anne, mantinha a preocupação em conduzi-la de forma adequada, fosse mantendo-a em uma casa de prestígio, fosse arranjando um casamento próspero. Novamente, o papel de cuidado não deixa de aparecer mesmo diante das tensões - uma forma, talvez, de evitar a mesma acusação que, em 1534, lady Margaret havia sofrido em ser uma mãe “desnaturada”<sup>190</sup>.

Outro aspecto de destaque desta carta diz respeito ao prestígio de Margaret Paston e como este estava frequentemente vinculado ao dos filhos. As ações de todos eles implicavam em como ela seria percebida socialmente, não sem querer ela fala em diversos momentos sobre os rumores ou fofocas que corriam a seu respeito e aos filhos. Anselment havia destacado essa mesma preocupação para Katherine Paston no início do século XVII<sup>191</sup>, mas já no início do século XV esse era um problema para a família. É preciso lembrar aqui que a *gentry* dependia de uma performance pública, portanto o comportamento dos membros da família precisavam se distinguir positivamente como forma de reforçar esse lugar social. Margaret Paston, como a única responsável viva pelos filhos, tornava-se referência (positiva ou negativa) para o reflexo do comportamento deles.

### **Dinâmicas familiares e a fama pública**

A preocupação com a forma como a auto-imagem de Margery Paston era impactada pelos filhos aparece, por exemplo, em uma carta de outubro de 1470. Na ocasião, a situação financeira dos Pastons estava bastante delicada e não foi o único momento em que Margaret se queixou com John II a respeito da forma com que gastava o dinheiro familiar:

“Agora mesmo é entendido nessa região por aqueles que dizem ser seus amigos o grande perigo e necessidade em que você se encontra, tanto por diversos de seus amigos quanto por seus inimigos. Também há rumores de

---

<sup>189</sup> “wherfore he desireth me to purvey for your suster Anne. He seth she waxeth hygh, and it were tyme to purvey here a mariage. I marveyll what causeth hym to write so now: owthere she hath displeased hym or ell he hath takyn here wyth summe diffaught. There-fore I pray you comune wyth my cosyn Clere at London and wete how he is disposyd to here ward, and send me word, for I shall be fayn to send for here and wyth me she shall but lese here tyme; and wyth-ought she wull be the better occupied she shall oftyn tymes meve me and put me in gret inquietenese. Remembre what labour I had wyth your suster. perfore do your parte to help here forth that may be to your wurchep and myn”. 06 de julho de 1470, Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.83?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 05 fev. 2023.

<sup>190</sup> HARRIS, op. cit.

<sup>191</sup> ANSELMANT, op. cit.

que envie tanto [dinheiro] a você que não posso mais ajudá-lo, nem a mim ou a meus amigos, o que não é honroso e fez com que os homens estabelecessem menos por nós. Nesse momento, estou compelida a me desfazer da minha criadagem e suportar, o que tenho certeza de que eu teria agido de outra forma se pudesse escolher, pois causou grande clamor nessa cidade de que eu o faria”.<sup>192</sup>

Na ocasião, Margaret esteve não só preocupada com a situação financeira na qual seu filho a havia colocado, como também sobre o que as outras famílias estavam pensando a respeito dos Pastons. Uma filha havia se casado com o funcionário de baixo nascimento<sup>193</sup>, o outro havia declinado as finanças familiares e havia algum tipo de burburinho a seu respeito.

No ano seguinte, a situação pareceu ter piorado. A realização da tumba de John I (quem havia falecido há cinco anos) ainda não havia sido concluída e Margaret seguiu enviando dinheiro para John II, dessa vez pedindo empréstimos por si mesma para outros familiares e amigos. Margaret Paston havia recorrido a Clere para conseguir mais dinheiro e enviar ao filho; contudo, Clere havia pedido o valor do empréstimo de volta para cobrir suas próprias despesas. Foi a John Paston III, o segundo filho, a quem Margaret precisou recorrer como intermédio com o primogênito:

“(…) Mande-me notícia a esse respeito depressa se deseja meu bem-estar, pois eu não ficarei calma até que eu veja um fim nisso, pois ela [Clere] tem agora uma obrigação de 100 c. e que não está encerrada; há muitas pessoas agora sabendo disso, o que me parece de grande reprovação para mim que envie tanto ao seu irmão e não reservei nada para aquilo em que me coloquei em perigo por ele [N.T.: para pagar o débito que contrái por ele]”<sup>194</sup>

Dois problemas se repetiam: a imagem pública de Margaret pela má conduta do filho e a situação delicada de suas finanças. Ainda que tentasse repreender John II e discipliná-lo por seu comportamento visto como irresponsável, Margaret não tinha outros meios pelos quais puni-lo. O único recurso que tenta usar para manter o filho sob controle era afetivo: se John III

---

<sup>192</sup> “It is vnderstond right now in þis countré be such as cleyme to be frendly to you in what grete daungere and nede ye stande in, bothe to diuerse of your frendes and to your elmyse. And also it is noysed þat I haue departed so largely wyth you þat I may nowthere help you my-self ner non of my frendes, which is no wurchep and causeth men to set the lesse be vs. And at þis tyme it compellith me to breke vp howshold and to sogeorn, which I am right loth to haue do if I myght othere-wyse haue chosyn, for it caused gret clamour in þis town þat I shall do so”. 28 de outubro de 1470, Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.85?rgn=div2:view=fulltext>>. Acesso em 10 fev. 2023.

<sup>193</sup> Na mesma carta, menciona a situação de Margery: “Quanto à sua irmã, não posso enviar nenhuma notícia boa sobre ela” pontuou, sem esforços para se aprofundar na questão. Traduzido de: “As fore 3owr syster, I can send 3ow no good tydyngys of here”. Ibid.

<sup>194</sup> “send me word here-of in hast if ye wull my welfare; for I shall neuer be in quiete tille I kn [deletado no MS]owe an ende in thys, fore she hath þer-fore an obligacion of an c li. and it is not kepte cloos-þer be many persones now kn [deletado no MS]owyn it, which me semyth a greet rebuke to me þat I departyd so largely wyth yowr brothere þat I reseruyd not to pay þat I was endaugered fore hym”. 05 de novembro de 1471, Margaret Paston para John Paston III. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.86?rgn=div2:view=fulltext>>. Acesso em 10 fev. 2023.



quisesse seu bem-estar, se John II quisesse sua benção,... Enquanto a autoridade paterna não estava absolutamente disponível para ela - sobretudo juridicamente em relação às terras -, Margaret precisava recorrer por várias vezes à relação afetiva. Mary Rose havia chamado a atenção para um fenômeno parecido: “Somos deixados com duas simultâneas, embora potencialmente contraditórias, verdades: uma sobre a necessidade e imensidão da autoridade maternal e outra sobre a inabilidade de conectar essa autoridade a um poder público”<sup>195</sup>.

Enquanto Margaret tentava exercer uma autoridade - nesse caso, paterna, de disciplinamento -, era incapaz de converter esse exercício em um poder público capaz de realmente pressionar John II. Na insuficiência disso, tentou buscar no afeto materno a ferramenta para discipliná-lo novamente.

De acordo com a carta seguinte, enviada em 29 de novembro daquele ano para John III, o primogênito teria informado que simplesmente não tinha condições de pagar o valor tomado de empréstimo da mãe e, portanto, não o faria. Ainda segundo a resposta de Margaret (pois não possuímos registro da carta de John II), o filho teria ainda a criticado pela forma com que seria influenciada por terceiros. Em 1472, algumas cartas expõem a insatisfação de John II e de John III em relação à proximidade da mãe com sir James Gloys e a influência deste sobre ela<sup>196</sup>. É possível pensar que a acusação de John II estivesse relacionada ao tema. Margaret respondeu, indiretamente, a John III:

“Pareceu-me pela carta do seu irmão que ele pensa que eu sou informada por alguns daqueles ao meu redor sobre o que fazer e dizer em relação ao que fiz antes; mas, pela minha palavra, ele se enganou. Não me é preciso ser informada de nenhuma dessas coisas. Eu construo meu próprio pensamento e entendo o suficiente e [entendo] muito. E quando expus minha opinião a alguém de quem ele desconfia, essa pessoa me deu mais conforto do que eu teria por qualquer ideia de meu próprio pensamento”.<sup>197</sup>

---

<sup>195</sup> “We are left with two simultaneous though potentially contradictory truths: one about the necessity and immensity of maternal authority and another about the inability to connect that authority with public power” (ROSE, op. cit., p. 4).

<sup>196</sup> Em 08 de julho de 1472, John III enviou uma carta ao irmão, John II, deixando mais evidente seu desgosto com sir James: “o orgulhoso, impertinente e mal-disposto a todos nós, Sir James, disse que você o ordenou a entregar o livro dos *Seven Sages* ao meu irmão Walter e ele o possui” (“the proud, pevysh, and euyll dysposyd prest to vs all, Syr Jamys, seyth þat ye comandyd hym to delyuer þe book of vij Sagys to my brodyr Water, an he hathe it”). Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/me/Paston/1:10.37?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 10 fev. 2023.

<sup>197</sup> “Me thynkkyth þe 3owr brotheres wrythtyng þat he thynkkyth þat I am inforemed be sume þat be a-bowthe me to do and to sey as I haue be-fore thys; but be my trowthe he demyth a-mysse. Yt nedyth me not to be informed of no soche thengys. I construe is my owyn mend, and conseve j-now, and to myche; and whan I haue brokyn my conseyte to sume þat in happe he demytheyt too, they haue put me in cownforth more þan I kowde haue be any jmajynasyon in my owyn conseyte”. 29 de novembro de 1471, Margaret Paston para John Paston III. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/me/Paston/1:8.89?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 10 fev. 2023.

Margaret deixava claro ao filho que ela não estava sendo tutelada intelectualmente e que era muito capaz de entender sobre os assuntos que abordavam. Lembremos que, no período medieval, a capacidade intelectual das mulheres havia sido frequentemente questionada. O sujeito de saber estava vinculado sobretudo ao masculino, de modo que as mulheres foram excluídas das universidades<sup>198</sup>, foram ridicularizadas na literatura<sup>199</sup> e sua fala foi frequentemente diminuída como algo irrelevante ou insuficiente<sup>200</sup>. Ao marcar sua autonomia de pensamento, Margaret de certa forma rompia também com uma tradição longínqua e misógina, ocupando um espaço de autoridade se não sobre o filho, ao menos sobre si mesma.

Na carta, Margaret Paston se queixou também sobre a vergonha (bastante pública, porque comentada) sobre o atraso em relação à tumba do falecido marido. No entanto, mandava essas questões para John III porque, aparentemente, seu outro filho estava cansado dela para escrever-lhe<sup>201</sup>. A questão da tumba de John I arrastou-se pelo menos até o ano de 1478, quando Margaret precisou exigir novamente que o filho cumprisse com a sua responsabilidade: “Eu mandei a você a roupa de ouro por Wheatley, cobrando-o que não a venda para nenhum outro uso que não para a tumba de seu pai, como você me manda em carta. Se você vender para qualquer outro uso, dou minha palavra que jamais confiarei em você enquanto eu viver”<sup>202</sup>. Após tantos pedidos condicionando seu bem-estar à resolução dos problemas por John II, em 1478 Margaret ameaçou a ruptura completa com ele - o que não aconteceu, até mesmo porque no ano seguinte seu filho acabaria falecendo.

Ao longo da relação familiar, Margaret Paston precisou flutuar entre os papéis sugeridos à maternidade e à paternidade para manter a ordem das propriedades e o prestígio da família. Foi especialmente após a viuvez que as desavenças se tornaram mais presentes - e o número de cartas trocadas entre eles também.

---

<sup>198</sup> LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

<sup>199</sup> Como a obra, *Roman de la Rose*, sobre a qual Christine de Pizan escreveu uma obra rechaçando suas especulações negativas sobre as mulheres. Ver: PIZAN, C. de. *A Cidade das Damas*. Tradução de Luciana Deplagne. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

<sup>200</sup> BODDEN, M. C. *Language as the site of revolt in medieval and Early Modern England: speaking as a woman*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

<sup>201</sup> “Parece-me que seu irmão está cansado de escrever para mim, dessa forma eu não o incomodarei mais com minha escrita. Você pode dizer a ele o que escrevi a você” (“Me thynkkyth be 3owr brothere þat he is wery to wrythe to me, and there-fore I wynlot a-kumbyre hym wyth wrythtyng to hym. 3e may telle hym as I wryth to 3ow”). 29 de novembro de 1471, Margaret Paston para John Paston III. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.89?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 10 fev. 2023.

<sup>202</sup> “I haue sent yow be Whetelé þe clothe of golde, charyng yow þat it be not solde to non othere vse þan to þe performyng of yowyr fadyrs tovmbe, as 3e send me worde in wrytyng. Yf ye sellyt to any othyr vse, by my trowthe I xall neuer trost yow wyll I leue”. 27 de maio de 1478, Margaret Paston para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.105?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 11 fev. 2023.

Situação semelhante ocorreu com Agnes Paston. Um dos principais conflitos entre ela e seus filhos girou em torno do testamento de William Paston: Agnes alegava que, em seu leito de morte, o marido a teria deixado algumas propriedades que a princípio constavam como parte da herança do filho mais velho, John I. O fato de o filho ter se mostrado irredutível em relação às terras deu início a diversos desentendimentos entre ambos. Em uma carta de 1465, Margaret Paston apareceu tentando mediar o conflito entre os dois:

“minha mãe [Agnes] disse que ela achou estranho não conseguir mais os lucros da propriedade de Clere de modo pacífico por causa de você. Disse que pertencem a ela e que ela pagou a maior parte e por isso quer ter lucros sobre isso ou do contrário fará com que mais pessoas falem a respeito. Ela disse que não conhece nenhum título ou direito legal seu em relação a isso, a não ser que você queira disputar com ela, o que não seria honroso para você. E ela falou que estará lá nesse verão e reparará a casa. De boa fé, escuto muito falar sobre a conduta entre vocês. Eu ficaria muito satisfeita, e também o ficariam muitos de seus amigos, se as coisas fossem diferentes entre você e ela”.<sup>203</sup>

As disputas entre a autoridade materna de Agnes Paston e a autoridade de John I como filho mais velho e principal herdeiro de William Paston haviam tido início em 1444. Esse aspecto reforça a dinâmica complexa entre mães e filhos, sobretudo com a morte do pai. A lógica da maternidade precisava ser alterada com os novos papéis assumidos por eles, entendendo que as relações de poder adquiriam novas lógicas também. Na infância do filho e ainda casada, Agnes Paston poderia performatizar o tipo de maternidade associada ao afeto e ao carinho. No entanto, a partir do momento em que precisava se tornar a referência ao mesmo tempo materna e paterna, essa performance se alterava. Isso não significava, contudo, que os filhos admitiam a mudança dessas configurações. Pelo contrário, em alguns momentos a recusa diante de uma performance de autoridade pela mãe gerava conflitos duradouros entre eles. Ao mesmo tempo, não era apenas uma recusa em aceitar uma performance quase paterna da mãe, mas também dizia respeito à autoridade sobre as terras e o lucro obtidos nelas. Não sem querer, John Paston III havia se queixado ao irmão quanto à política da mãe de ocupar uma propriedade para fazer nela suas vontades<sup>204</sup>.

---

<sup>203</sup> “my modere told me that she thynkyth ryght strange that she may not haue the profectys of Clyre ys place in peasabyll wyse for you. She seynt it ys hers and she hath payd most therfore yet, and she sayth she wyll haue the profectys therof or ells she wyll make more folk to speke therof. She seyth she knowyt not what ryght ne titell that ye haue ther-in but yf ye luste to trobell wyth herre, and that shold be no wysshap to you; and she sayth she wylbe there thys somer and repayre the housyng ther. In gode feyth I hyre moch langage of the demenyng betwene you and herre. I wold ryght fayn, and soo wold many moo of youre frendys, that it were otherwyse betwene you then it ys”. 10 de maio de 1465, Margaret Paston para John Paston I. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.57?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 11 fev. 2023.

<sup>204</sup> “My modyr purposeith hastyly to take estate in all hyr londys, and vp-on that estate to make hyr wyll of þe seyde londys”. 8 de julho de 1472, John Paston III para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:10.37?rgn=div2;view=fulltext>>.

Enquanto as mães tentavam exercer influência sobre os filhos, discipliná-los ou rearranjar as propriedades para aumentar suas finanças, havia também uma dinâmica inversa. Em 1475, Agnes Paston possuía em torno de setenta anos e seu filho, William Paston II, era um dos familiares mais próximos que possuía a julgar pelas cartas. Naquele ano, havia algum dinheiro que estava sendo devido pelos filhos de Margaret ao tio e que ele cobrava, o que poderia ter dado início a alguns desentendimentos. Em 1479, ano de morte de John II, as relações entre Margaret e John III com William II ficariam mais claramente fragilizadas. De acordo com as cartas, o tio estava tentando obter vantagem sobre as propriedades da família Paston, entrando em disputa com John III pelo controle sobre elas<sup>205</sup>.

Apontamos esses aspectos para entender o contexto em que Margaret falou a respeito da relação entre Agnes e William Paston II. Em janeiro de 1475, enviou uma carta ao filho John III dizendo: “eu gostaria que ela [Agnes] estivesse em Norfolk, tão bem quanto jamais a vi, e tão pouco governada por seu filho [William II] quanto jamais foi; então acredito que todos ficaríamos melhor por causa dela”<sup>206</sup>. Se Agnes não fosse tutelada por William II, na perspectiva de Margaret, a situação seria melhor para todos, não só para Agnes<sup>207</sup>.

Em relação às disputas entre a autoridade materna e o papel dos filhos como patronos das mães viúvas, esse é um caso de destaque. Enquanto Agnes seguiu em conflito com o primogênito durante grande parte de sua vida, com William II (seu quarto filho) a relação era bastante distinta. Como mencionamos anteriormente, Barbara Harris destacou uma dinâmica

---

<sup>205</sup> Em janeiro de 1475, William II estaria articulando meios para adquirir posse de Oxnead: “Foi-me dito que seu tio fez ofertas generosas a John Bacton e esforçou-se para conseguir que Oxnead passe a ele poder lei. Se foi feito ou não, não sei ainda, mas descobrirei rapidamente se eu puder” (“Yt ys told me þat yowyr hunkyll hath mad gret menys and larg profyrs to John Bakton to make a relese to hym of Oxinshed. Whedyr yt be don or nowt I wot nowt yet, but I shall wot in hast yf I may”). 28 de janeiro de 1475. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.99?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 11 fev. 2023. Em carta de 1479, John III refere-se a William II como “myn vnkynd onclys” (“meu tio grosseiro”). Ver: John Paston III para Margaret Paston, dezembro de 1479. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:10.69?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 11 fev. 2023. Em 1481, Margery alerta o marido, John III: “he [William II] intendes largely to haue a peace wyth you, as he seth, but truste hym not to moche for he is not goode” (“ele quer profundamente fazer as pazes com você, conforme ele disse, mas não confie muito nele, pois não ele não é bom”). 1 de novembro de 1481, Margery Paston para John Paston III. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:14.3?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 11 fev. 2023.

<sup>206</sup> “I wold she war her in Norffolk as well at es as evyr I sy hyr, and as lytyll rewlyd be hyr son as evyr she was; and than I wold hope þat we alle shuld far the bettyr for hyr”. 28 de janeiro de 1475, Margaret Paston para John Paston III. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.99?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 13 fev. 2023.

<sup>207</sup> Não apenas William II ameaçava os interesses financeiros de Margaret e de seus filhos, como também invertia uma certa ordem natural da família. Na medida em que o filho que estava exercendo autoridade sobre a mãe, de certa forma também estava invertendo uma relação hierárquica natural. Essas diferenciações naturais eram importantes no medievo, sobretudo pela relação entre microcosmo e macrocosmo em que um era reflexo do outro. Inverter os papéis era também uma inversão de certa forma cosmológica.

similar em seus estudos<sup>208</sup>: muitas vezes, as mães tentavam proteger seus filhos mais novos a despeito do primogênito, especialmente porque sabiam como aqueles herdariam muito pouco de seus pais. Nesse sentido, a própria concepção de maternidade se tornava flexível ao filho de acordo com o papel que ele desempenhava no núcleo familiar.

Pensando na diferença entre os filhos, destacamos também o vínculo de Agnes Paston com a filha, Elizabeth Paston - posteriormente Elizabeth Poynings -, uma relação bastante conturbada. Em 1449, Agnes tentava arranjar um casamento para a filha e havia tratativas com um sujeito chamado Scrope mediadas por John I, irmão de Elizabeth. No entanto, segundo Elizabeth Clere, considerada prima da família, a relação entre mãe e filha estava muito delicada a ponto de um frade pedir-lhe para abrigar Elizabeth Paston em sua casa:

“Eu o aconselho a agir no menor tempo que conseguir, pois ela nunca esteve em tão grande tristeza como está hoje em dia; ela não fala com nenhum homem, qualquer que venha, nem pode ver ou falar com meus homens, nem servos de sua mãe, a não ser que seja enganosa em suas intenções [que disfarce suas intenções]. E desde a Páscoa ela tem sido, pela maior parte, agredida uma ou duas vezes na semana, em alguns momentos duas vezes no dia, e sua cabeça foi quebrada em dois ou três lugares”<sup>209</sup>.

Embora o arranjo de casamento fosse importante entre a *gentry*, os candidatos de Elizabeth Paston não agradavam a mãe, cuja solução era punir fisicamente a filha de forma regular. Esse foi o único indício de violência física sobre os filhos nas cartas e é significativo que tenha ocorrido durante a viuvez de Agnes Paston. Novamente, apontamos como a lógica do disciplinamento - rígido, inclusive - era uma atribuição associada à paternidade na literatura monástica medieval. No entanto, a partir do momento em que as mães se tornavam viuvez, precisavam assumir também essa função de rigor e autoridade, como o exemplo extremo de Agnes Paston. O cuidado que pensamos em arranjar um bom matrimônio para a filha, associado à maternidade, veio acompanhado de um aspecto distinto do disciplinamento.

Por fim, gostaríamos de questionar como a paternidade aparecia na perspectiva dessas mulheres. Entre 1463 e 1465, John Paston I havia entrado em um longo desentendimento com o primogênito, John II. O comportamento inadequado do filho teria sido o estopim e coube à

---

<sup>208</sup> HARRIS, op. cit.

<sup>209</sup> “I would advise you to labour it in as short time as ye may goodly, for she was never in so great sorrow as she is nowadays; for she may not speak with no man, whosoever come, ne not may see ne speak with my man, ne with servants of her mother’s, but that she beareth her on hand otherwise than she meaneth. And she hath sin Eastern the most part be beaten once in the week or twice, and sometime twice on o day, and her head broken in two or three places” (DAVIS, op. cit., p. 24). Carta de 29 de junho não muito depois de 1449, Elizabeth Clere para John Paston I.

Margaret mediar a relação entre ambos. As cartas do período a mostram mais conciliadora diante dos fracassos do filho do que poucos anos mais tarde, já viúva<sup>210</sup>.

A respeito da paternidade, o conceito apareceu com clareza em pelo menos três cartas de Margaret Paston. Em novembro de 1463, a primeira delas, foi endereçada ao filho mais velho com quem John I estava em conflito:

“Eu espero que ele seja seu bom pai daqui para frente se você se conduzir bem e agir como deve em relação a ele. E ordeno a você, sob minha benção, que em qualquer coisa que concerna seu pai, que seja para a honra, o lucro ou o benefício dele, para se dedicar e fazer seu melhor com toda a diligência para progredir, se você quiser ter minha boa vontade; e isso fará de seu pai um pai melhor para você”.<sup>211</sup>

Ser um bom pai dependia, em primeiro lugar, do comportamento adequado dos filhos. Se John II trouxesse prestígio, então teria para si um pai correspondente aos benefícios conquistados. O tratamento se não afetuoso, ao menos tranquilo de John Paston I dependeria em quão disciplinado seu filho estava. Em março de 1464, desta vez em uma carta endereçada ao marido, Margaret interveio novamente em prol do filho, garantindo que ele já havia sido castigado. Em abril de 1465, precisou recorrer mais uma vez à ideia de boa paternidade:

“Pelo amor de Deus, senhor, tenha piedade dele e lembre-se que tem sido uma longa temporada desde que ele recebeu qualquer coisa de você para ajudá-lo, e ele tem sido obediente a você e o será em todos os momentos, e fará tudo o que ele consegue e pode para ter sua boa paternidade. E por reverência a Deus, seja um bom pai e tenha um coração paternal a ele. E eu tenho esperança de que ele será mais atento às suas próprias falhas daqui para frente, e mais

---

<sup>210</sup> Em 15 de novembro de 1463, por exemplo, Margaret envia uma carta ao filho pedindo que ele agisse melhor em relação ao pai e às suas questões. Ao final, diz “eu gostaria que você me mandasse notícia de que está e como arranjou dinheiro para si mesmo desde que saiu daqui (...). Eu não ousou deixá-lo saber da última carta que você me escreveu, porque ele estava muito insatisfeito comigo na época” (“I wold ye shuld send me word howghe ye doo and howghe ye have schevyste for your-self syn ye departyd hens (...) I durste not late hym knowe of þe laste letter þat ye wrot to me be-cause he was so sore dyspleasyd wyth me at þat tyme”, disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.52?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 13 fev. 2023.). Nesse trecho, Margaret se dispõe a acobertar o filho para não piorar a relação com o marido, colocando o papel materno acima do seu dever matrimonial. Isso não significa que Margaret apoiava as ações do filho (em maio de 1465, ela escreve garantindo que não consentia com John II), mas que sua intervenção não era tão incisiva quanto após 1466. Em 06 de maio de 1464, envia uma carta ao marido apontando como o filho havia sido bom e leal desde a partida do pai, dizendo estar esperançosa de que John I ficaria satisfeito em ter o filho consigo em casa (“As fore hys demenyng swyn 3e departyd, in god feythe it hath byn ryth good and lowly, and delygent in ovyrsythe of 3owre servawntys and odyr thi [deleted in MS]nggys þe weche I hope 3e wold a be plesyd wyth and 3e had be at hom.” [Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.53?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 13 fev. 2023)).

<sup>211</sup> “I hope he wolle be your good fader her-after yf ye demene you welle and do as ye owe to do to hym. And I sharge you vpon my blyssyng þat in any thyng towchyng your fader þat shuld be hys worchep, profyte, or avayle, that ye do your deuer and dilygent labore to þe fortherauns therin, as ye wolle have my good wille; and þat shalle cause your fader to be better fader to you”. 15 de novembro de 1463, Margaret Paston Para John Paston II. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.52?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 13 fev. 2023.

cuidadoso para evitar coisas que possam desagradar-lhe, e vá ser mais cuidadoso com coisas que o agradem”<sup>212</sup>.

Novamente, as boas ações do filho mais velho é que deveriam garantir o direito de ter um bom pai para consigo. Nesse ponto, Margaret sugere ainda que uma das funções paternas era prover ajuda ao filho - a julgar pelas cartas anteriores, possivelmente financeira - aspecto que não era exclusivamente masculino se considerarmos como a mãe era responsável por cuidar e nutrir seus filhos. Ainda, ao solicitar um “coração paternal” de John I, Margaret parece associar a paternidade a algum grau de afeto. Ainda que o amor fosse mais associado ao papel materno, também cabia ao pai ter um coração que acolhesse os filhos; cabia a ele estar presente ainda que, vez por outra, precisasse discipliná-los.

### **Mulher-pai, homem-mãe? Conclusão**

\*

Escrevo as últimas páginas desse capítulo em uma cabana cercada por árvores, na esperança de que o contato com a natureza refresque minhas ideias. Espero, de forma quase vã, que a mudança de ares facilite o enredo de palavras. O trabalho como historiador é por vezes muito solitário e nos encerra, ainda que não de propósito, em espaços opressivos de teto baixo, paredes úmidas e um ar carregado típico de lugares com pouca ventilação. Encaramos as mesmas ranhuras nas paredes, as mesmas manchas no teto, por dias a fio. Os olhos deslizam da tela do computador para os curtos metros quadrados que nos cercam e depois voltam ao computador como se estivessem, eles mesmos, habituados ao tédio, à repetição incontável das horas e do barulho cadente do ventilador.

Escrevo de frente para as árvores porque em algum ponto desse processo, as paredes estavam me engolindo e regurgitando o texto como quem se despe de uma roupa áspera e incômoda.

Mudar os ares é também dar possibilidade para o novo, o criativo e o fresco. É não se deixar engolir pela imensidão do mundo e entender que mesmo a escrita de uma tese exige humanidade àquele/a que a escreve. Aos que estão começando seus estudos (e talvez àqueles com muita experiência, mas que se esqueceram disso), recomendo o mesmo. Não se trancafiem

---

<sup>212</sup> “For Godys sake, ser, a pety on hym and remembre yow it hath be a long season syn he had owt of you to helpe hym wyth, and he hath obeyed hym to yow and wolle do at all tymis, and wolle do that he can or may to have your good faderhood. And at þe reuerence of God, be ye hys good fader and have a faderly hert to hym. And I hope he shall euer knowe hym-selff þe better her-after and be þe more ware to exchewe suche thyngys as shuld dysplese you, and for to take hed at þat shuld please you”. 8 de abril de 1465, Margaret Paston para John Paston I. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.55?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 13 fev. 2023.

nos mesmos cômodos, pela mesma quantidade de horas durante os mesmos dias abafados para produzir. Permitam-se arejar a si para que o texto não se torne uma reprodução mecânica de palavras sem sentido, fruto de uma escrita penosa e repetitiva.

Escrevo diante das árvores porque para escrever é preciso antes estar viva.

\*

Norman Davis, na introdução à obra em que traduz algumas cartas da família Paston, afirmou a respeito de Agnes: “a arrogante severidade de sua postura com os moradores de Paston nessa disputa relembra a dureza de seu tratamento com a filha que se recusou a casar como ela desejava”<sup>213</sup>, enquanto Margaret Paston seria “prática, séria e competente, ansiosa para seguir os desejos de seu marido”<sup>214</sup>. A descrição que Davis faz dessas duas mulheres diz muito a respeito do papel que elas desempenharam como mães e como esposas. Agnes era “severa” porque ousou assumir um papel de gênero outro que não o da mulher resignada e amorosa. Em sua viuvez (período sobre o qual temos mais informações sobre ela), Agnes Paston desempenhou uma relação com os filhos mais próxima do ideal de paternidade do que da maternidade carinhosa e afetiva.

Por outro lado, o retrato que Davis fez sobre Margaret Paston parece considerar apenas sua identidade matrimonial, não maternal, motivo porque ela não é severa, mas *séria*, diligente. Margaret precisou ser rígida no disciplinamento com os filhos também a partir da viuvez - ainda que não tenha punido os filhos com agressão, como Agnes, Margaret chegou ao ponto de expulsar sua filha mais velha das propriedades da família.

Diana Thurman propôs um balanço historiográfico em relação às diferentes composições de família no medievo<sup>215</sup>. Uma das correntes explicativas em relação a esse grupo afirma que o século XV foi marcado pela ausência de afeto dentro das relações familiares. As relações de carinho e amor seriam fruto de uma dinâmica moderna em que a família nuclear se sobreporia às redes extensas de sociabilidade. Nessa perspectiva, a família se mantinha próxima não por laços afetivos, mas por interesses econômicos mútuos. Lawrence Stone e H. R. Trevor-Roper foram citados por Thurman como exemplos dessa historiografia<sup>216</sup>. Para eles, os índices de mortalidade altos explicariam em partes a ausência dos laços e o pagamento da própria missa funerária, um indício da falta de confiança de que a família se responsabilizaria por sua alma pós-morte.

---

<sup>213</sup> “The arrogant severity of her attitude to the villagers of Paston in this dispute recalls the harshness of her treatment of her daughter who refused to marry as she wished” (DAVIS, op. cit., p. xix).

<sup>214</sup> “(...) practical, earnest, and competent, anxious to follow her husband’s wishes” (Ibib., p. xix-xx)

<sup>215</sup> THURMAN, op. cit.

<sup>216</sup> Ibid.



Não é o que encontramos nas cartas da família Paston. Ainda que houvesse conflitos entre diferentes membros, muitos apresentaram sinais de cuidado e carinho entre si. A preocupação com o ensino dos filhos, sua inserção social e a parceria estabelecida com as mães (por exemplo, Agnes e William II) são indícios de que havia sim afeto. Essa historiografia que rejeita a presença do carinho na família medieval também ignora as possibilidades de casamento por amor, possivelmente o que motivou Margery Paston a se casar com Richard Calle a despeito da oposição clara da família. O afeto não só era possível em meio à família do século XV como motivou muitas de suas configurações. Isso não significa ignorar os conflitos, mas entender que as dinâmicas familiares eram múltiplas.

Ainda, Thurman apontou a proximidade de historiadores como Stone à ideia de que havia uma subordinação quase constante da mulher, sobretudo ao marido. Nesse sentido, a lógica de autoridade e respeito pela figura masculina teria gerado a obediência ideal de esposas e filhos<sup>217</sup>. Para Thurman, Joel Rosenthal teria caído em uma perspectiva semelhante por condicionar a autonomia da mulher apenas à viúva: nesse estágio de viuvez, a mulher entraria em uma categoria de possível liberdade sem paralelos com a situação masculina (que, viúvo, não ganharia condição diferente da que já possuía)<sup>218</sup>.

A historiografia que marca excessivamente uma subordinação da mulher está reduzida, muitas vezes, aos documentos produzidos por homens durante o período medieval. Obras já clássicas, como *Damas do século XII* de Georges Duby<sup>219</sup>, partem quase exclusivamente de obras feitas por homens para que fossem consumidas por outros homens, grande parte deles vinculados à Igreja. Considerar apenas esse tipo de fonte documental nos leva a uma visão bastante limitada sobre o medievo, reduzida às normas elaboradas pelo clero. No entanto, a dinâmica de performance e de poder exigem não apenas o olhar sobre aquilo que se consolidou (temporariamente) como um regime de verdade, mas também para os tensionamentos, as marginalidades e as rupturas com a norma. Se, por um lado, o clero exigia a subordinação feminina, de outro havia uma vida muito mais perene e flexível dessas mulheres no mundo.

Enquanto uma corrente historiográfica defende a ausência de afeto nas famílias, a subordinação quase constante das mulheres e a primazia dos interesses econômicos e das

---

<sup>217</sup> A autora menciona o trabalho de Deborah Ellis e a perspectiva de que Margaret Paston teria sido alienada do controle sobre suas propriedades e funcionários (a *household*, no inglês). No entanto, Margaret Paston esteve profundamente envolvida na administração das propriedades da família mesmo quando John Paston I ainda estava vivo. Foi responsável por defender as terras de um cerco, por arrecadar impostos, atribuir atividades aos funcionários e negociar em nome do marido pelas terras que teriam herdado de John Fastolf. Sua atuação esteve muito distante de um ideal de mulher subordinada e reduzida ao espaço doméstico da casa principal. Ibid, p. 31.

<sup>218</sup> Ibid.

<sup>219</sup> DUBY, G. *Damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

normas clericais, outra parte reforça o papel dos interesses familiares, particulares, que poderiam, por vezes, se sobrepor às normas. Esses interesses particulares poderiam gerar a cooperação entre o casal, o que colocava a mulher em uma posição muito menos submissa do que os discursos clericais sugeriam. Tal olhar considera a complexidade das dinâmicas sociais e a própria configuração do poder como um jogo em constante disputa. Se era exigido à mulher permanecer em silêncio remetendo-nos ao pecado original de Eva, por outro lado a intervenção das mulheres em relação aos filhos, às propriedades e às redes de influência era fundamental para o fortalecimento da família - ao menos no caso da *gentry*.

Havia espaço para autonomia dessas mulheres, ainda, porque o gênero enquanto uma categoria performada e permeada por normativas não era tão rígida e isolada em suas oposições quanto se supunha. É o que nos indica, por exemplo, a condição de viuvez ressaltada por Rosenthal - não porque era exclusivamente um momento de autonomia, mas porque pressupunha outro tipo de feminilidade.

A maternidade foi construída como um ideal de cuidado, amor e nutrição para com os filhos, enquanto a paternidade foi associada às ideias de disciplinamento e de autoridade. Enquanto performance, esses papéis deveriam ser desempenhados pelos sujeitos através e a partir do corpo, dando significado às relações sociais que não eram limitadas pelos fenômenos biológicos (como o parto). Na Inglaterra entre os séculos XIV e XV, o ideal de maternidade foi elaborado também por uma pensadora anacoreta chamada Julian de Norwich. Diferentemente dos padrões cistercienses observados por Caroline Bynum<sup>220</sup>, Julian de Norwich também atribuiu à mãe um papel de disciplinamento ao afirmar Cristo-mãe como aquele que deixa o filho se ferir para que aprenda com isso.

A maternidade construída por Julian de Norwich refletiu a condição particular de Jesus Cristo, um homem-mãe. Essa condição estava mais próxima dos papéis paternos do que o ideal materno associado exclusivamente ao carinho e ao cuidado. Do mesmo modo, a viuvez das mulheres Paston possibilitaram uma performance materna diferente. Tanto Agnes quanto Margaret precisaram assumir posturas rigorosas em relação aos filhos, disciplinando-os através do castigo físico, da exclusão familiar e de repreensões por meio das cartas. Se por um lado estavam preocupadas em garantir aos filhos um bom futuro (o que era parte de uma noção geral sobre a maternidade), também precisavam ser autoridade e impor obediência ou bom comportamento sobre os filhos.

---

<sup>220</sup> BYNUM, 1984.

A condição de mãe poderia determinar o papel social das mulheres dentro de uma rede de contatos, como sugeriu Anselment em relação à Brilliana Harley e Katherine Paston<sup>221</sup>. Poderia determinar esse espaço sobretudo em meio às mulheres da *gentry*, cujas alianças por casamento e patronato poderiam determinar o futuro da família. Esse não era o caso de todas as mulheres, como podemos pensar em relação à Margery Kempe, contemporânea à região e ao período que estudamos aqui. Enquanto Kempe vinha de uma família mercadora preocupada sobretudo com sua vida devocional, a condição materna não era determinante para informar sua identidade, nem sua existência enquanto mulher. Nesse sentido, a maternidade não determina o gênero; para entendermos o feminino, não é *necessário* olhar para essa condição. Quando grande parte da historiografia associa um estudo sobre mulheres à maternidade, parece naturalizar esse papel como marcador feminino. O feminino no medievo não era determinado, obrigatoriamente, pela maternidade - era possível performatizar o feminino sem performatizar a maternidade. A mulher-mãe talvez seja uma condição mais moderna do que propriamente medieval.

Defendemos essa ideia também a partir da construção do homem-mãe possibilitada pela figura de Jesus Cristo e da mulher-pai (ou *quase* pai), espectro sobre o qual as viúvas se aproximavam. Entendidas e pensadas como mulheres, Agnes e Margaret Paston adotaram um campo de feminilidade mais próximo à masculinidade do que o fizeram enquanto casadas. Na medida em que puderam flutuar entre diferentes feminilidades, também nos permitem construir uma perspectiva mais clara sobre o funcionamento do gênero no medievo. Enquanto a modernidade se assentou em padrões binários e opostos, cujos polos se afastam radicalmente, a passagem do século XIV para o século XV ainda apresentava uma relação mais fluida entre gêneros. Naquele momento, havia uma diferenciação entre o feminino e o masculino, mas seus espectros se aproximavam e se conectavam de tal forma que era possível flutuar entre esses campos. Era possível assumir um papel mais próximo da masculinidade mesmo como mulheres - ainda que nenhuma delas tenha reivindicado, completamente, o papel de “pai” como Cristo foi construído enquanto “mãe”<sup>222</sup>.

---

<sup>221</sup> ANSELMONT, op. cit.

<sup>222</sup> Elas não se chamam de pai, nem são vistas assim. Não reivindicam um papel ativo na criação do feto, por exemplo, e por vezes reconhecem a autoridade dos filhos mais velhos que desempenhavam certo grau de patronato sobre elas.

Quando dizem “sou apenas uma mulher”<sup>223</sup>, isso não significa que estavam encerradas a um papel regulador cujos limites não podem ser ultrapassados, mas que existem diferenças e elas podem ser flexibilizadas a depender do contexto e da posição social que ocupavam.

---

<sup>223</sup> Lady Morley o teria dito, segundo Margaret Paston (“sche seyde sche was but a woman” [abril de 1448, Margaret Paston para John Paston I. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.5?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 13 fev. 2023.]). Julian de Norwich escreveu algo semelhante: por ser mulher, não poderia falar sobre a bondade de Deus? (“Botte for I am a woman shulde I therefore leve that I shulde nought telle yowe the goodenes of God” [JULIAN OF NORWICH, op. cit., p. 75, f. 101r]).

### CAPÍTULO 3: Propriedade e mediação entre mulheres da família Paston

Quando abordamos uma História das Mulheres, é comum que os temas selecionados por pesquisadores/as girem em torno de questões como maternidade, matrimônio e espaço doméstico. Circunscrevem suas preocupações a um universo que foi construído como o lugar por excelência do feminino, um grande *gineceu* no qual podem encontrar a presença e as distintas experiências desses sujeitos marginalizados<sup>1</sup>. Nosso objetivo nesse capítulo é, contudo, distinto. Buscamos analisar as relações das mulheres com a propriedade e com o direito, na medida em que elas demonstraram em suas cartas preocupações com a posse de terras e com ferramentas jurídicas.

Os temas sobre propriedade e direito foram amplamente abordados pela historiografia medievalista, mas poucos se dedicaram à relação dessas esferas de posse e de poder com as mulheres<sup>2</sup>. Loengard chama a atenção para esses esforços ao apontar que “a questão é que ninguém levantou questões para elucidar mais informações sobre as mulheres, mais do que sobre uma ação ou uma instituição”<sup>3</sup>. As preocupações se concentram em compreender as lógicas do direito e as instituições que produziram normas, mas não incorporam as mulheres como participantes desses processos.

Isso não significa, contudo, que elas não tenham se envolvido com disputas sobre propriedades, que não tenham sido herdeiras ou proprietárias de terras, nem mesmo que não tenham recorrido aos aparatos jurídicos para reivindicar legitimidade em sua posição. As

---

<sup>1</sup> Marginalizadas na medida em que se estabeleceu o centro das preocupações historiográficas na esfera pública e política. Desse modo, reconhecemos aqui a centralidade dada aos espaços frequentados de forma majoritária por homens e que se tornaram, então, pensados para eles. A diferença entre o espaço público e privado também tem suas particularidades para o medievo, de modo que a margem aqui é estabelecida sobretudo pela separação entre o espaço doméstico (as propriedades familiares) e o que estava fora dele. Ainda assim, essa régua é menos sólida do que nos fizeram crer, considerando a quantidade de registros já elaborados sobre mulheres que viviam do comércio, por exemplo, ou mesmo que peregrinaram em busca de uma maior devoção espiritual. A reclusão no medievo precisa ser pensada, ainda, como um elemento mais complexo do que uma simples restrição de liberdade (negativa) ao considerarmos que era precisamente a reclusão um meio de união com Deus e de elevação espiritual. Levantamos essas observações aqui para pontuarmos, de início, que os conceitos utilizados ao longo dos capítulos podem ter um nome similar a fenômenos contemporâneos, mas suas configurações poderiam ser amplamente distintas. Esse cuidado servirá como ferramenta para a leitura e como uma lembrança de que nosso esforço parte de um lugar de crítica à historiografia que se debruçou sobre o gênero no medievo como se suas articulações fossem tais como as da contemporaneidade.

<sup>2</sup> Janet Loengard fez um levantamento sobre esses estudos, destacando alguns esforços pontuais de pesquisas sobre o tema na década de 80. A preocupação com a História das Mulheres aumentou desde então, mas trabalhos nessa área seguem limitados. Ver: LOENGARD, Janet. “Legal History and the Medieval Englishwoman: a fragmented view”. In: *Law and History Review*, v. 4, iss. 1, primavera 1986, pp. 161-178.

<sup>3</sup> “(...) it is just that no one has asked questions designed to elicit more information about women rather than more about an action or an institution” (Ibid., p. 172).

mulheres da família Paston são um exemplo desses processos, motivo por que abordaremos o tema aqui. Margaret Paston, Agnes Paston e até mesmo amigas da família, como a dama Elizabeth Brews, estiveram diretamente envolvidas em disputas por terra, cada qual compreendendo de forma distinta sua própria autoridade e possibilidade de atuação.

É nesse sentido que faremos a análise de suas cartas relativas à propriedade, atentando para as noções de posse, autoridade, poder e negociação que elas mobilizam no intuito de administrar suas terras. Para isso precisaremos antes entender como os dispositivos legais orientavam o acesso das mulheres à propriedade e como poderiam ser gestados por elas a seu favor.

### **Direito na Inglaterra: pulverização normativa**

O direito medieval é um tema que, de forma geral, exige um olhar receptivo às pluralidades que ele impõe - por isso que podemos, inclusive, falar em “direitos” no medievo. Essa multiplicidade está ligada aos diferentes códigos ou recursos normativos à disposição, às diferentes instâncias de poder e de jurisdição (por vezes em justaposição), assim como às particularidades locais. De forma ampla, pensamos direito tanto em seu aspecto normatizador, quanto em seu aspecto científico e codificado (um objeto de estudo traduzido em códigos de leis), bem como em seu aspecto sociológico de ordenação social. Nesse sentido, tratamos aqui de um fenômeno que é múltiplo e plural, dialogando com concepções de multinormatividade mais do que polos únicos e fixos de normativas. A compreensão de multinormatividade nos permite pensar, ainda, em relações que não estão limitadas somente ao enfrentamento mútuo, uma vez que possibilita haver também espaços de aproximação e de negociação entre as múltiplas normativas.

Em relação aos códigos, podemos encontrar uma pluralidade deles: o direito canônico, o *ius commune* ou direito civil baseado na estrutura romana (que podemos traçar a Justiniano e o Código Civil), o local (*proprium*) e sobretudo para o caso da Inglaterra, a *common law*. Os séculos XIV e XV na Inglaterra foram bastante influenciados pela lógica da *common law*, um dispositivo normativo baseado na casuística, mais do que em um código escrito e centralizado de leis. Isso significa que as normas dependiam menos de um texto jurídico do que da jurisprudência (esta que era compilada nos *year books*, livros anuais). Esses livros anuais não eram mais do que uma compilação de pleitos e seus resultados que serviriam de orientação nas cortes sobre os quais voltaremos a falar adiante.

Para o historiador Jacques Paul, a querela das investiduras foi um primeiro impulso para a compilação de textos jurídicos, a fim de justificar diferentes reivindicações entre papado e império no exercício do poder normativo<sup>4</sup>. Esses esforços levariam à revisitação do direito romano e à constituição, para ele definitiva, do direito canônico. O *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano passou a circular na Europa com maior destaque a partir da primeira metade do século XII e despertou interesses no sentido de explicar o código a partir de tratados ou glosas a seu respeito.

A construção desses diferentes corpos normativos desembocaria em outro debate fundamental. Trata-se da definição do conceito de “jurisdição” e de sua prática, considerando quais os limites e expansões possíveis de cada esfera de autoridade – fosse secular ou religiosa. Como destacou Jesús Vallejo<sup>5</sup>, o direito medieval admitia a existência de sucessivas gradações das autoridades, atribuindo a elas diferentes valores quantitativos e qualitativos. Essas gradações indicavam também conflitos em um mesmo território por autoridades com diferentes graus de jurisdição que acreditavam exercer como de sua competência.

O conceito de “jurisdição” e suas implicações começou a ser definido em especial apenas a partir da segunda metade do século XII, tornando-se então um pilar da vida institucional e política no medievo. Carolina Gual da Silva afirmou que a jurisdição pode ser definida como o “estabelecimento dos limites jurídicos, sociais, políticos e espaciais das paróquias, das dioceses e do papado”<sup>6</sup>, propondo uma compreensão multifacetada da jurisdição ao entender que esta é simultaneamente estabelecida por diferentes elementos e autoridades. Nesse sentido, para a pesquisadora a jurisdição deve ser compreendida em termos relacionais, uma vez que sua definição depende fundamentalmente de onde inicia e termina a autoridade de um poder em relação a outro. Tais limites não podem ser pensados como barreiras rígidas e fixas previamente estipuladas, mas do contrário é preciso perceber que o aspecto relacional da

---

<sup>4</sup> A querela das investiduras foi um conflito entre o papado e o imperador do Sacro-Império em relação às esferas de poder. Um dos momentos chaves dessa disputa foi o ano de 1076, quando o papa Gregório VII excomungou o rei Henrique IV. O conflito deu-se em um contexto em que o poder temporal era limitado, cada vez mais, ao domínio do mundano enquanto o poder religioso reivindicava para si a condição de única instituição fundada diretamente por Cristo. Sobre isso, ver PAUL, Jacques. “El derecho y la ciencia jurídica”. In: *Historia intelectual del Occidente medieval*. Cátedra: Madrid, 2003, p. 386-393.

<sup>5</sup> VALLEJO, Jesús. “Power hierarchies in medieval juridical thought. An essay in reinterpretation”. In: *Ius Commune*. 1992, n. 19, p. 1-29.

<sup>6</sup> GUAL DA SILVA, Carolina. *Solver o débito divino: dízimos, jurisdições e espaços de autoridade (séculos XII-XIII)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

jurisdição nos indica também as possibilidades de entrecruzamento desses poderes - aspecto sobre o qual voltaremos adiante<sup>7</sup>.

Na passagem do século XI para o XII, um dos glosadores do código justiniano *Corpus Iuris Civilis*, Irnério, definiria jurisdição como um poder que se baseia na necessidade de pronunciar um julgamento e, de igual maneira, de promover a equidade. Essa fórmula seria reproduzida e consagrada no século XIV por Bartolo de Sassoferrato<sup>8</sup>. Esses comentadores, além do esforço em definir a jurisdição (podendo ser associada ao poder ou às funções legítimas atribuídas a alguém delegado) propuseram distintas classificações em relação aos níveis de jurisdição possíveis<sup>9</sup>.

No direito canônico, tais reflexões teriam associado a jurisdição à autoridade episcopal, não havendo uma separação clara entre funções temporais e religiosas – aspecto importante para compreendermos os próprios embates estabelecidos posteriormente diante das autoridades temporais como príncipes, reis e imperadores. No século XIII e já sob influência do direito romano, a jurisdição passaria a incorporar também aspectos legislativos e coercitivos.

As configurações de soberania eram determinadas segundo normas, mas também de acordo com as relações de poder entre os diferentes grupos e estaria vinculada à compreensão metafísica de que todo o indivíduo estaria sujeito a algo maior do que si mesmo. Entendendo a existência de sujeitos subordinados a outros e de que seus poderes possuíam limites estabelecidos na *relação* com a autoridade de outro sujeito, podemos entender a emergência de um importante debate a respeito dos espaços de atuação de uma ordem divina (*sacerdotium*) e de uma ordem humana (*imperium, regnum, etc.*).

Essas divergências a respeito das jurisdições e soberanias teriam começo especialmente a partir do conflito já mencionado entre Henrique IV e o papa Gregório VII que o havia excomungado. De um lado, a monarquia defendia a autonomia de seu poder temporal; de outro, o papado exigia sua subordinação em ao menos alguns aspectos – como a nomeação de bispos.

O direito canônico do século XII apoiava em grande medida essa perspectiva, estabelecendo que a Igreja deveria atuar como supervisora da sociedade, de modo que se as

---

<sup>7</sup> GUAL DA SILVA, Carolina. “Sobre Direito e Normas na Idade Média: do pluralismo à multinormatividade”. *Revista Signum*, v. 21, n. 1, 2020, pp. 6-22.

<sup>8</sup> GUAL DA SILVA, op. cit., 2016.

<sup>9</sup> De acordo com a pesquisadora Carolina Gual da Silva, Azo entendia a jurisdição como *legítima potestas* atribuída pela lei a cada juiz, enquanto Acúrsio pensava na jurisdição como um conjunto de funções atribuídas por uma lei a cada *magistratus*. Ibid.



instituições temporais falhassem, o clero poderia e deveria intervir para restaurar a justiça<sup>10</sup>. Em meio às disputas por propriedade na família Paston, tanto as autoridades temporais quanto eclesiásticas seriam envolvidas, como xerifes das cidades e bispos<sup>11</sup>.

Em relação à Inglaterra, portanto, J. H. Burns apontou uma particularidade especialmente importante. Para o pesquisador, a Inglaterra teria se distinguido do resto do continente europeu, na medida em que o poder temporal havia sido forte o bastante para se impor diante da lógica hierocrática. Ainda que houvessem defensores dessa corrente, como o bispo Robert Grosseteste (1175-1253)<sup>12</sup>, foi a perspectiva da *Common Law* ligada aos interesses dos reis e dos *earls* que havia prevalecido<sup>13</sup>. Em todo caso, essas disputas também se organizariam de formas distintas quanto ao grau da apelação. Para Helmholz,

As reivindicações de papas e imperadores para consertar o escopo apropriado da jurisdição dos tribunais no mundo foram incompatíveis. No entanto, no baixo nível dos apelos civis ordinários, havia certo grau de sobreposição e até mesmo uma concordância entre as duas leis<sup>14</sup>.

Essas questões nos interessam sobretudo para compreendermos quais recursos foram mobilizados pelas mulheres Paston em torno de suas disputas pela terra. Recorrer a uma figura eclesiástica ou a uma autoridade temporal poderia significar diferentes lógicas jurídicas e um espectro mais amplo ao qual poderiam recorrer. Para Cordelia Beattie, o impacto dessas distintas jurisdições, sobretudo em relação ao direito da propriedade, permitiu práticas mais fluidas em relação às normas jurídicas. As disputas entre o poder temporal e religioso foram exemplificadas, por ela, através do caso em que o arcebispo de Canterbury, John Stratford, contestou uma prática recorrente da *common law* de que a mulher precisaria de autorização do marido para formular testamentos. Na ocasião, em 1344, a Câmara dos Comuns elaborou uma

---

<sup>10</sup> HELMHOLZ, R. H. "Civil jurisdiction and the clergy". In: *The Ius commune in England: Four Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

<sup>11</sup> Xerifes eram oficiais responsáveis por questões administrativas e por vezes judiciais nos condados. A partir do século XII o poder dos xerifes foi reduzido diante do fortalecimento da cúria *regis*.

<sup>12</sup> O bispo Robert Grosseteste teria defendido a autoridade papal sobre as duas espadas e sobre as duas leis (direito comum e o direito canônico). Ver: BURNS, J. H. "Spiritual and Temporal Powers". In: *History of Medieval Political Thought c. 350-c.1450*. Cambridge University Press: 1991, p. 388. Os argumentos através dos quais Burns reivindica a particularidade do caso inglês são por vezes frágeis, mas sublinham a diferença importante da *common law* para outros sistemas jurídicos.

<sup>13</sup> De acordo com o autor, em caso de julgamento de um clérigo, a corte temporal decidia antes se havia algum crime a ser respondido e, só então, o réu passaria ao tribunal eclesiástico. Esta teria sido uma estratégia para garantir que o *privilegium fori* eclesiástico (que determinava que um julgamento do clero apenas por outros clérigos) fosse um privilégio concedido pela monarquia. *Earl* era o nome de um título nobiliárquico inglês vinculado à terra.

<sup>14</sup> "The claims of popes and emperors to fix the proper scope of the jurisdiction in the world's tribunals were ultimately incompatible. However, on the lower level of ordinary civil pleas, it turns out that there was a degree of overlap and even agreement between the two laws." (HELMHOLZ, op. cit., p. 196).

petição ao rei no esforço de barrar a movimentação do arcebispo. Como consequência, no século XV foi o posicionamento da *common law* que tornou-se efetivo, superando a posição canônica<sup>15</sup>.

Os códigos normativos que tentavam regulamentar a propriedade (em termos de venda, herança, testamentos) eram imprecisos e por vezes de nenhum modo prescritivos antes do século XII. O *Tractatus de Legibus et Consuetudinibus regni Anglie* foi um dos primeiros a apresentar as práticas de sucessão de terras na Inglaterra, sendo conhecido como *Glanvill* e composto por volta de 1187<sup>16</sup>. O documento apresentou costumes ingleses sobre sucessão de posses, incluindo a possibilidade de mulheres como herdeiras, como se dariam as divisões e quais os graus de prioridade na sucessão familiar, incluindo até mesmo as possíveis intervenções senhoriais no processo.

Outras declarações legais foram surgindo ao longo do século XII, como a carta de coroação de Henrique I (também chamada de *Charter of Liberties*) em 1110, que incorporou a possibilidade de filhas reivindicarem herança parental. No entanto, não especificava a ordem de sucessão e quão forte poderia ser a reivindicação das mulheres sobre a herança. Por volta dos anos de 1140, o documento *statum decretum* sugeriu a possibilidade de herança feminina, limitando a uma descendência linear. Nesse caso, as filhas teriam direito superior de herança a parentes masculinos mais distantes.

Isso significa que, já no século XII, o direito sucessório das mulheres eram mais claro. *Glanvill* estabelecia que o herdeiro masculino era sempre preferível quando estivessem no mesmo grau de parentesco, contudo, reforçava o *statum decretum* ao considerar parentes mais distantes. Nesse sentido, Ricketts defende que as mulheres teriam a expectativa (senão o direito) de suceder à propriedade familiar depois dos equivalentes masculinos<sup>17</sup>. O fato de que as mulheres teriam uma expectativa prévia ao processo em si pode ser um excesso de Ricketts, na medida em que os filhos continuavam tendo prioridade. Além disso, Ricketts aponta em seu próprio texto que esses documentos eram sobretudo um guia sobre as práticas na Inglaterra, o

---

<sup>15</sup> BEATTIE, Cordelia. “Married Women’s Wills: probate, property and piety in later medieval England”. *Law and History Review*, fev., v. 37, n.1, 2019, pp. 29-60.

<sup>16</sup> A exceção seriam os *Leges Henrici Primi* elaborado por volta de 1115, pois teriam apontado o tipo de herança que deveria ocorrer na ausência de filhos do casal. Ver: RICKETS, Philadelphia. *High-Hanking Widows in Medieval Iceland and Yorkshire: property, power, marriage and identity in the twelfth and thirteenth centuries*. Boston: Brill, 2010.

<sup>17</sup> Ibid.

que abre espaço para variações regionais. Ainda assim, é importante reconhecer a possibilidade de herança para mulheres nesses documentos<sup>18</sup>.

A esse respeito, *Glanvill* determinava que era possível (não necessariamente comum) que o pai concedesse a todas as filhas um dote (chamado *maritagium*) em forma de terras a despeito de todos os demais filhos com exceção do primogênito. Dentro disso, determinava ainda que, em caso de muitas filhas, a herança deveria ser dividida igualmente entre as filhas, desde que o principal fosse reservado à mais velha. A preocupação do documento, nesse sentido, reforça as questões de primogenitura.

Em relação às intervenções externas, é possível que o senhor optasse por um único *tenant*, opondo-se à divisão de herança em muitas partes. Por outro lado, havia a possibilidade de uma intervenção direta do senhor quanto ao casamento de filhas dos seus *tenants*. R. M. Smith destacou uma corrente historiográfica que aborda exatamente a dificuldade em conciliar os direitos de propriedade da mulher com a relação estabelecida com o senhorio<sup>19</sup>. Nesse caso, enfatizam o contraste entre a posse sobre a terra e a influência senhorial. Esse é um aspecto importante para entender que a propriedade não era apenas ter terras, mas também laços com outros senhores.

O risco dessa interpretação é tomar o *tenant* como propriedade do senhor, como se ele não possuísse o direito de designar herdeiros de forma autônoma. A preocupação com o destino da propriedade era, contudo, uma questão que pode ser percebida nas taxações sobre um segundo casamento. O valor cobrado pelo senhor sobre um segundo marido foi pensado por essa historiografia como reconhecimento público da nova relação, sobretudo entre o senhor e o esposo mais do matrimônio em si. Essa perspectiva parece alinhada à ideia de que a mulher nada mais era do que um elo de conexão entre homens, como se elas fossem um instrumento passivo de negociações e mobilidade das posses. Smith defende que os senhores induziam, de modo geral, as mulheres herdeiras para novos casamentos em caso de viuvez.

---

<sup>18</sup> Em relação à herança como um todo, Ricketts reconhece que as reivindicações das mulheres como herdeiras era possivelmente fraca: “*women (...) had, in theory, at best a claim, and perhaps only a weak one, rather than a right or expectation of inheritance*” (Ibid., p. 54). Sobre a herança, é importante recuperar também o argumento de que uma filha poderia ter vantagem sobre outro parente homem, talvez sobre seu próprio irmão, se fosse casada a um homem poderoso ou se ainda não fosse casada.

<sup>19</sup> SMITH, R. M. “Women’s Property Rights under Customary Law: some developments in the thirteenth and fourteenth centuries”. *Transactions of the Royal Historical Society*, v. 36, 1986, pp. 165-194.

De acordo com Smith, a análise sobre as herdeiras também apontou para uma distinção sobre a origem da propriedade. Ou seja, as medidas tomadas pelas cortes senhoriais eram diferentes quando se tratavam de dotes recebidos pelo pai, daqueles recebidos pelo marido.

Outra parte da historiografia reforça não a submissão dos *tenants* às intervenções senhoriais, mas a relativa autonomia que eles teriam quando comparados às classes mais altas. Nesse caso, enfatizam a possibilidade de controle pelo marido de propriedades levadas ao casamento pela esposa, enquanto as mulheres de classes mais baixas teriam maior autonomia de controle das posses por seu papel de *joint tenant* - uma proprietária conjunta ao marido. As próprias viúvas poderiam, para essas/es pesquisadoras/es, reter a totalidade das terras do marido durante a viuvez.

Essa corrente exagera, por sua vez, a representação de mulheres como submissas ao marido, presas a um sistema sobre o qual não poderiam ter influência. Ignora os espaços de negociação e de flexibilidade próprias às relações de poder, simplificando dinâmicas complexas de gênero. Além disso, esse não é o caso das mulheres na família Paston que participaram ativamente da administração das propriedades e disputaram com outros membros da família por seu direito de herança - caso de Agnes Paston.

A respeito da transição de terras mediadas pelas cortes senhoriais, Smith defende que houve uma mudança considerável nesse sistema de justiça entre 1280 e 1310. As terras dos *tenants* não poderiam ser entregues ou vendidas diretamente por ele, por não possuir de fato a terra segundo a *common law*. Ele poderia, contudo, entregar a terra ao senhor para que este mediasse a negociação, repassando-a para outra parte. Essas mudanças teriam dado maior clareza sobre propriedades trazidas pelas mulheres para o casamento, mas não eram tão evidentes em relação às viúvas.

Após o século XIII, a alienação de propriedades da esposa pelo marido foi contida. Essas terras seriam reservadas para uso da esposa ou de seus filhos na viuvez. Com isso, passaram a ter um campo maior de possibilidades para administração das terras: “elas certamente não eram recipientes passivas de uma série de costumes inalteráveis”<sup>20</sup>, sublinha Smith. Esse é um aspecto importante para reforçarmos as lógicas de negociação relativas às terras e ao arranjo cada vez maior de possibilidades para mulheres enquanto herdeiras ou possuidoras de terras.

---

<sup>20</sup> “They were certainly not the passive recipients of a changeless set of customs”. (SMITH, op. cit., 1986, p. 194).

Além de herdeiras, as mulheres também tinham o direito de transmitir posses, aspecto que se destaca nos testamentos de Agnes e Margaret Paston ou, até mesmo, de Elizabeth Poynings (filha de Agnes Paston). A respeito desse tipo de documentação, é importante destacar que a *common law* estipulava que mulheres casadas só poderiam elaborar testamentos com autorização do marido - prática que se estende ainda no século XV. Isso significa que grande parte dos documentos testamentários foram feitos por mulheres já viúvas, caso das mulheres Pastons.

As mulheres poderiam apontar um executor para os bens em testamento, mesmo que essas posses ainda fossem vistas como pertencentes ao marido segundo a *common law*. Ainda, só poderiam legar propriedades pessoais (cuja delimitação era fruto de diversos debates). A esse respeito, Cordelia Beattie chama a atenção para as posturas distintas do direito canônico e do direito comum inglês<sup>21</sup>. A perspectiva clerical era a de que as mulheres não precisavam do consentimento marital, enquanto a *common law* reforçava o tutelamento do marido - posição que se sobrepôs na Inglaterra.

A legislação eclesiástica inglesa entre os séculos XIII e XIV determinava que os maridos não poderiam impedir suas esposas de fazer o testamento sob pena de excomunhão. Para a *common law*, o marido era um guardião das terras da esposa mesmo quando fossem parte do seu dote ou de sua herança familiar. Para o direito comum, sequer os bens móveis eram de propriedade das mulheres. Esse entendimento estava atrelado à concepção de que a própria mulher deveria estar sob tutelamento do marido, de modo que seus bens também deveriam estar. Por outro lado, reconheciam o domínio da mulher sobre suas propriedades, podendo recuperá-las com o fim do casamento. A *common law* também previa uma sugestão de que fosse permitido à mulher dispor de uma terça parte dos bens do marido caso ele morresse. Essa prática se tornou comum com o reinado de Henrique I.

Kate Staples analisou diversos testamentos nas Cortes de Londres entre 1400-1500 relativos às propriedades comerciais<sup>22</sup>. De acordo com a pesquisadora, 10% dos testamentos foram feitos por mulheres, enquanto diversos outros foram feitos por homens, mas destinados às esposas e filhas. Um vendedor de peixes, em 1400, deixou suas duas lojas para a esposa como herança, passando para o filho apenas depois de sua morte. Herdaram cervejarias, lojas, bens para arrendamento, padarias e outras habitações.

---

<sup>21</sup> BEATTIE, op. cit., 2019.

<sup>22</sup> STAPLES, Kate Kelsey. "Identifying Women Proprietors in Wills from Fifteenth-Century London". *Early Modern Women*, vol. 3, outono 2008, pp. 239-243.

Segundo ela, é comum encontrar nos testamentos viúvas que deram continuidade aos negócios da família buscando rendas paralelas ou alugando propriedades. Essas mulheres podiam entrar com petições legais para comercializarem por conta própria e de forma autônoma (*femme soles*). Esse modelo se distinguia do *femme couvertes*, quando elas estavam sob tutela do marido e poderiam operar um negócio desde que com consentimento marital ou até mesmo colaboração.

A Magna Carta, do século XIII, previa um modelo tripartite de herança às mulheres quando se tornassem viúvas chamado *legitim*. Significa que, com a morte do esposo, uma terça parte iria para a viúva, outra para os filhos e outra para ser disposta como o proprietário quisesse (em geral, para fins de devoção religiosa). Embora essa prática, herdada do direito romano, não tenha sido adotada em todas as regiões da Inglaterra, ela apareceu em lugares como York e Londres<sup>23</sup>.

As filhas que herdavam posses não precisavam estar casadas. De doze herdeiras do século XV, apenas três já estavam casadas. No entanto, Staples chama atenção para a distinção das práticas de sucessão no campo e na cidade, entendendo que a divisão de terras rurais era uma questão crucial para as famílias - diferentemente das necessidades urbanas.

Richard Helmholz observou um número decrescente de testamentos feitos por mulheres no século XV. Para ele, isso poderia ser explicado por um processo social que passou não entendia a mulher como tendo propriedades separadas do marido<sup>24</sup>. Para Beattie, existiram mais variações regionais do que Helmholz apresenta. Ele argumentou ainda que as famílias teriam encontrado outras formas de passar adiante suas propriedades sem depender dos testamentos.

De acordo com a pesquisadora, o declínio dos testamentos pode ser explicado sobretudo pela mudança no tipo de registro elaborado, pois em muitos casos as mulheres não transmitiam propriedades, mas bens móveis. É nesse aspecto, justamente, que entende o valor da documentação. São textos que permitem perceber quais itens as mulheres poderiam reclamar como suas posses - ou, adicionamos, quais acreditavam ser importantes para que fossem repassados, o que poderia incluir roupas e utensílios domésticos. O próprio custo de registro seria um elemento desencorajador dos testamentos, justificando seu argumento pela presença

---

<sup>23</sup> BARRON, Caroline M. "The 'Golden Age' of Women in Medieval London". In: *Medieval London: collected papers of Caroline M. Barron*. Medieval Institute Publications, 2017.

<sup>24</sup> Essa posição se distingue da defesa de que o processo foi resultado das pressões do direito comum sobre as cortes eclesiásticas. Ou seja, trata-se não de uma mudança normativa dos códigos jurídicos, mas de práticas sociais.

considerável de testamentos nas *probate acta*<sup>25</sup>. Muitos desses registros sendo encontrados nas cortes arquiépiscopais<sup>26</sup>.

Importante lembrarmos, nesse ponto, que a família Paston esteve profundamente relacionada à vida jurídica na Inglaterra uma vez que os homens da família foram advogados, frequentando as *Inn of Court* - associações voltadas ao direito. Pesquisadoras sugerem que mulheres relacionadas a funcionários oficiais homens teriam um acesso mais direto às cortes ou mesmo que, quando relacionadas a advogados e juristas, teriam produzido mais testamentos. Concordam, em específico, que compreender o funcionamento das cortes pode ter sido decisivo para elas<sup>27</sup>.

Além da *common law*, é preciso observar que grande parte dos pleitos eram submetidos às cortes senhoriais ou à chancelaria real. A chancelaria real foi criada com jurisdição sobre questões relativas à terra, centralizada pelo lorde chanceler<sup>28</sup>. Por volta do século XIV, tornou-se um órgão autônomo em relação à *curia regis* e cresceu em dimensões. A *curia regis* era formada inicialmente pelo rei e outros oficiais da Coroa incluindo membros da igreja; ela posteriormente foi desmembrada em cortes menores destacando-se a *Court of Common Pleas* (estabelecida após a Carta Magna para questões que não eram de interesse monárquico) e a *Exchequer of Pleas* (equo foi se enfraquecendo na medida em que a chancelaria crescia). Juízes da *common law* e o próprio chanceler nem sempre estiveram de comum acordo, mas foram base da organização jurídica inglesa.

No século XIII a *common law* foi complementada por estatutos elaborados durante o reinado de Eduardo I (1272-1307). Dentre os quais se destacam o Estatuto de Westminster I e II (1275 e 1285) que regulamentava a posse da terra e as diferenças entre *fee tail* e *fee simple* sobre os quais apontaremos de forma breve a seguir<sup>29</sup>. Além daquele, Eduardo I sancionou

---

<sup>25</sup> De acordo com a pesquisadora, 17% das atas analisadas apresentaram testamentos de mulheres. BEATTIE, op. cit., 2019.

<sup>26</sup> O estudo de Beattie se concentrou na diocese de Ely, em Norwich, não muito distante de cidades como Norwich ou Lynn e igualmente submetido ao arcebispado de Canterbury. Ibid.

<sup>27</sup> Cordelia Beattie argumenta sobre a relação com os oficiais, enquanto Prior defende a relação com homens do direito. Beattie chama a atenção, ainda, para as conexões entre as mulheres casadas que elaboraram testamentos, o que podemos atestar na família Paston. Tanto Agnes quanto Margaret Paston, por exemplo, fizeram testamentos sobre seus bens ainda que em um momento já de viuvez. BEATTIE, op. cit., 2019.

<sup>28</sup> As leis que orientavam a corte da chancelaria eram conhecidas como *Equity*. A corte era responsável por dar sequência a procedimentos que o direito comum e as cortes locais não conseguiam solucionar. No século XIV, a corte ganharia força suficiente para poder modificar algumas regras da *common law*. Em geral seus membros eram versados tanto na lei canônica quanto na lei romana.

<sup>29</sup> Essas regulamentações aparecem sob título de *De Donis Conditionalibus*.

também o Estatuto de Gloucester (1278) e o Estatuto *Quia Emptores Terrarum* (1290). Essas *statute law* complementariam a base do direito comum.

A regulamentação sobre posse de terras na Inglaterra passava, desse modo, pelas decisões do direito comum e do Estatuto de Westminster. No documento, houve uma separação entre propriedades cuja movimentação é restringida e aquelas de titulação plena sobre a terra. As *fee tail*, em específico, foram propriedades em que a venda ou herança eram limitadas - só poderiam passar ao herdeiro determinado na escritura. As *simple fee* foram uma forma de título pleno sobre a terra, em que ela poderia ser revendida ou distribuída em testamento sem restrições. Esses modelos de propriedade precisam ser pensados também na distinção entre uma *freehold* e uma *leasehold*. O primeiro caso trata da posse sobre uma propriedade e seus bens (a posse é da propriedade e não da terra em si) de forma permanente. O segundo caso, *leasehold*, estipula um limite de tempo sobre a propriedade que, passado o período, deve ser revertida ao dono.

As diferenças sobre usos e posses da terra nos interessam para pensar, em especial, na multiplicidade de arranjos que poderiam ser feitos em relação à propriedade. Além disso, apontam para outro aspecto importante sobre o tema que diz respeito às vendas, heranças e dotes. De que forma essas movimentações de propriedade impactavam na vida das mulheres?

\*

Não há muito tempo fui perguntada sobre o andamento da tese. Falei, delirante, que estava com as leituras dos textos e dos documentos prontas, bastava escrever. “Basta escrever”, ecoa a frase na minha cabeça, como se esse não fosse um dos momentos mais extenuantes do processo de pesquisa. Conectar argumentos sólidos e explicitar as complexidades de análise com clareza, colocar em palavras meses de leitura, dar coerência e fluidez.

Sento com mais uma xícara de café em mãos observando as árvores através da janela, como se o momento contemplativo pudesse assentar as palavras “basta escrever”. Talvez com minutos a mais de silêncio e absoluta imobilidade eu consiga pensar em uma forma eficaz de introduzir o assunto. Talvez com espera suficiente, olhando fixamente para o nada, as palavras surjam no papel como se não fosse necessário nenhum esforço.

É nesse ponto que penso como o momento de escrita é um processo criativo, aspecto sobre o qual muitas vezes nos esquecemos. É preciso esforço para traduzir em palavras fixas o que flutua em nossa cabeça, sobretudo quando consideramos que uma vez escritas, essas



palavras jamais significarão exatamente aquilo que imaginamos em um primeiro momento. Assim que estiverem no papel, deixarão de ser minhas e cada leitor se apropriará delas como convier. Tentamos controlar um processo que é, em última instância, coletivo. Leio dezenas de pesquisadoras/es, justaponto suas ideias formando um emaranhado um pouco próprio, um pouco cacofônico. Fixo essas ideias em signos no papel. Aguardo para que os signos sejam lidos, relidos e rearranjados pelos primeiros leitores. Fixo novas palavras que já são menos minhas do que eram antes, mesmo que nunca tenham sido completamente minhas. Por fim, as novas palavras serão absorvidas, digeridas e ressignificadas por cada pessoa que entrar em contato com elas. Por uma imensidão de olhares e ideias, é impossível pensar que “basta escrever”.

A escrita é o fundamento próprio de toda a relação que estabelecemos com esse texto: é o que conecta diferentes temporalidades e olhares sobre o tema. É ponto de encontro, de disputa, de fragmentação e de reconstrução de ideias. Temo não poder mais dizer que “basta a escrita”, porque agora a vejo como pilar fundamental de tudo o que foi feito até aqui. Conferi a ela uma imensidão que me perpassa e que, se aterroriza pela instabilidade, é também exatamente o que oferece tranquilidade. As palavras já não são mais minhas, então por que haveria eu de sofrer na tentativa de discipliná-las?

### ***‘Sche seyð sche was but a woman’<sup>30</sup>: mulheres Pastons e as disputas sobre suas propriedades<sup>31</sup>***

Ainda que as questões sobre propriedade tenham centralizado seus debates em torno de disputas entre homens, isso não significou uma ausência absoluta de mulheres como proprietárias e herdeiras. As relações estabelecidas com bens móveis e imóveis foram intrinsecamente perpassadas por questões de gênero, delimitando não apenas espaços de acesso social a homens e mulheres como o que eles entendiam como sendo masculinidade e feminilidade. É o que podemos atestar na frase de abertura deste subcapítulo: “*sche seyð sche was but a woman*”. Qual significado lady Morley atribuiu a esse ser mulher e como isso implicava em suas relações como proprietária?

---

<sup>30</sup> “Ela disse que era apenas uma mulher”, frase citada por Margaret Paston e que teria sido dito a ela por Lady Morley. Carta de abril de 1448 para John Paston I. Ver: WATT, Diane. *The Paston Letters: selected letters*. Cambridge: D.S. Brewer, 2004, p. 49. A carta também está disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8?rgn=div1;view=fulltext>>. Acesso em 29 de novembro de 2021.

<sup>31</sup> A respeito das cartas que tratam sobre propriedade, ver Tabela V nos Apêndices.

Na ocasião, a senhora Morley estaria em conflito com John Paston I a respeito da propriedade herdada por eles em Gresham. Isabel Morley era viúva do lorde Thomas Morley que havia morrido em 1435, treze anos antes do conflito com John Paston I. Ela era também filha de Michael de la Pole, segundo *earl* de Suffolk e portanto vinda de uma família importante do condado vizinho - considerando que Gresham ficava localizada em Norfolk.

O problema entre ambos estaria em uma recusa de John Paston I a pagar para Isabel Morley aquilo que ela considerava seu por direito, recorrendo a outras situações em que havia recebido sem problemas. Segundo ela, a taxa era paga no tempo de Thomas Chaucer (filho do poeta Geoffrey Chaucer), de quem William Paston havia comprado a propriedade. A senhora mencionou inclusive documentos que mostravam como os antepassados dos Pastons (possivelmente se referindo a William Paston) haviam feito o pagamento. A referência foi feita por ela após Margaret, como intermediária por seu marido, ter dito que John Paston I não havia encontrado documentos sobre a propriedade.

Morley, na ocasião, ameaçou entrar com um processo contra John Paston caso ele continuasse a não pagá-la, entendendo que havia dado prazo suficiente para ele. É nesse ponto da carta que Margaret contou como a senhora havia mencionado o fato de ser apenas uma mulher: “ela disse que havia dado a ele muitas chances de chegar a um acordo com ela (...) E ela disse que era apenas uma mulher, ela deveria agir como seus conselheiros disseram”<sup>32</sup>.

Diversos aspectos podem ser observados nesse documento. Em primeiro lugar, a recusa de John Paston I em pagar taxas à lady Morley, o que poderia estar vinculado à compreensão dele sobre a propriedade. O pagamento sobre a terra significaria a ele uma posição de *tenant*, submisso à autoridade senhorial de Isabel Morley. Também é preciso considerar que a propriedade de Gresham sofreu diversas disputas ao longo dos anos de 1440 pelo lorde Moleyns, Robert Hungerford (c. 1429-1464), sendo até mesmo sitiada por ele em 1448 quando Margaret Paston estava na propriedade. Gresham teria pertencido a Thomas Chaucer e ao sir William Moleyns antes de ser adquirida por William Paston, daí as disputas entre John Paston I e o novo lorde Moleyns.

Interessa, contudo, o papel desempenhado por lady Morley a despeito da contenda. Como senhora na região, tentava exigir de John Paston I aquilo que era devido a ela. Para isso, recorreu a diferentes elementos de autoridade: a prática comum sobre a terra, os documentos

---

<sup>32</sup> Tradução livre de: “Sche seyde sche had sett 3w so many days to a-kord wyth here (...) and sche seyde sche was but a woman, sche must don be here cownseyl”. (WATT, op. cit., 2004, p. 49). Carta de abril de 1448 de Margaret Paston para John Paston I.

comprobatórios e a possibilidade de recorrer às cortes. Importante destacar que esses três elementos são externos à autoridade de lady Morley em si mesma, mas não eram medidas exclusivas às mulheres.

A concepção de tradição, na qual lady Morley se apoia, foi importante durante o medievo. Tanto para a escrita quanto na elaboração das normas jurídicas inglesas, as práticas comuns determinaram maior ou menor grau de legitimidade das demandas. Não ao acaso, esse foi um dos argumentos utilizados por ela. Por outro lado, o século XV foi marcado por uma expansão das práticas jurídicas, inclusive na formação de especialistas em Direito através das universidades e dos Inns. Isso nos ajuda a compreender o motivo por que Isabel Morley recorreu também aos documentos comprobatórios que poderiam servir como elementos determinantes em um processo - possibilidade que ela mesma sugere caso John Paston não voltasse atrás em sua posição.

Esses argumentos sugerem, de início, as possibilidades disponíveis às mulheres (nesse caso, uma viúva) para sustentar a própria autoridade sobre a terra. Nesse ponto, precisamos distinguir dois elementos que poderiam coincidir, mas nem sempre era o caso. Trata-se da posse sobre a propriedade e a autoridade sobre ela. A posse sobre as terras significava um direito de fazer uso dela para viver ou para atividades econômicas como o plantio. A autoridade, por sua vez, era um elemento menos estável porque não dependia necessariamente dos documentos atestando posse sobre a terra.

Esse foi um elemento fundamental no medievo, mas também um objeto de constantes disputas. Isso porque a *auctoritas* dependia não apenas da reivindicação de quem queria possuí-la, como também do reconhecimento pelo outro. Além disso, as figuras reconhecidas de autoridade eram frequentemente masculinas: papas, imperadores, teólogos. Na Antiguidade, a concepção de autoridade esteve vinculada à *potestas* (poder), portanto associada não somente à Igreja como também ao *pater familias* - elemento fundamental para entendermos que a autoridade foi sendo elaborada como um atributo masculino<sup>33</sup>. No medievo, os sentidos jurídicos e políticos da autoridade foram complementados pelo campo literário como garantia de verdade.

---

<sup>33</sup> Ver: ASCOLI, Albert Russel. *Dante and the making of a Modern author*. New York: Cambridge University Press, 2008. D'ANGELO, Edoardo; ZIOLKOWSKI, Jan (Ed.). *Auctor et auctoritas in latinis medii aevi litteris: Author and authorship in medieval latin literature*. Firenze: Sismel Edizioni Del Galuzzo, 2014. ZIOLKOWSKI, Jan. "Cultures of Authority in the Long Twelfth Century". *Journal of English and Germanic Philology*. Board of Trustees, University of Illinois, outubro, 2009, pp. 421-448.

A *auctoritas* foi vinculada, portanto, às noções de poder e de verdade. Ser uma figura de autoridade significava o exercício do poder sobre algo, no caso sobre a propriedade e aqueles que viviam na propriedade ou dela faziam uso. Não se trata apenas de possuir a terra, mas de exercer sobre ela alguma forma de domínio - o que, por sua vez, não é uma novidade em se tratando de Idade Média. O que nos interessa, sobretudo, é evidenciar a distinção entre possuir a terra e ter seu exercício de poder sobre ela elaborado e reconhecido. Para as mulheres, é precisamente na distinção da posse e da autoridade que se instauram fissuras e tensionamentos: mesmo que herdeiras das terras, precisavam sustentar a própria *auctoritas* recorrendo a diversos elementos (como documentos e práticas comuns da região). Ainda assim, não havia garantia de que esse domínio seria reconhecido, como sugere a recusa de John Paston I em pagar taxas para lady Morley.

As dificuldades das mulheres em meio a disputas por terra ficam evidentes também no momento em que lady Morley afirmou que precisava cumprir com as orientações de seu conselho. Enquanto colocava a si mesma em uma posição de não negociabilidade, pode também ter recorrido à imposição do conselho como forma de sustentar sua própria postura. Ou seja, é possível que tenha usado o conselho como um instrumento para reafirmar sua posição contra John Paston I mais do que tenha de fato se submetido aos comandos de um grupo sem poderes prescritivos.

Outras viúvas passaram por disputas semelhantes em relação às propriedades sob sua posse, como os casos de Agnes Paston, Elizabeth Clere e a dama Elizabeth Brews. O domínio delas sobre as terras foi questionado em diferentes situações por membros da família, outros senhores ou até mesmo *tenants* submetidos a elas. Para analisarmos esses processos, entendemos ser necessária a divisão de dois grupos: mulheres que administraram posses após a viuvez e mulheres que as administraram durante o matrimônio. A concepção de autoridade sobre a terra é profundamente distinta em cada uma dessas etapas, aspecto que apontaremos mais detalhadamente nas páginas seguintes.

### **Viúvas e a posse sobre a terra:**

A diferença que o status marital impõe sobre as mulheres no medievo já foi abordada por muitos pesquisadores ao longo das últimas décadas. A percepção social sobre uma mulher casada e outra viúva permitiu também diferentes papéis e lugares de atuação para cada uma delas. Esse é um aspecto que se manteve em relação à família Paston, sobretudo na relação

com a propriedade. Boa parte das cartas escritas por Agnes Paston foram elaboradas após a morte de seu marido, William I, quando já havia herdado uma parte das terras da família. Isso significava na prática que a única responsável pela administração das propriedades era Agnes. Alguns podem se questionar se esse cuidado não passaria para os filhos homens da família, como John I ou William II, mas as terras que foram dadas diretamente à Agnes em testamento ficavam sob controle dela.

As mulheres compreendiam esse papel e atuaram para manter suas terras produtivas e sob seu controle. Contudo, isso não significa que a autoridade delas fosse reconhecida por outros membros da sociedade e que não fosse necessária a disputa constante para afirmar-se sobre a terra.

O ano de 1451 foi um momento importante para Agnes Paston em relação à sua autoridade enquanto proprietária das terras de Paston. Em algum momento próximo ao mês de maio, ela teria mandado construir um muro nos limites de sua propriedade, bloqueando uma antiga estrada usada como rota por moradores locais. As queixas começaram a aparecer na carta de 12 de maio daquele ano e se estendem até pelo menos novembro.

A primeira informação que temos é a de que Agnes teria sido multada pela corte geral por bloquear a propriedade e que ela já estava em algum tipo de litígio contra Warren Harman ocorrendo em Londres<sup>34</sup>. Harman era morador da região em Paston e um dos principais adversários de Agnes em relação ao muro. Sabemos que a obra havia sido construída em uma terça-feira, mas já na sexta-feira teria sido derrubada com o auxílio de longos dias de chuva. Na ocasião, Harman ganhou o apoio de Warren King contra o muro, além de suas respectivas esposas cujos nomes não são mencionados nas cartas. As disputas continuavam acontecendo através de ameaças trocadas, sobretudo nos momentos em que estavam na igreja.

Depois do dia 21 de novembro de 1451, sobreviveram apenas cartas de 1452 em diante, de modo que não sabemos com clareza o resultado da disputa. O que nos interessa, contudo, é o processo em que as acusações foram lançadas para Agnes Paston e os recursos que ela utilizou para defender sua posição. Esses aspectos são importantes, pois dialogam diretamente com a posição de autoridade dela em relação à posse da terra. Mas antes de observarmos as respostas

---

<sup>34</sup> Quando se tratava de invasão de propriedade, mulheres poderiam responder sozinhas em corte em caso de o marido não poder comparecer. Como viúva, Agnes foi indiciada sozinha no processo. Ver: STEVENS, Matthew Frank. "London Women, the Courts and the 'Golden Age': a quantitative analysis of female litigants in the fourteenth and fifteenth centuries". *The London Journal*, v. 37, n. 2, 2012. pp. 67-88.

de Agnes Paston ao caso, é importante observarmos como ela apresentou em suas cartas as acusações que recaíam sobre si.

O principal argumento para exigir a derrubada do muro era de que aquela faixa específica de terra não pertencia a ela. Nesse sentido, não houve nenhum questionamento à legitimidade de Agnes Paston em relação a toda propriedade herdada de seu marido, mas à extensão das terras.

Antes de apontarmos essas disputas na documentação, importa retomar que a mudança da estrada havia sido acordada entre William I e o vigário local em 1443, como apontamos no capítulo introdutório. O objetivo teria sido a construção de uma capela e cuja elaboração foi assumida por Agnes em 1445. Na ocasião, o vigário teria tentado alterar o acordo e Agnes Paston chegou a ser acusada formalmente pela corte senhorial de Gimmingham, cuja autoridade ela não reconhecia – o que poderia estar ligado às tentativas de autonomia da família Paston diante de outros senhores<sup>35</sup>.

Sabemos, em carta enviada de Agnes para John Paston I, que em 12 de maio alguns moradores locais já se indispunham com o muro. Segundo o documento, teriam dito a Agnes como as pessoas “esperavam que, em pouco tempo, o muro fosse derrubado novamente. Também, ele [interlocutor que não é nomeado] disse que eu havia sido multada por bloquear a dita rota na última corte geral”<sup>36</sup>. Essa passagem indica que as desavenças possivelmente começaram antes, já que torciam para uma nova derrubada. É aqui, também, que Agnes comentou como havia sido multada por uma corte por causa da construção. Por estar sendo avisada através de um terceiro, é possível que não tivesse sido notificada sobre o debate em corte e nem mesmo sobre sua decisão ainda, não tendo informações sequer sobre a quantia sobre a qual havia sido punida.

Outra carta, organizada por Norman Davis na sequência a essa primeira (embora a data não seja segura), é mais precisa quanto aos valores da punição e aos conflitos entre moradores da região<sup>37</sup>. Segundo Agnes, a esposa de Warren King teria acusado outro conterrâneo de ter

---

<sup>35</sup> RICHMOND, Colin. *The Paston Family in the Fifteenth-Century: the first fase*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

<sup>36</sup> Tradução livre de: “seyd wyth-in chort tyme men hopyd that the wall chuld be broke doun a-geyn. Item, he seyde that I was americyd for stoppyng of the seyde wey [deleted in MS] att the last generall court” (carta a John Paston I, 12 de maio de 1451). Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.9?rgn=div2;view=fulltext;q1=agnes+paston>>. Acesso em 11 de nov. de 2021). Ver também WATT, op. cit., 2004, p. 27-28.

<sup>37</sup> Carta provavelmente escrita em 1451 e endereçada também ao filho John Paston I.

entregue a estrada como John Paston queria<sup>38</sup>. É a única vez em que o filho de Agnes é mencionado na contenda sobre os limites de sua propriedade. O interessante na carta é a maneira como o valor da multa foi apresentado à Agnes. De acordo com ela, “Robert Eadmond revelou que ela teria sido multada com seis *pences* no ano anterior por um processo na corte, e disse que eram doze *pences* até Warren King e ele terem diminuído para seis *pences*”<sup>39</sup>.

Nesse ponto, há um esforço de Robert Eadmond em mostrar-se não como um adversário pessoal, uma vez que havia tentado minimizado os problemas para ela, junto de Warren King. King. Contudo, ele havia sido acusado pelo vigário de juntar-se a Warren Harman para fazer ameaças de derrubar o muro se nada fosse feito. As imagens construídas sobre ambos são importantes para compreendermos quais recursos Agnes Paston precisaria fazer uso como forma de legitimar não somente sua autoridade sobre a terra, mas a extensão a que tinha direito.

Em 8 de novembro daquele ano, Harman teria feito novas ameaças dizendo que derrubaria o muro outra vez mesmo que custasse a ele muito dinheiro. No entanto, a acusação mais explícita na carta não veio dele e sim de sua esposa. Segundo Agnes, a esposa de Harman teria dito abertamente a ela no pátio da igreja: “que os demônios do inferno arrastem a alma dela para o inferno por causa da estrada que fez!”<sup>40</sup>. Nesse ponto as acusações saem da esfera legal para a religiosa e moral. É possível que o recurso da esposa de Harman à punição divina seja consequência da relação dela com o campo jurídico, no sentido de um desconhecimento sobre quais punições legais Agnes sofreria. Ainda assim, é notável que a acusação não seja sobre uma posse ilegítima da terra e sim sobre o limite (a extensão) dela.

Esse ponto específico dos limites acordados fica mais explícito quando, em uma carta de novembro daquele ano, Agnes relatou uma fala direcionada a ela: “a patente apenas me dava licença para fechar um *perch* de largura e eu teria fechado mais do que a patente permitia, assim

---

<sup>38</sup> Agnes identifica que Ball e sua esposa, Agnes Ball, é que haviam sido acusados de tanto. Não há identificação maior sobre ambos, além de outra menção a Agnes Ball que a teria cumprimentado publicamente em novembro daquele ano, quando o embate ainda se estendia. No documento disponibilizado por pesquisadores de Michigan, a frase que indica o envolvimento de John Paston é “and so it preuyt be John Paston is wordys” (disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.10?rgn=div2;view=fulltext;q1=agnes+paston>>, acesso em 29 de novembro de 2021). Tivemos dificuldade em encontrar o significado para o termo “preuyt”, tendo Diane Watt traduzido para o inglês como “it turned out as John Paston said” (WATT, op. cit., 2004, p. 28).

<sup>39</sup> Tradução livre de “Roberd Emundys schewyd me how I was a-mercyde for seute of corte þe laste 3ere vj d., and seyð it was xij d. tulle Warne Kyng and he gat it away vj d.” (Ibid.). Ver também WATT, op. cit., 2004, p. 28-29.

<sup>40</sup> Tradução livre de: “All þe deuylls of hell drawe here sowle to hell for þe weye þat she hat mad!”. Carta de 08 de nov. de 1451. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.11?rgn=div2;view=fulltext;q1=agnes+paston>>. Acesso em 11 de novembro de 2021. Ver também WATT, op. cit., 2004, p. 29.

diziam as pessoas”<sup>41</sup> – informação que ela não contradiz na carta. Esse é um ponto importante para pensarmos na percepção que as mulheres Paston elaboraram sobre sua autoridade em relação à terra herdada. O ponto que Agnes cita de forma recorrente nas cartas para o filho é até onde seu poder se estendia, sem questionar o poder em si mesmo. Quando consideramos que a escrita é um jogo constante de escolhas sobre o que dizer e o que silenciar, a ausência de questionamentos sobre sua autoridade como um todo é marcante.

Isso se dá com exceção de um momento, na parte final dessa mesma carta de novembro de 1451, quando conta como teria ficado sabendo, através de John Marshall, sobre uma mulher insatisfeita com o muro. Segundo a carta: “ela disse que havia visto o dia em que os homens Pastons não teriam feito isso”<sup>42</sup>.

Agnes não comenta nada sobre essa passagem na mesma carta, nem em momentos posteriores. A escolha da palavra “sofferyd” indica a insatisfação da mulher com o muro, de modo que a frase não nos parece poder ser lida como uma exaltação à tarefa. Ao contrário, há uma recusa em conceder à Agnes o mesmo estatuto de poderio que os homens da família. Embora as cartas girem em torno da extensão territorial da propriedade, nesse trecho Agnes deixou entrever que a sua autoridade não era reconhecida completamente. O fato de mencionar apenas uma vez esse tipo de questionamento nos faz perguntar se a ausência dele em outros momentos das cartas não é parte de um esforço de Agnes por consolidar sua *auctoritas*.

Esse é um ponto importante quando consideramos também que a carta havia sido enviada para John Paston I, seu filho primogênito com quem havia tido grandes desentendimentos após a morte do marido, William Paston I, em 1444. As cartas se passam apenas sete anos depois que ela teria sido enganada pelo filho na divisão de bens atribuídos por William em testamento. Falaremos desse embate mais adiante, mas é importante entendermos desde já que John I havia tomado para si terras que, segundo Agnes, teriam sido dadas a ela pelo marido. Essa atribuição, contudo, havia sido feita de forma oral pouco antes da morte de William I, de modo que as terras ficaram sob controle de John I. É possível, portanto, que o

---

<sup>41</sup> Tradução livre de: “þe patent grantyt to closse but a perch on bred, and þat I had clossyd more þan þe grant of þe patent is, as men seyð”. Carta de 08 de nov. de 1451. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.11?rgn=div2;view=fulltext;q1=agnes+paston>>. Acesso em 16 de out. 2021. Ver também WATT, op. cit., 2004, p. 29.

<sup>42</sup> Tradução livre de: “she seyð she sey þe day þat Paston men wold not a sofferyd þat”. Carta de 08 de nov. de 1451. Ibid. Diane Watt traduziu “sofferyd” como “allowed” (permitido), ver WATT, op. cit., 2004.



esforço em não desestabilizar sua autoridade sobre a propriedade estivesse relacionado ao conflito com o primogênito<sup>43</sup>.

De todo modo, interessa-nos apontar agora de quais formas Agnes havia respondido às diversas acusações. Começaremos por essa mesma carta em que os homens da família foram mencionados. Logo antes disso, segundo a carta, a mulher teria perguntado a John Marshall quem construiu o muro, a que ele teria respondido: “aquela que tem poder para dá-lo, e perguntou-a o que era mais generoso do que um presente”<sup>44</sup>. A palavra escrita na carta para indicar Agnes, contudo, foi “*they*”, um pronome que não é marcado pelo gênero<sup>45</sup>. É provável que a mulher já soubesse que falavam de Agnes, sobretudo por seu comentário relacionado aos homens da família, mas é importante que ao ser referenciada junto a “poder” Agnes (ou John Marshall) tenha optado pelo termo *they*.

Em uma carta de 21 de novembro de 1451, Agnes Paston teria sido confrontada por um homem chamado Clement Spicer. Ele teria questionado por que ela havia bloqueado a estrada do rei: “e eu disse a ele que não bloqueei estrada nenhuma se não a minha própria”<sup>46</sup>. A concepção de que tinha o direito de construir o muro pois estava sob sua jurisdição é repetida na mesma carta quando questionada por Warren Harman sobre um feno que Agnes teria coletado em Walsham e que pertenceria a Harman. Na carta, conta como ele ameaçou ter impedido a coleta se tivesse descoberto antes, a que foi respondido “falei a ele que aquela era a minha terra e para mim mesma eu a manteria”<sup>47</sup>. Nessa carta, há um arranjo de eventos que reforçam a autoridade de Agnes sobre sua terra através da resposta dada por ela às críticas. Não apenas reafirmou o poder de administrar as posses herdadas do marido, como manifestou o entendimento de que sua faixa de terra incluía a porção onde estaria o muro.

Essa foi a última carta em que observamos o desenrolar da contenda. Segundo ela, uma comissão estaria sendo organizada a partir da chancelaria para derrubar a construção, mas a

---

<sup>43</sup> Há outro momento em que os homens da família são mencionados, especificamente em um diálogo narrado por Agnes na carta de 21 de novembro de 1451. Ela estaria sendo confrontada por Clement Spicer sobre o muro e o perguntou por que ele havia vendido as terras de Agnes para John Ball. Diz que “ele jurou que nunca havia chegado a um acordo com seu pai [William I]” (tradução livre de “he sore he was neuyr a-cordyd wyth your fadyr”. Carta de 21 de nov. de 1451. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.12?rgn=div2;view=fulltext;q1=agnes+paston>>). Nesse ponto, o acordo teria sido anterior à data em que Agnes assumiu o comando das propriedades, motivo por que não nos parece um questionamento de sua autoridade como na passagem anterior.

<sup>44</sup> Tradução livre de “þey þat had pore to zeue it, and askyd here wat was freere þan 3yfte.” Carta de 8 de nov. de 1451. Ibid.

<sup>45</sup> Observação feita por Dennis Baron da Universidade de Illinois para o Oxford English Dictionary. Ver em: <<https://public.oed.com/blog/a-brief-history-of-singular-they/>>. Acesso em 28 de outubro de 2021.

<sup>46</sup> Tradução livre de “i seyde to hym I stoppyd no way butt myn owyn”. Carta de 21 de nov. de 1451, op. cit.

<sup>47</sup> “I told hym it was myn owyn grownde, and for myn owyn I wold holde it”. Ibid.

próxima carta que sobreviveu de Agnes Paston data de um ano depois, em 16 de novembro de 1452<sup>48</sup>.

Além de duas rápidas menções aos homens da família, Agnes parece reforçar em diferentes momentos das cartas seu papel como proprietária das terras. Não apenas como alguém que detém a posse legal, mas quem possui o direito de administrar essas terras como convier. É notável também o fato de que não recorre a argumentos jurídicos ou religiosos para justificar essa posição; na verdade, Agnes não tenta em nenhum momento comprovar ou validar esse direito. Embora reafirme seu poder sobre a propriedade, não indica nas cartas qualquer esforço em apresentar provas dessa legitimidade. É possível que isso se dê porque as cartas são destinadas ao próprio filho, mas acreditamos que possa ser também um reflexo da forma como percebe sua própria autoridade. Agnes não oferece comprovações de sua posse, porque não precisava. Em relação à propriedade de Paston como um todo (a despeito da extensão dela), Agnes parecia ter claro que sua posição não era questionável.

Ainda assim, é importante reforçarmos a associação da palavra poder (“pore”) com um pronome neutro. Quando pensamos nas construções de gênero, pelo menos a partir de um viés crítico, a ausência dessa marcação é tão significativa quanto sua presença. Pode indicar que a administração de terras não é organizada segundo as lógicas de gênero ou, ao contrário, pode indicar um apagamento necessário do feminino para que pudesse haver o reconhecimento da autoridade de Agnes Paston.

Existiu outra situação em que essa legitimidade não esteve tão evidente. Trata-se do momento de divisão das propriedades de William I após a sua morte. O conflito é explicado por Agnes Paston em seu próprio testamento. Ao todo, sobreviveram três rascunhos do testamento escritos por volta de 1466 e um fragmento por volta de 1479, ano em que ela teria morrido.

O primeiro rascunho, de setembro de 1466, já oferecia indícios de que William Paston I considerava que as propriedades destinadas aos filhos mais novos, William II e Clement, eram pequenas. Segundo Agnes, o marido teria dito que, caso seu primogênito não tivesse intenção de ajudar os irmãos, ele mesmo interviria por não achar justo que os demais ficassem com tão pouco. Esse momento teria sido testemunhado pelo próprio John I, além de John Bracton e

---

<sup>48</sup> Na ocasião, há novos indícios de conflito com Warren Harman. Um tal de Robert Hill teria saído da propriedade de Bower porque ela estaria sendo reivindicada por Harman. No entanto, o conflito não parece estar diretamente ligado aos Pastons e especificamente à Agnes Paston.

John Damme. Ainda assim, nesse rascunho não existem indicações sobre o comportamento específico de John I em relação à vontade do pai.

No segundo rascunho, Agnes especificou a distribuição das propriedades dizendo que seriam destinadas a ela as terras de Paston, Latimer, Shipden e Ropers em Cromer. Além dessas, ficariam sob seu controle as propriedades de Marlingford, Stanstead e Horwellbury, que seriam herança sua, e Oxnead, ganhada como dote no casamento. Nesse rascunho, a insatisfação com a divisão de propriedades começa a ficar mais explícito: “[William I] disse que, se havia dado muito pouco a alguém, teria sido para mim”<sup>49</sup>, explica ao longo do testamento. Nesse ponto, é possível que Agnes estivesse tentando reforçar que havia sido injustiçada pela maneira com que seu filho mais velho havia lidado com o testamento, indicando de antemão que ela havia sido a mais prejudicada. Na sequência, aponta como John I teria ficado incomodado com a distribuição de propriedades<sup>50</sup> – ele que ficaria com Gresham e Oxnead depois da morte da mãe.

O problema agravou-se quando William I teria recomendado outras propriedades para os filhos mais novos de forma oralizada à esposa, sem constar no testamento por escrito. Segundo Agnes, ela teria sido incumbida de registrar e ser testemunha do pedido do marido:

“[William] pediu-me para reportar, registrar e testemunhar isso (...) [mas] o dito John Paston não concordaria com isso de forma alguma, afirmando que por lei as ditas propriedades deveriam ser dele porque meu marido não as havia incluído em seu testamento escrito. E sem meu conhecimento, ele tomou posse de bens e taxas das ditas propriedades”<sup>51</sup>.

Dois pontos se destacam aqui: a sobreposição de poderes entre o testemunho oralizado e o direito escrito e a articulação de John I para tomar posse dos bens sem o conhecimento de sua mãe ou antes que ela mesma pudesse se apropriar das riquezas em questão. A forma com que Agnes apresentou a sequência de eventos é importante, pois declarou em um primeiro momento ter recebido muito pouco; em seguida, que John I havia tirado o que não pertencia a ele. Isso incluiu bens de William I que estavam sob proteção na abadia de Norwich e que

---

<sup>49</sup> Tradução livre de “and seyde and he [deleted in MS] hadde do to lityll to ony it wasse to me”. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.20?rgn=div2;view=fulltext;q1=agnes+paston>>. Ver WATT, op. cit., 2004, p. 36. Segundo rascunho do testamento, c. 1466.

<sup>50</sup> Tradução livre de: “he wasse not plesyd be-cause Swynne of slowthe þat hijs wyll wasse not made vp” Ibid.

<sup>51</sup> Tradução livre de “And of thys prayd me to reporte. record, and berre wyttnesse; (...) the seyde John Paston wold in no wysse agree there-to, seyyng þat by the lawe the seyde manerys xulde be hijs, in as moche as my husbonde made no wyll of hem in wrytyn; and gatte þe dedys owte of my possession and estat of the feffeez in þe seyde manerys myn vnknowyng.”. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.20?rgn=div2;view=fulltext;q1=agnes+paston>>. Acesso em 29 de nov. de 2021.

deveriam ter sido redistribuídos entre os executores do testamento, mas que John Paston tomou para si sem o consentimento dos demais.

Diz no testamento que a postura de John I não havia mudado: ele continuava mantendo as propriedades desde então, contra a vontade dos executores, sem reparar os irmãos e sem arranjar a missa perpétua para o pai como ele havia pedido<sup>52</sup>. Nesse sentido, falhava não apenas em tomar terras que não eram suas como deixava à mercê a alma de seu pai. Esse é o documento cujo fragmento explora em maiores detalhes o comportamento de John Paston I em relação à mãe e a evidente insatisfação dela com o desenvolver da questão. É no terceiro rascunho, porém, que encontramos um esforço de legitimar seu posicionamento através do testemunho de John Damme.

Segundo Agnes Paston, o outro executor teria dito a ela em particular que ele havia recebido as mesmas instruções de William I sobre dar aos filhos mais novos propriedades que John I havia tomado para si. Nessa ocasião, mencionou também um documento que até então não havia aparecido nos rascunhos, uma escritura de doação. A partir desse momento, diz, “meu filho John Paston nunca mais teve nenhuma palavra gentil para dizer a mim”<sup>53</sup>.

Em primeiro lugar, é importante compreendermos o desenvolvimento de Agnes Paston para legitimar seu direito sobre as propriedades. Em diversos momentos fala sobre como os desejos do marido não estavam sendo cumpridos em relação aos filhos mais novos, o que implicava diretamente na relação de Agnes Paston com suas próprias terras. Isso porque, com a recusa de John Paston I em ceder, ela mesma precisou dividir suas propriedades entre William II e Clement Paston, diminuindo seus rendimentos.

No primeiro rascunho, indica apenas o posicionamento do marido em relação à herança: a suspeita de William I de que as terras para os mais novos pudessem ser insuficientes. No segundo rascunho, o pedido oralizado para a esposa sobre uma redistribuição. Em relação às terras dela, Agnes indicou também no documento como ela teria sido considerada pelo marido a mais injustiçada – portanto, ter dividido suas propriedades era um esforço ainda maior se considerasse que já havia herdado pouco. Nesse ponto, precisamos destacar o argumento que Agnes Paston inclui no trecho o motivo pelo qual havia recebido pouco: “[é pouco] porque ele

---

<sup>52</sup> Segundo a nota de Diane Watt, é Agnes quem providencia terras suas para os filhos William II e Clement e quem providencia a missa também. Ver: WATT, op. cit., 2004.

<sup>53</sup> “After that [unclear] my sonne John Paston had neuer ryght kynde wordys to me.”. Rascunho do testamento III, c. 1466. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.21?rgn=div2;view=fulltext;q1=agnes+paston>>. Ver WATT, op. cit., 2004, p. 37-38.

teria progredido por minha causa”<sup>54</sup>. Segundo Agnes, essas palavras teriam sido as de seu próprio marido, mas é relevante que ela as tenha acrescentado no seu rascunho.

Nesse ponto, temos um indício de como Agnes Paston percebia a si mesma em relação ao sucesso financeiro da família. Enquanto o progresso material dos Pastons é atribuído frequentemente aos homens da família (ainda que se reconheça os benefícios do casamento com Margaret Mautby Paston para John I), Agnes atribuiu a si mesma um papel fundamental. Foi graças a ela, mais do que a qualquer outro, que William I pôde conquistar as terras que então distribuía e por esse exato motivo Agnes merecia uma herança maior.

Não temos como saber se William I realmente disse isso à esposa e não interessa, aqui, sabê-lo. O testamento de Agnes Paston tornou-se uma arena de disputa por poder e propriedade, cujo jogo foi regido por diferentes argumentos de legitimação. Nesse caso, foi Agnes quem sugeriu que sua importância para a prosperidade deveria ser suficiente para ser a principal, ou pelo menos uma maior, herdeira. Em nenhum momento de suas cartas ou testamento, abriu espaço para relativizar seu direito às terras e sua autoridade para administrá-las. Ao contrário, queixou-se de como John Paston tomou para si a cobrança de taxas que deveriam caber a ela também como executora do testamento de William I.

O desenvolvimento dos três rascunhos sugere, por sua vez, que Agnes havia percebido como a simples menção da vontade de seu marido não era suficiente. É apenas no terceiro rascunho, por exemplo, que introduz não apenas outra testemunha como um documento legal que garantia a doação das terras aos filhos mais novos. O recurso de Agnes ao testemunho e ao documento escrito dialogam profundamente com as estratégias de John Paston I. O filho também havia seguido o ramo do Direito como profissão e é possivelmente por esse motivo que apoiou suas reivindicações no testamento escrito do pai. Considerando que naquele momento o sistema jurídico inglês começava a se expandir e ganhar uma nova estrutura em relação às provas apresentadas em corte, esse era um recurso importante para John I. Se a palavra exclusiva de Agnes em relação à vontade do marido não era suficiente, ela articulou outras estratégias de legitimação para contrapor-se ao filho.

Por outro lado, os papéis afetivo e moral também são mobilizados por ela. Ao afirmar que John I não ressarcia os irmãos, não organizou a missa do pai e não teve mais palavras gentis a ela, Agnes tornava público o desrespeito de John com a família e com a fé. Nesse caso, o recurso do qual se vale diz respeito à concepção de *fama*, importante no medievo em meio

---

<sup>54</sup> “for [deleted in MS] me he faryd þe better”. Rascunho do testamento II, c. 1466. Ibid.

aos tribunais por determinar a validade ou não de um testemunho. Agnes construiu uma boa fama para si (de quem havia estado ao lado do marido e tornado fecunda a riqueza familiar) e, ao mesmo tempo, uma má fama para o filho – que agiu em segredo, a despeito do bem-estar dos familiares e dos executores.

### **Fama e infâmia como ferramentas de atuação entre a *gentry***

“Fama” era um conceito de definições bastante amplas, mas que de modo geral indicava algum tipo de reputação ou conhecimento geral sobre o sujeito em questão. Em alguns casos, *magna fama* era usada para se referir a algo/algum fonte de grande falatório. No *Decretum* de Graciano existiriam em torno de quinze categorias sobre infâmia, inclusive em casos que escapavam ao domínio eclesiástico como assassinato<sup>55</sup>. Essa concepção jurídica vinha como uma herança da lei romana e voltou a ser muito utilizada nos tribunais eclesiásticos.

A concepção de *fama*, portanto, tornou-se um elemento central nos processos jurídicos medievais a partir do século XIII, sobretudo com o papa Inocêncio III e o IV Concílio de Latrão de 1215. Na ocasião, o processo inquisitorial foi formalizado e com ele as definições do que era cabível como elemento comprobatório em corte. As testemunhas e a imagem pública de uma pessoa (ou seja, a forma com que era percebida pela comunidade) foram incorporadas à *inquisitio* e conquistaram cada vez mais espaço, inclusive com o exercício de diferenciação entre *rumor*, *clamosa insinuatio*, *vox communis* e *communis opinio*<sup>56</sup>.

Esse processo aconteceu também na Inglaterra, atestado nos documentos do conselho de Oxford que, em 1222, propunha a excomunhão daqueles que difamassem outra pessoa – modelo que se seguiu em outras regiões da Inglaterra. A constituição de Oxford serviu de referência não apenas para as cortes eclesiásticas, mas também para o direito comum inglês, de modo que a preocupação com a fama e a infâmia se tornou cada vez maior. Um exemplo eram

---

<sup>55</sup> *Decretum* foi uma coletânea do direito canônico organizada por Graciano, monge beneditino que viveu no século XII e cuja obra foi referência central para juristas e comentadores. Na obra *Digesta*, a definição de fama era de uma dignidade não ferida que pudesse ser comprovada pela vida e pelos costumes. Em glosas do *Speculum Iuris* de Guillaume Duranti, um ponto importante passou a ser exigido em relação à fama: o testemunho. Nesse caso, a fama sozinha não era considerada prova suficiente, precisando ser complementada por outros recursos. Ver: VITIELLO, Joanna Carraway. “Fama, Notoriety, and the Due Process of Law”. In: VITIELLO, J. C. *Public Justice and the Criminal Trial in Late Medieval Italy: Reggio Emilia in the Visconti Age*. Brill, 2016.

<sup>56</sup> CONNEL, Charles. *Popular Opinion in the Middle Ages: channeling public ideas and attitudes*. Berlim: GmbH, 2016.

as punições que obrigavam o condenado a declarar publicamente sua culpa, como uma forma de garantir à comunidade a restauração de sua imagem e de seu comportamento<sup>57</sup>.

Ainda que essas concepções fossem reforçadas no meio eclesiástico, não ficou restrito a ele: “tanto cortes espirituais quanto temporais implementaram seu uso nos séculos XII e XIII acompanhados pelo desenvolvimento de manuais de procedimento”<sup>58</sup>, afirmou Charles Connell. A transmissão dessas lógicas para cortes seculares é importante, na medida em que as disputas por propriedades sobre as quais tratamos aqui escapavam ao domínio eclesiástico. Esse processo de adoção dos procedimentos inquisitoriais em cortes seculares, para Joanna Vitiello, fez com que tanto a reputação quanto a honra adquirissem um estatuto legal e que a posição social dos envolvidos interferisse diretamente em seu processo<sup>59</sup>.

Nesse caso, a *fama* poderia dar início a julgamentos, difamar testemunhas e alterar profundamente a narrativa dos envolvidos. A reputação poderia estar associada aos fatos ou às pessoas e, nesse caso, definiria privilégios concedidos ou retirados. É em relação à fama pessoal que pensamos na elaboração das cartas da família Paston. Através desses documentos, tentavam tecer uma imagem de si mesmos que poderiam reforçar ou contestar acusações em corte. As cartas em si não seriam apresentadas como elemento comprobatório em corte, mas poderiam construir uma fama pública definidora das questões jurídicas. Essa possibilidade de uso é sugerida em relação às cartas de Margaret Paston, sobre as quais falaremos adiante, e que muitas vezes retratam de forma suspeita e perigosa os adversários da família enquanto eles próprios estão recorrentemente preocupados com a honra e a reputação familiar.

Significa, portanto, que a fama pública construída por Agnes Paston em relação ao filho poderia ter sido uma ferramenta importante para garantir a legitimidade de suas reivindicações. Estabelecia como John I, desde o primeiro momento, não parecia inclinado a respeitar a vontade do pai e como Agnes precisou abrir mão do que era seu por direito – inclusive para a sobrevivência dos filhos mais novos. É importante notar que essa construção se deu também fora das cartas, o que entrevemos no momento em que Agnes Paston recorreu a outros executores de seu marido, garantindo que eles também teriam testemunhado a vontade de William I.

---

<sup>57</sup> Ibid. Havia casos também em que os condenados por falso testemunho precisavam andar pela cidade com trombetas e outros elementos chamativos e perdiam o direito de serem confiados a questões públicas.

<sup>58</sup> “The Church was ahead of the secular courts in this regard, but both spiritual and temporal courts implemented its use in the twelfth and thirteenth centuries accompanied by the development of procedural manuals” (Ibid., p. 247).

<sup>59</sup> VITIELLO, op. cit., 2016.

A escrita das cartas de Agnes Paston torna-se especialmente interessante quando consideramos que John Paston I morreu em maio de 1466 e que, em outubro do ano anterior (em 1465), a mãe escreveu a ele uma carta em tom reconciliatório. Segundo a carta, teria ficado sabendo através de Clement que John I desejava a benção da mãe – a que ela concedeu, junto de uma benção em nome do falecido marido e de todos os santos. Pediu que John I descansasse ao máximo, que estivesse preparado para a morte e o reconfortou dizendo que a quem Deus visita, ele o ama (que derivam de passagens das Escrituras)<sup>60</sup>. Essa é a última carta enviada por Agnes ao primogênito.

O tom reconciliatório não aparece nos testamentos do ano seguinte e, nos treze anos que se seguem entre o último rascunho e a morte de Agnes Paston, não há mais nenhum documento dela preservado. Não temos acesso, também, ao testamento de John Paston I que auxiliaria na compreensão do embate após a sua morte. O que sabemos, contudo, é que a disputa por propriedades entre John I e seus irmãos mais novos foi transferida para William II, irmão de John I, e John Paston II, primogênito de John I e sobrinho de William II. Dessa vez, a mediação e intervenção nos conflitos se daria através da figura de Margaret Paston. Quando as disputas se seguiram entre William II e o outro sobrinho, John III, foi a esposa deste que interveio, Margery Brews Paston.

As desavenças entre John Paston I e Agnes Paston foram mencionadas também em uma carta escrita por Margaret Paston ao marido em 10 de maio de 1465. No documento, contou que Agnes estaria com dificuldades para conseguir benefícios da propriedade de Clere de forma pacífica, responsabilizando diretamente seu primogênito por isso. Não somente, Agnes Paston teria deixado bastante claro a ilegitimidade das ações do filho, ao apontar que John não possuía nenhum *direito legal* sobre a questão e, portanto, se estava intervindo era puramente por disputa com a mãe – o que, para Agnes, não o traria nenhum respeito.

Embora o conflito esteja mediado pelas palavras de Margaret Paston, a afirmação de Agnes como possuidora legítima da terra e a autoridade sobre ela são coerentes com as cartas observadas anteriormente. Como uma mulher viúva e, portanto, sem um estatuto de subordinação jurídica a outro homem, Agnes Paston teceu seu direito de posse e comando de forma direta, respaldada pelas leis e costumes locais. Nesse ponto, uma compreensão mesmo

---

<sup>60</sup> DAVIS, Norman. *The Paston Letters: a selection in modern spelling*. Oxford: Oxford University Press, 1983, p. 151. WATT, op. cit., 2004, p. 34. Carta de 29 de outubro, datada possivelmente de 1465.



que básica sobre as normas do direito inglês foi importante para que ela pudesse articular sua influência e reivindicações.

Por outro lado, a opinião pública era também uma ferramenta a ser usada e moldada quando se tratava de disputas sobre a terra. Como dito, as cartas da família Paston indicam uma preocupação recorrente em relação à honra familiar e a imagem que os demais teriam sobre eles. Não por acaso, John Paston II entrou em conflito diversas vezes com seus pais por não ter o comportamento esperado dentro das normas sociais<sup>61</sup>. O que nos interessa nesse ponto, contudo, não são os desvios de John Paston II, mas como Agnes Paston mobilizou a preocupação com uma imagem comunitária para pressionar seu filho na disputa pelas terras. Na mesma carta de 1465, Margaret contou: “ela disse que [a propriedade] é dela e que pagou pela maior parte, e afirmou que quer os lucros advindos disso ou do contrário fará com que mais pessoas falem sobre a questão”<sup>62</sup>.

Novamente, um dos recursos disponíveis à Agnes Paston era a fama pública, o conhecimento geral de que o filho estaria agindo contrário a ela sem legitimidade para tanto. Apesar dos indícios de que conhecia o funcionamento das organizações jurídicas, as cortes ainda eram espaços ocupados majoritariamente por homens, motivo por que essas mulheres precisavam recorrer a outros mecanismos paralelos para garantir seus interesses. Se possível, a combinação entre as duas estratégias poderia garantir de forma mais segura a autoridade sobre a terra para mulheres.

Por outro lado, em nenhuma dessas passagens Margaret ou Agnes recorrem ao fato de ser uma mulher em disputa por terras com um homem (ainda que seu filho). A divergência em questão é construída como se reduzindo às dinâmicas familiares, sobretudo pelos esforços de William I em dividir suas posses entre os membros da família no leito de morte. Nas cartas de Agnes, assim como nesta carta de Margaret enviada ao marido, o elemento “ser mulher” não é decisivo da contenda.

---

<sup>61</sup> Em relação à construção de masculinidade, a relação entre John Paston I e seu primogênito torna-se especialmente interessante. Um dos elementos importantes para a masculinidade entre homens da elite era sua capacidade de controlar os próprios filhos. Em diversos momentos, já próximo da morte, John Paston I se queixou para a esposa sobre como o filho ameaçava a honra familiar, chegando a romper com ele durante algum tempo. Ou seja, a rebeldia de John II era uma ameaça à masculinidade de John I, motivo por que precisou ser rígido com o filho e por que Margaret precisou mediar a relação entre ambos. Ver: HADLEY, Dawn Marie (Ed.). *Masculinity in Medieval Europe*. New York: Routledge, 1999.

<sup>62</sup> Tradução livre de “She seyt it ys hers and she hath payd most therfore yet, and she sayth she wyll haue the profectys therof or ells she wyll make more folk to speke therof”. Carta 10 de maio de 1465. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.57?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 29 de nov. de 2021. Ver também WATT, op. cit., 2004, p. 75.

Várias possibilidades surgem nesse ponto para explicar o motivo por que gênero se tornou diluído nos documentos. Em primeiro lugar, é possível que a omissão da condição feminina fosse também uma maneira de proteger os interesses de Agnes, uma vez que a posição de mulher poderia diminuir a força de suas reivindicações. Em segundo lugar, contudo, é também possível que gênero não fosse a questão central para esse problema. Esse aspecto sugere que enxerguemos gênero mais fortemente como um dispositivo. Ou seja, como um conjunto de normas, saberes e disputas de poder cujo dinamismo não nos permite apreendê-lo como um ponto fixo no tempo, mas como um elemento de disputa multidirecional em que as regras do jogo mudam constantemente durante a própria partida. Gênero poderia ou não ser trazido para o debate conforme fosse conveniente e, sobretudo, seria disposto de formas variadas de acordo com a posição social de quem estava envolvido e com seus interesses também.

Essa possibilidade é fundamental se quisermos compreender as dinâmicas sobre gênero no medievo, pois nos distancia profundamente de uma concepção fixa e estável de gênero. As concepções do que constitui o feminino e as formas com que essas ideias são mobilizadas mudam constantemente. Isso não significa que não possamos apreender linhas gerais sobre esses conceitos. É importante ressaltar que, embora em constantes transformações, um dispositivo possui também pontos de convergência. Ou seja, não era *qualquer aspecto* que poderia ser atribuído ao feminino ou ao masculino e as disputas de poder também não se dariam de *qualquer maneira*. Existia uma unidade superficial e frágil que orientavam tais jogos, mas é preciso entender que essa unidade era profundamente artificial e sua constituição se dava através de inúmeras tensões e negociações.

Destacamos também que não há uma *masculinização* de mulheres viúvas como Agnes Paston como estratégia para administrar suas posses. Em muitos casos, a historiografia sugeriu que para poder flutuar entre o que era possível para um ou outro gênero, o sujeito deveria também ser capaz de se masculinizar ou feminilizar<sup>63</sup>. Por exemplo, casos de *viragos* que usavam atributos de outro gênero como forma de acessar espaços restritos como o santo (santa) Pelágio no século V<sup>64</sup>. No entanto, não há nas cartas esse processo de tornar-se outro, nem

---

<sup>63</sup> HADLEY, op. cit., 1999.

<sup>64</sup> Ver: JACOPPO DE VARAZZE. *Legenda Aure*. Testo latino dell'edizione critica a cura de Giovanni Paolo Maggioni. Firenze: SISMEL-Galuzzo, 1999. WALLACE, L. "Bearded woman, female Christ: gendered transformations in the legends and cult of Saint Wilgefortis". *Journal of Feminist Studies in Religion*, Vol. 30, No. 1, primavera de 2014, pp. 43-63. Christine de Pizan também menciona um caso parecido a respeito de uma santa chamada Marina: "aquela virgem ficou vivendo, então, com seu pai, sendo travestida de um mongezinho;

mesmo como uma subcategoria de feminino como se sugere para o caso dos eunucos associados a uma masculinidade inferior. O que podemos observar é a omissão do gênero por Agnes, como se sua condição enquanto mulher (da maneira como a constituísse) não deveria impedi-la ou autorizá-la a administrar suas posses. Era com base no direito legal e nos costumes que sustentava sua posição de poder<sup>65</sup>.

Nesse sentido, há a possibilidade de que ser homem ou ser mulher não estivesse relacionado à propriedade para ela. O feminino não estava atrelado à administração silenciosa de suas posses<sup>66</sup>, o que ao mesmo tempo não significa dizer que o feminino estaria necessariamente ligado à ideia de propriedade ou de autoridade. Em outras palavras, administrar terras não era uma função generificada para ela, mesmo que fosse sim permeado por normas externas de gênero. A percepção de Agnes sobre sua função como proprietária era não-generificada, ainda que as próprias normas de representatividade jurídica do direito comum inglês marcassem claramente as distinções de direito entre homens e mulheres.

Agnes Paston não foi a única mulher a aparecer nas cartas como viúva e herdeira das propriedades familiares. Elizabeth Clere, Elizabeth Paston Poynings e a dama Elizabeth Brews enfrentaram situação similar e sobreviveram cartas delas indicando conflitos sobre suas propriedades.

### **Mulheres viúvas e a posse sobre a terra**

Elizabeth Uvedale Clere (m. 1493) de Ormesby era parente da família Paston e uma mulher importante o suficiente na região para ter participado de um encontro com Margaret de Anjou, então rainha da Inglaterra, em 1453. Embora tenha se tornado viúva ainda em 1446,

---

aprendeu a dissimular sua verdadeira identidade e foi um modelo de disciplina”. PIZAN, Cristine de. *A Cidade das Damas*. Tradução e apresentação de Luciana Calado Deplagne. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012, p. 324).

<sup>65</sup> A respeito da omissão de gênero, podemos mencionar também o caso de Julian de Norwich, anacoreta inglesa que viveu em um período um pouco anterior ao de Agnes Paston na mesma região da Inglaterra. Julian de Norwich escreveu uma obra sobre suas experiências religiosas que foi dividida em duas versões. Na primeira versão, Julian de Norwich marcou sua condição como mulher escrevendo uma obra sobre Deus pedindo que a desconsiderassem na leitura. Na segunda versão, escrita anos depois, retirou esse trecho e omitiu em todo o livro sua condição imediata como mulher. Sobre esse processo, ver: NORWICH, Julian of. *The Writings of Julian of Norwich: A Vision Showed to a Devout Woman and A Revelation of Divine Love*. Editado por Nicholas Watson e Jacqueline Jenkins. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2005. Dizer que ela se assentava nas normas legais omitindo gênero não diminui, por sua vez, a existência de normas externas à Agnes Paston que marcavam a posse de terras a partir de noções de masculino e feminino. O que observamos é que, para as mulheres, essa orientação era secundária (quando sequer reconhecida).

<sup>66</sup> O lugar da mulher como espaço de silêncio é um *topos* comum nos séculos XII ao XIV, sobretudo em documentos produzidos pelo clero. Ver: BODDEN, M. C. *Language as the site of revolt in medieval and Early Modern England: speaking as a woman*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

Elizabeth Clere não buscou um segundo casamento, herdando as propriedades do marido e administrando-as por conta própria. Ela chegou a ser uma grande patrona de Gonville Hall, em Cambridge<sup>67</sup>.

Provavelmente antes de 1460, no dia 25 de maio, Clere teria enviado uma carta a John Paston I para aconselhar-se com o primo. O problema que estava enfrentando era em relação ao uso que outras pessoas estavam fazendo de seu pasto. Disse que uma propriedade de 100 acres havia sido adquirida anteriormente e que algumas pessoas teriam 4 acres divididas em várias partes pequenas no mesmo pasto. Essa região estaria cheia de junco, mas pagando uma certa quantia para Clere, eles teriam espaço destinado ao pastoreio de animais. Nesse mesmo pasto, explicou Elizabeth, ela colocava seus animais e permitia que outros pastassem ali também em troca de uma taxa “a fim de ajudar meus inquilinos”<sup>68</sup>.

O problema de Elizabeth estava exatamente em relação ao uso correto de suas terras e a quanto direito os inquilinos teriam de fazer uso da propriedade. Queixa-se para John Paston sobre como havia sido informada de que o pastor da tal cidade teria direito a usar o pasto durante o período do *Lammas*, festival sazonal da Inglaterra. O problema estava na duração desse período, pois alguns diziam a ela que o direito se estendia por até um mês após a data, outros diziam que era uma semana. “Por essa razão, depois do *Lammas*, preciso abrir mão da minha taxa e não posso manter meus próprios animais exceto se quiser perdê-los por causa da falta de comida”<sup>69</sup>, já que o pasto seria insuficiente para todos.

Essa é uma carta importante para entendermos as dificuldades de administração que as mulheres enfrentavam durante a viuvez. Sua carta ao primo solicita que a questão pudesse ser debatida por homens de saber, “para que eu possa ter certeza de como melhor me conduzir nessa questão”<sup>70</sup>. Clere não recorre a John Paston I por ser um homem e possuir alguma autoridade especial a qual ela não teria acesso, mas por seus conhecimentos jurídicos e contatos com outros advogados e juízes. Essa questão era especialmente urgente para Clere porque, segundo ela, havia ameaça de que seus inquilinos estariam se organizando para montar guarda nas terras comuns daquele *Lammas* em diante<sup>71</sup>.

---

<sup>67</sup> WATT, op. cit., 2004.

<sup>68</sup> “(...) in order to help greatly my tenants”. Ibid., p. 118. Animais esses que, segundo ela, não eram levados ao pasto comum da tal cidade.

<sup>69</sup> “For this reason, after Lammas day, I have to give up my fee and cannot keep my own beasts there unless I am willing to lose them because of lack of food”. WATT, op. cit., 2004, p. 118.

<sup>70</sup> “(...) so that I can be sure how I can best conduct myself in this business”. Ibid.

<sup>71</sup> O *Lammas* é uma data comemorada no início de agosto.

Não há indícios de que os inquilinos estivessem questionando a autoridade de Elizabeth Clere como proprietária das terras, nem mesmo ela se apresenta dessa maneira. As dificuldades enfrentadas por Clere eram de outra ordem que não a de gênero, mas de posição social como uma mulher da nobreza privilegiada por posse de uma ampla faixa de terra<sup>72</sup>. Esse aspecto torna-se importante para compreendermos como sociedades não-modernas podem ter gerenciado questões sociais através de outros marcadores que complexificam nosso olhar.

A socióloga nigeriana Oyèrónké Oyewùmí chamou a atenção para um aspecto teórico do qual nos valem nesse momento. Oyewùmí, ao pensar nas comunidades iorubás de sua pesquisa, elaborou antes um profundo questionamento sobre a universalização dos padrões de gênero. Voltando ao trabalho de Claire Robertson, apontou como muitas vezes pesquisadoras/es supõem a existência das categorias com as quais trabalham antes mesmo de verificar sua existência na sociedade estudada. Diz Oyewùmí: “Se quem investiga assumir o gênero, as categorias de gênero serão encontradas, independentemente de existirem ou não”<sup>73</sup>, estando postas antes mesmo da análise começar.

Nesse caso, não estamos negando a existência de categorias de gênero para a Inglaterra medieval, mas questionando sua posição como organizadoras de toda a vida social nos termos binários e estruturais sugeridos por pesquisadores da década de 80. É possível, em outras palavras, que a gestão da vida social se desse em termos distintos do que mulher-maternidade, homem-administração. Tanto a maternidade quanto a administração das propriedades passavam por organizações mais complexas e que não se sustentam a um olhar redutivo ao binário. Nesse caso, Elizabeth Clere não está usurpando um papel masculino, mas reivindicando uma possibilidade de atuação para ela – e, quiçá, a administração da propriedade fosse menos marcada pelo gênero do que supúnhamos, ao menos em sua perspectiva.

Ao contrário da comunidade Gã analisada por Claire Robertson<sup>74</sup>, estamos tratando de uma população ocidental, europeia e cristã. Isso significa que o gênero é parte fundamental da sociedade que analisamos e suas elaborações foram construídas pela ortodoxia clerical como

---

<sup>72</sup> É preciso reforçar que, quando afirmamos essa ausência do gênero no conflito, estamos pensando na perspectiva de como Elizabeth Clere apresenta a questão. Isso não significa dizer que as relações de gênero não tivessem impacto no modo como os inquilinos percebiam sua autoridade, mas que para Clere esse aspecto é possivelmente secundário.

<sup>73</sup> OYEWÙMÍ, Oyèrónké. *A Invenção das Mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo 2021, p. 46. Edição original publicada em 1997 pela Universidade de Minnesota.

<sup>74</sup> “Fui forçada a mudar um outro viés com o qual comecei. (...) Comecei trabalhando com mulheres; terminei trabalhando com comerciantes”. ROBERTSON, apud. OYEWÙMÍ, p. 47.

binária, estrutural e rígida. No entanto, podemos pensar gênero como um dispositivo de poder e por isso mesmo elaborado por diferentes discursos e processos de subjetivação. Enquanto o clero tentava construir uma lógica específica, normativa e prescritiva de gênero, a experiência fora do clero era outra. Outra pelos significados atribuídos ao gênero, pelos papéis regulamentados por ele e pelos campos sociais que efetivamente gestava.

Autorizada a administrar as propriedades herdadas, isso não significou à Elizabeth Clere que não haveria dificuldades. Além das mobilizações de inquilinos para ampliar seus direitos, Clere esteve envolvida em outra disputa territorial menos de uma década depois. Em 1466, enviou uma carta para Margaret Paston solicitando documentos legais que serviriam de comprovação em um processo jurídico contra Ramsbury. John Paston I estaria arbitrando a disputa entre eles em relação a Freethorpe, motivo porque os documentos estariam sob cuidado de Margaret Paston. Segundo Clere, ela precisaria também de um livro referente às leis consuetudinárias manoriais de Ormesbury, uma escritura de Rainthorpe e documentos ligados a Claydon e Burgh.

Nessa carta, Elizabeth Clere indicou quais eram ao menos algumas de suas posses e a maneira com que se referiu a elas reforça nossa perspectiva de que sua autoridade não era questionada nesse sentido<sup>75</sup>. Ainda que estivesse disputando uma propriedade, esses tensionamentos não se davam exclusivamente por motivos de gênero. A trajetória de John Paston I e seus filhos mais velhos são um indício claro de que a delimitação de propriedades e transições legais era, como um todo, um processo difícil no período. Documentos eram perdidos, outros tinham uma procedência posta sob questão, mas isso não invalidava o direito de Elizabeth Clere como proprietária em geral. A disputa não nos parece sinalizar, de acordo com sua carta, a concepção de que como mulher ela deveria ser proibida de assumir terras.

Isso não significa, contudo, que as disputas judiciais não fossem marcadas por gênero – processo que não temos acesso pelas cartas da família Paston. Queremos apontar apenas que o conflito em torno da terra não tinha como ponto central e primeiro o fato de Elizabeth Clere ser uma mulher e, por *isso*, ilegítima como proprietária. De modo geral, os conflitos que atingiram mulheres viúvas como Lady Morley, Agnes Paston e Elizabeth Clere envolviam a extensão de sua autoridade diante das disputas generalizadas por terra. A própria estrutura jurídica garantia a elas que suas terras fossem preservadas (ainda que os limites disso fossem

---

<sup>75</sup> “(...) documents concerning my estates, which is to say Tacolneston, Therston, Rainthorpe, Rusteyns in Wymondham, Keswick and Stratton”. WATT, op. cit., 2004, p. 120.

tensionados). Ao mesmo tempo, é o silêncio em relação às marcas de gênero que chamam a atenção quando observamos a trajetória dessas viúvas. Não era incomum que mulheres reconhecessem sua posição de submissão e silenciamento na Inglaterra entre os séculos XIV e XV<sup>76</sup>, muitas vezes seguindo *tropos* de escrita nesse sentido, portanto a neutralização do gênero nessas passagens se destaca. Por que a condição de mulher não foi ressaltada por elas? Para responder a essa pergunta, é importante endereçarmos nosso olhar para suas contemporâneas casadas.

O caso de Margaret Paston, nesse sentido, é bastante distinto ao de suas familiares. Grande parte das cartas escritas por ela que se relacionam às questões proprietárias foram feitas ainda durante a vida de John Paston I, seu marido. Algumas, contudo, foram escritas após essa data (em 1466) quando seu primogênito assumiu o papel que até então estivera reservado ao pai. Essa condição distinta de Margaret Paston em relação ao matrimônio se refletiu na maneira com que apresentou sua posição de proprietária de terras.

### **A mulher casada e o acesso à propriedade:**

A situação legal das mulheres casadas no medievo era profundamente distinta de mulheres já viúvas. Enquanto as últimas dispunham de autonomia jurídica, aquelas que viviam em matrimônio estavam submetidas à autoridade dos seus maridos de acordo com as normas da *common law* inglesa. A partir do século XIII, se desenvolveu entre os juristas uma teoria de que na união conjugal homem e mulher se tornariam uma só carne. Isso significou, na prática, que juridicamente o esposo era o representante legal de ambos: “a esposa adotava o nome do marido e não era mais uma entidade legal”<sup>77</sup>, pontuou Caroline Barron a esse respeito. Trata-se da teoria chamada *femme sole* mencionada anteriormente.

Algumas propriedades eram de posse da esposa, como aquelas recebidas em dote no casamento (*maritagium*) e terras que herdasse de sua família. Sobre essas propriedades, a mulher tinha um espaço de negociação maior junto ao esposo, mas não o suficiente para constituir uma autoridade plena. Caroline Barron destacou como não era possível à mulher

---

<sup>76</sup> Obras escritas por mulheres como Margery Kempe e Julian de Norwich são exemplos disso. Ambas viveram na região de Norfolk, em que estava a família Paston, e escreveram livros sobre suas trajetórias religiosas. Em ambos os casos, as autoras instrumentalizam suas condições de gênero na obra como estratégia de elaboração de autoria própria. O recurso estava relacionado ao *tropos* de humildade e não impediu que elas fizessem exatamente o que não cabia às mulheres, falar publicamente sobre Deus. Nesse ponto, reforçaram o gênero como estratégia para abrir espaços de enunciação. No caso das mulheres Pastons, o gênero é diretamente omitido.

<sup>77</sup> BARRON, op. cit., 2017.

casada agir de forma independente do marido, podendo ter apenas um poder de veto nas decisões sobre seu dote ou herança. Quanto aos bens móveis, a *common law* estipulava que ficariam sob controle total do marido e eram redistribuídos em uma terça parte para a esposa apenas quando esta se tornasse viúva.

Embora as teorias de direito indicassem uma submissão, isso não significou que costumes locais não alterassem a rigidez da norma ou que ela fosse aplicada de forma homogênea tanto nas cidades quanto no campo. O pesquisador Matthew Stevens, por exemplo, demonstrou como na cidade de Londres a *common law* foi adaptada aos costumes locais observados no *Liber Albus* compilado em 1419 por John Carpenter<sup>78</sup>. A adaptação da lei aos costumes senhoriais locais era sobretudo importante fora dos espaços urbanos, como o caso da família Paston.

A análise de Stevens teve como ponto de partida um debate historiográfico específico e que respondia à pesquisadora Caroline Barron, citada anteriormente. Barron fez análises importantes sobre o papel da mulher em relação à posse de terras na Inglaterra, mas propôs uma perspectiva da qual Stevens buscou se afastar e com a qual também não concordamos. A pesquisadora defendeu a existência de uma “era de ouro” para as mulheres após a peste bubônica entre 1348 e 1349 na Inglaterra. A peste, em sua perspectiva, teria gerado um vácuo de mão de obra graças ao declínio demográfico, abrindo espaço para que as mulheres encontrassem trabalhos assalariados, aumentando seu papel econômico e ao mesmo tempo social na comunidade inglesa<sup>79</sup>.

Matthew Stevens, aproximando-se de Judith Bennett, nega esse momento dourado e adota uma perspectiva mais pessimista em relação ao debate. Longe de uma melhoria na condição das mulheres após o século XIV, defende um aprofundamento das normas de gênero, adotando o conceito de patriarcado para sublinhar sua posição. Nesse ponto, também discordamos de Stevens e partimos de um marco teórico importante para essa discordância: o próprio conceito de patriarcado.

---

<sup>78</sup> O *Liber Albus* é um documento de referência importante para se pensar nas práticas jurídicas inglesas. Sua compilação foi feita pensando no período de governo do prefeito Richard Whittington, servindo também como ferramenta para construir uma imagem específica dos costumes em Londres. É nele, por exemplo, que aparece descrita a prática de punir as mulheres com o uso do *scold's bridle*, um mecanismo de ferro colocado sobre a boca da condenada, muitas vezes com um ferro dentro que a impedia de falar. Já mencionamos sobre essa prática em outros trabalhos e sua relação com o gênero na medida em que a punição era aconselhada para crimes cometidos especificamente por mulheres. Ver: STEVENS, op. cit., 2012. Também ver BODDEN, op. cit., 2011.

<sup>79</sup> BARRON, op. cit., 2017; STEVENS, op. cit., 2012. Stevens apontou a pesquisa também de Jeremy Goldberg em uma linha similar à Barron, demonstrando como em Yorkshire as oportunidades de trabalho para mulheres solteiras permitiram que elas adiassem ou evitassem até mesmo o casamento.



A crítica que precisamos pontuar já foi feita por outras pesquisadoras feministas, inclusive por Oyewùmí já mencionada nesse capítulo. Trata-se de uma crítica à universalização das lógicas de violência masculina, sua homogeneização e naturalização. “Patriarcado” é um conceito que, muitas vezes, pressupõe um regime absoluto de violência contra a mulher e de submissão dela ao homem, o que ignora as nuances que nós pretendemos apontar sobre gênero nessa pesquisa. Em seu estudo sobre a situação social-jurídica e econômica das mulheres em Londres, Stevens afirmou que análises quantitativas apontam para esse estreitamento mencionando inclusive uma “intensificação de longo prazo do patriarcado”<sup>80</sup> o que pode sugerir uma violência de gênero atemporal e quase teleológica, como se houvesse uma linha inevitável e intensificada de violência.

Compreendemos que as relações de poder e gênero no medievo se afastam de ambas as perspectivas. Uma era dourada é ponto constante de crítica pela historiografia, o que é justificável pois nos parece insuficiente para dar conta do período e reflete mais uma expectativa de pesquisadoras/es do que algo verificável na documentação. Acreditamos nesse ponto, pois a posição social ligada ao gênero poderia variar diante de inúmeras circunstâncias, considerando o estatuto matrimonial dos envolvidos, a região em que estão, sua posição social e assim por diante.

Ao mesmo tempo, um olhar idealizado sobre as mulheres no medievo parece ter sido mobilizado pela historiografia para aprofundar a violência de gênero no início da Idade Moderna. É o caso da obra *Calibã e a Bruxa* de Silvia Federici<sup>81</sup>. Embora traga reflexões importantes sobre a mão de obra não-remunerada de mulheres como forma acumulação primitiva de capital, Federici busca no período medieval uma força feminina e camponesa que não se reflete nas pesquisas. Esse olhar parece servir ao propósito de apontar para uma definitiva piora no quadro das relações de gênero com a introdução do capitalismo. Em outras palavras, a pesquisadora busca nos séculos XIV e XV uma força política feminina que teria sido assolada com a introdução de lógicas de mercado. Se Federici está correta em observar a violência contra mulheres a partir do século XVI, sobretudo com a perseguição às bruxas, exagera a situação positiva dessas personagens ainda no período medieval.:

“A luta contra o poder feudal produziu também as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer

---

<sup>80</sup> “a long term intensification of patriarchy” (STEVENS, op. cit., 2012, p. 70)

<sup>81</sup> FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017. Publicação original de 2004.

relações mais igualitárias entre mulheres e homens (...) uma poderosa alternativa não só ao feudalismo, mas também à ordem capitalista”<sup>82</sup>.

Nesse trecho, é evidente o esforço de Federici por vincular igualdade de gênero no medievo ao endurecimento dessas relações no capitalismo. Na sequência de seu argumento, afirma que a divisão sexual do trabalho “constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres”<sup>83</sup>, apontando como as atividades domésticas não eram desvalorizadas e não indicavam relações sociais distintas das masculinas. Apesar de uma defesa impactante sobre as dinâmicas de gênero no medievo, Federici também não aponta a partir de quais fenômenos pôde chegar a essa conclusão além de revoltas generalizadas de servos. A cooperação das atividades entre mulheres, para a pesquisadora, parece suficiente para argumentar uma sociabilidade protetora e um lugar seguro a elas.

Ainda que de fato existissem redes de sociabilidade femininas muito bem apontadas pela medievalística<sup>84</sup>, isso não significa que existiu uma condição social intrinsecamente melhor às mulheres diante desses laços. É preciso cuidado para não distorcer as relações de gênero no século XV tendo como olhar o século XVI, ou atribuíremos ao período características incondizentes com o que observamos nas documentações. Embora mulheres tivessem espaços de agência e de negociação, não podemos imaginar que as relações de poder eram superficiais ou mesmo inexistentes. A definição do que cabia ao feminino e ao masculino não era simples ou universal, mas mesmo que disputadas constantemente as normas estavam sendo sugeridas. Em outras palavras, quando destacamos a subjetividade de mulheres e suas possibilidades de atuação, não podemos negar que existiam limitações estipuladas a elas – como também aos homens, a depender do lugar social que ocupavam. O aspecto normativo e prescritivo de gênero não era inexistente no século XV.

Por outro lado, também não concordamos com a perspectiva patriarcal de Matthew Stevens. Entendemos que o conceito de patriarcado é pouco frutífero para análises de gênero, tendo sido criticado por seu eurocentrismo evidente. Contudo, nem mesmo na Europa as relações de gênero foram tão lineares e binárias como o conceito supõe, o que significa que ele não nos permite abordar os campos possíveis de negociação, distensão e ruptura. Do contrário,

---

<sup>82</sup> FEDERICI, op. cit., 2017, p. 45.

<sup>83</sup> Ibid., p. 53.

<sup>84</sup> Ver GARI, Blanca (Ed.). *Redes femeninas: de promoción espiritual em los Reinos Peninsulares (s. XIII-XVI)*. Roma: Viella, 2013.

abre espaço apenas para uma lógica de poder vertical e hierárquico, incoerente com nossa perspectiva de poder múltiplo e multidirecional<sup>85</sup>.

Desse modo, não é possível falar nem em um período de ouro para as mulheres no século XV, nem de um aprofundamento da violência patriarcal como se não existissem possibilidades múltiplas de relações entre feminilidades e masculinidades. Tentar reduzir essas construções a um espectro ou outro é limitar nossa análise, podendo levar a perspectivas superficiais ou simplificadoras do período.

Ainda assim, as análises de Matthew Stevens trazem aspectos importantes para entendermos os acessos possíveis de mulheres casadas à propriedade. Uma das críticas de Stevens à Caroline Barron foi a associação feita entre uma melhoria da situação econômica das mulheres e uma melhoria social, como se os dois aspectos estivessem necessariamente interligados. Stevens demonstrou como, embora tenha havido uma maior participação das mulheres na economia londrina, esse movimento não foi acompanhado por uma maior autonomia jurídica. Ao contrário, entre o século XIV e o século XV teria havido uma diminuição nos casos de mulheres litigantes em Londres.

Essa análise nos interessa sobretudo porque os casos de litígio estavam relacionados a disputas de propriedade e porque apontam para o uso das cortes como instrumento de negociação (ou seu oposto, a impossibilidade de acessá-lo).

Matthew Stevens indicou diversas obras que sugerem, além de sua pesquisa, para esse declínio de mulheres litigantes nas cortes, sobretudo em questões econômicas. Existiam duas cortes mais acessadas na cidade de Londres, em primeiro lugar a corte do xerife da cidade (que exigia menos custos e por isso era mais acessada pelas camadas mais baixas) seguido pela corte da *Common Pleas* (mais cara e restrita às camadas mais altas)<sup>86</sup>. Os documentos que sobreviveram dessas cortes são limitados: Stevens acessou em torno de apenas 10% dos documentos sobre litígios produzidos na corte do xerife entre 1461 e 1462. Esse ponto é importante para entendermos que suas conclusões são limitadas ao número de documentos e que, portanto, as porcentagens com as quais trabalha poderiam ter variado no conjunto total de litígios<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

<sup>86</sup> Stevens aponta também para a corte do prefeito e a corte de Hustings, ambas na Guildhall, sendo a última dividida em *pleas of land* (apelos sobre a terra) e *common pleas* (apelos comuns). STEVENS, op. cit., 2012.

<sup>87</sup> Outro aspecto com o qual precisamos tomar cuidado com a análise do pesquisador foi a opção por avaliar as cortes de xerife, identificadas por ele mesmo como acessadas principalmente pelas camadas sociais mais baixas. Os Pastons, como parte da *gentry*, estiveram envolvidos nas cortes senhoriais. Embora o pesquisador aponte que

Apesar disso, parece haver uma tendência observável nas cortes de xerifes de Londres (e de outras cidades maiores da Inglaterra) do declínio de mulheres litigantes entre 1320 e 1461-1462<sup>88</sup>. A explicação para isso estaria diretamente ligada às dinâmicas do direito comum e dos costumes locais da cidade.

No século XIV, Stevens observou um número de casos maior em que as mulheres apareciam como co-litigantes nos processos jurídicos, junto dos maridos. Em alguns casos, quando o marido não poderia comparecer à corte, era até mesmo permitido que as mulheres respondessem sozinhas. Haveria uma atitude permissiva na corte londrina, podendo até mesmo adotar o *come femme sole*: costume segundo o qual a mulher poderia ser legalmente autônoma quanto a questões financeiras e jurídicas (que não era a prática mais comum<sup>89</sup>).

Essas possibilidades presentes no século XIV se afastavam da lógica do *femme covert* estipulado pelo direito comum, em que as mulheres deveriam entrar com processo apenas sob nome do marido. Era possível até mesmo anular uma acusação caso fosse documentado em nome do marido e da esposa. A mudança para o século XV deu-se exatamente no emprego mais intensivo da *common law* e conseqüentemente do *femme covert* nas cortes inglesas.

Para Stevens,

“Se mulheres londrinas experimentaram uma modesta Era de Ouro em oportunidades econômicas nas décadas após 1348-1349, estas foram contrabalanceadas por uma deterioração geral de sua capacidade para entrar em disputas nas cortes de forma independente ou como co-litigantes junto a homens, tendência provavelmente espelhada ao longo da Inglaterra”<sup>90</sup>.

A despeito de seu debate com Barron, interessa-nos observar que houve um declínio de processos jurídicos mobilizados por mulheres casadas na Inglaterra do século XV<sup>91</sup>. Esse aspecto é importante, pois nos ajuda a compreender sob quais dinâmicas Margaret Paston estava inserida ao pensarmos em sua relação com as propriedades e com o direito inglês. Em diversos momentos, foi preciso mobilizar recursos para proteger as propriedades da família

---

a tendência observada em Londres não era exclusiva da cidade, é preciso considerarmos que esses números possivelmente apresentam alguma variação quando transportados para o campo e para proprietários de terras.

<sup>88</sup> Stevens sugere uma queda de 29% dos casos para 18% no século XV.

<sup>89</sup> “Nevertheless, the women most regularly appearing before the Sheriffs’ Court in 1320 were wives acting jointly with their husbands, not women trading *sole*, contrary to the common law restrictions of coverture, which, in most instances, invalidated actions of debt brought jointly by husband and wife”. Ver: STEVENS, op. cit., 2012, p. 76.

<sup>90</sup> “If London women experienced a modest Golden Age of economic opportunity in the decades after 1348–1349, it was offset by a general deterioration in their capacity to settle their disputes through the courts independently or as co-litigants with men, a trend that was probably mirrored throughout England.” (Ibid., p. 83).

<sup>91</sup> Mesmo as mulheres que conseguiram entrar com processos nas cortes de xerife eram mulheres cujas redes sociais e redes de conexão eram amplas o bastante para permitir esse tipo de movimento. Ibid.

entendendo que o uso da corte por si mesma não era mais uma possibilidade. Os Pastons, envolvidos diretamente com profissões jurídicas, sabiam quais recursos poderiam utilizar em termos de jurisdição e até onde as mulheres da família poderiam atuar segundo as normas do direito comum. Enfim, tanto em relação às propriedades quanto aos litígios jurídicos, mulheres casadas não tinham as mesmas possibilidades de atuação do que suas contemporâneas viúvas. Esse aspecto é perceptível quando analisamos as cartas de Margaret e de Agnes Paston, contrastando suas perspectivas e possibilidades de atuação sobre as propriedades familiares. Por esse motivo, precisamos compreender como Margaret Paston, uma mulher casada durante grande parte da produção de suas cartas, lidou com a posse sobre as terras.

É preciso lembrar, primeiramente, que Margaret foi quem mais produziu cartas do acervo a que hoje temos acesso. Isso significa que a diversidade de produção é maior do que as demais, o que nos possibilita avaliar as diversas ocasiões em que foi necessária à administração das propriedades. Sua atuação, nesse sentido, deu-se de diversas maneiras: negociou em nome do marido, mobilizou documentações das propriedades disputadas, recorreu em processos jurídicos ou cortes senhoriais, centralizou as questões administrativas durante a prisão de John I, aconselhou seus familiares e sugeriu até mesmo recorrer ao rei inglês quando os conflitos se tornaram mais difíceis. O papel de Margaret Paston como mediadora de conflitos não foi exclusivo às questões proprietárias, mas foi em especial diante desse aspecto que precisou recorrer a diferentes mecanismos para legitimar a posse dos Pastons ou garantir o controle sobre as terras.

A respeito dos diferentes mecanismos utilizados por ela, podemos destacar pelo menos dois grandes eixos: momentos em que se submeteu à autoridade imediata do marido e momentos em que fez uso de certo grau de autonomia para conduzir os negócios. É uma relação diferente do que estabelece com seus filhos John Paston II e John Paston III após a morte do marido, em que suas cartas se dividiram em momentos de aconselhamento e de repreensão – sobretudo direcionada ao primogênito.

Na carta de 28 de fevereiro de 1449, por exemplo, Margaret precisou fugir para Norwich diante de ameaças contra sua vida. Segundo o documento, Lorde Moleyns (adversário da família) teria planos de mantê-la encarcerada para forçar John Paston I a negociar com ele, ambos em disputa pela propriedade de Gresham na ocasião. No ano anterior, em 1448, Margaret já havia sofrido um cerco quando estava em Gresham organizado pelo mesmo Lorde

Moleyns, quando precisou solicitar arcos, bestas e jaquetas de couro ao marido para que pudessem defender a propriedade – sem sucesso.

A carta de 1449 começou com Margaret se desculpando pela decisão de sair da propriedade em que estava, muito próxima a Gresham para sua segurança:

“meu mais honrado marido, mando lembranças a você (...) pedindo que não fique descontente porque saí da casa em que você havia me deixado, pois, dou minha palavra, tais notícias foram trazidas a mim por várias pessoas que desejam bem a você e a mim que não ousei permanecer lá por mais tempo”<sup>92</sup>.

Já nas primeiras linhas, estabeleceu o tom do restante da carta com uma postura de submissão à autoridade de John Paston I ao justificar sua decisão. Adiante, contou como Agnes Paston, sua sogra, foi quem havia lhe ajudado a se estabelecer em Norwich e pediu ao marido: “mande-me através do portador da carta como você quer que eu proceda”<sup>93</sup>. No parágrafo seguinte, aconselhou o marido a ter cuidado com os homens de Lorde Moleyns, sem comer ou beber com eles e que ficasse atento ao comer e beber com qualquer outra pessoa – sugerindo uma possível tentativa de assassiná-lo. A abordagem de Margaret Paston refletiu em grande medida seu papel em relação ao esposo e às questões familiares. Embora tenha aparecido como alguém capaz de fornecer conselhos e conhecer bem as relações de poder entre o marido e seus opositores (portanto, inteirada das dinâmicas de disputa em torno das propriedades), a decisão final caberia a ele. Margaret estava ciente o bastante de como as disputas políticas por propriedade aconteciam e até mesmo até onde Lorde Moleyns iria para manter Gresham sob sua posse, mas as determinações de como proceder ainda cabiam, em última instância, ao marido – e ela se certificou em afirmar que não era caso de insubordinação, mas uma emergência.

É preciso lembrar aqui que uma das acusações feitas contra mulheres era a tentativa de inverter os papéis naturais de gênero. Textos eclesiásticos sugeriam que, através das palavras ou de sortilégios, mulheres tentavam subverter a autoridade do marido para adquirir controle sobre ele. Esse lugar-comum sobre o feminino foi respondido muitas vezes com o esforço de mulheres em garantir que não tentavam usurpar um poder que não cabia a elas – mesmo quando, na prática, o fizessem. No caso de Margaret, a submissão às diretrizes do marido precisa ser avaliada compreendendo essas dinâmicas de gênero.

---

<sup>92</sup> “Ryt wurchypful hosbond, I recommawnd me to 3ou (...) be-seching 3ou þat 3e be not displesyd þow I be com fro þat place þat 3e left me in for be my trowth þer were browth me seche tydyngys be dyuerys personys qhiche ben 3owre wele-willerys and myn þat I durst no lengere abyd there”. Carta de 28 de fevereiro de 1449. Disponível em < <https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.9?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 31 de out. 2021. Ver WATT, op. cit., 2004, p. 56

<sup>93</sup> “I pray 3ou send me word be þe brynger of þis how 3e wil þat I be demenyd”. Ibid.

Foi essa mesma postura que adotou em uma carta escrita anos depois, em 20 de maio de 1465. Margaret havia sido firme com os inquilinos em relação à cobrança de taxas, como cabia a ela ser. Contou no documento como havia apreendido gado dos inquilinos, afirmando que os devolveria se eles pagassem as taxas que deviam. Se não tivessem dinheiro suficiente, deveriam dar alguma garantia que os comprometesse a pagar o restante. O comprometimento estaria em relação a John Paston, não à Margaret, como ela mesma pontuou na carta. Como os inquilinos estavam sem dinheiro, Margaret manteve o gado consigo. No entanto, os mesmos sujeitos teriam sido ameaçados por Harleston, que servia ao duque de Suffolk (na ocasião, em disputa por terras com os Pastons). Harleston teria amedrontado os inquilinos para que não pagassem nada a John I a tal ponto que de fato não pagaram. Harleston teria ido até Margaret na propriedade de Hellesdon, requisitando que ela devolvesse o gado tomado e que, se o fizesse, ele devolveria a propriedade que havia capturado dos inquilinos de John Paston – posse que teria estado na área territorial do duque.

Segundo a carta, “falei que não os devolveria e disse a eles que os teriam de volta nos termos que você [John I] escreveu previamente, do contrário não”<sup>94</sup> exceto em um devido processo legal, acrescentou. Posteriormente, um documento foi feito sob nome de Harleston, como representante do ducado, dizendo que os animais teriam sido tomados das terras do duque. Novamente, Margaret se recusou a retornar os animais sem antes ter confirmado a verdade disso com os inquilinos. Apenas dois teriam confirmado a versão de Harleston embora, acrescentou ela, nenhum deles pudesse comprovar o fato. O caso foi apenas resolvido quando dois homens trouxeram um documento com o selo do xerife<sup>95</sup> requisitando o retorno do gado apreendido em Drayton.

É notável como Margaret foi quem administrou o pagamento de impostos dos inquilinos e arranjou mecanismos para garantir o pagamento. Foi também ela quem respondeu diretamente a outras autoridades, como o xerife ou homens a mando do duque e quem enviou seus próprios homens para investigar as ocorrências. Nesse ponto, suas atividades foram de plena administração das propriedades sob seus cuidados. Contudo, e diferentemente de Agnes Paston ou de Elizabeth Clere, era a palavra final de John Paston I que se sobrepunha a sua. É por isso que Margaret teve o cuidado de informar seu marido das decisões tomadas e de como

---

<sup>94</sup> “And I seyde I wold not delyuer hem soo, and told hem that I wold delyuer hem as ye wryten a-fore, and othere wyse not”. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.59?rgn=div2;view=fulltext>>. Ver WATT, op. cit., 2004, p. 76.

<sup>95</sup> O documento chama-se *replevin*, uma forma de requisição legal utilizada pela *common law* especificamente para casos de propriedades que deveriam ser devolvidas por algum equívoco cometido.

havia insistido o quanto pôde em fazer cumprir seu desejo - “nós debatemos várias outras questões naquele momento que levariam muito tempo para escrever a você agora, mas que será informado em breve”<sup>96</sup>. A extensão da carta é um indício de como Margaret tentava comprovar que havia feito o máximo possível em seu nome.

O cuidado em deixá-lo a par de suas movimentações era importante à Margaret por entender que, em termos legais, ela cuidava das terras *em nome* do marido. Servia como uma representante das vontades dele, mesmo que na prática mobilizasse diversos recursos para fazer sua autoridade ser reconhecida. Em outras palavras, usou homens sob seu comando para apreender o gado e investigar as demandas do duque, mas não atribuiu a essas movimentações uma autoridade própria. Nesse ponto, é interessante pensarmos no termo *representação* para o papel desempenhado por Margaret. Essa palavra traz um valor duplo de ausência-presença na medida em que torna presente algo que está necessariamente ausente através de um outro. Margaret Paston viu a si mesma como alguém que investida de uma autoridade que não era sua e, por isso mesmo, presente-ausente. Esteve imbuída com a autoridade do marido e não fez mais do que se valer da vontade dele – mesmo que em todo o processo tivesse tomado decisões por conta própria, sobretudo quando não devolveu o gado solicitado nem pelos inquilinos, nem por Harleston.

Agir em nome de John foi o que sinalizou também em uma carta de 15 de fevereiro de 1449, logo após ter sido expulsa de Gresham e buscado refúgio em Sustead. Na ocasião, teria solicitado que uma das mulheres que trabalhavam para a família fosse até um tal de Barow (a mulher, Katherine, teria sido enviada porque Margaret não tinha um homem que pudesse fazê-lo, segundo a carta). Após a visita, o próprio Barow teria ido até a propriedade em que Margaret Paston estava para falar diretamente com ela sobre os conflitos iniciados desde a tomada de Gresham pelo Lorde Moleyns. O primeiro indício de sua posição diante do marido se deu quando justificou o motivo por que deixou Barow do lado de fora dos portões ao invés de convidá-lo para entrar:

“eu fui até eles e conversei lá fora, pedindo para que me desculpassem por não convidá-los para entrar na propriedade. Disse que, porque eles não tinham boa vontade para com o senhor da casa, [então] eu não me encarregaria de admiti-los à presença da senhora. Eles disseram que agi bem”<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> “And othere comynycacyon was had by-twene vs at that tyme of dyuers maters whych were to long to wryte at thys tyme, but ye shall haue knowlych therof in hast.” Ibid.

<sup>97</sup> “I kam owth to hem and spak wyth hem wyth-owt, and prayid hem þat þey wold hold me exkused þat I browth hem not in to þe plase. I seyde in as meche as þei were nott wele- wylling to þe godeman of þe plase I wold not take it up-on me to bryng hem in to þe jantylwoman. þey seyde I dede þe best”. Carta de 15 de fevereiro de 1449.



A lealdade de Margaret Paston ao marido foi também um posicionamento claro em relação às alianças sociais da família. É interessante, contudo, que embora a justificativa seja a ameaça que eles representavam ao marido, Margaret colocou a si mesma como uma equivalente a John nesse caso em específico. Sua justificativa para não deixá-los entrar não foi porque o marido a havia proibido, mas porque se não desejavam seu bem, como poderia estar segura com eles? Não apenas o mesmo mal que poderiam fazer a John I, poderiam fazer a ela, como também haviam ferido o prestígio local da família como um todo. Foi o que sugeriu também quando, já ao final da carta, contou como Barow teria oferecido servir a ela no que pudesse e que a daria tudo o que estivesse ao seu alcance. A resposta de Margaret foi: “quanto ao tipo de serviços que eles haviam realizado para você [seu marido] e para mim, eu não queria que fizessem mais nada, nem para você nem para mim”<sup>98</sup>.

Nesse ponto, podemos destacar alguns aspectos importantes: Margaret entendia como a autoridade maior era a de seu esposo, mas em algumas ocasiões pensou a si mesma como uma colaboradora de John Paston I mais do que uma simples subordinada. Margaret não tratou das propriedades como suas, ao menos nessas cartas, mas deixou entrever seu lugar de atuação na família. Nesse ponto, a existência de funcionários submetidos a John I e outros à Margaret Paston sugere também lugares de autoridade distintos a cada um. Isso nos leva a outro ponto importante que é a clara concepção de Margaret enquanto alguém distinto do marido. Sua identidade não desaparece no matrimônio, nem na autoridade de John Paston I, como se fosse possível diluir-se no esposo - o que a lei de *coverture* sugeria juridicamente. Parece-nos evidente que não havia uma dissolução de si no outro, aspecto fundamental para entendermos como essas mulheres construíram seus lugares de atuação no mundo. Desse modo, a ideia de “representação” torna-se muito mais frágil.

A carta segue contando sobre como Barow garantiu que não feriria nenhum dos homens de Margaret, mas ela foi bastante clara em dizer ao marido que não confiava na palavra do homem que já havia mentido antes<sup>99</sup>. Ainda assim, o texto deu sequência ao diálogo entre os dois e apontou como Barow mesmo já teria perdido terras para um senhor, mas que não guardava rancor dele porque sabia ter sido mal aconselhado. Nesse ponto, Margaret adotou um posicionamento marcado de forma incisiva na carta:

---

Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.8?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 31 out. 2021. Ver WATT, op. cit., p. 54

<sup>98</sup> “I seyde to hem, as for seche servys as þey hadde do to 3ow and to me I desyre nomore þat þei xuld do noþer to 3ow ner to me”. Ibid.

<sup>99</sup> “Nevere lese I trest not to here promese in as meche as I fend hem on-trew in oþer thyngys”. Ibid.

Eu disse a ele que sabia muito bem que ele [lorde Moleyns] não empreendeu o cerco através de alguma reivindicação de direito à propriedade de Gresham, mas apenas por causa do conselho de um vilão desonesto<sup>100</sup>.

Esse é um trecho particularmente importante, pois oferece indícios de que Margaret Paston estava a par da legitimidade de reivindicação das propriedades da família. Em outras palavras, estava em algum grau familiarizada com o que seria legítimo ou não em relação à posse de terras – e que nesse caso lorde Moleyns não tinha qualquer reivindicação legal ou autêntica a fazer. Ao mesmo tempo, evidenciava a desonestidade das investidas do seu adversário, recurso importante para reforçar os interesses da própria família.

Nessa mesma carta, Barow teria afirmado que Margaret poderia ter o que quisesse da propriedade de Gresham, a que foi respondido: “falei a eles, quanto aos serviços que haviam prestado para você e para mim, eu não desejava mais que o fizessem, nem para você nem para mim (...) se eu pudesse ter o que desejo, não teria deixado a casa nem as posses dentro dela”<sup>101</sup>. A marca de individualidade reforça, nesse ponto, a lógica de Margaret Paston como uma co-proprietária, mais do que apenas uma representante dos interesses do marido.

Nesse ponto, é destacamos como a pesquisadora Jennifer Douglas analisou as cartas produzidas por Margaret Paston. Em primeiro lugar, apontou como o objetivo das cartas era, de maneira em geral, deixar seus familiares a par das alianças com as quais poderiam contar e quais ameaças deveriam evitar. No texto, fez referência a outra pesquisa que sugere como as cartas de Margaret poderiam ser também uma forma de comprovar sua eficácia enquanto esposa ao cumprir as tarefas designadas a ela. O ponto central nos argumentos de Douglas gira em torno do que chamou de “textualização de sua afirmação pública”<sup>102</sup>. Margaret Paston teria usado as cartas para os familiares como uma ferramenta para afirmar o poder e os interesses da família. Mais do que documentos que apenas *reportavam* coisas, eles serviriam para criar uma imagem sólida em torno dos Pastons. Seriam, nesse sentido, uma forma de legitimar também suas reivindicações pelas propriedades e a vilania dos adversários.

---

<sup>100</sup> “And I seyde to hym in lyke wyse is þe mater be-twyx þe Lord Moleynys and 3ou: I told hym I wost wele he sett neuer þer-vp-on be no tytyl of ryt3 þat he hadde to þe maner of Gressam, but only be þe informacion of a fals schrew.” Ibid.

<sup>101</sup> “I seyde to hem, as for seche servys as þey hadde do to 3ow and to me I desyre nomore þat þei xuld do noþer to 3ow ner to me (...) I seyde nay, if I myt3 an had my desyre I xuld noþer a departid owth of þe place nere from þe stuff þat was þer-in”. Ibid. Ver WATT, op. cit., 2004, p. 55.

<sup>102</sup> DOUGLAS, Jennifer. “‘Kepe wysly youre wrytyngys’: Margaret Paston’s Fifteenth-Century Letters”. *Libraries & the Cultural Record*, v. 44, n. 1, 2009, pp. 29-49.

Disse Douglas que “Margaret também usou suas cartas para contrapor-se às fofocas locais ou *noyse* e estabelecer um ‘registro verdadeiro’ dos eventos e conversações”<sup>103</sup>. Haveria, nesse sentido, o que a pesquisadora considerou como um esforço *consciente* em eleger para a família argumentos favoráveis.

É difícil saber em que extensão as cartas foram escritas para um olhar externo de fato, mas alguns indícios das próprias cartas sugerem que Douglas não estaria muito longe em sua análise. Agnes Paston instruiu os filhos a guardarem documentos importantes como William I fazia e Margaret Paston ofereceu conselho semelhante a John Paston II após a morte de seu pai. Elas sabiam, portanto, que cercar-se de documentos escritos era uma ferramenta importante na questão proprietária e é possível que a escrita das cartas fosse um reflexo disso. Não quer dizer, nesse sentido, que as cartas foram elaboradas como forma exclusiva de propaganda de si, mas que podem ter intensificado o juízo feito sobre os adversários da família para reforçar argumentos. Para solidificar sua defesa, Douglas apontou como as cartas de fato eram usadas para estabelecer e manter direitos legais e poderiam ser usadas como evidências jurídicas. Compreendendo a proximidade da família ao direito comum inglês, não seria surpreendente que eles estivessem adaptados a esse tipo de prática – inclusive as mulheres da família<sup>104</sup>.

Quando Margaret Paston construiu em sua carta as incoerências de seus adversários e a ilegitimidade de suas ações, poderia tê-lo feito como uma estratégia para reforçar o direito legal de sua família à Gresham, por exemplo. Ao dizer que o *seu* desejo era ter continuado na casa junto de suas posses, Margaret estava se envolvendo ativamente na disputa pela propriedade e reconhecendo que a vontade de posse sob Gresham era também sua.

Na medida em que consideramos a possibilidade de as cartas serem escritas como recurso de poder, isso torna o papel de Margaret profundamente distinto do que apenas de uma preceptora das vontades de John Paston. Ela não entendia a si mesma como principal autoridade sobre as terras como suas contemporâneas viúvas, mas isso não significou na trajetória de Margaret uma passividade silenciosa. Do contrário, ela foi fundamental para as disputas em relação à terra e a construção elaborada por ela dos adversários instituiu sobre eles uma má-

---

<sup>103</sup> “Margaret also used her letters to conter local gossip or ‘noyse’ and to establish a ‘true record’ of events and conversations” (Ibid., p. 41). Enquanto Rebecca Krug, mencionada por ela, focava em John Paston I como o principal receptor das cartas e por isso Margaret tentava provar-se a ele como boa esposa, Douglas reforça os usos da carta para um público muito mais amplo.

<sup>104</sup> A composição de coleções de cartas tinha sobretudo esse papel de preservar os documentos para a posteridade, fazendo seleções do que interessavam ou não preservar. Julian Haseldine chegou a apontar como, no meio eclesiástico, as cartas eram tão importantes que o próprio documento poderia ser considerado um presente – daí entendidas como sendo largamente públicas e performativas. VER: HADLEY, op. cit., 1999.

fama necessária. Não somente, foi responsável direta pela reunião de diversos documentos legais que pudessem atestar o direito dos Pastons sobre as propriedades.

### **Domínio de ferramentas jurídicas entre mulheres Paston para proteção e manutenção das propriedades**

A importância do domínio legal e documental sobre as propriedades aparece na carta de 1455 endereçada por Agnes Paston ao filho Edmond, aconselhando-o a conhecer a lei para que pudesse defender a si mesmo<sup>105</sup>. Ainda, em 1466 Margaret escreveu um texto semelhante para o primogênito John Paston II, como mencionado anteriormente, sobre a preservação de documentos comprobatórios:

Aconselho-o a ser sempre cuidadoso em guardar seus documentos importantes de forma sábia, de modo que não caiam nas mãos daqueles que poderiam feri-lo no futuro. Seu pai, que Deus o absolva, em seu período de turbulência, deu mais importância a seus documentos e escrituras do que a qualquer um de seus bens móveis<sup>106</sup>.

Esses momentos indicam a compreensão que tinham em relação ao processo jurídico envolvendo suas propriedades e, sobretudo, o testemunho que certos documentos poderiam preservar. Na carta, Margaret referiu-se principalmente a títulos de propriedade e similares, mas é possível que, ao escrever em suas cartas a existência de tais documentos, estivesse reforçando um provável caso legal.

Ao envolver-se na busca pela documentação e na construção de legitimidade da causa, Margaret apresentou-se muito mais como uma parceira do marido na prosperidade da família do que algumas cartas deixam entrever. É possível pensarmos, nesse sentido, sobre em que medida a submissão de Margaret às vontades do esposo não era também uma formalidade, mais do que sua percepção rotineira. Como apontamos anteriormente, as epístolas na Idade Média eram escritas de acordo com regras bastante estritas de apresentação e estruturação do tema. Por exemplo, a *salutatio* era fundamental ao começar uma carta, o que percebemos toda vez que Margaret iniciou sua escrita com “querido marido, recomendo-me a você”, em geral

---

<sup>105</sup> “To myn welbelouid sone I grete yow wel, and avyse yow to thynkke onis of the daie of yowre fadris counseyle to lerne the lawe; for he seyde manie tymis that ho so euer schuld dwelle at Paston schulde have nede to conne defende hymselfe”. Carta de 02 de abril de 1455. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:2.2?rgn=div2;view=fulltext>> Acesso em 07 nov. 2021. Ver também WATT, op. cit., 2004, p. 24.

<sup>106</sup> “I avyse you for to be ware that ye kepe wysly youre wrytyngys that ben of charge, that it com not in here handys that may hurt you hereafter. Youre fadere, wham God assole, in hys trobyll seson set more by hys wrytyngys and evydens than he dede by any of his moveabell godys”. Carta de 29 de outubro de 1466. Disponível em < <https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.75?rgn=div2;view=fulltext> > Acesso em 07 nov. 2021. Ver também WATT, p. 91

seguida de “desejando saber de seu bem-estar”. Jennifer Douglas apontou como uma das estruturas desse tipo de documento era a *benevolentiae captatio*, frases padronizadas que tinham como objetivo garantir a boa vontade do receptor. Eram estruturas elogiosas e palavras de respeito que tentavam, de início, contar com uma postura favorável a si e à sua demanda em relação ao receptor.

Como uma mulher casada, Margaret pareceu reconhecer a necessidade de ser autorizada pelo marido em diversos momentos de sua atuação. Por isso, recorreu a ele e até mesmo se desculpou quando foi preciso agir antes da validação do esposo. Isso não significa, contudo, que a autorização de John Paston I não fosse muito mais formal do que real. Não pretendemos afirmar que as mulheres tinham ampla liberdade de ação e que a autorização marital fosse apenas um teatro, mas que em certos níveis a submissão ao marido não correspondia às ações dessas mulheres e que sequer seriam vantajosas para a família. Se Margaret esperasse consistentemente todas as ordens vindas de seu marido, talvez tivesse perdido posse de Gresham muito antes – já que em uma das cartas solicitou a ele *reforço* para as guarnições e não autorização para guarnece-la. Um grau de autonomia, de conhecimento jurídico e administrativo era fundamental para a sobrevivência das riquezas e do prestígio dos Pastons.

A esse respeito, foi uma contemporânea de Margaret Paston, Christine de Pizan, quem escreveu sobre a importância para as mulheres em conhecer os aspectos administrativos e jurídicos de suas propriedades. Christine de Pizan (1363-1430) foi uma escritora que viveu durante o mesmo período do que a família Paston junto da corte francesa no continente europeu. Já bastante conhecida pela historiografia, Christine de Pizan destacou-se ao ser considerada a primeira mulher a viver das rendas de suas obras. Não somente, algumas de suas obras se destacaram pela forma com que abordou as questões de gênero, sobretudo em *Cidade das Damas* quando teceu uma forte crítica aos pensadores de sua época<sup>107</sup>. No ano de 1405, ela escreveu uma obra que é por vezes considerada como uma continuidade ao *Cidade das Damas*, chamado por sua vez de *Tesouro da Cidade das Damas* (ou também o Livro das Três Virtudes).

O objetivo central da obra era elaborar uma espécie de manual para mulheres de distintos grupos sociais a como se portarem de acordo com sua posição na sociedade, começando pelas princesas até chegar nas mulheres pobres. Foi no capítulo sobre as damas que podemos encontrar o comentário de Christine de Pizan a respeito das propriedades:

---

<sup>107</sup> PIZAN, op. cit., 2012. Crítica sobretudo ao Romance da Rosa de Jean de Meung, obra considerada profundamente misógina em seu tratamento às mulheres.

“Porque barões e mais comumente cavaleiros, escudeiros e senhores viajam e se ausentam em guerras, suas esposas devem ser sábias em governo e devem administrar bem suas questões, pois na maior parte do tempo ficam sozinhas em casa sem seus maridos, que estão em cortes ou fora da região. É conveniente que tenham a responsabilidade da administração e saibam bem como fazer uso de seus rendimentos e posses. Toda senhora de tal estatuto (se quiser usar esse sentido) deve saber quanto de rendimento anual possui e quanto vale sua terra em rendimentos. Essa sábia senhora deve persuadir o marido (...) a discutir suas finanças juntos”<sup>108</sup>.

O argumento de Christine de Pizan é precisamente o motivo por que mesmo uma mulher casada (e portanto juridicamente submetida ao marido) deveria participar do processo administrativo. Mesmo que as organizações de gênero estabelecessem, a nível normativo, que era o marido quem tomava decisões sobre as propriedades, na vida cotidiana certo grau de autonomia de suas esposas era fundamental. John Paston I é certamente um bom exemplo de homem frequentemente ausente em relação às suas propriedades, sendo que muitas das cartas eram endereçadas para ele em Londres ou até mesmo na prisão.

Christine de Pizan foi além, afirmando que:

“É apropriado para essa senhora ou jovem dama estar bem informada sobre as leis relativas a feudos, sub-feudos, desistência de arrendamentos, *champarts*, taxas de variadas causas e todas as coisas que estão sob jurisdição do senhorio segundo os costumes de sua região para que não seja enganada”<sup>109</sup>.

Nesse sentido, não só era necessário que a mulher estivesse a par dos rendimentos, como também que dominasse as regras jurídicas de sua localidade. Desse modo, parece-nos possível dizer que as mulheres compreendiam seu papel em relação à propriedade como administradoras, ainda que em última instância fossem seus maridos que detivessem a

---

<sup>108</sup> Tradução livre de PIZAN, Christine de. *The Treasure of the City of Ladies*. Traduzido por Sarah Lawson. New York: Penguin Books, 2003, p. 111 a 112. Ver também: “pource que semblablement que les barons et encores plus communement les chevaliers escuyers & gentilz hommes voyagent & suyvent guerres est convenable a leurs femmes qu'elles soyent sages de grant gouvernement & voyent cler en leurs faitz pource le plus de temps elles demeurent a leurs mesnaiges sans leurs marys qui a court sont ou en divers pays. Si convient qu'elles ayent tout le soing de gouvernement & faire valoir leurs revenues et leurs meubles. Si appartient a chascune dame de tel estat s'elle veult user de sens qu'elle sache combien monte par an & vault la revenue de sa terre. Et doit tant faire s'elle peut ceste saige dame vers son mary (...) que ilz advisent ensemble”. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/26608/26608-h/26608-h.htm>>. Acesso em 29 de novembro de 2021. Capítulo "Cy devis ela maniere comment il appartient que les dames & damoiselles qui demeurent sur leurs manoirs se gouvernement ou fait de mesnage. Chap. Xxxvi”.

<sup>109</sup> Ibid., p. 111 e 112. De acordo com nota, *champart* era um arrendamento da terra pago em espécie para o senhor. Ver também: “qu'elle soit toute aprinse es droitz des fiefz d'arriere fiefz de censives & droitures de champars de prises de plusieurs mains / et de toutes telles choses qui sont en droit de seigneurie selon les coustumes des pays / affin qu'elle n'y puisse estre deceue”. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/26608/26608-h/26608-h.htm>>. Acesso em 29 de novembro de 2021. Capítulo "Cy devis ela maniere comment il appartient que les dames & damoiselles qui demeurent sur leurs manoirs se gouvernement ou fait de mesnage. Chap. Xxxvi”.

legalidade jurídica sobre a atividade. Ser uma mulher e reger as posses familiares não era inquietante ou disruptivo para elas; do contrário, fazia parte do papel que desempenhavam dentro da lógica familiar.

Essa atuação era esperada também por parte do marido. Em uma carta endereçada à Margaret, a John Daubeney e a Richard Calle, John Paston repreendeu a esposa em relação às questões administrativas sob seu cuidado. A carta foi elaborada em janeiro de 1465, ano turbulento para a família e sobretudo para John I, preso em diversas ocasiões. Na carta, pediu à esposa que, se necessário, se aconselhasse para que quando o marido voltasse não tivesse desculpa de que seus homens não tiveram tempo para tratar de tais questões. John Paston reclamou ao saber que havia homens seus sem receber pagamento e que ele mesmo só tinha recebido 10 marcos na estação. Foi sobretudo em relação às finanças que se queixou,

“lembro-a que nunca antes precisei usar os bens de Fastolf enquanto eu cuidava dos próprios bens, servindo tanto para minhas despesas em casa quanto em Londres e todos os outros gastos (...). Você deve entender que isso não está sendo orientado de forma sábia ou discreta e portanto rogo de coração que coloque toda sua atenção e veja a reforma disso. Você talvez se lembre com isso como deveria agir se fosse somente seu e faça-o agora”<sup>110</sup>.

Há um forte tom de repreenda ao longo da carta, explicitada no trecho acima. John I deixou claro como ele administrava melhor os bens quando ficavam sob sua orientação e que Margaret deveria agir melhor, considerando até mesmo como deveria fazer em caso de propriedades que fossem suas. O que nos interessa nesse trecho não é o desgosto em si de John Paston, mas a compreensão clara de que a esposa deveria agir em nome dos interesses da família e que, se não o fizesse, não estaria cumprindo devidamente o seu papel. Não ao acaso, em julho do mesmo ano John Paston enviou outra carta à Margaret, dessa vez elogiando-a por suas ações – importante lembrarmos de que, naquele ano, ela tentava impedir que o duque de Suffolk tomasse posse de terras da família<sup>111</sup>.

A posição de Margaret Paston diante das propriedades familiares, enquanto mulher casada, era difícil e complexa. Se por um lado precisava manter as normas aparentes de

---

<sup>110</sup> Ver: DAVIS, op. cit., 1983, p. 107-108. “Item, remembir yow or evir I had a-doo with Fastolfes livelode, whill I toke hede to my livelode my-self it bothe servid myn expenses at home and at London and all other charges (...). Ye may verely vndirstand þat it is not guided wittely ner discretly, and therfore I pray yow hertly put alle your wittes to-gedir and see for the reformacion of it. And ye may remembre be þis how ye shuld do if þis wer yowres alone, and so do now”. Carta de 15 de janeiro de 1465. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:3.38?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 29 de novembro de 2021.

<sup>111</sup> Ver DAVIS, op. cit., 1983, p. 124. Ver também: “and in god feyth ye aquyt yow rygth wel and discretly, and hertyly to yowr wurchep and myn and to þe shame of yowr aduersarijs”. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:3.40?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 29 de nov. de 2021.

humildade e respeito ao marido, por outro lado sua autonomia era fundamental para o andamento das questões financeiras. Entre a completa autonomia e a submissão licenciosa, Margaret Paston parece ter desempenhado um papel como co-proprietária da família, mobilizando questões jurídicas e apoios sociais para a manutenção de suas posses. Seu efeito como representante do marido foi utilizado quando se dirigiu a John I; mas, nos momentos em que fez referência a diálogos com terceiros, essa figura foi alterada. Margaret não era apenas alguém que tornava presente a autoridade do marido, mas ela mesma atuou de modo que fosse respeitada e que os interesses familiares fossem preservados.

Ao mesmo tempo, o movimento de autoridade sobre a terra é profundamente diverso do que observamos entre as mulheres viúvas da família. Enquanto Agnes Paston não precisou se submeter à autoridade masculina, por exemplo, Margaret ainda apareceu limitada pelas normas da *common law* e pelas expectativas de gênero do período. A diferença de status marital entre ambas nos sugere, portanto, uma implicação imediata nas diferentes possibilidades de gênero. Enquanto a feminilidade disponível às mulheres casadas ressaltava uma atuação limitada em relação às propriedades, a viuvez e o estágio provisório de interdição do marido (debilitado de saúde como Henrique VI ou preso como John Paston I) permitiam outra performance de gênero<sup>112</sup>.

A condição particular da mulher viúva foi ressaltada também por Christine de Pizan, na mesma obra em que havia aconselhado as mulheres sobre suas terras. Segundo ela, durante a viuvez as mulheres descobriam como muitos antes tão amigáveis à família deixavam de ser solícitos, que elas seriam afligidas por diversas disputas sobre a terra e que muitos usariam de uma linguagem abusiva para atacá-las. A solução sugerida pela autora foi “seja gentil e humilde na fala, nas vestes e na expressão, considere como, com prudência e conduta sábia, você pode defender-se e guardar-se contra aqueles que tendem a atormentar, injuriar e oprimir você (...) Fala gentilmente, mas sempre proteja seus direitos”<sup>113</sup>. Embora o conselho de Christine de Pizan fosse a adoção de uma humildade específica, mulheres como Agnes Paston precisaram impor sua autoridade e assumi-la completamente. Por outro lado, Christine de Pizan

---

<sup>112</sup> A respeito da França, Kathryn Reyerson e Thomas Kuehn apontaram que: “a woman could inherit her husband’s status as head of the household in his absence or by reason of his incapacity” (REYERSON, K. KUEHN, T. “Women and Law in France and Italy”. In: MITCHELL, L (Org.). *Women in Medieval Western European Culture*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1999, p. 133.

<sup>113</sup> “(...) be kind and humble in speech, clothing and countenance, and consider how with prudence and wise conduct you may defend and guard yourself against those who are bent on tormenting, injuring and oppressing your (....) Speak softly, but always protect your rights” (op. cit., p. 141).



aconselhou às viúvas que evitassem processos jurídicos (muito difíceis a essas mulheres), que mantivessem a sobriedade e que, se possível, evitassem se casar novamente - “àquelas que já passaram de sua juventude, estão bem de vida e não são limitadas pela pobreza, [buscar um novo casamento] é uma tolice pura”<sup>114</sup>. Nesse sentido, pareciam compreender o lugar particular de autonomia e agência que a viuvez possibilitava.

A feminilidade performada por Margaret Paston na ausência do esposo e por Agnes Paston após a viuvez se aproxima de atribuições associadas à masculinidade - como participação nas cortes senhoriais, a busca por adquirir *auctoritas* e a tomada de decisões sobre terras familiares. Essa condição distinta de gênero nos possibilita questionar se as fronteiras de masculinidade e de feminilidade eram tão rígidas e se, até mesmo, existiram propriamente campos separados entre um e outro. A possibilidade de flutuar entre tipos de feminilidade distintos, sobretudo por Margaret Paston que o fez ainda durante a vida de seu esposo, nos faz questionar a respeito das estruturas de gênero sugeridas pela historiografia para o período medieval - como categorias desconexas e polarizadas.

\*

Durante muitas vezes me peguei questionando, em meio a alguma leitura, a respeito dos caminhos que o/a pesquisador/a tomou para chegar à conclusão de sua obra. Quais caminhos percorreu, para ser sincera, desde o primeiro momento de escrita. É curioso lembrar que as palavras não se escrevem sozinhas, de que há sempre um sujeito de expectativas e dores por trás do papel que agora circula através de outros olhos. Há sempre dedos cansados, noites mal dormidas e ansiedades que guiam cada página, cada capítulo. E que o processo de escrita não é linear. Nos filmes, escritores/as aparecem em um processo contínuo de produção criativa, como se bastasse sentar em uma cadeira para que as ideias ganhassem forma no papel. Fora da filmografia, a produção é muito menos bonita e segura do que isso.

Para escrever esse capítulo, precisei primeiro ler a historiografia e as fontes. Então faço uma introdução breve, pulo para a análise da documentação. Enquanto aponto elementos que me sobressaltaram na análise, recordo-me de um texto lido meses atrás e que dialoga com aquele momento. Busco por horas o texto, encontro minhas anotações e tento dar sentido a elas. Então, uma vez feita a conexão, volto para a análise das fontes. Percebo que existem outros pontos que posso conectar, mas não quero interromper o fluxo de escrita e por isso deixo notas

---

<sup>114</sup> “But for those who have already passed their youth and who are well enough off and are not constrained by poverty, it is sheer folly” (ibid., p. 144).

para mim mesma ao longo do texto “falar sobre o assunto tal” ou “complementar com tal texto”. Uma vez feita a análise, volto para cada comentário marginal que precisava ser reavaliado e decido se a conexão que eu havia pensado faz mesmo sentido.

Novamente, vou em busca dos textos já lidos, das ideias já refletidas semanas atrás. Muitas vezes o nome do texto vem fácil à cabeça, mas em outros casos é preciso um esforço quase arqueológico para desenterrar da memória aquilo que eu estava buscando. Em alguns casos há ainda a decepção pregada pela falsa lembrança: o texto não era nada do que eu imaginava que era e será inútil para o que preciso dizer. Esse movimento de criação, retorno e reelaboração não deixa de me lembrar um pouco do contínuo vai e vem das ondas: eu sei que pareço brega aqui, mas entenda, há um contínuo fazer e desfazer de palavras que só consigo explicar assim, com ondas. Não há linearidade na produção de um texto, o que existe são palavras que vão trazendo consigo outras e que por vezes explodem em ideias, sugerem caminhos novos e nos fazem ir e vir, percorrendo múltiplas possibilidades de produção que em algum ponto convergem para a conclusão.

Não há certeza de muitas coisas quando começamos a escrita de um texto. A ideia geral está organizada, mas a verdade é que ela ganha vida própria quando começa a ser desenhada no texto, de tal forma que acaba sempre de forma diferente do que eu havia imaginado no início. Esse processo criativo é talvez uma das partes mais bonitas da pesquisa. É quando percebemos a humanidade da ciência em si mesma. Não significa dizer que não há algum grau de exatidão ou que não há preocupação metodológica no trabalho: ela existe e é constante. Significa dizer, contudo, que a organização das ideias em forma de texto é uma surpresa até mesmo para quem a escreve. Que a atividade de explicar aquilo que observamos exige uma ferramenta absolutamente própria, em que o analisar e o escrever tornam-se funções complementares mas independentes entre si.

A ilusão de coesão textual é dada pelas pequenas conclusões que colocamos de forma silenciosa aqui e ali no texto, mas que não existe por si só. Não há escrita sem descaminhos, não há produção sem o trabalho constante de revisitar as próprias ideias e análises. Novamente, a beleza da produção científica está na construção das palavras e nos pequenos laços que criamos lá e cá para que um todo caótico e disperso faça sentido para o leitor. Gosto de pensar que esse universo caótico dos documentos é também um pouco meu e que, aos poucos, a desordem perde espaço na totalidade do texto. Gosto de pensar que no fluxo da escrita a ordem

e o caos se encontram constantemente, dando sabor dinâmico para um tempo que, de tão passado, já estava morto.

\*

### **Intervenção e negociação: o papel das mulheres Paston como mediadoras políticas**

Um dos aspectos sobre o qual gostaríamos de pensar para compreender as dinâmicas de gênero do período foi a atuação das mulheres em relação às demandas políticas e disputas de propriedade. Um elemento notável de distinção de gênero durante a modernidade foi a separação entre as esferas públicas e privadas que, por sua vez, instauraram um afastamento rigoroso entre as funções femininas e masculinas. Se na modernidade o feminino deveria estar reduzido ao espaço doméstico, quase enclausurado, no medievo a relação entre essas esferas deu-se de forma diferente<sup>115</sup>. A atuação no espaço doméstico significava não apenas a administração da casa em suas tarefas diárias, como também a proteção das terras em esfera militar e jurídica em relação a outros nobres que as disputavam. Significou, portanto, um envolvimento por vezes profundo em esferas longe do espaço exclusivo da casa. Como o feminino e o masculino puderam ser pensados a partir dessas lógicas?

O conceito de agência diz respeito, em grande medida, às atuações que analisaremos aqui. Ainda que vinculado à ideia de *agir*, agência indica sobretudo um envolvimento com as relações de poder e os campos discursivos mais profundo. Para Martha Howell, por exemplo, agência significou a habilidade ou capacidade de exercer poder - considerando, por sua vez, as restrições que delimitam esse exercício<sup>116</sup>. Existiram normas que impunham às mulheres uma série de restrições em relação à participação jurídica tanto sobre a posse de propriedade quanto à representação delas nas cortes senhoriais. A lei de *coverture* é um exemplo, princípio que considerava esposo e esposa como um único sujeito jurídico - portanto, sustentava a representação da mulher em corte por seu marido. No entanto, e apesar disso, algumas mulheres agiram de forma substancial em relação às disputas jurídicas para proteger os interesses econômicos da família. Margaret Paston foi uma dessas mulheres.

Ao abordar o conceito de agência, Howell destacou como muitas das mulheres não conseguiram romper completamente com as lógicas de gênero, mas puderam *negociar* com

---

<sup>115</sup> OWENS, C. "Noblewomen and political activity". In: MITCHELL, L. (Ed.). *Women in Medieval Western European Culture*. Nova Iorque: Routledge, 1999, p. 213.

<sup>116</sup> HOWELL, Martha. "The Problem of Women's Agency in Late Medieval and Early Modern Europe". In: MORAN, S. J.; PIPKIN, A. (Eds.) *Women and Gender in the Early Modern Low Countries, 1500-1750*. Brill, 2019.

essas normas de tal modo que agência não significou apenas uma mudança efetiva nas relações de poder e sim as formas com que acomodaram, negociaram ou manipularam os papéis de gênero e as normas sociais. Nesse sentido, foi possível às mulheres Paston exercer agência e é preciso compreender por que foram compelidas a isso e através de quais meios negociaram com gênero para tanto.

Christine Owens abordou um aspecto semelhante ao de Howell, identificando-o mais diretamente com a ideia de atuação política de mulheres<sup>117</sup>. Owens abordou uma crítica importante à historiografia e com a qual concordamos: durante muito tempo, a historiografia associou atuação política exclusivamente a atividades realizadas (em sua maioria) por homens. Determinaram “político” como o que envolvia guerra, juramentos, deveres, serviços ao rei. Quando delimitamos um conceito, estamos estabelecendo também quais sujeitos podem ou não ser estudados a partir desses mesmos limites epistemológicos que construímos. Nesse sentido, a ausência de mulheres na política pode ter sido mais um reflexo dos conceitos que utilizamos e do recorte imposto ao objeto, mais do que uma realidade verificável nos documentos da época. Para Owens: “tal ênfase em expressões predominantemente masculinas de autoridade pública efetivamente silenciou muitas das vozes daqueles privados pela lei ou tradição”<sup>118</sup>. A questão, para ela, não deve ser *se* as mulheres participaram da vida política, mas através de quais *meios* puderam contribuir para esse campo. Essa pergunta é possível ao entendermos a diferença entre autoridade política e influência ou poder político.

Para Owens, enquanto a autoridade política estava limitada a figuras masculinas (e já pontuamos como a *auctoritas* era associado na política e na literatura ao masculino), a lógica de influência permite pensar como mulheres produziram efeitos políticos mesmo que as instituições não reconhecesse a elas autoridade<sup>119</sup>. Ocasionalmente, para a pesquisadora, mulheres da nobreza tiveram uma participação direta nos papéis enquanto negociadoras ou intermediárias nas disputas políticas. Para isso, usaram diversas estratégias: mantiveram-se viúvas mesmo com a possibilidade de um segundo casamento para melhor controlar suas propriedades; tornaram-se patronas da arte e fundadoras de centros de saber; fundaram abadias; promoveram atos de comemoração importantes para a exposição dos valores familiares e

---

<sup>117</sup> OWENS, op. cit.

<sup>118</sup> Ibid., p. 211.

<sup>119</sup> “(...) women can be seen as having access to political power and influence while being denied political authority” (Ibid., p. 212).

aprofundamento do prestígio social delas e de suas famílias. Sobretudo, destacamos, estiveram profundamente envolvidas na administração das propriedades<sup>120</sup>.

Tanto Agnes quanto Margaret Paston estiveram diretamente ligadas ao cuidado com as terras das famílias e os litígios que as envolviam. Em relação a Agnes Paston, muito do que temos registro desse envolvimento foi a partir de sua viuvez, quando passou a administrar diversas propriedades em nome dos filhos pequenos e cuja autoridade, já pontuamos, foi disputada com John Paston I, o primogênito. Por outro lado, através das cartas de Margaret Paston podemos analisar também o envolvimento dessas mulheres antes da viuvez. Ainda casada, Margaret Paston foi responsável por mediar inúmeros conflitos envolvendo as terras da família. Não somente, a mediação deu-se também em termos de negociações financeiras, acordos matrimoniais e recuperação dos laços afetivos entre a própria família - como quando precisou intervir entre a sogra e seu marido ou entre o filho mais velho e seu marido.

Nesse sentido, questionamos: de que modo essas mulheres atuaram como negociadoras em diferentes campos, como os papéis de gênero influenciaram nessas atuações e qual impacto produziram na elaboração das categorias de feminilidade e de masculinidade. Tanto Margaret quanto Agnes Paston buscaram certo grau de autonomia na administração das propriedades familiares e nas resoluções de conflito, mas ao mesmo tempo foram vistas como necessárias para a resolução desses embates. Foram *procuradas* por familiares ou conexões sociais, afastando-se de uma imagem limitadora da mulher reclusa ao espaço doméstico e, ao mesmo tempo, inserindo-se em um campo que iria além da conversação domiciliar entre mulheres - ao qual as normas de gênero produzidas no medievo as reduziam<sup>121</sup>.

Nesse ponto, devemos reforçar como a fala feminina foi associada ao negativo (desde a queda do paraíso causada por Eva até a impossibilidade de pregação por mulheres<sup>122</sup>), de modo que usar a linguagem como forma de negociação é importante. A atribuição de um papel

---

<sup>120</sup> “(...) as effective and efficient administrators, noblewomen could hold considerable economic power and thus have a significant political impact on the surrounding community” (Ibid., p. 216).

<sup>121</sup> HAYES, M. *Divine ventriloquism in Medieval English Literature: power, anxiety, subversion*. New York: Palgrave Macmillan, 2011. CHANCE, J. *The literary subversions of medieval women*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

<sup>122</sup> De acordo com a ortodoxia cristã, Eva havia causado a expulsão humana do paraíso não apenas por ter provado do fruto proibido, mas por ter convencido Adão a repeti-lo. Através de sua fala, havia condenado toda a humanidade e não apenas as mulheres. Ainda, a ortodoxia assentada nos textos dos apóstolos defendia a exclusão de mulheres da execução dos sacramentos: Paulo de Tarso teria dito às mulheres que aprendessem em silêncio (“mulier in silentio discat cum omni subiectione” [1 Timotheus 2:11]). Por conta disso, ainda, a fala feminina foi associada aos perigos matrimoniais: a mulher buscava enganar seu marido e valer-se disso para inverter a hierarquia natural do casal, aspecto sobre o qual Georges Duby abordou em *Eva e os Padres* (DUBY, Georges. *Damas do século XII: Eva e os Padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013..

associado ao masculino (a fala como resolução de conflito e potencial aumento da influência familiar) às mulheres destaca-se como uma situação chave para compreendermos as possibilidades de gênero.

Margaret Paston, como apontamos, foi uma mulher que atuou profundamente como mediadora em nome do marido e de outros familiares. Organizou documentos importantes para a negociação de terras, negociou com senhores e senhoras da região, aconselhou o marido e o alertou sobre possíveis adversários, mediou casamentos e administrou a coleta de impostos e a venda de bens das propriedades familiares<sup>123</sup>. Já em uma carta de 1448, sete anos após o casamento com John Paston I, aparece seu papel de intermédio nas questões econômicas da família ao negociar com a senhora Morley em nome do marido - ocasião na qual Agnes Paston também havia participado. Contudo, foi em especial no ano de 1465 que Margaret Paston assumiu um papel mais recorrente de mediação. Naquele ano, seu marido havia sido preso (outra vez) em Fleet, o que deu à Margaret a oportunidade (e o fardo) de administrar as questões familiares.

Na ocasião, as propriedades de Drayton e de Hellesdon estavam sendo visadas pelo duque de Suffolk e não foram poucos os conflitos entre eles. Em meio às disputas de terras, havia um problema recorrente com o qual Margaret precisava lidar: as violências sofridas pelos

---

<sup>123</sup> Em 8 de abril de 1465, por exemplo, Margaret enviou uma carta ao marido com uma cópia de documento para verificar o direito de posse reivindicado pelo duque de Suffolk sobre a propriedade de Drayton. Isso, pois o selo do brasão de armas que ele havia apresentado seria diferente, de acordo com a carta, do que aquele de seus ancestrais - indício de uma reivindicação ilegal de posse. Nessa mesma carta, Margaret relata seu envolvimento com a produção de malte: “(...) se for de seu agrado, penso que seria necessário que você nos indicasse sobre como quer que seu malte seja fornecido, pois se qualquer clima quente vier depois de ter ficado lá durante o inverno será perdido a não ser o que o venda logo. Porque pelo preço aqui, caiu muito. Eu vendi um combo de malte que veio de Guton para James Golbeter (...) por 2s 2d por combo para ser pago no solstício de verão e em Lammas. Ainda, há muitas moradias de arrendatários em Mautby que estão em grande necessidade de reparo, mas estão tão pobres que não têm poder de repará-los; dessa forma, se for do seu agrado, eu gostaria que o charco de Bridge permanecesse sob seu controle esse ano de forma que os moradores possam ter pressa em reparar suas casas” (ver: “yf it please you, me thynkythe it ware ryght nessesary þat ye send word howe þat ye wolle your old malte be purveyd fore, for and any hote weder come affter þat it hath leyne þis wynter season it shall be but lost but yf it be sold be tymys. For as fore þe pryse here, it is sore falle. I have sold a c comb of malt þat came fro Guton to Jamys Golbeter (...) for ij s. ij d. þe comb, and to be payeed at Mydsomer and Lammes. Item, ther be dyuers of your tenauntrys at Mauteby that had gret ned for to be reparyd, but þe tenauntys be so pore that they are not a power to repare hem; whedor yf it [deleted in MS] leke you I wold that þe marche þat Bryge had myght be kept in your owne hand þis yer, that þe tenauntys myght have ruschys to repare wyth her howsys”). 8 de abril de 1465, Margaret Paston para John Paston I. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.55?rgn=div2;view=fulltext>, acesso em 28 de fev. de 2023). Nessa carta, fica evidente como Margaret precisou garantir a legitimidade de posse das terras familiares ao mesmo tempo em que providenciava a venda de malte para aumentar suas finanças - inclusive negociando com outros da região. A relação com os arrendatários também foi importante para marcar a atuação de Margaret, aspecto sobre o qual voltaremos adiante.

arrendatários e servos que ficavam submetidos aos avanços do duque na região. Em maio de 1465, houve um conflito direto entre o funcionário do duque de Suffolk, mestre Philip, e os arrendatários das terras Paston. Segundo Margaret a partir dos relatos ouvidos por ela, mestre Philip teria capturado o cavalo de um homem chamado Dorlet, em Drayton, como pagamento pelo valor da terra arrendada no ano inteiro. Segundo ele, havia sido pago apenas metade do valor e os Pastons deveriam arcar com a outra metade. Na carta enviada ao marido como relatório da situação, Margaret disse que tentaria recuperar o cavalo de Dorlet ou o próprio adversário ficaria sem um:

“Pode ser do seu agrado saber que conversei nessa semana com vários de seus arrendatários em Drayton e os confortei de que tudo ficará bem daqui para frente, pela graça de Deus. Entendi por eles que ficarão muito satisfeitos em ter novamente seu velho mestre, e assim foram todos exceto um ou dois que são falsos vilões. E nessa próxima semana pretendo ir na quarta-feira ou na quinta-feira a Helleston para ficar lá por uma semana ou duas e enviar nossos homens para coletar dinheiro em Drayton e Hellesdon, e se você quiser eu mantereí uma corte [manorial] em Drayton antes de partir. Peço que me envie notícia sobre o que quer que eu faça sobre isso”<sup>124</sup>.

Nesse trecho, há um indício sobre o papel importante que Margaret teve em garantir a segurança não só dos bens familiares como das pessoas submetidas aos Pastons. Ter um grande número de arrendatários ou de funcionários era uma garantia e um sinal de enriquecimento e prestígio, importantes para a posição delicada de uma *gentry* emergente. Desse modo, era fundamental que ela fosse capaz de garantir o bem-estar daqueles - ao mesmo tempo em que acumulava funções como a coleta dos pagamentos. Ainda, há um aspecto importante na carta de Margaret em relação às disputas jurídicas: na ausência do marido, Margaret prontificou-se em organizar uma corte manorial para resolver possíveis litígios. A carta seguinte, escrita em 10 de maio daquele ano, foi ainda mais significativa em relação ao papel desempenhado por ela.

Na ocasião, os conflitos envolvendo a propriedade de Drayton e de Hellesdon se intensificaram. Piers Warren (que Margaret identificou seu apelido de “preguiçoso”), junto com o tal mestre Phillip e, ainda, o oficial de justiça de Costessey teriam sido acusados de arar as terras de John Paston em Drayton, transpassando o limite de terras. Os servos de John I

---

<sup>124</sup> “Pleasyd you to wyte that I have spoken thys wyke wyth dyuers of youre tenauntys of Drayton and put hem in confort that all shalbe well hereaftere, by the grace of God; and I fyle well by hem that they wylbe ryght glad to haue ayen there olde mayster, and so wold they all except j or ij that be fals shrewys. And thys next wyke I purpose on Wensday or Thursday to be at Haylesdon and to a-byde ther a wyke or ij and send oure men a-bovte to gedere money at Drayton and Haylesdon, and yf ye wyll I woll do kepe a corte at Drayton or I com thens. I pray you send me word how ye wyll that I doo there-in”. 3 de maio de 1465, Margaret Paston para John Paston I. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.56?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 28 de fev. de 2023.

teriam capturado éguas dos acusados e as levado para Hellesdon como forma de retaliação. Contudo, mestre Phillip e o oficial de justiça foram até Hellesdon no dia seguinte, junto de homens armados, capturando quatro bons cavalos dos moradores de lá. O pároco de Hellesdon tentou negociar com os envolvidos, que ameaçaram maiores retaliações caso John Paston tentasse reaver as éguas. Diante do conflito, Margaret explicou na carta:

“Skipwith foi comigo ao bispo de Norwich, e eu o informei sobre a disposição desordeira e ruim de mestre Phillip, desejando ao seu senhorio que ele pudesse ver um meio através do qual uma correção pudesse ser feita, dado que ele era juiz de paz principal e ordinário, e dado que ele era um padre e sujeito a sua correção (...) e me disse diversas coisas para a humilhação dele [mestre Phillip], em que entendi que não gostou da disposição e da conduta dele nessa questão ou em qualquer outra, pois [mestre Phillip] pareceu ter revelado quem é em outras questões. Meu senhor disse que ficaria muito satisfeito se você tivesse um bom resultado em seus negócios e disse, por sua verdade, que tinha boa disposição com você. (...) Peço que me envie rapidamente uma resposta sobre como quer que sejamos guiados nesse lugar”<sup>125</sup>

Na ocasião, Margaret precisou atuar como uma intermediária no conflito entre o oficial de justiça e o mestre Phillip em relação às terras de sua família sob nome do marido. Precisou recorrer diretamente ao bispo - entendendo que o caso estaria sob sua jurisdição - como estratégia de impacto político se considerarmos as reflexões de Christine Owens<sup>126</sup>. Ao mesmo tempo, Margaret tomou cuidado em perguntar ao marido como ele gostaria que o caso fosse resolvido, de modo que não estava se sobrepondo à sua autoridade, mas complementando-a quando necessário. Poderíamos pensar que Margaret não via seu papel como uma afirmação de autoridade (nesse caso, sobre as terras familiares); no entanto, a conclusão da carta enviada para o marido foi significativa nesse sentido. Segundo ela: “enviei John Paston, o mais velho, para Caister para manter o lugar, como Richard poderá dizer a você, porque eu preferia, se for do seu agrado, ser capitã [sic] aqui do que em Caister”<sup>127</sup>.

---

<sup>125</sup> “Skypwyth went wyth me to the Byshop of Norwych, and I lyte hym haue knowlych of the ryotous and evyll dysposicyon of Maister Phylyp, desyryng hys lordshyp that he wold see a mene that [deletado no MS] a correccyon myzt be hadde, in as moch as he was chyf justice of the peas and hys ordynare, and in as moch as he was a prest and vndere hys correccyon that he shold haue vnderstandyng of hys dysposicyon (...) and he told me of dyuers thyngys of the demenyng of hym wherby I vnderstode he lykyd not by hys dysposicyon nor demenyng in thys mater nor in no nothyre, for it symyd he had provyd hym what he ys in othere maters. My lord seyde to me that he wold ryght fayn that ye had a gode conclusyon in youre maters, and seyde by hys trouthe that he ought you ryght gode wyll (...) I pray you send hastely word how that ye wyll that we be gydyd wyth thys place”. 10 de maio de 1465, Margaret Paston para John Paston I. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.57?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 04 de março de 2023.

<sup>126</sup> Op. cit.

<sup>127</sup> “I haue left John Paston the oldere at Castere to kype the place there, as Richard can tell you, for I had levere, and it pleasyd you, to be captene here then at Castere”. 10 de maio de 1465, op. cit.



Ao usar o termo *captenesse*, Margaret assumiu um espaço, dentro da família, de liderança que não tomou de assalto a autoridade masculina como se entrasse em uma dimensão de gênero das *viragos*. Foi no próprio campo do feminino (daí o gênero do substantivo de acordo) que elaborou sua atuação e intermédio. Essa posição era muito mais possível às mulheres viúvas que adquiriam a administração das propriedades enquanto tutoras dos herdeiros<sup>128</sup>, mas que Margaret pôde performar sobretudo enquanto o marido estivera impossibilitado<sup>129</sup>.

Não apenas Margaret Paston precisou mediar as relações políticas e econômicas da família, protegendo a propriedade de Drayton, como também foi necessária para as dinâmicas internas da família. Se por um lado fez uso das redes de contato para ativamente resguardar os bens materiais dos Pastons, por outro lado foi importante em preservar o prestígio e a imagem pública da família. Na ocasião, Agnes e John Paston I estavam em um embate constante pela herança de William I e Agnes se dizia incapaz de coletar lucros das propriedades de Clere por culpa do filho. Diante disso, Margaret escreveu ao marido ao final da mesma carta de maio de 1465: “De boa fé, escuto muito falar sobre a conduta baixa entre você e ela. Eu ficaria muito satisfeita, e assim muitos de seus amigos também, se fosse diferente entre vocês dois do que é, e se fosse, imagino que você teria mais sucesso em todas as outras questões”<sup>130</sup>.

A querela entre eles já passava a ser um fato conhecido segundo a carta e mesmo os aliados da família pareciam estar incomodados com a situação. Nesse aspecto, tanto a fama pública dos Pastons quanto a inserção em uma boa rede social (capaz de prover finanças, indicações na corte e novas propriedades) estariam ameaçadas pela postura de Agnes e John Paston. Ao mediar o conflito entre a sogra e o marido, Margaret não estava apenas garantindo uma boa dinâmica entre eles como também preservando a reputação dos Pastons que, reforçarmos, era fundamental para eles enquanto uma *gentry* que tentava se consolidar como um poderio local. Através de autoridades de poder como o bispo ou por meio da estabilidade

---

<sup>128</sup> De acordo com Janet Loengard, no direito senhorial as mulheres estariam menos distantes dos homens em termos de direitos: “a woman could hold land (though disadvantage to some extent by the rules of inheritance), own chattels, make a will, make a contract, sue and be sued”, isso para o caso de mulheres viúvas ou ainda solteiras. Ver: LOENGARD, J. “Common Law for Margery: separate but not equal”. In: MITCHELL, L (Org.). *Women in Medieval Western European Culture*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1999, p. 119.

<sup>129</sup> A possibilidade de atuação sobretudo durante um período de restrição dos maridos foi também pontuada por Christine Owens (op. cit.). A pesquisadora mencionou até mesmo a rainha Marguerite d’Anjou que precisou assumir a frente política quando o marido esteve incapacitado. Sua movimentação de resistência à tomada do poder por Eduardo IV foi inclusive mencionada em algumas cartas da família Paston.

<sup>130</sup> “In gode feyth I hyre moch langage of the demenyng be-twene you and herre. I wold ryght fayn, and soo wold many moo of youre frendys, that it were otherwyse by-twene you then it ys, and yf it were I hope ye shold haue the betere spyde in all othere maters”. 10 de maio de 1465, op. cit.

familiar, Margaret desempenhou um papel central de mediadora e articuladora das relações de poder.

Esse papel foi exercido mesmo quando ela se viu fisicamente debilitada, como em julho daquele ano. O duque de Suffolk teria enviado um contingente de duzentos homens até Costessey e havia diretamente ameaçado funcionários importantes da família Paston de morte, como Richard Calle. Em 12 de julho, Margaret enviou uma carta ao marido alertando:

“Acredito que haverá uma grande investida contra você e seus servos nos procedimentos legais e sessões aqui, de forma que me parece, a não ser que tenha melhor conselho, que você faria bem em falar com a justiça antes que venham aqui. E se você quiser que eu reclame a eles ou qualquer outro, se Deus me der vida e saúde, eu o farei assim como me aconselhar, pois de boa fé eu fui maltratada entre eles. E com a doença e a dificuldade que tive, estou me sentindo para baixo e fraca, mas farei o que estiver em meu poder sobre suas questões”<sup>131</sup>.

Uma das funções realizadas por Margaret enquanto uma importante intermediária dos conflitos políticos e territoriais foi também os alertas realizados a filhos e marido sobre potenciais desavenças ou até mesmo ataques. Nesse caso, não havia apenas mandado informações centrais para proteção das propriedades (jurídica e militarmente) como dispôs-se a recorrer a outras autoridades para garanti-las<sup>132</sup>.

---

<sup>131</sup> “And gret affrayes have ben made vppon me and my felashep here on Monday last passyd, of whych Rychard Calle tellyth me þat he hath sent yow word of in wryghtyng more pleynly than I may doo at thys tyme, but I shal ynforme yow more pleynly herafter. I suppose there schal be gret labore ageyn yow and yowre seruauntys at the assysis and cesciouns here, wherfore me semyth, sauynge yowre better advyce, it were wele do þat ye shold speke wyth þe justicys or they com here. And yf ye wol þat I compleyn to them or to any othere, if Good fortune me lyfe and helth I wol do as ye advyse me to do, for in good feyth I haue ben symply intretyd amonge them. And what wyth syknesse and troble þat I haue had I am browte ryght lowe and weyke, but to my powere I wyl do as I can or may in yowre materys.” 12 de julho de 1465, Margaret Paston para John Paston I. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.65?rgn=div2;view=fulltext>>. Acesso em 04 de março de 2023.

<sup>132</sup> Foi ainda nessa ocasião que Margaret disse sobre como apelaria, se fosse o caso, nessa situação: “Falei que se eu fosse buscar algum remédio, apelaria para uma autoridade maior e deixaria o rei e todos os outros lordes dessa terra saberem o que tem sido feito conosco” (“I seyde if I scholde sewe for any remedye þat I scholde sewe ferther (8) and lete the Kynge and alle the lordys of thys londe to haue knowlech what hathe be don to vs”). Ibid. Em uma carta enviada em 07 de agosto de 1465 ao marido, Margaret também contou como havia interrompido uma das cortes senhoriais para defender a família dos avanços bélicos do duque de Suffolk e para proteger Thomas Bond, que havia sido enviado por ela como representante da família à corte e que havia sido preso pelos homens do duque. Segundo ela: “eles o teriam levado até o duque de Suffolk se eu não tivesse falado com os juizes na manhã antes que eles fossem para a casa do condado e os informei sobre as revoltas e agressões que realizaram contra mim e meus homens, o oficial de justiça de Costessey e todo o conselho do duque de Suffolk estando presente e todos os homens instruídos de Norfolk e William Jenney e muitas pessoas da região, o juiz chamando o oficial de justiça de Costessey diante de todos eles e reprovando-o em termos fortes, ordenando o xerife a verificar as forças lá reunidas em Drayton (...) E de boa fé, encontrei os juizes muito gentis e pacientes comigo em minhas questões, a despeito do conselho do duque ter feito suas reclamações a eles antes que eu chegasse, acusando-nos de reunir muitas pessoas e muitas revoltas realizadas por mim e seus homens. E depois que informei os juizes de sua inverdade e sua conduta, e de nossa conduta também, e depois que os juizes entenderam a verdade, reprovaram o oficial de justiça de Costessey em fortes termos na minha frente e de muitos outros (...)” (“shuld haue led hym forth to þe Duke of Suffolk ner had be þat I had spokyn wyth the juges in the morwyn or þei yede to the shire hous, and enformed hem of such ryottes and assaugthis as thei had mad vp-on me and my men, the baly of Cossey

Importa ressaltar como Margaret Paston não estava simplesmente obedecendo às ordens do marido durante seu aprisionamento. Como a principal autoridade familiar na ausência de John Paston e como senhora das terras, precisou tomar decisões que julgassem ser mais adequadas ao momento vivido. Em julho de 1465, por exemplo, Margaret justificou-se ao marido por ter agido de forma contrária às suas instruções:

“E apesar de você ter me recomendado [reunir] pessoas para manter a corte em Drayton com poucos custos, seu Conselho pensou que seria melhor fazer diferente e não reunir pessoas, pois me foi informado que os homens do duque estariam em 500 homens. Seu Conselho me sugeriu reunir homens para proteger minha propriedade em Hellesdon, pois me foi dito que eles iriam me tirariam da propriedade, o que me fez manter o lugar com mais força naquele momento”<sup>133</sup>.

Com amparo da rede de conexões estabelecida pela família, Margaret desafiou a recomendação do marido entendendo que era mais urgente a proteção de Hellesdon. Esse aspecto reforça a perspectiva de que foi possível atuar enquanto colaboradora junto ao marido e que essas mulheres tiveram impactos diversos nas dinâmicas políticas (estas enquanto, também, conflitos de poder), ainda que não pudessem ocupar uma *auctoritas* a esse respeito. Apontamos anteriormente como as mulheres estiveram submetidas à autoridade do marido, sobretudo em um aspecto jurídico, mas isso não significou uma ausência absoluta de agência e autonomia. Do contrário, as exigências práticas do cotidiano relacionadas às finanças e propriedades exigiram dessas mulheres uma participação mais ativa e autônoma.

Se por um lado a ortodoxia clerical sugeria um profundo silenciamento das mulheres e sua reclusão ao espaço doméstico<sup>134</sup> ou monástico, por outro, mulheres como Agnes e Margaret Paston atuaram diretamente na administração das propriedades e da família, negociaram com dentro de suas redes de poder e influência, protegeram a reputação familiar e foram necessárias

---

and all þe Duke of Suffolk counsell beyng there present and all þe lerned men of Norffolk and William Jeney and myche [unclear] pepill of þe contré; the juge callyng þe baly of Cossey be-for them all and yaffe hym a gret rebuke, comaundyng the shereffe to se what pepill thei had gadred at Drayton (...) And in goode feythe I founde the juges ryght gentell and forberable to me in my matres notwythstandyng the Dukes counsell had made her compleynt to them or I come in ther werst wice, noysyng vs of gret gatheryng of peopell and many riotes thynges don be me and your men. And after I enformed the juges of ther vntrouthe and of ther gidyng, and of oure gidyng in like wice, and after the juges vndrestod the trouthe he gaue the baly of Cossey be-for me and many other a passyng gret rebuke”, 12 de julho de 1465, Margaret Paston para John Paston I. Disponível em <<https://quod.lib.umich.edu/c/cme/Paston/1:8.65?rgn=div2;view=fulltext>>, acesso em 04 de mar. de 2023).

<sup>133</sup> “And wher as ye avyced me... [incerto] a felaschip to kepe the coorte at Drayton wyth easy cost, it was thought be your counsell it wer [incerto] better otherwice and not to gather no people, for it was told me that the Dukes men had to the nombre of v c men, and your councel aviced me to gete a felaschip to kepe my place at Heylesdon, for it was told me that they schuld come and pulle me out of the place, weche cauced me to kepe the place the strenger at that tyme” (12 de julho de 1465, *ibid.*).

<sup>134</sup> Pensando aqui em espaço doméstico como, especificamente, o lugar de moradia dessas mulheres limitado pela atuação interna do tear e do regimento de funcionários da casa.

sobretudo quando viúvas ou na ausência mais imediata de seus maridos. Para isso, não precisaram ocupar um espaço de masculinidade, mas ao mesmo tempo não pareceram se conformar ao ideal de feminilidade proposto pelo cristianismo.

### **Feminilidades, estatutos matrimoniais e propriedade: conclusão**

Um dos aspectos que ganhou pouco espaço na historiografia sobre o medievo foi a relação de mulheres com propriedades e bens. Ao analisar a elaboração do feminino e do masculino, assim como as relações de poder entre eles, a historiografia se limitou a temas como a maternidade, o casamento e a devoção religiosa. O problema dessas abordagens restritas está no fato de que elas partem, de antemão, do que deveria ser relacionado às mulheres. Temas como propriedade, direito e poder continuaram aparecendo sobretudo em relação às figuras masculinas, marginalizando na própria historiografia a possibilidade de mulheres como autoridade e referência.

Nesse sentido, a presença de temas em que o feminino poderia ser desconsiderado é tão importante para compreendermos gênero quanto a maternidade ou a feminilização de termos religiosos<sup>135</sup>. Questionarmos sobre como as mulheres da família Paston viam a si mesmas enquanto possíveis proprietárias de terras é um indício fundamental das construções de gênero no medievo. Significa observar se ao feminino era impossibilitada a concepção de posse, se elas precisavam se masculinizar para ter propriedade ou se, do contrário, feminino e masculino não eram vistos como elementos determinantes para autorizar a posse de terras.

Antes de retomarmos as hipóteses levantadas para darmos sentido ao que foi proposto, é preciso lembrar da proposta inicial dessa tese em entender quais as possibilidades de gênero e se ele era pensado nos mesmos termos rígidos e binários que a historiografia propôs em diversos trabalhos sobre o tema. A ideia de uma pluralidade ou de uma flexibilização sobre essas categorias parece ainda silenciosa nos trabalhos sobre Idade Média, o que não significa serem inexistentes.

Pesquisadoras como Madeline Caviness e Judith Bennett apontaram em seus trabalhos a dependência da historiografia em relação às lógicas modernas ou apenas binárias<sup>136</sup>. Caviness atribui esse fenômeno sobretudo às teorias de gênero como foram usadas nos anos 90 e que

---

<sup>135</sup> BYNUM, Caroline. *Jesus as Mother: studies in the spirituality of the High Middle Ages*. Berkeley: University of California Press, 1984..

<sup>136</sup> CAVINESS, M. "Feminism, Gender studies, and Medieval Studies". *Diogenes*, n. 225. Ver também BENNETT, J. "Medieval Women in Modern Perspective". In: SMITH, B. (Ed.). *Women's History in Global Perspective*, v. 2. Chicago: University of Illinois Press, 2005.

“naturalizaram uma polaridade masculino/feminino de diferença sexual (uma infraestrutura biológica)”<sup>137</sup> ainda que reconhecessem a construção *social* como responsável pelo gênero -e não sua correspondência imediata com o corpo.

A obra *Masculinity in Medieval Europe* organizada por Dawn Hadley elaborou caminhos distintos para pensarmos no gênero<sup>138</sup>, sobretudo em relação às masculinidades. Na coletânea, aparecem concepções de masculinidade dominante e subordinada; categorias fluidas de gênero; a relação intrincada entre gênero e a idade do sujeito em questão ou sua condição matrimonial e assim por diante. Sua riqueza está em compreender as diferentes concepções de masculinidade em disputa no período medieval e como a construção dessa categoria estava sendo tensionada sem um caminho pré-determinado.

Chama a atenção o argumento de que diversos modelos de gênero estavam em disputa para ganhar um espaço dominante e normativo. Harvey, ao apresentar uma pesquisa sobre Ratherius de Verona, aponta como havia a possibilidade de que eram aceitos apenas dois modelos rígidos e binários de gênero. Ao mesmo tempo, se o celibato clerical poderia ter construído um terceiro gênero (ou um gênero neutro), esse experimento havia falhado. Em outras palavras, as/os pesquisadoras/es da coletânea demonstram como existiam múltiplos projetos de gênero em disputa no medievo e que um deles teve mais sucesso do que os demais. Existiram possibilidades de outro gênero que não masculino, nem feminino (como os celibatários chamados de “anjos”), possibilidades de formas dominantes e subordinadas de gênero (portanto, múltiplas feminilidades e masculinidades) e como um sujeito poderia flutuar de um para outro. Sabemos que período moderno foi o modelo binário e restritivo que se tornou mais forte e se expandiu pelas comunidades europeias, o que não significa que essa vitória já estava dada no século XV.

---

<sup>137</sup> Tradução livre de “had naturalized a male/female polarity of sexual difference (a biological infrastructure)”. CAVINESS, op. cit., 2009.

<sup>138</sup> A justificativa da obra é ligeiramente problemática, contudo. Hadley parte de uma crítica pouco fundamentada para explicar o motivo da obra se centrar nas masculinidades: segundo ele, um problema das pesquisas de gênero na Idade Média é que elas falavam apenas sobre mulheres, o que por si só seria incoerente com a lógica relacional dessas categorias. O que a pesquisadora ignora é que é possível pensar gênero de forma relacional mesmo quando abordamos apenas mulheres. A compreensão de que o feminino se constitui como ausência, como Outro, é por si só relacional. Nesse sentido, se apontamos que as ideias de fofoca, subversão e indisciplina são associadas ao feminino, significa dizer também que elas não são atribuídas ao masculino – ao menos não a todos os masculinos. A obra é fundamental para enriquecer os estudos de gênero, o que não invalida trabalhos que partem de mulheres para pensar gênero. Ver: HADLEY, D. M. (Ed). *Masculinity in Medieval Europe*. New York: Routledge, 1999.

Esse ponto é fundamental, pois compreendemos as diversas possibilidades de atuação e definição do masculino e do feminino sem nos deixar enganar por um modelo que coexistia aos demais, mas que só se impôs *após* o período medieval<sup>139</sup>.

Outro aspecto levantado pela coletânea e que dialoga diretamente com a análise desse capítulo diz respeito às diferenças entre teoria e prática, entre normas discursivas e institucionais sobre gênero e a forma como era aplicado na comunidade – aqui em especial entre a *gentry* do campo inglês. Harvey pontua como “textos normativos e trabalhos literários podem ter muito a dizer sobre o que era *esperado* de homens e mulheres em dados contextos, mas isso deve ter sido muito afastado do que eles realmente faziam”<sup>140</sup>. O que analisamos entre as mulheres da família Paston é um caminho intermediário entre o que se esperava delas e como negociavam com essas expectativas na prática. Como, portanto, elaboravam suas subjetividades diante do dispositivo de gênero. Em relação à perspectiva delas enquanto proprietárias de terras não foi diferente.

Em primeiro lugar, feminino não é associado por nenhuma das viúvas ao silenciamento e à submissão. Não diretamente. Se a contemporânea Julian de Norwich pôde afirmar ser uma mulher “ignorante, fraca e frágil”<sup>141</sup>, as mulheres da família Paston não vincularam feminilidade ao silêncio e à passividade. A estratégia foi outra: neutralizar a posse da propriedade em termos de gênero. Nem propriamente masculina, nem feminina, ser proprietária de terras foi elaborada por elas como um direito de classe, de status social, não como uma concessão ao feminino. Ao retirar a posse do campo generificado das relações de poder, criaram uma brecha para agir sem a necessidade constante de desculpas e justificativas.

A neutralização é especialmente importante quando o pronome neutro *they* é usado para se referir à Agnes Paston como proprietária do terreno onde havia construído seu muro. Ao mesmo tempo em que não sugere o gênero feminino de Agnes enquanto possuidora das terras, era também um pronome de respeito utilizado, o que indica a compreensão de que, mulher ou não, Agnes Paston era uma autoridade pela posição social que ocupava em Paston. Não à toa,

---

<sup>139</sup> Na obra, Miri Rubin demonstrou que, em casos de intergêneros, era esperado que desses sujeitos que escolhessem uma das possíveis identidades. Ou seja, havia uma expectativa reguladora sobre os limites de gênero, condicionando-os ao binarismo e às fronteiras estáveis, mas essa expectativa não se revertia, ainda, em prática absoluta. Ver: HADLEY, op. cit., 1999.

<sup>140</sup> Tradução livre de: “normative texts and literary works may have much to say about what was *expected* of men and women in given contexts, but that this may have been far removed from what they actually did” (Ibid., p. 14).

<sup>141</sup> Tradução livre de “For I am a woman, lewed, febille, and freylle”. Ver: NORWICH, Julian of. *The Writings of Julian of Norwich: A Vision Showed to a Devout Woman and A Revelation of Divine Love*. Editado por Nicholas Watson e Jacqueline Jenkins. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2005.

vivia em uma propriedade senhorial que havia ganhado autonomia jurídica e social em relação demais senhores da região.

A condição como mulheres foi marcada em raras ocasiões, apenas em diálogos com pessoas externas à família, como quando Lady Moleyns alegou seguir as diretrizes do seu conselho por ser apenas uma mulher e quando uma mulher (não nomeada) se queixou do muro de Agnes Paston, sugerindo que o mesmo não acontecia na época dos homens da família. Ambas as passagens são curtas, não são exploradas ou justificadas pelas mulheres em questão e dialogam com outros aspectos através dos quais precisamos pensa-los. No caso de Lady Moleyns, o argumento de ser uma mulher servia ao seu interesse de pressionar John Paston I para que agisse corretamente com ela diante de seus negócios. Nesse ponto, sua condição de mulher não é algo que enfraquece sua posse sobre a terra, mas recurso que poderia garantir sua negociação. Por outro lado, quando Agnes menciona a acusação, também a responde indiretamente ao apontar que seu aliado, John Marshall, afirmou à mulher em questão de que o muro havia sido feito por aquela que tinha poder para tanto. A condição feminina de Agnes apareceu na carta apenas como instrumento para reforçar sua própria autoridade.

Um aspecto a ser pensado é como as disputas em relação à terra e a quem cabia regê-las se deram sobretudo no campo jurídico-legal, incluindo aqui a construção de *fama* e *má-fama* em relação aos adversários. Em um único momento, os conflitos escapam para a esfera religiosa-moral, quando a esposa de Harman desejou que Agnes Paston fosse arrastada pelos demônios para o inferno graças ao muro construído por ela. Esse aspecto pode ser entendido quando reforçamos o contato da família Paston com o campo do direito, o que incluiu direta e indiretamente as mulheres. O domínio que Agnes ou Margaret Paston tinham sobre a *common law* e os costumes locais não necessariamente se refletia em todas as mulheres do campo inglês. Esse conhecimento pode ter sido fundamental para que garantissem sua posição em relação às propriedades – não só da família como um todo nas contendas com duques e senhores, como das mulheres especificamente.

Destacamos também a diferença entre ter posse da terra e ter a autoridade para administrá-la. Esse aspecto é fundamental na diferenciação das mulheres viúvas e casadas. Enquanto mulheres casadas tinham apenas a posse da terra, sem poder exercer de fato sobre ela uma autoridade autônoma, as mulheres viúvas poderiam dispor de ambos. Essa compreensão torna-se fundamental para nosso olhar sobre gênero, na medida em que as diferentes feminilidades possíveis eram determinadas pelo estatuto matrimonial do sujeito em

questão. Se é possível haver mais de uma feminilidade, como pensar nos termos binários homem/mulher que tanto a historiografia quanto alguns textos normativos medievais pressupunham? A diferenciação entre as duas etapas de vida não é uma novidade para os estudos sobre Idade Média, mas é preciso reconhecer que não só existe uma diferença social mas também de gênero quando os dois momentos são comparados. A feminilidade performatizada por mulheres casadas não poderia ser a mesma de viúvas e vice-versa. Nesse sentido, ser mulher dependeria profundamente do papel social ocupado por ela. Judith Bennett já havia apontado a necessidade de pensar em outras categorias de interseccionalidade para o gênero no medievo: além do composto gênero-classe-raça, é fundamental pensarmos aqui no estatuto matrimonial. Esse aspecto também é válido na construção de masculinidades, de modo que não associamos matrimônio ao feminino *em si*, mas às generificações da sociedade<sup>142</sup>.

Enquanto não há questionamento da autoridade de mulheres viúvas sobre as propriedades herdadas, Margaret Paston nos apresenta dificuldades muito mais profundas do que suas contemporâneas. Em um nível formal, precisava reconhecer constantemente a autoridade do marido nas decisões sobre as posses da família, ainda que em um nível cotidiano Margaret desempenhasse certo grau de autonomia. Por isso que as sugestões dadas de ser apenas uma representante de John Paston I não correspondem às atuações de Margaret: reunindo documentos, mobilizando cortes senhoriais, aprofundando alianças e defendendo-se de cercos, foi fundamental para a manutenção das riquezas da família. Novamente, a identidade de Margaret Paston não desaparece nas expectativas de submissão ao esposo, mas negocia com essas normas e participa da administração das terras de forma quase tão ativa quanto seu marido.

Nesse ponto, precisamos distinguir dois campos distintos que estão em constante negociação e contato quando pensamos em dispositivo de gênero. De um lado, observamos as normativas institucionais, os saberes disciplinares, os regimes de verdade. As regras de herança de propriedade, participação das cortes jurídicas e sermões eclesiásticos que eram parte integrante da vida no século XV apontavam para um binarismo cada vez mais forte, restritivo, que impedia às mulheres espaços amplos de atuação. Ele não estava completamente consolidado, quando observamos as variadas regras para cada tipo de feminino e de masculino, assim como quando pensamos na diferença profunda entre o que se esperava do

---

<sup>142</sup> HADLEY, op. cit., 1999.



comportamento clerical e do comportamento secular. Ainda assim, a separação entre homens e mulheres tornava-se forte pelo aspecto de sujeição e normatização dos sujeitos.

Contudo, o campo sobre o qual nos debruçamos aqui não diz respeito às imposições e interdições sobre gênero. Pensamos no outro aspecto do dispositivo de gênero que diz respeito muito mais às técnicas de si e à autonomia diante da norma. Avaliamos como mulheres inglesas do século XV pensaram a si mesmas segundo as ordenações de gênero e como entenderem categorias de feminilidade/masculinidade a partir do que disseram em suas cartas.

Existiram casos ao longo do medievo de rupturas mais explícitas do que das mulheres Pastons. *Viragos, cross-dressers*<sup>143</sup>, gêneros neutros ou terceiro como os eunucos bizantinos já foram pensados. Entre a *gentry* inglesa do século XV, não encontramos elementos tão evidentes de tensionamento do feminino e do masculino, mas observamos sim distensões na lógica binária e redutiva. Se a simplificação indica para a mulher como subserviente e vinculada à maternidade ao mesmo tempo em que o homem é agente ativo e responsável pelas finanças da família, nas cartas dos Pastons essa distinção não ocorre. A associação da posse de terras e de riquezas à masculinidade se dilui e as mulheres Pastons não associam ao *masculino* a concepção de propriedade da terra, sobretudo entre as viúvas<sup>144</sup>.

Sugerimos ao longo do capítulo que a neutralização do gênero ao falar de propriedade poderia indicar que essa administração não era organizada segundo as lógicas de gênero – novamente, na perspectiva das mulheres que elaboraram as cartas. Para Agnes Paston ou Elizabeth Clere, a posse de propriedade não as masculinizou. Muitas pesquisas de gênero no medievo sugerem que, quando mulheres ocupam espaços que se espera ser de homens, elas também adotam elementos masculinos (roupas, barba, tratamento). Nesse caso, não há nenhum indício de masculinização dessas personagens. Ao mesmo tempo, não reforçam sua feminilidade no momento em que administram as posses. A ausência da marca de gênero sugere que, para essas mulheres, a autoridade e a propriedade de terras não eram pensadas a

---

<sup>143</sup> Optamos por manter o termo em inglês por dois motivos: *cross-dress* e *virago* não nos parecem indicar o mesmo fenômeno. *Virago* era um termo utilizado para falar de mulheres masculinizadas e carrega um elemento marcante de gênero, o termo “*vir*” associado em sua raiz ao masculino e que carrega uma carga de significados profunda. Por exemplo, a palavra *virtude* derivando desse conceito ou *viril*. Além disso, parece excessivamente limitado ao fenômeno de uma mulher com atributos masculinos e somente. Por outro lado, transgênero também não parece uma categoria adequada, entendendo que o conceito de transgênero é desenvolvido em um contexto específico de sexualidade e gênero da modernidade.

<sup>144</sup> Margaret Paston também não associa a posse ao masculino como um todo, sim com a autoridade específica do marido – mais como uma posição social do matrimônio do que uma posição de gênero masculina.

partir dos lugares de gênero que ocupavam e sim de uma posição social adquirida. Ser viúva indicava ao mesmo tempo outra feminilidade e outra categoria social de poder.

Esse aspecto abre a possibilidade de entendermos que nem sempre se entendia que o gênero era fundamental ou delimitador para sua inserção no mundo. Em alguns aspectos sim, mas não em todos. Enquanto as normas evidenciam a divisão generificada de quem poderia acessar a terra e o direito, as mulheres não pensavam nessa atuação através de identidades feminina/masculina. Ao mesmo tempo, entendiam que seu papel em relação às posses era importante não como mulher, mas como membro integrante de uma família em ascensão social. As preocupações com a honra entre os Pastons, frequentemente abordada por eles, indica que o cuidado com a propriedade era muito mais uma questão de elevação familiar do que dever masculino ou dever feminino<sup>145</sup>.

Existiam normas binárias que tentam regular corpos e comportamentos? Sim, mas essas normas são em alguns momentos suspensas ou mesmo ignoradas pelas mulheres. Havia um campo de negociação entre a imposição profundamente binária de gênero e o modo como as mulheres escolhiam fazer uso disso. Embora dispositivos sejam compostos por regimes de verdade disciplinadores, como mencionamos, são também um campo de possibilidade para subjetivação. Enquanto o gênero binário torna-se presente na norma, para as mulheres existia uma margem de negociação e de ressignificação do que seria regido pelo gênero e de que forma o seria. Para elas, a propriedade de terras indicava uma posição social de prestígio e privilégios, não de masculino ou feminino – não à toa o conflito de Elizabeth Clere com seus inquilinos era uma questão de direitos disputados entre arrendadora e seus arrendatários.

É nesse espaço de subjetivação que encontramos a parte mais brilhante dos estudos de gênero, que é o momento em que a sujeição e a subjetivação se encontram, gerando múltiplas possibilidades de elaboração do feminino e do masculino. O que entendemos hoje como homem e mulher no medievo não estava dado naquele momento e é no jogo dessas construções que podemos apreender a multiplicidade não-linear que a construção identitária permite.

São nas ações cotidianas que as mulheres flexibilizam o binarismo, o redefinem ou mesmo o silenciam. Não há sempre um poder positivo que as obriga a se posicionar em relação ao campo feminino, na verdade existem campos de subterfúgio que não é nem um poder

---

<sup>145</sup> A preocupação com o coletivo familiar não invalida as subjetividades particulares de cada membro. Diante da centralidade de família ou *ecclesia*, a historiografia por vezes considerou a inexistência de indivíduo ou de “si” no medievo. Não concordamos com essa perspectiva para o fim do século XIV e o século XV. Ainda que entendessem como ações suas implicariam no coletivo familiar, esse fenômeno não invalidava diferenciações dentro do mesmo grupo.

negativo de repressão, nem positivo – obrigando-as a exercer uma feminilidade ou expor o que significava ser mulher. Como uma elaboração em teias, é possível ir, voltar e tomar novos rumos na elaboração do feminino e que nem sempre condiz com o que estava sendo normatizado pelo campo jurídico ou exclusivamente eclesiástico. Em todo esse processo, percebemos que a omissão de gênero também é uma ferramenta fundamental de existência e de sobrevivência.

Não ser proprietária de terras, por exemplo, não caracteriza o feminino. Na disputa por posse, feminilidade e masculinidade são secundários – para as *mulheres*. E essa medida nada mais é do que um recurso de mobilização do gênero, mesmo que paradoxalmente o suprima para isso. É precisamente na supressão do gênero que essas personagens podem negociar seu lugar de mulher no mundo. Uma supressão que não as retira de um mundo generificado, mas que se esquia dele dentro de suas próprias fronteiras.

Em relação às possibilidades de funcionamento do feminino, retomamos a distinção fundamental entre a condição de matrimônio dessas mulheres. A lógica de feminilidade possível às mulheres viúvas se distanciava do ideal de silenciamento e restrição atribuído pela ortodoxia católica e estava mais próxima à atuação masculina sobre as propriedades e os conflitos. No entanto, isso não constituiu uma identidade *virago* às viúvas - não eram *como* homens; eram mulheres, dentro de outra feminilidade possível. No caso de uma mulher casada, como Margaret Paston, a submissão não havia sido também absoluta ainda que de forma alguma tentasse usurpar a autoridade do marido. Ainda que não reivindicasse diretamente uma *auctoritas* para si, na prática a mobilizou em diversos momentos - sobretudo na ausência de John Paston I.

A *outra* feminilidade disposta à Margaret Paston durante a prisão de seu marido nos sugere também a flexibilidade com qual essas categorias poderiam ser performadas, sobretudo dadas as condições do momento. A influência das cortes senhoriais e o costume local, a condição do matrimônio e a necessidade de preservar a propriedade familiar impactaram diretamente nas performances de gênero. Margaret Paston não foi *apenas* uma representante do marido, pois sua identidade não desapareceu em meio a dele. Como mediadora de conflitos, mantenedora das relações de influência e prestígio familiares, precisou fazer uso dessas possibilidades fluidas de gênero, mobilizando distintas feminilidades.

Devemos pontuar, ainda, que grande parte dos conflitos envolvendo a família Paston estiveram relacionados ao contexto mais amplo de instabilidade política na Inglaterra. As

constantes disputas de poder entre apoiadores da família Lancaster e apoiadores dos York tiveram um impacto considerável na Inglaterra e os Pastons em particular estiveram diretamente envolvidos no conflito. Sabemos, documentado pelas próprias cartas da família, que tanto John II quanto John III lutaram ao lado do *earl* de Oxford a favor dos Lancasters - e, por conta disso, precisaram ser perdoados pelo novo rei. A.J. Pollard estima que, entre outubro de 1459 e maio de 1471, os ingleses estiveram armados, em prontidão para a guerra ou diretamente em campanha por cinco dos 11 anos e meio de conflito<sup>146</sup>. Pollard foi também bastante firme em pontuar a falta de um controle central durante os anos de guerra e como isso abriu espaço para contendas locais: “havia, sem dúvidas, falta de autoridade real, falta de governo e falta de controle firme vindo do centro, o que permitiu o crescimento sem controle de feudos privados e de guerras e o reino a cair em uma guerra civil (...) A Coroa foi incapaz de impor ordem”<sup>147</sup>. Um dos exemplos que o pesquisador pontuou para reforçar a falta de controle foi, precisamente, o cerco realizado pelo duque de Norfolk contra John Paston II em Caister no ano de 1469 - evento que gerou diversos desentendimentos entre Margaret Paston e seu filho mais velho.

Nesse sentido, muito do que levou Margaret Paston a adotar intervenções diretas sobre a administração das propriedades e sobre a mediação de conflitos ligados à família foram resultado de um contexto mais amplo de instabilidade. A guerra dos Cem Anos, por exemplo, havia em grande medida enriquecido John Fastolf cujas propriedades seriam herdadas por John Paston I e que seriam diretamente disputadas também pelos duques de Norfolk e de Suffolk. Este último estava em uma situação delicada, pois sua atuação em nome da Coroa não havia sido favorável - as derrotas sofridas no final de 1440 e início de 1450 contra a França teriam gerado uma profunda insatisfação com William de Pole, duque de Suffolk<sup>148</sup>. A condição delicada do duque poderia estar ligada aos avanços feitos contra as terras herdadas pelos Pastons e sua determinação em reivindicá-las. Além disso, as alianças feitas pelos duques e pelos Pastons estavam em polos diferentes: a família De La Pole, que sustentava o ducado de

---

<sup>146</sup> POLLARD, A. J. *The War of the Roses*. Nova Iorque: Palgrave, 2001, p. 69.

<sup>147</sup> “Whether we emphasize the office or the person, it was undoubtedly lack of royal authority, lack of government, lack of firm control from the center which allowed private feuds and wars to grow unchecked and the kingdom to collapse into civil war. (...) The Crown was unable to impose order”. *Ibid.*, p. 60.

<sup>148</sup> “The duke’s fall was followed by Jack Cade’s Rebellion, which protested military failure in France and the breakdown of royal justice in England, and which gave voice to the frustration of English noblemen who felt themselves excluded from royal patronage by a clique of favored courtiers. Chief among these disaffected magnates was Richard, duke of York, who was heir presumptive to the childless king”. Ver: WAGNER, J. *Encyclopedia of the Hundred Year Wars*. London Greenwood Press, 2006, p. 152.

Suffolk, teria se alinhado aos Yorks, assim como o duque de Norfolk (que inclusive fora decisivo para a vitória de Eduardo IV na batalha de Towton em 1461)<sup>149</sup>.

As rivalidades ligadas à Coroa inglesa, a ausência de mecanismos de controle mais firmes e o próprio conflito com a França deram origem a um período bastante conturbado na Inglaterra. A urgência em proteger as propriedades familiares e garantir um apoio estratégico aos Lancasters ou aos Yorks podem nos ajudar a compreender como foi possível a mulheres como Margaret Paston assumir grande responsabilidade em relação às propriedades e às conexões políticas da família. Ao mesmo tempo, podemos nos questionar como uma construção rígida e imóvel de gênero seria possível em um quadro de considerável instabilidade. Como o ideal de feminilidade orquestrado pelo clero - silenciosa e submissa - poderia ter espaço em um contexto de guerras, de peste e de disputa por ascensão social?

---

<sup>149</sup> HICKS, M. *The War of the Roses: essential histories*. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

## CONCLUSÃO

“Se uma pessoa é incapaz de deixar uma marca no mundo, será que *existe*?”

V. E. Schwab

“É costume dizer-se: ‘Os mortos se libertam’. Mas é quase certo que o que acontece é exatamente o contrário: quem se liberta são os vivos. E se libertam dos mortos, como é natural.”

Gabriel García Márquez

A principal inquietação que permeou esse trabalho foi a respeito das possibilidades de configuração e funcionamento do gênero no medievo, sobretudo ao considerarmos as perspectivas construídas por mulheres a esse respeito. A problemática teve início com a maneira com que pesquisas eram elaboradas sobre violência de gênero no medievo, sem antes questionar o que, afinal, significavam essas categorias e de que modo elas impactaram na identidade dos sujeitos do período. Ao mesmo tempo, a rapidez em definir “homens” e “mulheres” pela historiografia veio acompanhada de um olhar marcado por análises sobre a modernidade em que o binarismo e a rigidez de gênero pareciam mais marcantes. Nesse sentido, a particularidade histórica do medievo foi posta em segundo plano, ignorando a definição mais consensual a respeito do gênero: sua contingência. Por outro lado, parte dessa lógica correspondeu ao tipo de documentação utilizada pela historiografia, limitada muitas vezes a documentos produzidos exclusivamente por homens - seja no campo medicinal ou teológico. A elaboração sobre concepções de feminilidade e masculinidade dependia em grande medida do lugar social e do sujeito que as produziam.

Nesse sentido, questionamos: o gênero, afinal, tinha uma configuração binária? Suas fronteiras eram rígidas e, portanto, intransponíveis? Como, enfim, as mulheres construíram essas categorias generificadas e as instrumentalizaram em seu cotidiano? Com o objetivo de respondermos a essas perguntas, analisamos diretamente 135 cartas escritas por mulheres da família Paston ou associadas a ela. De forma complementar, analisamos outras 91 cartas escritas pelos homens da família e aliados aos Pastons que foram preservadas. Outros documentos foram eventualmente consultados também, a exemplo das obras produzidas por contemporâneas à família como Julian de Norwich, Margery Kempe e Christine de Pizan, para pensarmos na circulação de ideias do período. Ao todo, mais de 226 epístolas foram analisadas.

A fim de retomarmos alguns aspectos importantes a respeito das perguntas orientadoras desse trabalho, pontuamos inicialmente uma crítica à historiografia em seus aspectos teóricos e metodológicos. Ao avaliar gênero por meio de documentações exclusivamente masculinas, incorreu no erro de universalizar essa experiência única como ponto de referência e de encerramento de todas as experiências no medievo. Embora a crítica ao Sujeito universal tenha sido traçada desde pelo menos a metade do século XX, a insistência em abordar apenas as fontes produzidas por homens para homens fez com que essa universalização se consolidasse. Enquanto a historiografia utilizou em grande medida esse tipo documental, também fez pouca menção em reconhecer esse lugar específico de produção. Obras como de Georges Duby e de Thomas Laqueur<sup>150</sup> foram elaboradas em cima dessas lógicas que apontamos acima, mas há um silêncio arrastado a respeito do lugar de produção de onde partiram<sup>151</sup>.

Se avaliarmos o funcionamento de gênero a partir desses sujeitos únicos, ignoraremos a dinâmica própria a esse campo: a de que as categorias generificadas são constantemente tensionadas, redimensionadas e reconfiguradas a partir do encontro entre diferentes discursos nos campos de poder. Como produto e produtor das relações de poder, essas formas de sujeição e de subjetivação são produzidas através do conflito: entre o discurso que se pretende hegemônico e aqueles que o desestabilizam a partir das margens, das rupturas e das brechas. Estudar gênero apenas a partir de documentos elaborados por homens é submeter sua dinâmica a uma homogeneidade que lhe é exógena e reificá-la mais uma vez como produto de definições estáveis, contínuas e históricas.

---

<sup>150</sup> LAQUEUR, T. *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001; DUBY, G. *Damas do século XII: Eva e os Padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>151</sup> Laqueur, para pontuarmos, reconheceu sua limitação ao âmbito dos anatomistas, mas não como uma produção majoritariamente masculina e sim como um campo de saber específico.

Por outro lado, compreender gênero como produto de diferentes discursos que se entrecruzam e desestabilizam suas fronteiras nos permite compreendê-lo em suas diferentes facetas. Permite pensá-lo não como consequência de um projeto linear e teleológico, e sim como resultado sempre instável de discursos múltiplos - por vezes consonantes, por outras conflitantes. Dessa maneira, podemos compreender como os projetos de sujeição (enquanto norma que tenta reger a identidade dos sujeitos) se relacionam às diferentes formas de subjetivação - ou técnicas de si<sup>152</sup>.

Acompanhada de uma restrição aos documentos masculinos, a historiografia sobre gênero no medievo esteve limitada, muitas vezes, a reproduzir concepções sobre masculinidade e feminilidade próprias à modernidade e à contemporaneidade. Essa dinâmica foi questionada por diferentes pesquisadoras/a partir da década de 90, como Caroline Bynum e Judith Bennett, mas poucos esforços foram feitos para compreender de que maneira o gênero funcionaria no medievo à diferença dos demais períodos históricos. Para além da desconstrução do conceito - fundamental - é preciso dar um passo além e tentar compreender, enfim, de que maneira essa forma de identificação e de performance funcionou no medievo. Se não binário nem polarizado, então de que maneira?

Esses questionamentos dialogam com a inquietação de Eleni Varikas a respeito da validade sobre os estudos de gênero: “é na lembrança daquilo que, na lógica dos fatos consumados, está esquecido ou *supostamente resolvido* que o trabalho da *historicidade* do gênero se enraíza”<sup>153</sup>. A validade ahistórica do gênero binário precisa ser, portanto, revisitada e interrogada a partir dos momentos de constituição dessas identidades, de suas rupturas e disputas.

Para isso, abordamos três grandes aspectos de análise: o manejo das noções de masculinidade e de feminilidade entre a família Paston - destacando sobretudo as mulheres e incluindo, quando possível, a família estendida dos mesmos<sup>154</sup>; as noções de maternidade e o deslocamento dessa categoria como um fator quase inerente aos estudos de gênero; por fim, a noção de propriedade e a instrumentalização do direito como campos generificados por meio dos quais podemos perceber as dinâmicas múltiplas do gênero. Para a análise, nos debruçamos sobre as maneiras com que essas categorias (identitárias e performáticas) foram pensadas por

---

<sup>152</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

<sup>153</sup> VARIKAS, E. *Pensar o sexo e o gênero*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 64.

<sup>154</sup> Por família estendida, pensamos aqui nas conexões por via de matrimônio com outras famílias da *gentry* inglesa, como os Clere (Elizabeth Clere), os Brews (Margery, esposa de John III, e Elizabeth Brews) e os Poynings (com Elizabeth Paston, irmã de John I) por exemplo.



mulheres entendendo, portanto, como o campo discursivo foi permeado por uma vasta gama de discursos.

Como campo discursivo, entendemos que existem disciplinas que tentam instituir regimes de verdade e reivindicam para si a hegemonia sobre os saberes. Nesse sentido, a perspectiva eclesiástica que via no feminino o perigo do engano, dos sortilégios e da inversão sobre a ordem natural foi contraposta por perspectivas profundamente distintas. A visão historiográfica sobre um medievo marcado pela misoginia e pela invisibilização das mulheres, por seu soterramento sob a memória de Eva e do pecado original, precisa ser contraposta pelas *outras* possibilidades em relação ao feminino. Em outras palavras, embora obras como *A Misoginia Medieval* de Howard Bloch e *Idade Média, Idade dos Homens* de Georges Duby tenham contribuído profundamente para entendermos as relações de poder no medievo, é preciso pensarmos para *além* desses discursos únicos sobre o feminino. Se havia um conjunto de saberes que reduziam a mulher à inferioridade e à ausência de tudo o que era referencial no masculino, havia também uma série de *outras* discursos em disputa sobre o gênero - medicinais, aristocráticos, mercantis, de religiosidade leiga como os beguinários ou de correntes ditas heréticas como os lolardos.

Gênero, enquanto um campo também normativo, teve suas dinâmicas e definições postas sob disputa constante. É necessário reforçar esse aspecto para que tenhamos o cuidado de não buscar na Idade Média as sementes originárias do binarismo presente nos séculos seguintes. O passado enquanto ferramenta política pode servir, por vezes, como instrumento de comprovação para teorias já estabelecidas, sujeitando suas fontes a reflexões incompatíveis. Nesse sentido, pensar em um gênero de características proto-modernas no medievo, de forma quase teleológica, é atentar-se mais a um projeto de definição para a modernidade do que reflexo de uma análise atenta às documentações. É preciso cuidado para não tomar um discurso que mais tarde se tornaria hegemônico como pré-estabelecido e consolidado nos séculos anteriores. Para o século XV, por exemplo, o binarismo era apenas *uma* dentre as inúmeras possibilidades de imaginar o gênero e, se foi capaz de se fortalecer nos séculos seguintes, para o período analisado ainda enfrentava dinâmicas profundamente distintas. Nesse caso, o gênero fluido sobre o qual falamos não é evidência de rachaduras em uma visão binária - como se esta estivesse mais ou menos pronta - mas uma rota igualmente poderosa de atuação no mundo e atribuição de significados a ele.

Outra crítica importante que fizemos foi em relação ao conceito de “terceiro gênero”. Embora tenha contribuído para desestabilizar a noção polarizada de gênero masculino/feminino, o conceito acabou por criar outra dualidade que cede pouco espaço para o movimento: aquela entre o gênero hegemônico (feminino/masculino pensados muitas vezes a partir de ideais aristocráticos) e o não-hegemônico (esse outro, vazio e pouco explicativo). Nesse sentido, as categorias que compõem a dualidade mudam, mas a própria estrutura binária sobre gênero se reproduz: não mais o feminino *versus* o masculino, mas simplesmente o *hegemônico* e o *outro*. Dessa maneira, realocamos a polaridade sem ameaçar as estruturas que a compuseram pela historiografia.

Ao mesmo tempo, o “terceiro gênero” corre o risco de se tornar uma categoria esvaziada de sentido precisamente porque engloba *tudo* o que fosse Outro. O anonimato das identidades que o compõem serve apenas para que possamos arremessar nessa categoria tudo o que não pudermos explicar dentro das normas tradicionais do gênero binário, dando-o por resolvido. Repetimos aqui a pergunta: quantos terceiros gêneros podem formar o “terceiro gênero”? Não apenas sua amplitude se torna confusa enquanto modelo explicativo, como também torna homogêneo todos os distintos “terceiros gêneros” que a compõem. Ser uma *virago* católica (com prenúncios de santidade) deveria ser pensada da mesma maneira que um eunuco bizantino feminilizado por seu pertencimento à Bizâncio?

Entendemos que o “terceiro gênero” foi útil como uma ruptura na estabilidade concedida pela historiografia à dinâmica feminino/masculino, mas não foi suficiente para explicar as múltiplas dinâmicas do gênero no medievo. Para compreendê-las, precisamos primeiro definir o que entendemos por gênero.

Como performance, diz respeito às diferentes possibilidades de atuação no mundo a partir de noções como feminilidade e masculinidade, ecoando o conceito de Judith Butler a esse respeito<sup>155</sup>. Por sua vez, performance corresponde aos “atos de fala” conceitualizados por John Austin e seu entendimento sobre como a linguagem pode ser também performática. Nesse sentido, as categorias generificadas não são apenas normas instituídas sobre os corpos, mas também a maneira por meio da qual esses corpos agem - não é apenas produção de significado cultural *sobre* o corpo, como uma tela vazia, mas também é resultado do corpo como produtor, em si mesmo, de significados.

---

<sup>155</sup> BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Essas performances, contudo, são permeadas por um jogo duplo de normatização e desvio. Em diálogo permanente com o campo discursivo, gênero como performance é constituído a partir dos jogos de poder próprios ao discurso e que se orientam de forma multidirecional. O conflito permanente se dá pelo atravessamento de inúmeros saberes sobre o gênero, sobre o sexo e também sobre o corpo. Em sua dimensão discursiva, como um dispositivo, as categorias possíveis de gênero são elaboradas, reelaboradas, distendidas e flexibilizadas pelo confronto permanente de diferentes perspectivas sobre o mesmo.

Uma das principais críticas sofridas por Judith Butler (e por Michel Foucault, autor de quem a filósofa partiu para elaborar parte de seus conceitos) diz respeito à (ausência de) ruptura. Para Butler, o que explicaria as mudanças na configuração de gênero ao longo da história seria o fato de que os atos performáticos, continuamente repetidos, introduziriam pequenas alterações na repetição que, por sua vez, produziriam as mudanças. Isso significa que, para a filósofa, performatizamos atos generificados repetindo os padrões normalizados, mas a própria dinâmica da repetição pressupõe mudanças. Michel Foucault sugeriu uma reflexão semelhante ao abordar o discurso: as mudanças se dariam, muitas vezes, pelas pequenas fissuras introduzidas nos jogos de poder.

Não concordamos com Butler a respeito da performance como uma repetição incessante da norma, eventualmente desestabilizando-a. Pensamos na performance como resultado de outra dinâmica de poder: como em partes resultado do discurso, e sendo o discurso um campo instável de permanente disputa, as referências que orientam as performances de gênero são elas mesmas instáveis. Não existia uma única referência normativa sobre como o gênero deveria ser performatizado, sobretudo porque as experiências do clero, da *gentry*, dos grupos mercantis e devocionais eram consideravelmente distintas. Por essa razão, produziam concepções igualmente diversas sobre gênero. Ao mesmo tempo, recorremos à concepção de Foucault a respeito da identidade. Se os sujeitos são elaborados a partir de diversas normas de comportamento (as lógicas de sujeição), eles são também fruto de processos próprios de subjetivação (técnicas de si) que constituem uma prática social. Tratam-se do questionamento sobre “o que se é, o que se pode fazer e o que se é obrigado a realizar”<sup>156</sup>, cujo resultado dessas forças distintas é a identidade em permanente elaboração.

Se gênero pode ser pensado como produto dos múltiplos discursos (que se pretendem normativos e hegemônicos ou que se vêem como rupturas destes), como forma de agir no

---

<sup>156</sup> FOUCAULT, 2013, p. 91.

mundo e de significar ou ser significado pelo corpo, as possibilidades de constituição de suas categorias referenciais são múltiplas. É por essa razão que pensamos gênero no medievo como um espectro de categorias por meio das quais os sujeitos se identificam e agem no mundo. Evidentemente, essas concepções não ignoram as dimensões de poder que limitam a possibilidade de identificar-se com campos diferentes do espectro do gênero. Isso significa entender que, embora houvesse mobilidade entre eles, não podemos ignorar como alguns sujeitos tiveram maiores possibilidades de se deslocar pelo espectro do que outros - o que poderia ser determinado pelas demais dimensões de poder que atravessavam gênero, como matrimônio, religião, status social e até mesmo faixa etária.

Isso corresponde à maneira com que a própria identidade era composta no medievo. Diferentemente do individualismo moderno, mas nem por isso marcado pela ausência de subjetividade, o “eu” medieval era composto por elementos ao mesmo tempo individuais e coletivos, por alma, espírito e carne, mas também por carne, sexo e gênero. O fato de ser composto por elementos tão múltiplos não nos permite pensar em termos binários, nem para gênero, nem para a identidade como um todo. Essas diferentes dimensões podem ser percebidas, por exemplo, em Julian de Norwich ao abordar a unidade humana - possível como criaturas de Deus e membros da *ecclesia* cristã - e ao mesmo tempo seu lugar de gênero. Ao recorrer à carne única, Julian de Norwich também não inviabilizou o feminino, reduzindo-o a uma negação, mas o tornou ferramenta de atuação no mundo ao reivindicar o seu direito (mesmo como mulher) de falar sobre Deus. *Spiritu, anima*, carne, sexo, gênero; *self*, humanidade, cristandade. Não se pode pensar na elaboração de si no medievo sem considerar esses diferentes atravessamentos que dariam sentido à identidade e ao ser.

As categorias identitárias que constituíram o espectro de gênero, por sua vez, foram elaboradas por diferentes sujeitos e saberes, o que corresponde aos múltiplos entendimentos sobre o que significaria ser mulher - e para quem. Ao mesmo tempo, o grau de flexibilidade que permitiria transitar entre as categorias dependia também de fatores externos ao gênero. O contexto inglês do século XV foi marcado por pelo menos quatro eventos que podemos destacar pelas mudanças que produziram nas dinâmicas sociais: a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a Guerra das Duas Rosas (1455-1485), a peste bubônica e a perseguição religiosa contra os lolardos. Esses eventos provocaram mudanças em relação à política, à economia e ao lugar social que as mulheres ocuparam, sobretudo pela flexibilização que exigiram dos papéis sociais para superar momentos de instabilidade e ameaça à ascensão familiar.

A Guerra dos Cem Anos foi responsável, por exemplo, pelo enriquecimento e aquisição de novas terras por John Fastolf que, mais tarde, seriam herdadas por John Paston I por meio de um testamento profundamente conturbado. Embora tenha sido questionado por outros executores, John I herdou as terras de Fastolf e precisou enfrentar diversas ameaças dos duques de Suffolk e Norfolk para tentar mantê-las. Na verdade, não foi o único a enfrentar ameaças diante das propriedades: Margaret Paston foi responsável, por exemplo, por tentar resguardar a posse de Gresham diante do cerco promovido por lorde Moleyns (homem do duque de Suffolk) em 1448. Como pontuamos anteriormente, o duque de Suffolk vivia um momento de fragilidade política e abalo de sua imagem pública - que se relacionava à suposta incompetência e aos desmandos na região. A Guerra das Duas Rosas, por sua vez, produziu impactos ainda mais imediatos na família. Como pontuamos no capítulo acerca das propriedades, os filhos de Margaret e John Paston I, John II e John III, lutaram diretamente ao lado do senhor de Oxford a favor dos Lancasters, motivo pelo qual precisaram receber perdão régio de Eduardo IV conforme recordam nas cartas.

O conflito entre as casas nobiliárquicas inglesas refletiu também nas crônicas da época que apontavam os abusos do reinado como consequência da questão dinástica<sup>157</sup>. Esses desvios passavam, por exemplo, pela extorsão de riquezas vendendo perdão aos rebeldes. Isso significou o enriquecimento de parte dos envolvidos, sobretudo na região de Londres, mas mesmo as crônicas estrangeiras apontaram para as “regras mistas” que valiam no período, gerando instabilidade, e a força com que Eduardo IV teria suprimido revoltas. De qualquer maneira, a nobreza inglesa havia sido a maior envolvida pelos laços que mantinha com a monarquia e os favores que dela dependiam<sup>158</sup>. Anthony Goodman justifica a participação de classes mais baixas na guerra pelas dificuldades financeiras ou judiciais que enfrentaram no período, convencidos pelas denúncias de favoritismos das cortes, por exemplo. Teria sido o

---

<sup>157</sup> Os contemporâneos da guerra relataram a fragmentação de alianças, a matança da região e as misérias causadas pelo conflito contínuo. “The first continuator of the Crowland abbey chronicle (...) alleged that divisions had spread within a variety of social organizations (...) ‘the slaughter of men was immense: for besides the dukes, earls, barons, and distinguished warriors who were cruelly slain, multitudes almost innumerable of the common people died of their wounds’”. Ver: GOODMAN, A. *The War of the Roses: military activity and English society, 1452-1497*. Nova Iorque: Routledge, 1981, p. 225.

<sup>158</sup> “Richmond has calculated that there were sixty secular peers in September 1459, joined by ten more between then and March 1461, and that fifty-six out of the seventy participated in the fighting of 1459-1461. (...) As the crisis of Yorkist rule intensified, more peers were drawn in” (Ibid., p. 229).

caso da rebelião liderada por Jack Cade em 1450 e que chegaria às portas de Londres e das dificuldades que alguns encontraram em afirmar sua autoridade nos cargos políticos<sup>159</sup>.

Não bastando a instabilidade política, havia também uma fragilidade social pelo grande número de mortos - ou condenados à morte - no contexto da batalha. A possibilidade da morte, muito próxima também por causa da peste, era uma questão importante para as famílias envolvidas no conflito<sup>160</sup>. Goodman mencionou o caso particularmente importante para entendermos como esses aspectos afetavam as relações de gênero: o caso de Henry Stafford que, para ficar em segurança, teve a cabeça raspada e foi vestido com roupas femininas pela mãe, dama Elizabeth Delabeare.

Em um contexto profundamente marcado pela instabilidade política, pela fragilidade econômica em consequência da guerra e pelo grande número de mortos - em batalha ou pela peste, que vitimou três membros da família Paston -, as lógicas de gênero foram e *precisaram ser* flexíveis. A rigidez com que a ortodoxia católica havia elaborado os papéis de gênero não poderia coexistir com uma realidade que exigia das mulheres uma participação imediata das questões familiares - fosse estabelecendo laços políticos ou protegendo as propriedades, ambas as funções desempenhadas por Margaret Paston. A possibilidade de performatizar *outras* feminilidades era fundamental para a sobrevivência e a ascensão da família como um todo.

Ao mesmo tempo, as ameaças que as mulheres sofriam em relação à posse e organização de suas propriedades - em disputa por outros nobres ou pelos próprios arrendatários - também exigiam que elas pudessem adotar uma autoridade que não correspondia aos manuais eclesiásticos de confissão. Nesse sentido, é importante lembrar que aquele também era um contexto de rebeliões populares como a revolta de 1381 ou a de Jack Cade em 1450 e que haviam produzido tensões na relação entre proprietários de terras e arrendatários ou camponeses. Por fim, o lugar ocupado pelo feminino também sofria tensões produzidas no próprio seio das questões teológicas com as reflexões propostas por John Wycliff e seus seguidores, chamados lolardos, contra quem os arcebispos ingleses atuaram tão ferrenhamente.

---

<sup>159</sup> Ibid. Outro aspecto importante seria a crença na legítima hereditariedade, sobretudo em um período em que a herança por direito de propriedades era uma questão importante.

<sup>160</sup> Segundo Goodman, entre 1455 e 1487, pelo menos trinta e oito membros da nobreza foram mortos em batalha: “the deaths in domestic warfare of so many peers, unparalleled in scale in any recent period (...) is likely to have had profound psychological effects on the nobility” (ibid., p. 240). Aqueles que não morreram, poderiam ainda enfrentar a condenação por traição ao rei (caso de 397 pessoas, excluindo-se membros das famílias Lancaster e York). Algumas conseguiram reverter o processo, mas o impacto não deixa de ser considerável.

Para compreendermos como as mulheres da família Paston pensaram gênero e o instrumentalizaram - dialogando, ainda, com produções contemporâneas a elas -, abordamos o tema da maternidade e da propriedade. A escolha dessas temas se deu por distintas razões. Enquanto a propriedade foi um tema presente em grande parte das cartas da família, incontornável para as dinâmicas sociais nas quais se inseriam, a maternidade partiu de um problema historiográfico. Quando nos questionamos a respeito de mulheres no medievo, é comum que as produções historiográficas tragam temas relacionados à maternidade, como uma correlação pré-estabelecida entre “mulher” e “mãe”. A associação *produz* uma vinculação entre essas identidades, mais do que as examina. No entanto, é preciso questionar em que medida a maternidade era, de fato, um aspecto importante da identidade feminina ou se sua conexão foi na verdade fruto de uma produção historiográfica contemporânea.

Entre as mulheres da família Paston, a gestação é um tema silencioso nas cartas - deliberadamente escondido, cuja existência pode ser percebida por meio de rápidas sugestões em uma carta ou outra. O cuidado com os filhos, por sua vez, é frequente e necessário para a família. Como parte de uma *gentry* em ascensão, os Pastons precisavam de múltiplas ferramentas possíveis para consolidar sua posição social e garantir os direitos senhoriais que ambicionavam. Para isso, uma rede de contatos influente e boa fama foram fundamentais à família, o que poderia ser garantido através da inserção dos filhos em outras cortes senhoriais para que aprendessem boas maneiras e criassem vínculos politicamente importantes. A busca por um bom matrimônio e por famílias que acolhessem os filhos das mulheres Pastons era fundamental para consolidar esse projeto. Nesse sentido, a maternidade como busca por bons matrimônios e laços sociais tinha uma centralidade considerável entre a família, sobretudo para os casos de Agnes e Margaret Paston.

Embora algumas/alguns historiadoras/es tenham defendido a ausência de afeto na família medieval - como se o amor e o carinho estivessem impossibilitados diante dos altos índices de mortalidade -, esse não era o caso entre os Pastons. O afeto (e o papel de cuidado atrelado à maternidade) se dava exatamente na busca por um bom futuro para a prole, o que Agnes e Margaret desempenharam em diversos momentos. Esse foi, ao menos, o caso da *gentry*. Quando pensamos em uma contemporânea que viveu na mesma região de Norfolk, vinda de uma família mercadora, a situação era distinta. Margery Kempe (1373-1438) viveu em uma cidade portuária em que o comércio era fundamental para a economia da região. Para ela, que havia se casado também com um mercador, a maternidade não havia sido uma questão

central. Ao contrário, embora tivesse relatado ter catorze filhos com o marido, Margery Kempe em raras ocasiões mencionou a maternidade, ocupando-se sobretudo de sua vida devocional a despeito da família. O apagamento deliberado da maternidade em sua obra contrasta com o contato permanente de Agnes e Margaret com seus filhos, intervindo recorrentemente a seu favor em contendas por terras e por dinheiro. Margery Kempe não elaborou a maternidade como parte de sua subjetividade, do contrário, destituiu-se dela para viver uma vida de peregrinação e religiosidade.

O caso de Kempe é um contraponto importante por colocarmos em suspenso a associação imediata e pré-estabelecida entre gênero e maternidade. Enquanto a historiografia construía reflexos desses temas um no outro, nem sempre essa associação correspondeu de fato às documentações. Para o caso da *gentry*, contudo, havia um papel importante dado à criação dos filhos. Para estabelecer alianças e patronatos locais, o cuidado com a prole era relevante. Isso significa, à sua vez, que ser mãe era importante não porque eram mulheres - não foi a condição feminina que determinou a centralidade desse papel.

Ao mesmo tempo, a concepção materna poderia variar conforme os demais marcadores identitários dessas mulheres - por exemplo, a condição matrimonial. Apontamos como historiadores, a exemplo de Joel Rosenthal, condicionaram a autonomia da mulher dentro do espaço doméstico ao momento de viuvez. Só teriam liberdade, portanto, na medida em que herdassem terras e autoridade do falecido marido. De fato, o papel desempenhado por Agnes e Margaret quando viuvez apresentava elementos distintos de quando ainda estavam casadas, como se pudessem performar a partir daí outro tipo de feminilidade. Contudo, como parte das dinâmicas próprias ao gênero, era possível flutuar entre esses campos ainda antes da viuvez - como Margaret durante a prisão de John I, assumindo maior autoridade sobre as propriedades e os filhos. A exigência do contexto instável permitia flutuações desse tipo.

Por fim, ainda sob argumento de que mulher e mãe não eram necessariamente correlatos, como uma extensão um do outro, pensamos no caso da anacoreta Julian de Norwich (1342-1416) - que viveu na mesma região da família Paston poucos anos antes. Em clausura, Julian havia elaborado uma imagem materna de Jesus Cristo, um home-mãe, cuja atuação se aproximava dos padrões paternos de comportamento - disciplinar os filhos e manter autoridade sobre eles. Esses padrões foram adotados por Agnes na viuvez, quase como se estivesse em uma posição de mulher-pai-, reconhecida pela rigidez no disciplinamento dos filhos.



Argumentamos, portanto, que a maternidade não *determina* o gênero, ou vice-versa; não é um marcador naturalmente feminino para o medievo. Do contrário, a condição própria ao gênero no período, como múltiplo e fluido, permitia assumir o papel de maternidade ou de paternidade de acordo com as exigências do contexto e dos interesses familiares em assumi-lo.

Os temas relativos à propriedade e ao direito, por sua vez, foram poucas vezes pensados em relação às mulheres ou ao feminino. Para as mulheres Paston, contudo, esses temas foram fundamentais para a organização familiar e suas inserções nas redes de poder locais. Ao mesmo tempo, as ameaças constantes sobre suas propriedades - por meio de cercos, por exemplo - fez com que o tema estivesse muito presente na documentação, motivo por que o abordamos.

Em primeiro lugar, precisamos pontuar uma diferença estabelecida entre a posse da propriedade e a autoridade para regê-la de acordo com os seus interesses. Isso porque, na Inglaterra do século XV, mulheres tinham diferentes possibilidades de *possuir* terras - o dote, a *jointure*, por exemplo - mas isso nem sempre resultava em uma autonomia para governá-las. Por outro lado, era possível não possuir a propriedade e administrá-la mesmo assim como no caso de Margaret durante o aprisionamento do marido, John I, nos anos de 1465. Formalmente, cabia a ela reconhecer a autoridade do esposo sobre as propriedades; na prática, as exigências de manutenção das terras, das vendas e as ameaças de opositores da família exigiram de Margaret uma administração direta e, em algumas ocasiões, contrária às orientações de John I. A necessidade de proteger os interesses familiares concedia a ela maior grau de autonomia e profundo envolvimento com questões jurídicas sobre a terra, reunindo documentos, mobilizando cortes senhoriais, fortalecendo alianças patronais, dentre outras.

Isso não significa, contudo, que essas atuações não fossem submetidas a diversas relações de poder e de gênero. Para administrar as propriedades e exercer autoridade sobre elas, as mulheres da família Paston elaboraram esse tema neutralizando as questões de gênero que poderiam mediá-lo. Mais do que reivindicar o direito feminino de controle sobre suas possessões, apagaram a identidade feminina e atuaram por meio do direito de classe, como pertencentes à *gentry*. Podemos pensar a esse respeito por meio do exemplo de Agnes Paston, que utilizou o pronome neutro *they* para se referir à própria posse da terra e legitimar o direito de construir um muro nos limites da propriedade. Nesse caso, não exigiu o direito ao feminino nem mesmo buscou masculinizar sua identidade para exercer a *auctoritas*, mas usou um espaço neutro do gênero para fazê-lo. Buscar esse espaço, por sua vez, não escapa ao campo do gênero - pelo contrário, mobiliza possibilidades internas a esse sistema. Como pontuamos no capítulo,

a neutralidade não as retira de um mundo generificado, mas se esquivava de determinados marcadores *dentro* de suas próprias fronteiras.

Em grande medida, a flexibilidade instituída na relação dessas mulheres com a propriedade refletia outro aspecto fundamental para compreendermos o funcionamento do gênero naquele contexto. A Inglaterra do século XV foi marcada por diversos eventos que produziram momentos de maior instabilidade - política, social e econômica. O contexto de guerras, peste bubônica e perseguição às heresias havia tornado o campo inglês suscetível a mudanças constantes na vida social. As prisões de John Paston I, por exemplo, exigiam que Margaret assumisse papéis incompatíveis com um modelo de feminilidade da dama católica, silenciosa e submissa. Mais do que a rigidez de identidades que a estancariam em papéis monolíticos, era necessário certa permeabilidade para flutuar entre os campos do espectro de gênero e assim garantir que o futuro familiar não fosse arruinado. Um modelo rígido e fixado de categorias de gênero iria na contramão das exigências daquele contexto e também das ambições da família em aumentar seu senhorio local. Para que Margaret pudesse ajudar na promoção do status familiar, era preciso que pudesse também assumir papéis diferentes em determinados contextos.

Ao mesmo tempo, a identidade de si no medievo também não estava submetida a padrões binários, mas sim a uma gama de elementos distintos e igualmente necessários à subjetividade. Por exemplo, a estrutura de alma, espírito e corpo, em que este último era marcado ao mesmo tempo pela carne, pelo sexo e pelo gênero. Por sua vez, a concepção sobre a carne passava pela lógica da unidade humana como produto de Deus, enquanto sexo e gênero apresentavam diferenças internas de suas identidades. Enquanto as mulheres eram sujeitos distintos dos homens, marcadas por lugares e papéis sociais diferentes, também reivindicavam um lugar-comum humano a partir do qual poderiam atuar no mundo; ou, por sua vez, um espaço distinto de feminilidade que as permitiria maior autonomia.

Se para Bynum o gênero foi uma construção fundamentalmente masculina no medievo, pontuamos que essa também foi uma elaboração de mulheres. Para que pudessem agir no mundo, essas mulheres significaram o feminino de distintas formas e criaram *diversas* possibilidades de performatizá-los de acordo com o contexto no qual estavam inseridas. Longe de um feminino estático ou de um feminino construído exclusivamente por homens, ele foi aqui pensado, elaborado e instrumentalizado pelas mulheres na Inglaterra do século XV de forma fluida, multidirecional, para que pudesse refletir aos seus anseios. Embora os regimes

de verdade modernos tenham instituído o feminino em um lugar de silenciamento e passividade, no fim do medievo os diferentes discursos a respeito do gênero ainda estavam em jogo. Isso significa que, naquele momento, a sobreposição do binarismo sobre as demais lógicas de funcionamento do gênero não estava dada, consolidada nem arregimentada. Havia, ainda, a possibilidade de uma concepção muito mais móvel e plural sobre os gêneros - marcado, evidentemente, por relações de poder que delimitavam as possibilidades de movimento. Não era possível assumir *qualquer* papel, mas era possível atuar em *vários* deles.

Gênero foi, enfim, um sistema de significações, produtor e produto de relações de poder. Existiu não como dois (nem três) campos, mas como espectro norteado por concepções comuns de feminilidade e masculinidade. Multidirecional e móvel, percorridas segundo o sujeito e suas possibilidades. Enquanto no campo teológico o gênero servia como explicação e reflexo do poder divino, no mundo profano e na rotina instável da *gentry*, gênero servia como ferramenta para organizar a vida social e como possibilidade de flutuar entre espaços de poder. Por sua vez, as hierarquias elaboradas naquela sociedade e os discursos eclesiásticos que se pretendiam hegemônicos seguiam lutando para determinar os limites dessa permeabilidade.

Quando Joan Scott definiu as categorias de “homem” e “mulher” como vazias e transbordantes, afirmou que seriam assim pela ausência de um significado definitivo e transcendente para elas, assim como pela possibilidade, dentro desses mecanismos, de *outras* definições. O gênero no século XV, da forma como foi instrumentalizado por algumas mulheres, se assemelhou profundamente a essa definição. Não eram definitivas, porque poderiam ser modificadas, nem transcendentais porque não escapavam às questões localizadas da rotina e das necessidades práticas dessas mulheres. Menos do que categorias metafísicas sobre o ser, correspondiam a identificações por meio das quais poderiam e tentariam agir no mundo.

Algumas reflexões contemporâneas sobre gênero colocaram em questão “não apenas o *um* - a unicidade, a norma, a fusão - mas também o *dois* - a diferença como desvio”<sup>161</sup>. Eis que no século XV, entre essas mulheres, o *três* também havia sido posto em suspenso, deslocando a possibilidade reduzida de pertencimento a um universo monolítico para outro mais difuso do que pretendia a ortodoxia católica e a própria historiografia contemporânea.

\*

---

<sup>161</sup> VARIKAS, op. cit., p. 61

Existem duas grandes dificuldades em um texto acadêmico que versa sobre o passado em moldes científicos. A primeira é dar início a ele; a segunda, é concluí-lo. Depois de tantas afirmações postas no papel, é difícil amarrá-las enquanto sentimos o peso que carregaram e que carregarão a cada linha desenvolvida. É ainda mais complicado quando pensamos que nenhuma pesquisa está verdadeiramente encerrada, uma vez que portas - janelas, frestas - sempre se abrem ao longo do caminho para que novas questões sejam colocadas. Ao mesmo tempo, é difícil sentir-se satisfeito com o que está no papel: parece que há sempre mais para ser dito e infelizmente o tempo não se satisfaz em esperar para que possamos dizê-lo. Os prazos chegam e nos forçam a encostar, pelo menos por enquanto, cada abertura que foi deixada pelo caminho. Forçam-nos a dar um ponto final para aquilo que tem, na verdade, muito mais reticências.

Ao mesmo tempo, é difícil apartar-se da própria documentação - mesmo que brevemente. É curioso como pouco se fala sobre o laço que criamos com as fontes estudadas, um certo carinho por essas produções e, por que não, pelos personagens que estiveram ali. Penso como tratamos com tanta objetividade nossas fontes que só nos lembramos deles enquanto seres humanos quando chegamos ao final. Não me entendam mal, o rigor com que estudamos a documentação não está relacionado ao que pontuo aqui. Quero dizer que, por vezes, o distanciamento (temporal, mas material também) é tanto que nos esquecemos de pensar nesses sujeitos como seres de desejos, sonhos e frustrações. Cada mulher que mencionamos nas dezenas de páginas que antecedem essas foi uma pessoa real (e peço licença para não entrar no debate sobre o que é a realidade aqui). Cada uma delas esteve inserida em um momento delicado, viram suas vidas ameaçadas - por cercos ou perseguições religiosas - e precisaram contornar essas angústias.

Façamos um exercício de imaginação. Pensemos que essas mulheres tiveram experiências comuns a grande parte da humanidade: talvez tenham se apaixonado profundamente, talvez tenham tido medo de se casar e enfrentar todas as exigências de uma vida adulta; é possível que tenham se angustiado diante do parto e da possibilidade da morte (de si, de seus filhos); é possível também que tenham sonhado com uma vida completamente diferente da que tiveram, que sentissem curiosidade sobre o mundo além das fronteiras onde estiveram e que tenham tido ambições sobre uma vida mais e mais confortável. Penso que imaginá-las em seus sonhos e angústias, agora ao final dessa análise, pode nos ajudar como um

exercício de alteridade, propondo-nos a retomá-las não apenas como nomes em um papel, mas como sujeitos cujas vidas hoje tomamos em nossas mãos.

Estudos que abordam temas recentes, traumáticos, da história contemporânea costumam se deparar com uma série de questões éticas que precisam ser seguidas. Preservar nomes, não reproduzir algumas falas, ter a sensibilidade humana de lidar com o outro. Quando trabalhamos com sujeitos tão distantes como Agnes, Margaret, Margery, Julian, Christine, Marguerite, esses mesmos critérios não são postos. Podemos citar suas identidades, reproduzimos tudo o que escreveram e as abordamos como nomes em um papel. Nessas páginas finais, gostaria de imaginá-las a partir de um olhar mais sensível, um olhar que as reconhece como mulheres inseridas em um mundo muito masculino e que precisaram recorrer a dezenas de ferramentas diferentes para existir nesse mundo, para serem notadas.

Louis Althusser certa vez falou sobre a importância de interpelar o Outro como meio de reconhecimento de sua identidade. É preciso interpelá-lo, chamá-lo, para que possa existir socialmente. Esse trabalho, ao fim das contas, é também uma forma de interpelação, um esforço breve em trazer à existência histórica mulheres cujos nomes nem sempre foram lembrados e cuja vida segue por vezes condenada ao silêncio e ao esquecimento no mundo.

*Lembremos.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Documentação primária

DAVIS, N. *The Paston Letters: a selection in modern spelling*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

GAIRDNER, James. *The Paston letters, 1422-1509 A.D.*, (1872-75). Westminster: 1895-1912.  
WATT, D. *The Paston Women: selected letters*. Cambridge: D. S. Brewer, 2004.

### Documentação secundária

CHRISTINE DE PIZAN. *A Cidade das Damas*. Tradução de Luciana Deplagne. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

\_\_\_\_\_. *The Treasure of the City of Ladies: or The Book of the Three Virtues*. Traduzido e com introdução por Sarah Lawson. NY: Penguin Classics, 2003.

JULIAN OF NORWICH. *The Writings of Julian of Norwich: A Vision Showed to a Devout Woman and A Revelation of Divine Love*. Editado por Nicholas Watson e Jacqueline Jenkins. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2005.

KEMPE, Margery. *The Book of Margery Kempe: Ms. 61823, British Library*. Disponível em <[http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=add\\_ms\\_61823\\_fs001r](http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=add_ms_61823_fs001r)>. Acesso em fevereiro de 2023).

MARGUERITE D'OINGT. *Oeuvres de Marguerite d'Oyngt Prieure de Poleteins: publiées d'après le manuscrit unique de la Bibliothèque de Grenoble*. Lyon : N. Scheuring, 1877.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres de Marguerite d'Oyngt, prieure de Poleteins*. Forgotten Books, 2015.

PORETE, Marguerite. *O Espelho das Almas Simples e aniquiladas e que permanecem somente na vontade e no desejo do Amor*. Tradução de Sílvia Schwartz. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TROTULA DI RUGGIERO. *Sobre as Doenças das Mulheres*. Tradução de Alder Ferreira Calado e Karine Simoni. Tubarão, SC: Copiart, 2018.

### Bibliografia geral

ALTMAN, Janet G. *Epistolarity: approaches to a form*. Columbus: Ohio State University Press, 1982, p. 4.

ANSELMANT, R. "Katherine Paston and Brilliana Harley: Maternal Letters and the Genre of Mother's Advice". *Studies in Philology*, vol. 101, n. 4. Outono, 2004. pp. 431-453.

ARIÈS, Phillip; DUBY, Georges (Coord.). *História da Vida Privada: a Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARISTÓTELES, *Metafísica*. Tradução de Efsen Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

ARNOLD, J. H.; LEWIS, K. J. (Ed.). *A Companion to The Book of Margery Kempe*. Cambridge: D. S. Brewer, 2004.

ASCOLI, Albert Russel. *Dante and the making of a Modern author*. New York: Cambridge University Press, 2008.

AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Editora J.O. Urmson, 1962.

AVILA, Arthur. L.; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Orgs). *A História (in)Disciplinada*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BADINTER, E. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARKER, J. *1381: The Year of the Peasant's Revolt*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

BARR, Jessica. "The meaning of the word: language and divine understanding in Maguerite d'Oingt". *Mystics Quarterly*, v. 33, n. 1/2, março/junho de 2007, pp. 27-52.

BARRAT, Alexandra. (Ed.) *Women's writing in Middle English*. UK: Pearson Education Limited, 2010, 2º ed.

BARRON, Caroline M. "The 'Golden Age' of Women in Medieval London". In: *Medieval London: collected papers of Caroline M. Barron*. Medieval Institute Publications, 2017.

BARTOLI, Elisabetta e HOGEL, Christian (Orgs). *Medieval Letters – Between Fiction and Document*. Turnhout: Brepols, 2015, p. 179-199.

BARZOTTO, C. E.; SEFFNER, F. Escola sem Partido e sem Gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. *Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.*, Salvador, v. 29, n. 58, p. 150-167, abr./jun. 2020 (...) Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232209/001133419.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 20 jan. 2023.

BÄUML, Franz. "Varieties and Consequences of Medieval Literacy and Illiteracy". *Speculum*, v. 55, n. 2 (abril, 1980), pp. 237-265.

BEADLE, Richard; RICHMOND, Colin; *Paston Letters and Papers of the Fifteenth Century*, - Part III, Early English Text Society, Supplementary Series 22. Oxford, 2006.

BEATTIE, Cordelia. "Married Women's Wills: probate, property and piety in later medieval England". *Law and History Review*, fev., v. 37, n.1, 2019, pp. 29-60.

BEATTIE, Cordelia; FENTON, Kirsten A (Ed.). *Intersections of Gender, Religion and Ethnicity in the Middle Ages*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1-2, 1980.  
BEER, Frances. *Women and Mystical Experience in the Middle Ages*. Suffolk, UK: The Boydell Press, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BENNETT, Judith. *Ale, Beer, and Brewsters in England. Women's Work in a Changing World, 1300-1600*. New York and Oxford: 1996.

\_\_\_\_\_. *Medieval Women in Modern Perspective*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Women in the Medieval English Countryside: gender & household in Brigstock Before the Plague*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

BITEL, L. M.; LIFSHITZ, F. *Gender and Christianity in Medieval Europe: New Perspectives*. The Middle Ages Series. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 2008.

BLOCH, Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Librairie Armand Colin 1949, 1952.

BLUMENFELD-KOSINSKI, R. (Ed.). *The Writings of Margaret of Oingt: medieval prioress and mystic*. Estados Unidos: Focus Information Group, 1990.

BODDEN, M. C. *Language as the site of revolt in medieval and Early Modern England: speaking as a woman*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011..

BOHNA, M. "Armed Force and Civic Legitimacy in Jack Cade's Revolt, 1450". *The English Historical Review*, v. 118, n. 477, jun. 2003, pp. 563-582.

BOTTON, Viviane Bagiotto. "Muxes: gênero e subjetivação, entre a tradição e as novidades". Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/34563/23689>>.

BOVO, Claudia. "No âmago da epistolografia medieval: tipologia epistolar e política na correspondência de Pedro Damiano (1040-1072)". *História (São Paulo)*, v. 34, n. 2, pp. 263-285, jul./dez. 2015.

BROCHADO, C. C.; DEPLAGNE, L. C. (Org.). *Vozes de mulheres da Idade Média*. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

BURNS, J. H. "Spiritual and Temporal Powers". In: *History of Medieval Political Thought c. 350-c.1450*. Cambridge University Press: 1991.<sup>1</sup>

BUTLER, Judith. *Corpos que Importam: os limites discursivos do 'sexo'*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.



\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

BYNUM, Caroline. "Why All the Fuss about the Body? A Medievalist's Perspective". *Critical Inquiry*, v. 22, n. 1, outono de 1995, pp. 1-33.

\_\_\_\_\_. *Fragmentation and Redemption: Essays on Gender and the Human Body in Medieval Religion*. New York: Zone Books, 1992.

\_\_\_\_\_. *Holy Feast and Holy Fast: the religious significance of food to medieval women*. Berkeley: University of California Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *Jesus as Mother: studies in the spirituality of the High Middle Ages*. Berkeley: University of California Press, 1984.

CARLONI, K. e FORTES, C. C. (Orgs). *Mulheres Tecendo o Tempo: Experiências e experimentos femininos no medievo e na contemporaneidade*. Curitiba: CRV, 2020. p.177-193.

CAVINESS, Madeline. "Feminism, Gender studies, and Medieval Studies". *Diogenes*, n. 225.

CHANCE, Jane. *The literary subversions of medieval women*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

CHEREWATUK, Karen, & WIETHAUS, Ulrike. *Dear Sister: Medieval Women and the Epistolary Genre*. University of Pennsylvania Press, 1993.

CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. California: University of California Press, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. 2nd ed. New York: Routledge, 2009

CONDÉ, M. *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

CONNEL, Charles. *Popular Opinion in the Middle Ages: channeling public ideas and attitudes*. Berlin: GmbH, 2016.

CONSTABLE, Giles. *Letters and Letter-Collections*. Bélgica: Éditions Brepols, 1976.

COSTA, M. R. N.; COSTA, R. N. *Mulheres intelectuais na Idade Média: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. Disponível em <[https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206\\_19739039a5a5438f95fd7c7a5f221ff3.pdf](https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_19739039a5a5438f95fd7c7a5f221ff3.pdf)>. Acesso em 31 de maio de 2023.

COTTRELL, Robert D. Marguerite Porete's Heretical Discourse; or, deviating from the model. *Modern Language Studies*, v. 21, n. 1, p. 16-21, 1991.

CRAIG, Leigh Ann. *Wandering Women and Holy Matrons: women as pilgrims in the Later Middle Ages*. Leiden: Brill, 2009.

D'ANGELO, Edoardo; ZIOLKOWSKI, Jan (Ed.). *Auctor et auctoritas in latinis medii aevi litteris: Author and authorship in medieval latin literature*. Firenze: Sismel Edizioni Del Galuzzo, 2014.

DAVENPORT, Anthony. *Medieval Narrative: an introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DEPLAGNE, L. C. (Org.). *As intelectuais na Idade Média: pensadoras, místicas, cientistas e literatas*. 1ª ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2015. Páginas 105-121.

DICKENS, Andrea. J. *The Female Mystic: great women thinkers of the Middle Ages*. London: I.B. Tauris, 2009.

DINSHAW, Carolyn; WALLACE, David (Ed.). *Medieval women's writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DOUGLAS, Jennifer. “‘Kepe wysly youre wrytyngys’: Margaret Paston’s Fifteenth-Century Letters”. *Libraries & the Cultural Record*, v. 44, n. 1, 2009, pp. 29-49.

DRONKE, Peter. *Las escritoras de la edad media*. Barcelona: Critica, 1995.

DRYDEN, D. D. *Margaret of Anjou and her Relation to the War of the Roses*. Tese de Mestrado. Mestrado em História da Arte, Universidade de Illinois, 1916.

DUBY, Georges. *Damas do século XII: Eva e os Padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. *Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990, v. 2, p. 517.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ELLIOTT, Dyan. *Proving Woman: female spirituality and inquisitional culture in the Later Middle Ages*. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

ELLIS, S. “Crown, Community and Government in the English Territories, 1450-1575”. In: *Third Conference on the Formation of the English State, abril de 1984, St Peter’s College*. Comunicação. Oxford, 1984.

FARMER, S. ; PASTERNAK, C. B. (Eds.). *Gender and Difference in the Middle Ages*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FENSTER, T. S.; LEES, C. A. (Eds.). *Gender in Debate from the Early Middle Ages to the Renaissance*. New York: Palgrave, 2002.

FIELD, Sean L. *The beguine, the angel and the inquisitor: the trials of Marguerite Porete and Guiard of Cressonessart*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2012.

\_\_\_\_\_. “Agnes of Harcourt, Felipa of Porcelet, and Marguerite of Oingt: Women Writing about Women at the End of the Thirteenth Century”. *Church History*, v. 76, n. 2, jun. de 2007, pp. 298-329.

FORTES, Carolina C. É possível uma história medieval de gênero? Considerações a respeito da aplicação do conceito de gênero em história medieval. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2006, p. 1-7.

\_\_\_\_\_. Os Atributos Masculinos das Santas na Legenda Aurea: os casos de Maria e Madalena. 2004. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade: a vontade de saber*. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. v. 3. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FRAZÃO DA SILVA, Andreia Cristina Lopes. Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003). *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, v. 11, n. 14, p. 87-107, 2004.

FRAZÃO DA SILVA, Andreia Cristina Lopes; FORTES, Carolina Coelho. “A vida religiosa feminina e as relação de poder na Ordem dos Pregadores: reflexões a partir dos epistolário de Jordão da Saxônia”. *Horizonte: Revista De Estudos De Teologia E Ciências Da Religião* (Online), v. 15, p. 1220-1252, 2017.

FRAZÃO DA SILVA, Andreia Cristina Lopes; SILVA, Leila Rodrigues da. “As Mulheres na Vita Sancti Aemiliani e na Legenda Beati Petri Gundisalvi: Um Estudo De Comparação Diacrônica”. *Brathair* (Online), v. 19, p. 6-35, 2019.

GAIRDNER, James. *The Paston letters, 1422-1509 A.D.*, (1872-75). Westminster: 1895-1912.

GARÍ, Blanca (Ed.). *Redes femeninas de promoción espiritual en nos Reinos Peninsulares (s. XIII-XVI)*. Viella Livreria Editrice: Barcelona, 2013.

GIES, J.; GIES, F. *Women in the Middle Ages: The Lives of Real Women in a Vibrant Age of Transition*. Londres: Harper Perennial, 2018.

GOLDBERG, JP. J. *Women, Work and Lifecycle in a Medieval Economy: Women in York and Yorkshire, 1300-1525*. Oxford: 1992.

GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética*. São Paulo: Boitempo, 2014.

GOODMAN, Anthony. *Margery Kempe and her world*. Harlow: Pearson Education, 2002.

\_\_\_\_\_. *The Wars of the Roses: Military Activity and English Society, 1452-97*. New York: Routledge, 1991.

GREEN, D. *The Hundred Years War: a people's history*. Londres: Yale University Press, 2014.

GREEN, K.; MEWS, C. J. (Eds.). *Virtue Ethics for Women: 1250-1500*. Nova York: Springer, 2011.

GREEN, Monica. “Bodies, Gender, Health, Disease: recent work on medieval women's medicine”. *Studies in Medieval and Renaissance History*, Boston, 2004.

GRUNDMANN, Herbert. *Movimenti religiosi nel medioevo: ricerche sui nessi storici tra l'eresia, gli Ordini mendicante e il movimento religioso femminile nel XII e XIII secolo e sulle origini storiche della mística tedesca*. Bologna: Società editrice il Mulino, 1974.

GUAL DA SILVA, Carolina. “Sobre Direito e Normas na Idade Média: do pluralismo à multinormatividade”. *Revista Signum*, v. 21, n. 1, 2020, pp. 6-22.

\_\_\_\_\_. *Solver o débito divino: dízimos, jurisdições e espaços de autoridade (séculos XII-XIII)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

HADLEY, D. *Masculinity in Medieval Europe*. Londres: Routledge, 2016.

HANAWALT, B.; WALLACE, D. *Bodies and disciplines: intersections of literature and history in fifteenth-century England*. *Medieval Cultures*, v. 9. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

HANAWALT, Barbara A. *'Of Good and Ill Repute': gender and social control in Medieval England*. New York: Oxford University Press, 1998.

HARDING, W. Medieval Women's Unwritten Discourse on Motherhood: a reading of two fifteenth-century texts. *Women's Studies*, v. 21, 1992. pp. 197-209.

HARPER-BILL, Christopher (Ed.). *Medieval East Anglia*. Woodbridge, Suffolk: Boydell Press, 2005.

HARRIS, B. Property, Power and Personal Relations: Elite Mothers and Sons in Yorkist and Early Tudor England. *Signs*, v. 15, n. 3 (primavera 1990). pp. 606-632.

HELMHOLZ, R. H. "Civil jurisdiction and the clergy". In: *The Ius commune in England: Four Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HICKS, M. *The War of the Roses: essencial histories*. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, T(Orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JACOPPO DE VARAZZE. *Legenda Aure*. Testo latino dell'edizione critica a cura de Giovanni Paolo Maggioni. Firenze: SISMEL-Galuzzo, 1999.

JESUS, C. C. de.; ALVARO, B. G. "(Des)problematizando a Idade Média: reflexões sobre a perspectiva do gênero na medievística brasileira (2000-2015). *Revista Expedições*, v. 9, n. 3, mai./ago. 2018, pp. 17-35.

KANGUSSU, Imaculada. "Medeia escrava. Sobre Amada de Toni Morrison". *Archai*, n.º 22, Jan.-Apr., 2018. p. 283-297.

KENDALL, P. M. *The Yorkist Age: daily life during the Wars of the Roses*. Nova Yorque: Anchor Books, 1962.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARRINGTON, Carolyne. *Women and writing in Medieval Europe*. London: Routledge, 1995.

LAWRENCE-MATHERS, Anne; HARDMAN, Phillipa (Ed.). *Women and Writing, c. 1340-c. 1650: the domestication of print culture*. Suffolk, UK: York Medieval Press, 2010.

LE GOFF, J.; TRUONG, N. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 10.

LE GOFF, Jean-Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

LEYSER, C.; SMITH, L. (Ed.). *Motherhood, Religion and Society in Medieval Europe, 400-1400*. Farnham, UK: Ashgate Publishing Limited, 2011.

LIBERA, Alain de. *Pensar na Idade Média*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LINDQUIST, S. *Gender, Otherness and Culture in Medieval and Early Modern Art*. Palgrave Macmillan, 2017.

LOENGARD, Janet. "Legal History and the Medieval Englishwoman: a fragmented view". In: *Law and History Review*, v. 4, iss. 1, primavera 1986, pp. 161-178.

LOUGHLIN, Gerard (Ed.). *Queer Theology: rethinking the Western body*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

LOURO, G. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LUGONES, Maria. "Rumo a um feminismo decolonial". *Revista Estudos Feministas*, n. 22 (3), set.-dez. 2014, pp. 935-952.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MARCELLO, F. A. "Dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos". *Educação & Realidade*, n. 29 (1), jan/jun. 2004.

MARTIN, P. *Chaucer's Women: Nuns, Wives and Amazons*. Macmillan, University of Iowa Press, 1990.

MARX, Karl. *Der Achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*. Hamburgo, 1869, p. 1. Disponível em <[https://www.deutschestextarchiv.de/book/view/marx\\_bonaparte\\_1869?p=13](https://www.deutschestextarchiv.de/book/view/marx_bonaparte_1869?p=13)>.

MATE, M. "The economic and social roots of medieval popular rebellion: Sussex in 1450-1451". *Economic History Review*, v. XLV, n. 4, 1992, pp. 661-676.

MCAVOY, L. *Authority and the female body in the writings of Julian of Norwich and Margery Kempe*. Cambridge: D. S. Brewer, 2004.

MCCARTHY, C. *Marriage in Medieval England: law, literature and practice*. Woodbridge: The Boydell Press, 2004.

MCCULLOCH, D.; JONES, E. D. "Lancastrian Politics, the French War, and the Rise of the Popular Element". *Speculum*, v. 58, n. 1, 1983.

MCGINN, B. (ed.). *Meister Eckhart and the Beguine Mystics: Hadewijch of Brabant, Mechtild of Magdeburg, and Marguerite Porete*. New York: Continuum, 1997.

MEALE, Carol M. (Ed.). *Women and literature in Britain, 1150-1500*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MEDEIROS, J. “O indivíduo na historiografia do século XIX: Georgi Plekhanov e a crítica ao historicismo”. *Revista Ars Historica*, nº10, Jan/Jul 2015, p.118-136.

MINNIS, A. *Medieval Theory of Authorship: Scholastic Literary Attitudes in the Later Middle Ages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988, 2ª ed.

MITCHELL, L (Org.). *Women in Medieval Western European Culture*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1999.

MITCHELL, L. (Ed.). *Women in Medieval Western European Culture*. Nova Iorque: Routledge, 1999.

MORAN, S. J.; PIPKIN, A. (Eds.) *Women and Gender in the Early Modern Low Countries, 1500-1750*. Londres: Brill, 2019

MORRISON, Toni. *Amada*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MULDER-BAKKER, A.; MCAVOY, L. (Ed). *Women and Experience in Later Medieval Writing: Reading the Book of Life*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.

MULDER-BAKKER, Anneke B. (Ed.). *Seeing and Knowing: women and learning in Medieval Europe 1200-1550*. Turnhout: Brepols, 2004.

OAKLEY, Ann. *Sex, Gender, and Society*. Nova York: Harper Colophon Books, 1972.

OH, Irene. “The Performativity of Motherhood: Embodying Theology and Political Agency”. *Journal of the Society of Christian Ethics*, v. 29, n. 2, p. 3-17, outono/inverno de 2009.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. *A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo 2021, p. 46. Edição original publicada em 1997 pela Universidade de Minnesota.

PARKER, Kate. “Lynn and the Making of a Mystic”. In: ARNOLD, John H.; LEWIS, Katherine J. (Ed.). *A Companion to The Book of Margery Kempe*. Cambridge: D. S. Brewer, 2004.

PAUL, Jacques. “El derecho y la ciencia jurídica”. In: *Historia intelectual del Occidente medieval*. Cátedra: Madrid, 2003, p. 386-393.

PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

PETERSEN, S. R. F.; LOVATO, B. H. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: edição do autor, 2013.

PHILLIPS, K. “Femininities and the Gentry in Late Medieval East Anglia: ways of being”. In: MCAVOY, L. (Ed.). *A Companion to Julian of Norwich*. D.S. Brewer, 2008.

PHILLIPS, Susan. *Transforming Talk: the problem with gossip in Late Medieval England*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1970.

PINTO, J. P. “Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades”. *D.E.L.T.A.*, 23:1, 2007, pp. 1-26.

POLLARD, A. J. *The War of the Roses*. Nova Iorque: Palgrave, 2001.

RAEWYLL, Connell; PEARSE, Rebecca. *Gênero, uma perspectiva global: compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo*. São Paulo: nVersos, 2015.

RAGO, Margaret. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Aventura de contar-se: feminismos escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013. PEDRO, M. J. *Mulheres Honestas E Mulheres Faladas: Uma Questão De Classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

RICH, A. *Nacemos de Mujer: la maternidad como experiencia e institución*. España: Traficantes de Sueños, 2019. Publicação original de 1976.

RICHMOND, Colin. *The Paston family in the fifteenth century: the first phase*. Cambridge: Cambridge Press University, 1990.

RICHMOND, Phyllis. Early English Law Schools: The Inns of Court. *American Bar Association Journal*. V. 48, n. 3, mar-1962, pp. 254-259.

RICKETS, Philadelphia. *High-Hanking Widows in Medieval Iceland and Yorkshire: property, power, marriage and identity in the twelfth and thirteenth centuries*. Boston: Brill, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROJAS, F.; THOMPSON, P. E. *Queering the Medieval Mediterranean: Transcultural Sea of Sex, Gender, Identity, and Culture*. Editora Brill, 2021.

ROSE, J. “Medieval Estate Planning: The Wills and Testamentary Trials of Sir John Fastolf”. *Papers SSRN*, mai. 7, 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2053877>>. Acesso em 22 de abril de 2023.

ROSE, Mary Beth. *Plotting Motherhood in Medieval, Early Modern and Modern Literature*. Palgrave Macmillan, 2017

ROSS, R. *Literary References in the Paston Letters to the characters in Shakspeare's King Henry VI*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Inglês, Kansas State College, 1954.



- ROSSIAUD, J. *A Prostituição na Idade Média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991
- RUBIN, M. “A Decade of Studying Medieval Women, 1987-1997”. *History Workshop Journal*, n. 46, outono de 1998.
- RUFER, Mario. “Experiencia sin lugar en el lenguaje: enunciación, autoridade y la *historia de los otros*”. *Relaciones* 133, v. 34, 2013, pp. 79-115.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: ensaios de antropologia medieval*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. Igualdad versus diferencia: los usos de la teoría postestructuralista. *Feminist Studies*, v. 14, n. 1, p. 85-104, primavera 1988.
- SMITH, Bonnie. (Ed.). *Women's History in Global Perspective*, v. 2. Chicago: University of Illinois Press, 2005.
- SMITH, R. M. “Women’s Property Rights under Customary Law: some developments in the thirteenth and fourteenth centuries”. *Transactions of the Royal Historical Society*, v. 36, 1986, pp. 165-194.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”. *Revista Brasileira de História*, 27 (54) • Dez 2007.
- SOUZA, Ney de; et. al. “Aspectos da Inquisição Medieval”. *Revista de Cultura Teológica*. v. 19, n. 73, jan-mar 2011, pp. 59-88.
- SPIVAK, Gayatri. C. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- STAPLES, Kate Kelsey. “Identifying Women Proprietors in Wills from Fifteenth-Century London”. *Early Modern Women*, vol. 3, outono 2008, pp. 239-243.
- STEVENS, Matthew Frank. “London Women, the Courts and the ‘Golden Age’: a quantitative analysis off emale litigants in the fourteenth and fifteenth centuries”. *The London Journal*, v. 37, n. 2, 2012. pp. 67-88.
- TEODORO, Leandro. *Lições para o homem casado: Portugal séculos XIV-XVI*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2016.
- THURMAN, D. *The family and women in the fifteenth century: a case study of the Pastons*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Portland State University, 1994.

TILLY, Louise. “Gênero, História das Mulheres e História Social”. *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, n.3, 1994.

TINKLE, Theresa. *Gender and Power in Medieval Exegesis*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

VALLEJO, Jesús. “Power hierarchies in medieval juridical thought. An essay in reinterpretation”. In: *Ius Commune*. 1992, n. 19, p. 1-29.

VARIKAS, Eleni. *Pensar o sexo e o gênero*. São Paulo: Editora Unicamp, 2016

VAUCHEZ, Andre. *Esperienze religiose nel Medioevo*. Rome: Viella, 2003.

VELOSO, W. R. *Os 'Continentes', os 'Conjugati' e os Outros: Identidade Cristã e a Instituição da Sexualidade Divina nos Escritos de Agostinho de Hipona (Séculos IV e V)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil, 2019.

VITIELLO, J. C. *Public Justice and the Criminal Trial in Late Medieval Italy: Reggio Emilia in the Visconti Age*. Brill, 2016.

WAGNER, J. *Documents of the Reformation*. California: ABC-CLIO, 2019.

\_\_\_\_\_. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. Londres: Greenwood Press, 2006.

WALLACE, L. “Bearded woman, female Christ: gendered transformations in the legends and cult of Saint Wilgefortis”. *Journal of Feminist Studies in Religion*, Vol. 30, No. 1, primavera de 2014, pp. 43-63.

WATT, Diane. *Medieval Women's Writing: works by and for women in England, 1100-1500*. Cambridge: Polity Press, 2007.

\_\_\_\_\_. (Ed.). *Medieval women in their communities*. Cardiff: University of Wales Press, 1997.

WIESNER-HANKS, Merry. *Gender in history: global perspectives*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2001.

WILKINSON, B. *The Later Middle Ages in England, 1216-1485*. London: Routledge, 1969.

WITT, Ronald. “Medieval ‘Ars Dictaminis’ and the Beginnings of Humanism: a new construction of the problem”. *Renaissance Quarterly*, v. 35, n. 1, (primavera 1982), pp. 1-35.

YSEBAERT, Walter. “Medieval Letters and Letter Collections as Historical Sources: methodological questions, reflections, and research perspectives (sixth-fifteenth centuries)”. *Studi Medievali*, v. 50 (1), jun. 2009, pp. 41-73.

ZIOLKOWSKI, Jan. “Cultures of Authority in the Long Twelfth Century”. *Journal of English and Germanic Philology*. Board of Trustees, University of Illinois, outubro, 2009, pp. 421-448.

## Apêndice

### 1. Cartas com menção a matrimônio

| Data        | Autora               |  |                  |                      |
|-------------|----------------------|--|------------------|----------------------|
| abr., 1440  | Agnes Paston         |  | fev., 1477       | Margery Brews        |
| set., 1443  | Margaret Paston      |  | fev., 1477       | Margery Brews        |
| fev., 1449  | Margaret Paston      |  | jun., 1477       | Margaret Paston      |
| 1449        | Agnes Paston         |  | nov., 1481       | Margery Paston       |
| jun., 1449  | Elizabeth Clere      |  | 18 fev., p. 1450 | Agnes Paston         |
| jan., 1453  | Margaret Paston      |  | abr., 1448       | Margaret Paston      |
| abr., 1453  | Margaret Paston      |  | 29 jan., 1454    | Margaret Paston      |
| jan., 1459  | Elizabeth [Paston]   |  | set., 1459       | Margaret Paston      |
| dez., 1459  | Margaret Paston      |  | 13 nov., p. 1463 | Margaret Paston      |
| nov., 1463  | Margaret Paston      |  | 27 mai., 1465    | Margaret Paston      |
| mar., 1469  | Margaret Paston      |  | 30 jun., 1465    | Margaret Paston      |
| abri., 1469 | Margaret Paston      |  | 27 mai., 1478    | Margaret Paston      |
| set. 1469   | Margaret Paston      |  | 1477 II          | Dame Elizabeth Brews |
| fev., 1477  | Dame Elizabeth Brews |  | 1463-68          | Cecil Daune          |

### 2. Cartas com o menção à maternidade

|             |                 |                   |  |                 |
|-------------|-----------------|-------------------|--|-----------------|
| dez., 1441  | Margaret Paston |                   |  |                 |
| fev., 1445  | Agnes Paston    | set., 1469        |  | Margaret Paston |
| 1449        | Agnes Paston    | 22-30 set., 1469  |  | Margaret Paston |
| jan., 1458  | Agnes Paston    | nov., 1471        |  | Margaret Paston |
| nov., 1463  | Margaret Paston | 29 nov., 1471     |  | Margaret Paston |
| mar. 1464   | Margaret Paston | 3 mai., 1465      |  | Margaret Paston |
| abr., 1465  | Margaret Paston | 30 jun., 1465     |  | Margaret Paston |
| out., 1465  | Agnes Paston    | 6 jul., p. 1470   |  | Margaret Paston |
| out., 1466  | Margaret Paston | 28 jan., 1475 II  |  | Margaret Paston |
| mar., 1469  | Margaret Paston | 28 jan., 1475 III |  | Margaret Paston |
| abri., 1469 | Margaret Paston | 23 mai., 1475     |  | Margaret Paston |
| set. 1469   | Margaret Paston | 27 mai., 1478     |  | Margaret Paston |

### 3. Cartas a respeito da administração do lar/das propriedades

|            |                 |                  |                 |
|------------|-----------------|------------------|-----------------|
| abr., 1440 | Agnes Paston    |                  |                 |
| dez., 1441 | Margaret Paston | abri., 1469      | Margaret Paston |
| fev., 1445 | Agnes Paston    | 22-30 set., 1469 | Margaret Paston |
| 1448       | Margaret Paston | nov., 1471       | Margaret Paston |
| fev., 1449 | Margaret Paston | 29 nov., 1471    | Margaret Paston |
| fev., 1449 | Margaret Paston | dez., 1471       | Margaret Paston |
| nov., 1451 | Agnes Paston    | 11 mar., p. 1450 | Agnes Paston    |
| jan., 1453 | Margaret Paston | 16 nov., 1452    | Agnes Paston    |
| abr., 1453 | Margaret Paston | 6 jul., 1453     | Agnes Paston    |
| jul., 1453 | Agnes Paston    | 8 jul., 1444     | Margaret Paston |
| jan., 1458 | Agnes Paston    | 1 jul., 1451     | Margaret Paston |
| dez., 1459 | Margaret Paston | 15 out., p. 1453 | Margaret Paston |
| out., 1460 | Margaret Paston | 29 jan., 1454    | Margaret Paston |
| jul., 1461 | Margaret Paston | 3 mai., 1465     | Margaret Paston |
| jan., 1462 | Margaret Paston | 6 jul., p. 1465  | Margaret Paston |
| mar. 1464  | Margaret Paston | p. ago, 1465     | Margaret Paston |
| abr., 1465 | Margaret Paston | 6 jul., p. 1470  | Margaret Paston |
| set., 1465 | Margaret Paston | 28 jan., 1475    | Margaret Paston |
| out., 1465 | Margaret Paston | 23 mai., 1475    | Margaret Paston |
| out., 1466 | Margaret Paston | 27 mai., 1478    | Margaret Paston |

#### 4. Cartas sobre alianças e mediações

|            |                    |  |                  |                      |
|------------|--------------------|--|------------------|----------------------|
| abr., 1440 | Agnes Paston       |  | mar., 1469       | Margaret Paston      |
| fev., 1445 | Agnes Paston       |  | abri., 1469      | Margaret Paston      |
| mai., 1448 | Margaret Paston    |  | set. 1469        | Margaret Paston      |
| fev., 1449 | Margaret Paston    |  | set., 1469       | Margaret Paston      |
| fev., 1449 | Margaret Paston    |  | 22-30 set., 1469 | Margaret Paston      |
| 1449       | Agnes Paston       |  | nov., 1471       | Margaret Paston      |
| jun., 1449 | Elizabeth Clere    |  | 29 nov., 1471    | Margaret Paston      |
| jan., 1453 | Margaret Paston    |  | dez., 1471       | Margaret Paston      |
| abr., 1453 | Margaret Paston    |  | jun., 1477       | Margaret Paston      |
| jan., 1458 | Agnes Paston       |  | nov., 1481       | Margery Paston       |
| jan., 1459 | Elizabeth [Paston] |  | 16 nov., 1452    | Agnes Paston         |
| dez., 1459 | Margaret Paston    |  | 8 jul., 1444     | Margaret Paston      |
| out., 1460 | Margaret Paston    |  | abr., 1448       | Margaret Paston      |
| jul., 1461 | Margaret Paston    |  | 2 abr., 1449     | Margaret Paston      |
| nov., 1461 | Margaret Paston    |  | 1 jul., 1451     | Margaret Paston      |
| jan., 1462 | Margaret Paston    |  | set., 1459       | Margaret Paston      |
| nov., 1463 | Margaret Paston    |  | 1 mar., p. 1461  | Margaret Paston      |
| mar. 1464  | Margaret Paston    |  | 13 nov., p. 1463 | Margaret Paston      |
| abr., 1465 | Margaret Paston    |  | 3 mai., 1465     | Margaret Paston      |
| mai., 1465 | Margaret Paston    |  | 6 jul., p. 1465  | Margaret Paston      |
| jul., 1465 | Margaret Paston    |  | p. ago, 1465     | Margaret Paston      |
| ago., 1465 | Margaret Paston    |  | 1466 ou 1467     | Margaret Paston      |
| ago., 1465 | Margaret Paston    |  | 23 nov., 1472    | Margaret Paston      |
| set., 1465 | Margaret Paston    |  | 27 mai., 1478    | Margaret Paston      |
| out., 1465 | Margaret Paston    |  | p. 1466          | Elizabeth Clere      |
| out., 1465 | Margaret Paston    |  | 1477             | Dame Elizabeth Brews |
| out., 1466 | Margaret Paston    |  | p. 1488          | Dame Elizabeth Brews |

## 5. Cartas a respeito das propriedades e conflitos sobre elas

|            |                 |  |   |
|------------|-----------------|--|---|
| fev., 1449 | Margaret Paston |  |   |
| fev., 1449 | Margaret Paston |  | mar., 1469 Margaret Paston                |
| nov., 1451 | Agnes Paston    |  | set., 1469 Margaret Paston                |
| out., 1460 | Margaret Paston |  | dez., 1471 Margaret Paston                |
| abr., 1465 | Margaret Paston |  | nov., 1481 Margery Paston                 |
| mai., 1465 | Margaret Paston |  | 12 mai., p. 1451 Agnes Paston             |
| jul., 1465 | Margaret Paston |  | prov. 1451 Agnes Paston                   |
| ago., 1465 | Margaret Paston |  | 8 nov., p. 1451 Agnes Paston              |
| ago., 1465 | Margaret Paston |  | 1 dez., 1461 Agnes Paston                 |
| set., 1465 | Margaret Paston |  | 15 dez., 1467 Elizabeth Poynings Paston   |
| out., 1465 | Margaret Paston |  | 25 mai., p. antes de 1460 Elizabeth Clere |
| out., 1465 | Margaret Paston |  | p. 1466 Elizabeth Clere                   |
| out., 1466 | Margaret Paston |  | entre jun. 1487-95 Dame Elizabeth Brews   |

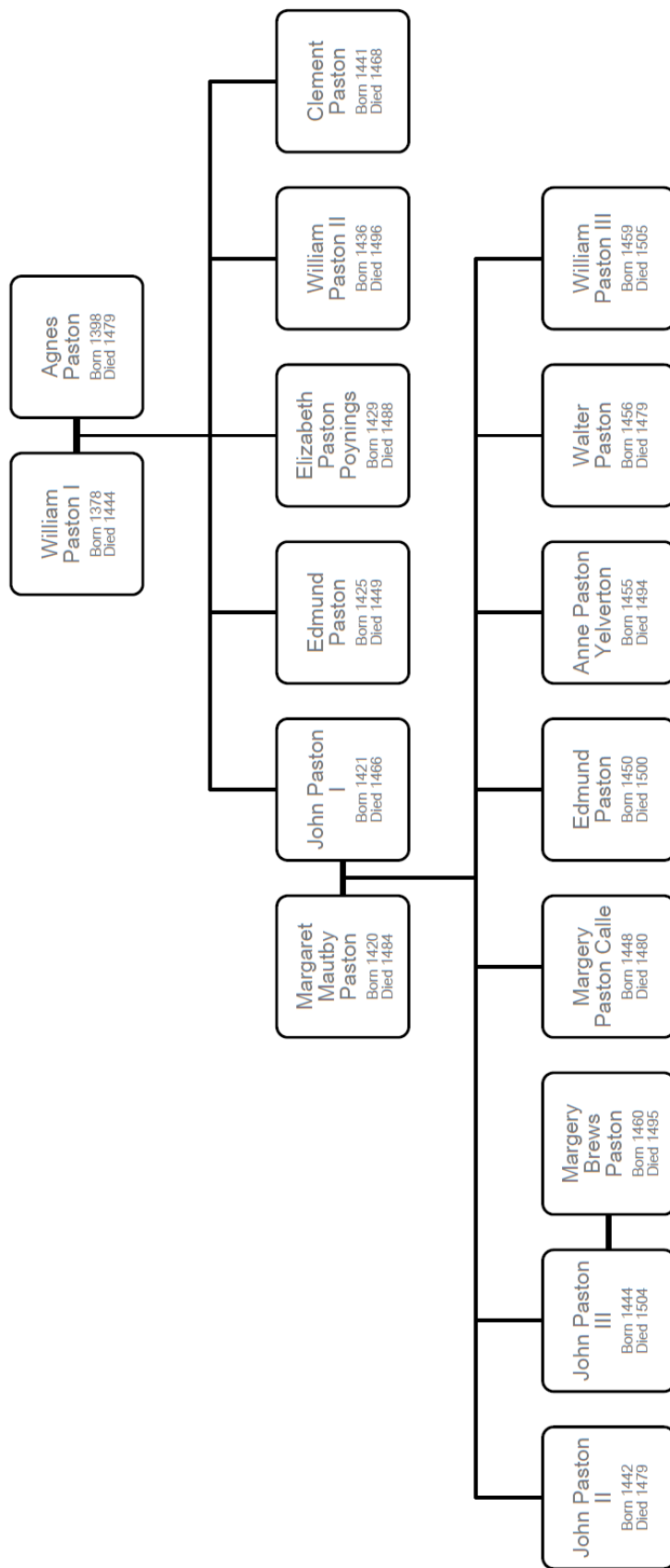
## 6. Cartas que mencionam relações entre mulheres (redes de contato)

|                  |                     |  |  |
|------------------|---------------------|--|--|
| abr., 1440       | Agnes Paston        | c/ Margaret  |  |
| dez. 1441        | Margaret Paston     | c/ Agnes   |  |
| set., 1443       | Margaret Paston     | c/ Agnes   |  |
| mai., 1448       | Margaret Paston     | c/ mãe (sogra?)  |  |
| fev., 1449       | Margaret Paston     | c/ Agnes   |  |
| 1449             | Agnes Paston        | c/ Elizabeth Clere e Elizabeth Paston  |  |
| jun., 1449       | Elizabeth Clere     | c/ Elizabeth e Agnes Pastons   |  |
| jan., 1453       | Margaret Paston     | c/ Elizabeth, Agnes e Alice Crane  |  |
| abr., 1453       | Margaret Paston     | c/ Rainha e Elizabeth  |  |
| jul., 1453       | Agnes Paston        | c/ Elizabeth Clere   |  |
| jan., 1458       | Agnes Paston        | c/ Elizabeth Paston e Lady Pole  |  |
| jan., 1459       | Elizabeth [Paston]  | c/ Agnes Paston e sobre Lady Pole  |  |
| dez., 1459       | Margaret Paston     | c/ Lady Morley e Lady Stapleton  |  |
| nov., 1461       | Margaret Paston     | c/ viúva de Fastolf  |  |
| nov., 1463       | Margaret Paston     | c/ Jane Walsham e Agnes Paston   |  |
| mai., 1465       | Margaret Paston     | c/ Agnes Paston  |  |
| jul., 1465       | Margaret Paston     | c/ duquesas Alice e Elizabeth de Suffolk                                     |  |
| ago., 1465       | Margaret Paston     | c/ senhora de Bedford, Elizabeth Clere e Agnes Paston                        |  |
| set., 1465       | Margaret Paston     | menciona a esposa de Rising  |  |
| out., 1465       | Margaret Paston     | menciona a "velha dama" (viúva do duque?)                                    |  |
| mar., 1469       | Margaret Paston     | c/ lady de Suffolk, Anne Haute e Anne Paston                                 |  |
| abri., 1469      | Margaret Paston     | c/ Margery e Anne Paston, duquesa de Suffolk, senhora de Oxford e de Bedford |  |
| set. 1469        | Margaret Paston     | c/ Margery e Agnes Paston  |  |
| nov., 1471       | Margaret Paston     | c/ Elizabeth Clere, menciona damas que morreram                              |  |
| fev., 1477       | Dame Elizabeth Brew | c/ Margery Brews   |  |
| jun., 1477       | Margaret Paston     | carta para Elizabeth Brews sobre Margery B.                                  |  |
| nov., 1481       | Margery Paston      | c/ Elizabeth Calthorp, lady de Norwich e Margaret Paston                     |  |
| 18 fev., p. 1450 | Agnes Paston        | c/ Margaret e Elizabeth Paston   |  |
| 11 mar., p. 1450 | Agnes Paston        | c/ Margaret, Jennett Lanton, Alisson Crane                                   |  |
| 12 mai., p. 1451 | Agnes Paston        | c/ Elizabeth Paston  |  |
| prov. 1451       | Agnes Paston        | c/ Agnes Ball e esposa de King   |  |
| 8 nov., p. 1451  | Agnes Paston        | c/ esposa de Harman  |  |
| 16 nov., 1452    | Agnes Paston        | c/ Elizabeth Clere e Lady Bloys  |  |
| 6 jul., 1453     | Agnes Paston        | c/ Elizabeth Clere   |  |
| 8 jul., 1444     | Margaret Paston     | c/ Esposa de Heydon  |  |
| abr., 1448       | Margaret Paston     | c/ Lady Morley, Agnes, Kathryn Walsam, Elizabeth Clere                       |  |

|                  |                     |   |  |  |  |  |  |  |
|------------------|---------------------|---|--|--|--|--|--|--|
| 2 abr., 1449     | Margaret Paston     | c/ Elizabeth Clere                          |  |  |  |  |  |  |
| 1 jul., 1451     | Margaret Paston     | c/ Lady Felbrigg, prima Topps e sua tia     |  |  |  |  |  |  |
| 15 out., p. 1453 | Margaret Paston     | c/ Joan Petche                              |  |  |  |  |  |  |
| 29 jan., 1454    | Margaret Paston     | c/ Agnes e Elizabeth                        |  |  |  |  |  |  |
| set., 1459       | Margaret Paston     | c/ Lady Suffolk e Agnes                     |  |  |  |  |  |  |
| 13 nov., p. 1463 | Margaret Paston     | c/ Agnes, Elizabeth Paston e uma das filhas |  |  |  |  |  |  |
| 27 mai., 1465    | Margaret Paston     | c/ Agnes                                    |  |  |  |  |  |  |
| 6 jul., p. 1465  | Margaret Paston     | c/ senhora de Norfolk                       |  |  |  |  |  |  |
| p. ago, 1465     | Margaret Paston     | c/ Agnes                                    |  |  |  |  |  |  |
| 6 jul., p. 1470  | Margaret Paston     | c/ Anne Paston                              |  |  |  |  |  |  |
| 23 nov., 1472    | Margaret Paston     | c/ esposa do Dr Aleyn                       |  |  |  |  |  |  |
| 28 jan., 1475 II | Margaret Paston     | c/ Agnes                                    |  |  |  |  |  |  |
| p. 1466          | Elizabeth Clere     | c/ sua mãe e Agnes Paston p/ Margaret       |  |  |  |  |  |  |
| 1478             | Dame Elizabeth Brew | c/ Margery Brews                            |  |  |  |  |  |  |

## **Anexos**

Árvore genealógica da família Paston:



Mapas:



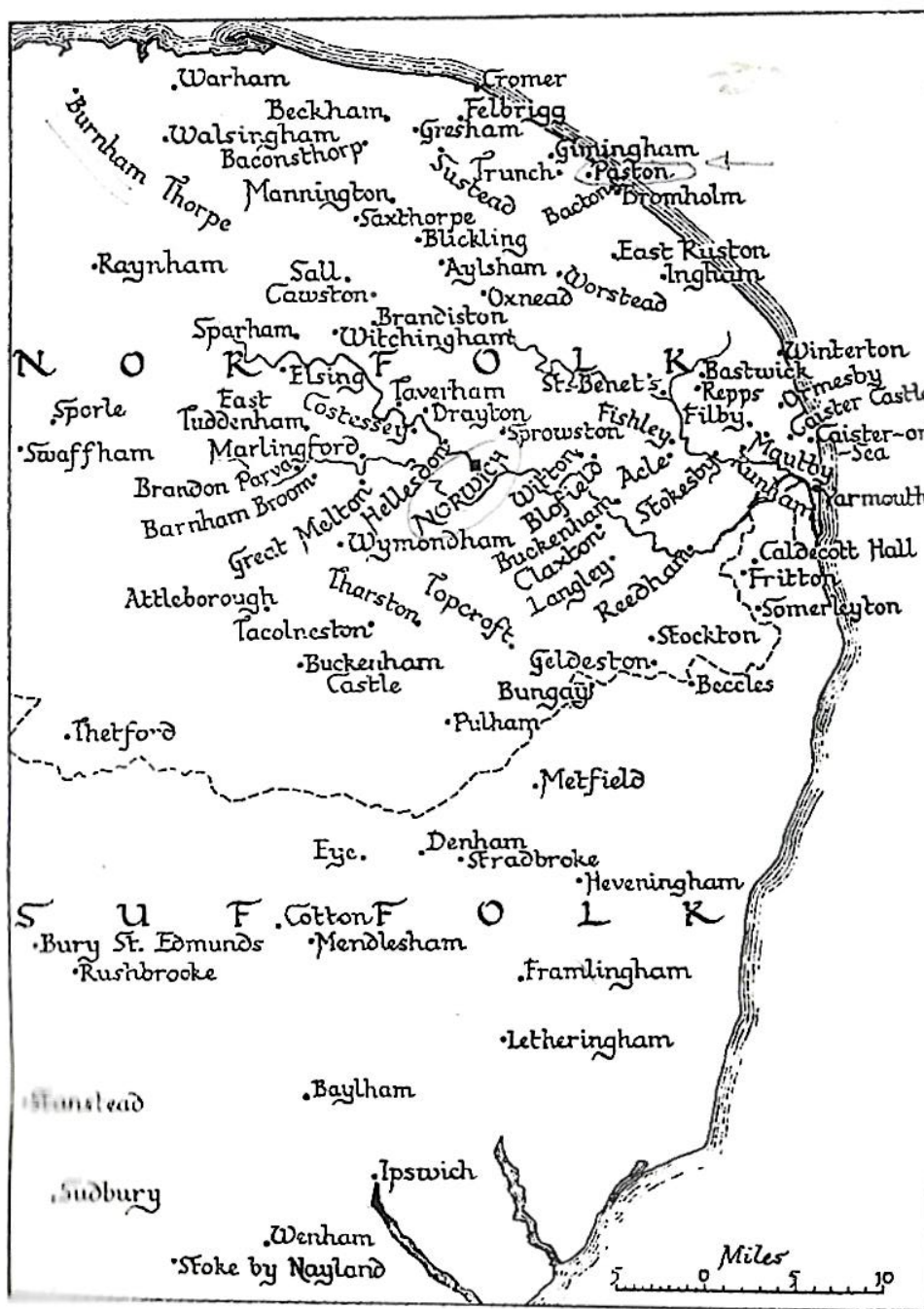
Mapa 1: Inglaterra



Mapa da Inglaterra, século XV (*History of England*, 1907)<sup>162</sup>

<sup>162</sup> A família Paston viveu e atuou nas regiões de Norfolk e Suffolk ao leste da Inglaterra, como indicado no pequeno mapa acima.

Mapa 2: Norfolk e Suffolk



PART OF NORFOLK AND SUFFOLK

Mapa das regiões de Norfolk e de Suffolk no século XV<sup>163</sup>

<sup>163</sup> DAVIS, N. *The Paston Letters: a selection in modern spelling*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

## **Biografias:**

William Paston I (c. 1378-1444): filho de Clement Paston, responsável pela ascensão inicial da família. Graças à sua formação jurídica, atuou como administrador do duque de Norfolk em 1415, juiz de paz em Norfolk, membro da Justiça dos Comuns em 1429 e chegou *sergeant-at-law*, cargo vinculado à corte da *Common Pleas*.

Agnes Berry Paston (c. 1398-1479): herdeira de Sir Edmund Berry, Agnes casou-se com William Paston I e com ele teve vários filhos, dentre eles John Paston I. Foi herdeira de algumas propriedades do marido e atuou diretamente na administração dessas terras.

Elizabeth Paston Poynings (c. 1429-1488): foi uma das filhas de William I e Agnes Paston. Teve uma relação turbulenta com a mãe e chegou a se casar duas vezes: primeiro, com Robert Poynings; depois, com sir George Browne.

John Paston I (1421-1484): filho mais velho de William I, herdou grande parte das propriedades do pai. Seguiu o ramo jurídico em sua educação, sendo membro da Trinity Hall e do Inner Temple. Chegou a ser eleito cavaleiro no condado, mas o processo foi invalidado pelo duque de Norfolk com quem tinha algumas rivalidades. Atuou nas questões jurídicas a favor de John Fastolf, quem havia enriquecido durante a Guerra dos Cem Anos, de modo que herdou várias de suas propriedades depois de sua morte. Chegou a ser membro do Parlamento em Norfolk e foi preso em três ocasiões (1461, 1464, 1465) sendo o período de 1465 o melhor documentado.

Margaret Mautby Paston (c. 1420-1484): filha de John Mautby, herdou várias de suas terras e trouxe considerável prosperidade para a família Paston por meio de terras e alianças sociais. É responsável por grande parte das cartas a que hoje temos acesso, tendo sido responsável pela administração das propriedades familiares em diversos momentos, inclusive defendendo-se de um cerco e ataques armados. Com John Paston I, teve sete filhos que chegaram à vida adulta.

John Paston II (c. 1442-1479): filho primogênito de John Paston I e de Margaret Paston, foi responsável por assumir as responsabilidades do pai depois de sua morte. Foi membro da corte de Eduardo IV e eleito cavaleiro em 1463. Participou também do Parlamento em Norfolk e Yarmouth, assumiu o cargo de Juiz de Paz seguindo a proximidade familiar com o campo jurídico. Participou da Guerra das Duas Rosas ao lado dos Lancasters e precisou ser perdoado em 1471.

John Paston III (1444-1504): segundo filho de John I e de Margaret Paston, serviu sob comando do duque de Norfolk entre 1462 e 1464. Precisou também defender algumas propriedades familiares, como o cerco contra Caister em 1469. Assim como o irmão, lutou ao lado dos Lancasters e precisou ser perdoado posteriormente, em 1484. Foi juiz de paz de Norfolk entre 1480 e 1482, membro do Parlamento de Norwich e xerife de Norfolk e de Suffolk entre 1485-85. Foi tornado cavaleiro em 1487. John III casou-se duas vezes: primeiro, com Margery Brews em 1477; depois da morte da primeira esposa, casou-se com Agnes Morley.

Margery Brews Paston (c. 1460-1495): filha de sir Thomas Brews, casou-se com John Paston III e foi responsável por algumas das últimas cartas trocadas pela família Paston no final do século XV. Escreveu também uma carta considerada a primeira da Inglaterra a mencionar seu *valentine* (namorado, amante), endereçada a John III quando as negociações do casamento entre ambos ainda eram bastante frágeis. Ambos tiveram dois filhos juntos, Christopher (1478-1482) e William IV Paston (c. 1479-1554).

Margery Paston Calle (c1448-1480): filha de John I e Margaret Paston, protagonizou um dos maiores conflitos internos da família ao se apaixonar e secretamente se casar com um funcionário da família, Richard Calle. Margery chegou a ser expulsa de todas as propriedades dos Pastons pela mãe, embora tenha sido lembrada por ela anos depois em seu testamento. Margery e Richard Calle produziram algumas das cartas mais íntimas da coleção da família.

Anne Paston Yelverton (c. 1455-1494): irmã de Margery, foi enviada pela mãe para diferentes famílias da nobreza para que pudesse aprender com outras damas e inserir-se na sociedade. Anne Paston também se apaixonou por um funcionário da família, John Pamping, mas a relação dos dois foi interrompida e ela acabou por se casar com William Yelverton, cujo pai havia sido um constante opositor de John Paston I na disputa por propriedades.

Elizabeth Uvedale Clere (m. 1493): foi uma prima da família Paston que havia se tornado viúva em 1446. Elizabeth Clere tornou-se bastante próxima de Agnes e Margaret Paston, inclusive intervindo nas negociações de casamento para Elizabeth Paston. Depois de viúva, não casou novamente e continuou sob controle de suas posses herdadas do marido.

Dama Elizabeth Brews: foi casada com sir Thomas Brews e se aproximou da família através do casamento entre a filha, Margery, e John Paston III. Em uma carta de 1488, recorre ao genro por ajuda em uma questão envolvendo outras viúvas e o bispo de Chester.